



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

SALIÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO E DA DEMOCRACIA NOS DOCUMENTOS DAS  
POLÍTICAS PÚBLICAS GLOBAIS PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, NA  
UNIÃO EUROPEIA E NOS ESTADOS MEMBROS, DE 1994 A 2000

Tese apresentada à Universidade de Évora  
para obtenção do grau de doutor em Sociologia

Por

Filipe José de Oliveira Frescata e Marques Montargil

2008





UNIVERSIDADE DE ÉVORA

DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

SALIÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO E DA DEMOCRACIA NOS DOCUMENTOS DAS  
POLÍTICAS PÚBLICAS GLOBAIS PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, NA  
UNIÃO EUROPEIA E NOS ESTADOS MEMBROS, DE 1994 A 2000

Tese apresentada à Universidade de Évora  
para obtenção do grau de doutor em Sociologia

Por Filipe José de Oliveira Frescata e Marques Montargil

Sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria José Stock

2008



## ÍNDICE

---

### ÍNDICE DE CONTEÚDOS

---

AGRADECIMENTOS .....	17
INTRODUÇÃO .....	19
1. A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO .....	38
<b>1.1. A informação automática .....</b>	<b>39</b>
<b>1.2. Informação automática pública e privada .....</b>	<b>48</b>
<b>1.3. A informação como actividade económica.....</b>	<b>52</b>
<b>1.4. O impacto do sector informacional sobre a economia: produtividade e         globalização .....</b>	<b>66</b>
<b>1.5. O Estado informacional: controlo e vigilância administrativa.....</b>	<b>75</b>
<b>1.6. O mundo do trabalhador e do cidadão: entre a globalização económica         e o controlo administrativo do Estado .....</b>	<b>85</b>
2. DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS.....	100
<b>2.1. A democracia e a imprescindibilidade da participação .....</b>	<b>100</b>
<b>2.2. A relação de representação e os cidadãos críticos .....</b>	<b>120</b>
<b>2.3. Novas tecnologias, democracia e participação: perspectiva histórica</b>	<b>134</b>
<b>2.4. Os documentos globais para a sociedade da informação: as fases do         processo das políticas públicas .....</b>	<b>166</b>
<b>2.5. A relevância da União Europeia: teorias da integração regional.....</b>	<b>178</b>
3. OS DOCUMENTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS GLOBAIS PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO .....	191
<b>3.1. A União Europeia .....</b>	<b>195</b>
<b>3.2. Os Estados membros.....</b>	<b>236</b>
3.2.1. Alemanha .....	237
3.2.2. Áustria .....	241
3.2.3. Bélgica.....	245
3.2.4. Dinamarca.....	251
3.2.5. Espanha .....	264
3.2.6. Finlândia .....	267
3.2.7. França.....	278
3.2.8. Grécia .....	288

3.2.9.	Holanda.....	292
3.2.10.	Irlanda.....	296
3.2.11.	Itália.....	302
3.2.12.	Luxemburgo.....	308
3.2.13.	Portugal.....	315
3.2.14.	Reino Unido.....	318
3.2.15.	Suécia.....	323
4.	SALIÊNCIA DA DEMOCRACIA E DA PARTICIPAÇÃO NOS DOCUMENTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS GLOBAIS PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO .....	329
	<b>4.1. Tipologia dos documentos.....</b>	<b>339</b>
	<b>4.2. A saliência da democracia e da participação pública nos títulos dos documentos.....</b>	<b>353</b>
	<b>4.3. A quantificação dos documentos: opções e procedimentos .....</b>	<b>367</b>
4.3.1.	O <i>Manifesto Research Group</i> e a teoria da saliência .....	367
4.3.2.	Desenvolvimentos recentes: a abordagem <i>Wordscores</i> .....	374
4.3.3.	Os trâmites da análise de conteúdo quantitativa .....	378
	<b>4.4. A saliência da democracia e da participação pública no texto dos documentos.....</b>	<b>411</b>
4.4.1.	O posicionamento dos autores e o tipo de documentos na saliência da participação .....	420
4.4.2.	Para além do posicionamento ideológico dos governos nacionais?.....	433
	CONCLUSÕES.....	457
	REFERÊNCIAS .....	471
	<b>Bibliografia geral.....</b>	<b>471</b>
	<b>Fontes de informação, legislação e documentos referentes a políticas sobre a sociedade da informação (União Europeia e países, por ordem cronológica) .....</b>	<b>494</b>
	Outras fontes de informação.....	509
	ANEXOS AO TEXTO .....	511
	<b>Anexo 1 – Legislação europeia em vigor na área da sociedade da informação, em Abril de 2003 .....</b>	<b>512</b>
	<b>Anexo 2 – Endereços http mais utilizados na pesquisa de informação sobre os Estados membros e sobre a União Europeia .....</b>	<b>536</b>
	<b>Anexo 3 – Informadores privilegiados .....</b>	<b>542</b>
	<b>Anexo 4 – Valores dos testes de normalidade efectuados aos indicadores de posicionamento ideológico e de saliência das categorias .....</b>	<b>544</b>

<b>Anexo 5 – Tabela com valores de correlação entre os indicadores de posicionamento ideológico dos governos nacionais e as categorias elementares que integram o conceito de participação (calculadas a partir de permilagens) .....</b>	<b>547</b>
<b>Anexo 6 – Tabela com valores de correlação entre os indicadores de posicionamento ideológico dos governos nacionais e as categorias elementares que integram o conceito de participação (calculadas a partir da percentagem de quase-frases com referência à categoria).....</b>	<b>550</b>
<b>Anexo 7 – Sumário das características das árvores de decisão para as categorias elementares democracia e equipamentos .....</b>	<b>553</b>
<b>ANEXOS EM SUPORTE DIGITAL.....</b>	<b>558</b>
<b>Anexo D1 – Base de dados com legislação europeia em vigor na área da sociedade da informação, em Abril de 2003 .....</b>	<b>559</b>
<b>Anexos D2.01 a D2.62 – Documentos de políticas públicas para a sociedade da informação em formato digital utilizados na análise de informação.....</b>	<b>561</b>
<b>Anexo D3 – Base de dados de caracterização do corpo de análise .....</b>	<b>568</b>
<b>Anexos D4.1 a D4.3 – Ficheiros para análise de conteúdo no Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal, no Programa Cidades Digitais e no Programa Aveiro Cidade Digital .....</b>	<b>573</b>
<b>Anexo D5 – Dicionário final para análise de conteúdo.....</b>	<b>575</b>

Tabela 1.1. Percentagem da população empregada no sector das TIC, em 1995 e em 2003 (baseado em estimativas da OCDE) .....	59
Tabela 1.2. Percentagem do valor acrescentado das TIC, no total do valor acrescentado da economia, em 1995 e 2003 (baseado em estimativas da OCDE)	60
Tabela 1.3. Rácio entre valor acrescentado e população empregada no sector TIC, em 1995 e 2003 (produtividade do trabalho) (baseado em estimativas da OCDE) ....	61
Tabela 1.4. Percentagem de disponibilidade online de 20 serviços públicos básicos, na União Europeia a 15 .....	82
Tabela 1.5. Percentagem de profissões relacionadas com as tecnologias de informação e comunicação no total da economia, na aceção estrita e na aceção alargada <sup>(1)</sup> , em 1995 e 2004 <sup>(2)</sup> (estimativas da OCDE).....	88
Tabela 2.1. Resultados de concordância com frases obtidos em sondagem deliberativa (percentagem).....	145
Tabela 3.1. Legislação europeia em vigor na área da sociedade da informação em Abril de 2003 por instituição.....	225
Tabela 3.2. Legislação europeia em vigor na área da sociedade da informação por tipo de documento e por autor .....	227
Tabela 3.3. <i>Hard law</i> e <i>soft law</i> na legislação europeia em vigor na área da sociedade da informação, por instituição responsável pela sua adopção .....	229
Tabela 3.4. Distribuição da legislação europeia em vigor na área da sociedade da informação em Abril de 2003 por ano e autor .....	232
Tabela 3.5. Distribuição da legislação europeia em vigor na área da sociedade da informação em Abril de 2003 por ano e tipo de legislação .....	234
Tabela 4.1. Corpo de análise .....	333
Tabela 4.2. Distribuição dos documentos integrados no corpo de análise por instituição e país e por ano de publicação .....	340
Tabela 4.3. Distribuição dos documentos integrados no corpo de análise, da União Europeia, por autoria formal ou tutela .....	341
Tabela 4.4. Distribuição dos documentos integrados no corpo de análise, dos Estados membros, por autoria formal ou tutela .....	342



Tabela 4.5. Distribuição dos documentos dos Estados membros integrados no corpo de análise e que são da autoria de outras instituições, por dependência formal da instituição .....	344
Tabela 4.6. Distribuição dos documentos integrados no corpo de análise por tipo de documento .....	347
Tabela 4.7. Distribuição dos documentos integrados no corpo de análise por suporte de informação.....	348
Tabela 4.8. Medidas de caracterização da extensão dos documentos integrados no corpo de análise.....	349
Tabela 4.9. Distribuição dos documentos integrados no corpo de análise por escalão de número de páginas.....	350
Tabela 4.10. Distribuição dos documentos integrados no corpo de análise por língua utilizada na versão analisada .....	350
Tabela 4.11. Grelha de codificação dos projectos MRG/CMP .....	371
Tabela 4.12. Distribuição da percentagem de unidades de análise, em programas eleitorais de 24 países da OCDE, por referência positiva e negativa à categoria, entre 1945 e 1998.....	373
Tabela 4.13. Exemplo de <i>wordscoring</i> .....	377
Tabela 4.14. Substantivos e verbos associados à referência a participação pública no <i>Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal, no Programa Cidades Digitais</i> e no <i>Programa Aveiro Cidade Digital</i> .....	383
Tabela 4.15. Substantivos e verbos associados à referência à participação pública no <i>Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal, no Programa Cidades Digitais</i> e no <i>Programa Aveiro Cidade Digital</i> , por nível de participação.....	385
Tabela 4.16. Categorias do dicionário para análise de conteúdo .....	386
Tabela 4.17. Categorias e códigos incluídos na versão portuguesa do dicionário para análise de conteúdo.....	387
Tabela 4.18. Comparação entre resultados de codificação manual e resultados de codificação automática, na codificação de unidades de análise do Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal, do Programa Cidades Digitais e do Programa Aveiro Cidade Digital .....	394
Tabela 4.19. Opções no desenvolvimento do dicionário.....	395
Tabela 4.20. Valores esperados e resíduos .....	397
Tabela 4.21. Valores de teste e de significância .....	397
Tabela 4.22. Medidas de associação baseadas no qui-quadrado .....	398

Tabela 4.23. Medidas de associação baseadas na redução proporcional do erro de previsão.....	399
Tabela 4.24. Dicionário de democracia e participação pública .....	402
Tabela 4.25. Medidas de caracterização da distribuição da frequência de categorias (permilagens) .....	412
Tabela 4.26. Valores médios de distribuição da frequência de categorias, por instituição e país (permilagens).....	414
Tabela 4.27. Participação, participação restrita, participação alargada e democracia (permilagens) .....	416
Tabela 4.28. Saliência da categoria geral <i>participação</i> e das categorias de segundo nível <i>participação restrita</i> e <i>participação alargada</i> por autoria do documento (permilagens) .....	421
Tabela 4.29. Saliência da categoria geral <i>participação</i> e das categorias de segundo nível <i>participação restrita</i> e <i>participação alargada</i> por tipo de documento (permilagens) .....	422
Tabela 4.30. Categorias associadas ao posicionamento na escala esquerda-direita, no projecto <i>MRG</i> .....	424
Tabela 4.31. Distribuição dos indicadores de posicionamento ideológico.....	427
Tabela 4.32. Valores do coeficiente de correlação <i>rho</i> de Spearman entre indicadores de posicionamento ideológico e saliência da categoria democracia .....	427
Tabela 4.33. Valores do coeficiente de correlação <i>rho</i> de Spearman entre indicadores de posicionamento ideológico e saliência das categorias elementares, calculada através da permilagem da ocorrência de vocábulos da categoria sobre a totalidade de ocorrência de vocábulos no texto .....	429
Tabela 4.34. Valores do coeficiente de correlação <i>rho</i> de Spearman entre indicadores de posicionamento ideológico e saliência das categorias elementares, calculada através da percentagem de quase-frases com pelo menos uma referência à categoria, na totalidade das quase-frases do documento.....	431
Tabela 4.35. Valores de saliência das categorias <i>Internet</i> , <i>equipamentos</i> , <i>democracia</i> e <i>infraestrutura</i> , por língua de publicação do documento .....	436
Tabela 4.36. Valores de saliência das categorias <i>Internet</i> , <i>equipamentos</i> , <i>democracia</i> e <i>infraestrutura</i> , por ano de publicação do documento.....	438
Tabela 4.37. Valores do coeficiente de correlação <i>rho</i> de Spearman entre saliência das categorias <i>Internet</i> , <i>equipamentos</i> , <i>democracia</i> e <i>infraestrutura</i> e participação eleitoral nas eleições gerais imediatamente anteriores à publicação dos documentos incluídos no corpo de análise .....	443

Tabela 4.38. Eurobarómetros com caracterização do indicador de satisfação com a democracia nacional, no período em análise .....	445
Tabela 4.39. Valores do coeficiente de correlação $\rho$ de Spearman entre saliência das categorias <i>Internet, equipamentos, democracia e infraestrutura</i> e a satisfação com a democracia .....	446
Tabela 4.40. Valores do coeficiente de correlação $\rho$ de Spearman entre saliência das categorias <i>Internet, equipamentos, democracia e infraestrutura</i> e taxa de penetração da <i>Internet</i> .....	448
Tabela 4.41. Variáveis integradas como independentes na realização das árvores de decisão .....	451

Figura 1.1. Relação entre produtividade do trabalho e dimensão do sector, na produção e nos serviços TIC, na OCDE, em 2003 .....	65
Figura 2.1. Níveis de participação pública na tomada de decisão .....	154
Figura 2.2. Cenários decorrentes da utilização da utilização da tecnologia aos mecanismos de participação .....	163
Figura 2.3. Processo das políticas públicas .....	170
Figura 2.4. Políticas intergovernamentais e supranacionais na União Europeia .....	187
Figura 2.5. Teorias de integração regional: caracterização de acordo com os eixos de epistemologia e ontologia .....	189
Figura 3.1. Recomendações ao Conselho Europeu - A Europa e a Sociedade da Informação global (Relatório Bangemann) .....	197
Figura 3.2. A via europeia para a sociedade da informação – Um plano de acção ...	199
Figura 3.3. A Sociedade da Informação: de Corfu a Dublin. As novas prioridades emergentes .....	202
Figura 3.4. Comunicação sobre as implicações da sociedade da informação para as políticas da União Europeia .....	203
Figura 3.5. Livro Verde Viver e trabalhar na sociedade da informação: prioridade à dimensão humana.....	203
Figura 3.6. Resolução do Conselho, de 21 de Novembro de 1996, relativa às novas prioridades políticas resultantes da sociedade da informação .....	204
Figura 3.7. A Europa na vanguarda da sociedade da informação global - Plano de acção evolutivo .....	205
Figura 3.8. Construir a sociedade da informação para todos .....	215
Figura 3.9. Livro Verde Relativo à Convergência dos Sectores das Telecomunicações, dos Meios de Comunicação Social e das Tecnologias de Informação e às suas Implicações na Regulamentação.....	217
Figura 3.10. Decisão do Conselho, de 30 de Março de 1998, que adopta um programa comunitário plurianual de incentivo ao estabelecimento da sociedade da informação na Europa.....	218
Figura 3.11. eEurope - An Information Society for All - Communication on a Commission Initiative for the Special European Council of Lisbon, 23 and 24 March 2000 .....	220
Figura 3.12. eEurope 2002 – An Information Society for All – Draft action plan .....	221
Figura 3.13. eEurope 2002 –Action plan .....	221

Figura 3.14. A Sociedade da Informação – Oportunidades, inovações e desafios ....	238
Figura 3.15. Info 2000: Deutschlands Weg in die Informationgesellschaft .....	239
Figura 3.16. Innovation and Jobs in the Information Society of the 21st Century....	241
Figura 3.17. Relatório Final do Grupo de Trabalho do Governo Federal da Áustria sobre a Sociedade da Informação.....	244
Figura 3.18. La Société de l'Information – Clés pour une ère nouvelle.....	247
Figura 3.19. Un plan d'actions coordonnées pour la société de l'information au sein des Autorités fédérales – 1997-1999.....	248
Figura 3.20. Info-Society 2000 .....	252
Figura 3.21. From Vision to Action. Info-Society 2000 – Statement to Parliament on “Info-Society 2000” and IT Political Action Plan 1995.....	253
Figura 3.22. The Info-Society for All – the Danish Model. IT Policy Statement 1996 to the Folketing and IT Policy Action Plan 1996.....	254
Figura 3.23. IT in Figures 1996 – 23 Pictures of the Info-Society .....	255
Figura 3.24. Authorities Heading for a Fall – IT Policy White Paper Presented to the Folketing 1997 .....	256
Figura 3.25. IT in figures 1997 – 19 Pictures of the Info-society .....	257
Figura 3.26. Action for Change – IT Policy Plan 97/98 .....	259
Figura 3.27. Danish IT-pictures.....	260
Figura 3.28. Digital Denmark – conversion to the network society.....	262
Figura 3.29. Realigning to a Network Society .....	263
Figura 3.30. INFO XXI – La Sociedad de la Inform@ción para todos .....	266
Figura 3.31. A Finlândia no sentido da sociedade da informação – Uma estratégia nacional ( <i>Suomi Tietoyhteiskunnaksi - Strategian perustelumuiot</i> ) .....	268
Figura 3.32. Developing a Finnish Information Society (em que é publicada a Decision in principle taken by the Council of State on measures to develop the Finnish information society).....	271
Figura 3.33. Finland’s Way to the Information Society – The National Strategy .....	273
Figura 3.34. Finland’s Way to the Information Society – The National Strategy and its Implementation .....	275
Figura 3.35. Quality of Life, Knowledge and Competitiveness - Premises and objectives for strategic development of the Finnish information society .....	276
Figura 3.36. Finland as an Information Society – The Report of the Information Society Advisory Board to the Government .....	278
Figura 3.37. As redes da sociedade da informação (Relatório Mileo) .....	280
Figura 3.38. A França e a Sociedade da Informação.....	281

Figura 3.39. Relatório sobre as técnicas de aprendizagem essenciais para uma boa inserção na sociedade da informação .....	281
Figura 3.40. A entrada na sociedade da informação .....	282
Figura 3.41. Preparar a entrada da França na sociedade da informação – Programa de acção governamental (PAGSI).....	284
Figura 3.42. Decisões tomadas no segundo comité interministerial para a sociedade da informação (Decisão 1) .....	285
Figura 3.43. França na Sociedade da Informação – <i>Newsletter</i> do Governo Francês – Fevereiro de 1999 – Edição especial.....	287
Figura 3.44. La France dans la société de l'information.....	287
Figura 3.45. Greece in the Information Society – Strategy and Actions (Draft).....	289
Figura 3.46. The Dutch Digital Delta – The Netherlands oN-Line .....	294
Figura 3.47. Sociedade da Informação Irlanda: Estratégia para Acção .....	297
Figura 3.48. Primeiro Relatório da Comissão Sociedade da Informação (Esboço) ....	298
Figura 3.49. Implementando a sociedade da informação: um quadro de acção .....	299
Figura 3.50. Implementando a Sociedade da Informação na Irlanda: um Plano de Acção .....	300
Figura 3.51. Progresso na implementação da sociedade da informação .....	301
Figura 3.52. Promover o Desenvolvimento da Sociedade da Informação em Itália: um esquema de referência .....	304
Figura 3.53. O Plano de Acção para a Sociedade da Informação (Discurso) .....	306
Figura 3.54. Plano de acção para a sociedade da informação.....	307
Figura 3.55. Comité Info 2000 – Primeiras Conclusões e Recomendações.....	310
Figura 3.56. A Sociedade da Informação no Luxemburgo.....	312
Figura 3.57. <i>O papel do Estado na sociedade da informação</i> .....	313
Figura 3.58. Livro Verde para Sociedade da Informação em Portugal.....	316
Figura 3.59. Portugal na Sociedade da Informação .....	317
Figura 3.60. A Nossa Idade da Informação: a Visão do Governo .....	321
Figura 3.61. Tempos em mudança, condições em mudança .....	326
Figura 3.62. Uma Sociedade da Informação para Todos – Uma publicação sobre a política sueca para as TI.....	327
Figura 4.1. Cronologia de textos e documentos .....	338
Figura 4.2. Exemplo de texto preparado para análise de conteúdo através do programa Textpack.....	390
Figura 4.3. Exemplos de caixas de diálogo relacionadas com a geração do ficheiro <i>sentence</i> , no Textpack .....	391

Figura 4.4. Exemplo de análise <i>KWIC</i> .....	392
Figura 4.5. Árvores de decisão para as categorias elementares <i>Internet, equipamentos, democracia e infraestrutura</i> .....	452

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

---

Gráfico 1.1. Crescimento da população na União Europeia – Contributo de fluxos migratórios, 1970-2003.....	95
Gráfico 1.2. Efeitos da imigração sobre os salários nos Estados Unidos, 1990-2000 ..	96
Gráfico 2.1. Participação eleitoral na União Europeia, Estados Unidos, Canadá e Japão, desde 1945 .....	122
Gráfico 2.2. Satisfação com a democracia nacional na União Europeia, desde 1973	124
Gráfico 2.3. Avaliação da eficácia do sistema político e da responsividade do governo nos Estados Unidos, de 1952 a 2004 .....	127
Gráfico 2.4. Confiança no governo, nos Estados Unidos, de 1958 a 2004 .....	129
Gráfico 2.5. Confiança em várias áreas de actividade ou de ocupação, na Europa Ocidental, na Europa Central e nos Estados Unidos, em 2004 .....	132
Gráfico 3.1. Distribuição da legislação europeia em vigor na área da sociedade da informação em Abril de 2003 por ano e autor .....	233
Gráfico 3.2. Distribuição da legislação europeia em vigor na área da sociedade da informação em Abril de 2003 por ano e tipo de legislação .....	235
Gráfico 4.1. Médias de correlação entre indicadores de posicionamento ideológico e saliência de categorias .....	432
Gráfico 4.2. Valores de saliência das categorias <i>Internet, equipamentos, democracia e infraestrutura</i> por caso.....	435
Gráfico 4.3. Valores de saliência das categorias <i>Internet, equipamentos, democracia e infraestrutura</i> por ano de publicação do documento.....	440





## AGRADECIMENTOS

A minha primeira palavra de agradecimento e gratidão, neste momento, é dirigida à minha orientadora. Este agradecimento vai muito para além da circunstância do momento. O acompanhamento e a amizade da Professora Doutora Maria José Stock foram, ao longo dos últimos anos, um privilégio e um estímulo extraordinário. Agradeço, também, aos docentes da Universidade de Évora, da Escola Superior de Comunicação Social e da Universidade Católica Portuguesa, que acompanharam a realização deste trabalho. Fico igualmente devedor, em momentos diferentes da investigação e por mais de uma vez, do interesse e apoio inestimáveis do Professor Doutor Philippe Schmitter e do Professor Doutor Robert Fishman. Quero, de igual forma, expressar a minha gratidão a um conjunto de colegas, pelo interesse que demonstraram durante a realização da investigação e da redacção da tese, bem como pela amizade com que me distinguiram. Gostaria de agradecer, de forma particular, a Conceição Pequito, António Revez, Miguel Santinho, José Santos, Diogo Moreira, Manuel Meirinho Martins, Pedro Magalhães, Telmo Gonçalves e Nuno Monteiro. Expresso, também, o meu reconhecido agradecimento a um conjunto de interlocutores privilegiados com quem estabeleci contacto, no decurso da investigação. O apoio e a diligência de Luís Vidigal foram centrais, em todo esse processo. Para além do seu interesse, a disponibilidade e o acolhimento de João Catarino (em Portugal), John Gotze e Niels Pagh Rasmussen (na Dinamarca), Ilmari Pietarinen (na Finlândia), Sean Connolly e Colm Butler (na Irlanda), Larry Caffrey (no Reino Unido), Herbert Wiesböck (na Áustria), Olov Ostberg e Tomas Ohlin (na Suécia) e Gino Laan (na Holanda) permitiu aceder a uma perspectiva privilegiada sobre o tema em estudo. A compreensão e o empenho com que pude contar, por parte da equipa da Data Crítica e da Netsonda, ao longo de toda a investigação revelou-se, também, fundamental.

Finalmente, gostaria de agradecer de uma forma muito especial à minha família pelo constante carinho, incentivo e compreensão. O seu apoio não poderia ter sido mais absoluto nem mais incondicional.



## INTRODUÇÃO

A presente Tese aborda a problemática da democracia e da participação política na sociedade da informação, tratando especificamente a influência do tipo e do posicionamento ideológico dos actores políticos na saliência da democracia e da participação, analisada a partir dos documentos das políticas públicas globais para a sociedade da informação, na União Europeia e nos Estados membros, de 1994 a 2000.

Procura-se, com este trabalho, suprir uma lacuna existente na forma como têm sido conceptualizadas a democracia e a participação política na sociedade da informação nos sistemas políticos europeus e no quadro da União Europeia. O estudo do impacto das políticas públicas globais para a sociedade da informação, adoptadas pelos Estados membros e pela União Europeia, sobre a democracia e as formas estabelecidas de participação política tem sido objecto de escasso interesse na literatura sociológica e politológica. Em contraste, de acordo com o argumento subjacente a esta investigação, considera-se essencial compreender de que modo os centros de decisão política, nomeadamente as instituições de governo, perspectivam a evolução da democracia e dos correspondentes mecanismos de participação, através dos respectivos documentos para a sociedade da informação, de forma a poder compreender adequadamente a evolução global a que a democracia se poderá encontrar sujeita nesses sistemas políticos.

Uma primeira geração de reflexões sobre a relação entre política e novas tecnologias centrou a sua atenção na possibilidade de alteração das formas e da intensidade da participação política dos cidadãos através da utilização dessas tecnologias (Etzioni, 1971, 1972 e 1972a; Smith, 1972; Pool, 1973; Laudon, 1977; Becker, 1981). Estes autores combinam, de forma variável, o plano do que as capacidades e as características das novas tecnologias permitem tecnicamente aportar à democracia e à participação dos cidadãos, e o plano do que consideram filosoficamente desejável.

A análise da concretização destas possibilidades tem privilegiado, num segundo momento, o nível individual e o nível intermédio, em detrimento de uma análise ao nível macro. A literatura sobre a utilização de novas tecnologias na efectivação da participação acaba por se direccionar em muitos casos, por este motivo, para a utilização de mecanismos informais de participação, frequentemente através de

estudos de caso de âmbito muito circunscrito (Rheingold, 1993; Boncheck, 1997; Hill e Hughes, 1998), ou para a análise da presença *online* de instituições como governos, parlamentos, partidos políticos ou associações, através da caracterização dos seus sítios na *Internet* (Gibson *et al.*, 2001; Norris, 2000 e 2001).

Contudo, a forma como os regimes democráticos têm abordado, ao nível macro, a sociedade da informação e o seu impacto sobre a democracia e as formas institucionalmente previstas de participação tem sido objecto de pouco, embora crescente, interesse (Chadwick e May, 2000; Gibson *et al.*, 2004). A capacidade auto-reflexiva dos regimes políticos, através da qual reflectem, produzem discurso e desenvolvem práticas sobre como entendem ser desejável a sua evolução (neste caso, a evolução dos mecanismos de representação e de participação dos cidadãos) tem sido, até ao momento, pouco valorizada nos debates sobre as relações entre política e tecnologia. Perguntas como: *que relevância conferem os regimes democráticos à democracia e à participação na sociedade da informação? Ou, que impacto revela a sociedade da informação sobre as formas institucionalmente previstas de participação, nos regimes democráticos?* têm permanecido, por este motivo, quase sem resposta.

É, precisamente, a estas questões que pretendemos responder, na presente Tese. De acordo com tal objectivo, opta-se por um enfoque que privilegia a forma como a União Europeia e os Estados membros concebem e projectam a sua representação da sociedade da informação, através dos documentos publicados para a área – a que frequentemente é atribuída a designação genérica de *planos de acção* para a sociedade da informação. Mais do que a *procura* dos canais de participação, por parte dos seus utilizadores, é aqui enfatizada a forma como as instituições de governo concebem e organizam a sua *oferta* desses canais, na relação com os seus potenciais utilizadores.

Pretende-se explorar, através da análise destes planos de acção para a sociedade da informação, de forma mais específica, o conjunto de alterações que poderão ser esperadas, na organização e no enquadramento institucional da participação, ou seja, nos canais de participação que o sistema disponibiliza aos cidadãos. Decorrem, a partir desta preocupação central, outras interrogações. Pode, por exemplo, ser questionado se os documentos redigidos e publicados através de actores com funções mais formalizadas no governo, como o primeiro-ministro ou os ministros, demonstram tendência para conferir uma relevância diferente às questões relacionadas com a democracia e a participação do que os documentos da responsabilidade de actores com funções menos formalizadas, como grupos de trabalho ou comissões

independentes. Uma outra questão que pode igualmente ser colocada consiste na relação entre o posicionamento ideológico dos partidos que se encontram na base do governo e a importância conferida às questões relacionadas com a democracia e a participação, nesses documentos: poderá o posicionamento ideológico dos governos encontrar-se associado a diferentes abordagens à questão?

A resposta a este tipo de interrogações pode conduzir à especulação normativa sobre a forma como as novas tecnologias de informação e comunicação eventualmente conduzam a um melhor desempenho do sistema representativo. Contudo, a perspectiva aqui adoptada é centrada na análise descritiva e na tentativa de interpretação e não na prescrição de um determinado modelo de aplicação das tecnologias de informação à participação política.

O desenvolvimento tecnológico em curso desde o último quartel do Século XX tem implicado um conjunto de consequências sociais. O surgimento e o desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação determina, é já quase banal afirmá-lo, um conjunto de alterações nas formas de organização da sociedade. Apesar disso, a interpretação do alcance destas alterações não é consensual. Podem ser distinguidas, neste debate, como nota Webster (2002), duas grandes tendências. Por um lado, autores há que, embora reconhecendo que o processamento e a disseminação de informação nas diversas esferas da actividade humana atinge actualmente um nível sem paralelo, valorizam predominantemente a continuidade com as formas de organização social que lhe deram origem (Schiller, 1986 e 1996; Giddens, 1985, 1992 e 1999; Habermas, 1984 [1962]). Por outro lado, pode ser identificado um conjunto de autores que, embora valorizando aspectos diversos, considera que a era actual apresenta características de descontinuidade brusca em relação ao passado, marcando a emergência de uma nova ordem social (Bell, 1973 e 1979; Baudrillard, 1988; Poster, 1990 e 1995; Castells, 2002 [1996] e 2003 [1997]), a sociedade de informação.

Contudo, quer uns, quer outros, reconhecem o papel central desempenhado pela informação no mundo contemporâneo. Como síntese destas abordagens, a sociedade da informação é aqui entendida como uma forma de organização da sociedade, na qual a utilização das tecnologias de informação é generalizada e revela impactos sobre as distintas áreas da actividade humana. Uma das suas características principais consiste na lógica de rede da sua estrutura básica (Castells, 2002 [1996]: 25), baseando-se e replicando o conjunto de ligações possíveis através das redes informáticas e de telecomunicações.

De acordo com a perspectiva aqui adoptada, a evolução dos recursos de informação automática e esta organização em rede tem efeitos incontornáveis na economia (no sector informacional, bem como nos restantes sectores), na natureza do Estado e no mundo do trabalhador e do cidadão. As relações sistémicas, em termos de comunicação e de influências recíprocas, que se estabelecem entre os diferentes sistemas e subsistemas, intra e extra-sociais, exponenciam-se no quadro dessa organização em rede.

As tecnologias características da sociedade da informação encontram o seu domínio de desenvolvimento na electrónica, nas telecomunicações e na informática. Contudo, nesta investigação, e de acordo com a delimitação efectuada, a referência às tecnologias de informação corresponde, na prática, essencialmente à *Internet*. Como será possível confirmar no decurso da análise, grande parte das referências à sociedade da informação e às tecnologias de informação gravita em torno desta rede de computadores e, particularmente, da *World Wide Web (WWW)*.

Algumas das possibilidades conferidas por estas tecnologias de informação correspondem ao estabelecimento de relações comunicacionais apoiadas em largos volumes de informação (imagem, som, envio de documentos...), com carácter bidireccional, à distância, massificadas e em simultâneo; à exploração da emissão de conteúdos através de um formato multiponto-multiponto (decorrente da estrutura em rede) ou ao desenvolvimento de estratégias de *narrowcasting*, em contraste com as tradicionais estruturas de *broadcasting*.

Conquanto defendamos que as tecnologias relevantes para a delimitação da sociedade da informação se constituem enquanto uma realidade específica (sobretudo no que diz respeito à sua lógica de funcionamento em rede e respectivas consequências), elas configuram-se igualmente como recursos que podem ser utilizados pelas democracias liberais ocidentais para, dentro das regras do jogo estabelecidas, aproximar a representação e a participação das formas de organização da sociedade da informação. Por que motivos se poderá esperar a exploração destes recursos para a aplicação à participação dos cidadãos? Existem diversos argumentos pelos quais esta pode ser considerada como uma expectativa razoável.

O primeiro argumento consiste no facto de as teorias da democracia valorizarem, mesmo nas suas acepções procedimentais, a participação, considerando-a como um alicerce do edifício democrático. A relevância dos mecanismos de representação não exclui, mesmo nestas acepções, a necessidade e a importância da participação.

O segundo argumento corresponde ao facto de sucessivos debates sobre a democracia relacionarem a participação com questões de escala. Esta relação é normalmente baseada na ideia de que as formas de participação directa dos cidadãos apenas podem ser adoptadas em contextos de escala reduzida, em termos de população e de território. À medida que a escala se alarga, a participação directa dos cidadãos torna-se tecnicamente impossível, sendo inevitável o recurso a formas de limitação da participação, predominantemente através da representação. Uma vez que, na acepção adoptada, as tecnologias características da sociedade da informação alteram a percepção do espaço e do tempo, estas poderão constituir-se como um recurso passível de exploração, na procura de formas de participação mais directa, a larga escala.

Um terceiro motivo pelo qual as tecnologias poderão constituir recursos a explorar, no domínio da democracia e da participação, consiste no facto de, nas democracias liberais ocidentais, existirem sintomas crescentes de desafeição e descontentamento dos cidadãos com a política. Uma das dimensões centrais deste fenómeno corresponde à avaliação cada vez mais negativa da responsividade e da confiança depositada nos actores políticos. Por outras palavras, os cidadãos sentem cada vez mais que não têm “uma palavra a dizer” sobre as acções do Governo e, simultaneamente, que os políticos “não se preocupam” com o que as pessoas pensam. Neste cenário, as novas tecnologias *podem* ser encaradas e exploradas como recursos para proporcionar uma capacidade mais alargada de envolvimento dos cidadãos, aproximando-os e integrando-os nos processos de decisão, sempre que tal se torne exequível face à natureza das decisões ou ao seu alcance.

Acresce que a necessidade de aprofundamento da chamada democracia deliberativa, a par da representativa e da participativa, já que são complementares e não mutuamente exclusivas, determina novas configurações e procedimentos para que a inclusão no processo democrático seja efectiva.

Não se trata de defender aqui um potencial inerentemente democratizador da tecnologia, de considerar as novas tecnologias de informação e comunicação como uma panaceia relativamente a algumas das insuficiências que o funcionamento do actual modelo representativo apresenta ou, ainda menos, de preconizar o fim dos regimes democráticos tal como os conhecemos. A tecnologia não pode ser concebida como uma força externa que impõe as suas características sobre as formas de organização da sociedade – o surgimento e o desenvolvimento da própria tecnologia é suscitado no quadro dessas formas de organização social. A tecnologia não determina,

desta forma, a sociedade, na medida em que é uma parte integrante do próprio contexto social. Embora não possa, por outro lado, ser considerado que a sociedade determina a inovação tecnológica, devendo antes ser sublinhada a sua interacção dialéctica.

A ideia de utilização de novas tecnologias na participação dos cidadãos não é, aliás, original, podendo ser identificada uma tradição intelectual que perspectiva e explora esta possibilidade. Esta tradição encontra raízes profundas na sociologia e na ciência política, sobretudo desde a década de 1970, através de um conjunto de autores que propõem a utilização de diversas soluções tecnológicas no processo de participação dos cidadãos (Etzioni, 1971, 1972 e 1972a; Pool, 1973; Becker, 1981, como acima mencionado, e, adicionalmente, Barber, 1984; Dahl, 1989; Budge, 1996; Castells, 2003 [1997] e Schmitter e Trechsel, 2004).

Existem, pelo menos, neste conjunto de autores, dois pontos em comum. O primeiro consiste na ideia que as novas tecnologias *podem* ser utilizadas no processo de participação dos cidadãos, de forma a permitir o seu alargamento. O segundo reside na ideia de que este alargamento da participação *pode* revelar-se, observando um conjunto de condições, benéfico para as democracias liberais ocidentais, reforçando-as.

Não obstante, qualquer uma das perspectivas não defende o determinismo tecnológico, nem uma visão intrinsecamente positiva da utilização da tecnologia, nem uma subscrição da participação sem limites, conquanto a generalidade das críticas dirigidas à argumentação em favor da possibilidade de utilização de novas tecnologias na participação dos cidadãos são frequentemente baseadas em, pelo menos, um destes pressupostos.

Alguns críticos salientam o facto de a utilização de novas tecnologias na participação poder conduzir a uma *push button democracy*, em que a utilização da tecnologia no processo de participação dos cidadãos é representada como correspondendo à realização contínua de referendos, ou outro tipo de consultas em que os cidadãos expressem as suas decisões pressionando um botão do telecomando da televisão respectiva, num cenário de "instantaneidade" democrática e de teledemocracia plebiscitária, tornando o sistema ingovernável. Outras críticas dirigidas à utilização das novas tecnologias na participação admitem cenários como a demagogia e o populismo, o info-controlo ou o info-domínio.



Ninguém duvidará, como afirma Bobbio (1997 [1984]), que é impossível imaginar seriamente um Estado capaz de ser governado através do “contínuo apelo ao povo”. Mas nem a utilização das tecnologias na participação política conduz, necessariamente, a uma *push button democracy* em série, como a tradição teórica referida, sobretudo desde a década de 1970, permite perceber. De facto, nenhuma das propostas mencionadas corresponde, sequer remotamente, à utilização da tecnologia para a criação de uma democracia plebiscitária.

Algumas das apreensões e das críticas expressas não podem, apesar disso, ser desvalorizadas. A utilização de tecnologias de informação e comunicação não é necessariamente enquadrada por valores democráticos e por uma ordem liberal, como é demonstrado, por exemplo, pela capacidade de adaptação que os regimes autoritários têm revelado na sua utilização. Kalathil e Boas (2003), por exemplo, na sequência de uma análise dos casos da China, Cuba, Singapura, Vietname, Birmânia, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita e Egipto, concluem que a *Internet* não constitui necessariamente uma ameaça para os regimes autoritários. Pelo contrário, recolhem suportes empíricos que apoiam a hipótese de que tais regimes promovem de uma forma proactiva o desenvolvimento de uma *Internet* que serve os interesses do Estado autoritário.

A democracia política pode correr, desta forma, o risco de se tornar objecto de manipulação, colocando em causa, por paradoxal que à primeira vista possa parecer, a ordem liberal. Existem, aliás, vários exemplos históricos que demonstram que este risco é concreto. Independentemente de se subscrever, ou não, os diagnósticos mais sombrios, a subida ao poder de movimentos autoritários ou totalitários, em situações de livre e democrática competição eleitoral, de que não faltam exemplos na história do Século XX e do início do Século XXI, representa uma realidade que não pode ser ignorada.

Como nota Dahrendorf, a mera existência de eleições não basta para assegurar uma ordem liberal. As eleições, só por si, raramente revelam a capacidade de resolver problemas fundamentais da sociedade. De forma a serem efectivas, devem ser precedidas por um extenso período de debate e argumentação (Dahrendorf, 2006). Como salientado através da noção de democracia deliberativa, as várias perspectivas existentes sobre uma determinada questão deverão ser objecto de apresentação, defesa, argumentação e debate crítico e racional (Bessette, 1980).

Aceitando um cenário de especialização e de divisão do trabalho social, no qual os cidadãos se afastam irremediavelmente da política e a entregam aos políticos

profissionais, para se concentrarem em outras dimensões da sua vida, como a solução mais arriscada, na medida em que pode abrir o caminho a autoritarismos e colocar em perigo a democracia e a ordem liberal, torna-se necessário estabelecer relações duradouras entre representantes e representados (Dahrendorf, 2003a). Mas certamente que estas relações não podem ser estabelecidas através da redução do debate público a simples alternativas referendárias.

A *Internet* pode desempenhar um papel relevante neste processo, na medida em que permite assegurar que toda a informação necessária se encontra disponível e acessível, para quem demonstre interesse na sua consulta. Disponibilizar informação aos cidadãos não é, em si próprio, suficiente, como reconhece Dahrendorf (2003). No entanto, o simples facto de se poder consultar livremente informação sobre uma determinada decisão política assegura aos cidadãos alguma capacidade de controlo sobre os processos de tomada de decisões políticas.

Esta reflexão, não apenas no que diz respeito à relevância da disponibilização de informação mas, também, à importância atribuída, no regular funcionamento da democracia, à existência de apresentação, argumentação e debate racional de perspectivas, atribui uma inevitável centralidade à necessidade de esclarecimento da noção de participação. O que remete, de novo, para a questão da democracia deliberativa.

Por este motivo, a participação é aqui entendida, no seu sentido geral, de forma alargada, ou seja, enquanto a oportunidade que os cidadãos têm de participar no processo de tomada de decisões políticas (Abramson, 1995). A votação perfila-se como a forma mais frequente de participação política em democracia, embora não seja a única forma concebível (*idem*: 913). É, por este motivo, adoptada uma acepção de participação que inclui vários níveis, ou degraus, desde a actividade segundo a qual o cidadão se mantém informado sobre as questões públicas, sendo-lhe reconhecido e conferido o direito a aceder a informação, até à participação na tomada de decisão, na deliberação final.

Esta noção de participação encerra a diferenciação, para além dos vários níveis elementares de participação, entre participação restrita e participação alargada. As formas de participação alargada correspondem, em termos gerais, à possibilidade de influenciar directa ou indirectamente a tomada de decisão final (através da escolha de representantes, da avaliação de alternativas, da realização de recomendações ou da participação directa na deliberação final). As formas de participação restrita correspondem, por seu lado, fundamentalmente à possibilidade de aceder a

informação e de poder conhecer os assuntos em questão. Apesar de serem designadas como formas *restritas* de participação são essenciais, na medida em que, como vimos, estabelecem a base para a discussão e o debate informado e racional sobre as decisões em causa. É predominantemente através do recurso a esta tipologia de participação que os documentos seleccionados para a investigação (e adiante reportados) são aqui analisados.

O modelo adoptado permite equacionar a questão como enquadrada num *continuum*. Podemos, por um lado, conceber um cenário de continuidade, em que a democracia e os canais de participação institucionalmente previstos se mantêm inalterados, numa sociedade em que as características essenciais da sua forma de organização estão em mudança. Podemos, do lado oposto, imaginar um cenário de descontinuidade, no qual os canais de participação disponibilizados aos cidadãos alteram as suas características, aproximando-se das formas organizacionais emergentes na sociedade da informação.

O teste de hipóteses relacionadas com estas alterações permanece, no entanto, muito limitado, como também reconhece Gibson, em estudo com objectivos próximos dos aqui adoptados (Gibson *et al.*, 2004: 7). Trabalho esse que assume particular relevo, já que são poucos os estudos de carácter abrangente e comparativo que têm vindo a ser efectuados nesta área.

A investigação aqui apresentada considera, desta forma, um conjunto de factores relacionados com o contexto político e social, como o enquadramento e o tipo institucional dos actores, o seu posicionamento ideológico ou o nível de penetração tecnológica de cada país, que poderão encontrar-se associados à saliência conferida à democracia e às questões relacionadas com a participação, na formulação dos documentos. Esta abordagem pretende aproximar a análise desta questão ao debate relacionado com as novas perspectivas institucionais, que surgem com uma frequência crescente na ciência política.

O argumento aqui explorado é o de que a utilização das novas tecnologias será também efectuada no âmbito dos enquadramentos institucionais existentes e de que qualquer análise da evolução da democracia e da participação na sociedade da informação necessitará de levar este factor em consideração. Colocado de uma forma mais simples, as variáveis contextuais de caracterização institucional parecem assumir-se como relevantes para a compreensão desta realidade. A análise da democracia e da participação na sociedade da informação não deve, assim, ser baseada apenas na caracterização da procura dos canais de participação existentes, mas deve contemplar também a caracterização da oferta desses canais.

Esta perspectiva institucional não implica, porém, que não possam surgir casos de maiores e mais significativas alterações da oferta de canais de participação, explorando melhor as possibilidades e os recursos disponibilizados pelas novas tecnologias. Existe, contudo, um conjunto considerável de elementos que apoiam a tese de que a *Internet* e o ciberespaço se encontram crescentemente sujeitos a processos de *reforço* das instituições políticas existentes (Danziger *et al.*, 1982) e de *normalização* (Resnick, 1997 e Margolis e Resnick, 2000). É, por este motivo, colocada a hipótese central de que a tentativa de exploração desses recursos, na sua aplicação à participação, é residual e poderá ser tanto maior quanto mais afastados dos centros e instâncias do poder se encontrarem os agentes enunciadorees.

Como estratégia para a validação desta hipótese, foi seleccionada a análise de documentos publicados pelas instituições de governo da União Europeia e dos seus Estados membros, no período entre 1994 e Junho de 2000, em que são apresentadas reflexões ou visões globais para a sociedade da informação. Esta estratégia comporta um conjunto de limitações.

O processo das políticas públicas pode ser, numa análise clássica, decomposto em cinco fases: identificação do problema, formulação de soluções, tomada de decisão, implantação ou execução, e avaliação de resultados (Jones, 1984; Meny e Thoenig, 1992). A estratégia aqui seguida permite uma abordagem a algumas das questões essenciais para as três primeiras fases. Mas não suscita informação relativa à execução e à avaliação de resultados das políticas formuladas. Se considerarmos as políticas públicas como os *outputs* dos sistemas políticos, mais precisamente o conjunto de decisões e acções que emanam dos centros decisórios, ou seja, aquilo que os governos decidem fazer, ou não fazer (Dye, 2004), a estratégia seguida permite uma abordagem ao que os governos *decidem fazer*. Enquadra-se integralmente, portanto, no domínio das políticas públicas. Mas não permite a caracterização daquilo que os governos acabaram por *fazer efectivamente*. Esta é, naturalmente, uma condicionante da abordagem escolhida.

Uma outra condicionante consiste no facto de, ao seleccionar apenas documentos globais, com uma perspectiva macro, não serem considerados documentos ou iniciativas sectoriais, que podem incidir precisamente sobre o objecto de estudo (como sucede, aliás, no caso do Reino Unido e da Suécia), nem documentos e experiências realizadas ao nível local. Esta situação é particularmente relevante, na medida em que muitas das iniciativas realizadas nesta área têm tido origem, precisamente, no nível local (através de municípios e regiões, por exemplo).

O conjunto de vantagens que esta estratégia acarreta é, contudo, considerável, ultrapassando, na nossa avaliação, as limitações aqui apontadas. A primeira característica considerada como positiva consiste no facto de esta abordagem permitir a caracterização da forma como as instituições estudadas identificam o problema, colocando-o na agenda e conferindo-lhe saliência, no processo de redacção dos documentos, e que decisões formulam, face ao problema. Este tipo de documentos assume-se enquanto primeira forma de reconhecimento público de novas questões e problemáticas, fornecendo os primeiros indícios sobre o que os governos em causa pensam sobre essas questões, o que pretendem fazer e quais as suas eventuais motivações.

A análise destes documentos permite compreender, de forma próxima, através do discurso dos próprios actores, como se concebem e explicitam os problemas e qual a sua relevância para as futuras políticas públicas, consistindo numa espécie de representação do problema e das suas soluções, enquanto quadro mental de referência sobre a questão. Estes documentos devem ser encarados, deste modo, como uma primeira peça de um *puzzle*, cuja configuração final corresponderá à forma como as novas tecnologias se tornam um *issue* político e da saliência que poderão vir a assumir na agenda pública.

Como notam Budge e Bara, os documentos publicados pelas instituições políticas (particularmente pelos governos e pelos partidos) têm sido negligenciados, como ponto de partida para análises políticas com carácter sistemático (Budge *et al.*, 2001: 3). Outras fontes, como estudos de opinião e análises de investimento público têm sido privilegiadas, em detrimento da análise de documentos. Todavia, as reacções na opinião pública e as decisões sobre a alocação de recursos encontram-se no fim do processo das políticas públicas. As decisões democráticas, tal como as reacções públicas que suscitam, os debates e a formulação de prioridades e de preferências que se organizam em seu torno, encontram-se frequentemente expressas nos documentos. Uma parte essencial da democracia consiste na comunicação e a forma como as instituições comunicam passa, em grande medida, pelos documentos que publicam. As fontes textuais são, deste modo, uma fonte essencial de informação e de análise – que, aliás, a investigação historiográfica reconhece e na qual se baseia.

A análise histórica suporta-se, contudo, frequentemente em documentos isolados, referentes a um conjunto limitado de situações específicas. Esta abordagem não permite, por esse motivo, suscitar questões de carácter mais geral, nem a procura de regularidades com carácter sistemático e estatisticamente significantes. Seria

necessário, para este tipo de análise, um extenso conjunto de documentos. Essa é, precisamente, uma vantagem da estratégia aqui adoptada.

Uma vez que o número de documentos é alargado, a procura de regularidades estatísticas, nesta investigação, torna-se possível. O âmbito de análise foi delimitado, adicionalmente, de forma a compreender todos os documentos que fazem parte do universo e não apenas uma amostra. As conclusões da análise são, por esse motivo, válidas para a comparação das unidades incluídas no universo. A selecção de estudos de caso ou de iniciativas a nível local conduziria, pela sua profusão e dispersão, à necessidade de optar por uma análise fragmentada, parcial e casuística, baseada em casos isolados ou em amostras – afastando-se, portanto, do objectivo definido. A estratégia aqui adoptada permite, pelo contrário, uma análise comparativa de todos os casos, de acordo com os documentos disponíveis, e incidindo potencialmente sobre o universo.

Foram seleccionados, para tal, os documentos que abordam de uma forma global as políticas públicas para a sociedade da informação nos Estados membros e na União Europeia, no período que decorre entre 1994 e Julho de 2000. A delimitação geográfica do âmbito de análise foi circunscrita ao espaço da União Europeia, com os 15 Estados membros que a integraram até ao alargamento verificado em 2004: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido e Suécia.

Incluir a actividade de instituições nacionais no âmbito de análise é uma decisão natural, uma vez que os Estados são, na perspectiva tradicional, soberanos nas políticas que adoptam. A sua inclusão no âmbito de análise surge, desta forma, como evidente. A própria noção de políticas públicas remete, de forma imediata, para a actividade do Estado, pelo que a inclusão da sua actividade no âmbito de análise é não só natural, mas obrigatória. No entanto, a inclusão de instituições europeias pode parecer, por outro lado, discutível e carece, por esse motivo, de justificação.

A principal justificação para a inclusão da actividade das instituições europeias no âmbito de análise deve-se à relevância que a sua actuação assume na área da sociedade da informação. De acordo com a perspectiva adoptada sobre o processo de definição de políticas públicas para a sociedade da informação, no espaço correspondente aos Estados membros, no período em análise (1994 a 2000), a União Europeia desempenha um papel relevante, com relativa autonomia e capacidade de intervenção na definição e adopção de políticas públicas para a sociedade da informação, dentro do âmbito de análise adoptado neste estudo.

Esta perspectiva é, também, teoricamente aceitável, no quadro de uma teoria supranacional da integração – o que contribui, na nossa avaliação, de forma decisiva para a justificação do âmbito institucional de análise seleccionado. Esta delimitação abrange, portanto, os Estados membros referidos, bem como as instituições europeias que participam no processo de adopção dos actos comunitários: o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão (embora esta última desempenhe um papel central, como é demonstrado na análise efectuada).

Relativamente ao período temporal seleccionado, o primeiro parâmetro balizador consiste na data do início das políticas públicas para a sociedade da informação. Efectivamente, as primeiras políticas coerentes para a sociedade da informação surgem, na generalidade dos países (com escassas excepções), apenas depois de 1993. Em Setembro de 1993, a Presidência dos Estados Unidos da América publica o documento *The National Information Infrastructure: Agenda for Action* (Estados Unidos 1993). Este documento lança as bases das super auto-estradas da informação nos Estados Unidos, consideradas como uma prioridade por Clinton e Gore. Embora referindo o conceito de “idade da informação” e não de “sociedade da informação”, a *National Information Infrastructure* marca o início de uma geração de políticas públicas para a sociedade da informação.

Em Dezembro de 1993, três meses depois da publicação do documento da administração de Clinton e Gore, a Comissão Europeia publica O *Livro Branco Crescimento, Competitividade, Emprego*. O *Livro Branco* sublinha a importância da sociedade da informação como chave para o crescimento e a competitividade económica, a criação de emprego e uma melhor qualidade de vida para os cidadãos europeus.

Este documento é considerado de tal forma relevante que, na introdução às actividades da União Europeia no domínio da sociedade da informação, no seu sítio na *Internet*, é afirmado que “o lançamento de uma política *coerente e global* no domínio da sociedade da informação ocorreu em 1994, na sequência do Livro Branco da Comissão sobre ‘Crescimento, Competitividade e Emprego’, publicado em 1993”<sup>1</sup>.

O último trimestre de 1993 torna-se, assim, o período a partir do qual as políticas públicas para a sociedade da informação adquirem o estatuto de destaque que irão manter, nos países industrializados dos dois lados do Atlântico, nos anos seguintes.

---

<sup>1</sup> <http://www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l24100.htm> (visualizado a 21 de Junho de 2004). Destaque nosso.

Na sequência do *Livro Branco* um grupo de alto nível elabora, em 1994, o relatório *A Europa e a Sociedade Global da Informação*, apresentado na reunião do Conselho Europeu de Corfu, em 24 e 25 de Junho de 1994, sobre as medidas específicas a levar a cabo pela Comunidade e pelos Estados membros para as infra-estruturas no domínio da informação – que ficou conhecido como *Relatório Bangemann*, devido ao nome do primeiro responsável pelo Grupo de Alto Nível sobre a Sociedade da Informação, Martin Bangemann. Pretendia-se que o Conselho adoptasse, com base neste relatório, um programa operacional, definindo medidas concretas a adoptar e estabelecesse os meios correspondentes.

Um grupo de países publica, na sequência do *Relatório Bangemann*, até Janeiro de 1995, relatórios e planos de acção relativos à sociedade da informação. E, num período de cerca de 4 anos, mais precisamente entre Agosto de 1994 e Julho de 1998, todos os países da União Europeia iniciaram a publicação de documentos dedicados à reflexão e ao estabelecimento de estratégias nacionais para a sociedade da informação.

O segundo parâmetro balizador do período temporal seleccionado para a análise, encerrando-o, corresponde a Junho de 2000. Foi escolhida esta delimitação devido ao facto de o plano de acção *e-Europe – An Information Society for all* ser apresentado no Conselho da Feira, a 19 e 20 de Junho de 2000. Este documento constitui um novo marco nas políticas adoptadas pela União Europeia para a sociedade da informação, na medida em que fornece uma agenda clara para a actuação: define áreas privilegiadas (literacia digital na juventude europeia, custos de acesso à *Internet*, intensificação do comércio electrónico...) e acções específicas (por exemplo: no final de 2001 todas as escolas na Europa deveriam ter acesso à *Internet* e a recursos multimédia – cf. p. 14), identificando os actores e o prazo para a concretização das acções apresentadas.

Por este motivo, é possível colocar a hipótese de que as políticas públicas para a sociedade da informação, a partir deste plano de acção, se possam tornar mais semelhantes entre os vários Estados membros, convergindo para os objectivos que aí são estabelecidos. Incluir documentos posteriores à adopção deste plano de acção implicaria, portanto, considerar mais uma variável independente na análise, aumentando eventualmente a sua complexidade. Para além disso, o impacto potencial do plano de acção será, de acordo com a hipótese proposta, de diminuição da diversidade das políticas públicas – o que poderia reduzir, também, o interesse da própria análise.



Existem seguramente poucos momentos em que tantos governos apresentem um modelo de sociedade, ou uma proposta global de intervenção na sociedade, em torno de um referencial comum (neste caso, a "sociedade da informação"), e num espaço de tempo tão reduzido. Esta é considerada, por estes motivos, uma oportunidade privilegiada de análise.

As estratégias para a sociedade da informação assumem, no entanto, uma grande diversidade – pelo menos na sua forma. Vários governos adoptaram uma "Iniciativa Sociedade da Informação", um Livro Branco ou uma agenda governamental. Estas iniciativas foram seguidas por planos de acção mais concretos, no caso de alguns países, um pouco mais tarde. Alguns destes planos de acção, ou destas estratégias, surgem como o início de um processo que se pretende com actividade de avaliação e acompanhamento regular, enquanto outros assumem imediatamente uma natureza plurianual. Algumas estratégias são detalhadas, apresentando objectivos muito concretos e prazos explícitos de concretização. Outras estabelecem ou definem objectivos gerais e um quadro de acção, mas são imprecisas quanto a medidas de acção ou prazos para a concretização de intervenções.

Os Estados também seguiram, neste período, políticas diferentes quanto aos protagonistas das políticas públicas para a sociedade da informação. Em alguns casos, o Ministério da Economia desempenha um papel central (como sucede na Finlândia e na Alemanha). Noutros casos, o esforço parece ser assumido directamente pelo Primeiro-Ministro e pelo seu Gabinete (como a Grécia, Irlanda e Itália), noutros parece assumir protagonismo o Ministério da Educação. Em alguns países, surgem comissões com natureza consultiva ou com características transversais a vários ministérios.

A partir desta delimitação do âmbito de estudo e desta diversidade de realidades foi seleccionado um total de 60 documentos. A análise respectiva foi orientada para a caracterização da relevância e da saliência das questões relacionadas com a democracia e com a sociedade da informação e para a sua variação de acordo com variáveis contextuais. Esta análise foi guiada pela hipótese central, acima colocada, segundo a qual a relevância e a saliência atribuída a estas questões, nos documentos em análise, será tanto maior quanto mais afastados dos centros de poder se encontrarem os seus agentes enunciadoreis.

Optou-se, para a exploração desta hipótese, e tendo em consideração a natureza do corpo de análise, pelo recurso a técnicas de análise de conteúdo. A abordagem à hipótese central, bem como às hipóteses secundárias que daqui decorrem, é efectuada através de uma análise de conteúdo dos títulos e do texto dos documentos. Para além

de uma primeira análise de conteúdo efectuada manualmente aos títulos dos documentos (embora orientada por pesquisa por computador), são também utilizados recursos informáticos para a codificação automática do seu texto, processando-se a partir de um dicionário desenvolvido de acordo com os objectivos da investigação, bem como para o tratamento e a análise da informação.

São, também, no decurso da análise de informação, quando possível e considerado necessário, testadas hipóteses alternativas, de forma a avaliar a possibilidade de surgirem outras associações, ou variáveis explicativas, eventualmente mais relevantes tornando-se prevacentes sobre as hipóteses decorrentes da hipótese central aqui proposta.

Explicitados os principais parâmetros de ordem teórica que presidem a este trabalho, bem como o seu enquadramento empírico, cabe reportar a forma de organização dos conteúdos aqui adoptada.

A estrutura do texto é constituída por quatro capítulos. É apresentada, no primeiro capítulo, uma exploração da noção de sociedade da informação. Este capítulo encontra-se dividido em seis pontos.

No primeiro ponto deste capítulo é discutida a noção de informação automática, que se encontra na origem do termo *informática*, e caracterizada a evolução de duas das suas características mais marcantes: a capacidade de armazenamento e a capacidade de processamento de informação.

O segundo ponto versa sobre a relação entre a evolução dos recursos de informação automática e os domínios público e privado. Dá-se particular relevância, nesta análise, à origem pública dos primeiros recursos informáticos e ao progressivo alargamento, com o desenvolvimento da tecnologia e o amadurecimento da sua utilização, para o domínio privado.

Aborda-se, no terceiro ponto, a informação enquanto actividade económica. O início da utilização regular de soluções informáticas, por parte de empresas privadas, implicou o crescimento da área de informação como um sector economicamente relevante. A evolução deste sector ao longo das últimas décadas é discutida neste ponto.

O quarto ponto propõe uma leitura do impacto do sector informacional sobre a restante economia. As novas tecnologias de informação e comunicação não revelam consequências apenas no seu sector económico específico, assumindo igualmente impacto sobre os restantes sectores económicos. Muito do interesse actual das

tecnologias de informação e comunicação e do respectivo impacto sobre a produtividade e o crescimento económico, não se centra unicamente no sector das tecnologias de informação e comunicação, mas também sobre a restante economia. Esta tendência é discutida neste ponto, privilegiando a sua relação com a produtividade e com a globalização.

Discute-se, no quinto ponto, a natureza do Estado informacional. As novas TIC fazem sobressair, na organização e na forma de funcionamento do Estado, particularmente na sua relação com os cidadãos, características de controlo e de vigilância administrativa. São abordadas, neste ponto, três fases deste processo: a utilização de tecnologia na investigação científica e em aplicações militares; a sua utilização ainda como tecnologia de informação, na gestão de informação sobre contribuições e impostos (influenciada pelo início do desenvolvimento da micro-informática); e o início da sua utilização como tecnologia de comunicação, com o surgimento da *World Wide Web*.

O sexto ponto centra-se na perspectiva do trabalhador e do cidadão na sociedade da informação. A leitura proposta valoriza o resultado das influências conflitantes da globalização económica e do controlo administrativo do Estado.

É apresentada, no segundo capítulo, uma discussão sobre as questões relacionadas com a democracia, a participação e as novas tecnologias. Este capítulo encontra-se dividido em cinco pontos.

No primeiro é apresentada uma discussão das noções de democracia, de representação e de participação, em que é argumentada a imprescindibilidade da participação na teoria democrática, independentemente da relevância atribuída à representação. É também abordada, neste ponto, a relação explicitamente formulada, em algumas perspectivas, entre a escala (territorial e demográfica) e a necessidade de limitação da participação.

O segundo ponto deste capítulo incide sobre a evolução histórica do apoio à democracia e da relação estabelecida entre os cidadãos e os seus representantes, nas democracias ocidentais. São apresentados, neste ponto, elementos que sustentam a hipótese da existência de uma desafeição e afastamento crescentes, face às instituições representativas.

O terceiro ponto aborda a relação entre novas tecnologias e participação. Este ponto inicia-se com uma apresentação de um conjunto de autores, alguns dos quais da área da sociologia e da ciência política, que tratam esta possibilidade, desde a década de

1970. São também discutidos alguns dos riscos para a democracia e para a ordem liberal, possivelmente decorrentes da utilização de novas tecnologias na participação política dos cidadãos. É, ainda, adoptada e apresentada uma tipologia de caracterização de níveis de participação, utilizada posteriormente na análise de informação empírica. São, também, sintetizados os argumentos justificativos da possibilidade de recurso às novas tecnologias na participação dos cidadãos, cujas bases são estabelecidas ao longo dos três primeiros pontos deste mesmo capítulo. É ainda apresentada, neste ponto, uma síntese dos cenários teóricos em que pode ser enquadrada a utilização de novas tecnologias para a participação dos cidadãos e estabelecida, a partir destes cenários, a hipótese central da investigação.

Discute-se, no quarto ponto, a importância dos documentos de políticas públicas globais para a sociedade da informação para a análise dessas mesmas políticas. Recorre-se, para o efeito, a uma decomposição das fases das políticas públicas, de forma a enquadrar a importância que estes documentos assumem no seu processo global. Este ponto permite justificar a opção pelo recurso a fontes textuais, através da análise de documentos, bem como a limitação do âmbito de análise aos 15 Estados membros da União Europeia.

É abordada, no quinto ponto, a relevância da União Europeia, partindo das teorias da integração regional. Esta análise permite justificar a inclusão da União Europeia no âmbito de análise, a par dos Estados membros, bem como a delimitação temporal ao período compreendido entre 1994 e Junho de 2000.

Quanto ao terceiro capítulo, que se encontra dividido em dois pontos, apresenta uma caracterização histórica e um breve enquadramento político e institucional dos documentos das políticas públicas globais para a sociedade da informação, de acordo com o âmbito de análise delimitado no capítulo anterior.

O primeiro ponto deste capítulo caracteriza a actividade da União Europeia na adopção de políticas públicas para a sociedade da informação, através da identificação dos seus principais documentos, até 2000. Justifica-se ainda, neste ponto, a relevância e a influência das instituições europeias na área, a partir da análise da sua acção concreta.

É efectuada, no segundo ponto, uma tipificação dos principais documentos e do respectivo enquadramento político e institucional, para cada um dos Estados membros. Esta exposição encontra-se ordenada de forma alfabética, incluindo os 15 Estados membros.

Este terceiro capítulo permite, para além da apresentação dos resultados do processo de recolha de informação, a justificação das opções tomadas na selecção dos documentos para a análise efectuada no capítulo seguinte, bem como a correspondente contextualização, recriando alguns elementos essenciais da textura da sua elaboração e publicação.

Por seu lado, o quarto capítulo consta de uma análise dos documentos das políticas públicas globais para a sociedade da informação, seleccionados a partir da exposição realizada no capítulo precedente, encontrando-se dividido em quatro pontos.

No primeiro processa-se a apresentação dos documentos seleccionados, através de variáveis gerais de caracterização, de forma a melhor apreender a sua diversidade e heterogeneidade.

Num segundo ponto procede-se a uma análise de conteúdo qualitativa da saliência das questões relacionadas com a democracia e com a participação, a partir da estrutura de títulos dos documentos.

O terceiro ponto consta de uma apresentação e discussão das opções consideradas e dos procedimentos adoptados, na preparação da análise de conteúdo quantitativa.

Por fim, no quarto ponto, apresenta-se a análise de conteúdo quantitativa da saliência da participação e da democracia, para o conjunto dos documentos seleccionados.

O segundo e o quarto pontos deste capítulo direccionam-se para o teste da hipótese central, hipótese essa colocada no primeiro capítulo. Este teste é efectuada através da exploração, no decurso da análise, de hipóteses secundárias e da tentativa de validação de resultados, através do teste de hipóteses alternativas.

Efectuada a apresentação da problemática central, dos objectivos essenciais da Tese, bem como da estrutura seguida na exposição, passamos em seguida à abordagem dos pressupostos teóricos fundamentais ao posterior desenvolvimento da investigação.

## 1. A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Sociedade da informação é um dos termos frequentemente utilizados na caracterização da sociedade pós-industrial. Esta é, em termos gerais, uma sociedade com uma economia em transição dos bens para os serviços, sujeita a uma aceleração do processo de globalização, com uma mudança da estrutura ocupacional e uma crescente relevância assumida pelos trabalhadores na área da informação, no sistema de estratificação social. A dimensão tecnológica, bem como o seu impacto económico e social, são sublinhados em muitas das análises da sociedade da informação. A questão tecnológica não é, contudo, nem nova, nem exclusiva de uma sociedade da informação.

O desenvolvimento tecnológico foi acompanhado, ao longo dos últimos séculos, de profundas alterações na actividade humana. A invenção da máquina a vapor, em meados do século XVIII, a descoberta da telegrafia sem fios ou do raio-x, em finais do século XIX, ou o desenvolvimento dos princípios de funcionamento do computador, a partir de meados do século XIX, são exemplos de processos que modificam a organização dos transportes e das comunicações, a nossa percepção do espaço e do tempo, o conhecimento do corpo humano, a prática da medicina, a realização de operações de cálculo e o armazenamento de informação.

No entanto, a percepção da mudança é actualmente revestida de algum excepcionalismo. Hobsbawm observou que se encontram em curso, desde 1975, as maiores e mais rápidas mudanças registadas até ao momento na história (1994: 8). Esta afirmação não implica, como nota Webster (2001), que estas mudanças sejam tão imediatamente condicionantes ou impositivas como os acontecimentos ocorridos, por exemplo, no desenrolar das guerras mundiais ou da revolução russa. Nestes casos, os conflitos e as revoluções surgem e impõem mudanças dramáticas e frequentemente devastadoras. Contudo, os seus sobreviventes retomam um modo de vida que é, em grande medida, semelhante ao anteriormente existente. As populações regressam aos campos ou, mais recentemente, às fábricas, se necessário para reconstruir e recomeçar de novo.

As mudanças actualmente em curso transformam, pelo contrário, o nosso modo de vida. Os transportes e as comunicações permitem cobrir distâncias cada vez mais alargadas, em cada vez menos tempo. A automação industrial e a robótica permitem

uma produção industrial que emprega cada vez menos mão-de-obra desqualificada e intensiva. Surgem novas profissões e ocupações, enquanto outras se tornam rapidamente obsoletas. A engenharia genética transforma a reprodução das espécies. Estas alterações têm impacto sobre as actividades de produção mas, também, sobre a organização da família, a estruturação das relações de sociabilidade e de socialização, os valores e as expectativas dos indivíduos e a sua relação com as instituições. Neste contexto, o desenvolvimento de tecnologias com impacto directo sobre as noções de informação e de comunicação assume várias especificidades.

### 1.1. A informação automática

Muitas das mudanças em curso na nossa sociedade apoiam-se na evolução tecnológica registada nas últimas décadas. Depois das mudanças tecnológicas que permitiram, a partir do Século XVIII, a progressiva substituição de muitos processos de manufactura pela produção industrial, um novo conjunto de tecnologias, com um desenvolvimento particularmente acentuado desde meados do Século XX, tem vindo a constituir uma das bases das mudanças sociais em curso.

A evolução da tecnologia não representa, em si, uma alteração social relevante. Apesar de a tecnologia ser reflexo de uma cultura, de um conjunto de valores associados à investigação, existem inúmeros exemplos de inovações tecnológicas que demoraram muito tempo até encontrarem uma utilização com consequências sociais relevantes. Não é possível afirmar, por este motivo, que determinadas mudanças sociais relevantes decorrem exclusivamente do surgimento ou do desenvolvimento acelerado de um conjunto de tecnologias. A tecnologia pode constituir, contudo, um dos factores na base da mudança social. Foi, em grande medida, o caso da Revolução Industrial, durante os Séculos XVIII e XIX. É também esse o caso actualmente, com a revolução informacional em curso.

O sistema de produção capitalista, em que o aumento da mecanização na produção (permitido pela evolução da tecnologia) se associou à acumulação de capital, conduziu a alterações extensamente estudadas na sociologia e na ciência política. A sociedade pós-industrial também encontra na mudança tecnológica uma base essencial da sua evolução. Esta mudança tecnológica traduz-se essencialmente numa capacidade crescente em três áreas: o processamento, o armazenamento e a difusão de informação.

A principal área tecnológica particular a esta revolução informacional é a da informação automática – a *informática*. O termo foi criado por Philippe Dreyfus, em 1962, a partir da junção dos termos *informação* e *automática*, para designar as disciplinas que têm por objectivo o tratamento automático, a preservação e a comunicação de informação. Esta área tecnológica encontra-se no centro do desenvolvimento da capacidade de processamento, armazenamento e difusão de informação que estabelece uma base essencial da sociedade da informação.

A necessidade de processamento de grandes volumes de dados levou ao desenvolvimento de outras tecnologias, como a mecanografia, antes do surgimento da informática moderna. Estas tecnologias já tinham, contudo, como objectivo a mecanização, recolha e tratamento de dados estatísticos e contabilísticos. Em finais do século XIX, o norte-americano Herman Hollerith colocou a primeira máquina mecanográfica ao serviço do *Census Bureau*, o serviço da administração responsável nos Estados Unidos da América do Norte (E.U.A.) pelo recenseamento da população. Aí, o recenseamento revestia-se de uma certa importância, devido ao facto de a Constituição se basear nos seus resultados para assegurar a representação equitativa da população nas duas Câmaras (Breton e Proulx, 1997: 91). Esta medida, tomada em 1787, quando o Novo Mundo contava com menos de 4 milhões de habitantes, revelava-se difícil de organizar. O crescente movimento demográfico da população, devido à imigração, à transferência de população para o Oeste e à elevada taxa de natalidade dos recém-chegados, acentuava a importância de contar com informação actualizada. Um século depois, em 1880, os E.U.A. tinham mais de 50 milhões de habitantes e foram necessários sete anos para tratar manualmente o recenseamento. Na operação seguinte, em 1890, foi utilizada, pela primeira vez, a máquina mecanográfica de Hollerith. O apuramento dos resultados foi realizado, neste recenseamento, em cerca de dois anos e meio.

As necessidades de processamento de informação foram satisfeitas, durante o primeiro quartel do Século XX, através do desenvolvimento de uma primeira geração de computadores analógicos, que recorriam a um modelo mecânico ou electromecânico do problema, como base para o cálculo. Esses computadores tinham ainda, contudo, uma capacidade de programação e de cálculo muito limitadas.

Esta primeira geração de computadores analógicos é substituída, durante as décadas de 1930 e de 1940, por uma segunda geração de computadores que utilizavam válvulas termoiónicas no seu funcionamento. É o caso, por exemplo, do computador inglês *Colossus*, utilizado durante a Segunda Guerra para decifrar códigos utilizados



pelas forças alemãs, ou do norte-americano ENIAC, empregue no cálculo de tabelas balísticas para a artilharia dos E.U.A., no final da última Guerra Mundial. A invenção da electrónica digital e de recursos que permitiam uma maior flexibilidade na programação das máquinas são etapas relevantes, embora seja difícil indicar claramente a máquina a merecer o título de primeiro computador electrónico digital, como refere Shannon (1940). Ainda assim, estes computadores eram máquinas de enorme dimensão, com um custo muito elevado, instáveis (uma vez que as válvulas se queimavam rapidamente) e com capacidades ainda muito limitadas.

Na década de 1960 surge uma terceira geração de computadores, em que a indústria começa a substituir as válvulas termoiónicas por transistores. Os transistores, com maior durabilidade, menor dimensão e custos de produção mais baixos do que as válvulas, assumiram um papel essencial na posterior massificação dos computadores. É, também, a partir da análise da capacidade dos transistores que melhor se consegue avaliar a evolução da capacidade de processamento de informação.

A utilização de transistores nos computadores foi gradualmente integrada em placas com circuitos integrados, ou *microchips*, conduzindo às gerações seguintes de microprocessadores e de computadores. Esta integração veio a suscitar, em 1965, a observação de Gordon Moore, mais tarde co-fundador da Intel, num artigo publicado na revista *Electronics Magazine* (Moore, 1965), segundo a qual o número de transistores integrados nos *microchips* produzidos ao custo mais baixo tinha, até aí, praticamente duplicado anualmente. Moore considerava, neste artigo, que o ritmo de crescimento se poderia situar num patamar próximo do da duplicação em cada dois anos, na próxima década, levando a que um circuito integrado produzido ao custo mais baixo pudesse incluir um total de 65.000 componentes, em 1975. Esta tendência de evolução confirmou-se, de uma forma geral, não só na década seguinte, como ao longo de cerca de 40 anos, fazendo com que se tornasse conhecida como a *lei* de Moore.

A confirmação desta tendência significa que o crescimento da capacidade de cálculo dos computadores tem sido exponencial, no sentido literal do termo. O primeiro microprocessador criado pela Intel, em 1971, o modelo 4004, tinha 2.300 transistores. O modelo Dual-Core Itanium 2, lançado pela mesma empresa em 2006, integra mais de mil milhões. Utilizando apenas este indicador, a capacidade de um

processador de computador aumentou cerca de 435.000 vezes, em 35 anos<sup>2</sup>. Esta tendência não é, contudo, importante apenas pela sua relevância tecnológica: é-o sobretudo pelas mudanças sociais a que abre caminho.

Um segundo domínio em que a evolução da informática conduz a consequências socialmente relevantes é o do armazenamento de informação. A sociedade da informação apoia-se, a par da capacidade de processamento de informação, numa capacidade crescente de a armazenar digitalmente, em código binário, sob a forma de zeros e uns.

Apesar de a capacidade de armazenamento de informação ser uma característica actualmente comum a vários equipamentos, como o telefone, o rádio ou a televisão, e de poder ser caracterizada através de vários indicadores, o atributo que melhor permite ilustrar a sua evolução nas últimas décadas é a capacidade dos discos rígidos utilizados nos computadores.

Aquele que é considerado como o primeiro disco rígido, no sentido actual do termo, o *350 Disk Storage Unit*, foi construído pela IBM em 1956. Este equipamento era constituído por uma coluna de 50 discos sobrepostos, com cerca de metro e meio de altura e 60 centímetros de diâmetro, e tinha uma capacidade total de 5 megabytes (Lesser e Haanstra, 1957). Este disco foi integrado num dos últimos computadores em que a IBM utilizou válvulas termoiónicas, o *305 RAMAC (Random-Access Memory Accounting)*<sup>3</sup>. Em 2006, a Seagate lança um disco para utilização em computadores pessoais (Seagate Barracuda 7200.10), com uma capacidade de 750 gigabytes. Cinquenta anos depois, qualquer computador pessoal de utilização doméstica pode estar equipado com um disco que armazena 150.000 vezes mais informação do que o primeiro computador empresarial a utilizar um disco rígido.

Esta evolução na capacidade de armazenamento de informação veio a suscitar o alargamento do princípio proposto por Moore também à capacidade dos discos rígidos. Não é, deste modo, apenas a capacidade de processamento de informação que tem sofrido um crescimento exponencial. A capacidade de a armazenar também.

A conjugação da evolução nestes dois domínios da informática tem levado a que uma quantidade crescente das representações da realidade, na nossa sociedade, sejam de

---

<sup>2</sup> Para mais informação sobre esta evolução, veja-se o sítio na *Internet* da Intel, em [www.intel.com](http://www.intel.com), particularmente as páginas dedicadas à lei de Moore, em <http://www.intel.com/technology/mooreslaw/> e à cronologia da evolução da tecnologia desenvolvida pela empresa, em <http://www.intel.com/museum/corporatetimeline/>.

natureza digital. É o caso dos textos que escrevemos ou a que temos acesso. Da imprensa escrita diária à literatura, os textos são manipulados e armazenados digitalmente. É o caso do som. Da rádio à edição musical, passando pela comunicação telefónica, a utilização de soluções para processamento e armazenamento digital de som cobre todas as áreas. É, também, o caso da imagem. Da fotografia amadora à emissão de televisão, a imagem é hoje em dia crescentemente digital. Mas é, também, o caso de outro tipo de representações da realidade, como as listas ou as bases de dados. As listas redigidas por utilizadores domésticos (dos discos ou filmes preferidos, dos contactos pessoais, ou dos movimentos bancários), por empresas (dos seus colaboradores, clientes, fornecedores, produtos, serviços ou contabilidade) ou pela administração pública (dos seus funcionários, serviços, recursos ou dos cidadãos) são, cada vez mais, ficheiros com informação em formato digital. Esta evolução justifica a observação de Negroponte (1995), segundo a qual uma das mudanças essenciais da nossa sociedade consiste na passagem dos átomos para os bits. A informação encontra-se cada vez mais, na nossa sociedade, sob a forma digital.

Um terceiro domínio em que a evolução da informática implica consequências sociais relevantes é o da difusão de informação. Para além da capacidade de processamento e de armazenamento de informação, a circulação da informação através de redes de computadores é outro pilar da revolução informacional.

A *Internet* é, apesar de existirem muitas outras redes de computadores, o exemplo paradigmático de uma rede global através da qual circula informação digital. A *Internet* corresponde, na prática, a um conjunto de computadores ligados entre si, em rede, com recurso a um conjunto de protocolos de comunicação. Estes protocolos permitem às máquinas “falar a mesma linguagem”, no processo de comunicação. Qualquer computador que se ligue a um destes computadores, já ligados, poderá, por sua vez, ter também acesso à *Internet*.

Os primeiros passos para o desenvolvimento da *Internet* situam-se em meados da década de 1960 e encontram-se intimamente ligados à tentativa de ultrapassar condicionantes impostas pelo espaço. Uma tarefa essencial assegurada pelos computadores, na década de 1960, consistia, como vimos, na realização de operações de cálculo. Apesar da sua sofisticação e elevada capacidade, para a altura, as operações de cálculo eram frequentemente complexas e morosas. Surge, por esse motivo, a ideia de juntar computadores, de forma a permitir o cálculo cooperativo,

---

<sup>3</sup> Veja-se, sobre este equipamento, <http://www->

efectuado conjuntamente por dois ou mais computadores. Estes computadores encontravam-se, contudo, em várias universidades e centros de investigação, distantes entre si, sendo, adicionalmente, máquinas de grandes dimensões, o que impossibilitava qualquer deslocação. As limitações impostas pelo espaço eram, desta forma, determinantes.

Dois grandes computadores, distantes entre si, apenas poderiam efectuar cálculo cooperativo se existisse uma forma de os ligar através de um canal de comunicação e de os fazer trabalhar conjuntamente, à distância. Lawrence Roberts e Thomas Merrill ligam com sucesso, em 1965, os computadores TX-2, no Massachussets, e Q-32, na Califórnia, através da rede telefónica, estabelecendo a primeira ligação entre computadores – ou seja, o primeiro esboço de uma rede de computadores (Leiner, Cerf et. al, 1998). O resultado desta experiência permitiu perceber que o cálculo cooperativo à distância era exequível, abrindo caminho para os desenvolvimentos que o tornariam numa possibilidade efectiva, nos anos seguintes. O espaço deixava de ser um constrangimento à ligação entre computadores e à sua comunicação.

O desenvolvimento destas formas de comunicação entre computadores evoluirá, nas décadas seguintes, até à configuração actual da *Internet*. Existe, contudo, neste processo, um momento de viragem, a partir do qual o crescimento e o alargamento da utilização social da *Internet* se acentua claramente. Esse momento pode ser situado, sem grande margem para dúvidas, em 1991.

A tentativa de delimitação de fases precisas na evolução de processos sociais nem sempre se revela fácil. O ano de 1991 configura-se, no entanto, como um marco, já que apresenta pelo menos três momentos críticos para a utilização social das novas tecnologias de informação e comunicação.

A 17 de Maio desse ano é lançado o *software World Wide Web (WWW)*, pelo *Centre Européen de Recherche Nucleaire (CERN)*<sup>4</sup>, na Suíça (Cailliau, 2001). O *software*, desenvolvido por Tim Berners-Lee, um cientista inglês a trabalhar no CERN, utiliza a *Internet* como base para a navegação através de texto com ligações (*links*) para outros pontos no mesmo texto, outros documentos no mesmo servidor ou mesmo em outros servidores – o hipertexto global. A *World Wide Web* é, na própria definição de Berners-Lee, um sistema global de hipertexto baseado na *Internet* (Berners-Lee,

---

[03.ibm.com/ibm/history/exhibits/storage/storage\\_350.html](http://03.ibm.com/ibm/history/exhibits/storage/storage_350.html).

<sup>4</sup> A instituição virá a adoptar posteriormente a designação *European Laboratory for Particle Physics* mantendo, contudo, o acrónimo CERN. Veja-se, para mais informação, o sítio na *Internet* do CERN, em [www.cern.ch](http://www.cern.ch).

1999)<sup>5</sup>. O primeiro computador a funcionar como servidor *WWW*, ou seja, o primeiro elemento da *World Wide Web*, surge ainda em 1991, no CERN.

Antes da invenção de Berners-Lee, a utilização da *Internet* exigia o domínio de conhecimentos de programação, de forma a dar as instruções necessárias para aceder aos conteúdos e aos computadores ligados em rede. Com a invenção da *WWW*, qualquer pessoa pode aceder a conteúdos colocados na *Internet*, através de uma lógica de navegação: a escolha de uma ligação num texto envia-nos para outro local, sem necessidade de digitar instruções em código. Uma determinada página na *WWW* já inclui, no seu conteúdo, um conjunto de ligações possíveis. O utilizador, ao seleccionar uma dessas ligações (habitualmente com um clique do rato), acciona um comando para aceder a essa informação. Foi esta forma de selecção de conteúdos, simples e rápida, que deu origem às imagens segundo as quais a *WWW* permitia *navegar*, ou *surf*, na *Internet*.

A *World Wide Web* será o suporte que irá facilitar, poucos anos mais tarde, a utilização da *Internet* por parte do grande público, permitindo a sua rápida massificação. Para além da simplicidade de utilização, o facto de Berners-Lee prescindir dos direitos de autor sobre a sua invenção acelera ainda mais a disseminação e facilita a sua generalização, poucos anos mais tarde. Aliás, o sucesso da *WWW* é tão grande que, na maior parte dos casos em que nos referimos à *Internet* nos estamos a referir, na prática, à *WWW*. Os dois termos são, hoje em dia, praticamente sinónimos. A situação não era de todo semelhante, há menos de duas décadas. No início da década de 1990, existiam um conjunto de recursos que eram claramente diferenciados, na *Internet*, como os *Bulletin Board Systems* (BBS), os acessos em *File Transfer Protocol* (*ftp*), os *Wide Area Information Servers* (WAIS), o protocolo *Gopher* ou o correio electrónico (*e-mail*). Actualmente, a *WWW* (ou o hipertexto) abarca a quase totalidade da *Internet*. Ou seja, a quase totalidade dos seus conteúdos estão disponíveis através de ligações de hipertexto.

Ainda no mesmo ano, a *National Science Foundation*, nos E.U.A., levanta as restrições à utilização comercial da *Internet* (NASA, 2000). Esta medida representa o alargamento exponencial do número de potenciais utilizadores da *Internet*, saindo do domínio exclusivamente militar e académico a que se encontrava limitada.

---

<sup>5</sup> Veja-se, a título introdutório, de entre as referências relativas à origem da *World Wide Web*, Zakon (1999) e NASA (2000).

Em Dezembro do mesmo ano é assinado pelo Presidente dos E.U.A., George Bush Sr., o *High-Performance Computing Act*<sup>6</sup>. O documento tem como objectivo expresso, na sua apresentação, o estabelecimento de “um programa federal coordenado que garanta uma liderança duradoura dos E.U.A. na computação de elevado desempenho” (Estados Unidos, 1991). O *High Performance Computing Act* estabelece, a partir deste objectivo, um conjunto de medidas destinadas a garantir a liderança dos Estados Unidos na capacidade de computação e nas suas aplicações recorrendo, em grande parte, ao desenvolvimento de soluções baseadas em redes de computadores – que constituem a base tecnológica da *Internet*. Veja-se, como exemplo da importância das redes de computadores, uma das medidas relativas ao *National High-Performance Computing Program*, segundo a qual o programa “(...) promoverá a conectividade entre redes de computadores de agências e departamentos federais” (*idem*, Título I, Secção 101, #a, 2, c).

O ano de 1991 assume-se, deste modo, enquanto uma referência neste domínio, devido ao investimento no estabelecimento de redes de computadores, através do *High Performance Computing Act*, ao surgimento da possibilidade de utilização comercial da *Internet* e ao lançamento de uma aplicação que permite a navegação de forma quase intuitiva por conteúdos colocados em rede, por parte de um público alargado.

A progressão inicial da utilização da *Internet* é essencialmente centrada nos meios académicos e de investigação. Ainda assim, o crescimento do seu número de utilizadores é bastante rápido, existindo, em Agosto de 1995, um total estimado de 26 milhões de utilizadores (NUA, 2001). Contudo, em pouco mais de uma década, o seu crescimento alcançou um ritmo exponencial, ultrapassando os 1.100 milhões de utilizadores em 2006 (Internet World Stats, 2007), representando cerca de 17% da população mundial e tornando-se num meio de comunicação à escala global.

Tal como com os processos de evolução da capacidade de processamento e de armazenamento de informação, acima referidos, o principal contributo das redes em que circula informação em formato digital, e de que a *Internet* é um exemplo paradigmático, não se prende com a evolução da tecnologia ou, sequer, com a progressão do seu número de utilizadores, mas com o conjunto de mudanças sociais que facilita.

---

<sup>6</sup> O *High-Performance Computing Act* foi aprovado pela Casa dos Representantes a 20 de Novembro, pelo Senado a 22 de Novembro e assinado pelo Presidente a 9 de Dezembro de

A principal mudança associada às redes de circulação de informação digital, e que a evolução da *Internet* ilustra de forma paradigmática, relaciona-se com a forma de acesso à informação. O acesso à informação digital passa a ser, com estas redes, efectuado de uma forma contínua, em substituição de um paradigma de acesso discreto. Antes da massificação da *Internet*, o acesso à informação era localizado em momentos específicos, claramente isolados e delimitados no tempo, de forma discreta. Um texto em formato digital circulava entre computadores através de um suporte físico, como uma disquette. Um disco de música circulava no espaço através de um CD, em que as faixas se encontravam gravadas. Um filme encontrava numa cassete (em formatos como o Beta, ou o VHS) um suporte físico indispensável para poder ir de um ponto para outro, no espaço. Estes suportes implicam uma descontinuidade na circulação da informação em formato digital. Existia, entre dois computadores que tinham acesso à mesma informação, um hiato devido à necessidade de circulação do suporte físico que continha a informação (todo o texto, toda a música ou todo o filme que se pretende visualizar).

Apesar de continuarem a existir, actualmente, muitos suportes físicos com a função de transportar informação (como as pen disk, os CD ou os DVD), a necessidade de recorrer a estes suportes é cada vez mais reduzida. É possível, hoje em dia, enviar textos de um computador para outro através da *Internet*, ou retirar músicas e filmes da *Internet*, a qualquer momento, pagando um custo mais baixo do que o da compra do mesmo conteúdo num suporte físico. As redes de informação correspondem às auto-estradas em que a informação digital circula permanentemente. Este cenário de ligação em rede é frequentemente comparado ao fornecimento de electricidade. Tal como a rede eléctrica liga todas as casas, escritórios e fábricas para fornecer energia, também a rede informacional permite o acesso à informação, onde seja necessária. Uma outra metáfora útil para ilustrar esta alteração é a das redes de abastecimento de água. Antes da sua criação, a circulação de água tinha de ser exclusivamente assegurada através de recipientes (circulação discreta). Com o desenvolvimento de redes de abastecimento, os recipientes tornaram-se, em grande medida, dispensáveis (abastecimento contínuo). Ainda que este privilégio esteja limitado apenas a uma parte da população mundial, basta-nos abrir a torneira para ter acesso à água. Tal como, com as redes de computadores, basta ligar o nosso computador à rede para ter acesso a informação em formato digital.

---

1991. Al Gore, Senador em 1991 e Vice-Presidente entre 1993 e 2001, é um dos protagonistas da elaboração e aprovação do *High Performance Computing Act*.

A informação circula, neste paradigma, sem descontinuidades entre os diversos pontos da rede. Ou seja, passamos de uma situação de circulação discreta da informação para uma situação de circulação contínua. Esta não é apenas uma alteração quantitativa, mas de natureza qualitativa, o que se configura como um aspecto especialmente relevante.

## 1.2. Informação automática pública e privada

O desenvolvimento da capacidade de processamento, de armazenamento e de circulação de informação não surgiu, contudo, devido à sua facilidade tecnológica. Esta evolução exigiu um conjunto considerável de recursos de investigação e desenvolvimento, investidos de forma permanente, ao longo de décadas.

Este investimento apenas foi possível devido à existência de um mercado interessado nas vantagens que a informação automática poderia trazer – um mercado constituído essencialmente por organismos da administração pública dos Estados Unidos e, a partir de meados da década de 1950, também pelas grandes empresas.

A história deste processo confunde-se, em vários períodos, com a evolução de uma empresa: a IBM. A companhia que deu origem à IBM adoptou inicialmente a designação *Computing Tabulating Recording Corporation* (CTR) e foi criada em 1911, no estado de Nova Iorque. A CTR foi constituída através da fusão de 3 outras companhias: a *Tabulating Machine Corporation* (fundada por Herman Hollerith em 1896, em Washington D.C.), a *International Time Recording Company* (fundada em 1900, em Endicott, no estado de Nova Iorque) e a *Computing Scale Corporation* (fundada em 1901, em Dayton, no estado do Ohio). A empresa criada por Herman Hollerith, na sequência do sucesso da sua máquina mecanográfica no processamento do recenseamento populacional dos Estados Unidos em 1890, era a mais antiga das empresas na fusão que deu origem à CTR.

A nova empresa fabricou, no seu início, diversos produtos, como sistemas de controlo de assiduidade e pontualidade de funcionários, balanças, máquinas de cortar carne ou máquinas de processamento de informação, através de cartões perfurados. Ao longo dos anos seguintes, a CTR centrou a sua actividade no processamento de informação, através do fabrico de máquinas de cartões perfurados, influenciando de forma marcante a história do desenvolvimento do computador.

Em 1917, a CTR entrou no mercado canadiano com a designação *International Business Machines* e, em 1924, adoptou a mesma designação nos Estados Unidos,



nascendo assim a designação que deu origem à sigla IBM. Até ao fim da Segunda Guerra, a IBM desenvolveu a sua actividade essencialmente junto de instituições públicas. Na sequência do *Social Security Act* de 1935, obteve um contrato com o governo dos Estados Unidos para manter e processar informação sobre o emprego de 26 milhões de indivíduos. Este projecto foi considerado como a “maior operação de contabilidade de sempre” e abriu as portas a uma variedade de outros contratos com instituições públicas, nos anos seguintes<sup>7</sup>.

A IBM envolveu-se no esforço da Segunda Guerra sobretudo através do fornecimento de recursos para o armazenamento e processamento de informação. As forças militares aliadas utilizaram equipamento da IBM para a contabilidade, a logística e outras áreas directamente relacionadas com o conflito. Houve uma extensa utilização das máquinas de cartões perfurados da IBM para os cálculos feitos em Los Alamos, no decurso do projecto Manhattan, para o desenvolvimento das primeiras bombas atómicas (Feynman, 1997: 125-128). A IBM construiu neste período, também, o primeiro computador digital automático dos Estados Unidos, o *Automatic Sequence Controlled Calculator* (ASCC), também conhecido como Harvard Mark I<sup>8</sup>, entregue em 1944 à Universidade de Harvard e utilizado exclusivamente para a Marinha, durante a guerra. A utilização de máquinas da IBM durante a Segunda Guerra estendeu-se, contudo, a outras partes do conflito, encontrando-se actualmente documentada a utilização de equipamento da IBM na Alemanha nazi, na gestão de informação relacionada com o holocausto (Black, 2002). Para além de recursos relacionados com a gestão de informação, as instalações e recursos humanos da IBM foram também utilizados, durante o conflito, para a produção de armamento ligeiro, como a espingarda automática Browning ou a carabina M1.

Na década de 1950, no período pós-guerra, a IBM tornou-se no principal fornecedor de computadores para os sistemas de defesa automatizada da Força Aérea dos Estados Unidos. Um dos projectos que a IBM desenvolveu para a Força Aérea, a partir do final da década de 1950, é um sistema de controlo e interceptação de aviões inimigos, o *Semi Automatic Ground Environment* (SAGE)<sup>9</sup>. A IBM construiu 56 computadores SAGE e envolveu, no pico da sua actividade, mais de 7.000 funcionários no projecto (cerca de 20% dos seus recursos humanos)<sup>10</sup>.

---

<sup>7</sup> Veja-se, sobre esta questão, os arquivos da IBM no seu sítio da *Internet*, em [http://www-03.ibm.com/ibm/history/history/decade\\_1930.html](http://www-03.ibm.com/ibm/history/history/decade_1930.html).

<sup>8</sup> [http://www-03.ibm.com/ibm/history/exhibits/markI\\_intro.html](http://www-03.ibm.com/ibm/history/exhibits/markI_intro.html).

<sup>9</sup> [http://www-03.ibm.com/ibm/history/exhibits/vintage/vintage\\_4506VV2216.html](http://www-03.ibm.com/ibm/history/exhibits/vintage/vintage_4506VV2216.html).

<sup>10</sup> [http://en.wikipedia.org/wiki/History\\_of\\_IBM](http://en.wikipedia.org/wiki/History_of_IBM).

É a partir de meados da década de 1950 que as empresas privadas começam a assumir um papel relevante no desenvolvimento dos sistemas de informação automática, a par das instituições públicas. A experiência obtida no desenho de grandes redes de computadores integrados em tempo real, através do projecto SAGE, permitiu à IBM iniciar, em meados da década de 1950, um projecto de gestão de reservas de passagens aéreas. Pretendia-se, com este projecto, criar um sistema de processamento de informação que criasse uma reserva de passagem aérea num determinado local e a disponibilizasse imediatamente em todos os outros locais em que são realizadas reservas, actualizando a informação sobre o voo respectivo<sup>11</sup>.

O projecto, desenvolvido para a American Airlines, recebeu a designação de *Semi-Automatic Business Research Environment* (SABRE) e a primeira instalação do sistema foi realizada em 1960. Em 1964, o SABRE cobriu toda a rede de reservas da American Airlines, tornando-se no maior sistema privado de processamento de informação, ultrapassado apenas pelo do governo federal.

O sistema SABRE mantém-se até aos dias de hoje, tendo-se tornado autónomo da IBM e da American Airlines através de uma empresa cotada em bolsa, a Sabre Holdings, e abarca actualmente um conjunto alargado de empresas e de serviços, na gestão de informação sobre redes de transportes<sup>12</sup>.

No decurso da década de 1960, a IBM manteve a posição de maior fabricante de computadores, constituindo a referência no sector. A sua quota de mercado, que chegou a ser, em 1964, de cerca de 70% de todos os computadores fabricados, e a desproporção face aos outros sete maiores fabricantes (UNIVAC, Burroughs, Scientific Data Systems, Control Data Corporation, General Electric, RCA e Honeywell) levou a que os profissionais da área se referissem às oito maiores empresas como “a IBM e os sete anões” (Pugh, 1995: 296-297).

Para além do desenvolvimento de redes informáticas de dimensão nacional, a importância do sector privado cresceu também em outro tipo de produtos, a partir de meados da década de 1950. Um dos exemplos dessa evolução é o IBM 305 RAMAC, acima mencionado devido ao facto de ser o primeiro computador a integrar um disco rígido (*350 Disk Storage Unit*). A produção e comercialização deste computador, com início em 1956, foi predominantemente dirigida às empresas, e não à administração pública. Existem vários indícios desta orientação comercial, no artigo publicado em

---

<sup>11</sup> <http://www.sabre-holdings.com/aboutUs/history.html>.

<sup>12</sup> <http://www.sabre-holdings.com/>.

1957 no *IBM Journal of Research and Development* (Lesser e Haanstra, 1957), em que foi apresentado o modo de funcionamento do *305 RAMAC*.

O caderno de encargos estabelecido pela IBM para a criação deste computador, genericamente apresentado no texto, definia como objectivo a capacidade de processar 10.000 transacções *comerciais* por dia (*idem*), automatizando a maior parte da gestão do processo. Este computador deveria, adicionalmente, ser comercializado a um custo considerado razoável por um utilizador para o qual dez mil transacções representassem um volume muito elevado para um único dia (*idem*: 64). O posicionamento adoptado desde a fase inicial do projecto tem várias consequências, na formulação do artigo.

De acordo com o sumário, são descritas no texto "as características do desenho de uma nova máquina para o processamento automático de dados para aplicações *empresariais*" (*idem*: 62, sublinhado nosso). Na primeira frase da introdução é afirmado, por sua vez, que "a organização lógica do novo IBM 305 Random-Access Memory Accounting (RAMAC) permite o processamento de transacções no *negócio* no momento em que ocorrem" (*idem*: *ibidem*, sublinhado nosso). Ao longo de uma parte do texto, é apresentada uma das vantagens do novo sistema: a capacidade de gestão actualizada de informação, em substituição de um sistema "em diferido". É apresentado, para ilustrar esta funcionalidade, um fluxograma de processos. O exemplo escolhido para análise no fluxograma é de uma área claramente empresarial: a emissão e envio de facturas para a venda de produtos, com a correspondente gestão e actualização de stocks de produto em armazém (*idem*: 63).

Entre 1956 e 1961 foram produzidos mais de mil computadores *305 RAMAC*, que se mantêm em funcionamento até 1969, altura em que são retirados do mercado<sup>13</sup>.

Para além das instituições públicas, o desenvolvimento de projectos informáticos orienta-se, a partir de meados da década de 1950, gradualmente para o mercado das grandes empresas privadas, com capacidade financeira para a aquisição de sistemas com elevada capacidade de armazenamento e processamento de informação, de que o *305 RAMAC* é um dos primeiros exemplos. De facto, as primeiras soluções informáticas disponibilizadas ao sector privado eram acessíveis apenas a empresas com capacidade para efectuar grandes investimentos. O desenvolvimento do sistema SABRE implicara, até ao momento da primeira instalação, em 1960, um investimento

---

<sup>13</sup> [http://www-03.ibm.com/ibm/history/exhibits/storage/storage\\_350.html](http://www-03.ibm.com/ibm/history/exhibits/storage/storage_350.html).

de 40 milhões de dólares (equivalente a cerca de 265 milhões de dólares, em 2005)<sup>14</sup>. O 305 RAMAC era, por sua vez, alugado aos clientes por uma mensalidade de 3.200 dólares (equivalente a cerca de 21.000 dólares, em 2005). Contudo, apesar dos elevados custos de aquisição e de utilização, as empresas constituíam uma parte cada vez mais relevante do mercado de tecnologias de informação. A informação automática começa, a partir deste momento, a ser também privada.

### 1.3. A informação como actividade económica

A informação tornou-se uma actividade económica relevante, não só no domínio da produção de equipamentos com o objectivo de armazenar, processar e difundir informação, como no domínio dos serviços que se lhe encontram relacionados.

O início da utilização regular de soluções informáticas, por parte de empresas privadas, implicou o crescimento da área de informação como um sector economicamente relevante. As empresas empregavam cada vez mais recursos informáticos na sua actividade, o que levou a um crescimento do mercado e, por arrastamento, a um crescimento das maiores empresas da área. A evolução da IBM é, sob esse ponto de vista, mais uma vez, paradigmática.

A revista *Fortune* publica, desde 1955, a lista das maiores empresas nos Estados Unidos – habitualmente ordenada pelo volume de facturação das empresas. Em 1955, no primeiro ano em que é publicada a lista, a IBM (International Business Machines) surge em 61.º lugar, de acordo com este critério<sup>15</sup>. Dez anos depois, em 1965, é considerada a 9.ª maior empresa dos Estados Unidos. Nos quarenta anos seguintes, entre 1965 e 2005, a IBM mantém-se sempre entre as dez maiores empresas dos Estados Unidos e é considerada, em 2005, também como a 20.ª empresa, a nível mundial<sup>16</sup>.

Um sector económico não se constroi em torno de uma única empresa. De entre os sete maiores fabricantes de computadores em 1964, para além da IBM, alguns podem ser considerados como conglomerados, produzindo uma grande diversidade de produtos (a General Electric e a Honeywell), outros como especializados na produção

---

<sup>14</sup> [http://en.wikipedia.org/wiki/SABRE\\_reservation\\_system](http://en.wikipedia.org/wiki/SABRE_reservation_system). Foi utilizado, na conversão dos valores de 1960 para 2005, o *Consumer Index Price Calculator* do Banco da Reserva Federal do Minnesota, em <http://www.minneapolisfed.org/research/data/us/calc/>.

<sup>15</sup> [http://money.cnn.com/magazines/fortune/fortune500\\_archive/full/1955/](http://money.cnn.com/magazines/fortune/fortune500_archive/full/1955/).

<sup>16</sup> A partir da lista Fortune Global 500 de 2005, disponível em <http://money.cnn.com/magazines/fortune/global500/2005/index.html>.

de equipamento de telecomunicações e de entretenimento (caso da RCA). Esta diversidade dificulta a avaliação da dimensão global do sector informático, no seu início. Existem, contudo, várias empresas exclusivamente centradas no sector informático que registam um aumento da sua dimensão, traduzindo um inequívoco crescimento do sector informático.

Em 1962, a Hewlett Packard (HP), um outro fabricante de computadores, integrou pela primeira vez a lista das 500 maiores empresas dos Estados Unidos, na 460.º posição. Em 2005 ocupava a 11.ª posição, imediatamente a seguir à IBM – ao mesmo tempo que era considerada a 28.ª maior empresa a nível mundial. A Intel, fabricante de processadores criado em 1968, integrou pela primeira vez a lista das 500 maiores empresas dos Estados Unidos em 1979, no 486.º lugar. Em 2005 encontrava-se na 50.ª posição (e era considerada a 141.ª empresa, a nível global). A Microsoft, fabricante de *software* criado em 1974, entra para a lista em 1995, na sequência do lançamento do sistema operativo *Windows 95* – ano em que ocupa a 250.ª posição. Dez anos depois, em 2005, é a 41.ª maior empresa nos Estados Unidos (e a 127.ª a nível mundial). A dimensão absoluta das empresas da área da informática, bem como a sua dimensão relativa, comparativamente com empresas de outros sectores, tem vindo a crescer, ocupando actualmente um lugar entre as maiores empresas globais.

À medida que as capacidades de armazenamento e de processamento de informação digital crescem, permitindo manusear facilmente som e imagem em formato digital, inicia-se uma convergência tecnológica entre o sector da informática, mais recente, e os sectores das telecomunicações e dos meios de comunicação social, previamente existentes. Esta convergência implica a capacidade de diferentes plataformas de rede servirem como veículo a serviços essencialmente semelhantes ou, para adoptar uma perspectiva centrada no utilizador da tecnologia, a convergência representa a junção de dispositivos como o telefone, a televisão e o computador pessoal. Este processo é de tal forma relevante que a sociedade da informação é encarada, por alguns, como directamente resultante da convergência tecnológica entre estes sectores (veja-se, por exemplo, Conselho da União Europeia, 1996).

É, em parte, a evolução da informática que influencia vários autores a reflectir sobre a relevância económica do conhecimento. Um dos primeiros autores a chamar a atenção para esta questão é o economista austríaco Fritz Machlup. Em 1962, Machlup publica a obra *The Production and Distribution of Knowledge in the United States*, em que avalia o peso económico das indústrias da informação. Machlup parte de uma distinção entre cinco sectores relevantes para a área do conhecimento, em que já integra alguns

elementos associados à noção de convergência, encarando a área do conhecimento de forma alargada.

Os cinco sectores considerados são a educação (constituído por escolas e bibliotecas, por exemplo), os meios de comunicação (como a rádio, a televisão ou a publicidade), as máquinas de informação (como computadores ou instrumentos musicais), os serviços de informação (advocacia, seguros ou medicina), e outras actividades de informação (como pesquisa e desenvolvimento, ou actividades sem fins lucrativos). A partir da análise da importância destes sectores no conjunto da economia, Machlup procura caracterizar a relevância económica das indústrias do conhecimento.

As conclusões apontam para o facto de quase 29% do Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos provir das indústrias do conhecimento. Aliás, a questão não incide apenas sobre o contributo das indústrias do conhecimento para o PIB, mas também sobre a estrutura da população empregue. A percentagem da força de trabalho empregue neste sector passa de 11% para 32%, entre 1900 e 1959, representando uma outra alteração estrutural na economia.

Apesar de o conceito de *indústrias de conhecimento* levantar várias questões de natureza metodológica, sobretudo pela discricionariedade associada à sua operacionalização (Webster, 1995), abordagens como a de Machlup têm a vantagem de recorrer a uma visão alargada da noção de informação, que não se encontra confinada aos limites da informática.

Esta visão de uma economia do conhecimento manteve-se durante muitos anos, sendo por exemplo estimado, em 1996, que mais de 50% do PIB, nas maiores economias da OCDE, era proveniente das indústrias do conhecimento (OCDE, 1996a: 9). Apesar de esta visão, influenciada por Machlup, permitir uma compreensão mais alargada do impacto económico das actividades informacionais e do conhecimento, existe actualmente algum consenso em centrar este tipo de análise, em primeiro lugar, especificamente nas tecnologias de informação e comunicação (OCDE, 2004a e 2005).

O sector das tecnologias de informação e comunicação é por isso analisado, em seguida, a partir da produção, considerando a população empregue no sector e o seu valor acrescentado para a economia.

A definição do sector das tecnologias de informação e comunicação (TIC) adoptada pela OCDE, em 1998, baseia-se na classificação internacional das actividades

económicas (ISIC), desenvolvida pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas<sup>17</sup>. Esta classificação, que se encontra actualmente na versão 3.1, inclui, no seu primeiro nível, duas grandes áreas: produção e serviços (OCDE 2004a: 20 e 2005: 101).

Na área da produção, os produtos considerados deverão ter como objectivo o processamento e a difusão de informação, incluindo a sua apresentação e transmissão, e deverão recorrer ao processamento electrónico na detecção, medição ou gravação de fenómenos físicos, ou no controlo de processos físicos<sup>18</sup>. Na área dos serviços, os produtos considerados devem ter como objectivo a função de processamento de informação e de comunicação por meios electrónicos<sup>19</sup>.

Tomando como base esta definição do sector das TIC, é possível quantificar a percentagem da mão-de-obra empregada no sector, face à mão-de-obra empregada no total do sector empresarial. O sector das TIC representa uma percentagem relevante da população empregada na OCDE e, também, na União Europeia. As TIC absorviam, em 1995, 5,4% da população empregada na OCDE e 5,3% da população empregada na União Europeia (OCDE, 2006: 40 e Tabela 1.1). O sector das TIC já representa, por si só, em 1995, uma percentagem mais elevada da população empregada no sector empresarial do que o sector primário, em vários países. É o caso, por exemplo, da Alemanha, Finlândia, França ou Reino Unido, em que a percentagem da população empregada no sector das TIC é superior à percentagem da população empregada no sector da agricultura, silvicultura e pescas<sup>20</sup>.

Esta importância do sector das TIC enquanto empregador directo aumentou, ao longo da última década. A população empregada no sector empresarial, na OCDE, em 1995, era de cerca de 250 milhões de indivíduos e, em 2003, de cerca de 264 milhões, representando um crescimento de cerca de 5,6%. No mesmo período, a população empregada no sector TIC aumentou cerca de um milhão de activos, de 13,5 para 14,5 milhões, o que equivale a um crescimento de 7,4%. A população empregada no sector TIC cresceu, desta forma, cerca de 1,8 pontos percentuais acima do total da população empregada no sector empresarial.

---

<sup>17</sup> Veja-se, para mais informação sobre a classificação, a página na Internet da Divisão de Estatísticas das Nações Unidas dedicada à versão 3.1. da classificação ISIC, em <http://unstats.un.org/unsd/cr/family2.asp?Cl=17>.

<sup>18</sup> Incluindo as categorias ISIC 3000, 3130, 3210, 3220, 3230, 3312 e 3313.

<sup>19</sup> Incluindo as categorias ISIC 7123, 6420 e 72, bem como uma parte da categoria 5150.

<sup>20</sup> Veja-se, para os dados referentes à percentagem da população empregada no sector primário, a base de dados *Laborsta*, da Organização Internacional do Trabalho, em <http://laborsta.ilo.org/>. Foram utilizadas na comparação as tabelas da série 1 (população economicamente activa).

Este crescimento é mais acentuado, contudo, nos países da União Europeia do que nos restantes países da OCDE. De 5,3% da população empregada no sector das TIC, em 1995, a União Europeia passa a registar um valor de 5,7%, em 2003 (um crescimento de 0,4 pontos percentuais). No mesmo período, a OCDE regista um crescimento mais modesto: de 5,4% da população empregada no sector das TIC, em 1995, a OCDE passa para 5,5% (um crescimento de 0,1 pontos percentuais). Esta diferença deve-se, em termos práticos, à existência de uma diferença acentuada no crescimento da população empregada no sector das TIC, na União Europeia e nos restantes países da OCDE. A percentagem da população empregada no sector das TIC aumentou, entre 1995 e 2003, em todos os países da União Europeia, com a excepção da Irlanda e do Reino Unido (em que se mantém). Os países em que este valor mais cresce pertencem, na sua quase totalidade, à União Europeia a 15: é o caso da Finlândia, da Noruega, da Dinamarca, da Suécia e da Holanda. A excepção a esta tendência de elevado crescimento do sector, centrado na União Europeia, é a Hungria. No Japão e, sobretudo, nos Estados Unidos da América do Norte, este valor regista, pelo contrário, um crescimento negativo.

Para além da importância da população empregada no sector das TIC na força de trabalho, e do seu crescimento ao longo das últimas décadas, a caracterização do contributo do sector para o valor acrescentado do sector empresarial é essencial, na análise da informação enquanto actividade económica. A consideração deste indicador permite perceber a existência, de uma forma geral, de um elevado contributo do sector das TIC na geração de valor acrescentado.

O valor acrescentado é considerado, nesta análise, como o valor da produção, deduzido do custo das matérias-primas e de outros consumos no processo produtivo. Um produto ou um serviço que tenha implicado um consumo de 100 euros na sua produção (em matérias-primas, mão-de-obra, energia, transportes e outros custos de produção) e que tenha um valor de 110 euros, no final do processo produtivo, tem, deste modo, um valor acrescentado de 10%.

O sector das TIC representa uma parte relevante do valor acrescentado do sector empresarial, tanto na OCDE como, de forma mais circunscrita, no espaço da União Europeia. As TIC representavam, em 1995, 8,0% do total do valor acrescentado no sector empresarial, na OCDE, e 7,2%, no espaço da União Europeia (OCDE, 2006: 38 e Tabela 1.2). Esta importância do sector das TIC tem vindo a aumentar, ao longo da



última década: em 2003 estes valores tinham crescido, respectivamente, para 9,0% e 8,3%.

Analisando a evolução por país, regista-se um crescimento do valor acrescentado do sector das TIC na economia, em todos os países para os quais a OCDE disponibiliza informação, entre 1995 e 2003 . Existe, deste modo um crescimento da importância do sector das TIC na economia, em todos os países, entre 1995 e 2003, constituindo-se como uma tendência generalizada das economias da OCDE.

Contudo, mais relevante do que o contributo do sector das TIC para a geração de valor acrescentado no sector empresarial, é a relação entre este indicador e a percentagem da população activa no sector. É natural que uma percentagem mais elevada de população empregada num sector se encontre associada, mantendo todos os restantes factores constantes, a um contributo mais elevado para a geração de valor acrescentado. Este pode ser encarado, de certa forma, como um indicador global de produtividade do trabalho de um determinado sector. Assumindo o pressuposto de que não existem outros factores a influenciar a produtividade (como o capital, a qualificação dos activos, a automatização da produção, ou a capacidade de desenvolvimento de produtos diferenciados, por exemplo), esperar-se-ia que uma determinada percentagem da população activa correspondesse a uma percentagem idêntica de geração de valor acrescentado. Se 10% da população se encontrasse empregada num determinado sector esperaríamos, desta forma, que esse sector fosse responsável por 10% do valor acrescentado na economia.

Este pressuposto da inexistência de outros factores determinantes da produtividade é, naturalmente, irrealista, mas permite avaliar o contributo relativo de um sector para a geração de valor. Se um sector empregar uma determinada percentagem da população e conseguir gerar uma percentagem mais elevada do valor acrescentado, existem necessariamente, em contrapartida, sectores que geram uma percentagem do valor acrescentado mais baixa do que a percentagem de população empregada que absorvem. Se um determinado sector de actividade económica representar 20% da população empregada e 80% do valor acrescentado na economia, os restantes 80% da população empregada produzem, necessariamente, 20% do valor acrescentado. Esta relação pode ser expressa através do rácio entre valor acrescentado e população empregada: no primeiro caso, o valor é de 4 (a população empregada gera um valor acrescentado quatro vezes superior à sua dimensão relativa na economia); no segundo, é de 0,25 (a população empregada gera um valor acrescentado quatro vezes

inferior à sua dimensão). Esta análise assume, portanto, as características de um jogo de soma nula: os ganhos relativos de produtividade de um sector são sempre adquiridos à custa de outros sectores.

É tendencialmente este o tipo de efeito observado no sector das TIC. Ou seja, a sua contribuição para a geração de valor acrescentado é, em quase todos os casos, superior à percentagem de mão-de-obra que absorve, revelando uma elevada produtividade. Na OCDE, em 1995, 5,4% da população empregada no sector das TIC produzia 8,0% do total do valor acrescentado no sector empresarial – cf. Tabela 1.3. O rácio entre valor acrescentado e população empregada era, desta forma, de 1,48. Este valor regista um crescimento, de 1995 para 2003, passando para 1,64 (representando um crescimento de 11%). Este indicador de produtividade do trabalho é, curiosamente, mais baixo na União Europeia, embora também registe um crescimento, no mesmo período (de 1,36 para 1,46, equivalendo a 7%).

**Tabela 1.1.** Percentagem da população empregada no sector das TIC, em 1995 e em 2003 (baseado em estimativas da OCDE)

	1995			2003		
	Total	Produção	Serviços	Total	Produção	Serviços
OCDE	5,4	n.d.	n.d.	5,5	n.d.	n.d.
União Europeia	5,3	n.d.	n.d.	5,7	7,2	4,9
Alemanha (5,7)	4,3	5,3	3,7	4,6	5,1	4,4
Austrália (2,3)	4,7	n.d.	n.d.	5,4	2,5	6,2
Áustria	6,1	6,2	6,1	6,7	5,3	7,3
Bélgica (7)	5,6	3,9	6,4	5,7	3,6	6,4
Canadá	5,5	6,2	5,2	5,7	6,1	5,5
Coreia (7)	5,4	11,6	1,8	5,5	13,4	2,1
Dinamarca	5,9	4,3	6,7	7,2	5,0	8,1
Espanha	3,6	2,7	4,0	3,8	2,2	4,6
Estados Unidos	5,4	7,9	4,6	5	7,1	4,6
Finlândia	7,6	7,8	7,4	9,7	9,7	9,6
França	6,8	5,8	7,3	7,4	6,0	7,9
Grécia (5,6,7)	2,5	n.d.	n.d.	3,0	n.d.	n.d.
Holanda	6,5	6,8	6,4	7,5	6,7	7,8
Hungria	3,7	4,8	3,1	5	7	3,6
Irlanda (7)	8,1	11,6	6	8,1	12,1	6,5
Itália	5,3	3,7	6,4	5,7	3,7	6,8
Japão (5)	7	11,3	4,4	6,8	11,2	4,6
México	3,3	8,3	1,4	3,6	9,8	1,3
Noruega	5,6	4	6,3	7,1	4,7	7,8
Nova Zelândia (1,4,6)	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Portugal (1,7)	3,9	2,7	4,7	4,2	3,5	4,7
Reino Unido	5,5	6,1	5,3	5,5	5,9	5,4
Rep. Checa (5,7)	3,6	3,7	3,6	4,3	5	3,8
Rep. Eslovaca (5,7)	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Suécia	7,9	8,1	7,8	9,1	6,8	10,2

Fonte: OCDE, 2006: 40. Estimativas baseadas em fontes nacionais.

n.d. - Não disponível

1. 1996, em vez de 1995.

2. 1998, em vez de 1995.

3. 2000, em vez de 2003.

4. 2001, em vez de 2003.

5. Não se encontra disponível informação sobre a categoria *ICT wholesale* (5150).

6. Os serviços de telecomunicações (642) incluem os serviços postais.

7. Não se encontra disponível informação sobre a categoria *Aluguer de produtos TIC* (7123).

**Tabela 1.2.** Percentagem do valor acrescentado das TIC, no total do valor acrescentado da economia, em 1995 e 2003 (baseado em estimativas da OCDE)

	1995			2003		
	Total	Produção	Serviços	Total	Produção	Serviços
OCDE	8,0	n.d.	n.d.	9,0	n.d.	n.d.
União Europeia	7,2	n.d.	n.d.	8,3	n.d.	n.d.
Alemanha (5,7)	5,7	4,9	6,1	6,9	5,2	7,7
Austrália (2,3)	8,0	n.d.	n.d.	8,1	3,3	9,3
Áustria	8,3	7,3	8,8	8,8	6,6	9,7
Bélgica (7)	7,1	4,1	8,4	8,2	3,4	9,8
Canadá	7,0	6,3	7,4	7,6	4,4	8,9
Coreia (7)	10,7	16	6,7	13,2	20,2	8,5
Dinamarca	8,2	4,4	9,7	8,5	4,9	9,7
Espanha	6,2	3,6	7,2	6,7	2,4	8,2
Estados Unidos	9,6	9,3	9,7	10,5	8,1	11,1
Finlândia	8,3	8,9	7,9	14,9	22,2	11,2
França	8,0	6,7	8,6	8,5	5,4	9,5
Grécia (5,6,7)	4,8	1,0	5,8	5,4	1,2	6,3
Holanda	8,8	7,2	9,4	9,8	6,0	10,9
Hungria	6,7	4,7	7,7	9,9	7,8	11,0
Irlanda (7)	11,4	16,8	6,5	11,8	9,7	13,4
Itália	6,0	4,2	6,8	6,9	4,0	8,0
Japão (5)	7,2	12,7	4,5	7,6	12,5	5,5
México	4,4	5,2	4,1	4,8	5,9	4,4
Noruega	7,0	4,2	7,9	8,6	4,6	9,6
Nova Zelândia (1,4,6)	9,7	n.d.	n.d.	10	1,5	n.d.
Portugal (1,7)	7,7	0,0	9,7	8,4	4,1	10,1
Reino Unido	9,6	8,3	10,3	10,8	6,7	11,9
Rep. Checa (5,7)	5,2	3,0	6,4	5,7	4,3	6,6
Rep. Eslovaca (5,7)	4,6	3,2	5,5	5,1	3,2	6,0
Suécia	8,1	7,8	8,3	9,1	4,2	11,2

Fonte: OCDE, 2006: 38. Estimativas baseadas em fontes nacionais.

n.d. – Não disponível

1. 1996, em vez de 1995.

2. 1998, em vez de 1995.

3. 2000, em vez de 2003.

4. 2001, em vez de 2003.

5. Não se encontra disponível informação sobre a categoria *ICT wholesale* (5150).

6. Os serviços de telecomunicações (642) incluem os serviços postais.

7. Não se encontra disponível informação sobre a categoria *Aluguer de produtos TIC* (7123).

**Tabela 1.3.** Rácio entre valor acrescentado e população empregada no sector TIC, em 1995 e 2003 (produtividade do trabalho) (baseado em estimativas da OCDE)

	1995			2003		
	Total	Produção	Serviços	Total	Produção	Serviços
OCDE	1,48	n.d.	n.d.	1,64	n.d.	n.d.
União Europeia	1,36	n.d.	n.d.	1,46	n.d.	n.d.
Alemanha (5,7)	1,33	0,92	1,65	1,50	1,02	1,75
Austrália (2,3)	1,70	n.d.	n.d.	1,50	1,32	1,50
Áustria	1,36	1,18	1,44	1,31	1,25	1,33
Bélgica (7)	1,27	1,05	1,31	1,44	0,94	1,53
Canadá	1,27	1,02	1,42	1,33	0,72	1,62
Coreia (7)	1,98	1,38	3,72	2,40	1,51	4,05
Dinamarca	1,39	1,02	1,45	1,18	0,98	1,20
Espanha	1,72	1,33	1,80	1,76	1,09	1,78
Estados Unidos	1,78	1,18	2,11	2,10	1,14	2,41
Finlândia	1,09	1,14	1,07	1,54	2,29	1,17
França	1,18	1,16	1,18	1,15	0,90	1,20
Grécia (5,6,7)	1,92	n.d.	n.d.	1,80	n.d.	n.d.
Holanda	1,35	1,06	1,47	1,31	0,90	1,40
Hungria	1,81	0,98	2,48	1,98	1,11	3,06
Irlanda (7)	1,41	1,45	1,08	1,46	0,80	2,06
Itália	1,13	1,14	1,06	1,21	1,08	1,18
Japão (5)	1,03	1,12	1,02	1,12	1,12	1,20
México	1,33	0,63	2,93	1,33	0,60	3,38
Noruega	1,25	1,05	1,25	1,21	0,98	1,23
Nova Zelândia (1,4,6)	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Portugal (1,7)	1,97	0,00	2,06	2,00	1,17	2,15
Reino Unido	1,75	1,36	1,94	1,96	1,14	2,20
Rep. Checa (5,7)	1,44	0,81	1,78	1,33	0,86	1,74
Rep. Eslovaca (5,7)	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Suécia	1,03	0,96	1,06	1,00	0,62	1,10

Fonte: OCDE, 2006: 38 e 40. Estimativas baseadas em fontes nacionais.

n.d. – Não disponível

1. 1996, em vez de 1995.

2. 1998, em vez de 1995.

3. 2000, em vez de 2003.

4. 2001, em vez de 2003.

5. Não se encontra disponível informação sobre a categoria *ICT wholesale* (5150).

6. Os serviços de telecomunicações (642) incluem os serviços postais.

7. Não se encontra disponível informação sobre a categoria *Aluguer de produtos TIC* (7123).

A primeira conclusão da análise do rácio entre valor acrescentado e população empregada consiste, deste modo, numa elevada produtividade do trabalho no sector das TIC. A segunda corresponde à existência de um crescimento dessa produtividade, entre 1995 e 2003. Uma terceira consiste na existência de uma produtividade do trabalho mais baixa deste sector na União Europeia do que no espaço global da OCDE. A quarta conclusão corresponde à existência de um crescimento mais baixo da produtividade do trabalho, entre 1995 e 2003, no espaço da União Europeia – a produtividade do trabalho não só é mais baixa, na União Europeia, como cresceu a um ritmo mais lento do que no restante espaço da OCDE.

Uma das hipóteses explicativas desta última conclusão prende-se, precisamente, com o crescimento da população empregada no sector das TIC, anteriormente caracterizado. Um maior crescimento da mão-de-obra empregada no sector das TIC, na União Europeia, coincide com um menor crescimento da sua produtividade. A primeira hipótese a colocar é que um dos factores explicativos desse menor crescimento da produtividade do trabalho consista, precisamente, no maior crescimento da população empregada no sector. O crescimento da população empregada num sector pode implicar a captação de activos com um nível de qualificações, de formação ou de experiência profissional mais baixo do que o da mão-de-obra inicialmente empregada nesse sector – o que pode eventualmente levar a que, à medida que a população empregada no sector aumenta, a sua produtividade diminua.

Esta hipótese deve ser, contudo, considerada em articulação com a estrutura interna do sector das TIC, na sua divisão entre a área da produção e a área dos serviços. A área dos serviços tem vindo a registar uma produtividade do trabalho mais condicionada pela própria dimensão do sector do que a área da produção.

A variação registada nos serviços pode dever-se, em parte, como é apontado no relatório da OCDE, a diferenças estruturais na organização do sector dos serviços. A elevada produtividade do trabalho na área dos serviços TIC registada, por exemplo, nos Estados Unidos, pode ficar a dever-se, pelo menos em parte, a uma prática mais avançada de subcontratação em outros países das fases intermédias da cadeia de valor nos serviços (OCDE, 2006: 39). Existe, contudo, um outro factor essencial, não mencionado na análise efectuada pela OCDE: a própria dimensão do sector dos serviços, caracterizado a partir da percentagem da população empregue nos serviços TIC. De facto, quanto mais elevada é a percentagem de população empregue nos serviços TIC, mais baixa é a produtividade obtida.

Dos cerca de 14,5 milhões de pessoas empregadas no sector TIC, na OCDE, em 2003, 5 milhões encontravam-se empregadas na produção e 9,5 milhões nos serviços. O número de empregados TIC no sector dos serviços representa, desta forma, quase o dobro dos empregados TIC na produção. Esta prevalência do emprego no sector dos serviços TIC não se encontra, contudo, uniformemente distribuída, nem consiste numa tendência geral, igualmente aplicável a todos os países.

A percentagem da população empregada no sector dos serviços TIC era, em 1995, tendencialmente mais elevada nos países da União Europeia do que nos restantes países da OCDE. Os países com uma elevada percentagem da população empregada no sector TIC que se encontrava na área dos serviços (como a Suécia ou a Finlândia) eram, na sua maior parte, Estados-membro da União Europeia. Pelo contrário, a percentagem da população empregada no sector da produção TIC era mais baixa na União Europeia do que nos restantes países da OCDE. Apesar de se registarem alguns casos na União Europeia em que a percentagem da população empregada na produção TIC era bastante elevada (a Irlanda, com 11,6% população empregada no sector da produção empregada no sector da produção TIC; a Suécia, com 8,1%; e a Finlândia, com 7,8%), a média nos restantes países da OCDE é mais elevada. Contribuem para esta média, sobretudo a Coreia (11,6%), o Japão (11,3%), o México (8,3%) e os Estados Unidos (7,9%).

Este ponto de partida, em que a União Europeia surge com uma especialização maior no sector dos serviços TIC, acentua-se, no período entre 1995 e 2003. Efectivamente, o crescimento da população empregada nos serviços TIC foi mais acentuado nos países da União Europeia do que nos restantes países da OCDE, entre 1995 e 2003. Em alguns países da União Europeia, a percentagem da população empregada no sector dos serviços das TIC cresceu a ritmo intenso, como a Suécia (com um crescimento de 2,3 pontos percentuais, entre 1995 e 2003), a Finlândia (2,2), ou a Holanda (1,4). Este crescimento da população empregada nos serviços TIC não encontra paralelo nos restantes países da OCDE, com a única excepção da Noruega (com um crescimento de 1,6 pontos percentuais): na Coreia, este crescimento é de 0,3; no Japão de 0,2; nos Estados Unidos o crescimento é nulo e, no caso do México, é mesmo negativo (-0,1).

A situação é exactamente a inversa, na evolução da população empregada no sector da produção de TIC. O crescimento é, neste caso, mais baixo na União Europeia do que nos restantes países da OCDE. Em diversos países da União Europeia, o crescimento da população empregada no sector de produção foi negativo. É o caso da

Suécia (-1,2 pontos percentuais, entre 1995 e 2003); da Áustria (-0,8); da Espanha (-0,5); da Bélgica, do Reino Unido (ambos com um crescimento negativo de -0,2) e da Holanda (-0,1). Existem, em contrapartida, vários países da OCDE, fora do espaço da União Europeia, que registam um crescimento significativo da população empregada no sector de produção de TIC. É o caso, por exemplo, da Coreia (com um crescimento de 1,8 pontos percentuais, entre 1995 e 2003), ou do México (1,5).

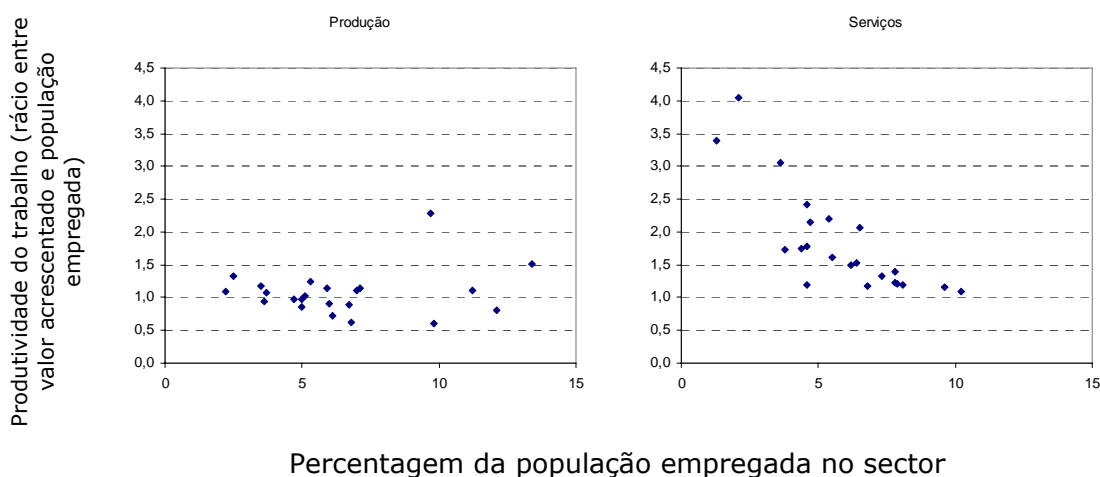
Verificou-se, desta forma, um crescimento diferenciado da população empregada no sector das TIC, na União Europeia, entre 1995 e 2003. Enquanto a população empregada no sector da produção cresceu menos, na União Europeia, do que no restante espaço da OCDE, a população empregada no sector dos serviços cresceu, pelo contrário, a um ritmo superior na União Europeia do que no resto da OCDE. A União Europeia evoluiu, desde 1995, assim, no sentido de um padrão de especialização ainda mais centrado nos serviços de TIC do que os restantes países da OCDE.

Esta questão é relevante para a análise da informação enquanto actividade económica, entre outros motivos, pelo facto de o sector dos serviços TIC revelar uma produtividade do trabalho diferente da do sector da produção. Apesar de a produtividade do trabalho ser mais elevada na área dos serviços do que na da produção, no sector das TIC, esta é particularmente sensível à percentagem da população empregada no sector.

Quanto mais baixa é a percentagem de população empregada no sector dos serviços TIC, mais elevada é a produtividade que o sector atinge. A Coreia e o México registam, em 2003, as mais baixas percentagens de população empregada no sector dos serviços TIC, em todos os países da OCDE (2,1% e 1,3% da população empregada nos serviços, respectivamente) e têm, simultaneamente, a maior produtividade do trabalho neste sector (com rácios entre valor acrescentado e população empregada de 4,0 e 3,4). Pelo contrário, os países com um sector de serviços de TIC maior, que absorvem uma maior percentagem do total da população empregada no sector dos serviços, registam uma produtividade mais baixa do trabalho neste sector. É o caso, por exemplo, da Suécia, em que 10,2% da população empregada no sector dos serviços se encontra nos serviços TIC, e que tem um rácio entre valor acrescentado e população empregada de 1,1. É apresentada, na Figura 1.1, a relação entre produtividade do trabalho e dimensão do sector, na produção e nos serviços TIC, na OCDE, em 2003.



**Figura 1.1.** Relação entre produtividade do trabalho e dimensão do sector, na produção e nos serviços TIC, na OCDE, em 2003



Fonte: OCDE, 2006: 38 e 40.

A figura ilustra a correlação existente entre a dimensão do sector e a produtividade do trabalho, para os sectores da produção e dos serviços TIC. No caso do sector da produção, a produtividade do trabalho é independente da sua dimensão: não só não existem variações da produtividade tão elevadas como no caso dos serviços como, adicionalmente, as variações existentes não se encontram associadas a variações da dimensão da população empregada no sector.

Pelo contrário, no caso do sector dos serviços, as variações da produtividade do trabalho encontram-se intimamente relacionadas com a dimensão do sector. Quanto maior é a percentagem da população do sector dos serviços que se encontra empregada nos serviços TIC, menor é a produtividade do trabalho. Este valor assume, inclusivamente, uma correlação estatisticamente significativa, tanto em 1995 como em 2003, confirmando a hipótese de existência de uma associação entre as duas

variáveis<sup>21</sup>. Verifica-se, desta forma, um princípio segundo o qual o crescimento da percentagem da população empregue no sector dos serviços TIC se encontra associado a ganhos progressivamente decrescentes da produtividade do trabalho.

Esta relação entre as duas variáveis é relevante para a caracterização da informação enquanto actividade económica, na última década, precisamente pelo facto de a União Europeia registar um crescimento mais acentuado no sector dos serviços do que no da produção. Ou seja, a União Europeia tem vindo a registar um crescimento da população empregada mais acentuado num sector que revela uma produtividade do trabalho tendencialmente decrescente, à medida que a sua dimensão cresce – o dos serviços. Esta evolução pode contribuir, também, para uma desaceleração do crescimento da produtividade no sector TIC, na Europa, face aos restantes países da OCDE.

#### 1.4. O impacto do sector informacional sobre a economia: produtividade e globalização

As novas tecnologias de informação e comunicação não têm impacto apenas enquanto sector económico específico, mas também assumem consequências indirectas sobre a restante economia. Muito do interesse actual das tecnologias de informação e comunicação, e do seu impacto sobre a produtividade e o crescimento económico, não se centra apenas no sector das tecnologias de informação e comunicação, mas também sobre a restante economia.

O desenvolvimento das novas TIC encontra-se na base do crescimento de um sector especializado no fornecimento de serviços de transacção de informação. As redes telefónicas, as redes de cabo, as redes mais recentes de fibra óptica e mesmo o espectro hertziano são crescentemente utilizados para a transacção directa de informação entre agentes (indivíduos, empresas e governos), e estabelecem, também, a base tecnológica para um conjunto de serviços relacionados com o tratamento, agregação e disponibilização de informação, desde os mercados financeiros globais até às pequenas comunidades organizadas em torno de interesses específicos.

Algumas das características da evolução recente da economia apenas se tornaram possíveis com o contributo das tecnologias de informação. A capacidade de armazenamento, processamento e difusão de informação tornou-se essencial, desde

---

<sup>21</sup> O valor assumido pelo coeficiente de correlação linear simples ( $r$  de Pearson) é de  $-0,80$ . O

meados da década de 1950, para a organização burocrática e administrativa das empresas.

As principais vantagens dos sistemas de informação para as empresas correspondem, estabelecendo um paralelo com a revolução industrial, à automatização de processos. No entanto, os processos em causa não se centram agora directamente na produção industrial, mas sim na gestão de informação. Se com a divisão do trabalho e a industrialização se tornou possível reformular profundamente o sistema de produção, com a automatização da informação tornou-se possível alterar, sobretudo, o modo como a informação é gerida.

A produtividade cresceu, no período da revolução industrial, em primeiro lugar devido a uma especialização, através da divisão do trabalho. Retomando o exemplo de Adam Smith, em *A Riqueza das Nações*, em 1776 (Smith, 1976 [1776]), no dealbar da revolução industrial, um operário poderia provavelmente, numa produção artesanal, sem divisão do trabalho nem conhecimento da maquinaria utilizada na sua produção, produzir mais do que um alfinete por dia – mas não conseguiria, seguramente, produzir mais do que 20. Uma fábrica com 10 operários não produziria, desta forma, mais do que 200 alfinetes por dia.

Smith apresenta, como exemplo dos resultados da divisão do trabalho, uma pequena fábrica que visitou, com 10 operários, em que o processo de manufactura se encontrava dividido em várias fases, e em que cada operário assegurava uma fase específica. Com esta organização do trabalho, a fábrica produzia 48.000 alfinetes num dia de trabalho. Ou seja, um operário, integrado numa estrutura em que era colocada em prática a divisão do trabalho, obtinha, neste exemplo, uma produtividade 240 vezes mais elevada (*idem*: 14).

O surgimento de soluções de informática orientadas para as grandes empresas teve o mesmo tipo de efeito, embora mais centrado sobre os serviços e a gestão de informação, do que sobre os bens e o sistema de produção industrial. Um dos primeiros exemplos ilustrativos desta tendência é o dos computadores desenvolvidos para utilização empresarial, a partir da década de 1950. O computador *305 RAMAC*, desenvolvido pela IBM, bem como os que se seguiram, permitiram centralizar um número crescente de operações em várias áreas da actividade das empresas, como a facturação, a gestão de stocks ou as encomendas.

---

valor para a mesma correlação, em 1995, é ligeiramente mais elevado: -0,84.

O projecto SABRE, iniciado em 1960, para retomar um outro exemplo anteriormente abordado, permitiu que um sistema de reservas de passagens aéreas, em que cada equipa local era constituída por oito membros e uma reserva demorava em média 90 minutos, evoluísse para uma configuração em que cada equipa podia ser constituída por um ou dois operadores e em que as reservas eram efectuadas em poucos minutos. Este acréscimo de produtividade na gestão da informação permitiu à American Airlines, apesar dos elevados valores de desenvolvimento do projecto, reduzir 30% do seu investimento em recursos humanos, até 1964<sup>22</sup>.

A utilização de TIC pode implicar várias formas de impacto sobre a produtividade. Pode, por exemplo, contribuir para o alargamento da oferta de produtos e serviços de uma empresa, ou para flexibilizar e adaptar os seus produtos e serviços às necessidades dos clientes – em síntese, para inovar. Por outro lado, as TIC podem contribuir para reduzir a ineficiência, por exemplo através da redução de *stocks* e de inventários, com recurso a filosofias de gestão como o *just in time*, em que o abastecimento de produtos é entregue numa fábrica à medida que é necessário para a produção imediata. Ambos os efeitos podem contribuir para o crescimento da produtividade.

O investimento em informação automática, por parte das grandes empresas, e o seu consequente retorno, conduz a uma alteração nas forças de produção, com consequências posteriores sobre as relações de produção. Estas noções necessitam, para a nossa análise, de alguma especificação e diferenciação.

A noção de forças de produção respeita às técnicas e à tecnologia empregue no processo de produção. As relações de produção dizem respeito, por seu lado, à propriedade dos meios de produção e à forma como as relações sociais são influenciadas pela estrutura de propriedade, determinando o lugar de classe ocupado pelos indivíduos. Enquanto a noção de forças de produção conduz directamente para a distinção entre sociedades agrícolas, industriais ou pós-industriais, a noção de relações de produção permite, por exemplo, a diferenciação entre feudalismo e capitalismo.

A relação entre forças e relações de produção é frequentemente encarada como dialéctica, condicionando-se de forma mútua. Contudo, na medida em que se chama a atenção, na análise do processo de mudança social decorrente do surgimento da sociedade industrial, para a substituição de uma classe de pequenos proprietários por

---

<sup>22</sup> <http://www.sabre-holdings.com/aboutUs/history.html>.

uma classe de assalariados, coloca-se em destaque a noção de relações de produção. Esta alteração nas relações de produção apenas se torna possível, contudo, na sequência de mudanças nas forças de produção. É na medida em que a produção industrial requer inicialmente uma elevada disponibilidade de capital, necessária para assegurar os custos com instalações, máquinas ou vencimentos (forças de produção), dificilmente acessível a uma classe de pequenos proprietários, que se reforça a concentração de capital, implicando uma crescente diminuição da dimensão de uma classe média de proprietários (relações de produção).

O processo pode ser considerado como análogo, na sociedade da informação. As tecnologias de informação e comunicação permitem às empresas a integração de elevados volumes de informação. O seu elevado custo de acesso, sobretudo ao longo das décadas de 1960 e 1970, até à criação do computador pessoal, no início da década de 1980, implica que sejam as grandes empresas a conseguir aceder em primeiro lugar a esses investimentos.

O crescimento das grandes empresas não teria provavelmente sido possível, ao ritmo verificado nas décadas de 1960 a 1980, sem o apoio das novas tecnologias. A informação automática permitiu centralizar o tratamento de dados sobre várias dimensões da realidade das empresas, incluindo funcionários, fornecedores e clientes. A integração e centralização dessa informação não esteve na base do surgimento das grandes empresas, mas foi uma das bases que permitiu continuar o seu crescimento, ao longo das décadas seguintes.

As maiores empresas dos Estados Unidos já contavam, na década de 1950, com dezenas ou centenas de milhares de empregados. De acordo com a lista elaborada pela revista *Fortune*, a General Motors tinha, em 1955, mais de 570 mil funcionários. Em 1985 contava com quase 750 mil. A General Electric, outra das maiores empresas, passou de 210 mil funcionários, em 1955, para 330 mil, em 1985. A criação de computadores como o IBM *RAMAC 305*, com capacidade para gerir 10.000 transacções diárias, e os seus sucessores, foi essencial, neste processo de crescimento, sendo criadas direcções de informática nas empresas, para gerir estes recursos. Neste processo, as tecnologias de informação foram utilizadas para gerir um complexidade crescente, decorrente de um dimensão organizacional cada vez maior.

Para além da gestão da dimensão, as novas tecnologias deram um outro contributo essencial para a evolução das grandes empresas: a gestão da localização. Passou a ser possível, com os computadores e com as redes informáticas utilizadas pelas empresas, gerir em tempo real informação proveniente de vários locais, fisicamente

distantes entre si. Esta alteração contribuiu para várias outras alterações, no funcionamento das grandes empresas. Para além do crescimento através da dimensão (de funcionários, de clientes ou de facturação), tornou-se possível o crescimento do número de locais em que uma empresa se encontrava directamente presente.

Uma das áreas que melhor ilustra esta alteração é a do retalho. Ao contrário da maior parte das áreas de negócio historicamente representadas na lista das maiores empresas dos Estados Unidos, que assumem essencialmente relações com outras empresas, numa lógica de *business to business (B2B)*, as empresas de retalho estabelecem uma relação directa com o cliente final, de *business to consumer (B2C)*. Em vez de agentes, distribuidores ou representantes, as grandes cadeias de retalho são proprietárias de dezenas ou centenas de lojas, e estabelecem uma relação diária com milhares consumidores, implicando facilmente a realização diária de milhões de transacções.

Esta industrialização da relação com o cliente apenas se torna possível com o recurso à informação automática. É apenas na medida em que a informação respeitante a estas transacções se encontra centralmente armazenada e processada que se torna possível consolidar e abranger este volume de transacções numa única empresa. As cadeias de lojas não integraram, durante muito tempo, a lista das maiores empresas. Apesar de existirem cadeias de retalho centenárias, estas não se tornaram rapidamente em empresas de grande dimensão. Em 1955, não figurava na lista das 50 maiores empresas dos Estados Unidos nenhuma empresa da área do retalho. Em 2005, a maior empresa dos Estados Unidos é uma cadeia de lojas – a Wal-Mart. Existem, actualmente, para além da Wal-Mart, outras 9 empresas de retalho, entre as 50 maiores dos Estados Unidos<sup>23</sup>.

Uma outra área em que as alterações na gestão da localização se fizeram sentir, para além da da comercialização, é a da produção. A possibilidade de integrar informação em tempo real, proveniente de vários locais, teve um profundo impacto também sobre o processo de produção. Passou a ser possível recorrer a uma divisão do trabalho não só entre funcionários, na mesma fábrica, mas mesmo entre fábricas, ainda que localizadas em países ou continentes diferentes. No processo de produção industrial, por exemplo, passou a ser possível desenhar todos os componentes de um determinado produto final e distribuir a sua produção por várias fábricas. Os vários componentes são, desta forma, produzidos em diferentes fábricas, e enviados para

um local onde é efectuada a sua montagem final. Este processo só se torna exequível com um sistema de desenho do produto que integra todas as peças, distribui a informação necessária pelos vários locais em que será desenvolvida a produção, e integra e mantém actualizada a informação sobre o estado da produção. Um problema de produção de uma peça ou de um componente, num determinado local, pode implicar consequências na produção em várias outras fábricas, em vários países diferentes. A existência de sistemas de informação automática é, obviamente, crucial para a gestão permanente desta rede de relações.

Esta gestão da localização, na produção, facilitou o crescimento das multinacionais, que recorrem de forma crescente a estratégias em que cada uma das suas fábricas se especializa na produção de um conjunto limitado de componentes, depois juntos numa linha de montagem para constituir um produto final, em vez de produzir produtos finais em cada uma das suas fábricas. Este é um dos factores na base da globalização da economia.

Na indústria automóvel, por exemplo, plataformas como a J-car, produzidas pela General Motors para vários modelos das suas marcas (como o Chevrolet Cavalier, Pontiac Sunfire, Buick SkyHawk e Cadillac Cimarron), já eram construídas, em 1980, a partir de peças produzidas em vários países diferentes. Em 1990, contudo, praticamente nenhum automóvel era construído a partir de peças fabricadas apenas num país (Stearns e Langer, 2001: 818). O Ford Mondeo, por exemplo, lançado em 1993, inclui componentes produzidos em 112 sítios diferentes, abrangendo 16 países e três continentes (Giddens, 2000a: 89). O próprio nome do carro, "Mondeo", procura representar a natureza global da indústria automóvel.

Esta alteração aprofunda o princípio da divisão do trabalho, facilitando não só uma especialização de funcionários, ou de fábricas, mas também dos próprios países. Numa economia globalizada, um país pode especializar-se na metalurgia, construindo chassis para os automóveis, outro na produção de plásticos, um terceiro nas cablagens e componentes eléctricos e um quarto nos instrumentos e na tecnologia informática utilizada no veículo. A empresa multinacional é o elemento que centraliza, gere e articula essa especialização no produto final – o automóvel.

Esta especialização ocorre sob um princípio de concorrência. Ou seja, não existe um prévio acordo sobre as áreas de especialização dos países – estes antes concorrem

---

<sup>23</sup> Home Depot (13.º), Kroger (21.º), Target (27.º), Costco Wholesale (29.º), Albertson's (35.º), Walgreens (38.º), Lowe's (43.º), Sears Roebuck (45.º) e Safeway (46.º).

entre si, na especialização em determinadas áreas. Não existe, na economia globalizada, uma única fábrica, ou um único país, especializado numa determinada área. Existem, pelo contrário, várias fábricas e vários países activos na mesma área, em concorrência entre si. A capacidade de gestão disponibilizada pelas novas tecnologias, a par de uma crescente abertura ao comércio, nas economias ocidentais, permite às companhias multinacionais uma fácil deslocalização da produção. Num cenário de divisão do trabalho em que a produção se encontra distribuída por várias fábricas, em vários países, a optimização do processo de produção através da alteração de uma das suas peças, passando de uma fábrica para outra, ou de um país para outro, é, para além de uma questão de racionalidade económica, uma questão de gestão da informação do processo produtivo.

Sob este ponto de vista, já não é apenas o Estado a enquadrar e confinar, nos seus limites geográficos, a actividade das empresas, mas também o inverso. São as grandes empresas multinacionais que confinam, nos limites da sua actividade de produção (e de comercialização), empresas situadas em vários países. Os Estados tentam influenciar os fluxos financeiros e de informação, com todas as suas consequências, mas as TIC tornam esse esforço cada vez mais difícil.

O modelo clássico de produção industrial assenta, essencialmente, numa produção em massa, em que o grupo ocupacional predominante são os trabalhadores industriais, a par do surgimento de um consumo de massas. Este modelo pode ser concebido como correspondendo a um regime fordista de acumulação, com o seu auge no período de 1945 a 1973 (Webster, 1995: 138).

Neste modelo, os estados nacionais desempenham ainda um papel preponderante, enquadrando a produção e o consumo. As empresas encontram-se fortemente confinadas, na produção e na comercialização dos seus produtos, pelos limites do Estado: não só a sua produção é efectuada de forma exclusiva, ou quase exclusiva, no interior dos limites do Estado, como o seu mercado também se encontra essencialmente circunscrito a esse espaço.

É a alteração das forças de produção que permite alcançar, em grande medida devido ao desenvolvimento tecnológico, uma produtividade crescente, consubstanciada na produção em massa. A par desta tendência, é verificável um desenvolvimento dos transportes (terrestres, marítimos e aéreos) e uma abertura das economias, que permite um crescente alargamento da dimensão (espacial e demográfica) do mercado. Esta possibilidade conduz a uma globalização da produção, associada a estratégias de globalização do mercado e dos fluxos financeiros.



Não se pretende afirmar, com este argumento, que a globalização da produção é uma tendência radicalmente nova. A existência de comércio internacional, de actividades de exportação e de importação, e mesmo de especialização das economias nacionais é secular ou, eventualmente, milenar. Nunca, apesar disso, as economias nacionais se encontraram sujeitas a uma pressão supra-nacional, exercida pelas companhias multinacionais, comparável à de hoje. De uma relação entre pares, os Estados passaram a estabelecer uma relação concorrencial entre si, com o objectivo de captação de investimento. No cenário de economia aberta que se tem vindo a afirmar nos países industrializados avançados, ao longo das últimas décadas, são os Estados que concorrem pela captação e fixação de investimento das empresas, nos seus limites territoriais.

A globalização não se dá, no que diz respeito às grandes empresas, apenas no domínio da produção. A comercialização também se globalizou. Uma parte crescente dos produtos que o cliente consome, desde a higiene e cuidado pessoal até aos automóveis, são os mesmos em todo o planeta, produzidos pelas mesmas empresas. Com a chegada de empresas multinacionais a um número cada vez maior de países, a quantidade de sectores em que o consumidor é global é, também ela, crescente.

Para além de produtos com uma tradição histórica de produção por grandes empresas multinacionais, como o automóvel ou os electrodomésticos, sectores como a higiene e o cuidado pessoal, o vestuário, a alimentação, ou mesmo nos serviços, como o aluguer de automóveis, as empresas de trabalho temporário ou os serviços de consultoria, são cada vez mais assegurados por multinacionais. Também neste domínio da globalização o recurso às tecnologias de informação e comunicação é essencial. A distribuição num mercado global de produtos produzidos por multinacionais, em vários países, cria uma rede de relações de produção, distribuição e comercialização que necessita do apoio de tecnologia com uma elevada capacidade de armazenamento, processamento e difusão de informação. No contexto da globalização da produção e do consumo, as empresas multinacionais competem pela atracção do consumidor global, enquanto os Estados concorrem pela captação do investimento das empresas que servem o consumidor global.

Existe, ainda, uma outra área da globalização a merecer destaque, na análise do impacto das tecnologias de informação e comunicação sobre a economia, relacionada com o sector financeiro. O processo de globalização, ou de mundialização, foi particularmente rápido no sector financeiro, onde foi acompanhado por um processo institucional de liberalização e desregulamentação, que se encontra praticamente

concluído: o capital financeiro transformou-se, essencialmente, num factor de produção dotado de mobilidade internacional.

A existência de formas de globalização dos fluxos de informação deve ser encarada, neste contexto, como um suporte essencial, que estabelece as bases sobre as quais assenta a globalização do mercado, da produção e dos fluxos financeiros (Giddens, 2000). Contudo, estas tendências correspondem a realidades que, embora possam ser próximas e se articulem, devem ser consideradas como conceptualmente distintas. Os argumentos apresentados para a justificação da existência de uma sociedade da informação com uma configuração pós-industrial são de natureza qualitativamente distinta da dos argumentos justificativos da existência de um processo de globalização económica.

Se se podia considerar, por um lado, que os Estados nacionais enquadravam fortemente, até há poucas décadas, a produção e o consumo na sua circunscrição geográfica, essa situação encontra-se actualmente em causa.

Na indústria transformadora tradicional, a diminuição dos custos de comunicação e de informação contribuiu para a criação de um nível internacional de integração dos mercados, alargando assim as possibilidades de deslocalização internacional.

Em sectores como os serviços, as novas tecnologias de informação permitem, muitas vezes pela primeira vez, um acesso global pouco dispendioso a mão-de-obra de baixo custo. Esta circunstância facilita a deslocalização de várias funções e actividades dos serviços, predominantemente com maior carácter repetitivo. As empresas e os grupos económicos descobriram as vantagens dos diferenciais internacionais dos custos salariais em domínios anteriormente limitados, nas suas possibilidades de comercialização internacional.

O processo de globalização económica corresponde a uma integração real e financeira da economia mundial. Por outras palavras, as tecnologias de informação e comunicação contribuem para a mobilidade internacional dos capitais e a deslocalização geográfica de determinadas actividades. Para dar um exemplo concreto do impacto destas alterações, as transacções transnacionais de acções e obrigações aumentaram de 10% do PIB, em 1980, para entre 150% a 250% do PIB, em 1995. Simultaneamente, o volume mundial das transacções de divisas aumentou para mais de 1,2 mil milhões de dólares por dia (Bank for International Settlements, 1996).

Em certa medida, o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação aproxima-se do projecto de uma economia mundial mais transparente, na qual os

incentivos económicos podem permitir uma mobilidade e uma trajectória económica mais rápida dos países. Mas, ao mesmo tempo, a rapidez do processo de mundialização implica alterações políticas de fundo, sobretudo nos recursos de enquadramento da actividade económica ao dispor do Estado e na forma de relacionamento dos Estados, no plano internacional.

Os Estados passaram de uma situação de controlo das forças de produção no seu interior, em grande medida, para uma situação de competição entre si, com o objectivo de atracção e captação de investimento económico. As relações entre Estados mudam a sua natureza qualitativa, nesta acepção. De uma relação *inter pares*, em que cada Estado consegue exercer o controlo e o domínio sobre as estruturas de produção estabelecidas no seu território, os Estados encaram actualmente um cenário de competitividade, em que concorrem pela tentativa de atracção e fixação de investimento económico. O desenvolvimento de uma diplomacia económica, com as características que actualmente assume, e a criação de agências nacionais de captação de investimento podem ser entendidos como dois dos sintomas desta alteração.

#### 1.5. O Estado informacional: controlo e vigilância administrativa

As novas TIC fazem sobressair, na organização e na forma de funcionamento do Estado, particularmente na sua relação com os cidadãos, características de controlo e de vigilância administrativa. A utilização destas tecnologias atravessa, contudo, três fases distintas.

Historicamente, o desenvolvimento de grande parte das TIC no âmbito da actividade do Estado surge, numa primeira fase, como vimos, sobretudo em duas áreas: a investigação científica e as aplicações militares (Breton e Proulx, 1997). É, em primeiro lugar, na investigação ligada à universidade e a centros de investigação que a utilização e o desenvolvimento das tecnologias de informação automática ocorre.

Uma das utilizações privilegiadas para esta tecnologia centra-se, como também referido anteriormente, no domínio militar. Os grandes computadores construídos nas décadas de 1930 e de 1940, como o ENIAC ou o Harvard Mark I (norte americanos), ou o Colossus (inglês), foram utilizados para fins militares. O ENIAC foi utilizado no cálculo de tabelas balísticas para a artilharia dos Estados Unidos, no final da Guerra. O Harvard Mark I, construído pela IBM e entregue em 1944 à Universidade de Harvard, foi utilizado exclusivamente para a Marinha, até ao fim da Segunda Guerra. O

Colossus, por sua vez, foi utilizado para tentar decifrar código utilizado pelas forças alemãs, na Segunda Guerra. Os computadores que processavam informação a partir de cartões perfurados, da IBM, foram extensamente utilizados, no projecto Manhattan, nos cálculos para a construção das primeiras bombas atómicas (Feynman, 1997: 125-128).

A utilização militar de sistemas informáticos não era exclusivamente determinada, contudo, pela existência de um contexto de guerra. Mesmo depois do fim da Segunda Guerra, a informática continua a encontrar no domínio militar uma aplicação privilegiada, dentro do Estado. O desenvolvimento de sistemas de controlo e intercepção de aviões inimigos, como o SAGE (*Semi Automatic Ground Environment*), desenvolvido pela IBM para a Força Aérea norte-americana, a partir do final da década de 1950, representa um investimento de larga escala, por parte do Estado, em informática militar. Cada computador SAGE implicava, em termos práticos, para além do equipamento informático, a construção de um edifício de 4 pisos que lhe era integralmente dedicado. Foram construídos 56 computadores SAGE e a IBM chegou a envolver directamente no projecto mais de 7.000 funcionários.

Para além dos limites das áreas da investigação científica e da aplicação militar, que são áreas de "circulação restrita" e que implicam por natureza um conjunto de consequências pouco visíveis, na interacção entre o Estado e os restantes actores sociais, a utilização das TIC foi influenciada pelo início do desenvolvimento da micro-informática.

Depois desta primeira fase, a utilização da informação automática na actividade do Estado centra-se de forma privilegiada na gestão de informação sobre contribuições e impostos.

No Reino Unido, em 1966, o Comité Fulton, criado com o objectivo de reflectir sobre a organização da administração pública, solicitou ao Tesouro uma avaliação das implicações dos computadores sobre a administração pública (Bellamy e Taylor, 2003: 34). Mais especificamente, o Comité Fulton pretendia avaliar a possibilidade de utilizar os computadores para abrandar, estabilizar ou mesmo inverter a tendência de crescimento do corpo de funcionários na administração pública. O primeiro sinal da importância que as contribuições e impostos assumem neste processo consiste precisamente no facto de o Comité Fulton confiar esta tarefa ao Tesouro, directamente

responsável pela recepção e gestão de contribuições e impostos, e não a qualquer outro organismo da administração pública central.

A resposta do Tesouro a esta pergunta inicial é formulada através de dois memorandos. No primeiro, é descrito aquilo que se designa como o “processamento automático de informação” nos serviços prestados pelo Estado, e em que se defende que o investimento em computadores é justificado pelo retorno através da redução de custos em pessoal. É argumentado, no segundo memorando, que esta redução de custos será mais significativa nas fases iniciais da adopção de computadores, uma vez que a tendência mais provável será a de que estes sejam crescentemente utilizados para assegurar processos que não eram simplesmente possíveis, anteriormente<sup>24</sup>. Desde a questão colocada pelo Comité Fulton até à resposta dada pelo Tesouro, passando pela escolha do interlocutor a quem a pergunta é colocada, a perspectiva adoptada centra-se nos benefícios que poderão existir, na máquina burocrática e administrativa do Estado, em consequência da utilização de tecnologia.

Esta será, na generalidade dos países, a segunda grande área de utilização dos sistemas de informação automática, no Estado. A segunda vaga de informatização, dentro do Estado, concentra-se, deste modo, na gestão de contribuições e impostos. É este processo que justifica que, ainda hoje em dia, os principais responsáveis pela informática na administração pública se encontrem, em muitos países, nos ministérios das finanças. Países como a Irlanda, Portugal, Finlândia ou Dinamarca evidenciam sinais recentes desta tendência.

O representante da Irlanda na associação que congrega informalmente os responsáveis máximos pela utilização de tecnologias de informação na administração pública, o *International Council for Information Technology in Government Administration* – ICA ([www.ica-it.org](http://www.ica-it.org)), foi, durante muito tempo, um dirigente da instituição responsável pela cobrança de impostos e direitos aduaneiros – o *Office of the Revenue Commissioners* ([www.revenue.ie](http://www.revenue.ie)) – e é, actualmente, um dirigente do Departamento de Finanças do Governo da Irlanda ([www.finance.gov.ie](http://www.finance.gov.ie)).

É também esta tendência que leva a que o principal Instituto de Informática da administração pública portuguesa se encontre integrado no Ministério das Finanças e da Administração Pública ([www.inst-informatica.pt](http://www.inst-informatica.pt)), ou com que o valor do parque informático do Ministério das Finanças, em Portugal, em 1997, ultrapassasse os 28 milhões de contos, equivalendo a mais do triplo do valor do parque informático dos

---

<sup>24</sup> Veja-se, para uma actualização do debate em torno desta questão, Public Service Committee (1998).

ministérios que se lhe encontram mais próximos. De entre todos os restantes ministérios, apenas os da Justiça, da Solidariedade e Segurança Social, e do Ambiente atingem o patamar dos 8 milhões de contos (Portugal, Instituto de Informática, 1997).

A ligação entre a utilização de recursos informáticos e a eficiência da máquina fiscal do Estado leva, deste modo, a que os ministérios das finanças assumam um papel relevante na condução das políticas públicas para a sociedade da informação. É também este o caso em dois dos países que iniciam mais cedo a publicação de documentos de políticas públicas globais para a sociedade da informação, na Europa: a Finlândia e a Dinamarca.

Os governos da Finlândia, sobretudo no período de 1992 a 1996, e da Dinamarca, numa fase inicial das suas políticas para a sociedade da informação, entre Janeiro de 1993 e Setembro de 1994, confiam a reflexão global sobre a sociedade da informação, e o desenvolvimento de políticas globais para a área, nos seus países, ao Ministério das Finanças<sup>25</sup>.

A utilização da informática, por parte do Estado, depois da utilização no círculo restrito da investigação e das utilizações militares, centra-se, desta forma, em objectivos como a obtenção de ganhos de eficiência no processamento de informação, maior racionalidade na gestão de recursos, maior eficiência na cobrança de impostos, ou a possibilidade de redução da despesa corrente. Até este momento, a informática é predominantemente encarada como uma tecnologia de informação. Com o surgimento da *World Wide Web* e da generalização da utilização da *Internet*, inicia-se a utilização da informática como tecnologia de comunicação, no âmbito da actividade do Estado e, muito particularmente, na sua relação com os cidadãos. A *World Wide Web* representa, deste modo, uma alteração na natureza da utilização da informática no Estado, fazendo emergir, para além da sua dimensão de tecnologia de informação, algumas características que fazem da informática também uma tecnologia de comunicação.

Os organismos da administração pública, dependentes dos governos nacionais, apresentam actualmente uma forte presença na *Internet*, disponibilizando um leque alargado de conteúdos e de serviços aos cidadãos e às empresas. Esta presença começa a generalizar-se, sobretudo, durante a segunda metade da década de 1990,

depois da criação da *World Wide Web* (WWW) em 1991, e da sua progressiva massificação, ao longo da década.

É a partir do surgimento da *World Wide Web* e da generalização da utilização da *Internet* que começa a surgir uma terceira fase na forma como os sistemas de informação são utilizados pela administração pública. Depois da criação da WWW, em 1991, começam a surgir os primeiros sítios na *Internet* de organismos da administração pública. Esta evolução é rápida, atingindo em poucos anos valores significativos de cobertura: em Portugal, 50% das câmaras municipais e 71% dos organismos da administração pública central tinham uma página na *Internet*, em 2000 (Santos e Amaral, 2000: 23 e UMIC, 2004: 3). Em 2005, estes valores tinham-se aproximado da cobertura total, abrangendo 96% das Câmaras Municipais (UMIC, 2005: 2) e 87% dos organismos da administração pública central (UMIC, 2005a: 2). Independentemente das diferenças registadas, de país para país, a tendência geral na OCDE é semelhante, evoluindo no sentido da cobertura total, da presença de todas as instituições na *Internet*, através de um sítio.

Os primeiros sítios na *Internet* correspondiam, contudo, a uma apresentação de informação de carácter muito generalista, como a morada da instituição, os seus contactos de telefone e de fax, ou o horário de funcionamento. Nesta fase, os serviços apresentavam passivamente, nos seus sítios ou páginas na *Internet*, informação de carácter generalista. Estes primeiros sítios asseguravam uma função próxima da dos cartões de visita, disponibilizando informação sobre a instituição que tinha de ser utilizada através de outros canais, como o telefone ou o contacto pessoal através do balcão de atendimento.

No primeiro momento da utilização da *Internet*, por parte do Estado, a utilização centra-se na disponibilização de informação de carácter generalista sobre as instituições. A *Internet* não constituía, em si própria, nesta primeira fase, um canal de comunicação e de realização de transacções entre a administração e o cidadão. Este período mereceu a designação, por parte de alguns autores, de “fase de presença” (Baum e Di Maio, 2000). Os organismos públicos encontravam-se *presentes* no novo meio, embora não o utilizassem para a comunicação e a realização de transacções com os cidadãos.

---

<sup>25</sup> No caso da Dinamarca, este ministério divide inicialmente a sua capacidade de intervenção com o Ministério das Comunicações e do Turismo, em que o primeiro assegura a área de tecnologias de informação e o segundo a área das telecomunicações.

A massificação da *Internet*, através da *WWW*, a par das maiores possibilidades tecnológicas das versões do *software* utilizado (sobretudo, na fase inicial, com a evolução da linguagem utilizada na *WWW*, o *hyper text markup language* – *html*) criou a oportunidade, e a necessidade, de alargar a utilização da *Internet*. Numa segunda fase da sua utilização para serviços de governo electrónico, caracterizada por alguns com uma fase de “interacção” (*idem*), começam a surgir algumas formas de comunicação elementares entre os cidadãos e a administração pública que permitem evitar, pelo menos, uma deslocação ao balcão de atendimento do organismo em questão, ou um contacto através de outros canais (como o telefone ou o fax). Um dos recursos mais típicos desta fase consiste na disponibilização de formulários para *download* através do sítio na *Internet*. Neste caso, o utilizador acede ao sítio do organismo público, localiza o formulário pretendido e faz o *download*, gravando-o no seu próprio computador. Depois de gravado, o utilizador pode preencher o formulário e entregá-lo pessoalmente, ou enviá-lo por correio ou por fax, para o organismo em causa.

Na relação de comunicação entre Estado e cidadão, o fluxo de comunicação que parte do Estado para o cidadão, e em que o primeiro disponibiliza o instrumento adequado para o segundo submeter o seu *input* ao sistema burocrático e administrativo, é disponibilizado em formato digital, através da *Internet*. O fluxo subsequente, que parte do cidadão para o Estado, em que o primeiro submete o seu *input* ao sistema, tem de ser realizado, contudo, através de outro canal de comunicação.

Um terceiro momento na evolução da forma de utilização da *Internet*, por parte das instituições públicas, consiste na realização integral de transacções com os cidadãos. As iniciativas de governo electrónico típicas desta fase apresentam maior complexidade, não se limitando à simples disponibilização de informação, e permitem concretizar tarefas de forma integralmente electrónica, sem interrupções na prestação do serviço. Os projectos de governo electrónico tornam possível, nesta fase, a criação de serviços *self-service*, em que os utilizadores concretizam todas as operações necessárias através da *Internet*. As aplicações para o pagamento de contribuições e impostos, para a renovação de licenças ou para a submissão de candidaturas são exemplos de serviços situados neste estádio. Passa a ser possível assegurar, nesta fase, ambos os fluxos de comunicação (Estado-cidadão e cidadão-Estado) através da *Internet*.

Embora o utilizador possa efectuar todas as tarefas necessárias à concretização do serviço disponibilizado, estas actividades ainda envolvem um fluxo de comunicação



predominantemente uni-direccional, no sentido do Estado para o cidadão. Por sua vez, as respostas electrónicas geradas pelo sistema burocrático e administrativo também correspondem habitualmente, nesta fase, a um resultado fortemente estandardizado, como a determinação de um valor de contribuições a pagar ou a devolver, a aprovação de um pedido de licença ou a confirmação de aceitação de um processo de candidatura.

Estas várias fases, na forma como as instituições públicas utilizam a *Internet*, chama a atenção para o facto de não ser possível avaliar a sua utilização apenas a partir de indicadores que quantifiquem a presença online. Não é suficiente, na análise da utilização da *Internet* para os serviços de governo electrónico, quantificar o número de organismos que disponibilizou um sítio na *Internet*. Este é um primeiro estágio, em que a administração pública disponibiliza informação aos cidadãos. É contudo, sobretudo com as fases seguintes, de interacção e de realização de transacções com o cidadão, que a informação automática deixa de ser utilizada apenas como uma tecnologia de informação e passa a ser utilizada, também, como tecnologia de comunicação. Interessa conhecer, desta forma, não só quantificar a presença do Estado na *Internet*, mas também caracterizar a natureza dessa presença.

O Eurostat, por exemplo, utiliza para o efeito um indicador de disponibilidade de serviços de governo electrónico baseado em 20 serviços considerados básicos. De acordo com este indicador, o caminho a percorrer é ainda longo – em 2004, não se encontravam disponíveis online, na União Europeia a 15, metade dos serviços públicos considerados básicos pelo Eurostat (49%) – cf. Tabela 1.4.

**Tabela 1.4.** Percentagem de disponibilidade online de 20 serviços públicos básicos, na União Europeia a 15

	2002	2003	2004
UE 15	36	47	49
Bélgica	25	35	35
Dinamarca	61	72	58
Alemanha	35	40	47
Irlanda	50	56	50
Grécia	32	32	32
Espanha	40	50	55
França	35	45	50
Itália	35	45	53
Luxemburgo	5	15	20
Holanda	21	26	32
Áustria	20	68	72
Portugal	32	37	40
Finlândia	50	61	67
Suécia	67	67	74
Reino Unido	33	50	59

Fonte: Eurostat, *E-government on-line availability*.

O indicador apresenta a percentagem de um conjunto de 20 serviços básicos que se encontram integralmente disponíveis na *Internet* - ou seja, relativamente aos quais é possível efectuar todos os procedimentos necessários através da *Internet*. Se, por exemplo, num país 13 dos 20 serviços fossem avaliados como 100% disponíveis online e um fosse considerado como não aplicável (porque, por exemplo, não existe naquele país), o indicador corresponderia a 13/19, ou seja, a 68,4%. Os valores são baseados numa amostra de moradas de sítios públicos acordada com os Estados membros e considerada como relevante, para cada serviço.

Em alguns países, esta variação é particularmente acentuada: enquanto o Luxemburgo conta com apenas 20% dos serviços públicos básicos disponíveis *online*, a Suécia disponibiliza 74% desses mesmos serviços. A tendência de aproximação a níveis elevados de disponibilidade destes serviços é, contudo, evidente.

Esta é a primeira grande alteração decorrente da utilização da *Internet*, por parte do Estado: de uma utilização da informática centrada no domínio da investigação ou da

actividade militar, numa primeira fase, ou na organização burocrática e administrativa de funções como a gestão e controlo de contribuições e impostos, o Estado passa a utilizar a informática, com a *Internet*, também para disponibilizar informação aos cidadãos e, mais, para assegurar transacções com eles. A *Internet* torna, deste modo, a informática num canal de comunicação entre o Estado e o cidadão, à semelhança dos canais previamente existentes, como o balcão de atendimento ou o telefone.

As novas tecnologias de informação e comunicação não servem, contudo, apenas para a comunicação e a disponibilização de informação aos cidadãos. A utilização da tecnologia implica também uma dimensão de controlo e de vigilância do Estado sobre a actividade quotidiana dos cidadãos. Esta dimensão, concretizada através de formas de centrar a atenção sobre informação pessoal, com o objectivo de assegurar a conformidade às normas estabelecidas, tem vindo a tornar-se numa componente essencial da utilização das TIC. O cumprimento de limites de velocidade, a entrega de declarações de impostos ou a conduta em espaços públicos são comportamentos amplamente escrutinados, hoje em dia, através de tecnologias de informação e comunicação.

As TIC são utilizadas para aumentar o poder, alcance e capacidade dos sistemas de controlo e de vigilância. Por outro lado, praticamente todas as actividades de controlo e vigilância são apoiadas e ampliadas através do recurso a TIC.

Este controlo e vigilância não se encontra necessariamente centrado num conjunto limitado de indivíduos. Pelo contrário, ele é crescentemente generalizado, tendo-se desenvolvido como um aspecto da administração burocrática, incluindo todos os cidadãos, em muitas das suas formas. O seu funcionamento é, ao contrário da vigilância exercida a um nível individual, em larga escala, sistemático, crescentemente automatizado e dependente da capacidade tecnológica de armazenar, processar e disseminar informação. Só no Reino Unido, em 2004, existiam mais de 4 milhões de câmaras de vigilância em locais públicos (Norris e McCahill, 2004). Para além das pessoas sobre as quais recaem suspeitas, por eventuais actividades ilícitas, os trabalhadores, consumidores, cidadãos e viajantes encontram hoje em dia a sua actividade sob escrutínio, sendo de interesse para terceiros. Um dos elementos centrais para este funcionamento é a existência de bases de dados detalhadas, com a capacidade de poderem ser ligadas entre si (Lyon, 2006).

A postura do Estado não é, deste modo, apenas de vigilância, no sentido de identificar e detectar o responsável por uma actividade ilícita, mas de utilização alargada das TIC para assegurar *a priori* um nível elevado de controlo e de conformidade. Os radares de

trânsito actualmente instalados em vários locais têm a capacidade de avisar os condutores que se encontram em excesso de velocidade, de forma a poderem reduzi-la, antes de serem multados. Uma declaração de impostos que o cidadão preenche na *Internet* já se encontra, em vários países, previamente preenchida pelo Estado – a primeira tarefa do cidadão consiste em validar o que se encontra preenchido e, depois, fazer o preenchimento dos restantes elementos. Nestes exemplos, a tecnologia não é utilizada para a detecção e a persecução de um acto ilícito mas, antes disso, para uma actividade de controlo em que se tenta, precisamente, prevenir a sua ocorrência e assegurar a conformidade.

Esta actividade de vigilância não é, em muitos casos, desconhecida dos cidadãos. É do conhecimento geral que um volume crescente de informação sobre a actividade regular dos indivíduos é recolhida, armazenada, tratada e utilizada pelas instituições. Os condutores conhecem a existência de um número de crescente de sistemas de controlo de velocidade, os contribuintes têm conhecimento do desenvolvimento de formas de detecção de devedores, tal como os utilizadores da *Internet* sabem que o seu comportamento se pode encontrar sob vigilância do Estado, no acesso a conteúdos ilegais ou em práticas ilícitas.

O facto de esta tendência de controlo ser cada vez mais alargada, abrangendo todos os indivíduos da comunidade, não significa a inexistência de formas de discriminação *a priori*, antes da detecção de comportamentos ilícitos. A tecnologia não funciona, desta forma, exclusivamente através de uma lógica de inclusão, em que abarca de forma indiferenciada todos os indivíduos. Existe também, na utilização da tecnologia para objectivos de controlo e vigilância social, uma dimensão de exclusão, em que indivíduos, ou alguns grupos, são destacados. Os organismos públicos processam informação individual de forma a estabelecer tendências e padrões, em que procuram grupos ou características individuais de risco, classificando indivíduos de acordo com esses critérios. Esta classificação pode encontrar-se na base, em vários casos, de actividades discriminatórias entre cidadãos. Grupos classificados de forma diferente podem ser (são frequentemente) tratados de forma diferente, levantando outro conjunto de problemas na organização e funcionamento regular do Estado.

Alguns tipos de informação recolhidos nas actividades de vigilância são utilizados para caracterizar indivíduos, de acordo com os critérios da organização responsável pela sua recolha e tratamento. A informação proveniente da actividade de vigilância é posteriormente utilizada, em vários casos, para alocar os indivíduos a categorias ou grupos de risco e determinar acções a tomar, relativamente a um indivíduo, de acordo

com o grupo em que se insere. A questão não se limita, desta forma, a determinar se uma actividade de controlo ou de vigilância é abusiva ou intrusiva, mas até que ponto as relações sociais e de poder se encontram condicionadas por estratégias de controlo e de vigilância (Lyon, 2006). Esta questão suscita, ainda, uma outra, na medida em que saber quem detém o poder para definir estes critérios e efectuar estas escolhas, e como estes procedimentos se rotinizam no sistema, não é apenas uma questão académica. Estes são alguns dos desafios que se colocam ao Estado, na utilização de TIC para o controlo e a vigilância da actividade dos cidadãos.

A nossa sociedade é, desta forma, crescentemente organizada, a nossa existência quotidiana mais planeada e enquadrada por instituições do que anteriormente, e o Estado desempenha um papel central na actividade de vigilância e controlo administrativo exercido sobre os cidadãos.

#### 1.6. O mundo do trabalhador e do cidadão: entre a globalização económica e o controlo administrativo do Estado

Um dos primeiros indicadores para a caracterização do mundo do cidadão, na sociedade da informação, e que mais facilmente fornece uma ideia das transformações em curso, consiste no número de utilizadores de novas tecnologias. As tecnologias TIC disponibilizadas aos utilizadores individuais, desde a década de 1980, como o computador pessoal, ou desde a década de 1990, como a *Internet*, são actualmente utilizadas por milhares de milhões, ou milhões de milhões, de indivíduos no mundo.

Esta utilização atravessa todos os domínios da sociedade, penetrando no espaço do trabalho, em que se constitui, como vimos, como uma actividade económica específica, com uma relevância crescente, e influencia a restante economia, mas também nos espaços de lazer e de sociabilidade doméstica.

Se o início da disseminação destas tecnologias se dá, em parte, através do mundo académico, onde professores, investigadores e alunos têm acesso a estes recursos, a sua massificação passa, na fase imediatamente a seguir, pelo mundo do trabalho. São os professores e, sobretudo, os alunos, com a sua entrada no mercado de trabalho, que vão levando a utilização de novas tecnologias para as empresas e para as instituições em que trabalham.

Em 1999, no primeiro estudo realizado em Portugal para a caracterização da utilização da *Internet*, embora com recurso a uma amostra totalmente auto-seleccionada, esta tendência é evidente: 56% dos utilizadores da *Internet* inquiridos têm a frequência do ensino superior. Esta percentagem sobe, à medida que a antiguidade da utilização da *Internet* aumenta: nos utilizadores da *Internet* há menos de um ano, a percentagem de inquiridos com o ensino superior é de 46%; nos que utilizavam a *Internet* desde há 1 a 2 anos, sobe para 49%; nos que utilizavam desde há 2 a 4 anos é de 59% e, nos inquiridos com mais de 4 anos de utilização da *Internet* (ou seja, que utilizavam a *Internet* antes de Junho de 1995) é de 71% (Ciberfaces, 2000). Estes valores espelham uma tendência, verificada na generalidade dos países, de origem da utilização da *Internet* particularmente centrada no meio académico.

A etapa seguinte, neste processo, é a passagem para o mundo do trabalho. A utilização da informática e das redes de computadores vai tornar-se mais frequente, nas empresas, e o seu crescimento vai passar, durante um período, maioritariamente pela utilização profissional. Na União Europeia a 15, em 1998, a utilização dos principais recursos da informação automática é maioritariamente profissional: 41% da população europeia tinha acesso a um computador pessoal no trabalho, enquanto 31% tinha acesso a um computador pessoal em casa; 13% da população utilizava a *Internet* no trabalho, enquanto 8% utilizava a *Internet* em casa (Eurobarómetro 50.1). O computador e a *Internet* tinham, deste modo, uma utilização maioritariamente profissional, a par de outras tecnologias, como o fax.

Uma parte relevante da força de trabalho começa a utilizar as TIC no exercício da sua actividade profissional, sobretudo a partir da década de 1980, com a micro-informática e a criação do computador pessoal. A percentagem de pessoas que utiliza as novas tecnologias no seu quotidiano profissional assume um peso significativo, e tendencialmente crescente, nas sociedades informacionais.

A OCDE utiliza, a este título, duas definições de utilizadores profissionais de TIC. A primeira é centrada naquilo a que os documentos da OCDE genericamente se referem como os *especialistas* de tecnologias de informação e comunicação, numa acepção restrita do conceito. A segunda inclui, adicionalmente, aqueles que podem ser

considerados como utilizadores genéricos e avançados de tecnologias de informação e comunicação, numa acepção mais abrangente do conceito<sup>26</sup>.

Se considerarmos apenas os profissionais especialistas em tecnologias de informação e comunicação, envolvidos sobretudo na sua produção e utilização exclusiva, a sua expressão na força de trabalho é reduzida, representando cerca de 2% a 4% dos trabalhadores empregados, na generalidade dos países da OCDE, em 2004. Se incluirmos, contudo, numa acepção mais abrangente, os utilizadores genéricos e avançados, correspondendo àqueles que utilizam regularmente estas tecnologias no desempenho da sua actividade profissional, este valor passa a situar-se entre os 14% e os 30% da população empregada, nos países da OCDE, no mesmo ano – cf. Tabela 1.5.

---

<sup>26</sup> Veja-se, para uma discussão recente deste conceito, OCDE (2004: 218 – 232).

**Tabela 1.5.** Percentagem de profissões relacionadas com as tecnologias de informação e comunicação no total da economia, na aceção estrita e na aceção alargada<sup>(1)</sup>, em 1995 e 2004<sup>(2)</sup> (estimativas da OCDE)

	Utilizadores especializados de TIC (aceção estrita)		Utilizadores genéricos e avançados de TIC (aceção alargada)	
	1995	2004	1995	2004
EU15	2,6	3,1	20,6	21,9
Estados Unidos	3,3	3,7	21,2	20,3
Austrália	3,4	3,6	21,0	20,1
Canadá	3,0	4,0	20,7	19,9
Luxemburgo	2,9	3,5	23,0	29,5
Reino Unido	2,9	3,1	27,8	28,7
Holanda	3,3	4,2	23,0	24,5
Suécia	3,9	4,4	20,4	24,4
Dinamarca	3,0	4,0	20,4	24,1
Finlândia	2,7	4,0	20,1	23,8
Irlanda	2,8	2,8	17,3	22,2
Alemanha	2,2	3,0	20,4	21,5
Bélgica	2,1	2,7	18,7	20,6
Itália	2,4	2,8	20,9	20,4
França	2,9	3,1	18,6	19,8
Espanha	2,2	2,7	15,8	18,4
Áustria	2,5	3,8	15,1	17,2
Portugal	2,3	2,1	13,0	15,5
Grécia	2,2	2,4	10,3	14,4

Fonte: OCDE, 2005a: 95.

1. A aceção estrita e a aceção alargada são baseadas em metodologia estabelecida pela OCDE (2004) e van Welsum e Vickery (2005). As percentagens de países não europeus não são directamente comparáveis com as percentagens de países europeus, uma vez que as classificações não se encontram harmonizadas: em algumas estimativas, existiram alterações da classificação.

2. Excepto: Austrália, Finlândia e Suécia: 1997, em vez de 1995; Portugal: 1998, em vez de 1995; Irlanda: 1999, em vez de 1995; Áustria e Canadá: 2003, em vez de 2004.

Como é possível avaliar através da leitura da tabela se, por um lado, os utilizadores especializados de TIC representam uma pequena parte da população empregada (entre 2% a 4%), os utilizadores genéricos e avançados chegam a representar, em



quase 70% dos países, mais de um quinto da população empregada. De facto, em 18 países, num total de 26 (Estados Unidos, Austrália, Luxemburgo, Reino Unido, Holanda, Suécia, Dinamarca, Finlândia, Irlanda, Alemanha, Bélgica, Itália, Noruega, Suíça, Hungria, Eslovénia, Islândia e República Checa), pelo menos um em cada cinco trabalhadores é considerado como um utilizador genérico ou avançado de TIC, no desempenho da sua actividade profissional. A relevância das TIC, apesar de não chegar a valores tão elevados como aqueles que a análise de Machlup poderia fazer esperar, tem, apesar de tudo, de ser considerada como relevante, para um sector de actividade relativamente recente.

A evolução da União Europeia parece assumir alguma especificidade, na evolução da percentagem de utilizadores profissionais de TIC, particularmente no que diz respeito aos utilizadores genéricos e avançados. A percentagem de utilizadores especializados subiu em todos os países incluídos na análise (com as excepções da Irlanda, em que se manteve, e de Portugal, em que desceu), entre 1995 e 2004. Considerando, contudo, a percentagem de utilizadores genéricos e avançados, os valores sobem em todos os países da União Europeia (com a excepção da Itália, em que desce), enquanto descem nos Estados Unidos, na Austrália e no Canadá. A União Europeia parece assumir, desta forma, uma evolução específica na última década, com maior dinamismo no crescimento dos utilizadores genéricos e avançados de TIC, face a outras grandes economias da OCDE. Esta questão encontra-se, por sua vez, provavelmente relacionada de forma directa com a estruturação do sector económico das TIC, particularmente com a sua articulação entre o sector da produção e o dos serviços – como abordada no ponto 1.3.

Num momento seguinte a utilização de computadores e de *Internet* passa do domínio do trabalho e da actividade profissional, para a esfera doméstica. A utilização dos novos recursos passa a ser cada vez mais frequente na residência dos agregados familiares, acabando a utilização doméstica por se aproximar ou mesmo ultrapassar a utilização no local de trabalho.

Se em 1998, na União Europeia, como vimos, a utilização do computador pessoal e da *Internet* eram maioritariamente efectuadas no local de trabalho, esta situação encontrava-se já invertida, para ambos os recursos, em 2004. De acordo com o Eurostat, em 2004, a percentagem de indivíduos que utilizou um computador em casa, nos 3 meses antes do momento da inquirição, foi de 48%, enquanto a percentagem de indivíduos que utilizou um computador num local de trabalho (situado

fora de casa), no mesmo período de tempo, foi de 28%. A tendência com a utilização da *Internet* é semelhante: a percentagem de indivíduos que acedeu à *Internet* em casa, nos 3 meses anteriores à inquirição, era de 39%; enquanto a percentagem de indivíduos que acedeu à *Internet* no trabalho, no mesmo período, é mais baixa, situando-se nos 21%.

Esta deslocação do centro de utilização dos computadores pessoais e da *Internet*, do local de trabalho para a residência do agregado familiar, traduz uma passagem da utilização da tecnologia do ambiente profissional para o ambiente doméstico. A informação automática é cada vez mais utilizada no espaço doméstico, para o lazer e o entretenimento dos membros da família.

A utilização neste espaço não representa, contudo, uma utilização exclusivamente doméstica da tecnologia. O crescimento da utilização de recursos de informação automática em casa também traduz uma outra tendência: a interpenetração do espaço da residência com o mundo do trabalho. A revolução informacional facilita, sobretudo com o crescimento da capacidade de disseminação de informação decorrente da evolução das redes de computadores (e, muito particularmente, da *Internet*), a extensão das redes de informação e dos recursos informacionais necessários para o desempenho da actividade profissional, passando a estar também acessíveis a partir de casa. Qualquer instituição ligada à *Internet* pode disponibilizar a um custo marginal, hoje em dia, uma rede de informação entre o local de trabalho e o exterior, permitindo aos seus colaboradores trabalhar à distância.

O trabalho encerra, deste modo, uma componente crescente de *teletrabalho*, de trabalho realizado à distância do local onde se situa a instituição empregadora. O teletrabalho não é, apesar do seu crescimento, uma regra, ou uma prática generalizada: em 2002, cerca de 7% da população empregada trabalhava em casa pelo menos um dia por semana, no Reino Unido; menos de dez anos antes, em 1993, a percentagem era de 0,5% (ZD Net, 2002). Apesar de não representar uma parte preponderante do tempo total de trabalho, o teletrabalho é uma realidade nova, implicando alterações na articulação entre o espaço profissional e o espaço doméstico.

A utilização das TIC não é, desta forma, apenas crescentemente doméstica: é o trabalho que é também, cada vez menos, dependente de uma localização específica, de um *topos*, facilitando a sua interpenetração e sobreposição com outros espaços.

O surgimento de formas de teletrabalho e a deslocalização do exercício da actividade profissional não representam, apesar disso, uma menor eficácia das instituições no controlo da actividade dos seus colaboradores. É precisamente a tecnologia que permite manter esse controlo, à medida que reduz a necessidade do constrangimento físico.

A informação automática permite o controlo da actividade profissional, e do trabalho realizado, de forma cada vez mais independente do espaço. Este controlo não é só efectuado através de uma alteração do controlo do trabalho, em que se controla, para além da presença de um trabalhador num determinado local, o resultado, ou *output*, do seu trabalho (que em muitos casos é também, cada vez mais, informacional e, portanto, ele próprio imaterial e independente do espaço), mas de soluções informáticas como folhas de horas, ou *worksheets*, em que é registado o tempo de trabalho dedicada a cada tarefa, ou de relatórios de produtividade produzidos automaticamente pelos computadores utilizados no processo produtivo.

Este processo representa, no limite, uma reconfiguração social do espaço e do tempo. As duas dimensões encontram-se, aliás, de tal forma relacionadas que se pode conceber uma noção de *espaço-tempo*, em substituição da referência individual a cada um dos termos (Lyon, 2001: 17).

No início da modernidade, o espaço era racionalmente concebido como um território delimitado e o tempo como tendo uma duração mensurável. A vida social podia ser organizada, em larga medida, através da grelha proporcionada pela combinação destas duas dimensões. Para utilizar o exemplo de Lyon (*idem, ibidem*), as empresas industriais podiam exercer facilmente um considerável grau de controlo sobre os trabalhadores, uma vez que o trabalho era desenvolvido num espaço claramente delimitado (as instalações da fábrica), em períodos fixos de tempo (horários ou turnos). Dispositivos como o relógio e o horário vieram progressivamente dominar a vida moderna, como meio de coordenação das actividades sociais.

No final do século XX, a crescente massificação da utilização das redes de comunicação começa a colocar em causa o papel destes dispositivos enquanto meios de coordenação e de controlo. Estas mudanças não são, bem entendido, devidas aos computadores ou às redes informacionais existentes (tal como as alterações da modernidade não foram propriamente *causadas* pelo relógio), mas encontram-se profundamente relacionadas com a utilização social destas tecnologias.

É possível, neste quadro, conceber os artefactos tecnológicos como formas de estabelecer uma relação com o tempo e com o espaço, na sequência de autores como Innis (1962) ou Lyon (2001). Esta relação não se confina apenas ao espaço da produção ou do trabalho, e da sua articulação com outros domínios, mas estende-se ao conjunto das relações de comunicação.

Na história da comunicação humana, um primeiro momento de transição pode ser localizado na comparação entre sociedades baseadas na oralidade, e um padrão de relações de sociabilidade face-a-face, e sociedades em que é utilizada a escrita, em que surge a possibilidade de estabelecer relações mais remotas. Nas relações de sociabilidade estabelecidas à distância, a escrita serve para “confinar” – “*bind*”, na expressão utilizada por Lyon (*idem, ibidem*), também entre aspas – o tempo, mantendo passado e presente juntos num mesmo meio. A invenção da prensa mecânica com tipos móveis, dando origem ao *homem tipográfico* (McLuhan, 1962), prestou-se, por seu lado, a confinar essencialmente o espaço. As relações nos sistemas legais, por exemplo, podiam manter-se de forma mais coesa e contínua do que anteriormente, sobre distâncias maiores. O espaço podia, adicionalmente, ser “confinado” através da utilização do telégrafo e do telefone – tecnologias que também facilitam a comunicação em tempo real à distância. No final do século XX, o desenvolvimento e a convergência das telecomunicações e da informática acentua a velocidade da comunicação a um ponto em que reduz, ainda mais, as distâncias no espaço. O *espaço-tempo* pode ser mais facilmente confinado, com a utilização destas novas tecnologias.

O conceito de proxémia, proposto por Hall (1966) no âmbito da antropologia espacial, referente às formas de apropriação social e individual do espaço, pode ser particularmente útil para a exploração deste argumento espaço-temporal<sup>27</sup>. O conceito de proxémia traduz a noção de que a cultura contém, inscritos em si, elementos essenciais para a construção das categorias espaciais e sensoriais. Uma mesma experiência material pode, desta forma, ser percebida de forma diversa por dois indivíduos de culturas diferentes, devido à existência de categorias e valores culturalmente diferentes para a apreensão da realidade. Recorrendo ao conceito de Hall, a sociedade da informação apresenta um padrão proxémico do espaço e do tempo diferente das sociedades anteriores.

A dependência do trabalhador face à empresa ou instituição empregadora, e a subjacente relação de controlo, não se encontram, deste modo, diminuídas na sociedade informacional. O teletrabalho, ou a relativa desmaterialização do posto de trabalho, não é um sinal de uma eventual independência ou autonomização do trabalhador face às instituições. A sociedade da informação não representa, deste modo, uma maior autonomia do trabalhador face à instituição empregadora.

Esta não é, contudo, a única forma de pressão que a economia globalizada, em parte moldada pela componente informacional, representa para os trabalhadores. A pressão sobre o crescimento real dos salários e a ameaça ao sistema de Estado providência, desenvolvido sobretudo no período posterior à Segunda Guerra Mundial, marcam também o mundo do trabalhador, na sociedade informacional.

O aumento dos salários reais, bem como dos custos unitários do trabalho, tem vindo a ser reduzido, ao longo das últimas 3 décadas. O peso dos salários na economia decaiu cerca de 3%, neste período (Bank for International Settlements, 2006: 18). Tomando para análise a média dos 10 países mais industrializados do mundo, os salários representavam, em 1975, 62,7% do total do valor acrescentado de toda a economia. Este valor desceu, em 2004, para cerca de 59,6%.

Vários factores contribuem para esta diminuição dos salários reais. A influência da globalização económica, em parte sustentada numa economia informacional, é uma das dimensões essenciais deste processo. Pelo menos três factores parecem fazer sentir a sua influência: a crescente facilidade de deslocalização da produção, o crescimento da mobilidade internacional dos trabalhadores e a progressiva abertura dos mercados à circulação de bens e serviços.

Em primeiro lugar, a possibilidade de uma deslocalização cada vez mais fácil da produção tem contribuído para limitar o poder negocial dos trabalhadores e dos sindicatos, em muitos países industrializados. Num contexto de progressiva abertura, a entrada de novos países para uma economia globalizada representa um acréscimo significativo da oferta de mão-de-obra. Estima-se, aliás, que a oferta de trabalhadores presentes na economia global possa ter duplicado, em alguns sectores, com o alargamento a países como a Índia, a China ou os países da Europa de Leste. Este aumento da oferta global de mão-de-obra, configurando uma concorrência crescente

---

<sup>27</sup> Veja-se, para uma proposta de exploração do conceito de proximidade na sociologia política, no contexto português, Stock (1996).

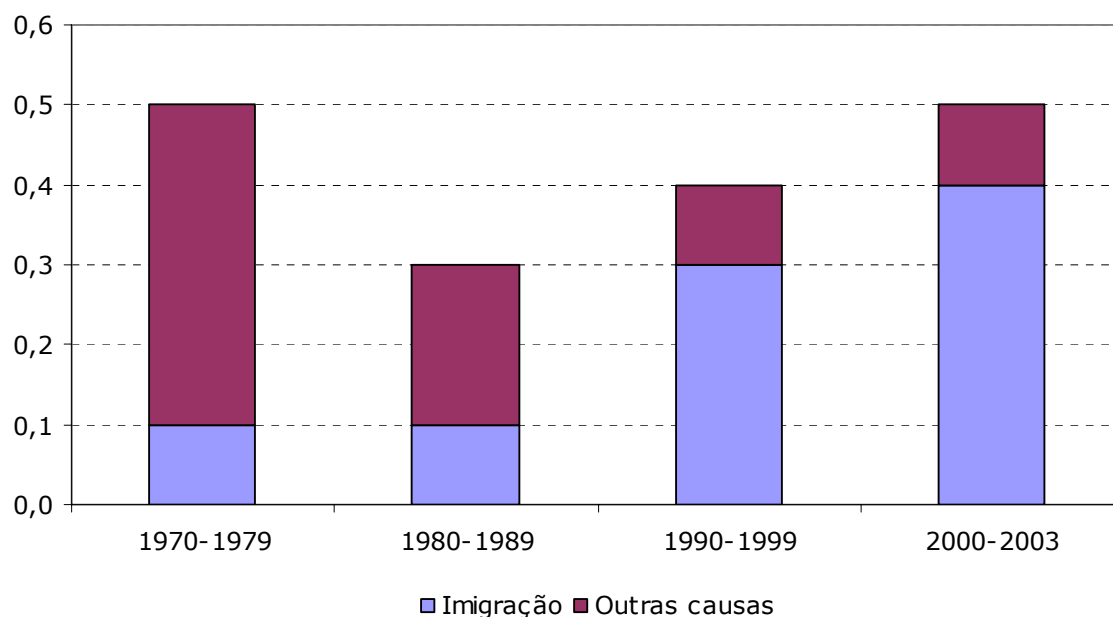
entre países, é apoiado por uma maior facilidade de gestão dos processos de produção, independentemente da sua localização. A informação automática é, sob este ponto de vista, uma base e um facilitador essencial para a decisão de deslocalização.

O rápido crescimento do comércio de materiais utilizados no processo produtivo, como peças ou componentes, é um indicador da crescente integração vertical dos processos de produção, a nível global. A taxa de crescimento do comércio mundial de peças e componentes foi de 9%, no período entre 1990 e 2000, sendo muito superior aos 2% de crescimento total do comércio mundial. Nos Estados Unidos, a percentagem de materiais a utilizar directamente como *input* no processo de produção cresceu de 12% das importações, em 1992, para 17%, em 2000 (Bank for International Settlements, 2006: 20).

Enquanto o efeito tem sido sentido sobretudo no sector da produção, os trabalhos com maior nível de especialização e salários mais elevados tornam-se cada vez mais, também, sujeitos a esta pressão. O impacto da deslocalização de instalações de produção é visível no Japão, onde as indústrias que têm perseguido activamente políticas de deslocalização (ou realocação) da produção têm vindo a reduzir os salários de forma mais agressiva. Têm sido amplamente divulgados pelos meios de comunicação social vários casos, por exemplo na Alemanha, de grandes empresas que têm vindo a negociar reduções nos salários reais, em troca da desistência de projectos de realocação da produção.

Em segundo lugar, a mobilidade internacional do trabalho, através de fluxos migratórios, tem vindo a assumir um peso crescente. O crescimento da população, na União Europeia, é crescentemente baseado na imigração. O maior factor de crescimento demográfico não é, actualmente, na União Europeia a 15 (UE15), a taxa de natalidade, mas a imigração. Na década de 1970, a população da UE15 cresceu a um ritmo de 0,43 pontos percentuais, por ano. Destes, 0,07 pontos percentuais eram provenientes de fluxos migratórios, e os restantes 0,36 de outra proveniência. Na década de 1990 esta tendência inverteu-se, passando o fluxo migratório a representar a maior parte do crescimento da população. No período de 2000 a 2003, esta tendência acentuou-se: a população cresceu anualmente, em média, neste período, 0,48 pontos percentuais. Destes, 0,39 eram provenientes de fluxos migratórios e os restantes 0,09 de outras proveniências – cf. Gráfico 1.1.

**Gráfico 1.1.** Crescimento da população na União Europeia – Contributo de fluxos migratórios, 1970-2003

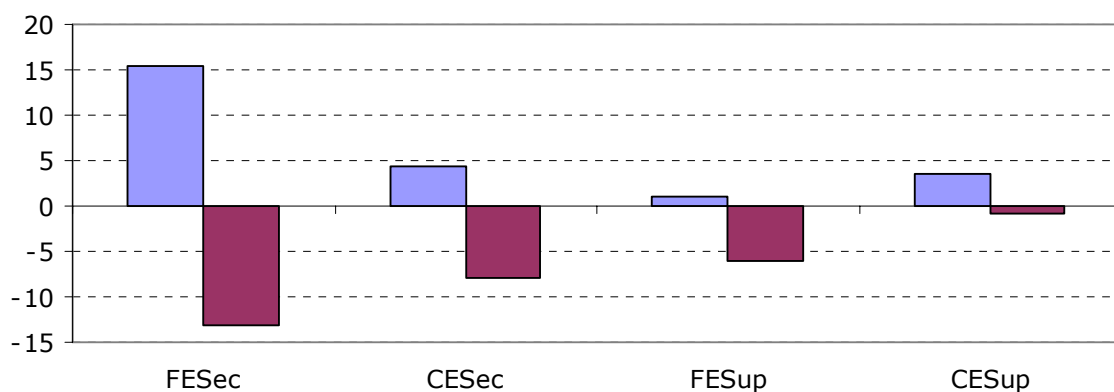


Fonte: Bank for International Settlements, 2005. Contribuições para o crescimento populacional na UE15. Médias anuais, expressas em pontos percentuais. Baseado em informação da OCDE, do Eurostat e de dados nacionais.

Esta mobilidade tem contribuído para aliviar a escassez da oferta no mercado de trabalho, em alguns países, e parece contribuir para a contenção da subida dos salários, sobretudo no caso de trabalhadores com baixos níveis de qualificação - (cf. Gráfico 1.2). A consciência de que um número crescente de postos de trabalho se encontra exposto à concorrência directa de imigrantes pode exercer uma influência significativa em países onde a mão de obra mais facilmente transpõe fronteiras. Estima-se, por exemplo, que o fluxo de imigrantes que aumentou a oferta de trabalhadores do sexo masculino em 11%, entre 1980 e 2000, nos Estados Unidos, tenha diminuído o crescimento dos salários em cerca de 3 pontos percentuais (Bank for International Settlements, 2006: 19). Na Europa ocidental, o rácio entre

imigrantes e população praticamente duplicou, desde a queda dos regimes socialistas da Europa de Leste, em 1989.

**Gráfico 1.2.** Efeitos da imigração sobre os salários nos Estados Unidos, 1990-2000



- Percentagem de trabalhadores estrangeiros do sexo masculino na população empregada
- Salário semanal real dos trabalhadores nacionais de sexo masculino

Fonte: Bank for International Settlements, 2006. Variação entre 1990 e 2000, expressa em pontos percentuais. FEsec=Freqüência do Ensino Secundário; CEsec=Conclusão do Ensino Secundário; FEsup=Freqüência do Ensino Superior; CESup=Conclusão do Ensino Superior.

O efeito da mobilidade transfronteiriça sobre os salários, na Europa, poderá ter aumentado ainda mais, com o alargamento da União Europeia, em 2004. No Reino Unido, por exemplo, verificou-se uma redução significativa no pagamento de horas extraordinárias, em 2005, nos sectores de actividade em que os imigrantes representavam uma maior percentagem da força de trabalho.

Por fim, a abertura dos mercados à circulação de bens e, de forma crescente, também de serviços, criando uma concorrência internacional, intensificou a pressão competitiva sobre os produtores, nos países industriais avançados. A maior concorrência nos mercados de bens forçou as empresas líderes a nível nacional a desenvolver esforços para reduzir custos. Neste sentido, a redução salarial tem vindo



a ser um elemento central nas estratégias para a redução da vantagem competitiva de novos produtores na economia global, como a China e a Índia. Efectivamente, a despesa em salários caiu, em média, mais em sectores com maiores taxas de importação, como o vestuário.

A pressão sobre os mecanismos do Estado providência é, também, crescente. A manutenção do sistema de garantias e de protecções sociais encontra-se condicionada por factores demográficos mas, também, por factores relacionados com a globalização.

O envelhecimento da população, determinado em grande medida pela conjugação do aumento da esperança média de vida com a redução das taxas de natalidade, implica um estreitamento da pirâmide etária, em muitas das economias industriais avançadas. Este estreitamento representa, na prática, um número proporcionalmente menor de trabalhadores activos a contribuir para as prestações sociais de um número mais elevado de beneficiários. Esta pressão tem, por sua vez, levado os países a estratégias de redução do volume de prestações, por um lado, e à tentativa de aumentar o volume de contribuições, por outro (através do aumento da idade de reforma, ou da redução das próprias prestações, por exemplo). Paradoxalmente, esta situação coloca o crescimento da imigração e da mobilidade internacional da mão-de-obra numa situação contraditória: se, por um lado, esta tendência pode contribuir para a limitação do crescimento dos salários reais; por outro, contudo, é um contributo relevante para o aumento da população empregada e, portanto, das contribuições para a segurança social, podendo revelar-se instrumental para a sua sustentabilidade.

O conjunto de garantias sociais que o Estado providência pode assegurar aos cidadãos encontra-se, desta forma, em contracção – sobretudo nas economias da Europa continental.

É tradicionalmente considerado que a governação económica pode ser um dos objectivos das políticas sociais, a par de outros – como a redistribuição de riqueza ou a assistência aos mais desfavorecidos. As economias da Europa continental, frequentemente consideradas como economias de mercado organizado, são caracterizadas por uma intervenção mais marcada do Estado na economia, e pela colaboração dos actores económicos. Historicamente, associações centralizadas, representativas de interesses como sindicatos e associações patronais, participam em

processos de negociação colectiva, de forma a estabelecer níveis salariais e outros direitos, regalias e deveres relacionados com o trabalho. É frequentemente esperado, neste contexto, que as políticas sociais dos governos complementem e facilitem o processo de negociação, contribuindo para a estabilidade global da organização económica. Se, por exemplo, o desaparecimento de postos de emprego se torna inevitável, os sindicatos tendem a aceitar mais facilmente a negociação quando o governo apresenta medidas complementares que facilitem a reforma antecipada, a formação adicional ou a requalificação dos trabalhadores, de forma a reduzir a pressão directa sobre o mercado de trabalho. Este é um exemplo possível de utilização das políticas sociais como instrumento de governação económica.

A globalização, em grande medida baseada numa sociedade e numa economia informacional, tem, contudo, consequências sobre as políticas sociais e sobre o alcance e a capacidade do Estado providência. O poder e a capacidade de intervenção do Estado, numa economia global, em que os países se encontram cada vez mais sujeitos a uma situação concorrencial entre si, com o objectivo de captar investimento e fixar actividade produtiva, limita o raio de alcance da sua acção no âmbito das políticas sociais. A capacidade de intervenção e o poder negocial dos sindicatos é, de igual forma, limitado.

Uma vez que o Estado perde grande parte da capacidade de controlar os fluxos de capital, a sua actividade concentra-se numa lógica de concorrência, em que persegue o objectivo de se valorizar a si próprio no mercado internacional, de forma a atrair actividades económicas que se fixem no seu território nacional. Prosseguir uma política de pleno emprego através de um financiamento eminentemente centrado em défice público, por exemplo, é uma opção actualmente impraticável devido à existência de um mercado de instrumentos de dívida pública. O aumento de impostos para a redistribuição de riqueza é, por outro lado, uma opção limitada pela acentuada mobilidade de capitais.

A aplicação intensiva de tecnologias de informação, a adopção de sistemas de produção e de estruturas organizacionais flexíveis implica uma fragmentação das capacidades institucionais para o controlo político das actividades económicas. Neste processo, o indivíduo relaciona-se de uma forma mais directa, menos mediada por associações laborais ou sindicais, com o capital. Nos Estados Unidos, em 1954, 35% da população empregada pertencia a uma associação sindical. Em 1960 a participação sindical começou a decair, acentuando-se este decréscimo na década de 1980. Em 2004, esta percentagem era de 12,5% (Borjas, 2007). Na Europa, a participação

sindical e a capacidade de influência dos sindicatos também diminuiu em vários países, ao longo das últimas décadas. A própria percentagem de empregadores e trabalhadores por conta própria também tem vindo a diminuir: nos Estados Unidos, a percentagem patrões e trabalhadores por conta própria era de 17%, em 1950. Em 2000, é de 7% (OIT, 2006). A tendência geral, nos restantes países, também se orienta neste sentido. O conjunto de instrumentos de política e de garantias sociais que o Estado pode disponibilizar aos trabalhadores encontra-se condicionado pelo processo de globalização.

Esta evolução não representa, no entanto, uma perda de capacidade, por parte do Estado, em exercer uma actividade de controlo e de enquadramento administrativo sobre os cidadãos. A crescente dificuldade do Estado em controlar, na economia, realidades como a mobilidade de fluxos de capitais ou de centros de produção, não encontra correspondência, desta forma, numa dificuldade em exercer controlo sobre a actividade do cidadão. Pelo contrário, os recursos ao dispor do Estado para controlar a actividade dos cidadãos são crescentes – e a sua utilização também. Enquanto a capacidade de intervenção do Estado é, no domínio económico, crescentemente limitada, ela surge, no segundo, como cada vez mais alargada.

O cidadão encontra-se, deste modo, numa situação de relação com o Estado que é geradora de novas tensões: se, por um lado, o cidadão se confronta com uma capacidade decrescente do Estado para controlar alguns aspectos da actividade económica, o que implica uma limitação das garantias sociais que este assegura aos cidadãos, por outro lado o cidadão relaciona-se com um Estado cada vez mais capaz de exercer controlo sobre a sua actividade, através da vigilância exercida sobre o indivíduo.

## 2. DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS

### 2.1. A democracia e a imprescindibilidade da participação

O governo representativo é encarado, nos debates e no processo político que conduz ao seu surgimento, a partir da segunda metade do século XVIII, como algo de diferente e, mesmo, oposto à noção de democracia vigente na altura. Como Manin (1997) nota, o governo representativo foi concebido em oposição à democracia sendo, contudo, visto hoje como uma das suas formas.

Ao longo do processo de desenvolvimento e amadurecimento das formas de governo representativo, o corpo eleitoral dos Estados Unidos e dos vários países europeus com regimes democráticos é objecto de sucessivos alargamentos, universalizando-se o sufrágio. As limitações ao acesso à capacidade eleitoral activa (permitindo o exercício do direito de voto) e passiva (permitindo a candidatura a cargos electivos) baseadas em critérios censitários ou de propriedade vão sendo, durante o século XIX e o século XX, progressivamente eliminadas, conduzindo à massificação da participação.

Por outro lado, as instituições que regulam a forma de selecção dos representantes e a capacidade de influência dos cidadãos sobre as decisões dos representantes, depois de eleitos, não é, ao longo deste processo, sujeita a alterações significativas.

Apesar de os fundadores do sistema representativo sublinharem as diferenças existentes entre o governo representativo, por um lado, e a democracia, por outro, correspondendo esta última à *ideia pura de democracia*, na expressão de Mill (1980 [1861]: 71), hoje considera-se, sem qualquer hesitação, os primeiros como sendo democracias representativas. Esta situação conduz, como nota Manin (*op. cit., ibidem*), a um paradoxo, na medida em que a relação entre representantes e representados era inicialmente vista como não democrática e é hoje, apesar de não existirem alterações significativas neste ponto, considerada como democrática. Na leitura sugerida por Manin, esta evolução do debate deve-se, pelo menos em parte, à evolução da natureza das próprias instituições representativas e não, apenas, a uma mera alteração da perspectiva adoptada sobre a questão. A ideia de que os sistemas representativos conferem efectivamente uma margem de poder aos cidadãos, assim integrando uma componente democrática, parece ser, desta forma, inquestionável.

Foram seleccionados dois autores para explorar a diferenciação efectuada entre governo representativo e democracia, no decurso do processo de debate e de surgimento do governo representativo: James Madison e John Stuart Mill.

Madison, de origem norte-americana, participa na Convenção Constitucional de Filadélfia, em 1787, em que assume um papel essencial na redacção e negociação da nova constituição. No ano seguinte, em 1788, participa activamente na Convenção Estadual da Virgínia, liderando a defesa da ratificação do novo texto constitucional. Ainda neste período, entre 1787 e 1788, redige, juntamente com Alexander Hamilton e John Jay, um conjunto de 85 ensaios publicados em vários jornais do Estado de Nova Iorque. É defendido, nestes ensaios, que se tornam conhecidos como *Federalist Papers*, o texto constitucional, apelando-se à sua ratificação, por parte do eleitorado. Todos os ensaios surgem com a assinatura *Publius*, pelo que a sua autoria não se encontra perfeitamente estabelecida. Contudo, os ensaios relativos à discussão sobre o governo representativo e a forma de representação (predominantemente os *Federalist Papers* nº 10, 14, 48 e 57) são atribuídos a Madison<sup>28</sup>. Devido a esta intensa actividade, ficará conhecido para muitos norte-americanos como o “pai da constituição”. Posteriormente, torna-se no 4.º Presidente dos Estados Unidos, no período entre 1809 e 1817. Madison pode ser considerado, desta forma, simultaneamente como um politólogo e como um político (Dahl, 1963: 2)<sup>29</sup>.

Relativamente à forma de governo, Madison recorre, nos seus textos, à distinção entre as noções de *democracia* e de *república*. As diferenças entre as duas noções são caracterizadas, no *Federalist* n.º 14, da seguinte forma:

(...) in a democracy, the people meet and exercise the government in person; in a republic, they assemble and administer it by their representatives and agents. A democracy, consequently, will be confined to a small spot. A republic may be extended over a large region. (...) Under the confusion of names, it has been an easy task to transfer to a republic observations applicable to a democracy

---

<sup>28</sup> O conjunto de *Federalist Papers* é disponibilizado no sítio da *Internet* do Departamento de Direito da Universidade do Oklahoma, em <http://www.law.ou.edu/ushist.html> (último acesso a 8 de Fevereiro de 2006).

<sup>29</sup> Dahl parece abordar o assunto de forma subtilmente diversa, em momentos diferentes. Em *A Preface to Democratic Theory* (1956), afirma “it is a little unfair to treat Madison as a political theorist. He was writing and speaking for his time, not for the ages. (...) As an admirer of Madison the man and the statesman, I would be content to let Madison the theorist lie in peace – if it were not for the fact that he so profoundly shaped and shapes American thinking about democracy” (p. 5). Alguns anos depois, em *Modern Political Analysis* (1963), Dahl altera as facetas a que confere destaque, afirmando que “James Madison’s speeches at the Constitutional Convention and his chapters in the *Federalist* demonstrate that he was brilliant a political analyst as this country ever produced; yet he was a mediocre President” (Dahl 1963: 2).

only; and among others, the observation that it can never be established but among a small number of people, living within a small compass of territory. (...) As the natural limit of a democracy is that distance from the central point which will just permit the most remote citizens to assemble as often as their public functions demand, and will include no greater number than can join in those functions; so the natural limit of a republic is that distance from the centre which will barely allow the representatives to meet as often as may be necessary for the administration of public affairs. (Madison, Federalist Paper n.º 14, Hamilton, Madison e Jay, 1787-1788)

A utilização dos termos *democracia* e *república* para designar as realidades a que Madison se refere no texto supra citado pode ser considerada como pouco adequada ou, mesmo, como pouco esclarecedora<sup>30</sup>. Para Dahl, esta distinção entre os dois termos não corresponde a uma diferenciação efectiva, na medida em que repúblicas e democracias são historicamente e filosoficamente entendidas como semelhantes (2000: 17-18). Efectivamente, as primeiras *repúblicas* podem facilmente ser incluídas na definição de *democracia* proposta por Madison. De acordo com a hipótese sugerida por Dahl, Madison saberia certamente que a distinção não possuía uma firme base histórica, pelo que se pode presumir que a tenha adoptado por questões de argumentação, permitindo lidar mais facilmente com os críticos que consideravam que a constituição não era suficientemente *democrática*.

Contudo, mais do que a adequação dos termos escolhidos para designar as duas realidades, importa a consideração das próprias realidades que Madison pretendia contrapor. De um lado, coloca o governo representativo e, de outro, um sistema com menos traços ou características de representação e uma componente mais relevante de participação directa dos cidadãos, a que se refere como *democracia*.

A realidade política que enforma o entendimento madisoniano da noção de democracia é, com toda a probabilidade, apesar de não surgir qualquer referência explícita nos *Federalist Papers*, a experiência dos *town meetings*. O *town meeting* é uma forma de governo local utilizada com regularidade na região de *New England*, nos Estados Unidos, e que se concretiza através da realização de reuniões de cidadãos. Estas reuniões, realizadas habitualmente com periodicidade anual, juntam em assembleia todos os cidadãos eleitores da localidade em que ocorrem, de forma a debater os assuntos em agenda e a decidir sobre eles, através de votação<sup>31</sup>. Os *town meetings*

---

<sup>30</sup> Agradeço a Robert Fishman a chamada de atenção para este ponto.

<sup>31</sup> Veja-se, sobre a forma de funcionamento dos *town meetings*, Mansbridge (1980) e Bryan (2004).

são formas de governo anteriores à criação do sistema representativo e gozam de uma elevada visibilidade, neste período. Thomas Jefferson, terceiro presidente dos Estados Unidos, em funções de 1801 a 1809, efectua várias referências explícitas aos *town meetings* nos seus textos políticos e chega a conceber uma forma local de governo inspirada no *town meeting*, a ser aplicada de forma generalizada nos Estados Unidos – veja-se, sobre esta questão, a correspondência política de Thomas Jefferson e, particularmente, a carta a John Adams, de 28 de Outubro de 1813, publicada em Appleby e Ball (1999: 185-191). Tocqueville (2002 [1835 e 1840]), cerca de 30 anos mais tarde, também efectua uma referência que se reporta, provavelmente, aos *town meetings*. Numa breve passagem, a propósito das vantagens do sistema federativo, o autor refere que:

Como o governo central de cada Estado se encontra muito próximo dos cidadãos, é informado diariamente das necessidades que se fazem sentir: deste modo, todos os anos surgem novos planos que, discutidos nas assembleias comunais ou perante a legislatura do Estado, e reproduzidos depois na imprensa, suscitam o interesse geral e o zelo dos cidadãos. Esta necessidade de melhoramento agita continuamente as repúblicas americanas, sem as perturbar (...) (2002 [1835 e 1840]: 201-202)

As assembleias comunais referidas, em que são discutidos anualmente novos planos de acção, correspondem provavelmente, pelas características acima apresentadas, aos *town meetings*. Estas assembleias são vistas por Tocqueville como suscitando directamente (ou através da sua divulgação na imprensa) o interesse geral e contribuindo para a melhoria do funcionamento do sistema, não o perturbando. Não se pode, daqui, inferir que Tocqueville considere as assembleias comunais como um recurso que possa ser transposto para outros países, com formas diferentes de organização do Estado, continuando a assegurar o mesmo efeito benéfico que observa na América. Apesar de defender a descentralização, Tocqueville encara o federalismo como *rara avis* (Schmitter, 1999: 1), adequado às condições da América, mas não às da Europa, na altura. Contudo, no quadro da democracia americana, estas assembleias comunais desempenham, na leitura de Tocqueville, um papel positivo, contribuindo para o envolvimento dos cidadãos e para a sua mobilização política.

Se a democracia é, na perspectiva de Madison, uma forma de governo adequada a pequenos contextos territoriais (como na experiência dos *town meetings*), devido a implicar o exercício directo do poder por parte dos cidadãos, o governo representativo

pode ser adoptado em contextos de grande extensão, pelo facto de recorrer a representantes. O argumento essencial para o estabelecimento de uma forma de governo representativo num contexto de grande extensão parece ser, para Madison, neste excerto, a impossibilidade de recorrer à democracia. O governo representativo não é considerado, neste trecho, como uma forma de governo *melhor*, mas como uma forma de governo *mais adequada*, ou *exequível*, por questões de natureza prática (os *limites naturais* a que Madison alude). A democracia não é uma forma de governo praticável num contexto demográfico e geográfico alargado, que pode abranger milhões ou dezenas de milhões de indivíduos, dispersos por centenas ou milhares de quilómetros.

Madison alude, ainda, num ensaio posterior (*Federalist* n.º 57), às características da representação, referindo que:

The aim of every political constitution is, or ought to be, first to obtain for rulers men who possess most wisdom to discern, and most virtue to pursue, the common good of the society; and in the next place, to take the most effectual precautions for keeping them virtuous whilst they continue to hold their public trust. The elective mode of obtaining rulers is the characteristic policy of republican government. The means relied on in this form of government for preventing their degeneracy are numerous and various. (Madison, *Federalist Paper* n.º 57, Hamilton, Madison e Jay, 1787-1788)

Não existe, nesta abordagem, qualquer referência à vantagem da semelhança entre representantes e representados. Pelo contrário, os representantes deverão ser diferentes dos representados, uma vez que as funções de governo devem ser asseguradas por aqueles que possuem mais sabedoria para discernir o bem comum e mais virtude para o perseguir. Esta é uma das mais claras formulações do *princípio da distinção*, para utilizar o termo proposto por Manin (1997), nos textos de Madison.

A diferença entre governo representativo e democracia consiste, desta forma, não apenas na existência de um corpo de representantes mas, também, na possibilidade de esse corpo reunir, em princípio, uma capacidade superior para discernir e perseguir o bem comum. O governo representativo permite ao povo, deste modo, designar representantes “mais sábios” e “mais virtuosos”, através do voto. Estes representantes, por sua vez, dever-se-ão manter fiéis ao interesse e ao bem comum, não desviando a sua acção para o serviço dos seus próprios interesses, ou de outros interesses particulares. O principal mecanismo, na proposta de Madison, para



assegurar este objectivo consiste na submissão ao princípio da eleição e reeleição com frequência. Os anti-federalistas consideravam, por seu lado, que os representantes teriam de ser "semelhantes" ao povo, de forma a poderem representá-lo de forma adequada. A resposta de Madison consiste na defesa de que os representantes podem ser diferentes do povo ou, melhor, devem ser diferentes do povo. A persecução do interesse e do bem comum é assegurada, neste contexto, pela dependência em que os representantes se encontram, relativamente ao povo, para a sua reeleição.

Apesar desta clara enunciação do princípio da distinção, em que se assume que o corpo de representantes não necessita de assumir, no governo representativo, as mesmas características dos representados, Madison estabelece uma diferenciação entre governo representativo e democracia. Nesta diferenciação, a democracia directa surge como uma forma de governo adequada a contextos de pequena dimensão territorial e demográfica, e o governo representativo como uma forma de governo passível de utilização em contextos de grande extensão. Adicionalmente, o limite natural da democracia directa, entendida no sentido madisoniano, é estabelecido pela distância, a partir de um ponto central, que permita aos cidadãos que se encontrem no ponto mais remoto a possibilidade de reunião com a frequência que o exercício das funções públicas exija. Por seu lado, o limite natural do governo representativo é estabelecido pela distância, relativamente a um ponto central, que permita ao corpo de representantes a reunião com a frequência necessária ao desempenho das suas funções.

Cerca de 75 anos mais tarde, em meados do século XIX, John Stuart Mill apresenta a sua reflexão sobre a melhor forma de governo (1981 [1861]). Nesta análise, Mill contrapõe geralmente, por seu lado, o governo representativo não a formas de democracia com mais traços de participação directa dos cidadãos (como, pelo menos em parte, Madison faz), mas ao bom despotismo – ou, mais precisamente, a uma monarquia despótica, com um bom déspota (Mill 1981 [1861]: 27). Toda a argumentação é construída, desta forma, sobre a comparação entre um eventual bom despotismo (ou despotismo iluminado, para utilizar uma terminologia próxima e mais familiar) e o governo representativo, que considera como a forma ideal de governo. Mill centra inicialmente a sua atenção numa opinião habitualmente expressa, de senso-comum, segundo a qual os ingleses considerariam que, se pudesse ser encontrado um bom déspota, a monarquia despótica seria a melhor forma de governo. De acordo com a sua interpretação, esta é uma concepção "radicalmente falsa e extremamente perniciosa do que seria um bom governo" (*idem, ibidem*).

O contexto social e político de Mill, de nacionalidade inglesa, não permite centrar a análise na comparação entre o governo representativo e a ideia pura de democracia. A monarquia despótica surge como o ponto natural de partida para a comparação com a forma de governo considerada ideal, bem como para a defesa das suas características. O peso da tradição secular e a existência de uma monarquia, que não fazia sentir a sua influência condicionante sobre as opções disponíveis perante Madison, conduz Mill no seu esforço de reflexão. A defesa da forma ideal de governo é argumentada, deste modo, em contraponto com uma monarquia despótica iluminada. Mill fala, tal como Dahl comenta a propósito de Madison, para o seu tempo, para os seus contemporâneos, eventualmente para além das preocupações com a posteridade, e necessita de uma base para estabelecer a racionalidade comunicativa com os seus interlocutores – uma história, um conjunto de valores, atitudes e crenças que sejam comuns.

Esta opção não implica, contudo, que Mill não tenha presente, como Madison, uma noção da “ideia pura de democracia”. Esta noção de democracia é, aliás, abordada explicitamente numa passagem:

Duas ideias completamente diferentes são normalmente confundidas sob o nome democracia. *A ideia pura de democracia*, de acordo com a sua definição, é o governo do povo inteiro pelo povo inteiro, representado de maneira igual. A democracia, da maneira como é comumente concebida e até agora praticada, é o governo do povo inteiro por uma mera maioria, exclusivamente representada. A primeira ideia é sinónimo da igualdade de todos os cidadãos; a segunda, estranhamente confundida com a primeira, é um governo de privilégios, em nome da maioria numérica, que é praticamente a única a ter voz no Estado. (1981 [1861]: 71, destaques nossos)

A noção de representação surge, neste excerto, integrada na *ideia pura de democracia*. Ou, dito de outro modo, a representação faz naturalmente parte da *ideia pura de democracia* de Mill, sendo perspectivada como uma representação igualitária do povo inteiro. A sua concepção da representação não comporta, aliás, uma formulação expressa do princípio da distinção – pelo menos, com a clareza com que surge em Madison. A representação é igualitária, para Mill, e deve implicar idealmente a representação de todos, por todos.

A existência de uma noção de representação, intimamente relacionada com a *ideia pura de democracia*, não implica, desta forma, que não seja atribuído um papel relevante à participação.

Mill argumenta, na recensão do segundo volume de *Da Democracia na América*, de Tocqueville (Mill, 1963), que a possibilidade de sufrágio universal e de participação no governo nacional é inútil, se os cidadãos não forem preparados para esta participação no nível local. É, afinal, neste nível que os cidadãos podem compreender e interiorizar os mecanismos de auto-governo, de condução dos seus próprios interesses. A participação eleitoral, uma vez que consiste num acto praticado apenas uma vez em vários anos, não implica, por si só, uma alteração dos valores e da consciência do cidadão

Caso não exista uma preparação, através da participação no nível local, a possibilidade de participação no nível nacional será, no limite, inconsequente. Ou seja, se se pretende a participação em larga escala dos indivíduos no governo nacional, então as qualidades necessárias a esta participação deverão ser cultivadas e desenvolvidas no nível local. Como nota Pateman (1970: 31), é no nível local que Mill situa os efeitos educativos da participação. Não só é a este nível que os assuntos tratados respeitam ao quotidiano dos cidadãos, afectando-os directamente, como é também a este nível que existe uma maior probabilidade de o cidadão ser eleito e desempenhar funções políticas. Nesta perspectiva, é no nível local que o cidadão “aprende” a democracia.

A defesa da participação no nível local não significa, contudo, que se considere indesejável a participação a outros níveis, ou em outros contextos. Mill efectua, inclusivamente, uma comparação entre as possibilidades de participação do cidadão inglês e do cidadão de Atenas no período clássico. Não se encontra em causa, nesta comparação, a possibilidade de participação em actos eleitorais ou em Assembleias, mas a possibilidade de atingir o desempenho efectivo de funções. Apesar de extensa, justifica-se a apresentação da citação seguinte, pela comparação estabelecida:

Os ingleses de baixa classe média são beneficiados da mesma maneira [do que os cidadãos de Atenas], embora em menor grau, pela possibilidade de serem colocados em júris e de exercerem funções paroquiais; possibilidade essa que, embora sem ser tão abrangente e tão contínua, e sem fornecer tão grande quantidade de elevadas considerações para poder ser comparável à educação pública que recebiam, de suas instituições democráticas, todos os cidadãos de Atenas, cria apesar de tudo seres bem diferentes do que aqueles que em toda a sua vida não fizeram mais do que empunhar uma pena de escrever ou vender mercadorias por trás de um balcão. (1981 [1861]: 38)

A participação dos cidadãos, através do desempenho de funções públicas, é considerada, deste modo, como desejável e necessária para a sua formação. Apesar de as possibilidades de participação existentes, no caso dos cidadãos ingleses, serem menores do que as disponibilizadas aos atenienses (o que Mill considera como uma limitação do sistema), desempenham um papel essencial na educação pública que recebem, das suas instituições democráticas.

Mill introduz, à semelhança de Madison, a questão da escala na discussão sobre a forma ideal de governo. Tal como Madison, Mill argumenta pela diferença de formas de participação, entre o nível local e o nível nacional. Embora não elabore extensamente sobre a questão, afirma explicitamente, numa breve passagem, que esta diferenciação se deve mais a questões da ordem da exequibilidade do que a outro tipo de factores:

Depois de todas estas considerações, torna-se evidente que (...) toda a participação, por menor que seja, é útil (...) e que não se pode desejar nada menor do que a admissão de todos a uma parte do poder soberano do Estado. Mas como, nas comunidades que excedem as proporções de um pequeno vilarejo, é *impossível* a participação pessoal de todos, a não ser numa porção muito pequena dos negócios públicos, o tipo ideal de um governo perfeito só pode ser o representativo. (1981 [1861]: 38, destaque nosso)

Surge desta forma como evidente que Mill considera a participação, nas suas várias facetas, incluindo o desempenho de funções públicas, como pedagógica e relevante para a educação dos cidadãos. Neste contexto, o governo representativo, uma vez que é o único a poder satisfazer as exigências de participação apresentadas, e a permitir a participação de todos os elementos do povo, corresponde à forma de governo ideal.

O primeiro objectivo desta abordagem a dois dos autores que moldaram de forma determinante a conceptualização e o desenvolvimento do governo representativo consiste na demonstração de que estes estabelecem uma distinção efectiva e relevante entre governo representativo e formas de governo com mais traços ou características de participação directa (a *Democracia*, para Madison, ou a *ideia pura de*

*democracia, sem representação*, para Mill). Contudo, a participação desempenha um papel central em ambas as formas de governo.

O segundo objectivo consiste em demonstrar que, para ambos os autores, a segunda forma de governo apenas pode ser considerada como natural ao nível local, enquanto a primeira pode ser considerada como natural ao nível nacional. A relação entre a forma e o nível de governo encontra-se condicionada, por este motivo, por questões da ordem da exequibilidade: uma forma de governo com mais características de participação directa dos cidadãos do que o governo representativo é vista como limitada ao nível local, porque se encontra naturalmente adequada a um contexto territorial de pequena dimensão, com um número reduzido de cidadãos (o *limite natural* a que Madison alude).

Assim, independentemente da opinião sobre a sua desejabilidade (Mill consideraria porventura essa hipótese de modo mais favorável do que Madison), ambos os autores vêem como *impossível* a adopção dessas formas de participação a nível nacional. Uma vez que a adopção de formas de governo com mais características de participação directa dos cidadãos é considerada como impossível, o governo representativo surge como a forma de governo natural, para ambos os autores, no nível nacional. Contudo, e como Manin (1997) nota, esta diferenciação entre governo representativo e democracia é progressivamente reduzida, considerando-se actualmente o governo representativo como uma variante da democracia.

A representação é inserida, deste modo, num processo que a coloca progressivamente numa posição central para a definição da democracia. Este processo, a par do desenvolvimento do governo representativo, decorre num contexto em que a visão física do mundo é enformada pelo trabalho de Isaac Newton. Esta visão, baseada em princípios mecanicistas, pretende que o comportamento dos corpos (e, de uma forma geral, de todos os fenómenos) se encontra sujeito a uma total previsibilidade. O desenvolvimento das formas de governo representativo, desde a segunda metade do século XVIII, comunga, igualmente, desta visão do mundo.

A visão newtoniana, mecanicista, existente na base do desenvolvimento dos sistemas parlamentares revela-se no facto de, como notam como Przeworski, Stokes e Manin (1999: 32), muitos dos debates sobre a representação, começando pela obra de Mill (1981 [1861]), assumirem que a eleição de representantes deve, de certa forma, espelhar ou reproduzir a composição do eleitorado, garantindo a sua representação. Desta forma, uma assembleia é representativa na medida em que é a miniatura exacta do eleitorado, uma amostra fiel do mesmo. A hipótese na base desta convicção

é, como Przeworski, Stokes e Manin sublinham, a de que, caso a assembleia seja descritivamente representativa, a sua acção se orientará para a representação dos interesses dos representados. Como consequência, o debate sobre as instituições representativas centra-se, durante um longo período, sobre o desenho e o funcionamento dos sistemas eleitorais.

Esta visão sugere a metáfora newtoniana<sup>32</sup>. No paradigma da física newtoniana, e de acordo com a segunda lei de Newton, a aceleração adquirida por um corpo é directamente proporcional à intensidade da força que lhe é aplicada, tem a direcção e o sentido dessa força e é inversamente proporcional à sua massa. Este princípio, também conhecido como a lei do movimento, permite prever, a partir de um conjunto restrito de informação (como a massa do objecto, a força ou o conjunto de forças a que se encontra sujeito e o atrito), a velocidade e a direcção em que um determinado corpo se deslocará, bem como a velocidade de aceleração a que será sujeito.

Nas democracias parlamentares, tal como na visão newtoniana do movimento, a capacidade de representação de um sistema é considerada como directamente proporcional à capacidade de transformar correctamente votos, ou as opiniões cristalizadas em votos, em mandatos. Ou seja, a representação do eleitorado é considerada como sendo directamente proporcional à *proporcionalidade* do sistema eleitoral.

A convicção de que o sistema eleitoral é uma fonte possível de representação, a par da noção de que "a representação perfeita é nitidamente incompatível com a exclusão das minorias" (Hare, citado por Braga da Cruz, 1988: 30), justifica a elaboração de propostas de fórmulas de representação proporcional (como as de Hare, Andrae, Hondt, Sainte-Laguë, Droop ou Hagenbach-Bischoff, a partir da segunda metade do século XIX); o aceso debate sobre a questão da representação iniciado por Mill (na sequência da proposta de Hare, defendendo-a), bem como a atenção dada ao debate sobre as consequências políticas dos sistemas eleitorais, com autores como Duverger (1987 [1951]), Rae (1971) ou Riker (1982), que ainda perdura. Sem a convicção de que a proporcionalidade do sistema eleitoral é um meio essencial de garantir a representação dos eleitores, por parte dos eleitos, torna-se difícil justificar o esforço investido nestas propostas e a atenção conseguida em torno dos debates referidos.

---

<sup>32</sup> Esta metáfora foi-me inicialmente sugerida por Becker e Slaton (2000: 1-45). A exploração e argumentação aqui apresentada são, contudo, autónomas e inteiramente assumidos os vícios ou os erros de interpretação.

Os sistemas eleitorais de representação proporcional começam a ser considerados, deste modo, desde a segunda metade do século XIX, como um meio essencial para assegurar a representatividade dos eleitos perante os eleitores. Esta convicção é um pressuposto para as propostas e para os debates referidos, e é frequentemente assumida de forma implícita. Existem, contudo, vários exemplos da formulação explícita do princípio.

Kelsen refere, em 1920, em *Da Essência e Valor da Democracia*<sup>33</sup>, que a representação proporcional é considerada como necessária, de forma a “reflectir a efectiva situação dos interesses” (Kelsen, 1932: 71).

Para Duverger, a questão da representação é equacionada de forma semelhante, afirmando que:

O eleito representa o eleitor, “(...) não da forma como um mandatário representa o seu mandante, mas como uma pintura representa uma paisagem; a representação não é senão a semelhança entre as opiniões políticas da nação e as dos deputados que escolheu” (Duverger 1951: 330, destaque nosso).

Na sequência desta concepção de representação, Duverger propõe-se:

Orientar as pesquisas relativas ao problema da exactidão da representação política através da medição do grau de semelhança entre a opinião pública e a opinião parlamentar, consoante os diferentes sistemas eleitorais” (*idem: ibidem*).

Ou seja, a proporcionalidade do sistema eleitoral é explicitamente tomada como variável relevante na avaliação da “exactidão da representação”.

Contudo, a análise efectuada por Duverger sobre o papel desempenhado pelo sistema eleitoral não incide exclusivamente, e como também é frequentemente esquecido, sobre a influência do sistema na conversão de votos em mandatos. Aborda, igualmente, a questão da representação real da opinião pública (*idem: 331*),

---

<sup>33</sup> *Von Wesen und Wert der Demokratie*, no seu título original.

referindo-se à forma como as opiniões políticas dos cidadãos (e não os sufrágios) se encontram representadas, devido à influência do sistema eleitoral. Esta análise permite a Duverger enunciar a tendência geral de que “a representação proporcional assegura uma representação mais fiel da opinião e que, pelo contrário, o escrutínio maioritário a uma volta o deforma gravemente” (*idem*: 337).

Mas, mesmo as tendências gerais são objecto de ressalvas e reformulações, levando Duverger a admitir por exemplo que, se pensarmos que a opinião pública tem tendência para se dividir em duas grandes facções, em determinado momento ou local, o sistema maioritário terá o mérito de traduzir correctamente a clivagem estabelecida entre essas facções. A representação proporcional teria, neste caso, o grave defeito de fazer desaparecer por completo essa clivagem fundamental da opinião e acentuar exageradamente, por outro lado, as oposições de pormenor (*idem*: 338).

Independentemente da coesão interna e da validade das tendências enunciadas por Duverger sobre a “representação real da opinião pública”, a sua abordagem é totalmente centrada nos efeitos introduzidos pelo sistema eleitoral na representação. Ou seja, encontra-se totalmente inserida no paradigma newtoniano da representação. É possível encontrar em Arblaster outro exemplo da convicção de que o sistema eleitoral é o mecanismo essencial para o princípio de representação dos cidadãos, ao afirmar que:

A representação deve estar em proporção com o peso da opinião na própria sociedade. O princípio geral da representação proporcional é decerto mais democrático do que qualquer sistema com tendência para representar de mais as maiorias à custa de representar de menos as minorias – se estas tiverem a sorte de chegar a ser representadas” (Arblaster, 1988: 129).

Relendo a citação com alguma atenção, a primeira frase refere-se ao princípio da correspondência entre a representação e as opiniões na sociedade. A segunda frase, dedicada à operacionalização do princípio enunciado na frase anterior, canaliza a questão da representação imediatamente para o debate entre as formas de funcionamento do sistema eleitoral. Aliás, o “sistema” a que Arblaster se refere na segunda frase é, precisamente, o sistema *eleitoral*. Se, na primeira frase, as palavras “representação” e “proporção” coexistem, na segunda frase são associadas



("representação proporcional"), passando a referir-se ao sistema eleitoral, e assumindo ambas um sentido diferente do da frase anterior. Uma outra tradução da citação de Arblaster poderia corresponder, por exemplo, a "as opiniões dos representantes devem ser próximas das opiniões existentes na própria sociedade. Os sistemas eleitorais proporcionais são decerto mais democráticos do que qualquer sistema com tendência para representar de mais as opiniões das maiorias à custa de representar de menos as opiniões das minorias – se estas chegarem a ser representadas". Ou seja, o sistema eleitoral é entendido como uma função natural de produção de representação política.

Outra ilustração do paradigma newtoniano da representação, talvez emblemática pelo seu carácter explícito, surge com Cotteret e Emeri, segundo os quais os sistemas eleitorais e o seu estudo tratam "essencialmente de descobrir as fórmulas que *tornam perfeita a representação* dos governados no seio dos órgãos do Estado, que os *assimilam aos governantes*" (1988: 3, destaques nossos). Na sequência desta ideia, a representação proporcional permite que a decisão política tomada pela maioria dos eleitos "represente *fielmente* a vontade da maioria dos eleitores (e, portanto, a vontade geral, se tomarmos a teoria da unanimidade mediada de Rousseau)" (*idem*: 70, destaque nosso).

No âmbito da metáfora do paradigma newtoniano de concepção da representação, a caracterização do nível de representação que o sistema atinge pode ser efectuada através do conhecimento da proporcionalidade do sistema eleitoral. Desta forma, as medidas de caracterização do sistema eleitoral, calculadas a partir de dados empíricos, como o índice de desproporcionalidade (ver, para os dois índices de desproporcionalidade utilizados com maior frequência, Rae, 1971: 84 e Loosemore e Hanby, 1971), são consideradas como meios de caracterização da capacidade do sistema de governo para a "representação real da opinião pública".

Prosseguindo a analogia, nos termos newtonianos, a própria aceleração em direcção a essa representação (ou a rapidez na adopção de sistemas eleitorais de representação proporcional) dependeu historicamente, forçando eventualmente os limites da analogia, da massa do sistema, entendida como a dimensão do país ou do seu corpo eleitoral. Como nota Braga da Cruz, os grandes países, "que enfrentavam cargas decisórias mais pesadas", resistiram mais à introdução da representação proporcional (1998: 10). Desta forma, tal como a aceleração de um corpo é inversamente proporcional à sua massa, também a probabilidade e o ritmo de adesão à representação proporcional é, entre as democracias parlamentares, inversamente

proporcional à sua dimensão. São, de facto, pequenos países como a Dinamarca, a Suíça ou a Bélgica, os primeiros a aderir à representação proporcional (em 1855, 1891 e 1899, respectivamente). E a sua adopção pretendia assegurar uma melhor representação de alguns estratos do eleitorado. É nesse sentido que Lijphart refere que o objectivo da adopção de sistemas de representação proporcional consistiu, em muitos países, na obtenção de maior *proporcionalidade* e de melhor *representação* das minorias do que os sistemas maioritários permitiam (1994: 10).

Podemos invocar, como segundo ponto da analogia, a primeira lei de Newton, ou seja, o princípio da inércia. De acordo com este princípio, qualquer corpo permanece no seu estado de repouso ou de movimento uniforme em linha recta, a não ser que seja constringido a mudar o seu estado pela acção de uma força. Ou, colocado de outra forma, um objecto sobre o qual a soma de todas as forças externas exercidas é nula, move-se em linha recta com velocidade constante.

Prosseguindo a analogia com os sistemas parlamentares, podemos dizer que, desde que nada interfira sobre a proporcionalidade do sistema, este manterá a sua capacidade de representação "rectilínea uniforme" dos interesses do eleitorado. Ou seja, no quadro do paradigma newtoniano de representação, um sistema de governo, recorrendo ao mesmo sistema eleitoral, com a mesma proporcionalidade na conversão de votos em mandatos, revelará uma capacidade de representação do eleitorado constante, independentemente do momento e do contexto considerados.

O recurso a este segundo ponto da analogia apenas é possível nos casos em que a explicação da representação se centra longamente apenas numa causa, repousando sobre o desempenho do sistema eleitoral (como sucede nas citações anteriormente apresentadas). Desta forma, apenas alterações directas (devido a modificações no sistema eleitoral) ou indirectas (devido a alterações na distribuição partidária de votos ou no sistema de partidos) na proporcionalidade do sistema eleitoral são susceptíveis de alterar perceptivelmente a capacidade de representação dos eleitos.

No próprio debate sobre o sistema eleitoral, a principal vantagem habitualmente destacada na representação proporcional corresponde à capacidade de representação dos vários interesses, facções ou clivagens existentes no eleitorado, enquanto a qualidade tradicionalmente associada aos sistemas maioritários consiste na maior estabilidade conferida à governação (Sartori, 1996).

Este último argumento pode basear-se, por sua vez, no facto de a representação proporcional favorecer a radicalização dos partidos e alimentar o extremismo,

provocando instabilidade (Hermens, 1941), ou no facto de os sistemas maioritários apresentarem maior probabilidade de cumprimento integral do mandato, assegurando maior estabilidade governativa (veja-se, para a relação entre sistema eleitoral e cumprimento do mandato, Blondel, 1968, Taylor e Herman, 1971, Sanders e Herman, 1977 e Mayer, 1980)<sup>34</sup>.

A defesa dos sistemas maioritários é, neste debate, frequentemente baseada no *trade off* em que uma menor capacidade de representação, comparativamente aos sistemas de representação proporcional, é compensada pela contrapartida de maior estabilidade e governabilidade. Ou seja, no debate entre as grandes formas de funcionamento do sistema eleitoral, mesmo os defensores dos sistemas maioritários reconhecem a capacidade de *representação* dos sistemas proporcionais. Existe, desta forma, uma espécie de correlação linear pressuposta entre a *proporcionalidade* de um sistema eleitoral e a *representação* do eleitorado.

Regressando ao domínio da física, podemos dizer que a visão determinista do mundo implicada na mecânica newtoniana é colocada em causa por vários desenvolvimentos, desde o fim do século XIX, por cientistas como Planck, Bohr, Broglie, Shrodinger, Pauli, Heisenberg ou Dirac.

Com o desenvolvimento das teorias relativas às partículas sub-atómicas (como o electrão e o neutrão), o átomo passa a ser visto como tendo uma região central, o núcleo, com grande concentração de massa, e uma região externa, a electrosfera, composta por uma nuvem de electrões. Utilizando uma imagem para ilustrar a extensão da distância entre o núcleo e a electrosfera, podemos pensar que, se o núcleo tivesse a dimensão de uma bola de ténis colocada no centro de um estádio de futebol, os electrões se encontrariam nas últimas fileiras da bancada. E entre eles existiria apenas um vazio. A forma anteriormente predominante de conceber a matéria é, desta forma, alterada, passando a ser entendida como correspondendo, sobretudo, a um conjunto de espaços.

Adicionalmente, Heisenberg formulou, em 1927, o princípio da incerteza, ou da indeterminação, respeitante às partículas sub-atómicas, segundo o qual é impossível determinar simultaneamente, com precisão absoluta, a posição e a velocidade de uma partícula. O seu ponto de partida consistiu na análise do espectro de pacotes de ondas, com recurso a um espectroscópio. Ondas contínuas foram divididas em vários

---

<sup>34</sup> Análises como a de Lijphart (1999), em que a duração do executivo se tende a separar da questão da estabilidade, podem ser consideradas, no âmbito desta metáfora, como exemplos de

pacotes, através de um temporizador, com durações diferentes. Foi possível a Heisenberg verificar que o espectro de um pacote de ondas, como dado por um espectroscópio, apresenta menor resolução à medida que a duração utilizada na constituição dos pacotes de ondas aumenta.

Esta verificação permitiu a Heisenberg formular a hipótese segundo a qual a observação da posição interfere sobre a velocidade de uma partícula e, de forma inversa, a observação da velocidade também interfere sobre a sua posição. A determinação, com precisão absoluta, da posição de uma partícula implica a incerteza sobre a sua velocidade: "Since an infinitely sharp boundary means an infinite accuracy with respect to position in space and time, the momenta or energies must be completely undetermined" (Heisenberg, 1963: 141).

Este enunciado representa, naturalmente, um questionamento do princípio da física segundo o qual seria possível medir de forma precisa as várias variáveis em causa. O próprio acto de medida perturba, até certo ponto, o fenómeno, que não se pode avaliar com precisão. O cálculo determinista (neste caso, da velocidade ou da posição de uma partícula) dá lugar a um cálculo probabilístico.

Regressando à metáfora adoptada, podemos pensar que os mecanismos de representação política se mantêm fundamentalmente inalterados, desde o surgimento das democracias parlamentares. Estes mecanismos correspondem essencialmente à existência de um corpo eleitoral que vota, com determinada regularidade, de forma a escolher um conjunto de representantes. Os representantes são escolhidos de acordo com uma série de normas, em que o sistema eleitoral desempenha um papel central, determinando as condições de conversão de votos em mandatos à assembleia de representantes. Depois da selecção dos representantes, a assembleia recebe a legitimidade para tomar decisões pelo corpo eleitoral que representa, exercendo essa capacidade até ao momento seguinte de selecção de representantes. A participação dos cidadãos nas decisões políticas é fortemente mediada por este mecanismo, sendo visto como a peça central na produção de sentido das democracias contemporâneas e, em alguns casos, identificado com a própria noção de democracia.

As alterações estruturais verificadas ao longo do percurso das democracias contemporâneas (como o alargamento do direito de sufrágio ou a alteração da organização e da natureza dos partidos) não colocaram em causa as características gerais deste mecanismo. Estas alterações verificadas no percurso da democracia não

---

acumulação de anomalias do paradigma.

só não colocaram em causa este mecanismo, como o naturalizaram, integrando-o no conjunto de características consideradas actualmente intrínsecas à democracia. Actualmente, as expressões "representativa" e "directa" são geralmente consideradas como correspondendo a variantes do regime democrático. Contudo, o governo representativo não era considerado, pelos seus fundadores, como equivalente à ideia pura de democracia, sem representação, como vimos anteriormente.

A representação surge, desta forma, como uma característica inicialmente exterior à democracia. É contudo, assimilada, ao longo do tempo, aproximando-se de uma característica intrínseca à própria noção de democracia.

Esta aproximação entre as duas noções pode ser ilustrada através de várias abordagens ao conceito de democracia. Destacam-se, entre estas, as acepções procedimentais da democracia, precisamente pela relevância que atribuem a um método político ao qual se encontram associados procedimentos. Contudo, mesmo nas acepções procedimentais, a democracia não exclui a exigência da participação.

Schumpeter define o método democrático como correspondendo ao "sistema institucional, conduzindo a decisões políticas, no qual alguns indivíduos ganham o direito de estatuir sobre aquelas decisões no termo de uma luta concorrencial pelos votos do povo" (1962 [1942]: 269). Aron, na análise da democracia e do totalitarismo, caracteriza os regimes democráticos dos países ocidentais como aqueles em que "existe uma organização constitucional da concorrência pacífica para o exercício do poder" (1965: 76). Ambos os autores apresentam perspectivas da democracia orientadas para o método, para o conjunto de procedimentos ("institucionais" ou "constitucionais") utilizados na selecção dos representantes.

Schumpeter e Aron recorrem a características relacionadas com o mecanismo de designação dos agentes habilitados ao exercício do poder – e não com a própria sede do poder – como um critério operacional de diferenciação entre regimes democráticos e não democráticos. Ou seja, não é, por exemplo, afirmado que o critério diferenciador entre regimes democráticos e não democráticos reside no facto de na democracia o poder residir no povo (que, eventualmente, exerce o poder que detém através de actos eleitorais em que designa representantes).

Esta opção prende-se também, naturalmente, com a necessidade de adoptar um critério que seja passível de operacionalização: estabelecer um regime democrático como aquele em que "o poder reside no povo" levanta naturalmente mais problemas de operacionalização, de aplicação a cada um dos casos concretos, do que a selecção

de uma característica formal (como a realização de eleições, em determinadas condições de liberdade e igualdade), para realizar essa diferenciação. Esta preocupação deve, aliás, ser contextualizada, sob pena de anacronismo. Tanto Schumpeter como Aron escrevem no decurso da Segunda Guerra ou no período pós-guerra, em momentos em que parte da Europa é governada por regimes não democráticos.

O estabelecimento de um critério procedimental, face à invocação da relevância do poder do povo, por regimes autoritários e totalitários, consistia numa necessidade efectiva, de forma a poder manter a capacidade de distinção entre democracias e regimes não democráticos. Contudo, a promoção do mecanismo de representação, que passa, de característica formal necessária para a definição operacional do conceito de democracia, a sua característica nuclear, é um dos potenciais resultados desta acepção.

Uma outra teoria da democracia frequentemente mencionada, na referência às acepções procedimentais, é a apresentada por Sartori (1987). Contudo, Sartori valoriza de forma destacada o papel da participação, definindo a democracia como um procedimento, ou um mecanismo, que conduz a uma poliarquia aberta, em que a competição pelo mercado eleitoral atribui poder ao povo e implica, também, a responsabilidade dos representantes perante os representados (*idem*: 152). Embora chame a atenção para um conjunto de riscos e, simultaneamente, de exigências em torno da participação, a democracia é entendida como conferindo *poder* ao povo, e a *responsabilidade* de prestação de contas aos cidadãos, por parte dos representantes.

É nesta linha que se encontra, também, a abordagem de Touraine, que define a democracia, seguindo em parte a proposta de Bobbio (1984), a partir de três princípios institucionais, correspondendo, em primeiro lugar, a um "conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem *quem* está autorizado a tomar as decisões colectivas e com que procedimentos" (Touraine, 1996: 17, *itálico* no original); em segundo lugar, à base de participação, permitindo afirmar que "um regime é tanto mais democrático quanto maior for o número de pessoas a participarem directa ou indirectamente na tomada de decisão" (*idem, ibidem*); e, por último, sublinhando que as escolhas a fazer devem ser reais.

O autor estabelece posteriormente, contudo, um critério operacional, segundo o qual a "(...) *livre escolha, a intervalos regulares, dos governantes pelos governados* delimita claramente o mecanismo institucional sem o qual a democracia não existe." (*idem*: 42, *itálico* no original).

Depois de definir de forma abrangente a democracia, Touraine adopta, desta forma, no segundo momento, um critério institucional que se aproxima do realismo, na medida em que necessita de encontrar tradução em exemplos perfeitos, na realidade. Contudo, a participação desempenha um papel crucial, sendo proposta como critério de avaliação do carácter democrático de um regime.

Pretende-se, com esta metáfora, em que se recorre à evolução do conhecimento na física e se tenta transportar alguns dos seus elementos para a leitura do papel desempenhado pela representação na democracia, salientar que uma ideia de representação, aferida frequentemente através do desempenho eleitoral, se assumiu progressivamente como elemento central para a definição operacional da democracia. O debate sobre os sistemas eleitorais contém, naturalmente, outros elementos. Alguns desses elementos têm, inclusivamente, vindo a ganhar relevância ao longo das últimas décadas – como a capacidade de privilegiar a proximidade entre eleitos e eleitores. A capacidade de representação do sistema, baseada na sua proporcionalidade, continua a ser, contudo, um elemento central.

Desta forma, para além de o governo representativo ser concebido pelos seus fundadores como algo de diverso da democracia, e de a adopção, no nível nacional, de uma forma de governo com mais características de participação directa do que o governo representativo ser considerada como impraticável e impossível (independentemente da sua desejabilidade), podemos pensar que a noção de participação se centrou progressivamente nos mecanismos de representação. Estes, por seu turno, encontram-se frequentemente associados a uma avaliação através da proporcionalidade do sistema eleitoral.

Contudo, o ponto essencial desta análise consiste na demonstração de que a representação não nega a necessidade de participação dos cidadãos – antes afirma a sua exigência. No confronto com os regimes autoritários, os autores que acentuam a relevância dos mecanismos de representação para a definição das democracias argumentam pela existência de formas de participação. As democracias diferenciam-se, para estes autores, dos regimes autoritários precisamente pelas características (ainda que institucionais, ou constitucionais) que enquadram a participação. É na comparação com as características associadas à democracia directa que surge a defesa da limitação da participação.

## 2.2. A relação de representação e os cidadãos críticos

Vários autores têm vindo a referir-se, ao longo das últimas décadas, aos desafios colocados à democracia e a uma eventual crise, decorrente das dificuldades de resposta. A realidade política e social do final da década de 1960 e do início da década de 1970 levou vários autores a preconizar uma crise da democracia (Crozier, Huntington e Watanuki, 1975; Huntington, 1981).

O argumento decorre, em Crozier, Huntington e Watanuki, da análise das democracias europeias, dos Estados Unidos, do Canadá e do Japão (no âmbito da actividade da Comissão Trilateral<sup>35</sup>) e salienta a influência conjunta de três tipos de desafios. O primeiro é de ordem contextual e corresponde a factores externos à democracia. A escassez de recursos naturais, como o primeiro choque petrolífero em 1973/1974 veio colocar a descoberto, ou a instabilidade monetária internacional, são exemplos de desafios contextuais.

Estes desafios surgem, contudo, num período em que os governos democráticos também são confrontados com desafios de ordem social, relacionados com a estrutura de composição da população nas suas próprias sociedades. Os interesses conflituais e eventualmente anti-democráticos de vários grupos sociais, como a aristocracia, os militares, a classe média ou os intelectuais, enforma este segundo conjunto de desafios.

Por fim, a viabilidade do governo democrático é também colocada em questão, na interpretação proposta, por desafios que surgem directamente do próprio funcionamento da democracia. O governo democrático não funciona necessariamente de forma auto-sustentável, podendo permitir o surgimento e o desenvolvimento de movimentos que a venham em colocar em causa – como sublinham Tocqueville e, mais tarde, Schumpeter e Lippmann, nas respectivas reflexões sobre a democracia. A análise de diversos países da América Latina, neste período, parece igualmente apontar para a hipótese de uma crise da democracia. A instabilidade e as revoluções militares ocorridas no Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Peru e Uruguai, durante a década de 1960 e o início da década de 1970, levariam, precisamente, à adopção de regimes autoritários.

As referências à crise da democracia surgem com menos frequência e menor relevância durante a década de 1980, depois de parecerem ter subestimado a



capacidade de adaptação do estado moderno, como nota Norris (1999a: 6). No princípio da década seguinte, a queda dos regimes comunistas da Europa de Leste viria a confirmar o triunfo definitivo da democracia liberal sobre outras formas de governo (Fukuyama, 1992). Surgem, contudo, também neste período, leituras claramente negativas da forma como os eleitores se relacionam com o sistema político e deste com os eleitores (Dionne, 1991<sup>36</sup>; Craig, 1993). Nestas interpretações, o "cinismo" dos agentes e a desconfiança dos eleitores perante os seus representantes adquire uma elevada notoriedade.

Os estudos realizados confirmam esta falta de apoio e de confiança nos agentes políticos. Parecem combinar-se, nas democracias actuais, sentimentos de descontentamento, desafeição, cepticismo, cinismo e desconfiança, entre os cidadãos. Estas reacções não se encontram exclusivamente orientadas para um conjunto específico de partidos, de governos ou de políticas públicas, mas são antes o resultado de uma percepção crítica, ou mesmo hostil, dos políticos, dos partidos, das eleições, dos parlamentos e dos governos em geral, atravessando todo o espectro político (Schmitter e Trechsel, 2004: 25).

Este descontentamento pode expressar-se através de atitudes, de opiniões ou de comportamentos, por parte dos cidadãos. Quanto mais intensas forem estas atitudes e opiniões, mais provável é que se possam transformar em comportamentos. Expressas em conversas informais de natureza política, através de sondagens ou, ocasionalmente, através dos meios de comunicação social, as opiniões poderão ser mais frágeis, voláteis ou influenciadas pelo contexto em que são formuladas. É, por este motivo, considerada a participação eleitoral como um primeiro indicador para a abordagem pretendida. Apesar de a participação eleitoral poder ser afectada por muitos outros factores, para além da satisfação ou da insatisfação com a política, a sua análise permite aceder a uma caracterização geral da evolução da relação com a política (*idem*: 26)<sup>37</sup>.

---

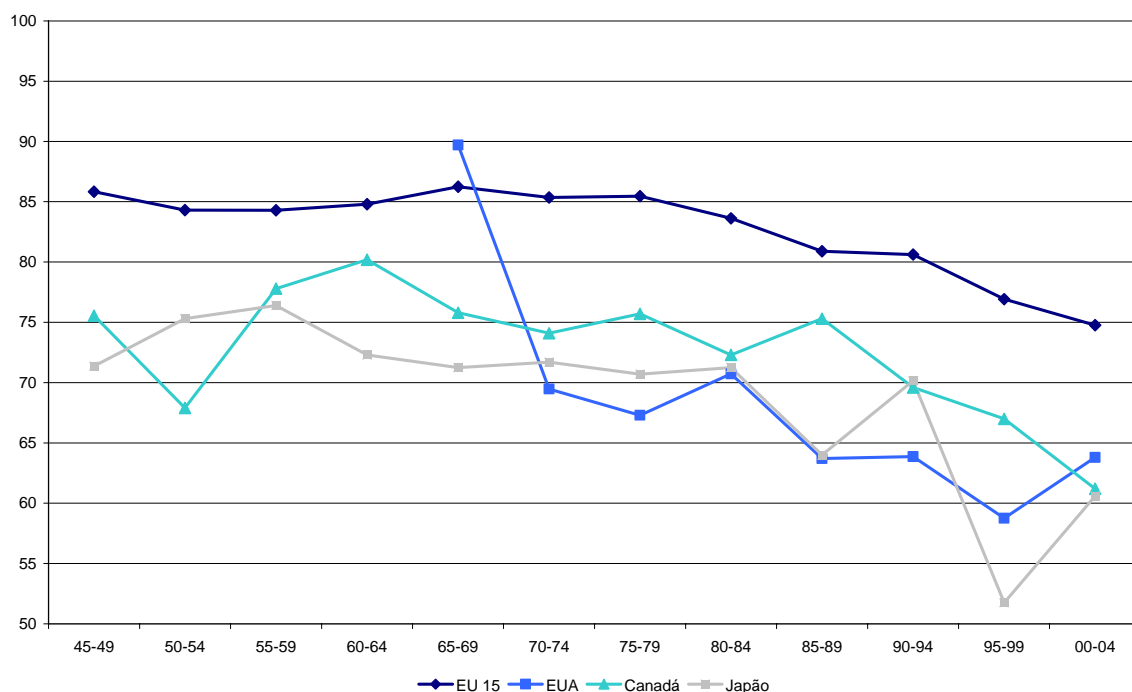
<sup>35</sup> Veja-se, para mais informação sobre a Comissão Trilateral, o seu sítio na *Internet*, em <http://www.trilateral.org/> (último acesso a 12 de Janeiro de 2006).

<sup>36</sup> A obra de Dionne, *Why Americans Hate Politics*, é uma leitura crítica do contributo de liberais e conservadores para a democracia dos Estados Unidos. O livro de Fukuyama, *The End of History and the Last Man*, publicado no ano seguinte à obra de Dionne (com edição portuguesa da Gradiva, no mesmo ano, com o título *O Fim da História e o Último Homem*), consiste numa defesa da vitória definitiva da democracia liberal como melhor forma de governo. Curiosamente, ambas as obras, com as suas perspectivas quase antagónicas, vencem o prestigiado *Los Angeles Times Book Prize*, no seu ano de publicação, na categoria *Current Interest*.

<sup>37</sup> Deve ser notado que, de acordo algumas perspectivas (predominantemente as teorias elitistas da democracia), a abstenção eleitoral se deve à satisfação com o funcionamento da

É apresentada, no Gráfico 2.1, a evolução da participação eleitoral na União Europeia a 15, nos Estados Unidos, no Canadá e no Japão, desde 1945.

**Gráfico 2.1.** Participação eleitoral na União Europeia, Estados Unidos, Canadá e Japão, desde 1945



Fonte: Projecto *Voter Turnout*, IDEA

Notas:

Os valores apresentados correspondem à média de participação eleitoral no quinquénio identificado, incluindo exclusivamente eleições parlamentares. Caso exista apenas um acto eleitoral no período em causa, é apresentado esse valor. Caso existam vários actos eleitorais, é apresentada a média aritmética simples dos vários valores de participação registados. Os valores da União Europeia correspondem a uma média aritmética simples dos 15 países. Cada país da União Europeia representa, desta forma, um caso, não tendo sido utilizado qualquer factor de reposição da proporcionalidade para a dimensão dos países.

democracia e das respectivas instituições. Os indivíduos abstêm-se porque confiam no sistema e porque consideram que a sua participação não é essencial para assegurar o funcionamento regular da democracia. A diminuição da participação eleitoral é vista, desta forma, como um efeito da consolidação da democracia (Milbrath e Goel, 1977; Bobbio, 1997 [1984]). Contudo, dados recentes têm vindo a confirmar que os indivíduos com mais confiança nas respectivas instituições políticas são os que mais votam. A hipótese de que a abstenção é um indicador da satisfação com a democracia pode ser, desta forma, afastada. Veja-se, para uma análise do caso português, Magalhães (2001) e Freire (2003) e, para uma análise comparada de Portugal com a União Europeia, Magalhães e Freire (2002).

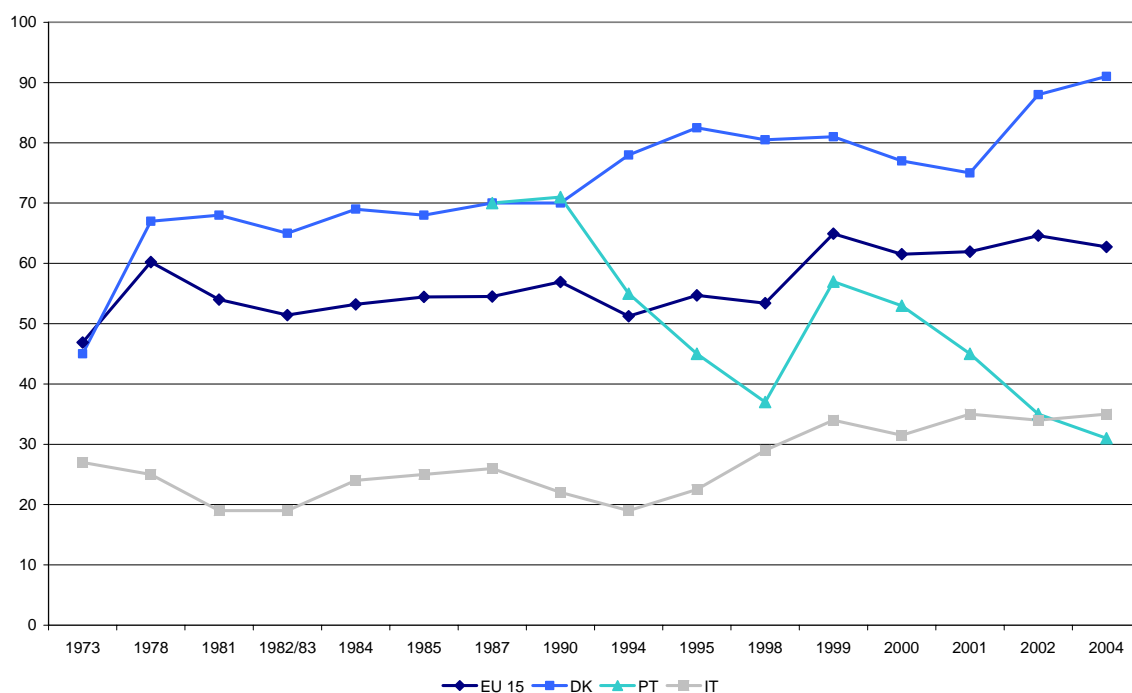
Como se verifica, desde o fim da Segunda Guerra até à actualidade, a participação eleitoral segue uma tendência geral de decréscimo, podendo aproximar-se de uma curva mais ou menos acentuada de acordo com o caso em análise.

Na Europa a 15, os valores médios de participação baixam de valores próximos dos 85%, onde se tinham mantido desde meados da década de 1940 até ao final da década de 1970, para percentagens próximas dos 80%, entre 1985 e 1995. Voltam, depois disso, novamente a descer, desta vez para valores próximos dos 75%, a partir de 1995. Os países em que a evolução da participação demonstra menos sinais de decréscimo são a Bélgica e a Dinamarca (embora no primeiro caso a obrigatoriedade do voto se encontre prevista na lei, o que introduz um factor externo na análise). Mantendo a evolução da participação a um ritmo semelhante ao verificado até ao momento, podemos esperar que os valores na Europa se aproximem dos 65%, em 2020. Embora não seja incluída nesta análise, Schmitter e Trechsel (*idem, ibidem*) destacam a situação da Europa Central e de Leste, em que a participação diminuiu cerca de 10% numa década, e onde se pode esperar que os valores de participação, mantendo a actual tendência de evolução, se situem nos 45%, em 2020.

No caso dos Estados Unidos, do Canadá e do Japão os valores de participação são globalmente mais reduzidos do que na Europa, e registam uma tendência de decréscimo semelhante aos da Europa (nestes casos, as oscilações visíveis no gráfico devem-se, em parte, ao facto de a análise se basear apenas em um país, enquanto na Europa se baseia em vários, atenuando as oscilações existentes).

Contudo, esta evolução não corresponde directamente a uma falta de apoio ou de satisfação com a democracia, pelo menos no caso da Europa. A evolução da satisfação com a democracia, como é possível caracterizar através do Eurobarómetro, segue uma tendência relativamente estável de subida. É apresentada, no Gráfico 2.2, a evolução da satisfação com a democracia nacional nos Estados membros da União Europeia, desde 1973. São, adicionalmente, destacados os 3 casos com um percurso mais singular, de entre estes: a Dinamarca, a Itália e Portugal.

**Gráfico 2.2.** Satisfação com a democracia nacional na União Europeia, desde 1973



Fonte: Eurobarómetro

Notas:

São apresentados no gráfico os valores médios de satisfação com a democracia nacional, englobando as respostas "Satisfeito" e "Muito satisfeito". Foram utilizados, na recolha de informação, os Eurobarómetros Standard n.º 1, 9, 16, 23, 28, 34, 41, 42, 43, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 58 e 61 (em que constam, em alguns casos, valores do mesmo indicador para edições anteriores do Eurobarómetro). Os valores correspondem a uma média aritmética simples dos Estados membros. Cada país da União Europeia representa, desta forma, um caso, não tendo sido utilizado qualquer factor de reposição da proporcionalidade para a dimensão dos países.

A satisfação com a democracia nacional regista, na Europa, uma evolução globalmente positiva. De valores compreendidos entre os 50% e os 60%, que se verificam praticamente desde o início da realização do Eurobarómetro, passamos a valores sistematicamente superiores a 60%, desde 1999.

Deve, neste ponto, ser colocada a hipótese de que esta evolução pode, eventualmente, encontrar-se relacionada com o último alargamento efectuado no período em análise, em que a Áustria, a Finlândia e a Suécia integram a União

Europeia, a partir de 1 de Janeiro de 1995<sup>38</sup>. Caso estes países revelem valores de satisfação com a democracia nacional mais elevados do que os restantes, podem determinar a subida global dos valores em análise. Contudo, esta alteração dos valores de satisfação regista-se claramente em 1999, vários anos após o alargamento. Por outro lado, mesmo excluindo da análise os valores respeitantes à Áustria, à Finlândia e à Suécia, a evolução mantém-se praticamente inalterada: os valores de satisfação com a democracia nacional aproximam-se, nestes países, da média dos restantes.

Os três países com características mais particulares são a Dinamarca, a Itália e Portugal. A Dinamarca regista, desde o princípio da década de 1990 e de forma quase sistemática, os valores mais elevados de satisfação com a democracia na União Europeia. A Itália, por seu lado, regista em quase todos os estudos realizados o valor de satisfação mais baixo, de entre todos os países – as duas únicas excepções verificam-se no Eurobarómetro 48, em 1998, em que a Bélgica regista um valor de satisfação com a democracia nacional mais baixo do que a Itália, e no Eurobarómetro 61, em 2004, em que Portugal se encontra na mesma situação. Contudo, tanto a Dinamarca como a Itália acompanham a tendência geral de subida dos valores de satisfação com a democracia. Portugal destaca-se precisamente por ser o único caso em que esta tendência é claramente contrariada: de valores próximos dos 70%, em meados da década de 1980 e início da década de 1990, os valores de satisfação com a democracia em Portugal descem 20%, em cerca de 10 anos, continuando a manter uma tendência de descida.

Na Europa do período pós-guerra, assiste-se a um apoio à democracia, enquanto regime, e a uma evolução geralmente positiva da avaliação da sua forma de funcionamento. Esta evolução não corresponde, contudo, nem a uma avaliação equivalente da capacidade das democracias para integrar os cidadãos no processo de tomada de decisões, fazendo com que estes sintam que as suas opiniões sejam consideradas e valorizadas pelos seus representantes, na tomada da decisão final, nem na confiança depositada pelos cidadãos nos actores políticos.

A avaliação pública da forma como os representantes, no momento da tomada de decisões políticas, se preocupam com os interesses dos cidadãos e os levam em consideração configura-se como uma das questões essenciais para a legitimidade das democracias. A legitimidade é aqui entendida como o conjunto de expectativas

---

<sup>38</sup> Não é considerado, no âmbito desta análise, o conjunto de países que integram a União

partilhadas entre actores, numa situação de distribuição assimétrica de poder, em que as acções dos governantes são aceites pelos governados porque estes se encontram convictos de que a acção dos primeiros está em conformidade com um conjunto pré-estabelecido de normas (Schmitter, 2001: 2). Posto de outra forma, a legitimidade é o mecanismo que transforma o poder em autoridade (na acepção weberiana: *macht* e *herrschaft*)<sup>39</sup>, estabelecendo uma obrigação de obediência e um direito a governar.

Caso os cidadãos tenham a noção (fundamentada ou não) de que as suas opiniões e os seus interesses não são tomados em consideração pelos seus representantes, não desempenhando um papel relevante no processo de tomada da decisão final, o mecanismo de conversão de poder em autoridade legítima pode ser afectado. Os cidadãos podem, neste cenário, encarar os actores políticos cada vez menos como *representantes*, sentindo-se alienados do processo democrático.

Os indicadores de caracterização da percepção que os cidadãos possuem da sua influência sobre o sistema, tal como do interesse que os representantes manifestam sobre as opiniões dos cidadãos, são conotados na literatura com diversos conceitos. Pool recorre ao nível de concordância com frases como "O que eu penso não conta muito" ou "As pessoas que governam o país não se preocupam verdadeiramente com o que acontece a pessoas como eu", relacionando-as com a noção de alienação (Pool, 1973). Actualmente, estes indicadores são relacionados, em alguns estudos, com a avaliação efectuada pelos cidadãos da eficácia do sistema político<sup>40</sup> e de "responsividade" do governo<sup>41</sup>.

O *American National Election Studies* permite a caracterização da evolução destes indicadores, nos Estados Unidos, numa série temporal bastante extensa e regular. É apresentada, no Gráfico 2.3, uma evolução de 3 destes indicadores nos Estados Unidos, de 1952 a 2004.

---

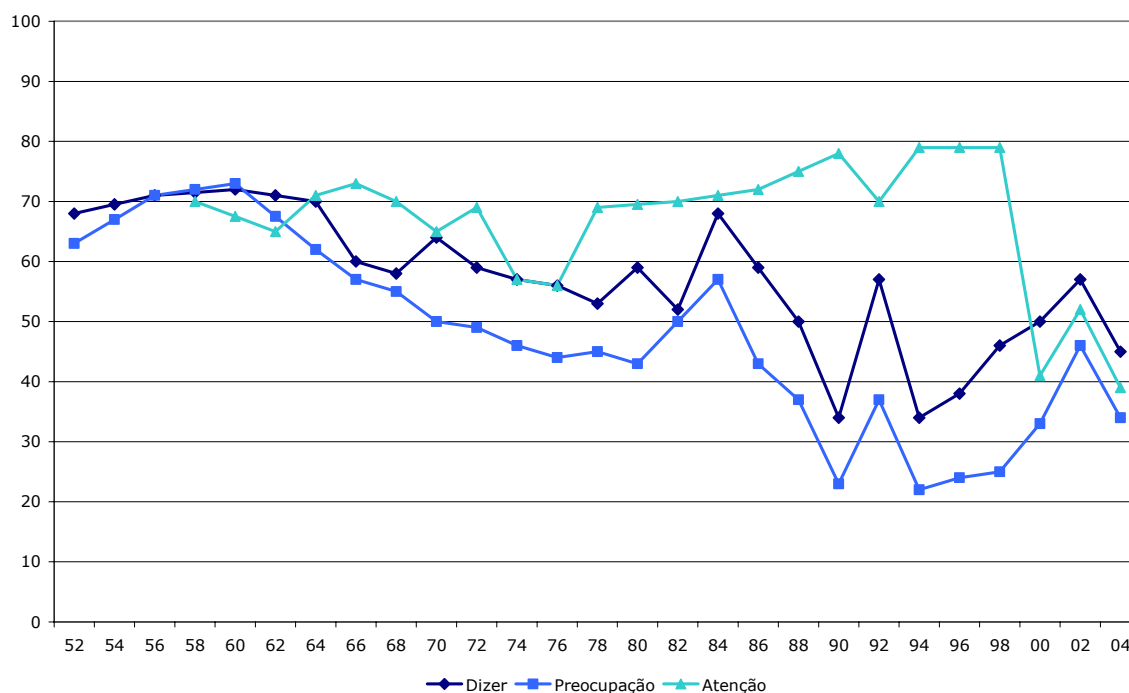
Europeia no último alargamento, concretizado em 1 de Maio de 2004.

<sup>39</sup> A noção de poder (*macht*) é definida por Weber como a probabilidade de que um actor, numa determinada relação social, se encontre em posição de concretizar a sua vontade, independentemente da base sobre a qual repouse esta probabilidade. A autoridade, ou dominação (*herrschaft*), é entendida como a probabilidade de que uma ordem com um conteúdo específico seja obedecida por um grupo de pessoas (Weber, 1978 [1922]: 53). O autor estabelece em *Economia e Sociedade*, adicionalmente, uma tipologia de fontes de autoridade legítima que se tornou clássica.

<sup>40</sup> É o caso da concordância com frases como *People like me don't have any say about what the government does*, ou *Public officials don't care much what people like me think*, integradas no indicador de eficácia política externa do *American National Election Studies* (ANES).

<sup>41</sup> É o caso da pergunta *Over the years, how much attention do you feel the government pays to what the people think when it decides what to do - a good deal, some, or not much?*, incluída no indicador de responsividade do governo (*government responsiveness*).

**Gráfico 2.3.** Avaliação da eficácia do sistema político e da responsividade do governo nos Estados Unidos, de 1952 a 2004



Fonte: *American National Election Studies (ANES), Guide to Public Opinion and Electoral Behavior*  
Notas:

O gráfico apresenta a evolução de três indicadores utilizados no ANES. O primeiro corresponde à concordância com a frase *People like me don't have any say about what the government does* (com quatro opções de resposta: *Agree*, *Disagree*, *Neither* e *Don't Know, Depends*). Esta variável é identificada como "Dizer", na legenda do gráfico). É incluída, no gráfico, a percentagem de respostas *Disagree*. O segundo corresponde à concordância com a frase *Public officials don't care much what people like me think* ("Preocupação", na legenda) e inclui, à semelhança do anterior, a percentagem de respostas *Disagree*. O terceiro indicador consiste na pergunta *Over the years, how much attention do you feel the government pays to what the people think when it decides what to do - a good deal, some, or not much?* ("Atenção", na legenda). São consideradas, neste caso, as respostas *Some* e *A good deal*.

Estas perguntas não foram incluídas em algumas vagas do estudo. É o caso, para a primeira e para a segunda pergunta, de 1954, 1958 e 1962. É, também, o caso de 1986, apenas para a segunda pergunta. Para a terceira pergunta, a série é iniciada em 1958 e é interrompida em 1960, 1980, 1984, 1988 e 1996. Nestes casos, e de forma a facilitar a leitura do gráfico, sempre que existem valores para a vaga anterior e para a vaga posterior, foi imputada uma percentagem ao valor em falta, através do cálculo da média aritmética simples do valor do estudo anterior e do estudo posterior.

Como se verifica, a percentagem de inquiridos que discorda das afirmações segundo as quais as pessoas não têm “uma palavra a dizer” sobre as acções do Governo e, também, que os políticos “não se preocupam” com o que as pessoas pensam, é próxima dos 70%, até meados da década de 1960. A percentagem de pessoas que concorda com estas afirmações, considerando que as pessoas não têm “uma palavra a dizer” e que os políticos “não se preocupam” é, desta forma, próxima dos 30%.

Durante a década de 1970 os valores de discordância decrescem regularmente, existindo cada vez menos inquiridos a rejeitar estas afirmações. No final da década de 1970 e no início da década de 1980, entre 1978 e 1982, a percentagem de discordância com estas frases oscila entre os 50% e os 60%, para a primeira frase, e em torno dos 45%, para a segunda. De meados da década de 1980 até 1990 estes valores decrescem sistematicamente, até se situarem no seu ponto mais baixo, em 1990 e em 1994 (com o ano de 1992 a registar valores mais elevados, atípicos na evolução). De 1994 a 2002 as percentagens de discordância com ambas as frases registam uma subida, atingindo valores próximos dos 50%. De 2002 para 2004 esta tendência inverte-se, voltando novamente a descer a percentagem de discordância com as frases – para os 45%, no caso da primeira frase, e para os 34%, no caso da segunda.

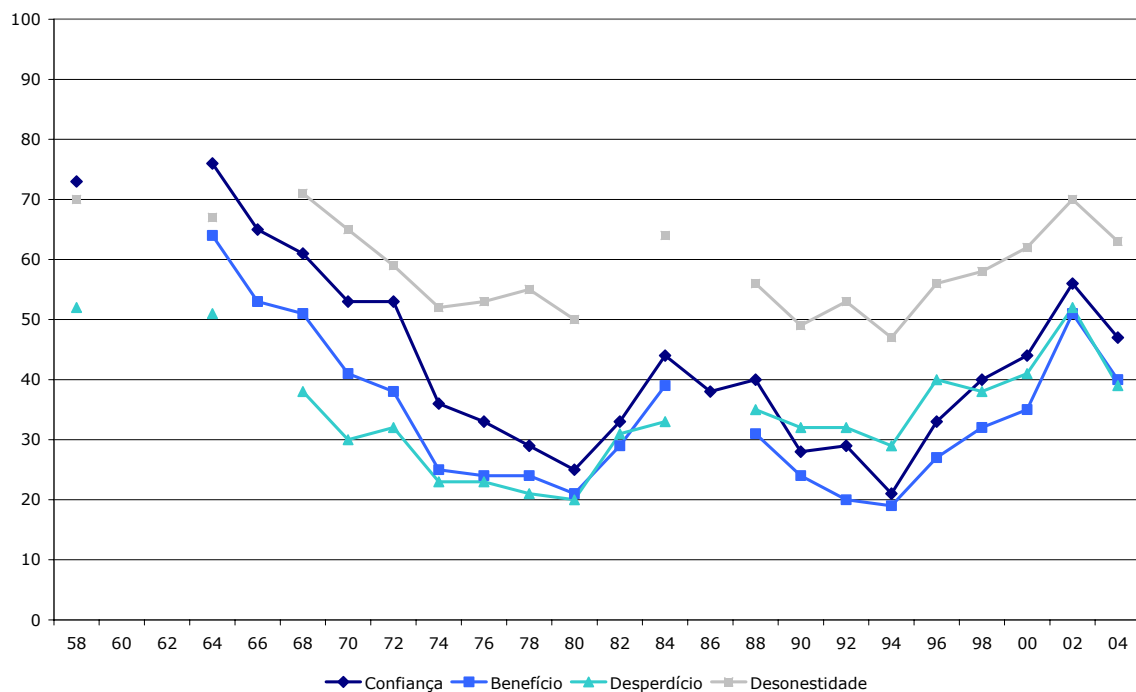
A terceira pergunta, relativa à atenção que o governo dedica às pessoas, quando toma decisões, apresenta uma evolução, entre 1978 e 1998, diferente da dos dois outros indicadores. Existe, neste caso, uma percentagem crescente de inquiridos que considera que o governo, quando toma decisões, dedica alguma ou muita atenção às pessoas. Esta percentagem sobe mais de 20%, entre 1976 e 1990, passando dos 56% para os 78%. Depois de registar uma quebra, em 1992, os valores mantêm-se próximos dos 80%, até 1998. Subitamente, em 2000, este valor regista um decréscimo de quase 40% face à vaga anterior, passando para 41%. Em 2002 e em 2004, a evolução deste indicador parece acompanhar a tendência dos restantes.

Analisando a evolução global, é possível verificar que, no início do século XXI, os norte-americanos sentem menos capacidade de influenciar as decisões do Governo e sentem, também, menos preocupação, por parte dos políticos, sobre aquilo que as “pessoas pensam”, do que alguma vez sentiram, até ao início da década de 1980.



Um outro índice calculado pelo *American National Election Studies* corresponde à confiança no governo, combinando quatro indicadores. É apresentada, no Gráfico 2.4, a evolução destes indicadores, de 1958 a 2004.

**Gráfico 2.4.** Confiança no governo, nos Estados Unidos, de 1958 a 2004



Fonte: *American National Election Studies (ANES), Guide to Public Opinion and Electoral Behavior*

Notas:

O gráfico apresenta a evolução dos quatro indicadores de confiança nos políticos utilizados no ANES. O primeiro consiste na pergunta *How much of the time do you think you can trust the government in Washington to do what is right: just about always, most of the time or only some of the time?* (identificada como "Confiança", na legenda do gráfico). É incluída, no gráfico, a percentagem conjunta de respostas *Just About Always* e *Most of the Time*. O segundo indicador corresponde à pergunta *Would you say the government is pretty much run by a few big interests looking out for themselves or that it is run for the benefit of all the people?* ("Benefício", na legenda). É considerada, na análise, a percentagem de respostas *Benefit of all the people*. O terceiro é operacionalizado através da pergunta *Do you think that people in the government waste a lot of money we pay in taxes, waste some of it, or don't waste very much of it?* ("Desperdício", na legenda). São consideradas, neste caso, as respostas *Some* e *Not very much*. O último indicador corresponde à pergunta *Do you think that quite a few of the people running the government are (1958-1972: a little) crooked, not very many are, or do you think hardly any of them are crooked (1958-1972: at all)?* (identificada como "Desonestidade", na legenda). São consideradas, neste caso, as respostas *Hardly any* e *Not many*.

Nos Estados Unidos, a evolução dos indicadores de confiança no governo parece aproximar-se, como se verifica pela análise do Gráfico 2.4, de tendências de carácter cíclico. Estes valores registam, primeiro, um decréscimo regular e acentuado, até ao final da década de 1970. Durante a década de 1980 a confiança sobe, até atingir um pequeno pico entre 1984 e 1998. A partir daí os quatro indicadores registam uma nova quebra de confiança, até 1994. A partir de 1996 existe, contudo, uma nova subida dos valores, até ao estudo realizado em 2002. Os valores registados em 2004 representam novamente uma descida, face ao estudo anterior – embora esta descida não permita, naturalmente, estabelecer uma tendência, na comparação com o estudo anterior, podendo representar uma breve inflexão de uma tendência de recuperação da confiança no governo, ou corresponder ao início de um novo ciclo da sua deterioração.

Independentemente de a tendência verificada desde 1996 poder eventualmente corresponder a uma gradual recuperação da confiança que os cidadãos depositam no governo, não se voltaram a registar contudo, até ao momento, nos Estados Unidos, valores de confiança semelhantes aos existentes até meados da década de 1960. A confiança nos políticos mostra também, desta forma, sinais de erosão no período pós-guerra.

Seria útil dispor de estudos semelhantes, para a caracterização destes indicadores na Europa. Contudo, a pesquisa efectuada não permitiu identificar estudos regulares com o mesmo conjunto de indicadores, para a Europa<sup>42</sup>. Alguns indicadores avulsos parecem confirmar, no entanto, a mesma tendência. O *European Election Study* de 1999<sup>43</sup> inclui, no seu questionário, a concordância com a frase *Parties and politicians are more concerned with fighting each other than with furthering the common interest*<sup>44</sup>, que se aproxima do tipo de preocupações expressas através dos indicadores analisados para o ANES – a preocupação que os actores políticos manifestam com os cidadãos, de acordo com a avaliação dos inquiridos. A

---

<sup>42</sup> A pesquisa incidiu, sobretudo, sobre os estudos do Eurobarómetro, *European Election Studies* e *World Values Survey*.

<sup>43</sup> Veja-se, para mais informação, o seu sítio na *Internet*, em <http://www.europeanelectionstudies.net/> (último acesso a 12 de Janeiro de 2006).

percentagem de inquiridos que concorda com a afirmação varia entre 61%, no Luxemburgo, e os 92%, na Itália. A média dos 15 países da União Europeia é de 82%. Em Portugal, o projecto *O estado da Nação*<sup>45</sup> incluiu no questionário da sua fase quantitativa, em 2002 e 2003, a concordância com a afirmação *Os políticos não se preocupam com as pessoas*. A percentagem de concordância com a frase foi de 70%, em 2002, e de 65%, em 2003 (*O estado da Nação*, 2003).

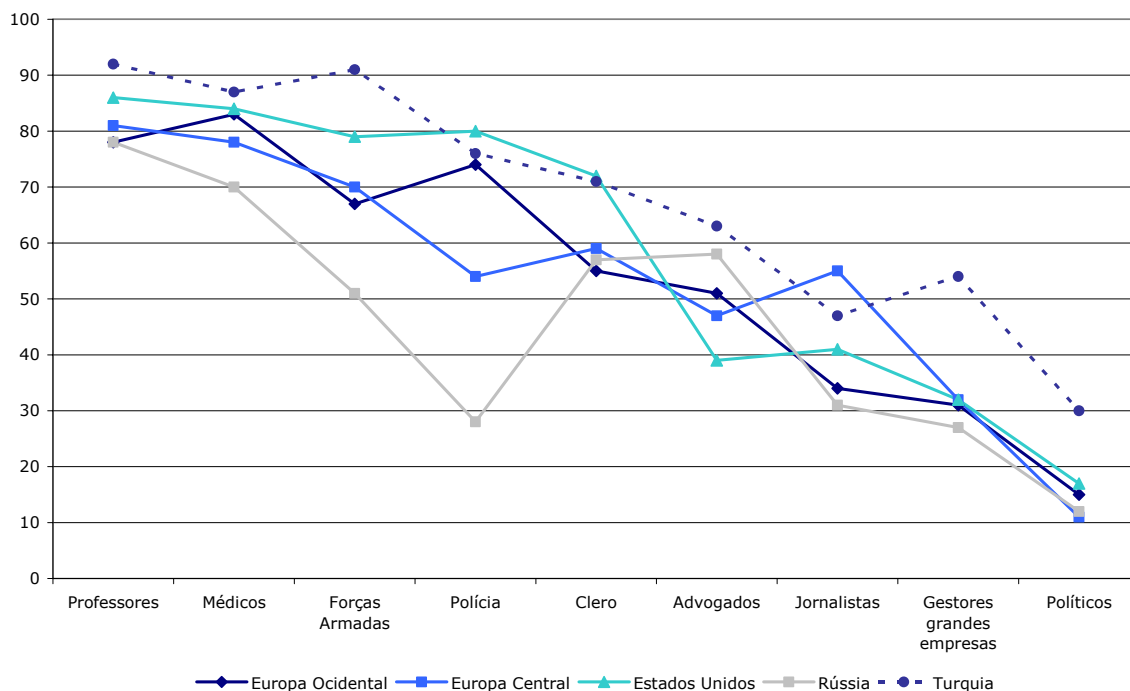
Estes sinais de desconfiança e de erosão da relação de representação são particularmente evidentes na comparação da confiança depositada nos políticos com a confiança em outras áreas de actividade ou de ocupação. Esta comparação pode tomar como base vários estudos, publicados ao longo das últimas décadas. A GfK, uma empresa multinacional de estudos de opinião e mercado efectuou, contudo, um estudo bastante recente, em 2004, sobre a confiança dos cidadãos num conjunto de ocupações, em 20 países. Os resultados globais deste estudo são apresentados no Gráfico 2.5.

---

<sup>44</sup> Não foi possível aceder à tradução da pergunta utilizada na versão portuguesa do questionário.

<sup>45</sup> O projecto *O estado da Nação* efectuou vários estudos sobre a avaliação do estado do país, em Portugal, em 2001, 2002 e 2002. A equipa de projecto foi constituída pela Data Crítica, Escola Superior de Comunicação Social, Diário de Notícias, SIC e TSF. A coordenação científica do projecto foi assegurada por Maria José Stock e a sua coordenação executiva por Filipe Montargil, em 2001 e 2002, e por Vitor Santos, em 2003. O projecto contou, em 2003, com o apoio da Assembleia da República e da Cap Gemini.

**Gráfico 2.5.** Confiança em várias áreas de actividade ou de ocupação, na Europa Ocidental, na Europa Central e nos Estados Unidos, em 2004



Fonte: GfK, *International GfK Survey on the Confidence People Have in Political and Business Leaders and Organizations*, 2004.

Notas:

O estudo foi realizado num conjunto de 20 países, integrando a Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Itália, Holanda, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido (agregados na Europa Ocidental), República Checa, Hungria, Polónia, Roménia (correspondendo à Europa Central), Estados Unidos, Rússia e Turquia. Foram incluídas no questionário as 9 actividades ou ocupações apresentadas no gráfico. Foi utilizada uma escala de 4 posições, em que 1 corresponde, de acordo com a apresentação do estudo em inglês, a *Distrust a lot*, 2 a *Distrust a little*, 3 a *Trust a little* e 4 a *Trust a lot*. É apresentada no gráfico a percentagem de inquiridos que seleccionam a opção 3 ou a opção 4, na resposta.

Os políticos registam, como pode ser confirmado pela leitura do gráfico, o valor mais baixo de confiança, de entre todas as ocupações incluídas no estudo. Existem apenas duas excepções a esta situação, ambas na Europa Ocidental: a Dinamarca, em que os jornalistas são os únicos a obter um nível de confiança mais baixo do que o dos políticos, e a Suíça, em que são os gestores das grandes empresas a recolher um nível

de confiança inferior ao dos políticos. Em todos os restantes casos os políticos são o grupo que recolhe os níveis de confiança mais baixos.

Se o apoio à democracia parece não se encontrar em causa, existem, no entanto, indicadores que apontam para uma avaliação negativa dos agentes políticos, sendo a confiança que lhes é depositada particularmente baixa, na comparação com outras actividades ou ocupações, num conjunto de 20 democracias.

A questão é, contudo, mais extensa do que o tratamento aqui efectuado permite dar conta. Vários estudos tendem a sustentar a hipótese da existência de insuficiências no funcionamento dos mecanismos de representação e de participação. Os cidadãos encontram-se mais distantes dos partidos políticos, mais críticos das instituições e dos agentes políticos, e o declínio da confiança é particularmente evidente, na avaliação das elites políticas (Dalton, 1999). A deferência perante a autoridade, anteriormente comum em muitas democracias ocidentais, cede parcialmente o seu lugar a um cepticismo dirigido aos agentes políticos (Inglehart, 1999). A desconfiança tem vindo a alargar o seu âmbito, enformando também as avaliações do regime e das instituições políticas.

É importante notar que este cepticismo público não revela, contudo, um impacto perceptível sobre o apoio aos princípios democráticos e à comunidade política. Ao mesmo tempo que os cidadãos criticam os dirigentes políticos, expressam, também, o seu apoio aos princípios e aos valores democráticos. Aliás, as novas formas de insatisfação com a democracia não parecem predominantemente associadas aos cidadãos que partilham de visões anti-sistema, mas precisamente àqueles que lhe manifestam o seu apoio (Klingemann, 1999; Inglehart, 1999) – os cidadãos críticos, para utilizar a expressão adoptada por Norris (1999a).

Esta evolução justifica o surgimento de um conjunto de interpretações, desde meados da década de 1990, que procuram conferir sentido à hipótese de desafeição e afastamento crescentes face às instituições representativas (Nye, Zelikow e King, 1997; Pharr e Putnam, 2000; Pharr, Putnam e Dalton, 2001; Newton, 2002; Dalton, 2004).

Em 2000, Schmitter publica *How to Democratize the European Union... and Why Bother?*, em que, numa análise das democracias do espaço da União Europeia, propõe um diagnóstico que pode ser apresentado como a síntese da análise que aqui se tentou esboçar:

There is considerable evidence that rules and practices of democracy at the national level have become increasingly contested by citizens. This has not (yet) taken the form of rebellious or even "unconventional" behavior, but of what Gramsci once called "symptoms of morbidity" such as greater electoral abstention, decline in party identification, more frequent turnover in office and rejection of the party in power, lower prestige of politicians and higher unpopularity of chief executives, increased tax evasion and higher rates of litigation against authorities, skyrocketing accusations of official corruption and, most generally, a widespread impression that contemporary European democracies are simply not working well to protect their citizens. It would be overly dramatic to label this "a general crisis of legitimacy," but something isn't going well-and most national politicians know it. (Schmitter, 2000: 116)

Poucos anos mais tarde, em 2004, Schmitter e Trechsel, numa nova abordagem às democracias europeias vão mais longe, considerando este como o principal desafio perante o qual se encontram colocadas: "It is our collective judgement that the major generic problem of contemporary European democracy concerns declining citizen trust in political institutions and participation in democratic processes" (2004: 96).

A par desta evolução, ao longo das últimas décadas, verifica-se, como vimos, um conjunto de desenvolvimentos científicos e tecnológicos com particular relevância na área da comunicação e do processamento, gestão e disseminação de informação. Estes desenvolvimentos implicam um impacto sobre as noções de democracia e de participação.

### 2.3. Novas tecnologias, democracia e participação: perspectiva histórica

A relação entre novas tecnologias e democracia não é um fenómeno original da sociedade da informação. Esta relação pode ser identificada no decurso da evolução social de várias tecnologias, pelo menos desde a massificação da imprensa escrita.

Tocqueville considera, em *Da Democracia na América* (2002 [1835 e 1840]), a liberdade da imprensa escrita como o mais eficiente instrumento democrático para a liberdade.

Penso que todos os homens que vivem nas aristocracias podem, em rigor, dispensar a liberdade de imprensa, mas os que vivem nas nações democráticas não. Para garantir a independência pessoal destes últimos, não me fio, de modo algum, nas grandes assembleias políticas, nem nas prerrogativas parlamentares, nem na proclamação da soberania do povo.

Até certo ponto, todas estas coisas são conciliáveis com a servidão individual; mas essa servidão nunca pode ser completa se a imprensa for livre. A imprensa é, por excelência, o instrumento democrático da liberdade. (2002 [1835 e 1840]: 844)

Se a liberdade de imprensa não é considerada por Tocqueville como necessária para aqueles que vivem em aristocracia, esta é uma condição essencial para a democracia, enquanto garantia da independência do indivíduo. Tocqueville deposita mais confiança, inclusivamente, neste recurso do que em “grandes assembleias políticas”, nas “prerrogativas parlamentares” ou na “proclamação da soberania do povo”. Continua a ser possível, em todos estes casos, viciar as regras do jogo e coarctar a liberdade do indivíduo. Esta limitação da sua liberdade não pode ser completa, no entanto, caso exista liberdade de imprensa. Uma imprensa livre permite ao cidadão expor publicamente as suas razões, e “apelar à ajuda de todos os seus concidadãos e todos os seus semelhantes”.

Esta posição pode, colocada no seu contexto histórico, ser considerada como respeitante à relação entre democracia e novas tecnologias. Apesar de se publicarem regularmente jornais na Europa desde o início do século XVII, os primeiros jornais populares, vendidos em massa a um custo acessível, surgem no século XIX<sup>46</sup>. Tocqueville refere-se, desta forma, a uma tecnologia que, apesar de contar com séculos de existência, pode ainda ser considerada, na altura em que escreve, como uma nova tecnologia, no sentido da sua utilização social e da sua massificação. A imprensa livre é vista, por Tocqueville, como um canal de participação, disponibilizado através de uma nova tecnologia, e que constitui a maior garantia de liberdade para os cidadãos – característica central para a sua visão da democracia.

O Estado desempenha, neste contexto, um papel relevante, na medida em que é o primeiro actor a poder assegurar as condições para a existência e manutenção de uma imprensa livre – ou a desvirtuá-la, recorrendo à sua manipulação ou permitindo-a, por parte de terceiros. Para além de poder ser considerada como garantia última da liberdade dos cidadãos, a imprensa desempenha também um papel importante, com a

---

<sup>46</sup> Nos Estados Unidos, o *New York Times* (<http://www.nytimes.com>) e o *Los Angeles Times* (<http://www.latimes.com>), por exemplo, iniciam a sua publicação em data posterior à da edição de *Da Democracia na América*, a 18 de Setembro de 1851 e a 4 de Dezembro de 1881, respectivamente. Veja-se, para uma história do jornalismo e da imprensa nos Estados Unidos, Mott (1942) e Nord (2001). Veja-se, também, AA. VV. (1969-1976), para uma história em

publicação de informação de carácter político e de interesse colectivo, suscitando o envolvimento, a preocupação e o debate por parte dos cidadãos – reveja-se, sobre esta questão, a p. 102 e ss.

A relação entre as novas tecnologias e a democracia, especificamente no que diz respeito às possibilidades de acréscimo da participação dos cidadãos, é mais evidente, contudo, a partir do surgimento da rádio.

Em 1930, Bertold Brecht, dramaturgo e poeta, refere a possibilidade de utilização da rádio para a comunicação política bidireccional. O excerto seguinte, apesar de extenso, justifica a sua apresentação, pelo conjunto de questões que coloca:

Radio should be converted from a distribution system to a communication system. Radio could be the most wonderful public communication system imaginable, a gigantic system of channels - could be, that is, if it were capable not only of transmitting but of receiving, of making the listener not only hear but also speak, not of isolating him but of connecting him. (...) That is why it is extremely positive when radio attempts to give public affairs a truly public nature. (...) I have no more ideas than you have of, say, the duties of the Prime Minister; it is the job of radio to make them clear to me; but it is one of the duties of the highest official in the state to report to the nation by means of radio on his actions and the reasons for them. The task of radio is not exhausted, however, by the relaying of these reports. It must, in addition, organise the demand for reports - that is to say, transform the reports of our rulers into answers to the questions of the ruled. Radio must make this exchange possible. It alone can organise the great discussion between industry and consumers about the standardisation of objects of daily use, the debates over the rise in the price of bread, the disputes in local government. If you should think this is utopian, then I would ask you to consider why it is utopian. (Brecht, 1930, citado por Mattelart e Siegelau, 1983: 169)<sup>47</sup>

Brecht refere, neste excerto, várias das questões que vêm a ser retomadas posteriormente por outros autores. A primeira consiste na expectativa da utilização de uma tecnologia não como meio de distribuição de conteúdos (funcionando de modo unidireccional), mas como sistema de comunicação (permitindo a bidireccionalidade). A segunda relaciona-se com a sua configuração em rede, como um “gigantesco sistema de canais” que poderá permitir a referida bidireccionalidade num contexto social alargado e fazer com que os indivíduos assumam também o papel de emissores,

---

França, Harris (1996), para uma comparação entre a França e a Grã-Bretanha, e Anselmo (1981) e Tengarrinha (1989), para o caso português.

<sup>47</sup> Esta interpretação das possibilidades inerentes à utilização da rádio foi-me inicialmente sugerida por Taborda (1998).



não os isolando no consumo individual e solitário dos conteúdos distribuídos pelos meios de comunicação. Um terceiro tema claramente abordado neste excerto é a possibilidade de utilização dos meios de comunicação social para tornar a actividade dos governantes mais transparente e inteligível (como um factor de *accountability*). Um quarto tema consiste na possibilidade de utilização desta tecnologia, enquanto factor de transparência, não apenas no sentido da comunicação e explicação aos cidadãos, por parte dos políticos, dos seus actos (num processo que é unidireccional), mas também no sentido da comunicação dos cidadãos com os seus representantes (num processo que se torna bidireccional).

Em 1940, Buckminster Fuller, arquitecto, *designer* e inventor, concebe a possibilidade de utilização de um sistema de votação electrónica. Para Fuller, a democracia tem a capacidade de satisfazer as necessidades de todos os indivíduos, e não apenas de partes privilegiadas da população, com mais recursos, mais envolvidas nos processos de tomada de decisão e já com maior participação política. Este potencial poderia ser, na sua perspectiva, concretizado através da modernização da democracia:

Democracy must be structurally modernized – must be mechanically implemented to give it a one-individual-to-another speed and spontaneity of reaction commensurate with the speed and scope of broadcast news [which is] now world-wide in seconds. [This system would allow] an instantaneous contour map of the workable frontier of the people’s wisdom, for purposes of legislation, administration, future exploration and debate [and also] spontaneous popular co-operation in the carrying out of each decision. (Fuller, 1971: 9-11, citado por Becker e Slaton, 2000: 12)

No final da década de 1960 e no início da década seguinte surgem alguns desenvolvimentos tecnológicos estruturantes. O desenvolvimento das redes de televisão por cabo e a sua chegada às zonas urbanas dos Estados Unidos<sup>48</sup>, o aumento da capacidade dos computadores, o surgimento dos primeiros computadores pessoais e o desenvolvimento das redes de computadores são algumas das mudanças que contribuem para a alteração do cenário tecnológico existente.

A reflexão sobre o impacto destas novas tecnologias nos sistemas políticos democráticos adquire visibilidade quase imediata, realçando as potencialidades

---

<sup>48</sup> As redes de televisão por cabo surgiram inicialmente em zonas de relevo acidentado, em que as condições de recepção se revelavam insatisfatórias (Winston, 1998: 305-311). O percurso da

inerentes, por um lado, à televisão por cabo (Etzioni, 1971; Smith, 1972; Pool, 1973) e, por outro, às redes de computadores (Henderson, 1970).

Um dos primeiros autores a abordar esta possibilidade é uma economista norte-americana independente, Hazel Henderson, com um artigo publicado em 1970. De acordo com o seu argumento, os computadores podem ser utilizados como o *hardware* da democracia, possibilitando o recurso a formas de participação mais alargadas e incluindo mais cidadãos nos processos de tomada de decisões políticas.

A televisão por cabo parece, contudo, suscitar mais interesse do que a informática, neste período. Em 1971, Amitai Etzioni, sociólogo e director do Departamento de Sociologia da Universidade de Columbia, publica um artigo com o título *Cable TV: Instant Shopping or Participatory Technology*, em que, apesar de assumir uma perspectiva céptica sobre a evolução futura da televisão por cabo (na medida em que acredita que esta tecnologia será utilizada essencialmente para exploração comercial, mais do que para objectivos de cidadania), explora a possibilidade da sua utilização para criar novas formas de participação. De acordo com a sua avaliação, esta tecnologia tem o potencial técnico para permitir a comunicação bidireccional, podendo ser utilizada para efectuar reuniões entre cidadãos e permitir o diálogo e o debate de questões de interesse comum. Esta possibilidade é vista por Etzioni como nova, permitindo uma participação mais alargada do que era anteriormente possível.

The inclusion of a large number of participants in such dialogues is significant. A major reason traditional participatory democracy was considered dead until CATV [cable TV] came on the scene was that no mechanism was available in mass society, that would allow, say, 50.000 citizens to hold a dialogue and routinely express their views in a summary form. (Etzioni, 1971: 53-54)

É na sequência deste artigo que Etzioni realiza, no ano seguinte, uma experiência concreta de aplicação da televisão por cabo à participação política, com o apoio da *National Science Foundation*: o projecto *MINERVA*.

A designação *MINERVA*, para além da referência evidente à deusa romana, representa as iniciais de *Multiple Input Network for Evaluating Reactions, Votes and Attitudes* (Etzioni, 1972 e 1972a). O projecto tinha como objectivo o alargamento da

---

utilização das redes de televisão por cabo foi, deste modo, da periferia em direcção ao centro, ao contrário do que habitualmente sucede com a utilização social da tecnologia.

participação nas reuniões regulares da comunidade de uma zona de Nova Iorque, tentando simultaneamente não comprometer a qualidade da participação dos intervenientes. Um conjunto de especialistas era convidado a discutir temas relacionados com a comunidade. Os habitantes assistiam, numa outra sala, à transmissão do debate através de um circuito interno de vídeo. A partir de um determinado momento, os habitantes podiam participar no debate, dirigindo perguntas aos especialistas. No final, os habitantes eram convidados a preencher questionários relativos aos temas abordados, ao formato seguido no debate, e à avaliação global da experiência (*idem*).

Etzioni pretendia, através deste projecto, alargar o processo de discussão e debate, permitindo aos cidadãos uma tomada de decisão informada, racional e assente em compromissos:

In a truly democratic process there is a genuine dialogue among the citizens and between them and their leaders before a vote is taken. (...) A reasoned, informed, and broadly-shared position requires dialoguing. (Etzioni, 1972a: 458)

Esta experiência, bem como as experiências semelhantes que se seguiram, receberam a designação genérica de *Electronic Town Meeting (ETM)* – inspirando-se, evidentemente, na experiência dos *town meeting* (reveja-se, sobre esta questão, a p. 102 e ss). De acordo com a proposta de Vicari, podem englobar-se na noção de *ETM* todas as experiências de teledemocracia realizadas nos Estados Unidos, desde o início da década de 1970, e que têm por base a ideia de utilizar as novas tecnologias de comunicação para fazer reviver as assembleias de cidadãos, em que “todos tinham a possibilidade de intervir e de contribuir nas decisões para o governo da cidade” (Vicari, 1993: 1). Uma outra abordagem apresenta como características fundamentais das *ETM* a disponibilização de informação sobre um tema, seguido de alguma forma de debate e deliberação – existindo, usualmente, o recurso a meios electrónicos (Becker, s/d, *Project Action News*).

Ainda em 1972, *Ralph Lee Smith* publica *The Wired Nation*. Nesta obra, que partilha da avaliação de Etzioni sobre o potencial técnico da televisão por cabo para facilitar a troca de informação e de ideias entre os cidadãos, é utilizada, provavelmente pela primeira vez, a expressão auto-estrada da informação (*information highway*), que

viria a ser popularizada mais tarde, no início da década de 1990 por Al Gore, candidato à vice-presidência dos Estados Unidos.

Em 1973, Ithiel de Sola Pool, um cientista social e investigador do Massachusetts Institute of Technology (MIT), marcante pelos seus contributos para a metodologia de análise de conteúdo da comunicação, pela análise das elites políticas e pelo desenvolvimento de formas de simulação por computador de processos sociais e políticos, publica uma extensa colectânea de textos sobre a tecnologia de televisão por cabo e as suas possibilidades para a comunicação política bidireccional, com o título *Talking Back: Citizen Feedback and Cable Technology* (Pool, 1973). Destacamos, dessa colectânea, um excerto sobre as possibilidades de utilização das novas tecnologias na participação política dos cidadãos:

The social effects of interactive two-way cable technology are our central interest in this book. Providing citizens with increased participation in the running of their own communities is a priority goal. The thesis of this book is that the communication technologies that can most deeply affect the character of community interaction and community structure in the decades ahead are those that permit communications among medium-sized groups of persons, with two-way interaction among them. The past decades have been an era of both mass media and a one-to-one telephone system. The coming communications revolution may complete the spectrum by providing two-way communication at a distance for special-interest communities who number only in the hundreds or thousands. That is the level at which most citizens feel they can significantly influence the course of social events. (Pool, 1973: 5-6)

Pool considerava, deste modo, o acréscimo de participação dos cidadãos na gestão das suas comunidades como objectivo prioritário e a tecnologia na base da televisão por cabo era, na sua avaliação, um recurso com potencialidades para atingir esse objectivo. Estas potencialidades são exploradas, neste livro, através da caracterização das possibilidades tecnológicas, da sua capacidade para assegurar a comunicação bidireccional e da apresentação de sugestões e de propostas concretas para a sua utilização. Pool prossegue a sua reflexão sobre as novas tecnologias e a sua utilização social, nas décadas seguintes, com a publicação de *Technologies of Freedom* (1984) e de *Technologies without Boundaries* (1990).

É realizado, durante este período de entusiasmo e de exploração das possibilidades associadas à televisão por cabo, um conjunto de experiências paralelas com um recurso menos intensivo às novas tecnologias, embora com o mesmo objectivo final.

Um desses projectos é iniciado em 1973 por Vincent Campbell, um psicólogo do *American Institutes for Research*, e é subsidiado, à semelhança do projecto *MINERVA*, pela *National Science Foundation*. Campbell pretendeu, através do projecto *Televote*, envolver Pais e Alunos na definição das linhas de orientação da actividade de uma Escola Pública em San Jose, na Califórnia. O modelo seguido aproxima-se de uma *ETM*, consistindo na divulgação de informação sobre uma determinada questão relacionada com a Escola, de forma a permitir o debate entre os participantes e a reflexão, seguida de votação através de telefone, para a tomada de uma decisão final (Slaton, 1992: 118-121).

Em finais da década de 1970, um grupo de três docentes e investigadores do Departamento de Ciência Política da Universidade do Hawaii – Ted Becker, Christa Slaton e Richard Chadwick – inspira-se na experiência de Campbell e inicia, com a sua colaboração, uma série de projectos no Hawaii, com a designação geral de *Hawaii Televote* (veja-se, para a história do projecto, *idem*: 123-173). O objectivo geral do projecto consiste em mobilizar os cidadãos para a Convenção Constitucional do Hawaii. O público-alvo do modelo *Hawaii Televote* é, desta forma, mais alargado do que o da experiência inicial de Campbell, sendo constituído pelos cidadãos do Estado do Hawaii.

É contactado, num primeiro momento, um conjunto de cidadãos, escolhido através de selecção aleatória de números de telefone (*random digit dialing*). Aqueles que concordam em colaborar com o projecto (*televoters*) recebem pelo correio uma brochura com informação básica, opiniões de especialistas, e um conjunto alargado de alternativas relativas a uma determinada questão pública. Os *televoters* acordam na consulta da brochura e na discussão do tema e das alternativas propostas com a família e amigos, podendo contactar os números *Hotline* do projecto durante uma semana, dando conhecimento da sua deliberação final<sup>49</sup>. Passado esse período o *staff* inicia o contacto com os cidadãos que não tomaram a iniciativa de utilizar a *hotline* (cerca de 10 a 15%), mantendo os contactos durante duas a três semanas, até o número de *televoters* com uma decisão definida atingir o mínimo estabelecido pela equipa (normalmente cerca de 400). Os resultados da deliberação dos *televoters* são posteriormente distribuídos à imprensa e aos agentes políticos envolvidos ou

---

<sup>49</sup> O contacto por telefone assumia evidente relevância e visibilidade, sendo o projecto apresentado, no material de divulgação, com o slogan "Televote: Your Hotline to Government". O *staff* de Hawaii Televote disponibilizava, em 1978, 4 linhas telefónicas, das 8h30m às 20h30m durante os dias de semana, das 9h00m às 17h00m ao Sábado e das 10h00m às 14h00m de

interessados na questão abordada pela sondagem. A equipa *Hawaii Televote* realizou duas experiências direccionadas para a Convenção Constitucional do Hawaii (a primeira sobre a instituição do referendo, a segunda sobre o método de selecção dos juízes) e um total de 12 experiências, entre 1978 e 1992.

Em 1989, Robert Dahl, docente e investigador no Departamento de Ciência Política da Universidade de Yale, publica *Democracy And Its Critics*. No final da sua análise sobre a democracia, Dahl propõe alguns “esboços para um país democrático avançado”, (Dahl, 1989: 322-341). Estes esboços consistem em representações que Dahl formula, enquanto exercícios de imaginação, sobre uma sociedade que permita, dentro dos limites da exequibilidade, concretizar da forma mais completa a democracia e os seus valores: a “poliarquia do futuro” (ou Poliarquia III).

A visão da cidadania na poliarquia do futuro, neste exercício, é vista como reunindo as condições que permitam suplantar a diferença de conhecimento entre as elites políticas e os cidadãos. Embora encare como utópica a ideia de eliminar totalmente as diferenças de informação e conhecimento entre elites políticas e cidadãos, Dahl considera que existem importantes possibilidades a explorar. Tal como a Poliarquia I resultou de novas instituições, necessárias para a adaptação da democracia ao estado-nação, e a Poliarquia II resultou do surgimento de novas instituições, de forma a adaptar a democracia à necessidade crescente de mobilização de conhecimento especializado para a solução de problemas públicos, a Poliarquia III resultaria da necessidade de diminuir as diferenças entre as elites políticas e o povo. Dahl sugere, para o efeito, algumas soluções tecnicamente possíveis. Uma das sugestões consiste em disponibilizar, de forma acessível a todos os cidadãos, informação sobre a agenda política; outra consiste na criação de canais que permitam participar de forma relevante em discussões políticas (Dahl, 1989: 338). Estas sugestões recorrem às possibilidades disponibilizadas pelas telecomunicações, como o autor salienta:

What makes these technically possible is telecommunications. By means of telecommunications virtually every citizen could have information about public issues almost immediately accessible in a form (print, debates, dramatization animated cartoons, for example) and at a level (from expert to novice, for example) appropriate to the particular citizen. Telecommunications can also provide every citizen with opportunities to place questions on this agenda of public issue information. Interactive systems of telecommunication make it possible for citizens to participate in discussions with experts, policymakers, and fellow citizens. (Dahl, 1989: 339)

O objectivo desta proposta não consiste apenas, contudo, em facilitar a participação. Ao contrário do que alguns defensores da democracia participativa defendem, Dahl não considera que os cidadãos possam ultrapassar totalmente as suas dificuldades em abarcar a complexidade do fenómeno político simplesmente através do envolvimento em debates. A participação poderia não assegurar, por este motivo, a defesa ou a protecção dos interesses dos cidadãos, podendo ser utilizada em formas, afinal, prejudiciais à democracia. Como assegurar, nesse caso, que a informação disponível é relevante e a mais adequada? Como assegurar que a elite política resiste à tentação de utilizar as novas tecnologias para consolidar a sua posição de quase guardião decisor – *quasi guardianship*, na expressão utilizada por Dahl (*idem, ibidem*)? A resposta repousa, na sua perspectiva, não na necessidade de que todos os cidadãos se encontrem detalhadamente informados sobre todos os temas, mas na criação de uma massa crítica de cidadãos interessados e informados, suficientemente grande para criar um *público atento* e vigilante (expressão que retoma de Gabriel Almond).

Em 1988, James Fishkin, politólogo e investigador da Universidade do Texas (e, mais recentemente, de Stanford), inicia o desenvolvimento de uma metodologia que, apesar de não recorrer directamente a novas tecnologias para a participação dos cidadãos, as utiliza em torno da experiência de participação. A metodologia adopta a designação Sondagem Deliberativa (*Deliberative Poll*), e consiste numa tentativa de utilizar a televisão e os estudos de opinião de uma forma original.

Depois de escolhido um tema, é seleccionada uma amostra representativa, habitualmente com uma dimensão compreendida entre os 200 e os 450 cidadãos. Uma das preocupações, na fase de planeamento, consiste em assegurar que as questões relacionadas com o tema se traduzem em opiniões simples ou, mesmo, dicotómicas (como *sim* ou *não*, *a favor* ou *contra*). A amostra é inquirida, numa primeira fase, caracterizando as suas opiniões sobre o tema em questão. Depois da realização do primeiro questionário, todos os membros da amostra participam num encontro durante um fim-de-semana num local com capacidade para a realização de reuniões (como um hotel ou um centro de congressos), de forma a discutir o tema. São preparados e enviados aos participantes, antes deste encontro, materiais de apresentação (habitualmente sob a forma de brochura) sobre as várias posições

---

policopiado, 1979, Anexo Hawaii Televote 1).

existentes, procurando um equilíbrio na exploração dos vários pontos de vista. Estes materiais são também divulgados publicamente, no caso de várias sondagens deliberativas, permitindo suscitar e apoiar um debate mais alargado. Durante o fim-de-semana, os participantes envolvem-se em debates sobre o tema com especialistas e dirigentes políticos, colocando perguntas que foram redigidas em pequenos grupos de discussão compostos por participantes, acompanhados por moderadores externos, com formação específica para o efeito. Partes das reuniões e debates realizados durante o fim-de-semana são emitidos pela televisão, ao vivo ou em diferido. Depois das reuniões e dos debates, os participantes respondem novamente ao mesmo questionário a que responderam antes do encontro. As diferenças entre os resultados do primeiro e do segundo estudo representam as mudanças a que a opinião pública seria sujeita, caso os cidadãos tivessem acesso a mais informação e se encontrassem mais envolvidos no debate sobre o tema.

São apresentados, na Tabela 2.1, os resultados de uma sondagem deliberativa sobre a Europa, realizada na Grã-Bretanha, em 1995, de forma a ilustrar o tipo de resultados obtidos.



**Tabela 2.1.** Resultados de concordância com frases obtidos em sondagem deliberativa (percentagem)

Concordância com as afirmações:	Antes do encontro	Depois do encontro	Diferença
Britain is a lot better off in the EU than out of it	45	60	+15
Closer links with EU would make Britain stronger economically	51	67	+16
If we left EU Britain would lose its best chance of real progress	40	53	+13
With single currency, Britain would lose control of its own economic policy	62	50	-12

Fonte: *British Deliberative Polling® on Europe 1995 (Britain)*. Resultados apresentados em Fishkin (2005).

Neste caso, a deliberação implicou uma tendência geral de decréscimo de concordância com as posições mais críticas à presença da Grã-Bretanha na União Europeia. Por exemplo, a ideia de que a Grã-Bretanha está “melhor na União Europeia do que fora dela” recebia a concordância de 45% dos participantes nesta sondagem deliberativa. Depois da sua realização, e do envolvimento dos participantes nos debates, esta percentagem subiu para 60% - representando um acréscimo de 15%.

Foram, até ao momento, realizadas mais de 20 sondagens deliberativas, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa. Algumas destas experiências foram transmitidas por estações nacionais de televisão, alcançado níveis elevados de envolvimento e acompanhamento da audiência. Uma das sondagens, realizada na Grã-Bretanha, em 1994, teve a cobertura do Channel Four e obteve uma audiência de 8 milhões de espectadores (Budge, 1996: 55).

Apesar de esta metodologia não utilizar directamente as novas tecnologias na participação dos cidadãos, recorre a um conjunto de novos recursos técnicos e tecnológicos, em seu redor. A realização de um estudo de opinião, baseado na teoria da amostragem, recorre a um conjunto de elementos relativamente recentes (desde os elementos da teoria da amostragem até, sobretudo, aos meios informáticos e de telecomunicações necessários para a realização do estudo). A utilização da televisão como meio de comunicação associado ao projecto implica, adicionalmente, um nível

de exigência mais elevado do que uma transmissão habitual de estúdio, pelos meios de reportagem que mobiliza.

Em 1996, no início do crescimento exponencial da utilização da *Internet*, Ian Budge, politólogo e investigador do Departamento de Governo da Universidade de Essex, publica *The New Challenge of Direct Democracy*. Nesta obra, Budge encara a democracia como justificando-se a si própria na medida em que confere poder aos cidadãos, permitindo-lhes encarar o governo como seu, e não como uma autoridade externa ou imposta (1996: 1). O *tradicional* desafio da democracia directa respeita, desta forma, à participação limitada dos cidadãos no seu próprio governo. Por que motivos deverão ser afastados adultos responsáveis da participação em decisões que lhes dizem directamente respeito? Torna-se um desafio, na argumentação proposta por Budge, defender restrições ao poder democraticamente atribuído aos cidadãos para decidirem o que os governos devem, ou não devem, fazer. Numa lógica puramente interna, qualquer argumento a favor da restrição e da limitação da participação é visto por Budge, nas suas últimas consequências, como anti-democrático.

O *novo* desafio da democracia directa consiste, de acordo com Budge, na sua exequibilidade. A utilização das redes informáticas e de telecomunicações permite, actualmente, a realização de debates entre os cidadãos, em qualquer país. As políticas públicas podem ser discutidas e votadas por qualquer cidadão com acesso à tecnologia. Esta situação deverá ter, na sua perspectiva, consequências necessárias sobre a argumentação em defesa da limitação da participação:

This destroys the killer argument habitually used to knock direct democracy on the head, that it is just not practical in modern mass societies to bring citizens together to discuss public policy. The existence of electronic communications means that physical proximity is no longer required. Mass discussion can be carried on interactively even when individuals are widely separated. Hence opponents of popular participation need to find other, more cogent arguments, if they want to reject direct democracy as a way of running a country. (Budge, 1996: 1)

Esta perspectiva não significa que Budge subscreva uma proposta de substituição da democracia representativa por uma democracia directa, baseada numa participação popular ilimitada. Reconhecendo, ao longo da obra, a necessidade de mecanismos de controlo e de enquadramento institucional da participação, Budge apresenta uma

proposta inovadora, na medida em que integra e confere um papel relevante aos partidos políticos. Considerando a capacidade revelada historicamente pelos partidos políticos para sobreviverem e se adaptarem ao surgimento da imprensa escrita, da rádio e da televisão, Budge considera essencial que os partidos assumam um papel mais relevante no enquadramento do debate dos cidadãos e do voto – como, aliás, já efectuam na Suíça, na Itália e, pelo menos em parte, nos Estados Unidos (*idem*: 132).

Podemos encontrar, através deste conjunto de autores, uma tradição intelectual que considera a possibilidade de utilização de novas tecnologias na participação dos cidadãos. Esta tradição, como se encontra demonstrado, encontra raízes profundas na sociologia e na ciência política, podendo ser apontados vários autores, ao longo das últimas décadas, que propõem a utilização de diferentes tecnologias no processo de participação dos cidadãos. Existem, contudo, dois pontos em comum, neste conjunto de autores. O primeiro consiste na ideia que as novas tecnologias *podem* ser utilizadas no processo de participação dos cidadãos, de forma a permitir o seu alargamento. O segundo consiste na ideia de que este alargamento da participação *pode* ser, observando um conjunto de condições, benéfico para as democracias liberais ocidentais, reforçando-as.

Não existe nesta tradição, é preciso sublinhar, uma visão intrinsecamente positiva da utilização da tecnologia, ou uma subscrição da participação sem limites. Contudo, as críticas dirigidas à argumentação em favor da possibilidade de utilização de novas tecnologias na participação dos cidadãos são frequentemente baseadas em, pelo menos, um destes pressupostos.

Sartori apresenta, em *A Teoria da Democracia Revisitada*, uma imagem em que a utilização das novas tecnologias na participação dos cidadãos é vista como “the citizenry sitting before a video and allegedly self-governing itself by responding to the issues in the air by pressing a button” (Sartori, 1987: 246). Esta imagem, em que a utilização da tecnologia no processo de participação dos cidadãos é representada como correspondendo à realização contínua de referendos, e em que os cidadãos expressam as suas decisões pressionando um botão do telecomando da sua televisão, deve ser vista como uma *imagem*, como uma *representação* de um conjunto de efeitos negativos sobre a democracia que se receia e se tenta evitar, e não, naturalmente, como uma realidade incontornável, ou como uma *inevitabilidade*. Esta distinção nem sempre é apreendida, contudo, quer por quem apresenta propostas de utilização da tecnologia para a participação dos cidadãos (apresentando propostas semelhantes, no fundo, à imagem elaborada por Sartori), quer por quem analisa e

tenta compreender, de fora, esses processos de utilização social da tecnologia. O termo *push button democracy* descreve, precisamente, a utilização da tecnologia para a concretização de formas de participação simplista, numa visão redutora da democracia e do papel do cidadão na democracia e, no limite, prejudicial à própria democracia – veja-se, sobre o termo *push button democracy*, Baldwin (1992).

A propósito da relação entre democracia representativa e democracia directa, Bobbio efectua uma leitura da utilização das novas tecnologias que é apropriada posteriormente por algumas visões cépticas ou críticas sobre a utilização da tecnologia para o alargamento da participação dos cidadãos:

Quanto ao referendun, que é o único instituto de democracia directa de concreta aplicabilidade e de efectiva aplicação na maior parte dos estados de democracia avançada, trata-se de um expediente extraordinário para circunstâncias extraordinárias. Ninguém pode imaginar um estado capaz de ser governado através do contínuo apelo ao povo: levando-se em conta as leis promulgadas a cada ano na Itália, por exemplo, seria necessário prever em média uma convocação por dia. Salvo na hipótese, por ora de ficção científica, de que cada cidadão possa transmitir o seu voto a um cérebro electrónico sem sair de casa e apenas apertando um botão. (Bobbio, 1997 [1984]: 53-54)

A hipótese de que cada cidadão possa transmitir o seu voto a um “cérebro” electrónico, a partir de casa, não é hoje da ordem da ficção científica: tornou-se uma possibilidade técnica indesmentível (se não o era já, na altura em que Bobbio escreve). O ponto central não se relaciona, contudo, com a exequibilidade deste cenário, mas com a interpretação que algumas leituras propõem do contexto apresentado por Bobbio e com a transposição que efectuam da relação entre democracia representativa e democracia directa para a relação entre novas tecnologias e formas de participação dos cidadãos – que são duas realidades distintas.

Em primeiro lugar, Bobbio escreve sobre a relação entre democracia representativa e democracia directa. Contudo, as novas tecnologias não têm de ser necessariamente utilizadas com o objectivo de implantar uma democracia directa, em substituição de uma democracia representativa. As novas tecnologias podem também ser utilizadas, convém sublinhar, no quadro de uma democracia representativa, não pretendendo eliminar ou tornar obsoletos os mecanismos de representação existentes, mas de os reforçar ou complementar. Em segundo lugar, o referendo não é a única forma de participação a poder ser utilizada como modelo, na concepção de formas de

participação que recorram a novas tecnologias. Existem outras formas de participação, envolvendo a deliberação ou o debate, que podem ser exploradas. Por fim, a utilização das novas tecnologias na participação não implica a defesa de que *todas* as decisões passem a ser sujeitas aos novos mecanismos. Se algumas decisões, pela importância de que se revestem e pelo impacto que podem ter na vida dos cidadãos, podem justificar o seu envolvimento (podendo corresponder a uma pequena comunidade de cidadãos, no caso de uma questão local, ou a um conjunto mais alargado de cidadãos, no caso de questões gerais), outras, pelas suas características, podem não justificar uma participação directa dos cidadãos. Este princípio não é, sequer, uma novidade, presidindo actualmente à distribuição da atribuição de poderes (mesmo do poder legislativo), nas democracias liberais. Se, em vários casos, o Parlamento já não é responsável por todas as leis aprovadas (devido à competência legislativa do governo ou de regiões autónomas, por exemplo), a impossibilidade de que *todas* as decisões passem pelo *demos* não pode ser aceite como um argumento sério contra a utilização de novas tecnologias na participação dos cidadãos (embora possa ser um argumento válido na contraposição de visões radicais de uma democracia directa, como aponta Bobbio). A invocação deste argumento contra a utilização das novas tecnologias na participação dos cidadãos implicaria, de forma a garantir a sua coerência, a defesa simultânea de que todas as decisões passassem a ser exclusivamente tomadas por um único órgão com capacidade legislativa, nas democracias actuais. Se não esperamos actualmente que todas as leis sejam aprovadas por uma única instituição representativa, porque razão deveremos esperar, quando utilizamos a tecnologia para explorar novas formas de participação dos cidadãos, que estes passem a tomar todas as decisões?

Ninguém duvidará, como afirma Bobbio, que é impossível imaginar seriamente um Estado capaz de ser governado através do "contínuo apelo ao povo". A utilização das tecnologias à participação política não conduz, contudo, necessariamente a uma *push button democracy* em série, como a análise aqui apresentada, desde Tocqueville a Budge, permite perceber. De facto, nenhuma das propostas aqui referidas corresponde, sequer remotamente, à utilização da tecnologia para a criação de uma democracia plebiscitária.

As apreensões colocadas por Sartori não podem, no entanto, ser desvalorizadas. Na sua leitura, a pressão no sentido de mais participação directa deveria ser acompanhada de um aumento do interesse, do conhecimento e da capacidade efectiva dos cidadãos para a consideração das questões políticas. Ou seja, cada aumento do

poder atribuído ao povo, o *demopoder*, deveria ser acompanhado de um incremento da competência cognitiva política do povo, o *demossaber* (Sartori, 2000 [1997]: 114). De outra forma, a atribuição de mais capacidade de participação e de influência ao povo revelar-se-á mais prejudicial à democracia do que, propriamente, benéfica. A questão não se encontra, portanto, em saber se cada alargamento da participação é, em si, democrático, mas se se encontram reunidas as condições para que esse alargamento possa corresponder, na sua prática, a mais democracia:

A questão é que cada *maximização* de democracia, cada crescimento de *directismo*, requer que os informados aumentem e que, ao mesmo tempo, aumente a sua competência, o seu saber e o seu compreender. Se for esta a direcção de marcha, o resultado será um *demos potenciado*, capaz de fazer mais e melhor do que antes. Mas se, pelo contrário, esta direcção de marcha for inversa, então chegaremos a um *demos enfraquecido*. (Sartori, 2000 [1997]: 117. Destaques no original)

É neste contexto que o autor considera que o alargamento das formas de participação, representando uma *maximização* de democracia (*idem, ibidem*), consiste um risco para a própria democracia. Sartori contempla estes riscos sobretudo através da forma como interpreta os efeitos da relação do homem com a televisão e o audiovisual, naquilo que designa como o *homo videns*. O homem tem, nesta acepção, cada vez menos capacidade de abstracção, de compreender os problemas e de os enfrentar racionalmente, embora seja capaz de assistir passivamente à exibição de grandes quantidades de informação – ou seja, é capaz de *videover*. O *homo videns* é, por este motivo, cada vez mais orientado para a gratificação instantânea da sua acção e a sua prática afasta-se progressivamente da realidade, reduzindo-se a “carregar em botões de um teclado”. A sua natureza é menos livre, na medida em que se torna menos racional, espontâneo e responsável. Este homem é, adicionalmente, cada vez mais acrítico e crédulo perante a informação a que acede, tornando-se numa vítima cada vez mais impotente da possível manipulação de conteúdos.

Se se atribuiu sempre um especial significado democrático à imprensa, à rádio ou à televisão, nas democracias liberais, por permitirem uma mais ampla difusão de informação e de ideias, este valor pode tornar-se, gradualmente, num engano. O facto de a divulgação de informação e a educação política serem asseguradas pelos novos meios de comunicação pode colocar sérios problemas à democracia, na perspectiva da Sartori. Em vez de usufruir de uma democracia directa, o povo pode vir a ser

influenciado por manipuladores dos meios que veiculam informação, com uma agenda não-democrática ou anti-democrática.

Apesar de não corresponderem ao objectivo do presente estudo, estes riscos não podem ser minorizados. A utilização da tecnologia não é inerentemente democrática, como é demonstrado, por exemplo, pela capacidade de adaptação que os regimes autoritários têm demonstrado, na sua utilização. Kalathil e Boas (2003), por exemplo, na sequência de uma análise dos casos da China, Cuba, Singapura, Vietname, Birmânia, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita e Egipto, concluem que a *Internet* não constitui necessariamente uma ameaça para os regimes autoritários. Pelo contrário, existem elementos que apoiam a hipótese de que estes regimes promovem de uma forma proactiva o desenvolvimento de uma *Internet* que serve os interesses do Estado autoritário.

A democracia política pode correr, desta forma, o risco de se tornar objecto de manipulação, colocando em causa, por paradoxal que à primeira vista possa parecer, a ordem liberal. Existem, contudo, vários exemplos históricos que demonstram que este risco é concreto. Independentemente de partilharmos, ou não, do diagnóstico sombrio apresentado por Sartori, a subida ao poder de movimentos autoritários ou totalitários, em situações de livre e democrática competição eleitoral, de que não faltam exemplos na história do século XX e do início do século XXI, representa uma realidade que não pode ser ignorada.

Como nota Dahrendorf, a mera existência de eleições não basta para assegurar uma ordem liberal. As eleições, só por si, raramente revelam a capacidade de resolver problemas fundamentais da sociedade. De forma a serem efectivas, as eleições devem ser precedidas por um extenso período de debate e argumentação (Dahrendorf, 2006). As várias perspectivas existentes sobre uma determinada questão devem ser objecto de apresentação, de defesa, de argumentação e de debate crítico e racional. Dahrendorf recorre, no fundo, a uma noção de participação dos cidadãos que se encontra muito para além da votação e da participação na tomada da decisão final.

Numa outra reflexão sobre a relação entre os cidadãos e os mecanismos de representação, e perante o declínio da participação dos cidadãos e a sua crescente desafeição pela política (que tentamos caracterizar brevemente no ponto 2.2), Dahrendorf (2003a) considera a aceitação do princípio da especialização e da divisão do trabalho social, em que os cidadãos se afastam irremediavelmente da política e a entregam aos políticos, para se concentrarem em outras dimensões da sua vida, como a solução mais arriscada. Arriscada no sentido em que permite abrir o caminho a

autoritarismos, podendo colocar em perigo a democracia e a ordem liberal. Torna-se necessário, neste cenário, pelo contrário, estabelecer relações duradouras entre representantes e representados. E, como nota, estas relações duradouras não podem ser estabelecidas através da redução do debate público a simples alternativas referendárias.

Dahrendorf coloca, em outro local, a propósito desta questão, a interrogação sobre como poderão os cidadãos ser integrados no processo de tomada de decisão, fazendo com que sejam ouvidos (2003). A questão continua, na sua opinião, em grande medida por resolver, mas a transparência do processo de tomada de decisão constitui um pré-requisito essencial. A *Internet* pode desempenhar, neste processo, um papel relevante, na medida em que permite assegurar que toda a informação necessária se encontra disponível e acessível, para quem demonstre interesse na sua consulta. Disponibilizar informação aos cidadãos não é, em si próprio, suficiente, como reconhece Dahrendorf (*idem*). Contudo, o simples facto de que, sempre que alguém o pretenda, possa consultar informação sobre uma determinada decisão política, assegura potencialmente aos cidadãos alguma capacidade de controlo sobre os processos de tomada de decisões políticas.

A leitura proposta por Dahrendorf, não apenas no que diz respeito à relevância da disponibilização de informação mas, também, à importância atribuída, no regular funcionamento da democracia, à existência de apresentação, argumentação e debate racional de perspectivas, atribui, como referido, uma centralidade inevitável à questão do esclarecimento da noção de participação.

A noção de participação carece, desta forma, de esclarecimento adicional. A que nos referimos, quando falamos de participação? Apenas à participação dos cidadãos numa votação, com o objectivo de seleccionar um representante ou de tomar directamente uma decisão (correndo o risco de transformar tendencialmente, neste caso, a utilização de novas tecnologias na participação numa *push button democracy*)? Ou também em outras formas de aceder a informação, reflectir e debater sobre as decisões em causa, antes da tomada de uma decisão?

A participação é aqui entendida, no seu sentido geral, como a oportunidade que os cidadãos têm de participar no processo de tomada de decisões políticas (Abramson, 1995). Apesar de a participação dos cidadãos nos processos políticos não assegurar, por si, a democracia, a oportunidade conferida ao cidadão comum de participar no processo político é essencial para qualquer democracia e encontra-se frequentemente incluída na própria definição de democracia (como abordado no ponto 2.1).



A votação é a forma mais frequente de participação política em democracia, embora não seja a única concebível (*idem*: 913). Uma outra definição abrangente de participação é proposta por Parry, Moiser e Day, segundo a qual a participação política é vista como correspondendo a tomar parte no processo de formulação, decisão e implementação de políticas públicas (1992: 16). Esta aceção exclui alguns tipos de interacção com as instituições públicas como, por exemplo, o preenchimento de impressos para o pagamento de impostos ou o pedido de algum tipo de benefícios sociais. Esta exclusão pode, contudo, ser considerada como pouco relevante, independentemente de a aceção de democracia se aproximar mais de uma interpretação representativa ou participativa, como é observado por Budge (1996: 13). Contudo, a actividade segundo a qual o cidadão se mantém informado sobre as questões públicas também é excluída, nesta definição. Esta é uma limitação relevante, na medida em que o interesse dos cidadãos se configura como condição essencial, como vimos, para a ordem liberal.

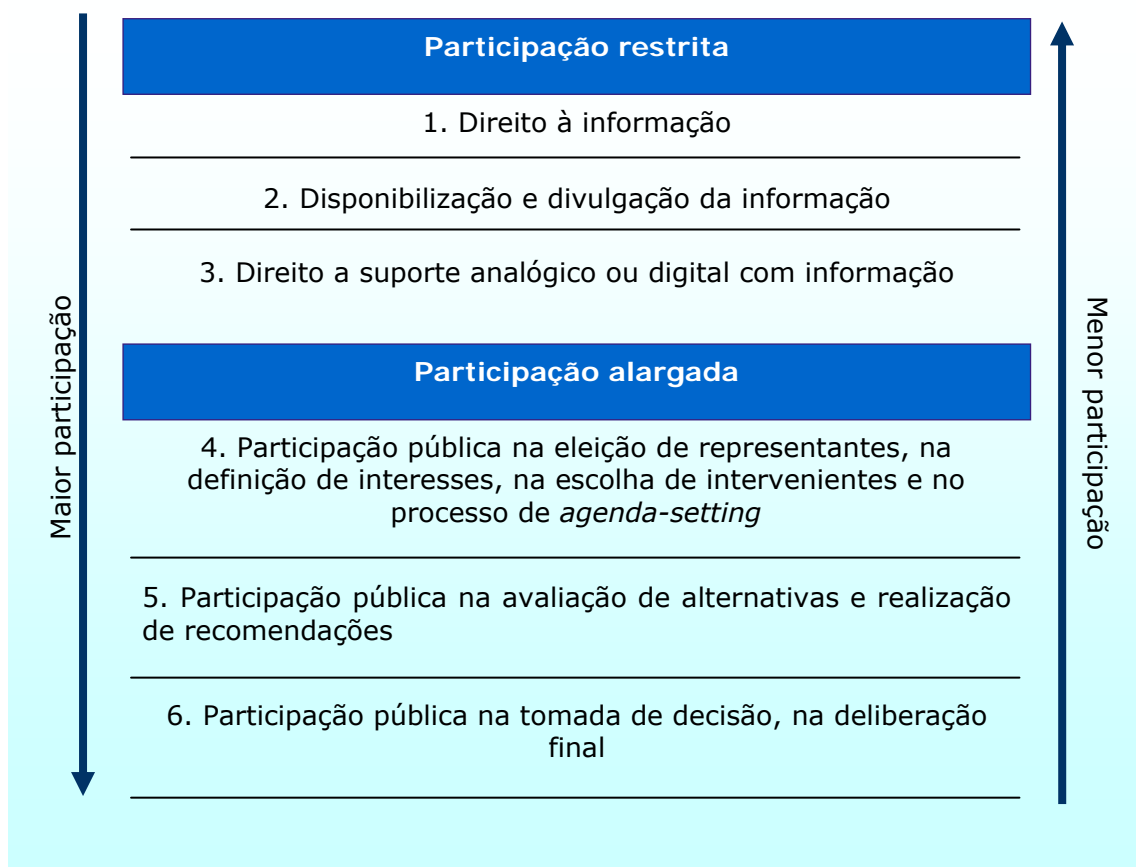
Os níveis de participação política propostos por Sani (1986), consistindo em presença, activação e participação foram adoptados como ponto de partida para uma especificação adicional da participação pública. Estes níveis permitem identificar uma forma menos intensa e marginal de participação política, a presença, relacionada com comportamentos receptivos ou passivos dos indivíduos, em que não existe qualquer contribuição pessoal; uma forma intermédia, a activação, implicando o envolvimento do cidadão numa actividade, e a participação, entendida no sentido estrito, respeitante a situações em que os indivíduos contribuem directa ou indirectamente para uma decisão política. A proposta de Sani permite, no entanto, ainda uma escassa diferenciação do envolvimento político dos cidadãos.

Para além da necessidade de diferenciação adicional entre formas e níveis de participação dos cidadãos, deve ser sublinhado que não se pretende, no presente estudo, caracterizar a forma como os cidadãos utilizam efectivamente as novas tecnologias para participar. Ou seja, não constitui um objectivo desta investigação analisar a utilização efectuada pelos cidadãos das novas tecnologias – através, por exemplo, da adesão a experiências de voto electrónico ou a debates electrónicos promovidos por instituições públicas (que correspondem a formas institucionalmente previstas de participação), ou da utilização da *Internet* enquanto meio de mobilização e de pressão sobre os governantes, através de formas não convencionais de participação.

Este estudo versa os canais de participação institucionalmente previstos, para enquadramento da participação dos cidadãos. O conceito de participação deve, desta forma, permitir a caracterização das diversas formas que o Estado organiza e disponibiliza aos cidadãos. É, neste sentido, adoptada a especificação de níveis de participação inicialmente proposta por Weidemann e Femers (1993) e já utilizada em investigações anteriores (Montargil, 2000). Pelas diferenças que comporta face às concepções tradicionais de participação política, optou-se pela designação de participação pública.

São apresentados, na Figura 2.1, os níveis de participação previstos na tipologia adoptada.

**Figura 2.1.** Níveis de participação pública na tomada de decisão



Fontes: Weidemann, I. e S. Femers (1993) e Montargil (2000).

A caracterização da participação a partir da escala apresentada na figura anterior é baseada numa tradição de investigação inaugurada com a primeira escala de participação pública proposta por Arnstein (1969), e é actualmente utilizada, sobretudo, na área da geografia e do planeamento do território.

Esta caracterização de níveis de participação tem vindo a ser utilizada no desenvolvimento e avaliação de projectos que recorrem a sistemas de informação geográfica (SIG), para permitir a participação dos cidadãos em decisões relacionadas com o planeamento do território. É o caso, por exemplo, do projecto de investigação *Virtual Decision-Making in Spatial Planning (VDMISP)*, da Escola de Geografia da Universidade de Leeds (Carver *et al.*, 1998, 2000)<sup>50</sup>. Esta escala de níveis de participação é, posteriormente, objecto de vários desenvolvimentos, orientados especificamente para os projectos em que é utilizada (Kingston, 2002) ou para a problematização de outras questões, como a relação entre o acesso à informação e a participação na decisão (Tulloch e Shapiro, 2003).

Encontram-se previstos, na escala adoptada, um conjunto de 6 níveis elementares de participação, desde a actividade segundo a qual o cidadão se mantém informado sobre as questões públicas, sendo-lhe reconhecido e conferido o direito a aceder a informação, até à participação na tomada de decisão, na deliberação final.

Esta noção de participação encerra a diferenciação, para além dos níveis elementares de participação, entre participação restrita e participação alargada. As formas de participação alargada correspondem, em termos gerais, à possibilidade de influenciar directa ou indirectamente a tomada de decisão final (através da escolha de representantes, da avaliação de alternativas, da realização de recomendações ou da participação directa na deliberação final). As formas de participação restrita correspondem, por seu lado, essencialmente à possibilidade de aceder a informação e

---

<sup>50</sup> A actividade do projecto VDMISP centra-se na utilização combinada de Sistemas de Informação Geográfica e da *World Wide Web*, com o propósito de aumentar a participação pública em processos de tomada de decisão com impacto sobre o ambiente. Pretende-se que os cidadãos explorem as múltiplas alternativas possíveis para questões sensíveis na área do ambiente e do planeamento urbano, e o seu impacto sobre um conjunto alargado de variáveis, através da utilização de tecnologia SIG disponível na WWW. Algumas das experiências já efectuadas incluem questões como a decisão relativa à localização de lixos tóxicos, ou a intervenção em zonas protegidas.

O objectivo final da introdução destes recursos no processo de tomada de decisão encontra-se orientado para o aumento da aceitação pública das decisões políticas, reduzindo os custos

de poder conhecer os assuntos em questão. Apesar de serem designadas como formas *restritas* de participação são essenciais na medida em que, como vimos, estabelecem a base para a discussão e o debate informado e racional sobre as decisões em causa. A importância das formas de participação restrita deve ser sempre considerada, contudo, em articulação com as formas de participação alargada.

Se a tomada de decisão por cidadãos sem acesso a informação não permite um debate e uma deliberação racional, o estabelecimento de formas de participação restrita também não assegura, só por si, a existência de democracia. Os regimes autoritários e totalitários também encaram a existência de participação como útil, embora, como nota Braga da Cruz, a participação valorizada, nestes casos, não seja "(...) a participação democrática, elaboradora de decisões, mas tão só o assentimento receptivo e aplauso de decisões a cumprir. Por outras palavras, não é a *participação activa*, mas apenas a *participação passiva* (...)" (1995: 339, destaques no original). Desta forma, tal como a *participação passiva* mencionada por Braga da Cruz é encarada como útil por regimes não democráticos, também a *participação restrita* prevista na tipologia de participação adoptada não implica, em si, a existência de um sistema democrático de tomada de decisão. Esta forma de participação constitui, antes, um pré-requisito essencial para a possibilidade de existência de um debate e de uma deliberação racional.

Deve ainda ser notado, relativamente aos níveis de participação previstos na escala, que a diferença entre o acesso à informação (níveis 1 e 2) e a possibilidade de obter um suporte com informação (nível 3), no manuseamento de informação digital, se configura como muito ténue.

A obtenção de suporte com informação, no manuseamento de informação analógica, implica uma mobilização com o objectivo de concretizar essa possibilidade (tradicionalmente, através da disponibilização de sistemas de cópia ou da edição de exemplares impressos, em registo áudio, vídeo, ou em outros formatos); enquanto que, no manuseamento de informação digital é o impedimento dessa possibilidade que implica uma mobilização específica (tradicionalmente, através da inibição da possibilidade de gravação em suportes como o CD ou a *pendrive*, ou a criação de barreiras para a gravação de conteúdos *online* no disco rígido do computador pessoal do utilizador). Uma das características fundamentais da informação digital consiste, deste modo, na intrínseca facilidade da sua duplicação e difusão – o que pode

---

inerentes à contestação, aos conflitos legais e ao atraso desnecessário na implementação das

contribuir para tornar difusos os limites dos níveis de participação englobados na participação restrita.

Um outro factor relevante na adopção desta escala consiste no facto de ter sido utilizada em investigação anterior (Montargil, 2000). Esta análise incidiu sobre 3 documentos de políticas públicas para a sociedade da informação em Portugal: o *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal*, o *Programa Cidades Digitais* e o *Programa Aveiro Cidade Digital*. Cada um destes documentos inclui medidas para acção (no caso do Livro Verde), acções (no caso do Programa Cidades Digitais) e metas (no caso do Programa Aveiro Cidade Digital). Estas medidas, acções e metas foram adoptadas como unidade de análise (perfazendo um total de 130 unidades) e objecto de codificação manual. Esta codificação foi efectuada através da leitura integral das unidades de análise e pela sua codificação posterior, com recurso à escala de participação mencionada. Uma vez que se pretendem explorar, no presente trabalho, formas de articulação com a investigação anteriormente realizada, a tipologia de participação adoptada não foi objecto de modificações adicionais.

Pretende-se, com a análise até aqui efectuada, demonstrar que as novas tecnologias consistem em recursos que poderão ser objecto de exploração, por parte das instituições de governo, para a utilização nos canais de participação disponibilizados aos cidadãos.

Apesar de as tecnologias relevantes para a delimitação da sociedade da informação se constituírem como uma realidade específica, configuram-se também como recursos que podem ser utilizados pelas democracias liberais ocidentais para, dentro das regras do jogo estabelecidas para o seu funcionamento, aproximar a representação e a participação das formas de organização da sociedade da informação. Por que motivos poderá, a partir da análise efectuada, a aplicação destes recursos à participação dos cidadãos ser explorada? Existem, como vimos, vários argumentos pelos quais esta pode ser considerada como uma expectativa razoável.

O primeiro argumento consiste no facto de as teorias da democracia valorizarem, mesmo em acepções procedimentais, a participação, estabelecendo-a como uma exigência e um alicerce do edifício democrático. A relevância dos mecanismos de representação não exclui, mesmo nestas acepções, a necessidade e a importância da participação.

O segundo argumento corresponde ao facto de as limitações à participação se encontrarem frequentemente relacionadas com questões de escala. O *limite natural*, para utilizar a expressão de Madison, das formas de participação mais directas encontra-se circunscrito a contextos de escala reduzida, em termos de população e de território. À medida que a escala se alarga, a participação directa dos cidadãos torna-se tecnicamente impossível, sendo inevitável o recurso a formas de limitação da participação, predominantemente através da representação. O recurso à representação torna-se inevitável, na medida em que o *limite natural* da representação é mais alargado do que o das formas de participação directa.

Uma vez que, na acepção adoptada, as tecnologias características da sociedade da informação alteram a percepção do espaço e do tempo, estas poderão constituir-se como um recurso passível de exploração, na procura de formas de participação mais directa, a larga escala.

Um terceiro motivo pelo qual as tecnologias poderão constituir recursos a explorar, no domínio da democracia e da participação, consiste no facto de, nas democracias liberais ocidentais, existirem sintomas crescentes de desafeição e descontentamento dos cidadãos com a política. Uma das dimensões centrais deste fenómeno corresponde à avaliação cada vez mais negativa da responsividade e da confiança depositada nos actores políticos. Por outras palavras, os cidadãos sentem cada vez mais que não têm "uma palavra a dizer" sobre as acções do Governo e, também, que os políticos "não se preocupam" com o que as pessoas pensam, no momento da tomada de decisões. As novas tecnologias podem ser encaradas e exploradas, neste cenário, como recursos para proporcionar uma capacidade mais alargada de envolvimento dos cidadãos, integrando-os nos processos de decisão.

Equacionando a possibilidade de utilização de novas tecnologias na participação como enquadrada num *continuum* podemos, por um lado, conceber um cenário de manutenção ou continuidade, em que a democracia e os canais de participação institucionalmente previstos se mantêm inalterados, numa sociedade em que as características essenciais da sua forma de organização estão em mudança. Podemos, do lado oposto, conceber um cenário de descontinuidade, em que os canais de participação disponibilizados aos cidadãos alteram as suas características, aproximando-se das formas organizacionais emergentes na sociedade da informação.

Esta não é, contudo, a única forma de conceptualizar as alterações que poderão decorrer da utilização de novas tecnologias na participação dos cidadãos.

É apropriado colocar em primeiro lugar, na abordagem a estas questões, a hipótese nula, na designação atribuída por Trechsel *et al.* (2003: 8). Considerando as alterações a que os mecanismos democráticos foram sujeitos ao longo do tempo, sem alterar os princípios centrais da democracia, a hipótese nula estabelece a possibilidade de que as novas tecnologias de informação e comunicação não impliquem, também neste caso, uma alteração relevante da sua natureza. Ou seja, a democracia da sociedade da informação (partindo dos pressupostos de que existirá uma "sociedade da informação" e de que, adicionalmente, esta virá a ser democrática) será, nas suas características gerais, semelhante à democracia actual, mantendo as formas de representação e de participação actualmente existentes.

Em várias ocasiões, no passado, o surgimento de novas tecnologias e de novos meios de comunicação apoiou a conjectura de que tudo poderia mudar, quer no funcionamento da democracia, quer nas formas de participação dos cidadãos. O surgimento e desenvolvimento da imprensa escrita, da rádio, da televisão, da televisão por cabo, dos computadores e das redes de computadores fornecem exemplos abundantes, no decurso do século XX, da afirmação dessa possibilidade.

A segunda hipótese que deve ser colocada é, para continuar a utilizar a terminologia adoptada por Trechsel *et al.*, a "hipótese da ambivalência" (2003: 9), ou seja, de que as possibilidades das novas tecnologias de informação e comunicação poderão ser mais exploradas por um dos lados de uma clivagem do que pelo outro. Não se encontra pré-determinado à partida, contudo, quais serão os critérios mais adequados para o estabelecimento dessa clivagem e qual o lado que poderá explorar mais essas possibilidades. É necessário manter presente, na consideração desta hipótese, que a actual fonte de inovação é, em si própria, externa ao processo político. Várias mudanças anteriores na forma de funcionamento das democracias surgiram de dentro do processo político implicando, por esse motivo, a vitória de um lado de uma clivagem sobre o outro. A utilização das novas tecnologias nas democracias contemporâneas pode revelar um impacto inesperado, uma vez que nenhum dos protagonistas políticos é directamente responsável pela inovação em causa.

Chadwick e May (2001) apresentam três modelos básicos alternativos, embora complementares, para a caracterização da interacção entre o Estado e cidadão. Estes modelos, influenciados pela análise da relação entre tecnologias e democracia realizada por Laudon (1977), correspondem a um tipo ideal, no sentido weberiano.

O primeiro modelo centra-se na gestão da relação com o cidadão (modelo *managerial*, na designação original adoptada pelos autores). As suas principais características consistem na utilização da tecnologia para aumentar a intensidade e a eficiência dos fluxos de comunicação, sobretudo no interior da administração pública. A relação com os cidadãos é predominantemente encarada num modelo de comunicação unidireccional, em que é privilegiada a eficiência na disponibilização de informação. As novas tecnologias são vistas, por este motivo, essencialmente como acarretando melhorias quantitativas sobre as tecnologias anteriores. Os serviços prestados pelo Estado continuarão a ser semelhantes aos já existentes, mas tornando-se mais rápidos e sendo, eventualmente, assegurados a um custo mais reduzido.

O segundo modelo, que Chadwick e May designam como consultivo, tem na preocupação com a consulta aos cidadãos a sua principal característica diferenciadora. A perspectiva é aqui invertida e, em vez de o Estado ser visto predominantemente como um transmissor de informação para o cidadão (perspectiva *pull*), passa também a ser encarado como receptor de informação emitida pelos cidadãos, que procura activamente os seus *inputs* (perspectiva *push*). A informação é vista como um recurso que pode permitir um *melhor* governo, sendo a ideia de mudança não só qualitativa, mas também quantitativa. A consulta aos cidadãos pode ser efectuada através de diversos tipos de estudos e sondagens, referendos com carácter consultivo, formas de votação electrónica ou *electronic town meetings*. Contudo, a informação continua a ser encarada como um recurso passivo e o modelo de comunicação subjacente é, ainda, unilinear (embora não seja, já, unidireccional). A submissão de informação, por exemplo, encontra-se condicionada aos parâmetros previamente estabelecidos pelos decisores políticos, confinando o tipo de *inputs* que podem ser submetidos ao sistema – suscitando a questão do controlo da agenda pública.

O último cenário considerado corresponde a um modelo participativo. Enquanto os dois modelos anteriores sublinham a relevância dos fluxos de comunicação verticais entre Estado e cidadão, o modelo participativo privilegia uma perspectiva multi-direccional, mais complexa, desses fluxos. Neste modelo, a sociedade civil é encarada como independente do Estado, e com uma existência própria para além dos seus limites. Nesta sociedade, politicamente atenta e mobilizada, o Estado configura-se como uma organização integrada numa rede, entre várias outras organizações e associações. Embora o Estado permaneça como o principal pólo da acção política organizada, surgem outras organizações e instituições que permitem a realização de interacções de natureza política. O papel do Estado consiste, neste caso, para além da



protecção do direito e da liberdade de expressão, em permitir, através dos seus canais de comunicação, uma participação mais alargada dos cidadãos. Uma parte essencial da possibilidade de evolução para este cenário repousa, no entanto, no interesse dos cidadãos, naquilo a que Chadwick e May designam como a *sociedade civil*.

Efectuando uma análise de documentos e de iniciativas nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e na União Europeia, os autores concluem que a democracia surge como um aspecto marginal nos planos dos governos para a sociedade da informação. Adicionalmente, a análise aponta para que o modelo de gestão da relação com o cidadão (*managerial*) se torne tendencialmente predominante, em detrimento de modelos mais participativos.

Uma outra síntese das hipóteses referentes à utilização das novas tecnologias no processo democrático, proposta por um conjunto de autores de entre os quais se destaca Gibson, contempla quatro cenários distintos (Gibson *et al.*, 2003; Gibson *et al.*, 2004).

O primeiro corresponde a um cenário de erosão. Na sequência do optimismo registado, sobretudo a partir da década de 1970, com as possibilidades das novas tecnologias, algumas perspectivas mais radicais encaravam a relação existente entre governo e cidadãos como baseada em estruturas antiquadas e consideravam, adicionalmente, que as novas tecnologias criavam as condições para a participação directa de massas. Novas formas de auto-governo substituiriam a tradicional máquina existente no Estado, conduzindo à sua erosão, à medida que sistemas de votação baseados na *Internet*, referendos e debates fossem adoptados. A forma como estes sistemas deveriam funcionar manteve-se, contudo, num nível elementar de elaboração e, à medida que surgiam elementos empíricos demonstrativos de falta de interesse na política, a expectativa de um cenário de participação directa generalizada parece ter-se desvanecido.

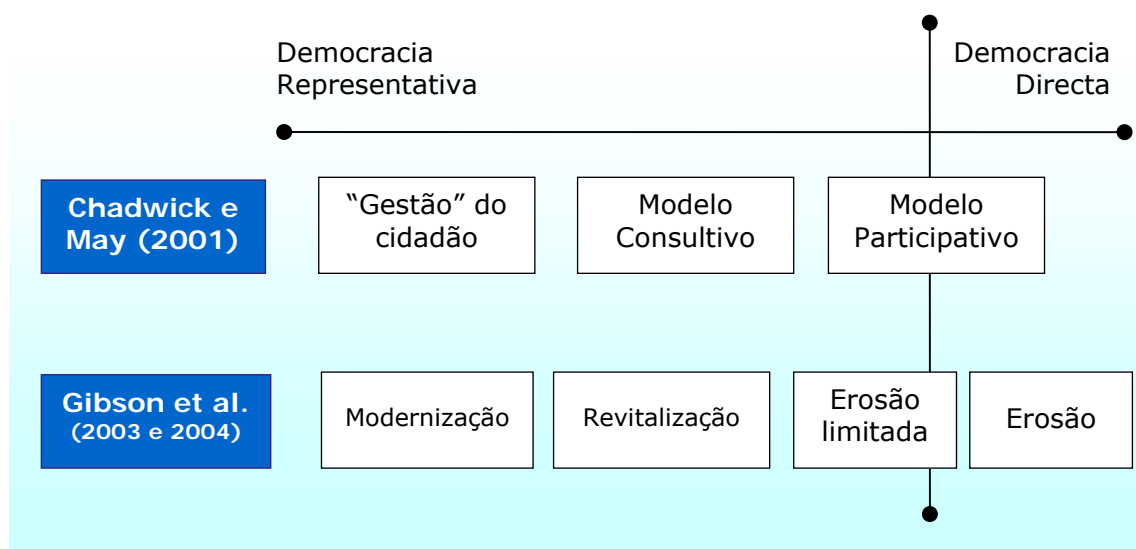
O segundo cenário corresponde a uma erosão limitada. Em vez de uma erosão completa dos mecanismos de governo e de tomada de decisão, as comunicações electrónicas permitiriam antes a realização de comunicações directas com mais frequência entre a administração e os cidadãos. A realização de consultas através da *Internet* e de diversos tipos de sondagens reduziria, no quadro do sistema de representação existente, a relevância da mediação e das instituições de representação. Os grupos constituídos em torno de um único tema ou interesse tornar-se-iam progressivamente mais importantes, à medida que as estruturas de agregação de interesses perdessem a sua influência.

Um terceiro cenário corresponde à hipótese de modernização do sistema. Assumindo uma perspectiva mais positiva do impacto das novas tecnologias sobre as estruturas representativas existentes, algumas abordagens privilegiam a possibilidade de reforma e modernização do Estado. As novas tecnologias de informação e comunicação seriam utilizadas, neste caso, para melhorar a imagem das instituições representativas. Este esforço seria particularmente dirigido para os jovens, na medida em que se encontram, por um lado, menos mobilizados politicamente e, por outro, são mais sensíveis às novas tecnologias. O sítio na *Internet*, em especial, poderia funcionar como uma ferramenta de *marketing*, podendo ser explorada por todas as instituições do sistema representativo. Os ganhos de eficiência constituiriam uma outra vantagem, uma vez que os sítios na *Internet* se encontram permanentemente em funcionamento, podendo contribuir para a substituição do recurso extensivo a funcionários e a transacções telefónicas e postais, mais lentas e mais dispendiosas.

Finalmente, um último cenário corresponde à hipótese de revitalização das estruturas representativas (*reinvigoration*). Uma exploração adequada dos recursos disponibilizados pelas novas tecnologias poderá permitir, de acordo com esta perspectiva, uma revitalização das instituições representativas, na medida em que podem ser utilizados para ouvir efectivamente os cidadãos e para os mobilizar novamente para a participação nos processos de tomada de decisão, integrando-os. Em vez de modernizar apenas os procedimentos burocráticos e administrativos, esta utilização permitiria uma maior participação do público no sistema político, contribuindo para a aproximação entre este e os cidadãos. As novas tecnologias disponibilizam um conjunto de recursos, predominantemente através dos seus sítios na *Internet* e do correio electrónico, que permitem debates *online*, sessões de perguntas e respostas entre cidadãos e representantes em tempo real, e outras formas de consulta e de sondagens à opinião pública. A utilização destes recursos poderia abrir as instituições representativas a novos públicos, uma vez que a utilização das novas tecnologias poderia contribuir para reduzir os custos de participação e funcionar, simultaneamente, como um canal de comunicação mais apelativo para alguns grupos sociais politicamente menos mobilizados.

Tanto os cenários apresentados por Chadwick e May como os mencionados por Gibson *et al.* podem ser relacionados com o *continuum* aqui proposto – embora não se enquadrem, necessariamente, nesse espaço. É proposta a representação da relação destes cenários com o *continuum* referido apresentada na Figura 2.2.

**Figura 2.2.** Cenários decorrentes da utilização da utilização da tecnologia aos mecanismos de participação



Fontes: Chadwick e May (2001) e Gibson et al. (2003 e 2004).

A colocação no espaço dos cenários e modelos referidos é meramente indicativa e baseia-se numa interpretação da síntese efectuada pelos autores. O estabelecimento de uma linha divisória entre democracia representativa e democracia directa é, para mais, sujeito a um espaço de arbitrariedade. O seu objectivo não consiste, no entanto, em demarcar as diferenças entre as duas formas de democracia, mas apenas em sublinhar as diferenças entre os cenários e modelos mencionados.

A hipótese nula, mencionada por Trechsel *et al.*, situa-se no extremo esquerdo do espaço representado na Figura 2.2, implicando a inexistência de alterações nos mecanismos existentes de representação e de participação. Por outro lado, o cenário de erosão referido na síntese efectuada por Gibson encontra-se claramente numa área exterior ao espaço do funcionamento da democracia representativa. O cenário de erosão limitada e o modelo participativo, apresentado por Chadwick e May, podem encontrar, por seu turno, formas de concretização consideradas como correspondendo quer ao espaço da democracia representativa, quer ao da democracia directa.

Contudo, como é reconhecido pelos próprios autores, os cenários de mudança extrema, fora dos limites da democracia representativa, encontram-se reduzidos a exercícios formulados num contexto muito específico, de entusiasmo com as possibilidades decorrentes das novas tecnologias. É, adicionalmente, questionável o carácter intrinsecamente democrático decorrente de um cenário de mudança extrema, devendo ser considerado um conjunto inerente de riscos (como o populismo ou a manipulação de informação, como anteriormente mencionado).

O espaço privilegiado de análise nesta investigação é, por este motivo, o correspondente ao teste de hipóteses decorrentes dos cenários que se situam no domínio da utilização das novas tecnologias na participação dos cidadãos, no quadro da democracia representativa. O teste de hipóteses relacionadas com estas alterações permanece, no entanto, muito limitado, como também reconhecem Gibson *et al.* (2004: 7). Poucos estudos de carácter abrangente e comparativo têm vindo a ser efectuados, nesta área.

A investigação aqui apresentada considera, desta forma, um conjunto de factores relacionados com o contexto político e social, como o enquadramento e o tipo institucional dos actores, o seu posicionamento ideológico ou o nível de penetração tecnológica de cada país, que poderão encontrar-se associados à saliência conferida à democracia e às questões relacionadas com a participação, na formulação dos documentos. Esta abordagem pretende aproximar a análise desta questão ao debate relacionado com as novas perspectivas institucionais, que surgem com uma frequência crescente, na ciência política.

O argumento explorado nesta investigação é o de que utilização das novas tecnologias será efectuada no âmbito dos enquadramentos institucionais existentes, e qualquer análise da evolução da democracia e da participação na sociedade da informação necessitará de levar este factor em consideração. Ou seja, as variáveis contextuais de caracterização institucional parecem assumir-se como relevantes para a compreensão desta realidade. A análise da democracia e da participação na sociedade da informação não deve, desta forma, ser baseada apenas na caracterização da procura dos canais de participação existentes, mas necessita também de contemplar a caracterização da oferta desses canais.

Esta perspectiva institucional não implica, contudo, que não possam surgir casos de maiores e mais significativas alterações da oferta de canais de participação, explorando mais as possibilidades e os recursos disponibilizados pelas novas tecnologias. Existe, contudo, um conjunto considerável de elementos que apoiam a

tese de que a *Internet* e o ciberespaço se encontram crescentemente sujeitos a processos de *reforço* das instituições políticas existentes (Danziger *et al.*, 1982) e de *normalização* (Resnick, 1997 e Margolis e Resnick, 2000).

A tese do reforço (*reinforcement politics*, na sua formulação original) decorre, em grande medida, do estudo efectuado por Danziger, Dutton, Kling e Kraemer, na década de 1980. Este estudo centrou-se na utilização dos computadores nas estruturas de governo local dos Estados Unidos. Centrando-se em questões relacionadas com o poder e a capacidade de influência, os autores avaliaram o impacto da utilização de computadores sobre os serviços prestados pelas instituições incluídas no estudo e na gestão dos processos de tomada de decisão.

O estudo recorreu, na recolha de informação, a métodos etnográficos e a inquéritos por questionário, junto de vários perfis de actores políticos e de funcionários. Partindo de quatro cenários possíveis (que se aproximam, tal como os cenários propostos por Chadwick e May, da síntese inicial de Laudon)<sup>51</sup>, os autores concluem que a tecnologia é apropriada, pelos indivíduos e pelas instituições, para cumprir objectivos face aos quais já se encontrem estabelecidos incentivos, previamente conhecidos pelos agentes. A utilização das tecnologias de informação tende, por este motivo, a amplificar as forças existentes, aproximando-se dos cenários mais conservadores.

As suas conclusões não apontam, convém sublinhar, para uma situação de imobilismo ou de inexistência de mudanças. A tecnologia é apropriada pelo sistema e integrada na sua forma de funcionamento. Contudo, o processo de apropriação da tecnologia tende a reforçar as relações de poder existentes nas organizações.

Uma outra abordagem à utilização das novas tecnologias e, mais especificamente, da *Internet*, na política é apresentada por Resnick (1997) e é, posteriormente, actualizada por Margolis e Resnick (2000). De acordo com esta leitura, o ciberespaço corresponde actualmente a uma representação complexa da sociedade pluralista, com actividade comercial, partidos e grupos de interesse organizados e com um enquadramento normativo e regulador emergente.

A *Internet* recorria, no princípio da sua utilização, a tecnologias baseadas em texto e assentava num acesso muito restrito. As relações de comunicação política eram realizadas num plano de relativa igualdade entre intervenientes, uma vez que os seus

---

<sup>51</sup> Os cenários considerados por Danziger *et al.* (1982) correspondem à gestão racional da relação com o cidadão (*managerial rationalism*), ao elitismo tecnocrático, ao pluralismo organizacional e ao reforço das instituições políticas existentes (*reinforcement politics*).

instrumentos principais consistiam em *newsgroups*, *listservs* e no correio electrónico. A criação de uma *interface* que permite a utilização de recursos gráficos para a utilização da *Internet*, a *World Wide Web*<sup>52</sup>, vai impulsionar a sua massificação. Em consequência deste processo, a *Internet* torna-se num meio de comunicação de massas economicamente interessante para o conjunto de forças políticas, económicas e sociais com influência na sociedade e sem presença, ainda, na *Internet*. O ciberespaço é, desta forma, objecto de um processo de normalização, assemelhando-se cada vez mais ao mundo real, nos seus conflitos e interesses.

A política na *Internet* é também, nesta leitura, sujeita a um processo de normalização. O ciberespaço não se tornou no espaço de uma nova política que “salta do monitor e revitaliza a democracia e a cidadania” (Resnick, 1997: 48). É, pelo contrário, a política do “mundo real”, com toda a sua complexidade e vitalidade, que captura e ocupa o ciberespaço. Esta leitura conduz Resnick e Margolis a uma perspectiva céptica sobre a possibilidade de existência de mudanças estruturais na democracia e, mais concretamente, nos actuais mecanismos de representação e de participação. Apesar da escassez de estudos nesta área, alguns resultados tendem a contribuir para a manutenção desta leitura (Bellamy e Taylor, 1998; Davis, 1999; Margolis, 1999; Gibson *et al.*, 2004; Lusoli *et al.*, 2005).

É colocada, neste contexto, a hipótese central de que a tentativa de exploração das possibilidades conferidas pelas novas tecnologias, na sua aplicação à participação, poderá ser tanto maior quanto mais afastados dos centros e das instâncias do poder se encontrarem os agentes enunciadores.

#### 2.4. Os documentos globais para a sociedade da informação: as fases do processo das políticas públicas

A utilização de novas tecnologias na participação dos cidadãos é analisada, nesta investigação, a partir dos documentos das políticas públicas globais para a sociedade da informação. A fonte central de informação é, desta forma, documental, e corresponde a documentos publicados por instituições de governo, em que são apresentadas reflexões ou visões globais para a sociedade da informação.

Esta estratégia comporta um conjunto de limitações. Uma primeira limitação a destacar consiste no facto de não serem incluídas no âmbito de análise iniciativas

---

<sup>52</sup> Veja-se, para uma diferenciação entre as duas expressões, a p. 5.

exteriores ao sistema político, partindo do seu envolvimento social. A mobilização e o nível de participação dos cidadãos não integram o objecto deste estudo. Não será possível, portanto, através dos seus resultados, compreender melhor os efeitos da utilização de novas tecnologias nos processos de participação política sobre a mobilização e o interesse dos cidadãos. A variável dependente, nesta investigação, respeita directamente às políticas públicas, e não aos níveis de participação dos cidadãos.

A exclusão desta dimensão de análise não é devida a uma eventual inexistência de iniciativas neste âmbito (a sua existência é uma evidência indiscutível), mas devido ao facto de a análise privilegiar a actividade existente no interior do sistema político. Procura-se, nesta investigação, caracterizar e analisar a forma como os regimes políticos eventualmente geram, a partir do seu interior, iniciativas e processos de mudança dos canais estabelecidos e disponibilizados aos cidadãos para a sua participação (a *oferta* de participação), e não a forma como os cidadãos exploram e utilizam as novas tecnologias nos processos de participação (correspondendo à *procura* da participação).

Uma segunda limitação a referir consiste no facto de a estratégia aqui seguida permitir uma abordagem à formulação das políticas públicas e à sua enunciação, mas não suscitar informação relativa à execução e à avaliação de resultados das políticas formuladas e enunciadas. Existe, desta forma, a possibilidade (ou a garantia) de que a tradução dos documentos do plano do discurso para o da execução das políticas formuladas seja efectuada com omissões, diferenças ou atrasos significativos, face ao enunciado original. Deve manter-se presente, por esse motivo, que o âmbito de análise remete para o plano do discurso, reflectindo as representações dos agentes envolvidos e resultando de processos de negociação, discussão e ajustamento entre vários actores.

Se considerarmos as políticas públicas como aquilo que os governos decidem fazer, ou não fazer (Dye, 2004), a estratégia adoptada permite a caracterização do que as instituições de governo *afirmam* ter *decidido* fazer – e portanto, enquadra-se integralmente no domínio das políticas públicas – mas não permite a caracterização daquilo que os governos acabam por *fazer efectivamente*. Esta é, naturalmente, uma condicionante da abordagem escolhida.

O facto de a análise incidir exclusivamente sobre os documentos e não sobre a sua execução ou cumprimento, por parte da administração, prende-se, em primeiro lugar, com o seu carácter relativamente recente. As primeiras políticas públicas globais para

a sociedade da informação têm, em alguns países, cerca de 10 anos, existindo já uma intervenção das instituições públicas que permite a avaliação da sua concretização. Contudo, em outros países, estas políticas são adoptadas apenas no final da década de 1990, dificultando uma análise comparativa dos seus resultados concretos.

Outro motivo justificativo desta opção consiste na diversidade de formatos que os documentos associados às políticas públicas podem assumir. Esta diversidade pode implicar que, por exemplo no caso de um Livro Verde, se encontrem eventualmente previstas medidas concretas de intervenção, facilitando a avaliação do seu cumprimento. Em contrapartida, é provável que um documento de reflexão estratégica, por exemplo, estabeleça objectivos de tal forma difusos e genéricos que seja impossível a sua posterior operacionalização em indicadores concretos de avaliação.

Mesmo no caso de documentos que contemplem objectivos claramente definidos, num horizonte temporal delimitado, é necessário considerar que um único documento de carácter global pode incluir a formulação explícita de várias dezenas de prioridades, eixos e medidas de intervenção<sup>53</sup>. Uma análise comparada, como a que se pretende efectuar, facilmente poderia deparar com a necessidade de avaliação de centenas de objectivos ou de medidas – implicando uma mobilização de recursos inoportável no âmbito desta investigação.

Uma terceira limitação consiste no facto de, ao seleccionar apenas documentos globais, com uma perspectiva macro, não serem considerados documentos ou iniciativas sectoriais, que podem incidir precisamente sobre o objecto de estudo, nem documentos e experiências realizadas ao nível local. Esta condicionante é particularmente relevante na medida em que muitas das iniciativas realizadas nesta área têm tido origem, precisamente, no nível local, através de municípios e regiões, por exemplo.

A opção pela análise de documentos de políticas “globais” para a sociedade da informação (a utilização da designação políticas “globais” surge em contraponto com a designação de políticas “sectoriais”), e de exclusão das políticas sectoriais e locais prende-se com o objectivo de exaustividade, através do qual se pretende incluir todos os documentos das instituições de governo consideradas no âmbito de estudo, a um determinado nível de análise. Caso fossem considerados documentos sobre várias

---

<sup>53</sup> Por exemplo, o *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal*, analisado em investigação anterior (Montargil, 2000), inclui 72 medidas para acção.



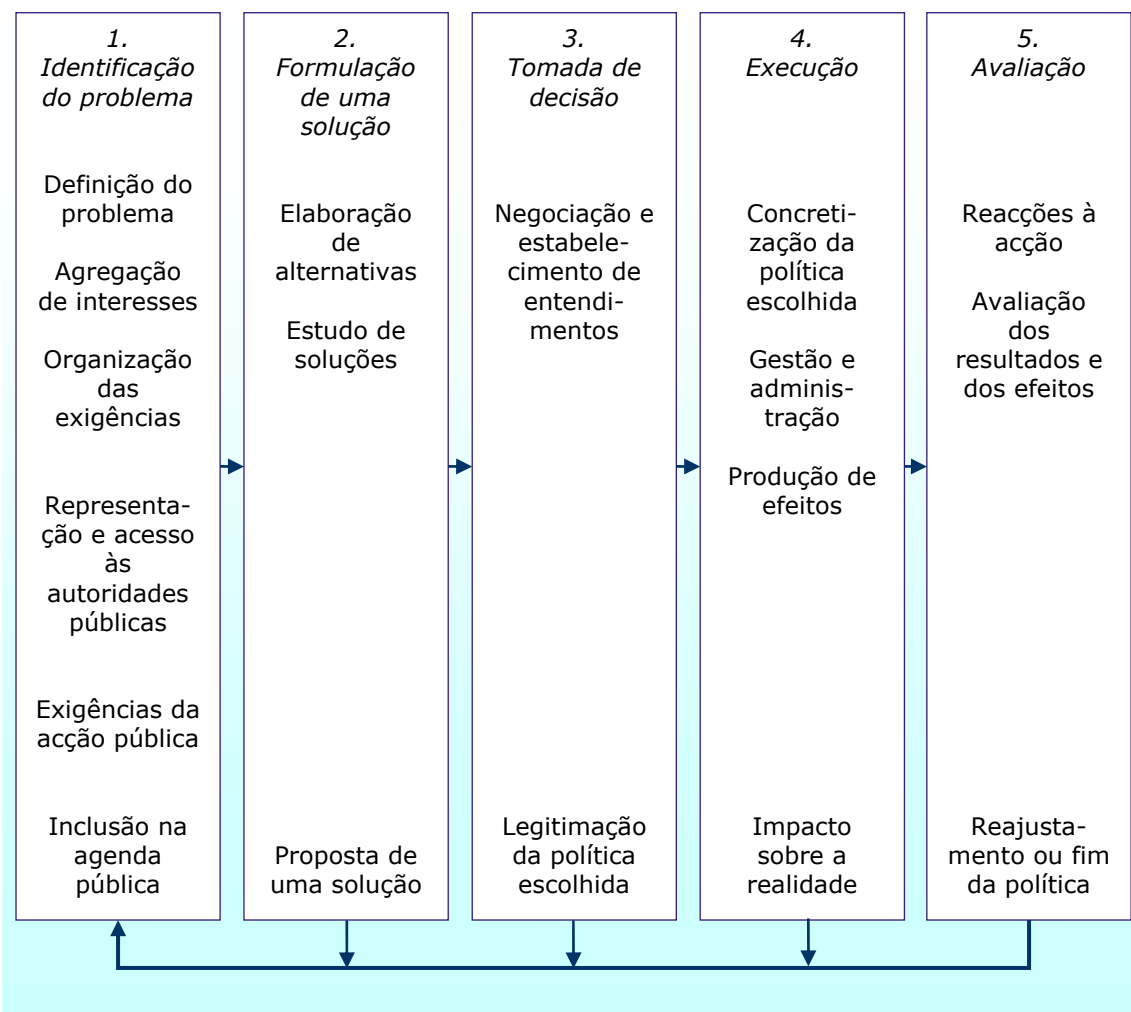
áreas ou temas específicos, ou documentos publicados por vários níveis de governo, seria impossível garantir a inclusão de todos os documentos existentes, pelo seu número e diversidade. A análise seria, por esse motivo, necessariamente parcial, incidindo apenas sobre parte dos documentos, impossibilitando a generalização de conclusões, no âmbito de análise adoptado.

O conjunto de vantagens que esta estratégia acarreta é, contudo, considerável, ultrapassando, na nossa avaliação, as limitações aqui apontadas.

A primeira característica considerada como positiva consiste no facto de esta abordagem permitir a caracterização da forma como as instituições estudadas identificam o conjunto de problemas relacionados com o tema da investigação, colocando-o na agenda e conferindo-lhe saliência, no processo de redacção dos documentos, e das decisões que formulam, face a esses problemas.

Se considerarmos o processo das políticas públicas, numa análise clássica, podem ser tendencialmente diferenciadas cinco fases: identificação do problema, formulação de soluções, tomada de decisão, implantação ou execução, e avaliação de resultados (Jones, 1984; Meny e Thoenig, 1992). Estas fases, apesar de não se sucederem necessariamente de forma estanque e independente, estabelecem uma base de análise das políticas públicas. A organização destas fases é sintetizada na Figura 2.3.

**Figura 2.3.** Processo das políticas públicas



Fontes: Jones (1984), Meny e Thoenig (1992) e Fernández (2001).

Ao contrário da convicção frequentemente assumida de que os problemas públicos são evidentes por si mesmos, e que não existe outra solução senão assumir a sua existência e tomar as decisões adequadas, a análise das políticas públicas permite compreender que os problemas públicos não existem por si próprios e que a sua objectividade é mais suposta do que real (Fernández, 2001: 471). Por sua vez, tal como nem todos os problemas se transformam em problemas públicos, nem todos os

problemas públicos alcançam o estatuto de temas em torno dos quais se inicie um processo que conduza à adopção de políticas públicas.

A agenda pública cristaliza, nesta dinâmica, os temas que são objecto de atenção, por parte dos governos, e que poderão vir a ser alvo da adopção de políticas públicas. A agenda pública não é, contudo, um documento formal, de carácter programático, que estabeleça uma hierarquia rígida entre problemas. Podem ser, de acordo com Cobb e Elder (1972), identificados dois tipos de agenda: uma agenda institucional, que reúne os problemas que dependem funcionalmente, ou por entendimento generalizado, da autoridade pública em questão, e uma agenda conjuntural ou sistémica, constituída por problemas que não pertencem à competência natural, ou habitual, da autoridade considerada.

O surgimento de novas áreas de intervenção, por parte do Estado, devido ao impacto social do surgimento de novos desenvolvimentos científicos e tecnológicos (como as novas tecnologias de informação e comunicação ou a biotecnologia, por exemplo) é objecto de inscrição de novos temas, em primeiro lugar, numa agenda conjuntural. Neste caso, apenas na sequência da inscrição dos temas na agenda conjuntural, e da prática política subsequente, será possível que este conjunto de questões venha a ser inscrita numa agenda institucional.

A própria inscrição de um tema na agenda pública é, em qualquer dos casos, um momento privilegiado de debate entre intervenientes no processo, podendo dever-se a vários motivos: quer porque a questão se traduz num conjunto de exigências submetidas ao sistema que configuram uma crise, qualitativa (devida à delicadeza política das exigências expressas) ou quantitativa (devida ao volume de exigências submetidas), quer pela eventual receptividade de *gatekeepers*, ou de outros intervenientes no processo, à consideração do tema. Alguns momentos da vida do sistema político podem constituir oportunidades privilegiadas para a inclusão de novos temas (como a mudança de governo), constituindo aquilo que Cobb e Elder designam como *policy windows*.

Tão importante como a entrada e manutenção de um problema na agenda pública é a sua definição. Um conjunto de interesses cruzados e conflituais, por parte de actores e de grupos, actuam no sentido de influenciar a determinação dos assuntos que serão considerados como problemas, e a forma como serão colocados e definidos.

Os documentos de políticas públicas para a sociedade da informação consistem, de acordo com o enquadramento efectuado, na primeira forma de reconhecimento

público de novas questões e problemáticas. Estes documentos fornecem os primeiros indícios sobre o que os governos em causa pensam sobre essas questões, sobre o que pretendem fazer e sobre as suas eventuais motivações. A análise destes documentos permite compreender, de forma próxima, através do discurso dos próprios actores, como se formam os problemas e qual a sua relevância para as futuras políticas públicas, consistindo numa espécie de representação do problema e das suas soluções, enquanto quadro mental de referência sobre a questão. Estes documentos devem ser encarados, deste modo, como uma primeira peça de um *puzzle*, cuja configuração final corresponderá à forma como as novas tecnologias se tornam um *issue* político e da saliência que poderão vir a assumir na agenda pública.

Como notam Budge e Bara, os documentos publicados pelas instituições políticas (particularmente pelos governos e pelos partidos) têm sido negligenciados, como ponto de partida para análises políticas com carácter sistemático (Budge *et al.*, 2001: 3). Outras fontes, como estudos de opinião e análises de investimento público têm sido privilegiadas, em detrimento da análise de documentos. Contudo, as reacções na opinião pública e as decisões sobre alocação de recursos encontram-se no fim do processo das políticas públicas.

As decisões democráticas, tal como as reacções públicas que suscitam, os debates e a formulação de prioridades e de preferências que se organizam em seu torno, encontram-se frequentemente expressas nos documentos. Uma parte essencial da democracia consiste na comunicação e a forma como as instituições comunicam passa também, em grande medida, pelos documentos que publicam. As fontes textuais são, deste modo, uma fonte essencial de informação e de análise – que, aliás, a investigação historiográfica reconhece, e em que se baseia.

A análise histórica baseia-se, contudo, frequentemente em documentos isolados, referentes a um conjunto limitado de situações específicas. Esta abordagem não permite, por esse motivo, suscitar questões de carácter mais geral, nem a procura de regularidades com carácter sistemático e estatisticamente significantes. Seria necessário, para este tipo de análise, um extenso conjunto de documentos. Essa é, precisamente, uma vantagem da estratégia aqui adoptada.

Uma vez que o número de documentos é alargado, a procura de regularidades estatísticas, nesta investigação, torna-se possível. O âmbito de análise foi delimitado, adicionalmente, de forma a compreender todos os documentos que fazem parte do universo, e não apenas uma amostra. As conclusões da análise são, por esse motivo, válidas para uma análise comparativa das unidades incluídas no universo. A selecção

de estudos de caso ou de iniciativas a nível local conduziria, pela sua profusão e dispersão, à necessidade de optar por uma análise fragmentada, parcial e casuística, baseada em casos isolados ou em amostras – afastando-se, portanto, do objectivo definido. A estratégia aqui adoptada permite, pelo contrário, uma análise comparativa de todos os casos, de acordo com os documentos disponíveis, e incidindo potencialmente sobre o universo.

O âmbito de análise é limitado, pelos motivos apresentados neste ponto, aos documentos de políticas públicas globais para a sociedade da informação. Este âmbito foi, adicionalmente, limitado à Europa, no período entre 1994 e 2000. É apresentada, nos parágrafos seguintes, a justificação para esta opção.

A tentativa de delimitação da origem de um processo social e o estabelecimento de momentos e fases precisas da sua evolução nem sempre se torna fácil. O ano de 1991 configura-se, no entanto, como um marco, já que apresenta pelo menos três momentos relevantes para a utilização social das novas tecnologias de informação e comunicação.

A 17 de Maio desse ano é lançado o *software World Wide Web (WWW)*, pelo *Centre Européen de Recherche Nucleaire (CERN)*<sup>54</sup>, na Suíça (Cailliau 2001). O primeiro computador a funcionar como servidor *WWW*, ou seja, o seu primeiro elemento de rede, surge em 1991, no CERN. O *software* desenvolvido no CERN por Tim Berners-Lee, um cientista inglês, utiliza a *Internet* como base para a navegação através de texto com ligações (*links*) para outros pontos no mesmo texto, outros documentos no mesmo servidor ou mesmo em outros servidores – o hipertexto<sup>55</sup>. A *World Wide Web* será o suporte que irá facilitar, poucos anos mais tarde, a utilização da *Internet* por parte do grande público, permitindo a sua rápida massificação<sup>56</sup>.

---

<sup>54</sup> A instituição virá a adoptar posteriormente a designação *European Laboratory for Particle Physics* mantendo, contudo, o acrónimo CERN. Veja-se, para mais informação, o *site* do CERN, em [www.cern.ch](http://www.cern.ch).

<sup>55</sup> A *World Wide Web* é, na própria definição de Berners-Lee, um sistema global de hiper-texto que utiliza a *Internet* como base (Berners-Lee 1999). De entre as referências relativas à origem da *World Wide Web* veja-se, a título introdutório, Zakon (1999) e NASA (2000).

<sup>56</sup> Não foram localizadas estimativas para o número de utilizadores da *Internet* anteriores a 1995. De acordo com a NUA, existiam 26 milhões de utilizadores da *Internet* em 1995. Em Agosto de 2001, o total estimado é de cerca de 513 milhões (NUA 2001).

O número de computadores que asseguram o *Internet hosting* pode, no entanto, ser utilizado como indicador indirecto de caracterização da evolução da utilização da *Internet*, para o período anterior a 1995. Existem, em Outubro de 1990, 313.000 *Internet hosts*. Um ano mais tarde o número praticamente duplica, passando para 617.000. Em Outubro de 1992 existem 1.136.000; em Julho de 1993, 1.776.000. (Merit Inc., citado por Hardy 1993).

Em Dezembro do mesmo ano é assinado pelo Presidente dos Estados Unidos da América (EUA), George Bush Sr., o *High-Performance Computing Act*<sup>57</sup>. O documento estabelece um conjunto de medidas destinadas a garantir a liderança dos EUA na capacidade de computação e nas suas aplicações recorrendo, em grande parte, ao desenvolvimento de aplicações baseadas em redes de computadores<sup>58</sup>. O *High Performance Computing Act* representa um esforço de desenvolvimento das redes de computadores, que constituem a base tecnológica da *Internet*.

Ainda no mesmo ano, a National Science Foundation (NSF), também nos EUA, levanta as restrições à utilização comercial da *Internet* (NASA 2000). Esta medida representa o alargamento exponencial do número de potenciais utilizadores da *Internet*, saindo do domínio exclusivamente militar e académico a que se encontrava anteriormente limitada.

Deste modo, 1991 é uma referência neste domínio devido ao investimento no estabelecimento de redes de computadores, através do *High Performance Computing Act*, pelo surgimento da possibilidade de utilização comercial da *Internet* e pelo lançamento de uma aplicação que permite a navegação de forma quase intuitiva por conteúdos colocados em rede, por parte de um público alargado.

No ano seguinte, Bill Clinton é eleito Presidente dos Estados Unidos. Al Gore, um dos protagonistas da elaboração e aprovação do *High Performance Computing Act*, em 1991, é eleito Vice-Presidente no mesmo *ticket* presidencial. Em 15 de Setembro de 1993, Clinton e Gore publicam o documento *The National Information Infrastructure: Agenda for Action* (Estados Unidos 1993). A *National Information Infrastructure* lança nos EUA as bases das super auto-estradas da informação que Clinton e, muito

---

<sup>57</sup> O *High-Performance Computing Act* foi aprovado pela Casa dos Representantes a 20 de Novembro, pelo Senado a 22 de Novembro e assinado pelo Presidente a 9 de Dezembro de 1991. Al Gore, Senador em 1991 e Vice-Presidente entre 1993 e 2001, é um dos protagonistas da elaboração e aprovação do *High Performance Computing Act*.

<sup>58</sup> O objectivo expresso na apresentação do documento consiste em estabelecer um "(...) coordinated Federal program to ensure continued United States leadership in high-performance computing". Veja-se, como exemplo da importância das redes de computadores, uma das medidas relativas ao *National High-Performance Computing Program*: "The Program shall (...) promote connectivity among computer networks of Federal agencies and departments" (Título I, Secção 101, #a, 2, c).

A insuficiência da capacidade de computação dos primeiros computadores constituía uma limitação relevante, conduzindo à ideia de ligar dois computadores para a realização de cálculo cooperativo. A primeira ligação remota entre dois computadores é realizada nos EUA, em 1965: "To explore this, in 1965 working with Thomas Merrill, Roberts connected the TX-2 computer in Mass. to the Q-32 in California with a low speed dial-up telephone line creating the first (however small) wide-area computer network ever built." (Leiner *et al.* 1998).

particularmente, Gore, acarinham e consideram como prioridade<sup>59</sup>. Embora referindo o conceito de "idade da informação" e não de "sociedade da informação"<sup>60</sup>, a *National Information Infrastructure* marca o início de uma geração de documentos de políticas públicas para a sociedade da informação.

A União Europeia (UE) começou por apoiar a investigação e o desenvolvimento das novas tecnologias da informação e das comunicações com o programa ESPRIT, em 1984. Este programa seria seguido por outros, como o RACE (destinado a tecnologias avançadas de telecomunicações) e programas especificamente destinados a aplicações telemáticas na área dos transportes, saúde e ensino, em 1986.

No entanto, a União Europeia viria a assumir um papel mais alargado na área das telecomunicações, a partir de 1987, com o Livro Verde sobre a liberalização das telecomunicações. O Livro Verde assume como principais objectivos a liberalização dos segmentos de mercado das telecomunicações sujeitos a monopólio, o estabelecimento de regras e normas comuns para o sector e a afirmação da União Europeia como entidade reguladora do sector.

Em Dezembro de 1993, três meses depois da publicação do documento da administração de Clinton e Gore, *The National Information Infrastructure: Agenda for Action*, a Comissão Europeia publica O Livro Branco *Crescimento, Competitividade, Emprego*. O Livro Branco sublinha a importância da sociedade da informação como chave para o crescimento e a competitividade económica, a criação de emprego e uma melhor qualidade de vida para os cidadãos europeus.

Este documento é considerado de tal forma relevante que, na introdução às actividades da União Europeia no domínio da sociedade da informação, no seu sítio *Internet*, é afirmado que "O lançamento de uma política *coerente e global* no domínio da sociedade da informação ocorreu em 1994, na sequência do Livro Branco da Comissão sobre 'Crescimento, Competitividade e Emprego', publicado em 1993"<sup>61</sup>.

---

<sup>59</sup> Existe uma curiosa coincidência, na medida em que o pai de Gore, o senador Albert Gore Sr., é um dos responsáveis pela adopção nos EUA de legislação para a criação da rede interestadual de auto-estradas, a *Interstate Highway System* (Weingroff 1996). A Lei que cria esta rede, o *Federal-Aid Highway Act*, foi aprovada em 1956, sob a presidência de Dwight Eisenhower, sendo Albert Gore Sr. um dos seus co-autores.

<sup>60</sup> "Because information means empowerment--and employment--the government has a duty to ensure that all Americans have access to the resources and job creation potential of the Information Age" (The White House, 1993).

<sup>61</sup> <http://www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l24100.htm> (visualizado a 21 de Junho de 2004). Destaque nosso.

O último trimestre de 1993 torna-se, assim, o período a partir do qual as políticas públicas sobre a sociedade da informação adquirem o estatuto de destaque que irão manter, nos países industrializados dos dois lados do Atlântico, nos anos seguintes.

Na sequência do *Livro Branco* um grupo de alto nível elabora, em 1994, o relatório *A Europa e a Sociedade Global da Informação*, apresentado na reunião do Conselho Europeu de Corfu, em 24 e 25 de Junho de 1994, sobre as medidas específicas a levar a cabo pela Comunidade e pelos Estados membros para as infra-estruturas no domínio da informação – que ficou conhecido com a designação *Relatório Bangemann*, devido ao nome do primeiro responsável pelo Grupo de Alto Nível sobre a Sociedade da Informação, Martin Bangemann.

Pretendia-se que o Conselho adoptasse, com base neste relatório, um programa operacional, definindo medidas concretas a adoptar e estabelecesse os meios correspondentes.

Um grupo de países publica, na sequência do *Relatório Bangemann*, até Janeiro de 1995, relatórios e planos de acção relativos à sociedade da informação. É o caso da Suécia, com o relatório *Tecnologias de Informação – Asas para a Capacidade Humana* (cf. Suécia, 2000b: 8), em Agosto de 1994; da Dinamarca, com o documento *Info-Society 2000* (Ministério da Investigação, 1994), em Novembro; da Holanda, com o *Programa nacional de acção para as auto-estradas da informação* (cf. Chatric e Wraight, 2000: 186), em Dezembro, e da Finlândia, com o texto *A Finlândia no sentido da sociedade da informação – Uma estratégia nacional* (Ministério das Finanças, 1995), também em Dezembro.

A França, a Grécia, o Luxemburgo, a Alemanha e a Itália apresentam os primeiros documentos no decurso de 1995. Em Março de 1995, o Senado francês publica o relatório *As novas técnicas de informação e comunicação: o homem cibernético?* (Sérusclat, 1995). Este relatório vem inaugurar um conjunto de vários documentos franceses de reflexão sobre o tema, até ao surgimento de um plano de acção, em 1998. O ministro da indústria da Grécia, Costas Simitis (que assume posteriormente as funções de primeiro-ministro) inaugura, com o documento *Uma ferramenta para o Emprego, Desenvolvimento e Qualidade de vida* (cf. Primeiro-ministro, 1999: 11 e 14), a reflexão estratégica sobre a sociedade da informação. Em Outubro é a vez do Luxemburgo, com o relatório *Comité Info 2000 – Primeiras Conclusões e Recomendações* (Comité Info 2000, 1995). A Alemanha publica, em Dezembro, o relatório *A Sociedade da Informação – Oportunidades, inovações e desafios* (Conselho para a Investigação, Tecnologia e Inovação, 1995). Aparentemente, a Itália publica



também um primeiro documento em 1995, através do Gabinete do Primeiro-ministro<sup>62</sup>.

A Áustria publica, em 1996, o *Relatório Final do Grupo de Trabalho do Governo Federal da Áustria sobre a Sociedade da Informação* (Grupo de Trabalho do Governo Federal da Áustria sobre a Sociedade da Informação, 1996).

Em 1997 a Bélgica, Irlanda e Portugal integram o conjunto de países que possuem uma reflexão ou uma estratégia para a sociedade da informação publicada.

Por seu lado, o Reino Unido, que mantém o programa *Information Society Initiative*, com iniciativas sectoriais desde 1995, publica em Maio de 1998 uma estratégia global para a sociedade da informação, com o título *A Nossa Idade da Informação: a Visão do Governo* (Reino Unido, 1998). Em Espanha, finalmente, o Grupo assessor sobre as indústrias da sociedade da informação, criado pelo Ministério da Indústria e da Energia, apresenta em Julho de 1998 um relatório considerado pelo governo como um ponto de partida para a estratégia nacional para a sociedade da informação (cf. Boletim Oficial das Cortes Gerais, 1999: 32).

Num período de cerca de 4 anos, mais precisamente entre Agosto de 1994 e Julho de 1998, todos os países da União Europeia iniciaram a publicação de documentos dedicados à reflexão e ao estabelecimento de estratégias nacionais para a sociedade da informação.

As estratégias para a sociedade a informação assumem, contudo, uma grande diversidade – pelo menos na sua forma. Vários governos adoptaram, como referido, uma “Iniciativa Sociedade da Informação”, um Livro Branco ou uma agenda governamental. Estas iniciativas foram seguidas por planos de acção mais concretos, no caso de alguns países, um pouco mais tarde. Alguns destes planos de acção, ou destas estratégias, surgem como o início de um processo que se pretende com actividade de avaliação e acompanhamento regular, outros assumem imediatamente uma natureza plurianual. Algumas estratégias são detalhadas, apresentam objectivos muito concretos e prazos explícitos de concretização. Outras estabelecem ou definem objectivos gerais e um quadro de acção, mas são imprecisas quanto a medidas de acção ou prazos para a concretização de intervenções.

---

<sup>62</sup> Vejam-se, sobre esta questão, as páginas 5 e ss.

Para além das estratégias nacionais, os governos desenvolvem com frequência estratégias e planos de acção sectoriais, incidindo sobre áreas como o comércio electrónico, a formação e a educação ou a colocação da administração pública *online*.

Em alguns casos, os governos regionais também desempenham um papel relevante no processo de definição das políticas públicas para a sociedade da informação (o caso mais evidente é o de Espanha), em que documentos regionais definem um quadro de desenvolvimento da sociedade da informação mais cedo e de forma mais clara do que sucede a nível nacional.

Os Estados têm vindo a seguir políticas diferentes quanto aos protagonistas das políticas públicas para a sociedade da informação. Em alguns casos, o Ministério da Economia desempenha um papel central (caso da Finlândia e Alemanha). Noutros casos, o esforço parece ser assumido directamente pelo Primeiro-Ministro e pelo seu Gabinete (como a Grécia, Irlanda e Itália), noutros o Ministério da Educação parece assumir protagonismo. Em alguns países, surgem comissões com natureza consultiva ou com características transversais a vários ministérios.

Existem seguramente poucos momentos em que tantos governos apresentem um modelo de sociedade, ou uma proposta global de intervenção na sociedade, em torno de um referencial comum (neste caso, a "sociedade da informação"), num espaço de tempo tão reduzido e com tão grande diversidade de configurações. Esta é considerada, por estes motivos, como uma oportunidade privilegiada para a análise de documentos de políticas públicas.

A delimitação geográfica do âmbito de análise foi, desta forma, circunscrita ao espaço dos 15 Estados membros da União Europeia, até ao alargamento verificado em 2004, incluindo a Alemanha, a Áustria, a Bélgica, a Dinamarca, a Espanha, a Finlândia, a França, a Grécia, a Holanda, a Irlanda, a Itália, o Luxemburgo, Portugal, o Reino Unido e a Suécia. O âmbito de análise incluiu, também, as instituições europeias, sendo os motivos justificativos da inclusão da União Europeia teoricamente discutidos no ponto seguinte.

## 2.5. A relevância da União Europeia: teorias da integração regional

Incluir a actividade de instituições nacionais no âmbito de análise é uma decisão natural, uma vez que os estados são, na perspectiva tradicional, soberanos nas políticas que adoptam. A sua inclusão no âmbito de análise surge, desta forma, como evidente. A própria noção de políticas públicas remete, de forma imediata, para a

actividade do Estado, pelo que a inclusão da sua actividade no âmbito de análise é não só natural, mas obrigatória. No entanto, a inclusão de instituições europeias pode parecer, por outro lado, discutível e carece, por esse motivo, de justificação. Ora a principal justificação para a inclusão da actividade das instituições europeias no âmbito de análise prende-se, precisamente, com a relevância que a sua actuação assume.

Na análise dos processos de integração regional (e, por inerência, na análise do processo de integração europeia), a distinção entre intergovernamentalismo e supranacionalismo é apresentada com frequência (Sandholtz, 1996; Marks, Hooghe e Blank, 1996; Sandholtz e Stone Sweet, 1998; Stone Sweet e Brunell, 1998; Cram, 1999; Rosamond, 2000; Moravcsik, 1998 e 2005).

A perspectiva intergovernamentalista, baseada numa abordagem decorrente das relações internacionais, apresenta a União Europeia como um espaço em que estados totalmente soberanos (ou, de forma mais precisa, os governos nacionais) interagem na base seus interesses, delegando autoridade ou poderes a instituições europeias, que permanecem subordinadas às estratégias e interesses dos Estados membros. A União Europeia é entendida, desta forma, como um espaço em que se confrontam e se articulam os interesses dos vários governos nacionais. A autonomia e a capacidade de intervenção das instituições comunitárias apenas existem, nesta perspectiva, na medida em que os Estados membros as concedem, no quadro da sua conveniência.

Moravcsik, um dos autores de referência desta corrente teórica, apresenta a União Europeia como um fórum passivo de negociação para os Estados membros, eficiente devido à redução dos custos de transacções entre os vários Estados (Moravcsik, 1993, 1998). Decorre desta perspectiva que os governos são considerados o único agente na vida política doméstica normal, bem como os únicos actores nas relações políticas normais entre estados.

Por outro lado, os autores de inspiração funcionalista entendem a União Europeia como um agente político autónomo, com capacidade de influência sobre os actores nacionais. Existe, de acordo com esta abordagem, um processo de integração política, dando origem ao surgimento de novos agentes, com capacidade de intervenção própria.

A proposta de Mitrany, cujo desenvolvimento se inicia na década de 1930, é usualmente considerada como fundadora da perspectiva funcionalista, nas teorias da integração europeia. A sua obra, que assume como um dos objectivos contribuir para

uma ordem mundial pacífica, vem a exercer uma influência relevante sobre a reflexão relativa ao processo de integração europeia, bem como sobre os esforços subsequentes para a sua conceptualização.

O nacionalismo e as formas de organização territorial do poder são, na sua perspectiva, potencialmente ameaçadoras da paz (Mitrany, 1966 [1943]), como é demonstrado pelo falhanço de pactos de paz, tratados e organizações internacionais (erigidas a partir de relações entre Estados soberanos) – processos de que é testemunha directo, na sua época histórica.

Considera, por este motivo, que os estados deveriam reestruturar as suas relações, para reduzir as formas de tensão regional (e, por consequência, também global) que conduzem ao conflito e, em último caso, ao conflito armado.

Inspirado por processos como o que veio a criar posteriormente, em 1948, na sequência das Conferências de Paz de Paris de 1856 e 1921, a Comissão do Danúbio, uma organização intergovernamental que reúne os países atravessados pelo rio e que gere com sucesso o seu tráfego, sem tensões ou conflitos relevantes, apesar de concepções potencialmente opostas de interesse nacional<sup>63</sup>, Mitrany desenvolve a noção de cooperação técnica, em contraste com a noção tradicional de cooperação nacional.

O conceito de cooperação técnica assenta no desenvolvimento de formas de cooperação orientadas para assegurar determinadas necessidades funcionais, ou funções<sup>64</sup> (daqui a designação *funcionalismo*), consideradas relevantes e valorizadas pelos vários intervenientes. A função a assegurar determina o tipo de organização mais adequado para a sua realização. Existe, desta forma, um princípio de “auto-determinação técnica”, de acordo com o qual o tipo de organização mais indicado depende da natureza dos objectivos técnicos e funcionais a atingir.

Esta auto-determinação técnica implica uma ampla margem de liberdade no desenho das instituições. Como Mitrany refere,

---

<sup>63</sup> A Comissão do Danúbio ainda se encontra activa. Ver, para mais informação sobre a sua organização e história, o sítio na *Internet*, em <http://www.danubecom-intern.org/> (último acesso a 11 de Fevereiro de 2005).

<sup>64</sup> As funções correspondem a actividades sociais vitais, que podem enquadrar-se em vários domínios, como o científico, cultural, económico, educacional, legal ou tecnológico.

(There would be) no need for any fixed constitutional division of authority and power, prescribed in advance. (...) Anything beyond the original formal definition of scope and purpose might embarrass the working of the practical arrangements" (1966: 73)

Uma consequência necessária do desenvolvimento desta forma de cooperação consiste na dissolução gradual das unidades de base territorial (como os Estados), à medida que as novas instituições vão assumindo um conjunto mais alargado de funções. Esta evolução permitiria a secundarização dos nacionalismos, o declínio de conflitos ideológicos e o desenvolvimento de formas de cooperação eficientes e pacíficas a uma escala global. Neste processo, o nacionalismo poderia, no limite, ser substituído por uma comunidade mundial.

Os dois principais arquitectos da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, Jean Monnet e Robert Schuman, recorrem a algumas das ideias de Mitrany, desenvolvendo uma instituição baseada em formas de cooperação técnica e evitando os debates em torno da soberania nacional, embora não adoptem uma das componentes centrais da sua proposta: a dissolução das unidades de base territorial (Cram, 1999: 11).

Em 9 de Maio de 1950, Schuman, Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, apresenta uma proposta de criação de uma Europa organizada, considerada como requisito essencial para a manutenção de relações pacíficas. Esta proposta, conhecida como *Declaração Schuman*, é considerada como o início da criação do que é hoje a União Europeia (a data da Declaração é, aliás, celebrada como o Dia da Europa desde 1995).

A proposta, redigida por Monnet e lida e comentada à imprensa por Schuman, refere explicitamente a colocação em comum da produção de carvão e de aço como primeiras etapas de um processo mais alargado de integração:

Colocar em comum as produções de carvão e de aço garantirá imediatamente o estabelecimento de bases comuns de desenvolvimento económico, primeira etapa da federação europeia, e mudará o destino de regiões durante muito tempo condenadas ao fabrico de armas de guerra, das quais foram as primeiras vítimas. (...) Assim se realizará, simples e rapidamente, a fusão de interesses indispensável à criação de uma comunidade económica e introduzirá o fermento de uma comunidade mais vasta e mais profunda entre países durante muito tempo opostos por divisões sangrentas. (...) Esta proposta, por intermédio da colocação em comum de produções de base e da instituição de uma nova Alta Autoridade cujas decisões vincularão a Alemanha, a França e os países aderentes, lançará

as primeiras bases concretas de uma federação europeia indispensável à preservação da paz.  
(Schuman e Monnet, 1950)

Se esta declaração remete directamente para a noção, cara a Mitrany, de cooperação técnica, centrada neste caso especificamente sobre os sectores do carvão e do aço, também é verdade que o estabelecimento da Alta Autoridade é considerado como o primeiro passo de uma federação europeia – um objectivo muito distinto do proposto por Mitrany.

Em 1958, após a formação da Comunidade Económica do Carvão e do Aço (CECA), em 1951, e da Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1957, Haas publica a obra fundadora do neo-funcionalismo, *The Uniting of Europe* (Haas, 1958). Apesar de partilhar várias premissas do funcionalismo de Mitrany, o neo-funcionalismo não é, contudo, um simples prolongamento da abordagem funcionalista.

Em primeiro lugar, a abordagem neo-funcionalista não é eminentemente prescritiva, como a funcionalista. O interesse de Haas reside em perceber as circunstâncias em que sucede o desaparecimento, enfraquecimento ou desintegração, do Estado – e não na contribuição para uma nova ordem internacional que considere desejável. Apesar de o interesse por este ocaso do Estado ser fortemente influenciado pelo seu percurso de vida – Haas, de origem judaica, conhece na sua juventude a realidade de um Estado totalitário, com a ascensão nazi na Alemanha, refugiando-se posteriormente nos Estados Unidos (Haas, 2000) – a sua obra não pretende contribuir activamente para a criação de uma nova ordem, mas antes prever as condições em que essas alterações do Estado se dão.

Em segundo lugar, a obra de Haas inicia o desenvolvimento de uma teoria da integração regional, que incide sobre uma realidade claramente circunscrita – o processo de integração europeia – e não de uma teoria da integração global, como a desenvolvida por Mitrany.

Haas define integração política como:

... the process whereby political actors in several distinct national settings are persuaded to shift their loyalties, expectations and political activities to a new center whose institutions possess or demand jurisdiction over the pre-existing national states. (Haas, 1958: 16)

O Estado surge como unidade de análise básica, nesta abordagem, o que corresponde a outra diferença, face ao funcionalismo.

A perspectiva neo-funcionalista do processo de integração assenta, na síntese proposta por Rosamond (2000: 51-53), sobre os seguintes momentos:

- O processo inicia-se por uma integração modesta, em áreas de interesse mas com significado político limitado, como a cooperação em sectores económicos estratégicos;
- É constituída, para a gestão do processo, uma instituição com a capacidade de se colocar num plano mais elevado do que o dos interesses nacionais, considerados de forma isolada (como uma Alta Autoridade ou Comissão). Esta instituição torna-se num agente de procura e promoção de mais oportunidades de integração;
- A integração num sector ou área específica cria pressão funcional para integração em sectores ou áreas próximas (*spill-over* funcional), o que é procurado e facilitado pela instituição criada para a gestão do processo;
- As elites nacionais e os grupos de interesse realinham e transferem as suas lealdades para as novas instituições à medida que tomam consciência das vantagens decorrentes da integração (*spill-over* político), tornando-se, desta forma, também, catalisadores do processo;
- A crescente integração económica implica maior institucionalização, correspondendo a um reforço das competências e da capacidade de intervenção das instituições;
- A integração política começa a surgir como um efeito lateral, mas inevitável, da integração económica;
- A forte interdependência criada conduz, a longo prazo, à constituição de um estado federal ou supranacional, e de um sistema de paz.

O conceito de *spill-over* desempenha, nesta mecânica, um papel central. Correspondendo à entrega de competências e autonomia crescentes, por parte dos

Estados membros, à instituição que integram, Haas diferencia três tipos de *spill-over*: funcional, político e geográfico.

O *spill-over* técnico ou funcional corresponde a um mecanismo através do qual a cooperação numa determinada área implica cooperação adicional em outras áreas. Em alguns sectores, a interdependência existente é de tal forma elevada que se torna impossível tratá-los de forma isolada. Desta forma, as tentativas para integrar algumas necessidades funcionais conduzem a problemas que apenas podem ser resolvidos através da integração de mais necessidades funcionais.

Esta noção não é inovadora, no neo-funcionalismo, inspirando-se directamente no confronto com o funcionalismo de Mitrany. É, aliás, este tipo de processo que Schuman e Monnet tinham em mente, quando consideram que a integração de indústrias como o carvão e o aço conduziria à integração, primeiro, de outras áreas do sector energético e, numa fase posterior, de toda a economia.

O *spill-over* político inicia-se com a convergência de expectativas e interesses das elites nacionais e de grupos de interesse, em resposta à actividade das instituições supra-nacionais.

Esta aceção do conceito é influenciada pelo pluralismo, perspectiva em que a actividade política tem como motor o conflito entre grupos que perseguem os seus interesses e objectivos. O Estado é encarado como força parcialmente independente que, através do processo democrático, pode ser influenciada pelos interesses organizados e representados politicamente.

Estas elites, à medida que fazem convergir a sua atenção para a actividade das instituições supra-nacionais e tomam consciência das vantagens que retiram da integração, transferem as suas lealdades para as novas instituições, reconhecendo-lhes autoridade e legitimidade, ou, num cenário minimalista, transformam a sua actividade, reorientando o seu esforço de influência na definição de políticas predominantemente para as novas instituições. É esperado, por este motivo, o crescimento do *spill-over* político à medida que as políticas supra-nacionais assumem maior importância para as elites nacionais e para os grupos de interesse.

O *spill-over* geográfico corresponde ao impacto do processo de integração regional sobre as suas áreas limítrofes, implicando uma tendência de alargamento dos limites da instituição, atraindo outros Estados.

Na sequência da análise do processo de integração europeia, Haas decide, com Schmitter, aplicar o mesmo quadro teórico sobre o processo de integração em curso



na América Latina, através da Associação Latino-Americana de Livre Comércio<sup>65</sup>, com Schmitter (Haas e Schmitter, 1964 e 1965 e Schmitter e Haas, 1964). As conclusões apontavam para a previsão do falhanço do processo de integração – previsão confirmada explicitamente em 1980, com a reformulação da instituição e dos seus objectivos.

O passo seguinte consistiu, para Haas, na avaliação da possibilidade de integração a nível global. A pergunta consistia em saber, desta forma, se as condições que permitem a evolução da integração europeia poderiam ser replicadas com sucesso numa instituição com um âmbito de intervenção global. Foi seleccionada, para a análise (Haas, 1964), uma organização inserida na estrutura das Nações Unidas, a Organização Internacional do Trabalho<sup>66</sup>, que assumia uma estrutura institucional semelhante à da Comunidade Europeia. A conclusão de Haas consiste na impossibilidade de aplicação da teoria desenvolvida para a análise da integração regional. Ou seja, a aplicação da teoria funcionalista da integração regional prevê o falhanço do processo de integração, a um nível global<sup>67</sup>.

Esta incapacidade de encontrar, até ao momento, outros exemplos de um processo de integração regional com sucesso suscitou o debate sobre a possibilidade de União Europeia se revestir de um carácter excepcional e único (Caporaso, Marks, Moravcsik e Pollack, 1997), com o título *Does the European Union Represent an n of 1?* A aceitação desta possibilidade tem consequências relevantes sobre as teorias desenvolvidas e em confronto, ainda hoje, na medida em que deixa de ser possível pensar em teorias de integração regional, aplicadas ao processo de integração

---

<sup>65</sup> A Associação Latino-Americana de Livre Comércio foi instituída em 1960, por onze países (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela), com o objectivo de estabelecer até 1973, de forma gradual e progressiva, um mercado comum latino-americano. Em 1969 este prazo foi alargado até 1980. Em 1980, o objectivo de estabelecer um mercado único foi finalmente posto de lado, sendo instituída a Associação Latino-Americana de Integração, com o objectivo mais modesto de encorajar as transacções entre os seus membros, não assumindo qualquer prazo para o estabelecimento de um mercado único. Actualmente, para além dos 11 Estados fundadores, a Associação integra também a República de Cuba, como membro de pleno direito, desde 1999. Veja-se, para mais informação, o sítio na *Internet* da instituição, em <http://www.aladi.org/> (último acesso a 3 de Fevereiro de 2005).

<sup>66</sup> A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é uma agência especializada, actualmente integrada no sistema das Nações Unidas. A organização foi instituída em 1919, no âmbito da Conferência de Paz de Versalhes, integrando a estrutura da Sociedade das Nações até à sua dissolução, com o início da Segunda Guerra Mundial. Veja-se, para mais informação, o sítio na *Internet* da OIT, em <http://www.ilo.org/> (último acesso a 3 de Fevereiro de 2005).

<sup>67</sup> Veja-se, para uma tentativa de aplicação do modelo a uma instituição com o propósito de defesa e divulgação da língua portuguesa, também num cenário de intervenção global, Stock e Montargil (2005).

européia, sendo necessário passar a pensar exclusivamente em teorias da integração europeia.

Depois das análises comparativas efectuadas, para além da Europa ocidental, e perante a dificuldade na explicação das implicações do crescimento da interdependência, Haas declara publicamente a obsolescência do neo-funcionalismo (Haas, 1975 e 2001: 29, citado por Schmitter, 2002):

The theories we have developed for describing, explaining, and predicting regional integration have a tendency not to predict very accurately the events which come about. It has been suggested that we can probably devise better theories which would lead to more dependable findings. But the effort is probably not worth our while. (Haas, 1975: 1)

Estas afirmações acompanham o encerramento de um ciclo, na sequência do qual a herança desta tradição teórica é reclamada por cada vez menos autores, na análise do processo de integração europeia.

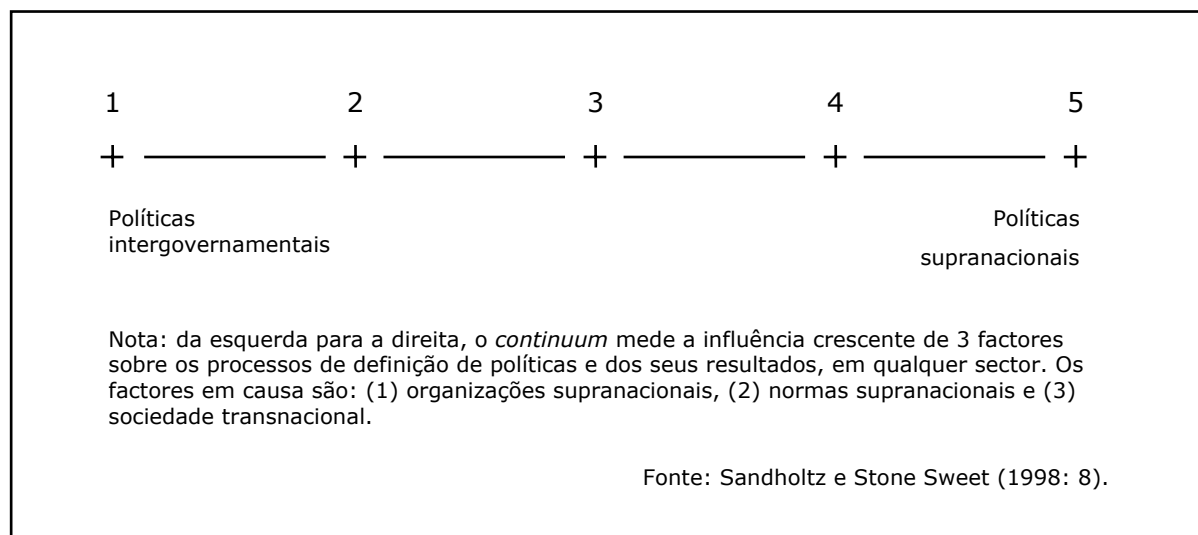
Contudo, e apesar desta questão, ou para além dela, prossegue, ainda hoje o debate entre abordagens herdeiras do neo-funcionalismo e as perspectivas intergovernamentalistas.

Schmitter recupera recentemente o neo-funcionalismo (Schmitter, 2002), apresentando uma reformulação através de um conjunto de argumentos e de hipóteses sobre a integração regional, que designa como *neo-neo-funcionalismo*, em que mantém as premissas essenciais do neo-funcionalismo e o protagonismo dos mecanismos associados ao conceito de *spill-over*. Moravcsik lança, por seu lado, um ataque particularmente cerrado ao neo-funcionalismo, do ponto de vista intergovernamentalista (Moravcsik, 2005).

Podemos afirmar, na sequência desta breve apresentação das duas principais perspectivas teóricas sobre o processo de integração regional, que o seu critério essencial de diferenciação consiste na forma de compreensão da realidade da instituição – neste caso, a União Europeia. Esta surge, para o intergovernamentalismo, como um espaço de encontro e articulação entre Estados membros enquanto, para o neo-funcionalismo, é considerada como um agente político autónomo, com capacidade de intervenção própria.

Este critério permite a vários autores a caracterização e diferenciação das várias abordagens propostas, ao longo do tempo, sobre a questão, bem como caracterização das próprias políticas e formas de intervenção das instituições. Sandholtz e Stone Sweet apresentam, por exemplo, um *continuum*, na análise da União Europeia, entre políticas intergovernamentais e supranacionais (1998: 8) – cf. Figura 2.4.

**Figura 2.4.** Políticas intergovernamentais e supranacionais na União Europeia



Este dispositivo não é proposto pelos autores apenas para a caracterização da União Europeia (UE), como um todo, mas também de forma sectorial. Desta forma, as políticas para o sector A podem-se situar no ponto 2, aproximando-se de políticas intergovernamentais, enquanto o sector B se pode localizar no ponto 4, exibindo fortes características de políticas supranacionais. Utilizado desta forma, o *continuum* implica a possibilidade de depararmos com várias realidades distintas da UE, e não apenas com uma.

Esta abordagem relaciona-se, aliás, com a convicção dos autores, expressa por várias vezes, de que não é, provavelmente, possível desenvolver e utilizar, na análise do

processo de integração europeia, uma única teoria: "different kinds of theory will be suitable for different aspects of the EU" (1996: 405).

O recurso a esta ferramenta teórica, através da desagregação dos processos de definição de políticas da UE por sector, permitirá, na abordagem proposta por Sandholtz e Stone Sweet, aprender mais sobre a riqueza e diversidade das políticas na UE.

Este mesmo critério, que Schmitter (2002) designa como *ontológico*, na medida em que se relaciona com o entendimento da realidade da instituição, pode ser articulado com um outro, a que chama *epistemológico*, e que se refere ao nível de análise adoptado, podendo incidir sobre os grandes momentos da vida da instituição (como os Tratados) ou, de forma alternativa, sobre momentos e alterações que se registam no seu quotidiano (idem: 2).

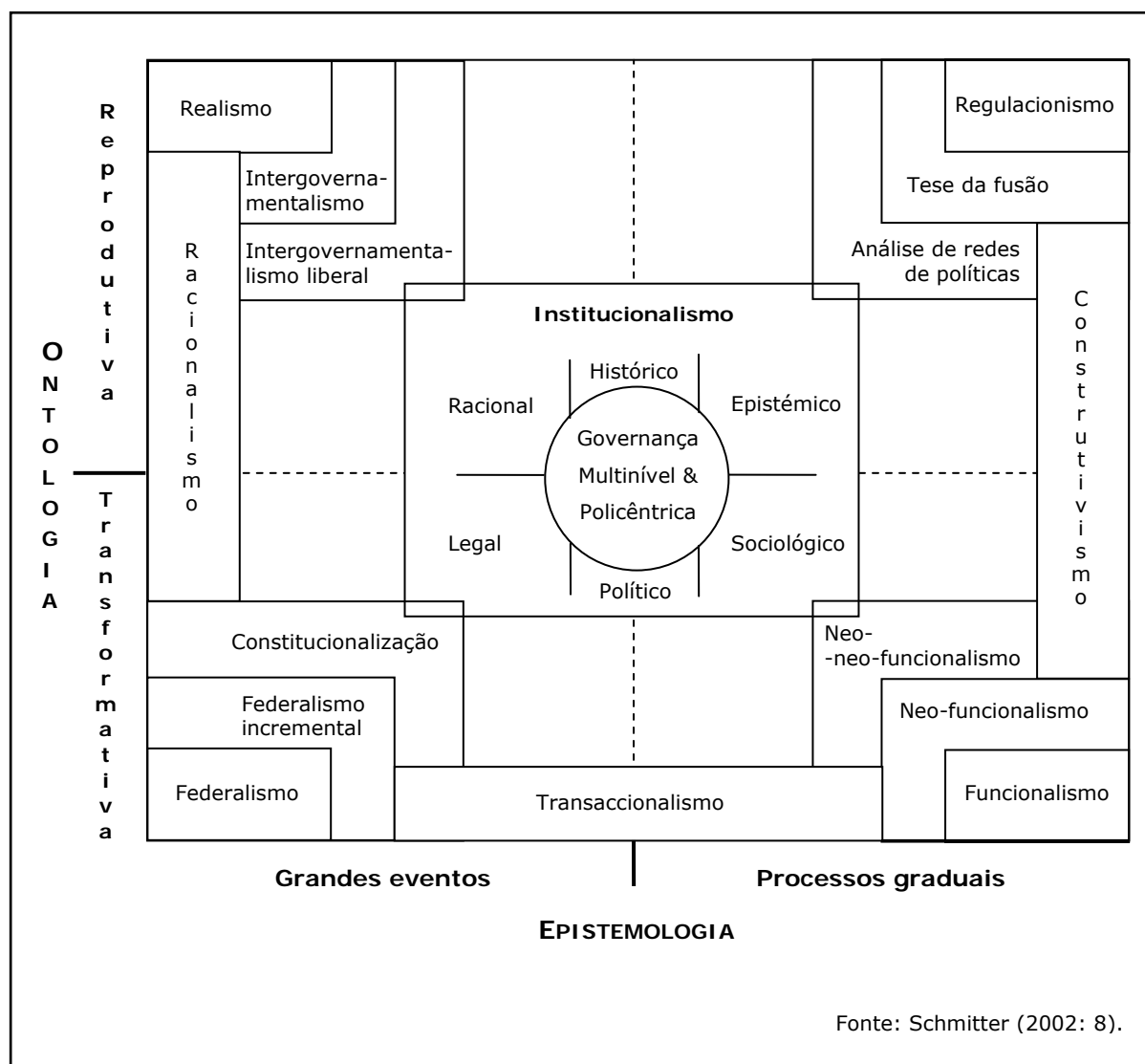
A combinação destes dois critérios permite a Schmitter a colocação das teorias de integração regional num espaço bidimensional – cf. Figura 2.5.

O funcionalismo e as teorias que lhe são subsequentes surgem no quadrante de ontologia transformativa, na medida em que assumem a alteração da natureza dos actores e das instituições no decurso do processo de integração, e, simultaneamente, de epistemologia baseada em processos graduais, uma vez que a sua análise se centra no desempenho regular e quotidiano da actividade das instituições.

A perspectiva intergovernamentalista clássica surge, por oposição, no quadrante de ontologia reprodutiva, por pressupor a continuação do protagonismo inquestionável dos Estados na condução do processo de integração, e no quadrante de epistemologia baseada em grandes eventos, pelo facto de a sua análise valorizar os grandes momentos da vida das instituições.

Este espaço permite, adicionalmente, apresentar várias outras abordagens relevantes no estudo da integração regional. Não é aqui efectuada a sua caracterização por não ser objectivo deste trabalho uma exploração detalhada das teorias de integração regional – motivo acrescido pelo facto de essa apresentação ser considerada inconsequente para o argumento explorado.

**Figura 2.5.** Teorias de integração regional: caracterização de acordo com os eixos de epistemologia e ontologia



De acordo com a perspectiva adoptada sobre o processo de definição de políticas públicas para a sociedade da informação, no espaço correspondente aos Estados membros, no período em análise, a União Europeia desempenha um papel relevante,

com relativa autonomia e capacidade de intervenção. Esta perspectiva é teoricamente aceitável, no quadro de uma teoria supranacional da integração – o que permite a inclusão da União Europeia no âmbito de análise. É efectuada, contudo, no ponto 3.1, uma caracterização detalhada da capacidade de intervenção efectiva da União Europeia nas políticas públicas para a sociedade da informação, complementando a abordagem aqui realizada.

Institucionalmente, a inclusão da União Europeia abrange as instituições europeias que participam no processo de adopção dos actos comunitários: Parlamento Europeu, Conselho e Comissão.

A delimitação temporal do âmbito de análise foi, mais especificamente, circunscrita ao período entre 1994 e Junho de 2000. Esta delimitação deve-se ao facto de o surgimento das políticas públicas com uma visão integrada para a sociedade da informação ter início na sequência do Relatório Bangemann, em Maio de 1994. Antes da publicação do documento, os estados possuíam políticas para as telecomunicações, para o audiovisual ou para outras áreas. As primeiras políticas com uma visão global para a sociedade da informação começam a surgir neste período. Foi escolhido terminar o período de análise em Junho de 2000 devido ao facto de o plano de acção *e-Europe – An Information Society for all* ser apresentado no Conselho da Feira, a 19 e 20 de Junho de 2000. Este documento corresponde a um marco nas políticas adoptadas pela UE para a sociedade da informação, na medida em que fornece uma agenda clara para a actuação: define áreas privilegiadas (literacia digital na juventude europeia, custos de acesso à *Internet*, intensificação do comércio electrónico...) e acções específicas (por exemplo: no final de 2001 todas as escolas na Europa deveriam ter acesso à *Internet* e a recursos multimédia – cf. p. 14), identificando os actores e o prazo para a concretização das acções apresentadas.

É possível colocar a hipótese, por este motivo, de que as políticas públicas para a sociedade da informação, a partir do plano de acção *e-Europe – An Information Society for all*, sejam mais semelhantes entre os vários Estados membros, convergindo para os objectivos que aí são estabelecidos. Incluir documentos posteriores à adopção deste plano de acção implicaria, portanto, considerar mais uma variável independente na análise, aumentando eventualmente a dificuldade de esclarecimento das relações existentes entre variáveis.

### 3. OS DOCUMENTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS GLOBAIS PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

São apresentadas, neste capítulo, uma caracterização histórica e um breve enquadramento político e institucional dos documentos das políticas públicas globais para a sociedade da informação, de acordo com o âmbito de análise delimitado no capítulo anterior.

É efectuada, no primeiro ponto, uma caracterização da actividade da União Europeia na adopção de políticas públicas para a sociedade da informação, através da identificação dos seus principais documentos, até 2000. Justifica-se ainda, neste ponto, a relevância e a influência das instituições europeias na área, a partir da sua acção concreta. É efectuada, num segundo ponto, uma caracterização dos principais documentos e do respectivo enquadramento político e institucional, para cada um dos Estados membros.

Este capítulo permite, para além da apresentação dos resultados do processo de recolha de informação, a justificação das opções tomadas na selecção dos documentos para a análise efectuada no capítulo seguinte, bem como a correspondente contextualização, recriando a textura da sua elaboração e publicação.

O processo de recolha de informação foi iniciado em 1998, na sequência do trabalho de investigação realizado no âmbito da preparação da dissertação de mestrado<sup>68</sup>. Foram recolhidos, desde a preparação desse estudo, vários documentos de definição de políticas públicas para a sociedade da informação, para a União Europeia e para vários países – embora sem a preocupação, inicialmente, de uma recolha exaustiva ou sistemática. A preocupação de uma recolha sistemática, com carácter exaustivo, toma forma a partir de 2002, com o início da investigação no âmbito da preparação desta tese.

Pretendeu-se, para além de informação directamente incluída na delimitação do âmbito de análise, recolher também informação adicional que permita reconstituir a

---

<sup>68</sup> A dissertação de mestrado, com o título *Democracia Electrónica e Participação Pública em Portugal: Uma Análise Exploratória*, no âmbito do Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), realizada sob a orientação científica da Prof. Doutora Maria José Stock, foi objecto de prestação de provas públicas a 23 de Maio de 2000.

textura e a história do processo, como notas de imprensa de Conselhos de Ministros, discursos de actores políticos sobre a questão ou programas ou acções sectoriais, em cada um dos Estados membros e na União Europeia.

O trabalho de recolha de informação foi baseado em duas estratégias claramente diferenciadas: a pesquisa de documentos directamente nos sítios na *Internet* das instituições europeias e das instituições públicas dos Estados membros, e a identificação de documentos ou interlocutores eventualmente relevantes, através da consulta de publicações sobre o tema.

Uma das facilidades que parece inerente à recolha de informação através da pesquisa em sítios na *Internet* consiste no facto de a informação poder ser facilmente localizada e se encontrar imediatamente acessível. Existe, contudo, uma curiosa falta de memória e de arquivos, na *Internet*. A mudança de governo, a publicação de novos documentos sobre a questão ou a realização de mudanças num sítio na *Internet* pode comprometer de forma irremediável a possibilidade de localizar documentos anteriormente disponíveis, por vezes com direito a grande destaque e notoriedade no momento da sua publicação.

A ideia de que a *Internet* é um enorme arquivo pode ser, desta forma, verdadeira, mas existe seguramente o risco de que esse arquivo não tenha memória. Localizar uma grande parte dos documentos de políticas públicas do período em análise, de 1994 a 2000, promovidos na altura pelos Governos, e aos quais se pretendeu dar grande visibilidade, é, hoje, uma tarefa quase impossível. Assim, uma tarefa de investigação que parecia à partida facilitada pela disponibilidade da informação através da *Internet* transformou-se, em vários casos, num trabalho de investigação documental com as dificuldades tradicionais na identificação e obtenção da informação.

Subitamente, documentos que sabemos, por referências indirectas, terem estado *online*, disponíveis em formato digital (em Word, html ou Acrobat Reader, por exemplo), em determinado endereço *http*, encontram-se inacessíveis no endereço mencionado, não registam qualquer referência nos arquivos e nos sistemas de busca da própria instituição e os motores e directórios de busca da *Internet* (como o *Google*, o *Altavista* ou o *Yahoo*) apenas ajudam a identificar, no melhor dos casos, mais referências indirectas ao documento – mas não o próprio documento.



Uma das excepções a este cenário é o conjunto de páginas na *Internet* da União Europeia, que tem demonstrado a preocupação de manter um arquivo de informação sobre os documentos anteriormente adoptados.

O trabalho de investigação contou, no entanto, com uma vantagem imprevista, relativamente a este aspecto. A recolha de informação, iniciada em 1998, implicou, de forma sistemática, a gravação de uma cópia dos documentos localizados – e não, como era prática habitual na altura, o mero registo do endereço *http* em que o documento se encontrava disponível, e a que era necessário regressar, de cada vez que se pretendia consultar o documento. Esta estratégia, inicialmente adoptada sobretudo com o objectivo de rentabilizar o tempo *online*, numa altura em que a ligação à *Internet* era mais lenta do que a actualmente disponível<sup>69</sup> e, também, mais cara, veio a revelar um enorme impacto, posteriormente, no número de documentos disponíveis para a análise.

Esta estratégia de pesquisa “passiva” da informação foi, a partir de 2002, com o início do presente trabalho de investigação, adoptada com carácter mais sistemático. O objectivo estabelecido, nesse momento, consistia na recolha de toda a informação disponível para a União Europeia e para todos os Estados membros. Em alguns casos, contudo, os documentos identificados através de referências indirectas já não se encontravam disponíveis na localização original.

O Observatório para a Sociedade da Informação da UNESCO mantém um arquivo através do qual foram localizados alguns documentos pertencentes ao âmbito de análise estabelecido. Mesmo este recurso foi, contudo, objecto de alterações e reestruturações, mudando de endereço *http* e deixando de disponibilizar vários documentos<sup>70</sup>.

Os sítios na *Internet* mais consultados, em todo este processo, e que a investigação tomou como ponto de partida, são apresentados no Anexo 2.

Foi tomada a opção, devido ao conjunto de dificuldades aqui reportado, de incluir no texto deste capítulo a imagem de capa dos documentos que se encontram abrangidos

---

<sup>69</sup> A ligação disponível era realizada, de forma quase exclusiva, através de *dial-up*, a uma velocidade de 56 kbps. Uma ligação de cabo ou ADSL disponibiliza, hoje, uma velocidade mínima de ligação de 512 kbps.

<sup>70</sup> O endereço *http*, em Fevereiro de 2002, era <http://unesco.ias.unu.edu/webworld/observatory/action/home.html>. Esta morada foi substituída por outra, <http://www.unesco.org/webworld/observatory>, actualmente activa (último acesso a 6 de Dezembro de 2005). Contudo, mais do que a mudança de endereço, é relevante o facto de vários documentos terem deixado de constar do arquivo. É o caso, por exemplo, do documento alemão *Info 2000: Germany's Way to the Information Society*, de 1996.

pelo âmbito de análise estabelecido para a investigação, à medida que são mencionados. Esta opção, pouco usual em textos desta natureza, justifica-se pela extraordinária dificuldade verificada na localização de versões de alguns desses documentos – particularmente de versões em formato digital<sup>71</sup>. Alguns destes documentos revestem-se já, desta forma, de algum valor histórico, não se encontrando facilmente acessíveis. É este mesmo motivo que justifica a sua colocação em anexo, no Anexo D2, em que constam todas as versões em formato digital localizadas durante o processo de recolha de informação<sup>72</sup>.

Esta estratégia de pesquisa de informação deu progressivamente lugar a uma estratégia mais activa, através do contacto por correio electrónico com as instituições com a tutela sobre as políticas públicas para a sociedade da informação, na UE e nos Estados membros ou, em alguns casos, do contacto com gabinetes de imprensa ou de documentação, com a função de centralizar a informação das instituições públicas.

O contacto através de correio electrónico teve início em Fevereiro de 2004. Foram enviadas mensagens de correio electrónico, desde Fevereiro, para cerca de 40 instituições, na União Europeia e em todos os Estados membros. O contacto estabelecido teve como principais objectivos a validação da natureza e relevância dos documentos identificados e seleccionados, a eventual identificação e selecção de documentos adicionais e a identificação e o contacto com informadores privilegiados sobre o processo de elaboração das políticas públicas, nas instituições contactadas.

O estabelecimento do contacto, através deste processo, com informadores privilegiados em Portugal e na Finlândia conduziu à identificação de uma instituição relevante, para o trabalho de investigação: o *International Council for Information Technology in Government Administration* (ICA). Esta instituição integra vários estados, de vários continentes, sendo os estados representados, na maior parte dos casos, por um ou dois altos funcionários da administração pública envolvidos no processo de utilização de tecnologias de informação nas instituições da administração do seu país (correspondendo ao representante nacional no ICA e, eventualmente, ao vice representante nacional).

Os representantes nacionais são, habitualmente, funcionários com funções ou competências correspondentes a *Chief Information Officer* (elementos responsáveis

---

<sup>71</sup> No caso de alguns documentos, os próprios elementos das equipas de trabalho responsáveis pela redacção dos documentos, contactados directamente no decurso do processo de recolha de informação, não possuíam qualquer cópia ou versão do documento.

<sup>72</sup> Acessível através do CD incluído.

pelo processo de utilização de tecnologias de informação na administração pública, habitualmente designados como *CIO*)<sup>73</sup>, elementos próximos da sua equipa de trabalho ou funcionários que desempenham funções equivalentes ou próximas das de *CIO*, na administração pública de cada país.

O ICA realiza um encontro com periodicidade anual, juntando os representantes nacionais para além de, eventualmente, uma pequena equipa de cada país, que pode chegar aos 3 a 4 funcionários. Estes funcionários assumem, naturalmente, uma posição de informadores privilegiados, relativamente ao âmbito de estudo adoptado.

Participei, com o apoio do representante português no ICA, no encontro de 2004, realizado entre 19 e 21 de Outubro, em Limassol, no Chipre. A presença neste encontro permitiu o contacto directo e a realização de entrevistas pessoais com funcionários da administração pública de vários países, directamente envolvidos no processo de redacção, negociação e implementação de documentos de políticas para a sociedade da informação, no período em análise.

Foram, através dos vários canais utilizados (correio electrónico, telefone e entrevista pessoal), realizados contactos com 48 funcionários da administração pública dos vários países e das instituições incluídas no âmbito de análise, possibilitando a identificação de documentos relevantes no período estabelecido, bem como de agentes e intervenientes essenciais no processo de elaboração das políticas públicas para a sociedade da informação e de redacção dos respectivos documentos.

### 3.1. A União Europeia

A União Europeia (UE) é um agente relevante das políticas públicas para a SI, no âmbito do seu espaço geográfico, reforçando de forma significativa a sua capacidade de intervenção desde a década de 1980.

De acordo com Cram (1999: 62), o Acto Único Europeu e o Tratado de Maastricht reforçaram o papel da UE na área das novas tecnologias de informação e comunicação. O Acto Único Europeu, de 1986, adita a disposição, no art.º 13.º, que determina o estabelecimento do mercado interno até final de 1992. Outra parte importante do Acto Único Europeu é a sua Subsecção V, relativa a investigação e

---

<sup>73</sup> Esta designação estabelece um paralelismo com uma terminologia frequentemente utilizada nos países de tradição anglo-saxónica, sobretudo na designação de cargos em empresas, em que, por exemplo, a direcção-geral é frequentemente designada como *CEO*, correspondendo a *Chief Executive Officer*, ou a direcção financeira como *CFO*, correspondendo a *Chief Financial Officer*.

desenvolvimento tecnológico. Esta subsecção reforça a noção de cooperação na investigação e desenvolvimento no espaço europeu e abre o espaço para a abertura (leia-se liberalização) dos mercados. O Tratado da União Europeia (Tratado de Maastricht), de 1992, reforça a noção de mercado único e consolida o caminho para a capacidade crescente de intervenção, por parte da UE.

No interior da UE, a Comissão Europeia assume um papel essencial. Esta importância deve-se à sua natureza executiva, articulada com a capacidade de condicionar a agenda e o processo deliberativo na UE.

A Comissão vela pelo cumprimento do disposto no Tratado que institui a Comunidade Europeia, de acordo com o seu art.º 211.º (*Versão Compilada do Tratado que institui a Comunidade Europeia*, União Europeia, 2002) – ou seja, exerce um poder executivo. Este poder é reforçado pela disposição através da qual o Conselho “atribui à Comissão, nos actos que adopta, as competências de execução das normas que estabelece.” (*idem*, art.º 202.º).

O poder executivo é, contudo, articulado com a capacidade de condicionar a agenda e o processo deliberativo. O Conselho delibera, em várias áreas, exclusivamente sob propostas apresentadas pela Comissão. Ou seja, a Comissão detém, nestes casos, a exclusividade da capacidade de iniciativa, despoletando o processo que culmina numa deliberação do Conselho, aprovando ou não a proposta apresentada. É o caso, por exemplo, da competência da UE para zelar pela aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados membros que tenham incidência directa no estabelecimento ou no funcionamento do mercado comum (Art.º 94.º), em que o Conselho delibera por unanimidade, sob proposta da Comissão. Outros exemplos correspondem à competência para zelar pela capacidade concorrencial da indústria (Art.º 157.º), ou para criar empresas ou estruturas para a execução de programas de investigação (Art.º 171.º e 172.º), em que o Conselho delibera por maioria qualificada, sob proposta da Comissão.

Outra competência relevante corresponde à capacidade atribuída à Comissão para formular “(...) recomendações ou pareceres sobre as matérias que são objecto do presente Tratado, quando este o preveja expressamente *ou quando tal seja por ela [Comissão] considerado necessário*” (*idem*, art.º 211.º, destaque nosso).

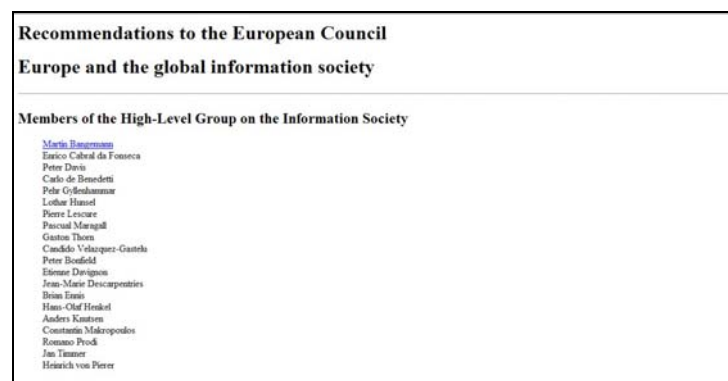
Estas disposições deixam uma ampla margem de liberdade à Comissão para a execução de normas, bem como para a formulação de propostas, recomendações e pareceres. Esta capacidade de intervenção traduziu-se, especificamente na área das

novas tecnologias de informação e comunicação, na aprovação de documentos, planos de acção, programas, quadros comunitários de apoio e iniciativas de que é efectuada, de seguida, uma breve caracterização.

Um dos primeiros documentos essenciais, nesta área, é o Livro Branco da Comissão *Crescimento, Competitividade, Emprego*, de Dezembro de 1993 (COM(93) 700 final). A sociedade da informação é identificada, no Capítulo 5 do documento, como um dos factores chave para a competitividade.

Em Maio de 1994, um grupo de trabalho liderado por Martin Bangemann apresenta ao Conselho Europeu um relatório com um conjunto de recomendações sobre a Europa e a sociedade da informação global (Conselho Europeu, 1994)<sup>74</sup>. Este texto, que se torna conhecido como o "Relatório Bangemann", apesar de não ser da autoria da Comissão, contribui para a criação de um consenso em torno do tema sociedade da informação que será essencial para a prossecução da sua actividade nesta área<sup>75</sup>.

**Figura 3.1.** Recomendações ao Conselho Europeu - A Europa e a Sociedade da Informação global (Relatório Bangemann)



<sup>74</sup> *Recommendations to the European Council – Europe and the global information society (Bangemann Report).*

<sup>75</sup> Veja-se, especificamente sobre esta questão, a página 5 e ss.

Este relatório confere especial importância à necessidade de redução das tarifas de telecomunicações, permitindo criar novas aplicações tecnológicas e estimular a utilização das infraestruturas existentes. De acordo com a análise efectuada no relatório, existe um sub-aproveitamento da capacidade instalada em que, por exemplo, as linhas de voz são utilizadas em média 20 minutos em cada 24 horas, enquanto alguns serviços de rede se encontram a funcionar a 20% da sua capacidade.

Uma das bases para a intervenção proposta no relatório Bangemann é a liberalização das telecomunicações, de forma a estabelecer uma situação de plena concorrência – aliás, este relatório será marcante, no percurso para a liberalização das telecomunicações. No entanto, a liberalização não produzirá suficientemente depressa, só por si, a massa crítica necessária para aumentar o investimento em novas redes e novos serviços.

De acordo com a perspectiva apresentada no documento, apenas pode ser criado um círculo virtuoso de procura e oferta, atingindo a referida massa crítica, se um número significativo de aplicações baseadas em redes de informação e serviços for lançado a nível Europeu. São, por esse motivo, apresentadas 10 aplicações da tecnologia moderna consideradas relevantes para a afirmação da sociedade da informação, em várias áreas, incluindo a economia, o ensino, a investigação, o tráfego rodoviário e aéreo e a administração pública.

Uma outra característica saliente no documento corresponde à abordagem da questão do financiamento da sociedade da informação. De acordo com a perspectiva assumida pelo grupo de trabalho, o seu financiamento é uma tarefa que cabe integralmente ao sector privado. É afirmado, por esse motivo, relativamente às 10 aplicações propostas, que não devem implicar um crescimento do investimento público: “it does NOT mean more public money, financial assistance, subsidies, dirigisme, or protectionism” (*idem*, sublinhado no original).

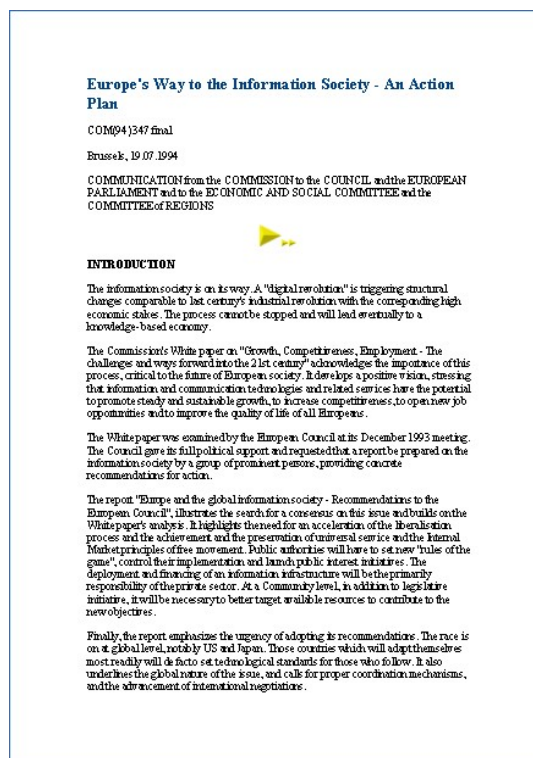
Este posicionamento face ao financiamento das infraestruturas e do investimento subjacente ao desenvolvimento da sociedade da informação é, a par do seu carácter pioneiro, uma das peças essenciais para a extensa repercussão política que o documento obtém. Começa a desenhar-se neste período, sobretudo a partir de meados da década de 1990, o surgimento de políticas europeias de limitação do défice orçamental e da dívida pública dos Estados membros. Este processo virá a culminar na adopção do Pacto de Estabilidade e Crescimento, em 1997, onde são reforçadas as

provisões dos Tratados respeitantes a disciplina orçamental e fiscal<sup>76</sup>. O surgimento de novas áreas de investimento e despesa pública é, desta forma, uma questão particularmente sensível, neste período.

Esta perspectiva sobre o financiamento da sociedade da informação, apesar de ser relativizada a partir de um certo ponto, marca de forma significativa as políticas públicas para a área – até, pelo menos, por volta de 1997.

Em Julho de 1994, a Comissão apresenta, a convite do Conselho, o documento *A via europeia para a sociedade da informação – Um plano de acção* (COM(94) 347 final) (Comissão Europeia, 1994).

**Figura 3.2.** A via europeia para a sociedade da informação – Um plano de acção



<sup>76</sup> Para mais informação sobre o Pacto de Estabilidade e Crescimento, veja-se a página do sítio na *Internet* da Comissão que lhe é dedicada, em

Este documento apresenta como justificação a necessidade de adaptação a um contexto de concorrência global: "The race is on at global level, notably US and Japan. Those countries which will adapt themselves most readily will *de facto* set technological standards for those who follow. [The report] also underlines the global nature of the issue, and calls for proper coordination mechanisms, and the advancement of international negotiations" (*idem*: 1).

A Comissão propõe, de acordo com esta perspectiva, um conjunto de medidas tendentes a reforçar a sua própria capacidade de intervenção na área ou, pelo menos, a ganhar ascendente sobre os governos nacionais. Exemplos desta tendência, no documento, são a liberalização do sector das telecomunicações, o estabelecimento de uma autoridade europeia do sector, a necessidade de adopção de *standards* a nível europeu e o incentivo de iniciativas na área das redes trans-europeias.

Este Plano de Acção conduz à criação, em Dezembro de 1994, do *Information Society Project Office (ISPO)*, integrado na estrutura da Comissão Europeia. Em Fevereiro de 1995, a Comissão decide criar o Fórum da Sociedade da Informação, constituído efectivamente em 13 de Julho do mesmo ano e composto por membros originários de sectores e grupos interessados no desenvolvimento da sociedade da informação, da área académica, dos sindicatos, indústria, representantes dos utilizadores, associações, organizações não governamentais e sector público (Cram, 1999: 166)<sup>77</sup>.

O objectivo explícito que presidiu à constituição do Fórum consiste na criação de um corpo independente com poderes consultivos, com o propósito de contribuir para o debate e a reflexão sobre a sociedade da informação e aconselhar e indicar à Comissão os projectos que devem ser assumidos como prioritários. A Comissão assume, desta forma, uma estratégia em que recorre a diversos tipos de actores, no estabelecimento de relações privilegiadas, para consolidar a sua posição e a sua capacidade de intervenção na área da sociedade da informação. O Fórum assume

---

[http://ec.europa.eu/economy\\_finance/about/activities/sgp/sgp\\_en.htm](http://ec.europa.eu/economy_finance/about/activities/sgp/sgp_en.htm) (ultima visualização a 23 de Janeiro de 2006).

<sup>77</sup> Para mais informação sobre o Fórum da Sociedade da Informação, veja-se <http://europa.eu.int/ISPO/policy/isf/Welcome.html> (último acesso a 1 de Fevereiro de 2005). É possível encontrar uma lista de membros do Fórum em [http://europa.eu.int/ISPO/policy/isf/i\\_members.html](http://europa.eu.int/ISPO/policy/isf/i_members.html). Esta lista, actualizada em Dezembro de 2000, conta com um *Steering Committee* com 10 elementos e com um conjunto de 88 membros. Figuram, nesta lista, 3 membros portugueses: José Magalhães, identificado como membro do parlamento português, Maria José Moura, do Conselho Superior de Bibliotecas Portuguesas e Maria Odete Santos, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Esta lista não pode, contudo, ser considerada como representativa do enquadramento institucional do total dos membros do Fórum, na medida em que não existe, por exemplo, nenhum membro



explicitamente, aliás, uma posição de representação dos interesses dos cidadãos surpreendente, pela forma como secundariza o papel desempenhado pelos governos nacionais, remetendo-os a um plano, pelo menos no nível do discurso, inferior ao das instituições europeias, e ao nível dos "outros sectores", reservando-lhes a última referência: "the Forum will continue to play its role of authoritative source of reflection, debate and advice, and will broaden its scope and visibility interacting with all EU Institutions, as well as with the other sectors and national Governments with the final aim to support and represent the European citizens needs"<sup>78</sup>.

A 24 de Julho de 1996, a Comissão apresenta uma comunicação ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, com o título *A Sociedade da Informação: de Corfu a Dublin. As novas prioridades emergentes* (Comissão Europeia, 1996c)<sup>79</sup>. Esta comunicação efectua um balanço do caminho percorrido na área da sociedade da informação desde a Cimeira de Corfu, a 24 e 25 de Junho de 1994, com o objectivo de preparar um plano de acção revisto, a apresentar aos Estados membros a tempo do Conselho de Dublin, a realizar em Dezembro de 1996, no encerramento da quinta presidência irlandesa do Conselho<sup>80</sup>.

São indicadas, no texto, quatro linhas de intervenção, consideradas igualmente prioritárias, para as políticas europeias nesta área: um ambiente propício, que favoreça a utilização de telecomunicações, por parte das empresas; o investimento no futuro, através de investigação e desenvolvimento na área da sociedade da informação; colocar as pessoas no centro, privilegiando políticas sociais e questões como a protecção do consumidor ou a melhoria da qualidade dos serviços públicos; e, por fim, a adopção de políticas num quadro de referência global, levando em conta o processo de globalização e a necessidade de definir regras a um nível alargado.

---

português proveniente do meio académico ou da indústria – que representam um número significativo do total dos membros da instituição.

<sup>78</sup> [http://europa.eu.int/ISPO/policy/isf/i\\_mission.html](http://europa.eu.int/ISPO/policy/isf/i_mission.html) (último acesso a 1 de Fevereiro de 2005).

<sup>79</sup> *The Information Society: From Corfu to Dublin. The new emerging priorities.*

<sup>80</sup> A Irlanda assumiu a presidência, antes de 1996, em 1990 (primeiro semestre), 1984 (segundo semestre), 1979 (segundo semestre) e 1975 (primeiro semestre). Veja-se, para uma lista das presidências, a página do sítio na *Internet* do Conselho, em [http://www.consilium.europa.eu/cms3\\_fo/showPage.asp?id=719&lang=en&mode=g](http://www.consilium.europa.eu/cms3_fo/showPage.asp?id=719&lang=en&mode=g) (última visualização em 12 de Janeiro de 2006).

**Figura 3.3.** A Sociedade da Informação: de Corfu a Dublin. As novas prioridades emergentes



Esta comunicação é acompanhada de quatro documentos sobre o desenvolvimento de políticas para as áreas acima referidas, definindo orientações fundamentais. Os documentos apresentados consistem numa comunicação sobre as implicações da sociedade da informação para as políticas da União Europeia (Comissão Europeia, 1996d), no *Livro Verde Viver e trabalhar na sociedade da informação: prioridade à dimensão humana* (Comissão Europeia, 1996b), numa Comunicação sobre a normalização e a sociedade da informação (Comissão Europeia, 1996a) e num projecto de Directiva sobre a transparência da regulamentação, no mercado interno, dos serviços da sociedade da informação (Comissão Europeia, 1996e)<sup>81</sup>.

---

<sup>81</sup> Os dois últimos documentos não foram integrados no corpo de análise, uma vez que abordam questões específicas, em que não se encontra directamente em causa a discussão de um modelo de sociedade.

**Figura 3.4.** Comunicação sobre as implicações da sociedade da informação para as políticas da União Europeia

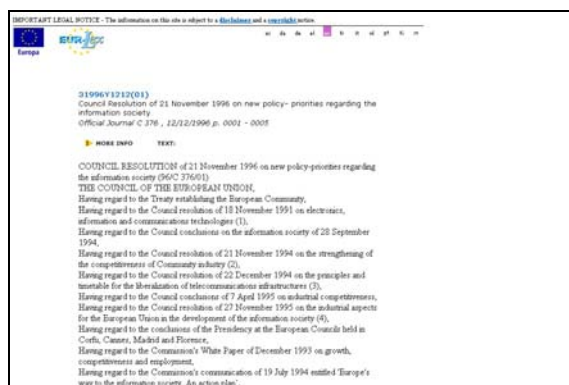
Communication to the Council, the European Parliament, the Economic and Social Committee and the Committee of the Regions	
**	
<b>"The Implications of the Information Society for European Union Policies Preparing the next steps"</b>	
<b>1. INTRODUCTION</b>	
<b>2. FUTURE POLITICAL PRIORITIES</b>	
<b>2.1. Improving the Business Environment</b>	
a. Making a Success of 1999	
b. Making the Internal Market Eff	
c. Facilitating Industrial Change	
<b>2.2. Investing in the Future</b>	
a. Investing on Knowledge Base	
b. Investing Education and Training	
c. Addressing Sustainable Development	
<b>2.3. People at the Centre</b>	
a. Enhancing European Integration	
b. Protecting Consumer Interests	
c. Improving Public Sector Services	

**Figura 3.5.** Livro Verde Viver e trabalhar na sociedade da informação: prioridade à dimensão humana

GREEN PAPER LIVING AND WORKING IN THE INFORMATION SOCIETY: PEOPLE FIRST	
This document is also available in other languages and formats <a href="#">here</a>	
<b>Contents</b>	
1. People first in the Information Society - executive summary	
1.1. Working in the Information Society (Chapter 2)	
1.2. Fundamentals in the Information Society (Chapter 4)	
1.3. Cohesion, Learning in the Information Society (Chapter 5)	
1.4. Challenge scenarios for the Information Society (Chapter 6)	
2. Why a Green Paper? - invitation to a political, social and civil dialogue	
3. Working in the Information Society	
3.1. The concrete, skill revolution and job insecurity	
3.2. The facts, a new world of work	
3.3. The first challenge: to build knowledge and raise awareness of new forms of work organisation	
3.4. The second challenge: to ensure that SMEs take full advantage of the IC	
3.5. The third challenge: to modernise the institutions of working life	
3.6. A new context for society	
3.7. A new culture of participation	
3.8. Comments for further reflection	

A 21 de Novembro de 1996, o Conselho adopta uma resolução relativa às novas prioridades políticas resultantes da sociedade da informação (Conselho da União Europeia, 1996)<sup>82</sup>.

**Figura 3.6.** Resolução do Conselho, de 21 de Novembro de 1996, relativa às novas prioridades políticas resultantes da sociedade da informação



Poucos dias depois, a 28 de Novembro, é publicado pela Comissão o documento *A Europa na vanguarda da sociedade da informação global - Plano de acção evolutivo* (Comissão Europeia, 1996g)<sup>83</sup>.

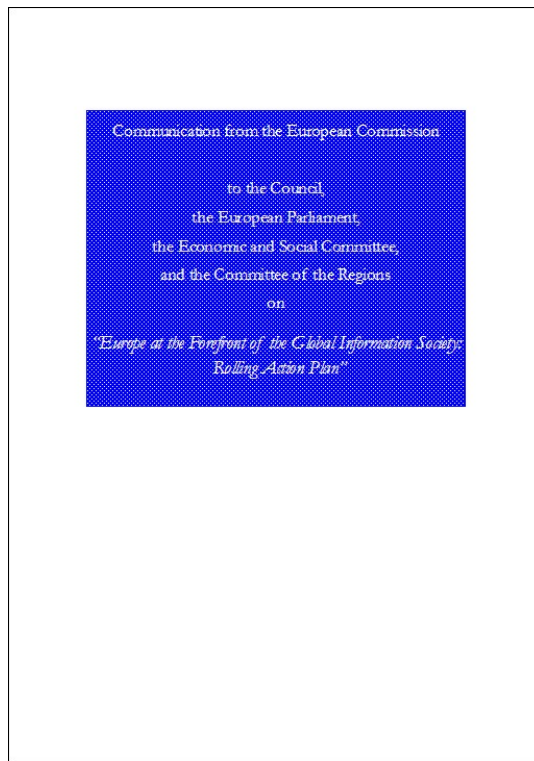
Este plano de acção possui, para além do texto da comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Social e Económico e ao Comité das Regiões, um anexo em que são apresentadas as acções propostas e a adoptar<sup>84</sup>.

<sup>82</sup> Council Resolution of 21 November 1996 on new policy-priorities regarding the information society.

<sup>83</sup> *Europe at the Forefront of the Global Information Society: Rolling Action Plan COM(96)607 final.*

<sup>84</sup> Encontram-se, no sítio na *Internet* em que foi localizada a versão final do documento (<http://europa.eu.int/idabc/en/document/3626/5658>), três ficheiros, em Acrobat. O primeiro corresponde ao texto da comunicação apresentada pela Comissão e os restantes ao anexo, em que são discriminadas as acções que fazem parte do plano. Uma vez que todos os ficheiros dizem respeito ao mesmo documento (com a mesma referência COM), foi tomada a iniciativa de os consolidar no mesmo ficheiro.

**Figura 3.7.** A Europa na vanguarda da sociedade da informação global - Plano de acção evolutivo



O papel do Parlamento Europeu, do Comité Económico e Social e do Comité das Regiões consiste, no quadro deste tipo de actividade, em formular o seu parecer sobre as prioridades e orientações apresentadas pela Comissão. A Comissão surge, desta forma, como um actor que conduz o processo, reservando aos restantes agentes um papel reactivo às suas iniciativas.

O sector das telecomunicações móveis apresenta um exemplo curioso da intervenção e condução do processo, por parte das instituições europeias. Os Estados membros utilizavam, no início da década de 1980, várias normas diferentes de comunicações móveis, incompatíveis entre si (como as normas NMT 450, nos países nórdicos e no Benelux; TACS, no Reino Unido; Radiocom 2000, em França, ou RTMI/RTMS, em Itália).

Não era possível, por este motivo, utilizar um telemóvel num país em que a norma em vigor fosse diferente da do seu país de origem. Ou seja, a possibilidade de *roaming*

era muito limitada ou, no caso de vários países, completamente inexistente. Um telemóvel apenas podia ser utilizado, na maior parte dos países, no país em que tinha sido adquirido.

Em 1982, a associação que congregava as administrações dos sectores dos correios e telecomunicações de um total de 26 países europeus, a *Conférence des Administrations Européennes des Postes et Télécommunications* (CEPT), cria um grupo com o objectivo de desenvolver uma especificação pan-europeia de comunicações móveis – o *Groupe Spéciale Mobile* (GSM). Em meados da década de 1980 o projecto recebe o apoio e é, gradualmente, assumido pela Comissão Europeia, vindo a mudar posteriormente a sua designação de *Groupe Spéciale Mobile* para *Global System for Mobile Communications*, e mantendo o acrónimo GSM.

O apoio da Comissão Europeia centrou-se predominantemente na disponibilização de fundos para o desenvolvimento e teste das especificações técnicas, através de projectos de investigação comunitários, a par da apresentação ao Conselho de uma proposta de directiva, que veio a impor aos Estados membros a reserva de frequências de banda específicas para permitir o funcionamento da norma – Directiva 87/372/EEC (Conselho das Comunidades Europeias, 1987).

A primeira fase de especificações GSM é lançada em 1990. O ritmo de adesão à norma GSM cresce de forma a atingir, em 2001, cerca de 260 milhões de utilizadores, nos Estados membros. O resultado deste êxito na Europa veio a implicar a sua utilização de forma mais alargada, tornando-se na norma global de telecomunicações móveis, utilizada em mais 130 países<sup>85</sup>.

A história do desenvolvimento da norma GSM é curiosa enquanto exemplo de um processo de *spill-over*, tal como o descrevemos acima, na forma como a Comissão Europeia assume competências e capacidade de intervenção. A organização que despoleta o processo, a CEPT, congrega administrações dos sectores dos correios e telecomunicações – sectores que, é conveniente lembrar, se encontravam geralmente em situação de monopólio estatal, na altura. Ou seja, é uma organização integralmente composta por membros directa e exclusivamente dependentes dos governos nacionais. Quando as várias administrações concordam na conjugação de esforços e cooperação para a criação de uma norma pan-europeia, surgem dois tipos centrais de obstáculos: o financiamento do trabalho de investigação e

desenvolvimento necessário (quem paga o quê?), e a obtenção de um acordo que permita assegurar que a frequência de banda disponibilizada para o seu funcionamento é a inicialmente considerada adequada pelo grupo de trabalho *GSM* (na banda dos 900MHz), e a mesma em todos os países – sendo que, em vários países, essa frequência se encontrava já reservada para outras utilizações, pelos governos nacionais.

Dada a necessidade de encontrar uma plataforma de base para assegurar a continuação do processo, o recurso à União Europeia conseguiu afirmar-se como a forma mais eficiente de redução da complexidade da negociação e dos custos inerentes às transacções entre os vários Estados. Ou seja, os Estados membros concordaram em ceder à União Europeia e, muito particularmente, à Comissão, a soberania e a capacidade de impor a si próprios (Estados membros), as regras e os próximos passos a adoptar, neste processo. A história do *GSM* divulgada pela *GSM Association* confirma explicitamente esta situação:

Pressure from countries like France and West Germany encouraged the Commission of the European Communities to outline the situation to the Heads of Member States at a meeting in December 1986. The result was a recommendation and a Directive which between them laid the political foundations for the development of GSM. (*GSM Association*, 1997)

Esta evolução pode ser enquadrada na perspectiva que Sandholtz e Stone Sweet mencionam, na análise do processo de integração europeia, segundo a qual “transactors seek to reduce obstacles, which triggers a process leading to the production of EC rules” (1998: 13).

O poder assumido pela Comissão surge, neste caso, através de um processo em que alguns países exercem pressão, incentivando a Comissão a assumir um papel activo e preponderante, subseqüentemente aceite e validado pelos Estados membros.

Esta leitura parece adequar-se, à primeira vista, a uma interpretação intergovernamentalista do papel desempenhado pelas instituições europeias, na medida em que estas surgem como um fórum eficiente para a negociação e a

---

<sup>85</sup> Veja-se, para mais informação sobre a história do GSM, o sítio na *Internet* da *GSM Association*, em <http://www.gsmworld.com>, particularmente a *History of GSM*, em <http://www.gsmworld.com/about/history/index.shtml> (último acesso em Janeiro de 2005).

articulação dos interesses dos vários Estados membros, como a interpretação proposta por Moravcsik (1993) sugere. Contudo, a obtenção de poder e capacidade de intervenção é acompanhada de uma autonomia, pelo menos relativa, de que as instituições europeias passam a dispor. Esse poder pode ser utilizado, em determinados momentos, (e foi-o, efectivamente) de forma independente dos interesses imediatos ou isolados dos estados.

Não se pretende, com esta interpretação, afirmar que a Comissão Europeia detém a mesma capacidade de intervenção sobre a realidade interna dos Estados membros que os governos nacionais, ou que detém total autonomia na sua intervenção. Os Estados membros são os principais agentes do processo de definição de políticas, na União Europeia, com a capacidade de se pronunciar sobre as propostas apresentadas pela Comissão, sobretudo através do Conselho. Contudo, como refere Cram (1999), os Estados membros nem sempre têm conseguido antecipar totalmente as consequências das suas acções.

Um exemplo do reconhecimento explícito desta incapacidade consiste no comentário de Thatcher sobre o Comité ad hoc para assuntos institucionais (*Ad hoc Committee for Institutional Affairs*, habitualmente designado como Comité Dooge). Esta instituição foi criada com o objectivo de apresentar sugestões para o aprofundamento da cooperação entre os Estados membros, e cujo relatório final (*Ad hoc Committee for Institutional Affairs*, 1985) veio a constituir a base de trabalho para o Acto Único Europeu e o ponto de partida para a Conferência Intergovernamental que preparou o Tratado de Maastricht. Margaret Thatcher refere-se à criação do Comité como "one of those gestures which seem to be of minor significance at the time but adopt a far greater one in the light of events" (Thatcher, 1993: 549, citado em Cram, 1999: 5).

Os Estados membros podem, desta forma, confrontar-se com efeitos não pretendidos das suas decisões, e estes efeitos podem implicar consequências relevantes sobre o processo de integração europeia. As tentativas da Comissão para maximizar a sua autonomia face aos Estados membros são encaradas, na abordagem aqui adoptada, como uma iniciativa possível devido a decisões e atitudes anteriormente adoptadas pelos Estados – mas com consequências que estes não subscrevem integralmente.

Um outro exemplo, directamente relacionado com o anterior, do poder e da capacidade de intervenção da União Europeia e, mais especificamente, da Comissão Europeia, na área da sociedade da informação, consiste no processo de liberalização das telecomunicações.



O objectivo de liberalização dos segmentos de mercado na área das telecomunicações que se encontravam sujeitos a regimes de monopólio é explicitamente assumido pela Comissão Europeia, em 1987, no Livro Verde para o desenvolvimento do mercado comum para os equipamentos e serviços de telecomunicações (Comissão Europeia, 1987). O primeiro calendário para a liberalização é definido através de uma Resolução do Conselho da União Europeia (1993), sob propostas concretas, contudo, da Comissão. Em Maio de 1994, o Relatório Bangemann (Conselho Europeu, 1994), que adquire ampla notoriedade pública e mobiliza o debate sobre as questões relacionadas com as novas tecnologias, sublinha aos Estados membros a necessidade de acelerar o processo em curso de liberalização das telecomunicações, através da abertura ao mercado das infraestruturas e dos serviços ainda em regime de monopólio. O consenso proveniente do Relatório Bangemann confere à Comissão o espaço para a apresentação, às restantes instituições europeias e aos Estados membros, de um Plano de Acção para a Sociedade da Informação, em Julho (Comissão Europeia, 1994), em que é reforçada, mais uma vez, a necessidade de acelerar o processo de liberalização (*ibidem*: 3). No fim do mesmo ano, a Comissão apresenta a primeira parte de um Livro Verde sobre a liberalização da infraestrutura de telecomunicações e de redes de televisão por cabo, concluído no início do ano seguinte (Comissão Europeia, 1994a e 1995).

Neste processo, as instituições europeias e, de uma forma especial, a Comissão, adoptaram uma posição de liderança do processo, chamando a si a definição de objectivos e de medidas, bem como a respectiva calendarização. Simultaneamente, a Comissão conseguiu dispor de um amplo espaço de manobra na condução do processo, impondo aos Estados membros decisões que reuniam, à partida, várias condições para suscitar a sua forte resistência. De facto, as consequências deste processo consistem na abertura do mercado de telecomunicações (móveis, fixas e por satélite) à concorrência e no início do processo de privatização dos grandes operadores nacionais de telecomunicações (como a Deutsche Telekom ou a France Telecom)<sup>86</sup> – considerados como estratégicos, pela sua área de actividade, e uma importante fonte de receitas directas para o Estado. Com a privatização, não só os Estados membros perdem as receitas directas como começam também a perder controlo sobre a estrutura accionista da empresa.

---

<sup>86</sup> Com a excepção da Inglaterra, que liberalizou as telecomunicações em 1981 (Sandholtz e Stone Sweet, 1998: 134).

A Grécia, Irlanda, Luxemburgo e Portugal apresentaram pedidos de derrogação do calendário definido para a liberalização das telecomunicações. A competência para analisar estes pedidos recaiu sobre a Comissão, que fez sentir o seu poder: "A Comissão está a analisar esses pedidos, sendo as decisões tomadas após um processo de consultas públicas. No entanto, dada a importância para toda a economia de um sector das telecomunicações liberalizado, propõe-se aos Estados membros que pediram derrogações que reduzam o prazo solicitado ou, quando não se justificarem, que renunciem a elas." (Comissão Europeia, 1996d: 4).

Esta tomada de posição, em que a Comissão assume um claro ascendente sobre os Estados membros, adquirindo alguma autonomia impositiva perante estes, tornou-se possível devido à evolução da interpretação de disposições do Tratado que institui a Comunidade Europeia, em que o papel desempenhado pelo Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias é determinante. É necessário, contudo, para dar conta deste processo, recuar até ao final da década de 1970.

Em 1979, a Telespeed Services Limited, uma empresa privada inglesa, apresenta uma queixa, na Comissão Europeia, contra a British Telecom. A queixa baseava-se no facto de a British Telecom não permitir a utilização dos seus serviços, por parte de empresas inglesas, para o reencaminhamento de mensagens de telex internacionais, de forma a aproveitar as diferenças existentes entre tarifas em vigor. De acordo com a empresa que apresenta a queixa, esta disposição infringe as regras de concorrência estabelecidas nos Art.<sup>os</sup> 85.<sup>o</sup> e 86.<sup>o</sup> do Tratado da Comunidade Europeia<sup>87</sup>.

---

<sup>87</sup> O texto integral do artigo 85.<sup>o</sup> é o seguinte:

1. São incompatíveis com o mercado comum e proibidos todos os acordos entre empresas, todas as decisões de associações de empresas e todas as práticas concertadas que sejam susceptíveis de afectar o comércio entre os Estados membros e que tenham por objectivo ou efeito impedir, restringir ou falsear a concorrência no mercado comum, designadamente as que consistam em:
  - a) Fixar, de forma directa ou indirecta, os preços de compra ou de venda, ou quaisquer outras condições de transacção.
  - b) Limitar ou controlar a produção, a distribuição, o desenvolvimento técnico ou os investimentos.
  - c) Repartir os mercados ou as fontes de abastecimento.
  - d) Aplicar, relativamente a parceiros comerciais, condições desiguais no caso de prestações equivalentes colocando-os, por esse facto, em desvantagem na concorrência.
  - e) Subordinar a celebração de contratos à aceitação, por parte dos outros contraentes, de prestações suplementares que, pela sua natureza ou de acordo com os usos comerciais, não têm ligação com o objecto desses contratos.
2. São nulos os acordos ou decisões proibidos pelo presente artigo.
3. As disposições no n.<sup>o</sup> 1 podem, todavia, ser declaradas inaplicáveis:

A Comissão adopta, em Dezembro de 1982, na sequência desta queixa, uma Decisão através da qual impõe à British Telecom o levantamento das restrições, aceitando o argumento apresentado pela Telespeed (Comissão Europeia, 1982, Decisão 82/861/EEC).

Em 1983, a Itália inicia um processo no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias contra a Comissão Europeia (a que se junta o Reino Unido), contestando a decisão. Este processo conduz a um Acórdão, em Março de 1985 (Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, 1985, Caso 41/83), em que é confirmada a interpretação da Comissão sobre os princípios da concorrência – particularmente do Art.º 86.º.

Em Outubro do mesmo ano, o Tribunal confirma a aplicação do mesmo artigo aos monopólios estatais, também na área das telecomunicações, no Acórdão do processo entre uma companhia belga de estudos de mercado e *telemarketing* (CBEM), por um lado, e a *Compagnie Luxembourgeoise de Télédiffusion* (CLT) e a *Information Publicité Benelux* (IPB), por outro (Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, 1985ª, Caso 311/84). Neste caso, a CLT (gestora da estação de televisão luxemburguesa RTL) e a IPB (responsável exclusiva pela exploração da sua publicidade), pretendiam

- 
- a qualquer acordo, ou categoria de acordos, entre empresas;
  - a qualquer decisão, ou categoria de decisões, de associações de empresas; e
  - a qualquer prática concertada, ou categoria de práticas concertadas, que contribuam para melhorar a produção ou a distribuição dos produtos ou para promover o progresso técnico ou económico, contanto que aos utilizadores se reserve uma parte equitativa do lucro daí resultante, e que:
    - a) Não imponham às empresas em causa quaisquer restrições que não sejam indispensáveis à consecução desses objectivos.
    - b) Nem dêem a essas empresas a possibilidade de eliminar a concorrência relativamente a uma parte substancial dos produtos em causa.

O texto do Art.º 86.º tem a seguinte redacção:

É incompatível com o mercado comum e proibido, na medida em que tal seja susceptível de afectar o comércio entre os Estados membros, o facto de uma ou mais empresas explorarem de forma abusiva uma posição dominante no mercado comum ou numa parte substancial deste. Estas práticas abusivas podem, nomeadamente, consistir em:

- a) Impor, de forma directa ou indirecta, preços de compra ou de venda ou outras condições de transacção não equitativas.
- b) Limitar a produção, a distribuição ou o desenvolvimento técnico em prejuízo dos consumidores.
- c) Aplicar, relativamente a parceiros comerciais, condições desiguais no caso de prestações equivalentes colocando-os, por esse facto, em desvantagem na concorrência.
- d) Subordinar a celebração de contratos à aceitação, por parte dos outros contraentes, de prestações suplementares que, pela sua natureza ou de acordo com os usos comerciais, não têm ligação com o objecto desses contratos.

limitar a divulgação de anúncios de serviços de telemarketing exclusivamente a números de telefone do IPB – impedindo, desta forma, companhias como a CBEM de apresentar anúncios com o seu número de telefone. De acordo com o entendimento do Tribunal, esta limitação consiste num abuso de posição dominante, implicando o levantamento das limitações impostas pela CLT e pela IPB.

A Comissão explorou a oportunidade criada por estas decisões para a redacção de duas directivas, em 1988 e 1990 – a Directiva 88/301/EEC e a Directiva 90/388/ECC (Comissão Europeia 1988 e 1990, respectivamente), que permitem estabelecer as bases para liberalização das telecomunicações. Estas directivas apoiam-se, em primeiro lugar, na interpretação efectuada pelo Tribunal de Justiça das disposições sobre a concorrência constantes do Tratado de Roma, e na consequente legitimidade conferida à Comissão Europeia para assumir um papel relevante nesta área. A Comissão procurou, contudo, também o apoio de outros parceiros, preparando as directivas com conhecimento prévio de que um conjunto relevante de actores (indústria, operadores e associações de utilizadores) apoiava os seus objectivos de liberalização (Sandholtz e Stone Sweet, 1998: 155).

Em alguns casos, os textos da Comissão referem ainda outros agentes relevantes, de que se aproxima. Um documento de 1996 refere, por exemplo, de forma explícita, o papel das entidades reguladoras nacionais: “O êxito de 1998 depende não só da adopção oportuna do quadro regulamentar, mas, cada vez mais, da sua aplicação efectiva. Uma transposição incompleta, divergente ou tardia, bem como uma aplicação ineficaz do pacote regulamentar a nível dos Estados membros, poderá conduzir a distorções, quer da concorrência, quer do funcionamento do mercado interno. *As entidades regulamentadoras nacionais terão de dispor dos recursos e da independência necessários para assumirem inteiramente o seu papel nesta matéria.* As mudanças a enfrentar equiparam-se sob muitos aspectos às enfrentadas na implementação do mercado único.” (Comissão Europeia, 1996d: 4, destaque nosso).

A capacidade e a latitude da intervenção das instituições europeias e, em particular, da Comissão, na liberalização das telecomunicações não devem, contudo, ser tomadas como paradigma da sua intervenção em outras áreas. Como refere Pollack, “The Commission’s aggressive use of Art. 90 to liberalize the telecommunications sector in the 1990s is one of the most spectacular and conflictual examples of Commission activity in any area of policy”. (Pollack, em Sandholtz e Stone Sweet, 1998: 230).

Este processo, descrito e teoricamente interpretado de forma detalhada por Sandholtz (Sandholtz e Stone Sweet, 1998: 134-163), pode ser sintetizado na formulação proposta por Sandholtz e Stone Sweet:

In short, the European Court of Justice reinterpretation of the Treaty enabled the Commission, supported by transnational coalitions, to effect a liberalization of telecommunications that was faster, more far-reaching, and more coordinated at the EC level than almost any of the member governments wanted at any stage along the way. (Sandholtz e Stone Sweet, 1998: 18)

Existem, ainda, alguns exemplos ilustrativos da intervenção e do papel desempenhado pelas instituições europeias nesta área, depois do lançamento do processo de liberalização das telecomunicações.

A Comissão cria, em Maio de 1995, um Grupo de Peritos de Alto Nível, com o objectivo de analisar de forma global os desafios da sociedade da informação. Este grupo inclui membros de vários países, de origem essencialmente académica e empresarial (que conta, entre outros, com Manuel Castells e Luc Soete), com o mandato de elaboração de um relatório independente sobre os novos desafios na construção da sociedade da informação.

Este grupo publica, em Janeiro de 1996, um primeiro relatório de progresso, com o título *Construir a Sociedade Europeia da Informação para Todos - Primeiras reflexões* (Grupo de Peritos de Alto Nível, 1996). De acordo com a leitura proposta neste primeiro relatório, o debate em curso sobre a sociedade da informação encontra-se predominantemente orientado para questões de natureza técnica e tecnológica, sobretudo no que diz respeito a desafios tecnológicos, a problemas de infra-estruturas e ao ambiente económico e regulamentar mais favorável à melhoria da divulgação e da utilização das tecnologias de informação e comunicação. Esta orientação é considerada como compreensível, numa fase inicial do processo de construção da sociedade da informação, e num cenário de preocupação com o atraso da Europa em sectores importantes das tecnologias de ponta, como os semicondutores, a microelectrónica ou outras tecnologias consideradas como fundamentais para a sua competitividade global.

Como o próprio grupo tem a preocupação de referir, não se pretende sugerir, com esta leitura, uma inexistência de estudos ou de debates políticos sobre as questões

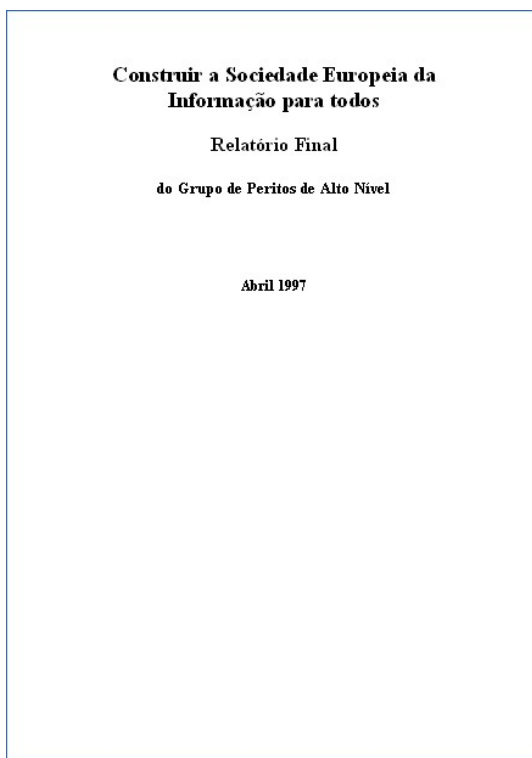
mais latas, de natureza social (Grupo de Peritos de Alto Nível, 1997: 11-12). É, contudo, considerado que as questões sociais não estiveram, até esse momento, no centro do debate político. O Grupo de Peritos estabelece, por esse motivo, como ponto central para o seu próprio trabalho, a análise dos aspectos sociais da sociedade da informação.

Em Abril de 1997 é publicado o seu relatório final, *Construir a Sociedade Europeia da Informação para Todos* (Grupo de Peritos de Alto Nível, 1997). Apesar de continuar a atribuir destaque a várias questões de natureza técnica e tecnológica, como as infra-estruturas ou as formas de regulação a adoptar por instituições europeias e nacionais, existe uma evidente preocupação em abordar estas questões através da dimensão social dos desafios identificados. Este relatório é, por isso, dos primeiros documentos, no âmbito da análise realizada, a tentar colocar no centro a dimensão social da sociedade da informação – não só no que diz respeito à igualdade de acesso, como à aquisição e divulgação de conhecimento ou, ainda, ao pluralismo, à transparência ou à democracia no funcionamento do sistema. Após a publicação do relatório intercalar do grupo de peritos, o Fórum Sociedade da Informação apresentou o seu primeiro relatório anual, em que segue linhas de reflexão próximas e complementares às assumidas pelo Grupo de Peritos de Alto Nível, no seu primeiro documento.

Foram estabelecidos neste período, para além do Fórum Sociedade da Informação, outros grupos de peritos e grupos consultivos, nacionais e europeus – alguns dos quais foram directamente envolvidos na formulação de políticas públicas para a área. O programa de acção *A Europa na Vanguarda da Sociedade Global da Informação* (Comissão Europeia, 1996g), publicado entre o relatório intercalar e o relatório final do Grupo de Peritos de Alto Nível, destaca, de igual forma, a dimensão social do modelo emergente de sociedade da informação.

A influência do relatório intercalar do Grupo de Peritos de Alto Nível é, aliás, de certa forma reclamada pelo próprio grupo, no seu relatório final: “congratulamo-nos com esta mudança de prioridades e esperamos que o relatório intercalar do Grupo de Peritos de Alto Nível, e o debate subsequente, possam ter contribuído, embora de forma modesta, para que esta mudança se tornasse uma realidade” (*idem*: 12-13).

**Figura 3.8.** Construir a sociedade da informação para todos



A Comissão marca mais uma vez, deste modo, a agenda do debate sobre a sociedade da informação, através da publicação e divulgação de um documento que coloca em destaque a sua dimensão social, de uma forma pouco usual até aí, e que influenciará vários documentos publicados posteriormente.

Uma outra área em que este relatório marca uma diferença, face aos documentos anteriores, é respeitante ao modelo de financiamento da sociedade da informação. O Grupo de Peritos de Alto Nível assume, de forma clara, uma leitura diferente da proposta no Relatório Bangemann, e que até então se afirmara como predominante, na formulação e adopção de políticas públicas.

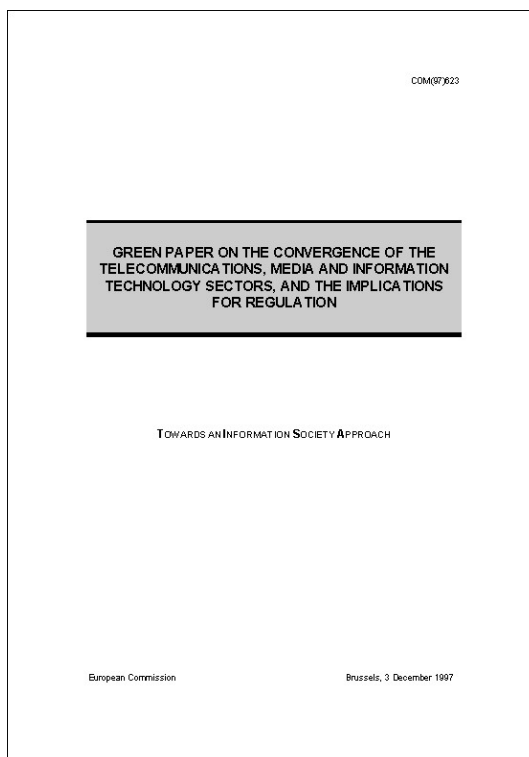
É reconhecido, no relatório, o papel essencial das instituições públicas enquanto reguladoras, defensoras da concorrência e empenhadas na criação de condições nas quais os investimentos, os mercados e os serviços possam prosperar – como previsto no Relatório Bangemann (Conselho da União Europeia, 1994). Contudo, a atribuição do desenvolvimento da sociedade da informação exclusivamente ao sector privado - ideia inicialmente expressa no Relatório Bangemann e posteriormente desenvolvida em vários documentos da União Europeia, é vista como particularmente redutora, sendo afirmado que esta "(...) constitui, na nossa opinião, uma abordagem excessivamente minimalista do papel das autoridades públicas nesse processo" (Grupo de Peritos de Alto Nível, 1997: 25).

O relatório do grupo de peritos reserva ao sector público, na sequência desta leitura, um papel mais relevante do que o atribuído nos documentos anteriores. Esta perspectiva implica o reconhecimento, no texto, de que, para além da intervenção pública na regulamentação dos mercados da sociedade da informação, os serviços públicos devem ser encarados como motor do crescimento da sociedade da informação. Esta é uma segunda área em que o relatório do grupo de peritos representa uma descontinuidade, sobressaindo face aos documentos anteriores.

*O Livro Verde Relativo à Convergência dos Sectores das Telecomunicações, dos Meios de Comunicação Social e das Tecnologias de Informação e às suas Implicações na Regulamentação* (Comissão Europeia, 1997a), no final de 1997, é outra iniciativa a consolidar a posição da Comissão nesta área, lançando o tema e marcando a agenda do debate sobre a convergência dos vários sectores, no percurso para a sociedade da informação.



**Figura 3.9.** Livro Verde Relativo à Convergência dos Sectores das Telecomunicações, dos Meios de Comunicação Social e das Tecnologias de Informação e às suas Implicações na Regulamentação



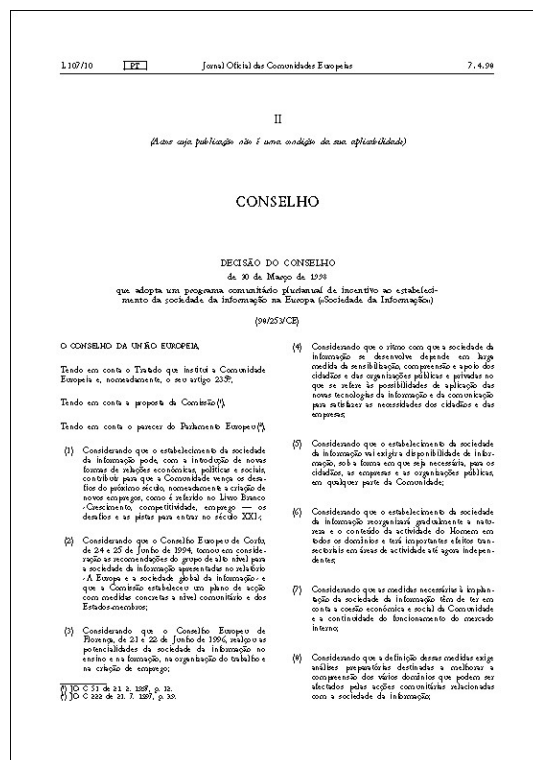
Em 1998, é lançado o quinto Quadro Comunitário de Apoio (QCA), gerido pela Comissão Europeia, e que define prioridades nas áreas da investigação e desenvolvimento tecnológico para o período até 2002. O programa *Information Society Technologies* (IST)<sup>88</sup>, inserido no 5.º QCA e gerido pela Direcção Geral (DG) Sociedade da Informação, abrange e estende os objectivos de vários programas anteriormente existentes (ACTS, ESPRIT e Aplicações Telemáticas), na área da sociedade da informação, e recebe, para este período, um orçamento de 3,6 mil milhões de ecus.

---

<sup>88</sup> Para mais informação sobre o programa *Information Society Technologies*, veja-se <http://www.cordis.lu/ist/home.html> (último acesso em Janeiro de 2005).

Também em 1998, é lançado pelo Conselho da União Europeia, de acordo com proposta da Comissão e parecer do Parlamento Europeu, um programa comunitário plurianual de incentivo ao estabelecimento da sociedade da informação na Europa.

**Figura 3.10.** Decisão do Conselho, de 30 de Março de 1998, que adopta um programa comunitário plurianual de incentivo ao estabelecimento da sociedade da informação na Europa



Este programa tem como objectivos aumentar a sensibilização face às questões da sociedade da informação, otimizar os seus benefícios e “reforçar o papel e a visibilidade da Europa no âmbito da dimensão mundial na sociedade da informação” (Conselho da União Europeia, 1998: L 107/11). O programa recebe uma dotação orçamental de 25 milhões de ecus, a repartir por acções de sensibilização, de optimização dos seus benefícios e de cooperação internacional, para um período de cinco anos – entre 1 de Janeiro de 1998 e 31 de Dezembro de 2002.

Uma parte da dotação orçamental do programa destina-se explicitamente ao apoio a um Fórum da sociedade da informação, constituído por representantes de um conjunto alargado de interesses, abrangendo os domínios industrial, académico, dos média, dos sindicatos e dos grupos de consumidores e utilizadores, e “que aconselhem a Comissão quanto aos desafios a ultrapassar para o desenvolvimento da sociedade da informação” (idem: L 107/12), referindo-se ao Fórum da Sociedade da Informação, acima caracterizado.

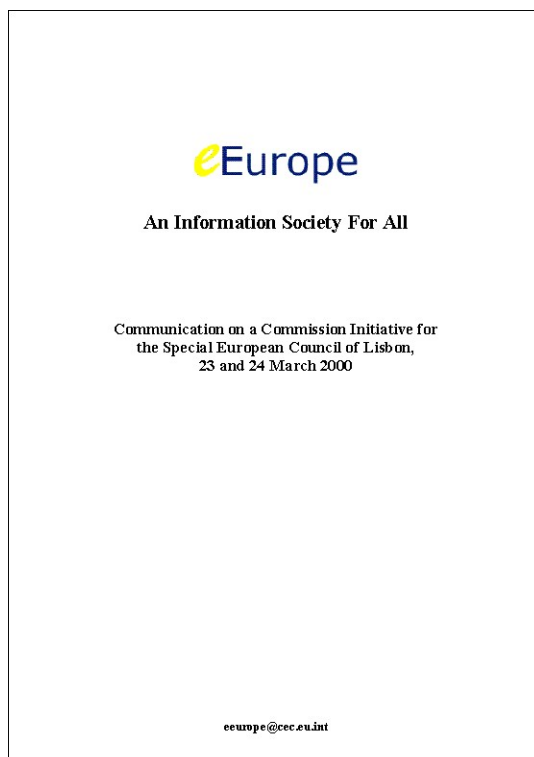
Em Janeiro de 1999, é publicado o Livro Verde sobre a informação do sector público na sociedade da informação (Comissão Europeia, 1999), que lança o debate sobre o acesso e exploração de informação do sector público. A Comissão marca, com este documento, a agenda do debate sobre as formas como a informação recolhida e mantida pela administração pública pode ser utilizada em benefício dos cidadãos e do sector empresarial, na Europa<sup>89</sup>.

Em 8 de Dezembro do mesmo ano, a Comissão Europeia lança a Iniciativa *eEurope 2002, Uma Sociedade da Informação para todos* (Comissão Europeia, 1999a), através da qual pretende alargar os benefícios da sociedade da informação a todos os europeus.

---

<sup>89</sup> Este documento não é incluído no corpo de análise devido ao facto de incidir especificamente sobre a informação do sector público. Não se encontra, desta forma, directamente em causa um modelo de sociedade, na sua formulação.

**Figura 3.11.** eEurope - An Information Society for All - Communication on a Commission Initiative for the Special European Council of Lisbon, 23 and 24 March 2000

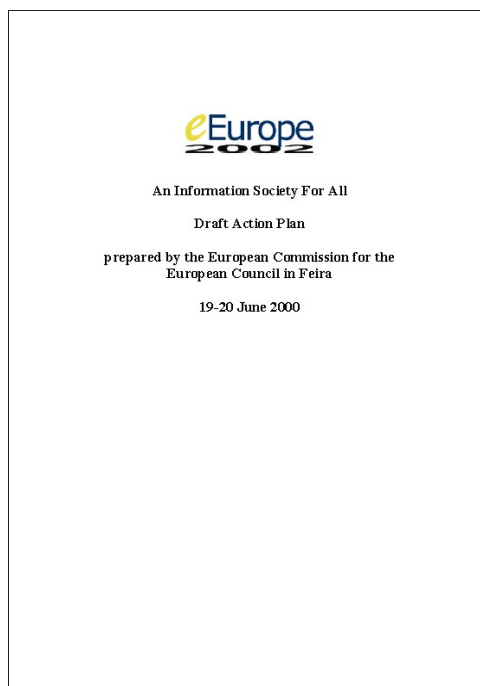


Este documento dá origem, poucos meses depois, a um primeiro esboço de plano de acção, a 24 de Maio de 2000 (Comissão Europeia, 2000a) e, a 14 de Junho, ao Plano de Acção preparado pelo Conselho e pela Comissão, e apresentado no Conselho Europeu da Feira (Comissão Europeia, 2000b)<sup>90</sup>.

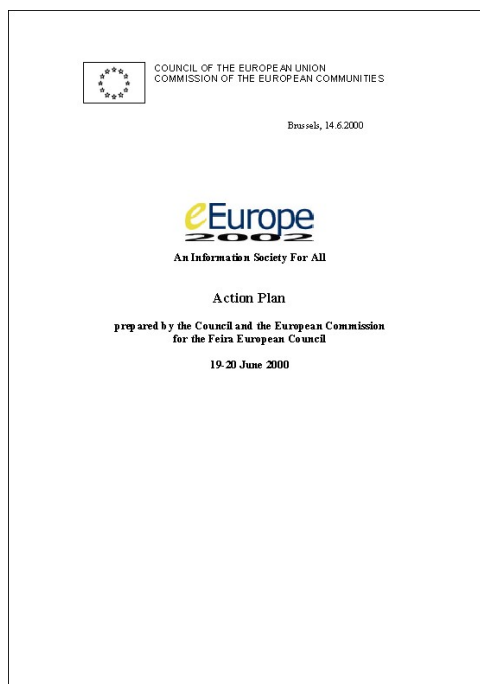
---

<sup>90</sup> Apesar de os dois documentos serem, naturalmente, muito semelhantes (uma vez que um corresponde a um esboço e outro à versão final), foram incluídos ambos os documentos no corpo de análise. Pretende-se, desta forma, avaliar a possibilidade de existência de diferenças significativas, na perspectiva do objecto de análise, entre ambas as versões.

**Figura 3.12.** eEurope 2002 – An Information Society for All – Draft action plan



**Figura 3.13.** eEurope 2002 –Action plan



Este plano de acção, que decorre da discussão com os Estados membros do esboço de plano de acção preparado em Maio, identifica três áreas prioritárias de intervenção (tornar a *Internet* mais rápida, mais segura e mais barata; estimular a sua utilização e investir nas pessoas e na sua formação e qualificação), sobre as quais são propostas acções concretas, identificados os agentes responsáveis e indicado o prazo para a sua concretização.

A Europa detém, pela primeira vez, com este plano, um conjunto de acções concretas, consideradas essenciais no percurso para a sociedade da informação.

A Comissão Europeia é, desta forma, um agente central do processo de reflexão, debate e mobilização para a sociedade da informação, assumindo um posicionamento activo e conduzindo processos em que os Estados membros são, entre outros exemplos possíveis, conduzidos à liberalização do sector das telecomunicações (processo que atinge o seu auge em 1998), a adoptar tecnologia e incentivar projectos orientados para o estabelecimento e reforço de um mercado único europeu, a colocar a sua administração pública *online* e a fomentar o acesso à *Internet* nas escolas, empresas e famílias. A capacidade de intervenção e o espaço de manobra dos Estados membros encontra-se, desta forma, crescentemente condicionada – independentemente dos benefícios que possam vir a retirar destes processos.

Deixando de lado a questão da concordância com a interpretação teórica e com o conjunto de argumentos apresentados por Sandholtz ou por outros autores de inspiração supranacionalista, é indiscutível que existe um processo de evolução, de um ponto de partida intergovernamental em direcção a um regime supranacional, na área das políticas públicas para a sociedade da informação.

Uma das perguntas que se pode colocar é relativa ao espaço de manobra e poder que os Estados membros mantêm, neste percurso em direcção a um regime supranacional. O poder dos Estados reside em primeiro lugar, naturalmente, na adopção de legislação e políticas próprias. Os mecanismos que implicam que um conjunto de normas comunitárias prevaleça sobre as normas nacionais não esgotam, obviamente, a capacidade dos Estados para adoptar normas e prosseguir políticas próprias. Adicionalmente, os Estados dispõem da capacidade de negociar a calendarização, o ritmo e a formas de adopção de medidas provenientes do nível europeu. Dispõem, também, da capacidade de não aprovar as propostas apresentadas

ao Conselho. Neste caso, o exercício do poder de que os Estados membros dispõem pode tender para o bloqueio do funcionamento das instituições comunitárias. Associado a este tipo de estratégia, os Estados membros podem também procurar outras formas de bloqueio de entrega de mais poder às instituições europeias – estratégias que a terminologia neo-funcionalista designaria como *spill around*, ou *spill back*. Os Estados membros podem, por fim, contestar, no próprio Tribunal de Justiça, as medidas provenientes do nível europeu.

A capacidade de imposição das medidas provenientes das instituições europeias não é, contudo, uniforme. A legislação da UE pode assumir diferentes formas e níveis de capacidade de imposição, que convém distinguir.

A primeira diferenciação relevante consiste nos tipos de legislação, onde podem ser identificados três tipos essenciais: o direito primário, o direito derivado e a jurisprudência.

O direito primário inclui os Tratados e os acordos com um estatuto semelhante e é negociado directamente entre os governos dos Estados membros. Os acordos assumem a forma de tratados e são, posteriormente, sujeitos a ratificação pelos parlamentos nacionais. O conjunto de tratados que instituem as comunidades europeias é constituído pelo *Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço* (de 1951), pelo *Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia* (CEE) e pelo *Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica* (CEEA – Euratom), ambos de 1957. Estes tratados foram revistos através do Acto Único Europeu (de 1987), do Tratado da União Europeia (“Tratado de Maastricht”, em 1992) e do Tratado de Amesterdão, de 1997. O direito primário também define o papel e as responsabilidades das instituições e dos órgãos da UE envolvidos nos processos decisórios e nos procedimentos legislativo, executivo e judicial que caracterizam o direito comunitário e a sua aplicação.

O direito derivado baseia-se nos Tratados e é adoptado, no caso da União Europeia, essencialmente por três instituições: o Conselho da União Europeia, a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu. De acordo com o estabelecido nos Tratados que instituem as comunidades europeias, a legislação pode assumir a forma, no direito derivado, de regulamentos, que são directamente aplicáveis e obrigatórios em todos os Estados membros sem que seja necessária qualquer legislação de aplicação; de directivas, que vinculam os Estados membros quanto aos objectivos a alcançar num determinado prazo, deixando às instâncias nacionais a definição da forma e dos meios a utilizar, e que têm de ser transpostas para o direito interno de cada país de acordo com os seus procedimentos específicos; as decisões, que são vinculativas na

integralidade para os seus destinatários (que poderão ser Estados membros, bem como empresas e pessoas singulares), não requerendo legislação de transposição nacional; e de legislação não vinculativa, como recomendações, pareceres, resoluções, códigos de conduta ou comunicações<sup>91</sup>.

A jurisprudência é constituída por acórdãos do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias e do Tribunal de Primeira Instância, nomeadamente na sequência de requerimentos da Comissão, dos tribunais nacionais dos Estados membros ou de particulares<sup>92</sup>.

A diversidade de instituições e de tipos de legislação existente no direito derivado, acima referida, permite uma caracterização mais detalhada da relevância assumida por cada instituição, na legislação europeia na área da sociedade da informação.

Foi recolhida no Repertório da Legislação Comunitária em Vigor, para esta análise, a lista da legislação em vigor na área da sociedade da informação, nas suas duas componentes (tecnologias da informação, telecomunicações e informática; e difusão da informação)<sup>93</sup>. A lista da legislação em vigor reporta-se, em todas as análises efectuadas, a Abril de 2003<sup>94</sup>.

É apresentada, na Tabela 3.1, a distribuição desta legislação pela instituição responsável pela sua adopção.

---

<sup>91</sup> Veja-se, sobre esta questão, o Capítulo II do Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia, relativo a disposições comuns a várias instituições, particularmente o Art.º 189.º e ss (Comunidade Económica Europeia, 1957: 89 e ss).

<sup>92</sup> Veja-se, para uma abordagem de síntese sobre o direito comunitário, Borchardt (2000). Em caso de utilização do Art.º 177.º do Tratado de Roma (relativo a competências do Tribunal de Justiça), caso não exista possibilidade de recurso através do direito interno, os tribunais nacionais são obrigados a apresentar a questão ao Tribunal de Justiça. Veja-se, sobre as implicações deste mecanismo na "constitucionalização" do sistema de tratados, Stone Sweet e Brunell (1998).

<sup>93</sup> A lista completa da legislação europeia em vigor na área da sociedade da informação, em Abril de 2003, encontra-se no Anexo 1. Seria preferível, por uma questão de exaustividade, fazer incidir a análise sobre toda a legislação aprovada na área da sociedade da informação, no período seleccionado, e não apenas sobre a legislação em vigor. Esta opção implicaria, contudo, um processo de recolha de informação bastante mais moroso não sendo, por outro lado, o objecto central desta investigação. Veja-se, para a legislação europeia em vigor na área da sociedade da informação, os textos jurídicos apresentados na página das actividades da União Europeia para a Sociedade da Informação, em [http://www.europa.eu.int/pol/infso/index\\_pt.htm](http://www.europa.eu.int/pol/infso/index_pt.htm) (último acesso a 23 de Março de 2005).

<sup>94</sup> Apesar do âmbito de análise dos documentos de políticas públicas para a sociedade da informação se encontrar delimitado ao período entre 1994 e 2000, não foi possível localizar uma lista completa da legislação em vigor num momento compreendido neste intervalo temporal. O facto de a lista da legislação em vigor se reportar a Abril de 2003 não deverá implicar, contudo, diferenças significativas relativamente aos anos imediatamente anteriores, devido ao facto de a legislação ser revogada e entrar em vigor de forma gradual – não se esperando, por esse motivo, diferenças significativas nas variáveis analisadas, num intervalo de poucos anos.



**Tabela 3.1.** Legislação europeia em vigor na área da sociedade da informação em Abril de 2003 por instituição

	Sociedade da informação (total)		Tecnologias da informação, telecomunicações, informática		Difusão da informação	
	Casos	%	Casos	%	Casos	%
Comissão	86	35,5	64	40,8	22	25,9
Conselho	115	47,5	69	43,9	46	54,1
Parlamento	32	13,2	21	13,4	11	12,9
Outros	9	3,7	3	1,9	6	7,1
<b>Total</b>	<b>242</b>	<b>100,0</b>	<b>157</b>	<b>100,0</b>	<b>85</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Repertório da Legislação Comunitária em Vigor, área da Sociedade da Informação, União Europeia, Abril de 2003.

Notas:

Foi codificado, para esta análise, a instituição identificada no texto como responsável pela adopção do documento ou, no caso de co-decisão, o que é referido em primeiro lugar, no documento. O Conselho surge como primeiro responsável e a Comissão como segundo no caso de 3 documentos. O Conselho surge como segundo responsável no caso de todos os documentos do Parlamento, na medida em que partilha a sua capacidade legislativa com o Conselho. O procedimento de co-decisão, introduzido pelo Tratado de Maastricht, é simplificado, no Tratado de Amesterdão – cf., sobretudo, o Art.º 251.º (antigo Art.º 189.º-B) – de forma a torná-lo mais rápido e transparente, partilhando o poder decisório em várias áreas, entre as quais se contam a educação, cultura e redes transeuropeias, entre o Parlamento e o Conselho, reforçando o papel do Parlamento enquanto co-legislador.

Foi avaliada a possibilidade, na codificação dos autores da norma, de considerar ambos os autores (isto é, atribuir a autoria a ambos os co-autores). Esta opção implicaria, contudo, a caracterização da autoria através de um sistema de resposta múltipla. Este sistema tornaria a análise mais complexa, quer na sua realização quer, sobretudo, na sua leitura, sem a tornar necessariamente mais precisa. A leitura dos resultados deve, por esse motivo, levar em consideração as limitações associadas à opção tomada.

A diferenciação entre as áreas de tecnologias da informação, telecomunicações e informática, e difusão da informação, é apresentada apenas nesta tabela, devido ao menor número de normas respeitantes à segunda área e ao facto de não se registarem diferenças essenciais entre as duas áreas, nas restantes análises.

O Conselho surge como o principal responsável pela adopção da legislação europeia em vigor (48% do total da legislação europeia em vigor, em Abril de 2003, na área da sociedade da informação, identifica o Conselho como primeiro responsável pela sua adopção), seguido da Comissão, com 36%. O Parlamento surge como principal responsável por 13% e outras instituições<sup>95</sup> por 4%.

Esta análise foi combinada com a caracterização do tipo de legislação em causa. Foi, para o efeito, utilizada a codificação das normas adoptada pelo Serviço das

<sup>95</sup> As outras instituições mencionadas na legislação em vigor correspondem ao Tribunal de Contas Europeu, ao Comité das Regiões (órgão consultivo da União Europeia que representa as

Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, no Repertório da Legislação Comunitária em Vigor.

Cada documento era referenciado, neste período, por um número CELEX, através do qual era identificado o sector a que corresponde o documento (primeiro carácter do número CELEX)<sup>96</sup>; o ano de adopção do documento (2 ou 4 caracteres)<sup>97</sup>; o tipo de documento (1 ou 2 caracteres)<sup>98</sup> e o identificador do documento (3 caracteres no caso do Sector 1 e 4 caracteres nos restantes sectores)<sup>99</sup>.

---

autoridades regionais e locais), à Fundação Europeia para a Formação e à Agência Europeia do Ambiente (ambas com o estatuto de agências comunitárias).

<sup>96</sup> Os sectores considerados são os seguintes:

- Sector 1 — Tratados
- Sector 2 — Relações externas
- Sector 3 — Direito derivado
- Sector 4 — Direito complementar
- Sector 5 — Actos preparatórios
- Sector 6 — Jurisprudência
- Sector 7 — Disposições nacionais de aplicação
- Sector 9 — Perguntas parlamentares.

Da legislação em vigor em Abril de 2003, na área da sociedade da informação, 9 correspondem ao Sector 2; 222 ao Sector 3; e 11 ao Sector 4.

<sup>97</sup> Até ao ano 2000, apenas eram utilizados os dois últimos algarismos na composição do número Celex, enquanto nos documentos posteriores a 2000 são utilizados os quatro algarismos relativos ao ano.

<sup>98</sup> A legislação, abrangida pelos sectores 2, 3 e 4 – os únicos representados na legislação em vigor na área da sociedade da informação, em Abril de 2003, são os seguintes:

#### Sector 2 - Relações externas

- A Acordos com países terceiros ou organizações internacionais
- D Actos dos órgãos criados por acordos internacionais

#### Sector 3 - Direito derivado

- B Procedimentos orçamentais
- D Decisões (excepto decisões CECA de alcance geral)
- G Resoluções
- H Recomendações
- K Recomendações CECA
- L Directivas CEE/Euratom
- M Decisões relativas às fusões
- J Decisões relativas às associações temporárias de empresas
- R Regulamentos CEE/Euratom
- S Decisões CECA de alcance geral
- X Outros actos publicados na série L do JO (ou no JO único até 1967)
- Y Outros actos publicados na série C do JO

#### Sector 4 - Direito complementar

- A Acordos entre os Estados membros

Desta forma, o número CELEX 31998D0516, por exemplo, corresponde a um documento de direito derivado (Sector 3), de 1998, referente a uma decisão (D), com o número identificador 516.

Foram agregados à categoria D, para esta análise, os restantes tipos de decisões (M, J e S, no Sector 3, e D, no Sector 4), devido à reduzida expressão que assumem (uma decisão da CECA e uma decisão dos representantes dos governos dos Estados membros reunidos no Conselho, no total de 242 textos). Os outros actos foram também agregados, independentemente da sua proveniência (X e Y, no Sector 3 e no Sector 4), devido à sua dispersão.

A distribuição da legislação por tipo, na sequência desta agregação, e por autor, é apresentada na Tabela 3.2.

**Tabela 3.2.** Legislação europeia em vigor na área da sociedade da informação por tipo de documento e por autor

	Comissão		Conselho		Parlamento		Outros		Total	
	Casos	%	Casos	%	Casos	%	Casos	%	Casos	%
Acordo	1	1,2	8	7,0					9	3,7
Decisão	64	74,4	15	13,0	11	34,4	5	55,6	95	39,3
Resolução			13	11,3					13	5,4
Recomendação	11	12,8	13	11,3					24	9,9
Directiva	5	5,8	6	5,2	13	40,6			24	9,9
Regulamento	2	2,3	5	4,3	6	18,8			13	5,4
Outros actos	3	3,5	55	47,8	2	6,3	4	44,4	64	26,4
<b>Total</b>	<b>86</b>	<b>100</b>	<b>115</b>	<b>100</b>	<b>32</b>	<b>100</b>	<b>9</b>	<b>100</b>	<b>242</b>	<b>100</b>

Fonte: Repertório da Legislação Comunitária em Vigor, área da Sociedade da Informação, União Europeia, Abril de 2003.

- 
- D Decisões dos representantes dos governos dos Estados membros reunidos no Conselho
  - X Outros actos publicados na série L do JO
  - Y Outros actos publicados na série C do JO

<sup>99</sup> Veja-se, para mais informação sobre a forma de atribuição do número CELEX, a antiga página do serviço CELEX, em [http://europa.eu.int/celex/htm/celex\\_pt.htm](http://europa.eu.int/celex/htm/celex_pt.htm) (última visualização em Março de 2005) e, particularmente, os manuais e guias do Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias (2001 e 2002).

A primeira observação a registar consiste no facto de as decisões serem o tipo de norma adoptado com mais frequência, na área da sociedade da informação. De facto, mais de um terço (39%) de todas as normas em vigor correspondem a decisões – assumindo, portanto, natureza vinculativa.

A segunda característica a sobressair corresponde à relevância da intervenção da Comissão, pelo peso que assume na adopção de decisões: por um lado, quase três quartos (74%) das normas adoptadas pela Comissão são decisões; por outro lado, cerca de dois terços das decisões em vigor são adoptadas através da actividade da Comissão (do total de 95 decisões, 64 são adoptadas pela Comissão).

Estes dados permitem colocar as hipóteses de que 1) as normas em vigor, na área da sociedade da informação, são predominantemente vinculativas e 2) que a Comissão possui maior capacidade de produzir normas com carácter vinculativo, na sua actividade legislativa, na área da sociedade da informação, do que as restantes instituições europeias.

Foram utilizados, para o teste destas hipóteses, os conceitos de *soft law* e de *hard law*. O conceito de *soft law*, que inicia a sua utilização generalizada na década 1970 (Wellens e Borchartt, 1989: 267), refere-se a normas sem a capacidade impositiva de que a legislação habitualmente se reveste (*hard law*), correspondendo, na definição de Snyder, a “rules of conduct which, in principle, have no legally binding force but which nevertheless may have practical effects” (Snyder, 1993: 2).

Apesar desta característica, o carácter *suave* da noção de *soft law* deve ser relativizado, uma vez que algumas normas passíveis de serem caracterizadas como *soft law* podem desempenhar um papel importante na evolução para a adopção de normas com maior capacidade impositiva (*hard law*). Um dos exemplos desta possibilidade, no direito comunitário, é fornecido por Cram: “Although Resolutions are soft law measures, and thus entail no direct legal obligation, they are often of considerable political significance and (...) may act as ‘precursors to binding legislation’” (Cram, 1999: 71).

Na definição operacional dos conceitos, os acordos, decisões, directivas e regulamentos foram considerados como correspondentes à noção de *hard law*; resoluções, recomendações e outros actos foram codificados como correspondendo a *soft law*.

A distribuição da legislação em vigor, de acordo com esta codificação, é apresentada na Tabela 3.3.

**Tabela 3.3.** *Hard law* e *soft law* na legislação europeia em vigor na área da sociedade da informação, por instituição responsável pela sua adopção

		<i>Hard law</i>	<i>Soft law</i>	Total
Comissão	Casos	72	14	86
	%	83,7	16,3	100,0
Conselho	Casos	34	81	115
	%	29,6	70,4	100,0
Parlamento	Casos	30	2	32
	%	93,8	6,3	100,0
Outros	Casos	5	4	9
	%	55,6	44,4	100,0
Total	Casos	141	101	242
	%	58,3	41,7	100,0

Fonte: Repertório da Legislação Comunitária em Vigor, área da Sociedade da Informação, União Europeia, Abril de 2003.

Nota: O valor obtido no teste do Qui-quadrado é de 78,47, com um nível de significância inferior a 0,001.

Efectivamente, mais de metade de todas as normas adoptadas (58%) correspondem a formas de *hard law*. Este valor é de 84%, no caso das normas adoptadas através da actividade da Comissão, de 30%, no caso do Conselho, e de 94%, no caso do Parlamento.

Estes valores significam que a probabilidade de uma norma adoptada através da actividade da Comissão se revestir de capacidade vinculativa, nesta área e âmbito de análise, é quase três vezes mais elevada do que no caso de uma norma adoptada pelo Conselho. O valor do teste de independência do Qui-quadrado revela, aliás, a existência de uma relação estatisticamente significativa entre as duas variáveis. A hipótese de independência das duas variáveis pode, por conseguinte, ser afastada e aceite a hipótese alternativa de existência de associação entre si, a um nível de

significância de 0,1%. Ou seja, podemos ter 99,9% de segurança de que as duas variáveis se encontram associadas<sup>100</sup>.

Se a elevada percentagem de normas adoptadas pelo Parlamento que possui capacidade vinculativa (94%) não pode ser considerada surpreendente, uma vez que esta instituição assume naturalmente funções legislativas, o mesmo não se pode dizer no caso das normas adoptadas através da Comissão.

A Comissão é habitualmente apresentada como órgão executivo da União Europeia, minimizando-se a sua participação na adopção de legislação. Veja-se, por exemplo, no sítio na *Internet* da União Europeia, a apresentação de "A União Europeia num Ápice"<sup>101</sup>, em que a Comissão é referida como a "força motriz e órgão executivo" da União. Outro exemplo, no sítio da União Europeia, consiste na apresentação das instituições europeias<sup>102</sup>, em que é afirmado que, "Em princípio, é a Comissão que propõe a legislação da UE, mas são o Parlamento e o Conselho que a adoptam".

Outro exemplo, ainda, corresponde à brochura de apresentação da Comissão Europeia que inicia funções em 1995, sob a presidência de Jacques Santer, em que é afirmado que, embora Comissão detenha o direito de iniciativa, "todas as grandes decisões acerca da legislação mais importante são tomadas pelos ministros dos Estados membros no Conselho da União Europeia, após ter em conta o parecer do (ou, em alguns casos, em co-decisão com o) Parlamento Europeu eleito democraticamente" (Comissão Europeia, 1995a: 6) e que, adicionalmente, "a Comissão tem, de facto, poucos poderes coercivos, embora o seu papel neutro e a profundidade dos conhecimentos especializados que adquiriu ao longo dos anos lhe proporcione uma grande margem para persuasão" (*idem*: 18).

A análise efectuada à legislação em vigor na área da sociedade da informação (cf. Tabela 3.3) não confirma, contudo, uma leitura puramente executiva da actividade da Comissão nesta área, na medida em que, apesar de adoptar um número total de normas mais reduzido do que o Conselho, evidencia uma maior capacidade de adoptar normas com aplicação vinculativa.

---

<sup>100</sup> O teste de independência do qui-quadrado permite testar a hipótese de existência de associação entre duas variáveis qualitativas. Veja-se, para uma apresentação dos recursos que se lhe encontram associados, entre a extensa bibliografia disponível, Pestana e Gageiro (2003), pela combinação pouco usual da apresentação detalhada dos recursos estatísticos e da forma de obter as análises correspondentes em *SPSS*. Veja-se, sobre esta questão específica, pp. 135 – 141.

<sup>101</sup> A página referida encontra-se na morada [http://www.europa.eu.int/abc/index\\_pt.htm](http://www.europa.eu.int/abc/index_pt.htm) (último acesso a 16 de Março de 2005).

Pode argumentar-se, relativamente a este ponto, que o procedimento utilizado na codificação da informação incide activamente sobre os resultados da análise, uma vez que é apenas considerada a primeira instituição referida no documento. Esta opção implica que os documentos adoptados através do procedimento de co-decisão entre o Parlamento e o Conselho (na sua quase totalidade considerados como *hard law*), sejam apenas atribuídos ao Parlamento – retirando ao Conselho uma parte dos documentos com carácter vinculativo que adopta. Contudo, mesmo que os documentos adoptados em co-decisão entre as duas instituições fossem atribuídos ao Conselho, a questão essencial não se altera: a Comissão continua a assumir uma elevada capacidade de adoptar normas com carácter vinculativo (ainda assim, mais elevada do que a registada pelo Conselho).

É, ainda, plausível argumentar, relativamente a esta questão, que as normas adoptadas pela Comissão poderão eventualmente revestir-se de menor importância, ou assumir um impacto mais limitado. Ou seja, muitas das normas adoptadas pela Comissão, apesar do seu carácter vinculativo, poderão não corresponder propriamente a grandes decisões, mas a questões de regulamentação, por exemplo. Este argumento parece ser, em certa medida, válido. Efectivamente, várias das normas com carácter vinculativo adoptadas pela Comissão correspondem ao estabelecimento de regulamentação, de especificações e de mecanismos de normalização e de standardização (nomeadamente em equipamentos terminais de telecomunicações, redes, protocolos e serviços). Contudo, mesmo a influência desta intervenção não deve ser minimizada. O seu impacto não é, naturalmente, exclusivamente técnico, podendo adquirir relevantes contornos políticos.

Uma outra perspectiva de análise relevante consiste na evolução da capacidade de intervenção dos protagonistas ao longo do tempo. Ou seja, terão existido alterações na participação na adopção das normas em vigor, ao longo dos anos?

A distribuição da legislação adoptada em cada um dos anos é apresentada na Tabela 3.4 e no Gráfico 3.1.

---

<sup>102</sup> A página referida encontra-se na morada [http://www.europa.eu.int/institutions/index\\_pt.htm](http://www.europa.eu.int/institutions/index_pt.htm) (último acesso a 16 de Março de 2005).

**Tabela 3.4.** Distribuição da legislação europeia em vigor na área da sociedade da informação em Abril de 2003 por ano<sup>103</sup> e autor

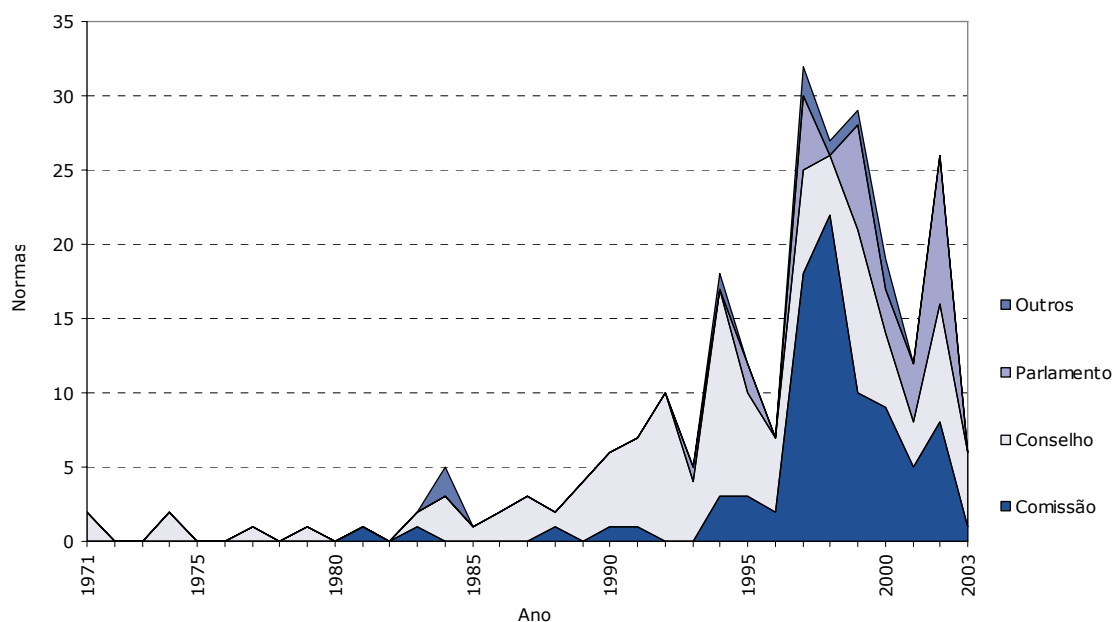
	Autor ou primeiro co-autor				Total
	Comissão	Conselho	Parlamento	Outros	
1971		2			2
1974		2			2
1977		1			1
1979		1			1
1981	1				1
1983	1	1			2
1984		3		2	5
1985		1			1
1986		2			2
1987		3			3
1988	1	1			2
1989		4			4
1990	1	5			6
1991	1	6			7
1992		10			10
1993		4	1		5
1994	3	14		1	18
1995	3	7	2		12
1996	2	5			7
1997	18	7	5	2	32
1998	22	4		1	27
1999	10	11	7	1	29
2000	9	5	3	2	19
2001	5	3	4		12
2002	8	8	10		26
2003	1	5			6
<b>Total</b>	<b>86</b>	<b>115</b>	<b>32</b>	<b>9</b>	<b>242</b>

Fonte: Repertório da Legislação Comunitária em Vigor, área da Sociedade da Informação, União Europeia, Abril de 2003.

<sup>103</sup> Foi utilizada, na classificação dos documentos por ano, o ano referenciado no número CELEX do documento.



**Gráfico 3.1.** Distribuição da legislação europeia em vigor na área da sociedade da informação em Abril de 2003 por ano e autor



Fonte: Repertório da Legislação Comunitária em Vigor, área da Sociedade da Informação, União Europeia, Abril de 2003.

O conjunto de normas adoptadas pela Comissão cresce, de forma muito acentuada, em 1997 e 1998, tornando-se na principal fonte das normas adoptadas nestes anos e ainda em vigor em 2003, na área da sociedade da informação.

Cabe, contudo, averiguar como evolui a adopção das normas sob o ponto de vista da sua capacidade vinculativa.

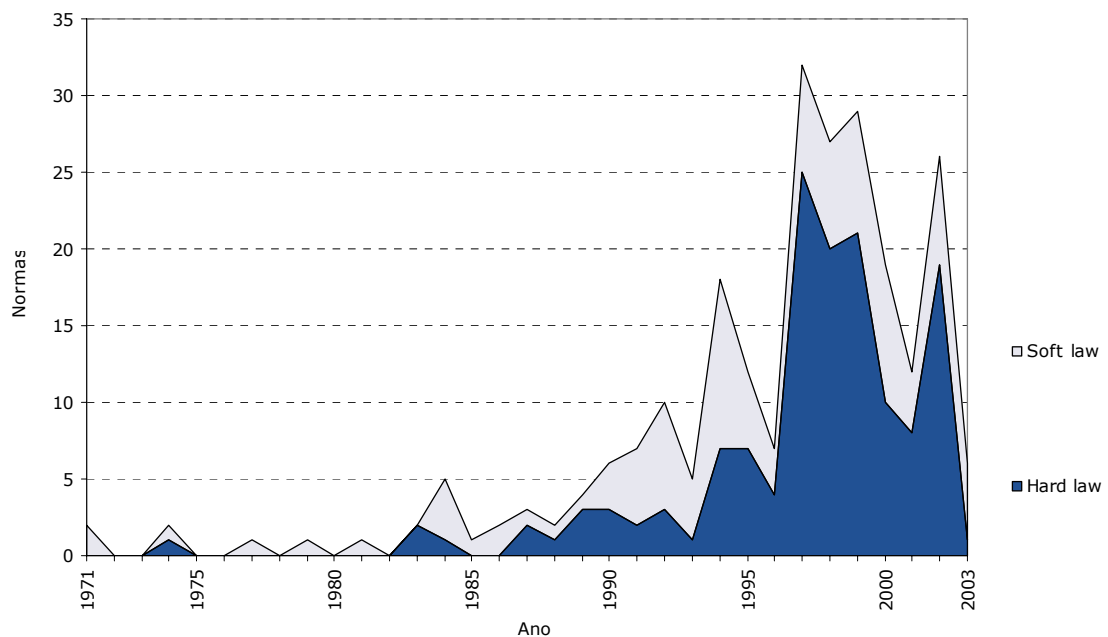
Considerando que a intervenção da Comissão se encontra predominantemente centrada nos anos de 1997 e 1998, por um lado, e que uma grande parte das normas que esta instituição adopta correspondem a formas de *hard law*, por outro, será de esperar que se verifique, igualmente, um crescimento acentuado das normas com capacidade vinculativa nestes dois anos.

**Tabela 3.5.** Distribuição da legislação europeia em vigor na área da sociedade da informação em Abril de 2003 por ano e tipo de legislação

	Tipo de legislação		Total
	<i>Hard law</i>	<i>Soft law</i>	
1971		2	2
1974	1	1	2
1977		1	1
1979		1	1
1981		1	1
1983	2		2
1984	1	4	5
1985		1	1
1986		2	2
1987	2	1	3
1988	1	1	2
1989	3	1	4
1990	3	3	6
1991	2	5	7
1992	3	7	10
1993	1	4	5
1994	7	11	18
1995	7	5	12
1996	4	3	7
1997	25	7	32
1998	20	7	27
1999	21	8	29
2000	10	9	19
2001	8	4	12
2002	19	7	26
2003	1	5	6
Total	141	101	242

Fonte: Repertório da Legislação Comunitária em Vigor, área da Sociedade da Informação, União Europeia, Abril de 2003.

**Gráfico 3.2.** Distribuição da legislação europeia em vigor na área da sociedade da informação em Abril de 2003 por ano e tipo de legislação



Fonte: Repertório da Legislação Comunitária em Vigor, área da Sociedade da Informação, União Europeia, Abril de 2003.

Como pode verificar-se, o número de normas adoptadas que corresponde a formas de *hard law* regista um crescimento muito acentuado em 1997, 1998 e 1999 – encontrando-se, em 1997 e 1998, directamente associado ao crescimento do número de normas adoptadas directamente pela Comissão.

Emergem, a partir da análise efectuada, duas conclusões principais. A primeira consiste no facto de a União Europeia se constituir como um agente relevante na definição e adopção de políticas públicas para a sociedade da informação, dentro do âmbito de análise adoptado neste estudo. A segunda corresponde ao protagonismo

assumido pela Comissão nesta área, não podendo ser considerada apenas como um agente executivo, mas também como um interveniente relevante no estabelecimento da agenda e na adopção de legislação com carácter vinculativo.

Estas conclusões não devem, naturalmente, ser estendidas a outras áreas ou âmbitos de análise. O papel desempenhado pelas instituições europeias poderá ser muito diferente, em outras áreas<sup>104</sup>.

A relevância assumida pela União Europeia no surgimento e na definição das políticas públicas para a sociedade da informação confirma, também, a opção de incluir as instituições europeias, particularmente as que participam no processo de adopção dos actos comunitários (Parlamento Europeu, Conselho e Comissão), no âmbito de análise, anteriormente discutida no plano teórico<sup>105</sup>.

### 3.2. Os Estados membros

É apresentada, neste ponto, uma caracterização dos principais momentos da evolução das políticas públicas para a sociedade da informação nos Estados membros da União Europeia.

Não se pretende, com esta caracterização, descrever e identificar de forma exaustiva todas as características das políticas seguidas por cada um dos países, ou sequer reportar todos os momentos da intervenção dos governos nacionais na área da sociedade da informação. O objectivo é, antes, o de apresentar os grandes documentos para a sociedade da informação publicados através dos diferentes governos, enquadrados no respectivo contexto político doméstico, entre 1994 e Junho de 2000.

Todos os países pretendem, ou afirmam pretender, o desenvolvimento tecnológico e a “entrada na sociedade da informação”. Contudo, para além desta característica

---

<sup>104</sup> Um dos exemplos dessa diferença consiste na intervenção das instituições europeias na área das políticas públicas. De acordo com a análise efectuada por Cram (1999), 61% da legislação europeia em vigor na área das políticas sociais, em Junho de 1995, corresponde a formas de *soft law*, enquanto na área de tecnologias de informação e comunicação a mesma percentagem é de 19% (pp. 101 e 111). Apesar de efectuada sobre a legislação em vigor em 1995 e de adoptar uma operacionalização diversa do conceito de *soft law* da aqui adoptada, uma vez que distingue, na legislação europeia, quatro tipos diferenciados (incidindo sobre processos internos, sobre a acção da UE, sobre regulação e *soft law*), embora não explicitando os critérios utilizados para essa diferenciação, esta comparação é um exemplo ilustrativo das diferenças na capacidade de intervenção das instituições europeias – em que a área da sociedade da informação surge claramente como um exemplo de ampla capacidade de intervenção.

generalista, existem particularidades e especificidades nas políticas expressas nos documentos publicados por cada país e, dentro de cada país, pelos diferentes governos nacionais.

São colocados em destaque, nestas páginas, documentos que se designam ou auto-denominam como incidindo globalmente sobre a sociedade da informação. Por esse motivo, alguns documentos sobre determinadas áreas (como a educação, a saúde, a administração pública ou as telecomunicações, por exemplo), publicados neste período, não são aqui mencionados. Esta escolha deve-se ao facto de corresponderem a iniciativas sectoriais, com um âmbito muito específico. Estes documentos poderão encontrar-se, de acordo com a definição adoptada, dentro do âmbito da noção de sociedade da informação. Contudo, esta abordagem não pretende abarcar todas as publicações dos governos que possam ser incluídas neste âmbito, mas identificar os documentos que apresentam uma visão global para a sociedade da informação, e reconstituir o contexto do seu surgimento.

### 3.2.1. Alemanha

O Governo Federal da Alemanha, quando liderado por Helmut Kohl, baseado numa coligação da CDU/CSU (*Christlich-Demokratische Union/Christlich-Soziale Union*) com o FDP (*Freie Demokratische Partei*), de centro-direita, publica em 1994 um relatório sobre a intensificação do debate entre a indústria, a comunidade científica e o Estado, nas áreas da investigação, da tecnologia e da inovação. É estabelecido, neste relatório, o Conselho para a Investigação, Tecnologia e Inovação, com o objectivo de apresentar sugestões concretas nas suas áreas de intervenção. O Conselho é constituído pelo Ministro Federal da Economia, pelo Ministro Federal da Educação e Ciência e pelo Ministro Federal da Investigação e Tecnologia, com o estatuto de membros permanentes, e por um conjunto de membros designados por convite do Chanceler, de acordo com os temas a abordar em cada reunião ou período de trabalho.

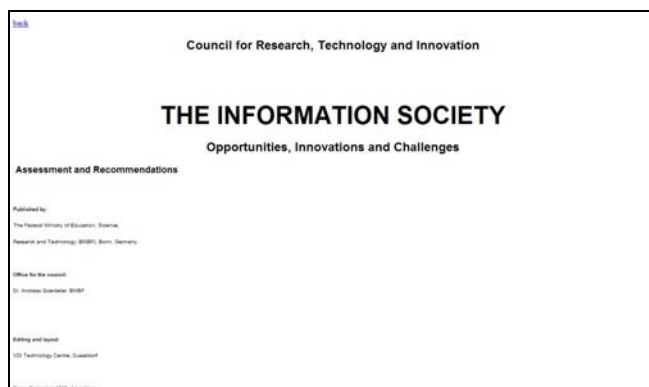
Na primeira reunião do Conselho, em 22 de Março de 1995, é definido que o primeiro tema a ser abordado, na sua actividade, seria a sociedade da informação. São realizadas, com este objectivo, 4 reuniões do Conselho (a 15 de Maio, 5 de Julho, 29 de Setembro e 21 de Dezembro de 1995). Na reunião de Dezembro de 1995, o Conselho apresenta o seu relatório sobre a sociedade da informação, com o título *A*

---

<sup>105</sup> Esta questão é discutida no ponto 2.5.

*Sociedade da Informação – Oportunidades, inovações e desafios* (Conselho para a Investigação, Tecnologia e Inovação, 1995)<sup>106</sup>.

**Figura 3.14.** A Sociedade da Informação – Oportunidades, inovações e desafios



Baseado nas recomendações constantes deste relatório, o Governo Federal publica, em Fevereiro de 1996, através do Ministério da Economia, o seu primeiro plano de acção para a sociedade da informação: *Info 2000: A Via Alemã para a Sociedade da Informação* (*Info 2000: Deutschlands Weg in die Informationsgesellschaft*) (Ministério Federal da Economia, 1996). O documento define os objectivos a alcançar com as políticas para a sociedade da informação, estabelece áreas prioritárias de intervenção e apresenta um plano baseado em grandes acções, estruturadas e divididas em acções concretas de intervenção<sup>107</sup>. O Ministério Federal da Economia assume um

<sup>106</sup> *The Information Society – Opportunities, innovations and challenges*, na versão oficial em língua inglesa. O relatório é publicado pelo Ministério Federal da Educação, Ciência, Investigação e Tecnologia (BMBWF), que resulta da fusão e integração de competências dos dois ministérios anteriormente existentes.

<sup>107</sup> Foi identificada e utilizada na análise uma versão em inglês, disponibilizada através do sítio na *Internet* do Observatório da Sociedade da Informação, da UNESCO (<http://webworld.unesco.org>). Esta versão é uma síntese do documento, integrando o sumário executivo, os objectivos assumidos pelo Governo Federal, excertos sobre as áreas de intervenção e uma tabela de caracterização e síntese do plano de acção. Foi identificada uma versão completa do documento, em língua alemã, no mesmo sítio na *Internet*. Não foi localizada, contudo, qualquer versão destes documentos nos sítios na *Internet* do Governo

elevado protagonismo, neste plano de acção, sendo-lhe atribuída a responsabilidade pela gestão de um conjunto significativo das acções a adoptar.

**Figura 3.15.** Info 2000: Deutschlands Weg in die Informationsgesellschaft



O plano de acção *Info 2000* previa, também, a criação de uma instituição que integrasse representantes de várias organizações e grupos da sociedade alemã, com o objectivo de reflectir sobre o impacto da sociedade da informação e de divulgar publicamente os resultados da sua reflexão. Esta instituição, criada em Outubro de 1996, recebe a designação de *Fórum Info 2000*, e é organizada pelo Ministério Federal da Economia e pelo Ministério Federal da Educação, Ciência, Investigação e Tecnologia. O *Fórum* serviu como plataforma de debate para um conjunto de cerca de

---

Federal da Alemanha. Contactado o Ministério Federal da Economia e do Trabalho, em Março de 2004, não foi possível localizar uma versão digital dos documentos, nem uma versão inglesa em

180 representantes de alto nível de várias organizações e grupos da sociedade alemã, permitindo a discussão de questões relacionadas com o surgimento da sociedade da informação (Chatrie e Wraight, 2000: 119). Este relatório é objecto de uma actualização, através de um *progress report*, em finais de 1997 ou, eventualmente, início de 1998<sup>108</sup>.

O SPD (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*), de centro-esquerda, vence as eleições parlamentares de 27 de Outubro de 1998, em coligação com os Verdes (Bündnis 90/Die Grünen), sucedendo à coligação CDU/CSU e FDP. Helmut Kohl, Chanceler desde Outubro de 1982, é substituído, na sequência desta mudança, por Gerhard Schröder. Duas semanas após as eleições, a 10 de Novembro de 1998, o novo Chanceler efectua o seu primeiro discurso no Parlamento. Nesse discurso, embora não utilize a expressão *sociedade da informação*, Schröder confere um grande destaque ao tema, referindo a relevância que atribui à "digitalização da informação e da produção" e à "idade da *Internet* e da comunicação *online*" (Chanceler da República Federal, 1998). Esta preocupação é vertida, cerca de um ano mais tarde, em Novembro de 1999, no documento *Innovation and Jobs in the Information Society of the 21st Century (Innovation und Arbeitsplätze in der Informationsgesellschaft des 21. Jahrhunderts)* (Ministério Federal da Economia e da Tecnologia e Ministério Federal da Educação e Investigação, 1999)<sup>109</sup>.

---

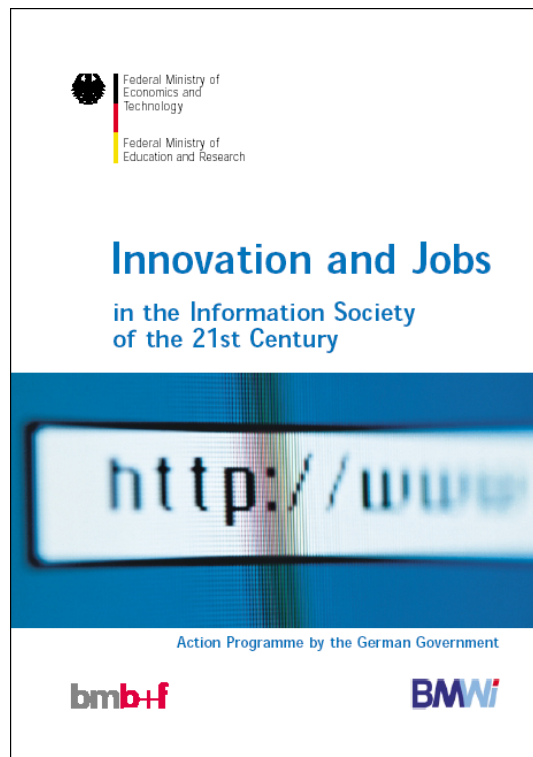
papel. Apenas foi possível obter, na sequência do contacto com o Ministério, uma versão alemã em papel do documento *Info 2000: Deutschlands Weg in die Informationsgesellschaft*.

<sup>108</sup> Não foi possível, também neste caso, localizar uma versão do documento – neste caso, nem em papel nem em formato digital. Este *progress report* terá sido aprovado pelo governo federal em Outubro de 1997 (Kuner, 1999). Outra fonte data este documento, porém, do início de 1998 (Chatrie e Wraight, 2000: 119). Os sítios na *Internet* do governo federal não mantêm, contudo, de acordo com a investigação efectuada, qualquer versão de documentos anteriores a 1999 – o que faz com que não seja possível encontrar nos sítios na *Internet* do governo federal qualquer documento sobre a sociedade da informação do governo liderado pelo anterior Chanceler Federal, Helmut Kohl. O sítio na *Internet* dedicado aos planos de acção para a sociedade, do Ministério Federal da Economia e do Emprego, disponível através de <http://www.bmwa.bund.de/Navigation/Technologie-und-Energie/Informationsgesellschaft/aktionsprogramm.html> (último acesso a 28 de Abril de 2005) apenas apresenta os documentos de 1999 até à actualidade. A pesquisa de uma cópia, versão ou síntese deste documento noutros sítios na *Internet*, através de motores de busca e directórios foi, de igual forma, infrutífera. Foram localizadas várias dezenas de referências indirectas a este documento mas, no melhor dos casos, com uma ligação (*hyperlink*) desactualizada.

<sup>109</sup> Este documento poderia ser considerado, numa acepção estrita, como consistindo numa abordagem sectorial ou específica à sociedade da informação. Contudo, o seu conteúdo consiste numa visão global de sociedade da informação (em que a inovação e criação de emprego são os dois eixos considerados estruturantes). O documento é, por esse motivo, incluído no corpo de análise.



**Figura 3.16.** Innovation and Jobs in the Information Society of the 21st Century



A concentração da estratégia da Alemanha para a sociedade da informação em torno das questões económicas é, com este documento, claramente reforçada, escolhendo como objectivos essenciais o combate ao desemprego, a manutenção de níveis elevados e sustentados de emprego e o crescimento económico (*idem*: 6).

### 3.2.2. Áustria

Em Julho de 1994, os dois partidos da coligação governamental, o SPÖ (*Sozialdemokratische Partei Österreichs*, Partido Social Democrata Austríaco) e o ÖVP (*Österreichische Volkspartei*, Partido Austríaco do Povo), concordam sobre a constituição de um grupo de trabalho relativo à sociedade da informação. Em Agosto, o Chanceler Federal, Franz Vranitzky (líder do SPÖ), anuncia, através de um discurso

numa conferência sobre tecnologia, realizada em Alpbach (*Alpbacher Technologiegespräche*), a “ofensiva das comunicações austríacas” (Maier-Rabler, 1996 e Ohler, Polt, Rammer e Schindler, 2004: 3). Pouco tempo depois do Verão, mais precisamente a 9 de Outubro, são realizadas eleições nacionais, que confirmam a continuação da coligação entre os dois partidos e manutenção do Chanceler Federal.

O anúncio da “ofensiva das comunicações austríacas” foi seguido pela criação do programa *Austrian National Host (ANH)*, inicialmente liderado pelo Ministério Federal da Economia e dos Transportes e pelo Ministério Federal da Ciência e da Investigação. Este programa consistia na criação de uma rede de instituições, incluindo operadores de telecomunicações, produtores e indústria do sector, administração pública e ensino e investigação, com o objectivo geral de estimular o desenvolvimento da sociedade da informação na Áustria.

Para além dos Ministérios directamente envolvidos na gestão do *ANH*, contam-se entre as primeiras instituições a aderir ao programa, entre outras, o operador nacional de telecomunicações (através da *holding ÖPTV*) e o *Bureau for International Research and Technology Cooperation (BIT)*<sup>110</sup>, uma agência criada pelo Governo Federal e pela Câmara Económica Austríaca com o objectivo de apoiar participantes em projectos, acções e iniciativas europeias e internacionais para a cooperação em investigação e desenvolvimento tecnológico (como o ACTS ou o ESPRIT). O envolvimento desta última instituição é, aliás, acrescido, na medida em que acolhe na sua estrutura o secretariado do *ANH*.

A operacionalização do objectivo central do programa aproxima-se do estabelecido pela Comissão Europeia através do *Livro Branco Crescimento, Competitividade e Emprego*, publicado em Dezembro de 1993 e do *Relatório Bangemann*, de Junho de 1994. O programa é, adicionalmente, apresentado à Comissão Europeia em Setembro de 1994 (Maier-Rabler 1996). Esta particular preocupação com as instituições europeias deve ser enquadrada no contexto político atravessado pela Áustria, na medida em que, para além da recente realização de eleições parlamentares, se encontrava em pleno processo de adesão à União Europeia (o referendo nacional sobre a adesão foi realizado em 12 de Junho de 1994 e a Áustria integra formalmente a União Europeia em 1 de Janeiro de 1995).

---

<sup>110</sup> A designação adoptada em alemão é *Forschungsförderungsgesellschaft (FFG)*. A instituição adopta, contudo, ambas as designações. Veja-se, para mais informação, o seu sítio na *Internet*, em <http://www.bit.ac.at/> (último acesso a 11 de Abril de 2005).

O Governo Federal cria, também, a iniciativa nacional de telecomunicações – *Telekom Initiative Österreich*. A constituição desta iniciativa foi assumida pelo Ministério Federal da Economia e dos Transportes e tinha como objectivo o desenvolvimento de ideias e de projectos que acelerassem a entrada da Áustria na sociedade da informação (Leeb 1996). A iniciativa baseava-se no estabelecimento de um conjunto de grupos de debate, envolvendo representantes políticos, de empresas privadas, da investigação científica, da administração pública e da sociedade civil. Os grupos de debate incidiam sobre o desenvolvimento e a competitividade no sector das telecomunicações, o desenvolvimento de infraestruturas, o estímulo da utilização de serviços de telecomunicações e a relação entre as telecomunicações e a capacidade de atracção de investimento (*idem*).

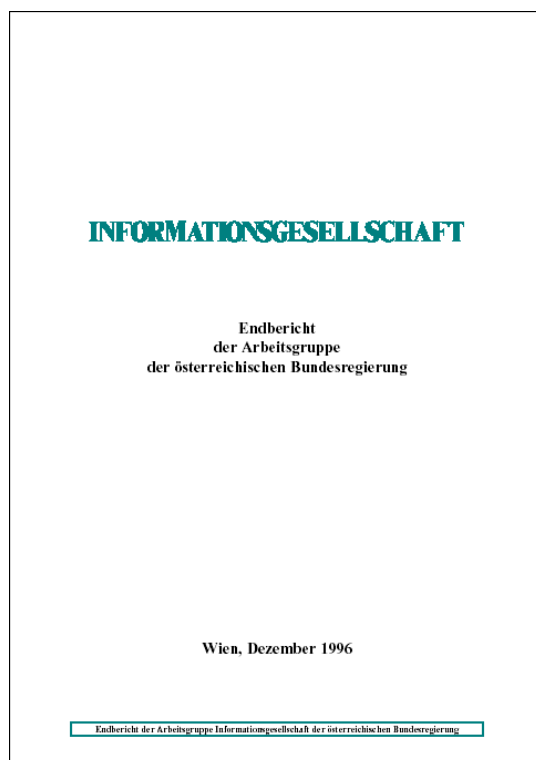
Contudo, a actividade desenvolvida no âmbito destes projectos foi interrompida devido à dissolução da coligação entre os dois partidos, o que aconteceu em Setembro de 1995, e que acaba por conduzir à realização de eleições antecipadas em 17 de Dezembro e a uma conseqüente paragem da vida política normal durante mais de 5 meses (Maier-Rabler, 1996).

O novo governo que toma posse é baseado numa coligação entre os mesmos partidos e mantém, também, o anterior Chanceler Federal. O projecto de constituição de um grupo de trabalho sobre a sociedade da informação é, assim, retomado, sendo constituídos vários sub-grupos de discussão, envolvendo no total mais de 350 especialistas de várias áreas. Em Dezembro de 1996, é publicado o resultado da actividade dos grupos de trabalho, no *Relatório Final do Grupo de Trabalho do Governo Federal da Áustria sobre a Sociedade da Informação (Grupo de Trabalho do Governo Federal da Áustria sobre a Sociedade da Informação*<sup>111</sup>, 1996). Este relatório apresenta, para cada área identificada como relevante (num total de 8), um conjunto de prioridades e medidas, abrangendo várias áreas da sociedade austríaca.

---

<sup>111</sup> *Arbeitsgruppe Informationsgesellschaft der österreichischen Bundesregierung*. Apenas foi localizada uma versão em lingual alemã, deste documento.

**Figura 3.17.** Relatório Final do Grupo de Trabalho do Governo Federal da Áustria sobre a Sociedade da Informação



De acordo com algumas fontes, este relatório é actualizado em Abril de 1997 (ou, eventualmente, apenas traduzido para língua inglesa), dando origem a uma segunda publicação<sup>112</sup>.

Apesar da eventual existência de duas versões deste relatório (cuja concretização foi iniciada através de um plano de acção, em Outubro de 1997, posteriormente

---

<sup>112</sup> Foi localizada uma versão em língua inglesa do relatório do Grupo de Trabalho, datada de Abril de Abril de 1997, mantida por um centro de documentação independente (*Bulgarian Institute for Legal Development*). Este documento parece aproximar-se, contudo, mais de uma tradução do documento publicado em Dezembro de 1996, do que de uma actualização do seu conteúdo. Algumas fontes parecem referir-se, no entanto, ao documento de Abril de 1997 como autónomo – veja-se o *factsheet* sobre a Áustria, do *Interoperable Delivery of European eGovernment Services to public Administrations, Businesses and Citizens (IDABC)*, da Comissão Europeia, em <http://europa.eu.int/idabc/en/document/1395> (último acesso a 11 de Abril de 2005).

actualizado em Outubro de 1998<sup>113</sup>), parecem não existir iniciativas significativas ou debates relevantes, na sua sequência, nos anos seguintes. O relatório parece constituir, de acordo com a informação disponível, um evento isolado, permanecendo o único exemplo de uma visão estratégica e abrangente para a sociedade da informação, pelo menos durante alguns anos (Wagner, Dachs e Ananos, 2003: 19).

Em Abril de 2000 surge uma nova iniciativa relevante, o projecto *e-Austria in e-Europe*, na sequência do plano *e-Europe*, da União Europeia (cf. Áustria, 2000)<sup>114</sup>. Este projecto é, naturalmente, uma reacção à iniciativa *e-Europe*, lançada pela União Europeia. Considerando que as fases mais visíveis do processo de elaboração do *e-Europe* têm início em Dezembro de 1999, com a publicação de uma comunicação que é posteriormente apresentada no Conselho de Lisboa, em Março de 2000, a Áustria é dos primeiros países da União Europeia a reagir de forma visível a esta iniciativa (provavelmente, o *primeiro* país a reagir): cerca de um mês depois da realização do Conselho de Lisboa, a Áustria lança a sua iniciativa. Uma das características que melhor define as políticas públicas da Áustria para a sociedade da informação é, desta forma, a preocupação de manter uma evidente proximidade com as políticas adoptadas pela União Europeia.

### 3.2.3. Bélgica

A primeira grande iniciativa do Governo Federal da Bélgica relacionada com as políticas públicas para a sociedade da informação parece consistir na abertura do capital do operador nacional de telecomunicações, a Belgacom. O processo, iniciado em meados de 1994, culmina com a decisão de venda de 49,9% do capital da Belgacom, em Dezembro de 1995, a um consórcio de investidores estrangeiros – ADSB, constituído pela Ameritech, TeleDanmark e Singapore Telecom (Lobet-Maris e van Bastelaer 1996: 6). Esta decisão antecipa claramente o calendário para a liberalização das telecomunicações apresentado pela Comissão Europeia (reveja-se, sobre esta questão, p. 209 e ss). A decisão não passa, aliás, despercebida, sendo caracterizada, na publicação *Information Society Trends*, que passa em revista as

---

<sup>113</sup> Não foi possível localizar qualquer versão, quer do plano de acção, quer da sua posterior actualização.

<sup>114</sup> Não foi possível, também neste caso, localizar qualquer documento da iniciativa (programa, plano de acção...). O único documento encontrado foi localizado através de um sítio na *Internet* de um serviço público, em [www.help.gv.at](http://www.help.gv.at) (último acesso a 11 de Abril de 2005), e consiste numa pequena nota de 2 páginas (provavelmente utilizada como nota de imprensa), em alemão, sobre o projecto.

principais notícias relacionadas com a sociedade da informação, editada pela Comissão Europeia, como um gesto “ousado” (DG XIII, 1996).

Uma outra decisão relevante, nesta área, no mesmo ano, consiste na criação de uma *Intranet* para as instituições federais, que virá posteriormente a dar origem à rede *Fedenet*, em 1997.

Curiosamente, a primeira publicação sobre a sociedade da informação em que se encontra envolvido um membro do governo federal é um livro da autoria do primeiro-ministro, Jean-Luc Dehaene, com o título *A Sociedade da Informação – Chaves para uma nova era* (Dehaene, 1995)<sup>115</sup>, publicado por uma editora privada. De facto, Dehaene, líder do CVP (*Christelijke Volkspartij*, Partido do Povo Católico)<sup>116</sup>, um partido flamengo de inspiração democrata-cristã, e primeiro-ministro de um governo federal de coligação<sup>117</sup>, publica em 1995 um livro, através de uma editora privada (Luc Pire), em que a expressão *sociedade da informação* surge em destaque no título.

Não existe, de acordo com a investigação efectuada, incluindo a consulta a fontes primárias e secundárias, qualquer documento de políticas públicas para a sociedade da informação editado pelo governo federal, no momento desta publicação. Embora se pudesse esperar, pelo autor e pelo título da obra, que esta se destinasse a apresentar uma visão ou as iniciativas do governo federal para a sociedade da informação, poucas são, de acordo com a observação de De Vos, Henin e van Bastelaer (2000: 3), as linhas dedicadas a estes objectivos. O livro visa antes, de acordo com a sua interpretação, justificar a austeridade existente e a política governamental em matéria de emprego, fiscalidade, ambiente, agricultura, segurança social ou política estrangeira (*idem: ibidem*)<sup>118</sup>.

---

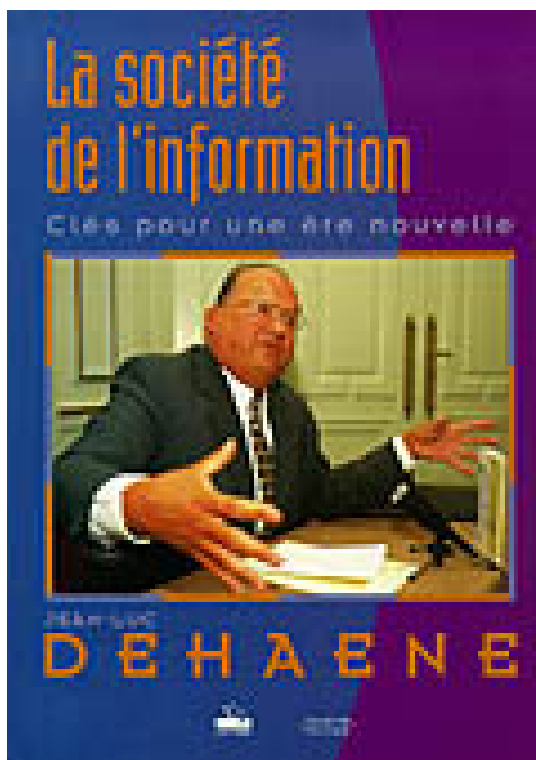
<sup>115</sup> *La Société de l'Information – Clés pour une ère nouvelle*, na versão original.

<sup>116</sup> O partido altera a posteriormente a sua designação, adoptando a designação Christen-Democratisch en Vlaams (CD&V).

<sup>117</sup> Dehaene assume as funções de primeiro-ministro desde 1992. Em 21 Maio de 1995 são realizadas eleições para a Câmara dos Representantes, da qual resulta uma coligação integrando os mesmos partidos da coligação governamental anterior. Os parceiros de coligação do CVP no Governo são, em ambos os casos (1992 e 1995), o Partido Socialista, da Valónia (PS), os socialistas flamengos (SP) e os democrata-cristãos da Valónia (PSC).

<sup>118</sup> O livro não será, naturalmente, pelo carácter de obra pessoal que assume, incluído no corpo de análise desta investigação.

**Figura 3.18.** La Société de l'Information – Clés pour une ère nouvelle



O governo federal parece, desta forma, mais determinado na concretização de provisões das instituições europeias do que, propriamente, na definição de um plano de acções ou de um programa próprio para a sociedade da informação.

É preciso esperar cerca de ano e meio, depois da abertura do capital da Belgacom a investidores estrangeiros, em Dezembro de 1995, para encontrar uma iniciativa do governo federal que coloque o tema sociedade da informação em destaque. A 30 de Maio de 1997, o governo federal realiza uma reunião do Conselho de Ministros em que escolhe a sociedade da informação como tema principal, dedicando-lhe um conjunto de 14 decisões e medidas (Bélgica, 1997), de entre um total de 23 decisões e medidas adoptadas. Destas, destaca-se a aprovação de um plano de acção para a sociedade da informação junto das autoridades federais – *Um plano de acções coordenadas para a*

sociedade da informação no seio das Autoridades federais – 1997-1999, publicado em Junho (Bélgica, 1997a)<sup>119</sup>.

**Figura 3.19.** Un plan d'actions coordonnées pour la société de l'information au sein des Autorités fédérales – 1997-1999



A autoria deste documento é expressamente atribuída a Jean-Luc Dehaene, primeiro-ministro, a Elio di Rupo, vice primeiro-ministro e ministro da economia e das telecomunicações e a André Flahaut, ministro da função pública<sup>120</sup>. Este documento estabelece um conjunto de acções a ser adoptado pelas autoridades federais, na sua organização e funcionamento internos, e um conjunto de acções a adoptar pelas autoridades no relacionamento com os cidadãos e as empresas, enquanto utilizadores dos seus serviços. O plano de acção privilegia questões directamente relacionadas

<sup>119</sup> *Un plan d'actions coordonnées pour la société de l'information au sein des Autorités fédérales – 1997-1999.*

<sup>120</sup> Tanto Elio di Rupo como André Flahaut pertencem ao PS. Esta situação, em que são indicados explicitamente autores do documento, e em que estes são responsáveis máximos do governo federal, é excepcional, no conjunto de documentos analisados. As situações mais frequentes consistem na identificação dos ministérios ou das instituições envolvidas (sem a referência explícita a qualquer autor). Em vários casos, são identificadas as equipas de trabalho que participaram na redacção do documento (frequentemente com um extenso conjunto de participantes) e os responsáveis políticos máximos participam, de alguma forma, no documento (sendo apenas identificados como responsáveis pelo Ministério ou através da autoria do prefácio ou da introdução, por exemplo). Contudo, no caso deste documento, e pela análise da versão digital obtida (através do sítio na *Internet* do Observatório da Sociedade da Informação da Unesco), os três membros do governo federal são identificados como autores do documento.



com a organização e funcionamento da administração pública (aliás, o ministro da função pública é apresentado como um dos autores do documento), mais do que uma estratégia abrangente para a sociedade da informação. Pode, desta forma, dizer-se que este documento se aproxima mais da área específica do governo electrónico (*e-government*) do que, propriamente, de uma abordagem global à sociedade da informação.

Para além desse plano de acção, a reunião do Conselho de Ministros aprova um conjunto de leis e normativos, correspondendo, em 4 dos 13 casos, à transposição de legislação comunitária para a ordem interna ou à adopção de normas pan-europeias<sup>121</sup>.

O plano de acção, o principal documento do Governo Federal na área da sociedade da informação, na Bélgica, é actualizado a 12 de Junho de 1998, numa outra reunião do Conselho de Ministros (Bélgica, 1998). Esta actualização não implica, contudo, qualquer alteração das suas características essenciais, mantendo o foco na forma como a administração federal se organiza, funciona e relaciona com os seus utilizadores.

São realizadas, em 13 de Junho de 1999, eleições para a Câmara de Representantes. Nestas eleições, o VLD (Vlaamse Liberalen en Democraten, Partido Democrata Liberal Flamengo) é o partido mais votado. Esta alteração dá origem a um novo Governo, liderado por Guy Verhofstadt, e baseado numa nova coligação (juntando, para além do VLD, ecologistas da Flandres e da Valónia, socialistas da Flandres e da Valónia e liberais da Flandres).

A sociedade da informação surge ao novo Governo, tal como ao anterior, como estreitamente relacionada com a administração pública. As novas tecnologias de informação e comunicação são consideradas, essencialmente, como uma forma de assegurar uma maior, mais simples e mais rápida circulação de informação na administração pública. É neste sentido que é estabelecido o acordo de princípio, na reunião de Conselho de Ministros de 22 de Outubro de 1999, sob proposta do ministro da Função Pública e da Modernização da Administração do novo governo, Luc Van Den Bossche, para a constituição de uma comissão consultiva com o objectivo de "superar

---

<sup>121</sup> É o caso da aprovação de um ante-projecto de Lei sobre a livre concorrência e a harmonização na área das telecomunicações, de uma norma que permite a possibilidade de utilização de serviços de satélite para a prestação de serviços não reservados de telecomunicações, da adopção da norma pan-europeia *European Radio Messaging System (ERMES)* e da aprovação de um ante-projecto de Lei relativo à protecção jurídica de bases de dados.

os obstáculos à sociedade da informação” (Bélgica, 1999). É afirmado no comunicado de imprensa da reunião do Conselho de Ministros que anuncia a composição desta comissão consultiva, a 30 de Junho de 2000, que:

*Cette commission a pour objectif de trouver, dans les deux ans, des solutions à tous les problèmes qui freinent la réalisation de la société de l'information et, plus spécifiquement, la modernisation et l'accessibilité de la fonction publique dans son ensemble. (Bélgica 2000)*

Curiosamente, todos os “problemas que dificultam a realização da sociedade da informação” correspondem, na definição do âmbito das tarefas a assegurar pela comissão, à “modernização e acessibilidade da administração pública”.

A intervenção do governo federal na área da sociedade da informação centra-se, desta forma, predominantemente na administração pública, no período em análise.

A organização do Estado Belga deve, contudo, ser também mencionada, já que assume uma estrutura federal de alguma complexidade, sendo constituída, nos seus níveis mais elevados de desagregação, por três comunidades (flamenga, francófona e germânica), três regiões (Flandres, Valónia e região de Bruxelas) e quatro regiões linguísticas (a região de língua francesa, a região de língua flamenga, a região bilingue de Bruxelas e a região de língua alemã)<sup>122</sup>. Cada comunidade e cada região possuem um parlamento e um governo próprios (com a excepção da Flandres, em que as instituições da comunidade e da região foram fundidas), com um relevante conjunto de poderes e capacidade de intervenção. Acresce a estas instituições a existência, no nível federal, de duas câmaras legislativas (Câmara dos Representantes e Senado) e, naturalmente, de um governo.

Esta questão é relevante na análise das políticas públicas para a sociedade da informação, na medida em que os governos regionais assumem alguma intervenção na área, através de políticas próprias, como é o caso do documento *Contrat d'Avenir pour la Wallonie*, adoptado pelo Governo da Região da Valónia em 1999, ou do acordo de coligação apresentado pelo Governo da Região da Flandres, também em 1999, e

---

<sup>122</sup> Cf. a Constituição Belga (*La Constitution Belge, Texte coordonné du 17 février 1994, Titre Ier*), disponibilizada no sítio na *Internet* do Senado Belga, em [http://www.senate.be/doc/const\\_fr.html](http://www.senate.be/doc/const_fr.html) (último acesso a 7 de Abril de 2005).

em que as tecnologias de informação e comunicação surgem com algum relevo (Chatrue e Wraight, 2000: 60-62).

#### 3.2.4. Dinamarca

A Dinamarca é um dos primeiros Estados membros a iniciar a elaboração de políticas públicas para a sociedade da informação e um dos países com mais documentos oficiais publicados nesta área.

Em finais de Março de 1994, o governo dinamarquês liderado por Poul Nyrup Rasmussen, baseado numa coligação entre o Partido Social-Democrata (*Socialdemokraterne*), de centro-esquerda, Democratas do Centro (*Centrum-Demokraterne*), Partido Social-Liberal (*Det Radikale Venstre*) e Democrata-Cristãos (*Kristendemokraterne*), no centro do espectro ideológico, nomeia uma comissão sobre a sociedade da informação no ano 2000. Esta comissão é constituída por dois membros, Lone Dybkjær e Søren Christensen, e a sua actividade é enquadrada no âmbito do Ministério da Investigação<sup>123</sup>.

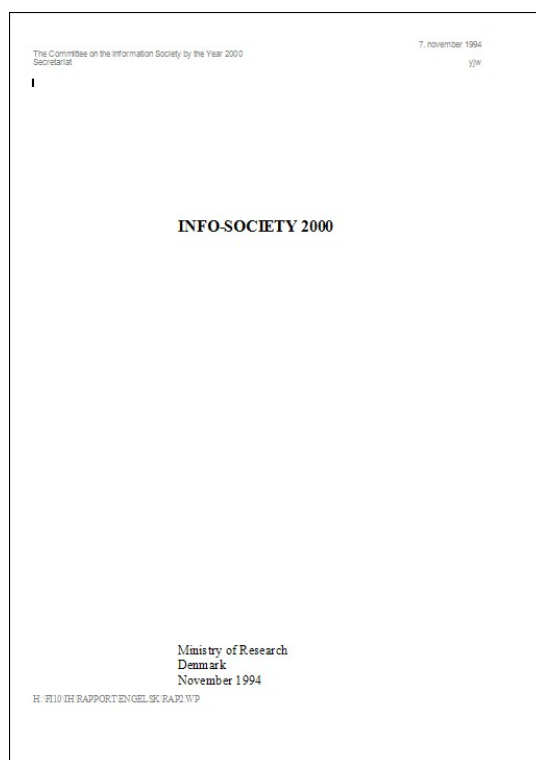
A incumbência atribuída pelo governo à comissão consistia na redacção de uma proposta de projecto para a sociedade da informação. Este projecto deveria envolver instituições públicas e privadas na criação de novas possibilidades para os cidadãos na sociedade da informação, formular uma política global para o sector das tecnologias de informação e identificar áreas de intervenção prioritária para os anos seguintes. O relatório é publicado em Novembro, menos de 6 meses após a divulgação do *Relatório Bangemann* (concluído em Maio e apresentado em Junho de 1994), com o título *Info-Society 2000* (Ministério da Investigação, 1994).

---

<sup>123</sup> O trabalho desenvolvido pela comissão incide, durante quase todo o seu período de actividade, sobre um conjunto de competências atribuídas a dois ministérios, na orgânica do primeiro governo de Poul Nyrup Rasmussen, de 25 de Janeiro de 1993 a 27 de Setembro de 1994: o Ministério das Finanças (no caso da área de tecnologias de informação) e o Ministério das Comunicações e do Turismo (no caso das telecomunicações). Contudo, a orgânica é alterada a partir do segundo governo, com a criação do Ministério da Investigação, que concentra estas competências. O Ministério da Investigação é liderado, no segundo governo de Poul Nyrup Rasmussen (de 27 de Setembro de 1994 a 30 de Dezembro de 1996), por Frank Jensen, também do Partido Social-Democrata. A comissão faz, naturalmente, referência à estrutura orgânica existente no momento da publicação do documento, e não à estrutura existente no momento da sua própria constituição.

Veja-se, sobre a constituição dos governos, a página do sítio na *Internet* do Parlamento com a sua lista, em <http://www.folketinget.dk/BAGGRUND/00000045/00232611.htm> (último acesso a 27 de Abril de 2005).

**Figura 3.20.** Info-Society 2000

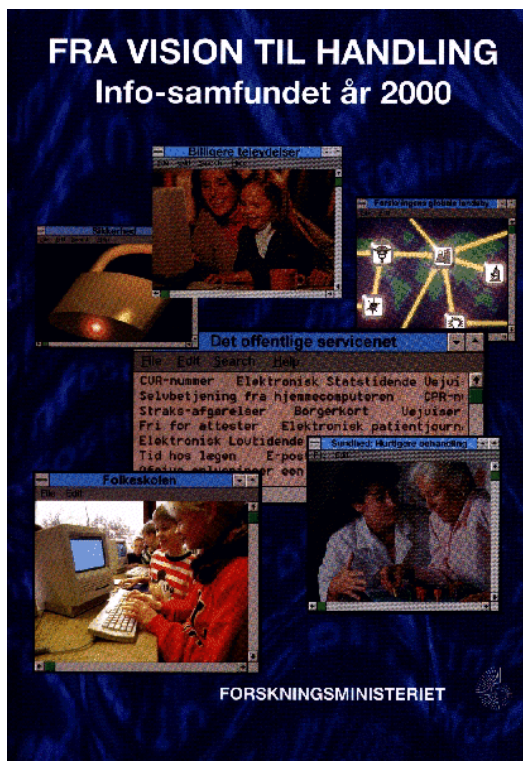


O relatório elege um conjunto de áreas prioritárias de intervenção que abrangem vários aspectos da organização social, como a administração pública, saúde, investigação e desenvolvimento, educação, meios de comunicação social, trânsito ou trabalho, e para os quais são apresentados princípios (correspondendo a grandes objectivos) e iniciativas (habitualmente estabelecendo objectivos concretos e, em alguns casos, com um prazo de execução associado para a sua concretização).

Em Março de 1995 é apresentado ao Parlamento um plano de acção baseado no relatório de Dybkjær e Christensen, embora já sem a sua intervenção directa na redacção, com a designação *From Vision to Action. Info-Society 2000 – Statement to Parliament on "Info-Society 2000" and IT Political Action Plan 1995* (Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação, 1995). Este documento efectua uma

síntese e, no caso de várias iniciativas, algumas alterações às propostas efectuadas em 1994, e é apresentado pelo governo ao parlamento, sob a forma de plano de acção – o primeiro plano de acção da Dinamarca para a sociedade da informação. O plano de acção previa, também, a apresentação de um relatório de actualização pelo governo ao parlamento, com periodicidade anual (*idem*: 1).

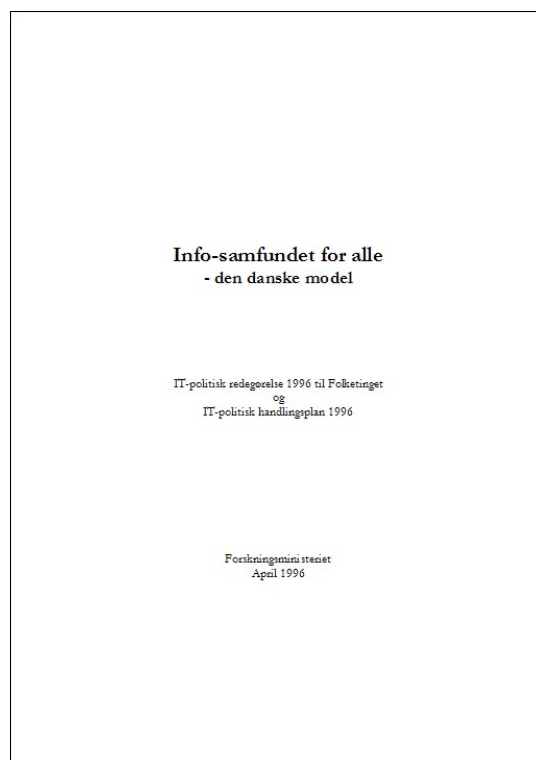
**Figura 3.21.** From Vision to Action. Info-Society 2000 – Statement to Parliament on “Info-Society 2000” and IT Political Action Plan 1995



Este documento é actualizado, como se encontrava previsto, no ano seguinte. Em Junho de 1996 é apresentado ao Parlamento um relatório de actualização do plano de acção de 1995, com a designação *The Info-Society for All – the Danish Model. IT*

*Policy Statement 1996 to the Folketing and IT Policy Action Plan 1996* (Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação, 1996).

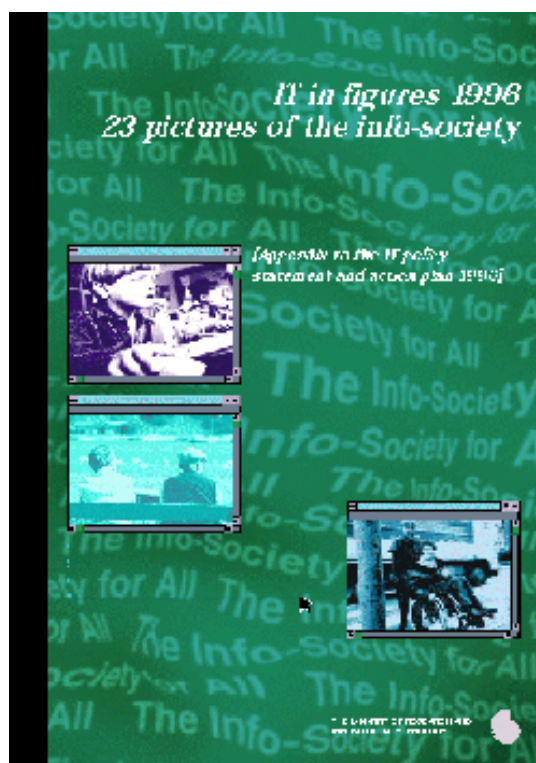
**Figura 3.22.** The Info-Society for All – the Danish Model. IT Policy Statement 1996 to the Folketing and IT Policy Action Plan 1996



Este documento consiste essencialmente na actualização dos grandes princípios e dos objectivos que as políticas para a sociedade da informação deverão adoptar, na acção futura do governo. Apesar de, em alguns momentos, referir o ponto de situação relativamente ao percurso percorrido, e apresentar dados sobre o cumprimento de objectivos anteriormente assumidos, o documento é claramente orientado para a condução da acção futura do governo. O papel de caracterização e balanço da intervenção efectuada até ao momento pelo governo é assumido por dois outros documentos que, embora independentes, surgem associados a este: o *State of IT*

action plan 1995 e o *IT in Figures 1996 – 23 Pictures of the Info-Society* (Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação 1997a e 1997b, respectivamente)<sup>124</sup>, ambos preparados cerca de dois meses antes, em Abril de 1996.

**Figura 3.23.** *IT in Figures 1996 – 23 Pictures of the Info-Society*



Em 30 de Dezembro de 1996 toma posse o terceiro governo de Poul Nyrup Rasmussen. Apesar de a sua orgânica não sofrer reestruturações na área da sociedade da informação, são efectuadas alterações ao nível dos responsáveis pelos ministérios. Frank Jensen, responsável pelo Ministério da Investigação e das Tecnologias da

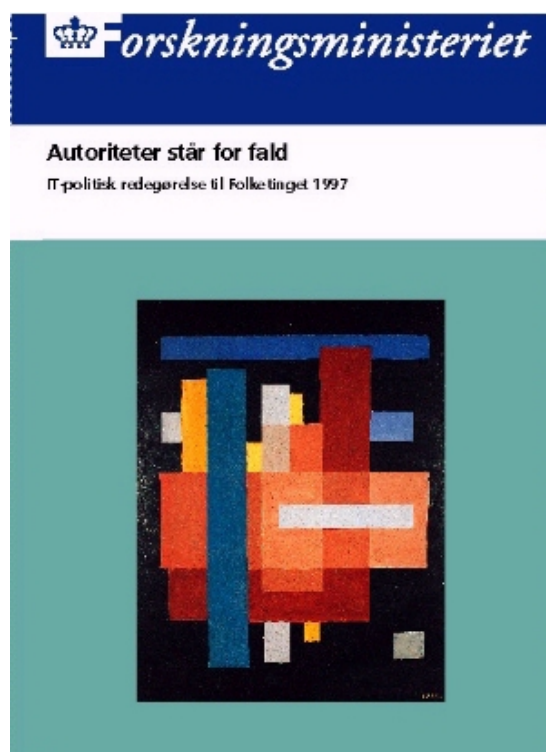
---

<sup>124</sup> Apesar de a informação sistematizada pelo governo dinarmagus na área da sociedade da informação e disponibilizada nos seus sítios na *Internet*, particularmente em <http://www.fsk.dk/fsk/publ/index-uk.html> (último acesso a 28 de Novembro de 2005), ser bastante completa, não foi possível localizar uma tradução inglesa do primeiro documento, mas apenas a versão original.

Informação do governo anterior, assume a pasta da Justiça. Jytte Hilden, ministra da Cultura nos dois governos anteriores, substitui Jensen e assume a condução do Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação até ao fim do terceiro governo de Poul Nyrup Rasmussen, a 20 de Outubro de 1997.

Esta mudança faz-se sentir no relatório anual de 1997. Em Maio, a nova ministra apresenta o documento *Authorities Heading for a Fall – IT Policy White Paper Presented to the Folketing 1997* (Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação, 1997).

**Figura 3.24.** Authorities Heading for a Fall – IT Policy White Paper Presented to the Folketing 1997

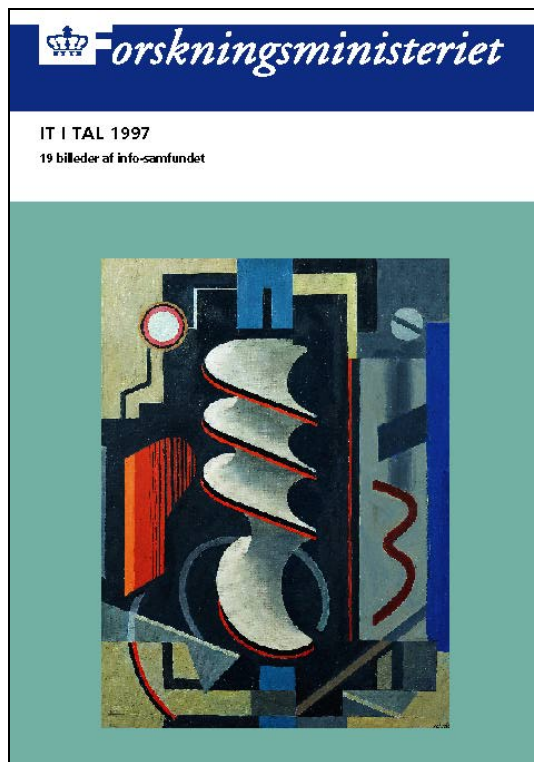


É publicado, como apêndice a este documento, o relatório *IT in figures 1997 – 19 Pictures of the Info-society* (Ministério da Investigação e das Tecnologias da



Informação, 1997a), em que são apresentados elementos estatísticos e exemplos de utilização das tecnologias de informação na Dinamarca.

**Figura 3.25.** IT in figures 1997 – 19 Pictures of the Info-society



Para além de um título que pode ser considerado, no mínimo, como pouco convencional (a expressão "autoridades a caminho de uma queda" não remete para o conjunto habitual de conotações utilizadas nos relatórios deste tipo), a preocupação de imprimir um carácter de novidade ao documento principal é expressa de várias formas.

O facto de utilizar a expressão "*white paper*" (Livro Branco) no subtítulo é outro sinal claro desta preocupação. Habitualmente, um Livro Branco marca o início da

apresentação de propostas ou de medidas de intervenção em determinada área<sup>125</sup>. No caso da Dinamarca, com a publicação dos documentos acima referidos, existem pelo menos dois documentos que poderiam facilmente ser considerados como Livros Brancos, apesar de não adoptarem essa designação: é o caso de *From Vision to Action. Info-Society 2000*, de 1994, e de *The Info-Society for All – the Danish Model*, de 1996. O documento *Info-Society 2000*, preparado por Dybkjær e Christensen em 1994 deve, neste contexto, ser tomado como mais próximo de um Livro Verde do que um Livro Branco, pelas suas características de lançamento da reflexão e do debate sobre a questão.

O sentido de que este deve ser considerado como um período excepcional é também transmitido pela redacção do texto. Por exemplo, na apresentação, assinada pela nova ministra, é afirmado que:

What is fascinating about the development is not so much the technological gains, but the potential of liberty which the information society entails; and the political challenge which it presents. Hardly all elected representatives of the people have realised this.

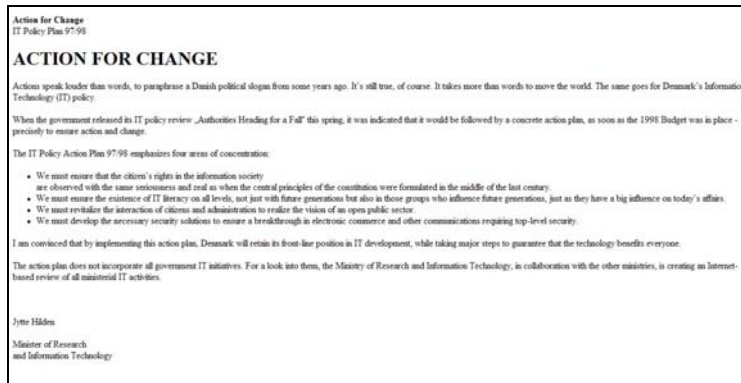
Este relatório, em que são sinteticamente apresentadas áreas estratégicas de intervenção (questão em que não difere de modo essencial de documentos anteriores), é seguido da publicação do plano de acção *Action for Change – IT Policy Plan 97/98*, em Agosto de 1997 (Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação, 1997b)<sup>126</sup>.

---

<sup>125</sup> No caso da União Europeia, por exemplo, os Livros Verdes correspondem a documentos de reflexão publicados pela Comissão Europeia sobre um domínio ou área específica. São, fundamentalmente, documentos destinados às partes interessadas, organizações e particulares, chamadas a participar num processo de consulta e debate. Os Livros Brancos, por sua vez, apresentam propostas de acção em determinado domínio ou área. São frequentemente elaborados na sequência de um Livro Verde, que lançou um processo anterior de consulta. Enquanto os Livros Verdes expõem uma série de ideias para análise e debate público, os Livros Brancos apresentam um pacote oficial de propostas em áreas políticas específicas e contribuem para o seu desenvolvimento. Veja-se, sobre esta questão, o sítio sobre os documentos da União Europeia, em [http://europa.eu.int/documents/comm/index\\_pt.htm](http://europa.eu.int/documents/comm/index_pt.htm) (último acesso a 28 de Abril de 2005).

<sup>126</sup> A versão inglesa do documento é publicada apenas em Dezembro, de acordo com a página do sítio na *Internet* em que é apresentada esta versão do documento, em <http://www.fsk.dk/fsk/publ/1997/action97/> (último acesso a 28 de Abril de 2005).

**Figura 3.26.** Action for Change – IT Policy Plan 97/98



O plano de acção para 1998 é apresentado ao parlamento em articulação com a proposta de orçamento e consta, de forma exclusiva, de iniciativas de intervenção em cada uma das áreas seleccionadas. É apresentado um total de 38 iniciativas, distribuídas pelas seguintes áreas: direitos dos cidadãos na sociedade da informação (6 iniciativas), sector público aberto aos cidadãos e às empresas (10), organização flexível da administração pública (5), economia e transacções digitais (4), segurança e privacidade (5) e desenvolvimento da literacia informática (8).

A 23 de Março de 1998 toma posse o quarto governo de Poul Nyrup Rasmussen. Jytte Hilden não mantém, no novo governo, as suas funções no ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação (não ocupa, aliás, qualquer cargo ministerial). É substituída, numa fase inicial, por Jan Trøjborg, um político do Partido Social-Democrata, à semelhança dos responsáveis anteriores pela área, e com uma larga experiência política (assumiu anteriormente por três vezes as funções de ministro, em áreas diversas).

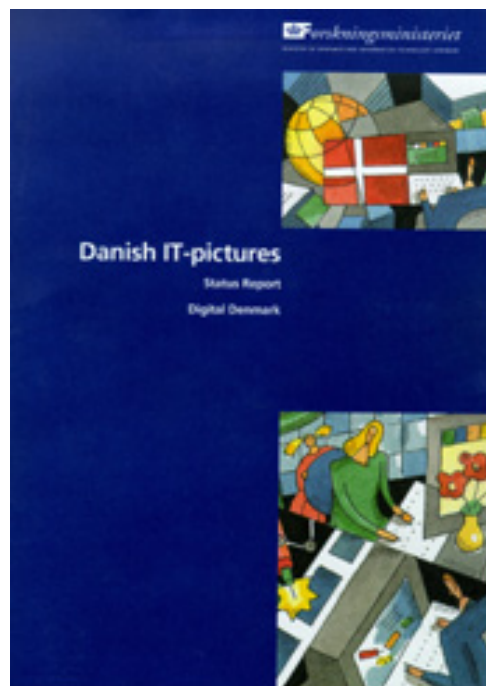
Em Novembro de 1998, o ministro Jan Trøjborg cria a Comissão para a Dinamarca Digital, constituída por Lone Dybkjær, co-autora do primeiro documento sobre a sociedade da informação na Dinamarca, de 1994 (e membro do Parlamento Europeu, também desde 1994)<sup>127</sup>, e Jørgen Lindegaard, um gestor empresarial do sector privado com experiência na área de telecomunicações e tecnologias de informação.

<sup>127</sup> Para mais informação veja-se o seu sítio na *Internet*, em <http://www.lonedybkaer.dk> (último acesso a 28 de Abril de 2005).

Esta comissão tinha por objectivo, à semelhança da comissão constituída em 1994, a redacção de um documento de orientação das futuras políticas do governo dinamarquês para a sociedade da informação. O prazo estabelecido para a conclusão deste memorando foi o final de 1999 (Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação, 1999: 3).

Em Maio de 1999 é publicado, como base para o trabalho da Comissão, um relatório de ponto de situação (*status report*) sobre a situação das tecnologias de informação na Dinamarca, com o título TI Dinamarquesas – Imagens<sup>128</sup> (Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação, 1999).

**Figura 3.27.** Danish IT-pictures



Este documento integra indicadores estatísticos e uma análise da evolução da sociedade da informação na Dinamarca (*idem*). Para além deste relatório, é também

---

<sup>128</sup> *Danish IT-pictures.*

estabelecido um grupo de referência constituído por cerca de 10 especialistas da área empresarial, das universidades e do sector público, e são realizados seminários e debates sobre vários temas a abordar (Chatrie e Wraight, 2000: 71).

Em 10 de Julho de 1999, o responsável ministerial pela sociedade da informação é novamente substituído. Jan Trøjborg assume outro ministério, numa remodelação governamental, e é substituído por Birte Weiss (também membro do Partido Social-Democrata). Esta remodelação não implica, contudo, a paragem do trabalho da Comissão para a Dinamarca Digital, que prossegue a preparação e redacção do documento de acordo com os objectivos inicialmente estabelecidos.

Em Setembro do mesmo ano, os partidos Social-Democrata, Social Liberal, Liberal Democrata, Conservador, Socialista do Povo e Democrata do Centro estabelecem um acordo sobre os objectivos da política de telecomunicações (AA. VV,, 1999), que substitui e actualiza o acordo sobre estruturas de telecomunicações estabelecido em Junho de 1990. Este acordo estabelece um consenso alargado entre os principais partidos dinamarqueses sobre aqueles que deverão ser os princípios gerais de orientação da política de telecomunicações. Segundo Chatrie e Wraight (2000: 72), este acordo será também considerado por Dybkjær e Lindegaard e utilizado na redacção do seu relatório.

A sua redacção encontra-se concluída, de acordo com o inicialmente estabelecido, em 29 de Novembro de 1999<sup>129</sup>. O título adoptado, *Digital Denmark – conversion to the network society* (Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação, 2000), parece inaugurar a substituição da expressão *sociedade da informação* pelo termo *sociedade em rede* (provavelmente sob a influência da obra de Castells), nas políticas públicas da Dinamarca.

---

<sup>129</sup> A redacção do documento encontra-se concluída nesta data. A edição da versão inglesa é efectuada, contudo, cerca de dois meses e meio mais tarde, em 11 de Fevereiro de 2000. Veja-se, relativamente a esta questão, <http://www.detdigitedanmark.dk/english/colophone.html> (último acesso a 28 de Abril de 2005).

**Figura 3.28.** Digital Denmark – conversion to the network society



Este relatório gere as expectativas sobre o seu conteúdo e sobre o seu âmbito de intervenção de forma prudente, em contraste com a linguagem e o tom utilizados por Jytte Hilden. Os autores, Dybkjær e Lindegaard, apresentam o documento como incidindo sobre um conjunto circunscrito de temas: "At the risk of being criticised for our omissions, we have chosen not to deal with everything under the sun." (*idem*: 6). Esta prudência é perceptível, aliás, também no documento de 1994, redigido por Dybkjær e Christensen, em que afirmam, sobre o seu conteúdo: "It is not a report by traditional standards, where no stone within the area has been left unturned" (Ministério da Investigação, 1994: 3).

Relativamente aos conteúdos, o relatório elege 5 objectivos, no seguimento dos quais são apresentadas recomendações. Os objectivos consistem em estabelecer uma estratégia de aprendizagem no decurso da vida, acessível a todos os cidadãos (a que correspondem 10 recomendações no documento); afirmar a Dinamarca na área do

comércio electrónico (10 recomendações); assegurar aos cidadãos serviços mais eficientes e mais baratos através de administração digital (10), criar alguns serviços específicos através da *Internet*, especialmente relacionados com a democracia, a participação política e a cultura (6) e criar pólos de desenvolvimento tecnológicos, ou *IT lighthouses* (2). Acresce, a estes objectivos, uma última parte destinada às medidas para acompanhamento do desenvolvimento das tecnologias de informação na Dinamarca (também com 2 recomendações).

Estes objectivos e recomendações dão origem ao documento *Realigning to a Network Society*, publicado pelo ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação a 17 de Janeiro de 2000, e apresentado pelo governo ao Parlamento.

**Figura 3.29.** Realigning to a Network Society



O governo adopta, através deste documento, a maior parte dos objectivos e recomendações propostas por Dybkjær e Lindegaard, que passam a constituir os objectivos da política do governo para a área da sociedade da informação.

### 3.2.5. Espanha

A Espanha não possui, durante vários anos, iniciativas ou políticas nacionais para a sociedade da informação. Em 1996, o PP (Partido Popular (PP) ganha as eleições gerais e José María Aznar toma posse como Presidente do Governo a 4 de Maio – funções que mantém até 2004<sup>130</sup>. Cerca de dois anos depois, no início de 1998, o ministro da Indústria e da Energia do governo do PP, Josep Piqué i Camps<sup>131</sup>, cria o Grupo assessor sobre as indústrias da sociedade da informação<sup>132</sup>. Este grupo, constituído por membros provenientes das indústrias electrónica, de telecomunicações, informática e de conteúdos, tinha por missão elaborar um documento em que fossem apresentados projectos estratégicos e medidas que permitissem orientar a política industrial a curto e médio prazo. O documento, considerado pelo governo como um ponto de partida para a estratégia nacional para a sociedade da informação, é entregue ao ministro em finais de Julho (cf. Boletim Oficial das Cortes Gerais, 1999: 32)<sup>133</sup>.

O Ministério da Indústria e Energia cria, em finais do Outubro de 1998, e seguindo recomendações do Grupo assessor, o Fórum sobre a sociedade da informação<sup>134</sup>. Encontram-se representados, neste Fórum, agentes da área, para além de representantes dos ministérios do fomento, da educação e cultura, da administração pública e da Presidência do Governo (*idem: ibidem*). O Fórum desenvolve a sua actividade em articulação com a Direcção Geral de indústrias e tecnologias de informação, recentemente criada e integrada no Ministério Indústria e da Energia, e

---

<sup>130</sup> Cf. o sítio na *Internet* da Presidência do Governo, em <http://www.la-moncloa.es> (último acesso a 10 de Maio de 2005).

<sup>131</sup> Membro do PP e ministro da indústria e energia de 1996 a 2000, no primeiro governo liderado por José María Aznar.

<sup>132</sup> *Grupo asesor sobre las industrias de la sociedad de la información*. Não foi possível estabelecer com precisão o momento de criação deste grupo devido ao facto de diferentes referências bibliográficas indicarem diferentes datas de criação. Em 31 de Março de 1999, o secretário-geral das relações com as cortes afirmou, numa sessão de perguntas e respostas no Parlamento, que o grupo assessor tinha sido criado em Março de 1998 (Boletim Oficial das Cortes Gerais 1999: 31). Em 11 de Maio de 1999, o subsecretário de indústria e energia, González-Bueno Catalán de Ocón, afirmou no Senado que o grupo assessor tinha sido criado em Janeiro de 1998 (Diário de Sessões das Cortes Gerais 1999: 3004).

<sup>133</sup> Não foi possível localizar qualquer cópia deste relatório, na investigação realizada.

<sup>134</sup> *Foro de la Sociedad de la Información*.



dedica a sua atenção, de forma particular, às áreas definidas pelo Grupo assessor. São constituídos, para este fim, 5 grupos *ad hoc* de trabalho constituídos por membros do Fórum, sobre temas indicados no relatório do Grupo assessor: comércio electrónico, ensino e formação, conteúdos, aplicações para a administração pública e um conjunto de medidas horizontais com o objectivo de criar um ambiente favorável ao desenvolvimento empresarial do sector das indústrias de informação.

Em 9 de Abril de 1999 o Conselho de Ministros aprova um acordo em que se encontra prevista a criação de uma Iniciativa estratégica do governo para o desenvolvimento da sociedade da informação (cf. Diário de Sessões das Cortes Gerais, 1999: 3006)<sup>135</sup>. Este acordo assinalava, também, a necessidade de criação de uma comissão interministerial para a sociedade da informação, com o principal objectivo de coordenar todas as acções ministeriais para a sociedade da informação e de colocar em marcha a iniciativa estratégica, em conjunto com o Fórum da sociedade da informação. Esta comissão é formalmente criada a 23 de Julho de 1999, através do Decreto Real 1289/1999, com a designação de Comissão interministerial para a sociedade da informação e das novas tecnologias em Espanha (Espanha, 1999)<sup>136</sup>.

Apesar de esta comissão se revestir de uma natureza transversal aos vários ministérios, o Ministério da Indústria e Energia continua a assumir claramente o papel de agente central das políticas do governo central para a sociedade da informação. A continuação desta preponderância é perceptível, em primeiro lugar, através da atribuição da presidência desta comissão interministerial ao ministro da indústria e da energia, Josep Piqué i Camps, e, em segundo lugar, através da atribuição da secretaria-geral da comissão à Direcção Geral de indústrias e tecnologias de informação, pertencente ao mesmo ministério (*idem: ibidem*).

A publicação de documentos ou de relatórios sobre a sociedade da informação por outros ministérios limita-se ao âmbito das competências e áreas directas de intervenção que se encontram reservadas ao próprio ministério, não correspondendo a uma intervenção global sobre o tema. É o caso do documento *Política de Telecomunicaciones y Sociedad de la Información. Presente y Futuro*, publicado pela Secretaria-geral de Comunicações (1999), pertencente ao Ministério do Fomento. O documento, publicado a 17 de Novembro de 1999, incide sobre as áreas da competência directa da Secretaria-geral de Comunicações e constitui

---

<sup>135</sup> *Iniciativa Estratégica del Gobierno para el desarrollo de la sociedad de la información.*

<sup>136</sup> *Comisión Interministerial de la Sociedad de la Información y de las Nuevas Tecnologías en España.*

predominantemente uma síntese das principais actividades desenvolvidas, dedicando pouca atenção à apresentação de um plano, de um projecto global, ou de novas iniciativas ou medidas.

O Conselho de Ministros aprovou, na reunião de 23 de Dezembro, a iniciativa INFO XXI, A Sociedade da Informação para Todos<sup>137</sup>, publicada em Janeiro de 2000 pela Comissão Interministerial (Comissão Interministerial da Sociedade da Informação e das Novas Tecnologias, 2000).

**Figura 3.30.** INFO XXI – La Sociedad de la Inform@ción para todos



---

<sup>137</sup> INFO XXI -La Sociedad de la Inform@ción para todos.

Este documento estabelece áreas prioritárias de intervenção para o governo, no estímulo e desenvolvimento da sociedade da informação em Espanha, para o período 2000-2003. Estas áreas são a educação e formação, criação de emprego, incremento da inovação, aumento de eficácia da administração pública e das empresas, coesão social, melhoria da qualidade de vida e projecção exterior de Espanha.

A Espanha é, desta forma, o último Estado-membro da União Europeia a adoptar um plano de intervenção global para a sociedade da informação.

A intervenção do governo central nesta área não é, contudo, exclusiva, surgindo várias políticas regionais para a sociedade da informação, desde 1999. É o caso da Catalunha, com o projecto Catalunha em Rede, seguido de documentos de La Rioja e das Canárias, em 2000, e, posteriormente, de Navarra e da Extremadura, em 2001, e de Aragão e do País Basco, em 2002<sup>138</sup>.

#### 3.2.6. Finlândia

A Finlândia é, a par da Dinamarca e da Suécia, um dos Estados membros que inicia mais cedo o desenvolvimento de estratégias globais para a sociedade da informação.

A Finlândia cria, em 1976, um Conselho Consultivo para as Tecnologias da Informação<sup>139</sup>. Este Conselho pioneiro, que receberia provavelmente a designação de Conselho para a Sociedade da Informação, caso fosse criado no período em análise, mantém a sua actividade até 1991 (Ministério das Finanças, 1995a: 5), atravessando vários governos.

Entre 1990 e 1992, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) efectua uma análise das políticas de telecomunicações e de tecnologias de informação na Finlândia (OCDE, 1992). Esta análise permite concluir que, apesar do extraordinário nível de penetração e de familiaridade com as novas tecnologias, o país não possuía uma estratégia clara para a área. Na sequência da análise efectuada pela OCDE, o governo de coligação liderado por Esko Aho, do Partido do Centro (Suomen Keskusta - KESK), atribui ao Ministério das Finanças a tarefa de cumprir este objectivo.

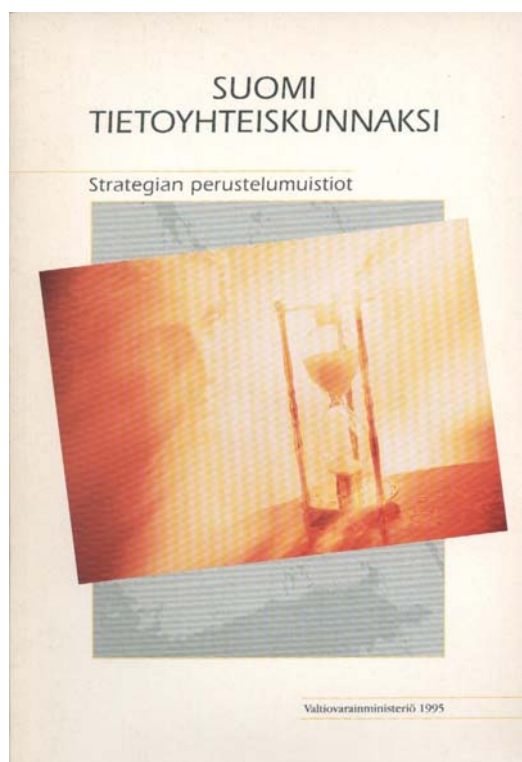
---

<sup>138</sup> São apresentadas no ponto 0, na página 5, as referências completas destes documentos.

<sup>139</sup> A designação utilizada nos documentos publicados pelo governo finlandês em língua inglesa é *Information Technology Advisory Board* (cf., por exemplo, Ministério das Finanças 1995: 5).

O relatório em que surge a primeira estratégia da Finlândia para a sociedade da informação (ou, pelo menos, o primeiro documento do governo em que é utilizada a expressão "sociedade da informação" para a caracterização das políticas públicas)<sup>140</sup> é apresentado em Dezembro de 1994, com o título *A Finlândia no sentido da sociedade da informação – Uma estratégia nacional* (Ministério das Finanças, 1995)<sup>141</sup>.

**Figura 3.31.** A Finlândia no sentido da sociedade da informação – Uma estratégia nacional (*Suomi Tietoyhteiskunnaksi - Strategian perustelumuiiot*)



---

<sup>140</sup> É entendimento de um informador privilegiado, participante directo na redacção de vários dos documentos estratégicos para a sociedade da informação na Finlândia e alto responsável do Ministério das Finanças, expresso numa das entrevistas exploratórias realizadas para este trabalho de investigação, que a actividade do Conselho Consultivo para as Tecnologias da Informação consistia no desenvolvimento de políticas públicas para a sociedade da informação *avant la lettre*.

<sup>141</sup> Apesar de apresentado em Dezembro de 1994, a publicação do documento, com 164 páginas, apenas é concluída em Janeiro de 1995. A designação referida nos textos finlandeses posteriores, em língua inglesa, é *Finland Towards the Information Society – a National Strategy*. O título original é *Suomi Tietoyhteiskunnaksi - Strategian perustelumuiiot*. Não existe,

O documento é redigido por um grupo de trabalho com um núcleo limitado a 2 funcionários do Ministério das Finanças e 3 especialistas integrados como consultores externos (vários destes elementos tinham pertencido anteriormente ao Conselho Consultivo para as Tecnologias da Informação, entretanto extinto), embora envolva, no seu conjunto, nos vários debates e encontros realizados, a participação de um total de cerca de 100 pessoas<sup>142</sup>.

As necessidades de mudança sentidas pelo governo finlandês correspondiam, nesta altura, a três motivos principais, explicitamente afirmados no documento: a necessária integração da economia finlandesa numa economia global e em mudança; o elevado desemprego e as dificuldades económicas sentidas pela economia nacional, e as pressões para a mudança induzidas pelas novas tecnologias (Ministério das Finanças, 1995a: 5). Estes motivos podem parecer, numa primeira leitura, comuns a um grande conjunto de países – provavelmente, a todos os Estados membros, em determinada altura. Contudo, a evolução da situação económica da Finlândia assume efectivamente contornos excepcionais, neste período.

Devido, entre outros factores, à liberalização nos sectores da banca e da indústria, conjugada com (embora independente de) o colapso da União Soviética, que absorvia cerca de 30% das suas exportações, a situação económica e social na Finlândia agrava-se, no início da década de 1990. Em poucos anos, regista-se uma significativa desvalorização da moeda, um súbito aumento do endividamento público, uma diminuição do produto interno bruto próxima dos 10% e um crescimento inédito do desemprego, que passa de cerca de 4% para 18%<sup>143</sup>. O facto de a Finlândia se encontrar em pleno processo de adesão à União Europeia, em meados da década (o referendo sobre a adesão é realizado a 16 de Outubro de 1994 e a Finlândia integra formalmente a União Europeia a 1 de Janeiro de 1995, juntamente com a Áustria e a

---

aparentemente, qualquer versão em língua inglesa, em formato digital ou em papel, deste documento. É, por esse motivo, incluída nas referências bibliográficas a versão original.

<sup>142</sup> Informação disponibilizada pelo informador privilegiado acima referido, em entrevista exploratória.

<sup>143</sup> Veja-se, para uma perspectiva interna desta evolução, o discurso de Pentti Hakkarainen, membro do Conselho de Administração do Banco da Finlândia, sobre a economia finlandesa e o Euro, proferido no Instituto Nobel, a 19 de Abril de 2004 (Banco da Finlândia 2004). De acordo com o informador privilegiado já referido, a situação é de tal forma grave que afirma, numa das entrevistas realizadas, que, “sem a ajuda maciça do Estado, TODOS os Bancos teriam ido parar à bancarrota” (o destaque é utilizado no texto original da mensagem de correio electrónico escrita pelo entrevistado).

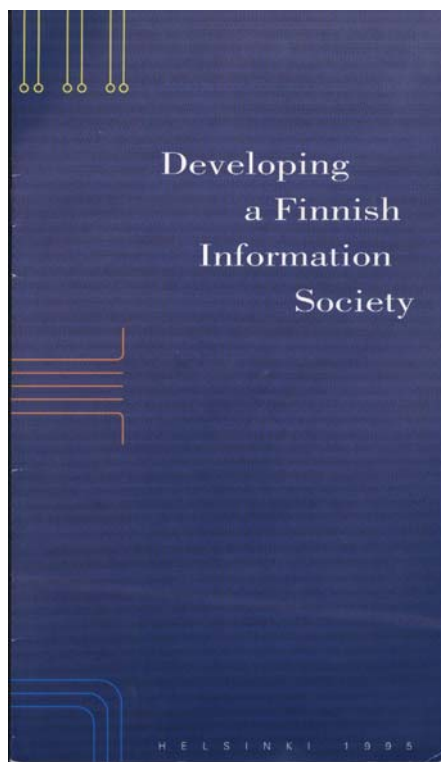
Suécia) é, naturalmente, outra variável que deve ser considerada, na caracterização do contexto político.

Em 18 de Janeiro de 1995, o governo, baseando-se no documento preparado pelo Ministério das Finanças, adopta uma decisão de princípio sobre medidas para o desenvolvimento da sociedade da informação na Finlândia (Conselho de Estado, 1995)<sup>144</sup>. Esta decisão de princípio estabelece um conjunto de objectivos, definidos de forma relativamente generalista, e respeitando a várias áreas de intervenção. No seu conjunto, as áreas seleccionadas são transversais, envolvendo vários sectores e agentes sociais. Apesar de o documento surgir com a autoria colectiva do governo e a responsabilidade de prossecução dos objectivos ser atribuída ao gabinete do primeiro-ministro e aos respectivos ministérios, de acordo com as suas competências e áreas de atribuição (*idem*: 20), o Ministério das Finanças assume um papel relevante, sendo responsável pela coordenação da fase de planeamento detalhado da concretização dos objectivos (*idem*: 8).

---

<sup>144</sup> A designação oficialmente adoptada em língua inglesa é *Decision in principle taken by the Council of State on measures to develop the Finnish information society*. Esta decisão encontra-se transcrita no documento *Developing a Finnish Information Society*. A transcrição da decisão ocupa, aliás, a quase totalidade deste documento. Este documento é também frequentemente designado como *position paper (Finland Government Position Paper on Information Society Policy)*. O *Valtioneuvosto (Council of State)*, em várias traduções oficiais de documentos finlandeses para inglês), corresponde ao governo, no sentido que lhe é atribuído em Portugal.

**Figura 3.32.** Developing a Finnish Information Society (em que é publicada a Decision in principle taken by the Council of State on measures to develop the Finnish information society)



A preocupação com a adesão à União Europeia e a valorização da pertença e participação num sistema global faz-se sentir, neste documento, desde a primeira página. Na introdução é referido, como primeiro argumento de autoridade externa (invocado como justificativo da própria oportunidade do documento), o facto de organizações internacionais como a OCDE, a União Internacional de Telecomunicações (*International Telecommunications Union, ITU*) e a UNESCO sublinharem a importância da construção da sociedade da informação (*idem*: 5). O segundo argumento de autoridade externa, desenvolvido de forma mais detalhada, centra-se na actividade da União Europeia nesta área. É, em primeiro lugar, invocado o programa de acção da Comissão Europeia, *Europe's way to the information society. An Action Plan* (COM(94) 347 final), de 1994. Este programa encontrava-se, na altura, na

fase de arranque, sendo apontado o Conselho de Essen, de 10 de Dezembro de 1994, como um momento essencial para a definição das suas linhas principais de acção. É, em segundo lugar, efectuada uma referência, embora indirecta, às conclusões do Relatório Bangemann, quando se afirma que o Conselho realça a importância do papel do sector privado na construção da sociedade da informação<sup>145</sup>. É, por fim e como corolário destes argumentos, afirmado que a cooperação internacional necessita de ser reforçada, especialmente com os países da Europa central e ocidental e com os países mediterrânicos (*idem*: 6).

Entre Janeiro e Março de 1995 (provavelmente durante o mês de Fevereiro), o governo finlandês publica uma síntese em inglês da estratégia nacional para a sociedade da informação, com o título *O Caminho da Finlândia para a Sociedade da Informação - A Estratégia Nacional* (Ministério das Finanças, 1995a)<sup>146</sup>. Este documento apresenta uma breve síntese do documento de Dezembro de 1994, bem como da decisão de princípio adoptada pelo governo a 18 de Janeiro de 1995.

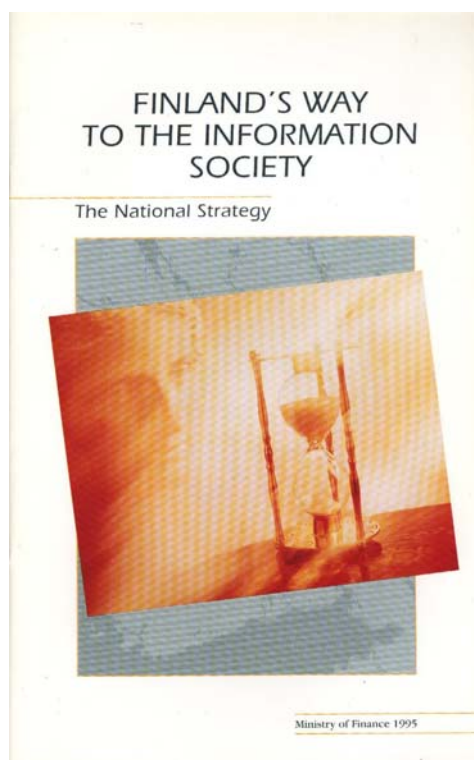
---

<sup>145</sup> A inclusão desta referência deve, provavelmente, ser entendida no contexto de uma recente liberalização nos sectores da banca e da indústria, na Finlândia, e da fragilidade da sua situação económica e social na altura, como acima referido.

<sup>146</sup> A designação adoptada na versão inglesa do documento é *Finland's Way to the Information Society - The National Strategy*. O documento não possui referência ao mês de edição. Não foi, adicionalmente, localizada qualquer fonte que permitisse identificar o mês de edição de forma inequívoca. Contudo, as referências no texto do documento permitem estabelecer a data de edição como posterior a Janeiro de 1995 (uma vez que o documento refere de forma retrospectiva a decisão de princípio, de 18 de Janeiro) e anterior a Março (uma vez que não efectua qualquer referência à realização de eleições gerais e à mudança de governo - o que se verifica no documento posterior).



**Figura 3.33.** Finland's Way to the Information Society – The National Strategy



Em Março de 1995, o Partido Social-Democrata (*Suomen Sosialidemokraattinen Puolue*, SDP) vence as eleições gerais e um novo governo de coligação, liderado por Paavo Lipponen, toma posse a 13 de Abril.

Apesar de o Ministério das Finanças assumir um papel de coordenação das políticas para a sociedade da informação na Finlândia, a actividade do governo é caracterizada pelo facto de vários ministérios desenvolverem de forma particularmente activa (quase concorrencial, em alguns aspectos) as suas políticas sectoriais para a sociedade da informação. O ministério da educação e o ministério dos transportes e das comunicações foram precursores, no estabelecimento de políticas sectoriais. O Ministério da Educação publica a sua própria estratégia para a sociedade da informação ainda em 1995, com o documento *Educação, Formação e Investigação na*

*Sociedade da Informação – Uma Estratégia Nacional* (Ministério da Educação, 1995)<sup>147</sup>. O Ministério dos Transportes e das Comunicações publica o seu primeiro documento estratégico em Fevereiro de 1996 (Chatrie e Wraight, 2000: 83).

Em Maio de 1996, o governo de Lipponen estabelece o Fórum da Sociedade da Informação e o Conselho Consultivo para a Sociedade da Informação, cuja presidência parece ser atribuída inicialmente ao ministro da educação e, posteriormente, ao ministro dos transportes e das comunicações (Ministério das Finanças, 1996: 16 e Conselho Consultivo para a Sociedade da Informação, 2000: 6)<sup>148</sup>. A criação deste conselho consultivo representa, em termos de intervenção e influência dos vários ministérios sobre a definição de políticas públicas para a sociedade da informação, o início da perda do protagonismo do Ministério das Finanças<sup>149</sup>.

Este governo, apesar de contar com uma base partidária de apoio diferente da do governo anterior, utiliza os documentos existentes como ponto de partida para a publicação, em 1996, de um documento de síntese com a estratégia nacional para a sociedade da informação, com o título *O Caminho da Finlândia para a Sociedade da Informação – A Estratégia Nacional e a sua Implementação* (Ministério das Finanças, 1996)<sup>150</sup>. Este documento consiste, efectivamente, numa reedição do documento de 1995 (como, aliás, a própria permite perceber), incluindo algumas alterações e actualizações. Como é referido no documento, enquanto muitas políticas mudaram com a alteração de governo, a ênfase nos assuntos relacionados com a sociedade da informação mantém-se (*idem*: 15).

---

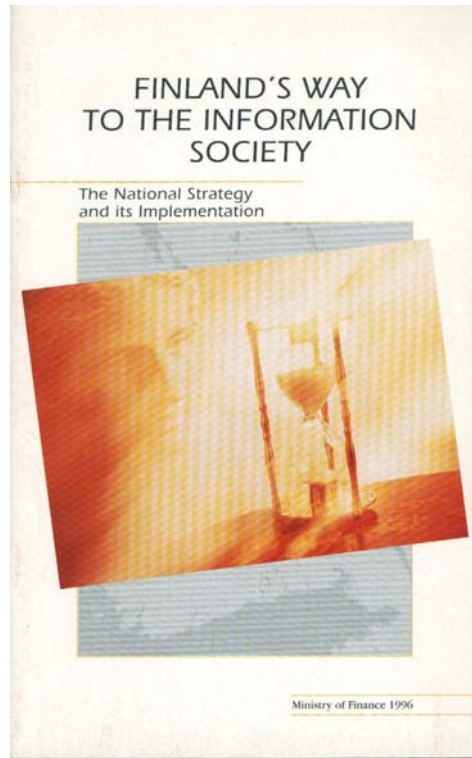
<sup>147</sup> *Education, Training and Research in the Information Society. A National Strategy*, na versão inglesa.

<sup>148</sup> *National Council for Information Society*, também designado como *National Committee for Information Society Issues* ou *Information Society Advisory Board*. O Presidente da Comissão será, curiosamente, em princípio, o mesmo, no caso de ambos os ministérios: Olli-Pekka Heinonen, que assume a pasta da educação no primeiro governo de Lipponen, e a dos transportes e comunicações, no início do seu segundo governo. Não foi, contudo, possível confirmar esta informação de forma inequívoca.

<sup>149</sup> Este processo de perda de protagonismo do Ministério das Finanças coincide com a saída de um dos seus membros mais activos na área da sociedade da informação (Tauno Heikkilä) e da passagem de outro à situação de pré-reforma (Ilmari Pietarinen), de acordo com informação recolhida em entrevistas exploratórias.

<sup>150</sup> O título adoptado na versão inglesa do documento é *Finland's Way to the Information Society – The National Strategy and its Implementation*. O documento não possui referência ao mês de edição. Não foi, adicionalmente, localizada qualquer fonte que permita precisar o mês de edição.

**Figura 3.34.** Finland's Way to the Information Society – The National Strategy and its Implementation



Em 1997, o ministro dos transportes e das comunicações inicia o processo de revisão das políticas para a sociedade da informação definidas no período 1994-1995. O motivo formalmente assumido pelo ministro, em conferência organizada pelo *European Survey of Information Society (ESIS)*, em Março de 1998, corresponde a um conjunto de críticas dirigidas às políticas desenvolvidas até à altura.

The Finnish information strategy has been criticised for placing too much emphasis on technology and competitiveness instead of citizens. It has been criticised for neglecting the regional and local aspects as well as the needs of different citizen groups – the elderly, the handicapped, the unemployed. It has also been criticised for not paying attention to cultural questions such as content or language issues. (Citado em Chatrue e Wraight, 2000: 84).

Este processo é liderado, para além do Ministério dos Transportes e das Comunicações, pelo Conselho Consultivo para a Sociedade da Informação e pelo Fundo Nacional Finlandês para a Investigação e Desenvolvimento (SITRA)<sup>151</sup>.

Em Dezembro de 1998, 4 anos após a publicação da primeira estratégia para a sociedade da informação, a Finlândia publica, através do SITRA, um novo documento de definição estratégica para a área. O documento, com o título *Qualidade de Vida, Conhecimento e Competitividade – Premissas e objectivos para o desenvolvimento estratégico da sociedade da informação finlandesa* (SITRA, 1998)<sup>152</sup>, renova e reformula os objectivos estabelecidos para a sociedade da informação e é formalmente submetido ao primeiro-ministro, após a sua publicação.

**Figura 3.35.** Quality of Life, Knowledge and Competitiveness - Premises and objectives for strategic development of the Finnish information society



<sup>151</sup> *Finnish National Fund for Research and Development*, na tradução oficial para inglês. A instituição assume o estatuto legal de fundação pública independente, e a sua actividade encontra-se sob a supervisão do Parlamento. Cf. o sítio na *Internet* da instituição, em [www.sitra.fi](http://www.sitra.fi).

<sup>152</sup> *Quality of Life, Knowledge and Competitiveness - Premises and objectives for strategic development of the Finnish information society*, na versão oficial em língua inglesa.

A 21 de Março de 1999 são realizadas eleições gerais na Finlândia. O Partido Social-Democrata é, à semelhança do sucedido nas eleições de 1995, o mais votado. Na sequência dos resultados eleitorais registados toma posse, a 15 de Abril, o segundo governo de coligação liderado por Lipponen.

A sociedade da informação recebe destaque no programa do novo governo, sendo o primeiro dos três grandes temas seleccionados para o capítulo do programa dedicado à educação, à ciência e à cultura (Finlândia, 1999). O texto do programa tenta conciliar referências a questões de natureza eminentemente técnica ou económica (como a preocupação com o desenvolvimento das indústrias da área) com objectivos de cariz predominantemente social (como a info-exclusão).

Inicia-se, na sequência da tomada de posse do novo governo, e de forma quase imediata, a “segunda geração” de políticas sectoriais. O precursor na edição de documentos de reformulação e actualização de políticas sectoriais para a sociedade da informação é, novamente, o Ministério da Educação. Poucos dias após a tomada de posse do novo governo, a 23 de Abril de 1999, e apesar de se verificar uma mudança de responsável ministerial pela área<sup>153</sup>, o Ministério da Educação publica a actualização da estratégia em vigor desde 1995. Este documento é redigido por um grupo de trabalho constituído em Dezembro de 1998 e adopta o título *Educação, Formação e Investigação na Sociedade da Informação – Uma Estratégia Nacional para 2000-2004* (Ministério da Educação, 1999).

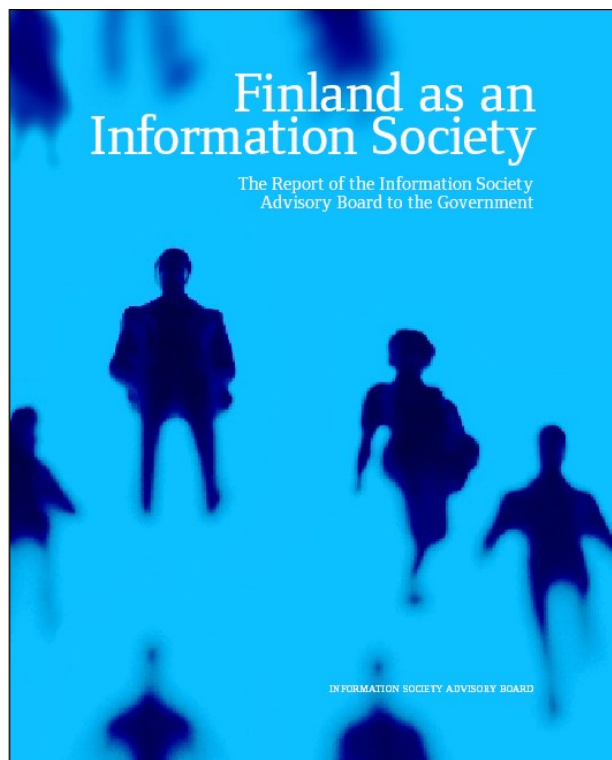
Em Junho de 2000, o Conselho Consultivo para a Sociedade da Informação apresenta o seu primeiro relatório, com o título *A Finlândia como uma Sociedade da Informação* (Conselho Consultivo para a Sociedade da Informação, 2000)<sup>154</sup>.

---

<sup>153</sup> A ministra da educação, a partir de 15 de Abril de 1999, é Maija Rask. O anterior responsável pela área era Olli-Pekka Heinonen, ministro da educação durante todo o primeiro governo de Lipponen. No seu segundo governo, Heinonen assume a pasta dos transportes e das comunicações (até Dezembro de 2001).

<sup>154</sup> O título completo em inglês é *Finland as an Information Society – The Report of the Information Society Advisory Board to the Government*.

**Figura 3.36.** Finland as an Information Society – The Report of the Information Society Advisory Board to the Government



Este relatório reafirma a sociedade da informação como um objectivo nacional e consiste, na sua quase totalidade, na caracterização e avaliação das políticas para a sociedade da informação adoptadas na Finlândia, até à altura. Apenas na parte final algumas páginas são dedicadas à apresentação de propostas e de medidas para a continuação da acção do governo.

### 3.2.7. França

Uma das características que se destaca, no caso da França, é o elevado número de relatórios preparatórios e de reflexão sobre as novas tecnologias, a *Internet* e a sociedade da informação, antes do surgimento do primeiro programa de acção

governamental, em 1998. A câmara alta do Parlamento, o Senado<sup>155</sup>, desempenha, neste processo, um papel central, através da publicação do primeiro relatório sobre o tema e, posteriormente, de vários relatórios e documentos em que assume simultaneamente uma postura de reflexão, divulgação e, mesmo, de pedagogia sobre o tema.

A 8 de Março de 1995, o Senado publica, através do Gabinete Parlamentar das Escolhas Científicas e Tecnológicas<sup>156</sup>, o relatório *As novas técnicas de informação e comunicação: o homem cibernético?*<sup>157</sup>, cujo relator é o senador Franck Sérusclat (Sérusclat, 1995). É apresentada, neste documento, uma reflexão e caracterização das novas tecnologias de informação e comunicação, sobretudo com o objectivo de servir de base de informação aos membros do Parlamento, bem como aos cidadãos<sup>158</sup>.

Em Setembro de 1996, o Commissariado Geral do Plano, directamente dependente do Primeiro-ministro<sup>159</sup>, publica o primeiro relatório com origem numa iniciativa do governo francês sobre as redes da sociedade da informação<sup>160</sup>. O governo assenta, na altura, numa coligação entre o RPR (*Rassemblement pour la République*) e a UDF (*Union pour la Démocratie Française*), de centro-direita, e é liderado pelo Primeiro-ministro Alain Juppé, do RPR. O relatório do Commissariado Geral do Plano é redigido por uma equipa presidida por Thierry Miléo, em que participam como relatores Gilles Crespín, Arnauld Schaeffer e Jean-Noël Tronc (que posteriormente desempenha as funções de conselheiro técnico para a área da sociedade da informação, no gabinete do Primeiro-ministro socialista Lionel Jospin – cf. França, 1998: 76)<sup>161</sup>. Este documento, com o título *As redes da sociedade da informação*, fica conhecido como *relatório Miléo*, pelo nome do seu principal redactor. Não se segue, contudo, na sua sequência, um plano ou um programa de acção do governo para a sociedade da informação.

---

<sup>155</sup> O Parlamento francês é constituído por uma câmara baixa (Assembleia Nacional) e por uma câmara alta (Senado) – cf. art.º 24.º da Constituição.

<sup>156</sup> *Office parlementaire des choix scientifiques et technologiques*.

<sup>157</sup> *Les nouvelles techniques d'information et de communication: l'homme cybernétique?*

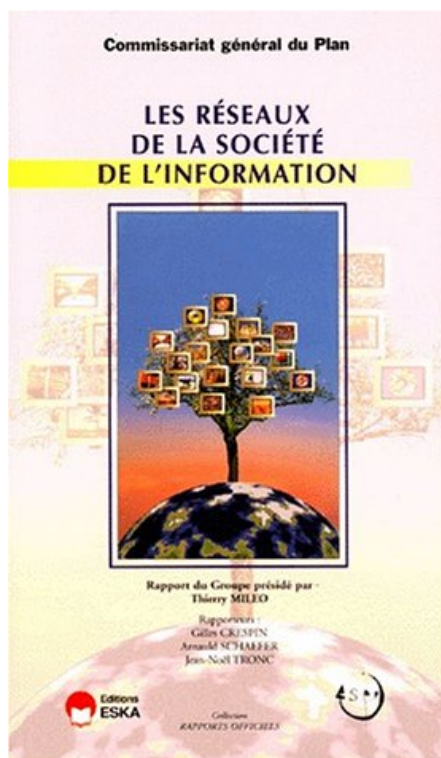
<sup>158</sup> Este documento não integra o corpo de análise devido ao facto de apenas ter sido localizado, na pesquisa efectuada, um pequeno resumo do seu conteúdo.

<sup>159</sup> Veja-se, para mais informação sobre a estrutura e as funções do Commissariado geral do Plano, o seu sítio na *Internet*, em [www.plan.gouv.fr](http://www.plan.gouv.fr).

<sup>160</sup> *Les réseaux de la société de l'information*.

<sup>161</sup> Não foi localizada, na investigação efectuada, uma versão completa em formato digital do texto. Foi, em contrapartida, localizada uma apresentação do relatório bem como o seu índice, em <http://www.adminet.com/min/pm/cgp/mileo/> e em <http://www.adminet.com/min/pm/cgp/mileo/tdm.html> (último acesso a 29 de Maio de 2005). O texto constante destas duas páginas na *Internet* foi consolidado no mesmo documento em Word, de forma a integrar o corpo de análise apenas como um documento.

**Figura 3.37.** As redes da sociedade da informação (Relatório Mileo)



A 7 de Fevereiro de 1997, o Gabinete Parlamentar das Escolhas Científicas e Tecnológicas do Senado publica um segundo relatório nesta área, com o título *A França e a Sociedade da Informação*<sup>162</sup>, cujo relator é o senador Pierre Laffitte (Laffitte, 1997).

---

<sup>162</sup> *La France et la société de l'information.*



Figura 3.38. A França e a Sociedade da Informação



A 4 de Julho do mesmo ano, o Senador Franck Sérusclat é relator de um novo documento publicado pelo Senado, o *Relatório sobre as técnicas de aprendizagem essenciais para uma boa inserção na sociedade da informação*<sup>163</sup> (Sérusclat, 1997).

Figura 3.39. Relatório sobre as técnicas de aprendizagem essenciais para uma boa inserção na sociedade da informação



<sup>163</sup> *Rapport sur les techniques des apprentissages essentiels pour une bonne insertion dans la société de l'information.*

A 25 de Setembro, os senadores Alain Joyandet, Pierre Hérisson e Alex Türk divulgam o relatório *A entrada na sociedade da informação*<sup>164</sup> (Joyandet, Hérisson e Türk, 1997), no âmbito da actividade da Missão Comum de Informação sobre a Entrada na Sociedade da Informação<sup>165</sup>.

**Figura 3.40.** A entrada na sociedade da informação



**Bienvenue au Sénat**  
Un site au service des citoyens

**L'entrée dans la société de l'information**  
**MM. Alain JOYANDET, Pierre HÉRISSEON et Alex TÜRK**

Rapport d'information 436 - Mission commune d'information sur l'entrée dans la société de l'information - 1996 /1997

**Table des matières**

- INTRODUCTION
- PREMIÈRE PARTIE - UNE NOUVELLE FRONTIÈRE
  - I. LE NUMÉRIQUE - UN "LANGAGE" UNIVERSEL AUX POUVOIRS DÉMULTIPLIÉS
    - A. LE CODE BINAIRE, ÉTALON DE RÉFÉRENCE
      - 1. Le binaire
      - 2. La mesure de toute chose
    - B. LES TECHNIQUES DE COMPRESSION "LIBÉRENT" LE POTENTIEL DÉMULTIPLIÉ DU NUMÉRIQUE
      - 1. LA COMPRESSION DES DONNÉES
      - 2. LES SOURCES DU NUMÉRIQUE
  - II. LA RENCONTRE DES MONDES DE L'INFORMATIQUE DES TÉLÉCOMMUNICATIONS ET DE L'AUDIOVISUEL - UNE RÉACTION EN CHAÎNE
    - A. DES UNIVERS EN EFFERVESCENCE
      - 1. L'évolution informatique
        - a) Le "cur du réacteur" : les supports de stockage et le processeur
        - b) La démocratisation de l'ordinateur

É também neste período que o governo começa a dedicar a sua atenção ao tema sociedade da informação. São publicados, por instituições e autores ligados ao governo, vários relatórios sobre as novas tecnologias, a *Internet* e o multimédia, em 1997. Contudo, nenhum destes documentos apresenta uma reflexão ou um enquadramento geral sobre a sociedade da informação – motivo pelo qual não são incluídos no corpo de análise. É o caso dos relatórios de Jean-Charles Bourdier, sobre

<sup>164</sup> *L'entrée dans la société de l'information.*

<sup>165</sup> *Mission commune d'information sur l'entrée dans la société de l'information.* A Missão, de carácter temporário, era constituída por 24 membros, em representação de 5 comissões permanentes do Senado. Veja-se, sobre a Missão, a sua página na *Internet*, inserida no sítio do Senado, em <http://www.senat.fr/commission/missions/socinformatio/infpres.html> (último acesso a 19 de Maio de 2005).

a imprensa e o multimédia, em Março (Bourdier, 1997); de Patrice Martin-Lalande, sobre a *Internet* e o seu desafio para a França, em Abril (Martin-Lalande, 1997); e de Alain Gérard, sobre redes e multimédia na educação, em Junho (Gérard, 1997).

Em 25 de Maio de 1997 são realizadas eleições legislativas. O Partido Socialista é o mais votado, constituindo um governo de coligação liderado por Lionel Jospin, que toma posse no início de Junho, sucedendo ao governo de centro-direita de Alain Juppé.

A 25 de Agosto, cerca de três meses após a tomada de posse, o Primeiro-ministro profere um discurso na abertura da 23.<sup>a</sup> Universidade de Verão da Comunicação de Hourtin-Gironde<sup>166</sup> em que salienta a relevância da sociedade da informação para a França e aponta o tema como uma das prioridades para a acção governamental (Primeiro-ministro, 1997). Este é o momento a partir do qual as instituições francesas consideram que a sociedade da informação passa a integrar o conjunto de prioridades do governo (França, 1999b: 1 e França, 2001: 1).

A 16 de Janeiro de 1998, o governo realiza o seu primeiro Comité interministerial para a sociedade da informação (CISI)<sup>167</sup>, em que publica o primeiro documento estratégico para a área, com o título *Preparar a entrada da França na sociedade da informação – Programa de acção governamental* (França, 1998)<sup>168</sup>.

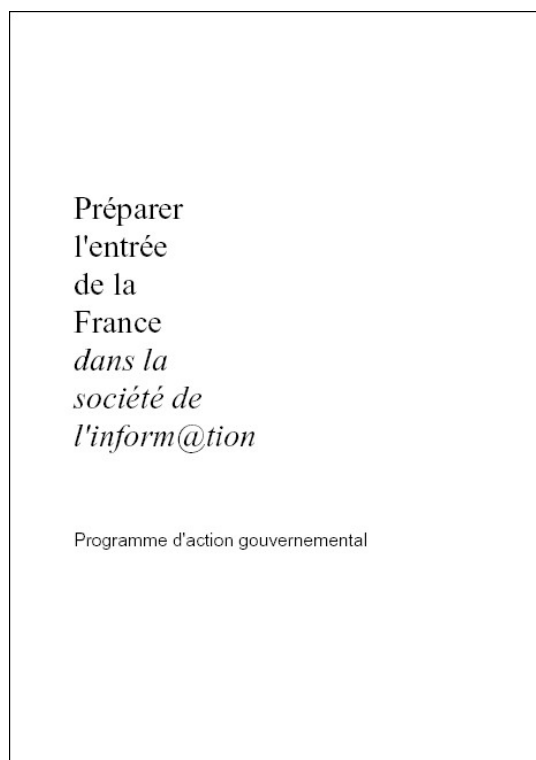
---

<sup>166</sup> Veja-se, para mais informação, o sítio na *Internet* da Universidade de Verão, em <http://www.crepac.com/> (último acesso a 23 de Maio de 2005). Não é apresentada uma imagem de capa do documento do discurso devido ao facto de a versão localizada não corresponder a uma versão oficial (do governo ou da Universidade de Verão), mas a uma versão mantida através de um servidor particular.

<sup>167</sup> *Comité interministériel pour la société de l'information*. Veja-se, sobre esta reunião, o sítio na *Internet* relativo ao primeiro comité, em <http://archives.internet.gouv.fr/affichage.php?val=/francais/textesref/pagsi.htm> (último acesso a 21 de Maio de 2005).

<sup>168</sup> *Préparer l'entrée de la France dans la société de l'inform@tion - Programme d'action gouvernemental*.

**Figura 3.41.** Preparar a entrada da França na sociedade da informação – Programa de acção governamental (PAGSI)



Este documento, que se tornou conhecido como PAGSI (Programa de acção governamental para a sociedade da informação), selecciona seis áreas prioritárias de intervenção: educação e ensino, política cultural, serviços públicos, empresas, inovação industrial e tecnológica e enquadramento legal. São, para cada uma das áreas prioritárias, estabelecidos objectivos e medidas (um total de 218 medidas, para as 6 áreas) e, em muitos casos, definidos prazos para a execução das medidas e verbas disponibilizadas para a sua concretização. O PAGSI previa, de igual forma, o desenvolvimento de políticas ministeriais para a sociedade da informação, no âmbito estabelecido pelos objectivos gerais definidos no documento (*idem*: 66), bem como a actualização regular da actividade desenvolvida e dos objectivos estabelecidos. Eram,

ainda, identificados no final do documento os elementos de contacto para a sociedade da informação em várias instituições públicas, designados como “correspondentes da sociedade da informação”, de forma a facilitar o contacto e a actividade interministerial.

Cerca de um ano após a publicação do PAGSI, o governo realiza o segundo comité interministerial para a sociedade da informação, em 19 de Janeiro de 1999<sup>169</sup>. São tomadas, neste CISI, quatro novas decisões na área da sociedade da informação.

**Figura 3.42.** Decisões tomadas no segundo comité interministerial para a sociedade da informação (Decisão 1)



Estas decisões juntam-se às propostas e às medidas apresentadas no PAGSI, constituindo uma segunda fase de medidas apresentadas pelo governo para a sociedade da informação. A primeira decisão relaciona-se com a adopção de um quadro legislativo que proteja a vida privada (CISI, 1999), a segunda com o desenvolvimento da cultura, de conteúdos e da presença francesa na *Internet* (CISI,

---

<sup>169</sup> Veja-se, sobre o segundo CISI, a página na *Internet* em <http://www.internet.gouv.fr/archives/textesref/cisi190199/accueil.htm> (último acesso a 23 de Maio de 2005).

1999a), a terceira com a administração pública electrónica (CISI, 1999b) e a quarta com o acesso igualitário às novas tecnologias (CISI, 1999c).

São também apresentadas, neste segundo comité, várias políticas ministeriais para a sociedade da informação, como se encontrava previsto no documento de 1998. As instituições que iniciam programas ministeriais para a sociedade incluem os serviços do Primeiro-ministro (Primeiro-ministro, 1999), o Ministério do Emprego e da Solidariedade (Ministério do Emprego e da Solidariedade, 1999), o Ministério da Justiça (Ministério da Justiça, 1999), o Ministério do Interior (Ministério do Interior, 1999), o Ministério da Educação Nacional, Investigação e Tecnologia (Ministério da Educação Nacional, Investigação e Tecnologia, 1999), o Ministério dos Negócios Estrangeiros (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1998), o Ministério da Economia, Finanças e Indústria (Ministério da Economia, das Finanças e Indústria, 1999), o Ministério da Defesa (Ministério da Defesa, 1999), o Ministério do Equipamento, Transportes e Alojamento, o Ministério da Agricultura e Pescas, o Ministério da Função Pública, Reforma do Estado e Descentralização, e o Ministério da Juventude e Desportos<sup>170</sup>.

Na sequência do balanço efectuado no segundo CISI, o governo publica em Fevereiro uma *newsletter* sobre a sua actividade na área da sociedade da informação (França, 1999), em várias línguas (em tradução inglesa, espanhola, alemã e japonesa, para além da versão original). Esta publicação tem como principal objectivo a apresentação dos objectivos definidos em 1998, a par da caracterização do seu estado de concretização. Segundo a *newsletter*, cerca de 70% das medidas que constam do PAGSI (153 em 218) encontravam-se concretizadas no espaço de um ano, até à data de realização do segundo CISI, cerca de 25% encontravam-se em concretização e, em cerca de 5% dos casos (10 medidas), não tinha ainda sido iniciada a sua concretização.

---

<sup>170</sup> As referências bibliográficas aos documentos do PAMSI recolhidos encontram-se nas referências finais, na página 5.

**Figura 3.43.** França na Sociedade da Informação – *Newsletter* do Governo Francês – Fevereiro de 1999 – Edição especial

France in the Information Society	
Newsletter of the French Government - February 1999 - Special edition	
<b>TABLE OF CONTENTS</b>	
<a href="#">Absolute commitment from the State</a>	
<a href="#">Decisions of the Interministerial Committee</a>	
<a href="#">The Stakes for France</a>	
<a href="#">An apparatus for local players</a>	
<a href="#">Serving knowledge and culture</a>	
<a href="#">Key words</a>	
<a href="#">Some of the websites mentioned in this issue</a>	

France is entering a new world. A world where information and communication technologies are accelerating the expansion of a dematerialized economy, modifying the components of competitiveness and generating new wells of growth and employment. These changes go beyond the realm of mere economics to touch upon the endeavours of the mind, the way our citizens interact, and how France is opening to the rest of the world.

Em Junho de 1999, o governo publica um livro com o título a França na sociedade da informação<sup>171</sup> (França, 1999b).

**Figura 3.44.** La France dans la société de l'information



Este livro consiste na divulgação da actividade do governo, incluindo o PAGSI, o balanço da sua concretização, os comités interministeriais realizados e a segunda fase do PAGSI, correspondendo às medidas apresentadas no segundo comité.

A 10 de Julho de 2000, já fora do âmbito de análise estabelecido para este estudo, o governo liderado por Lionel Jospin realiza o terceiro comité interministerial para a sociedade da informação, em Matignon<sup>172</sup>. Este comité adopta moldes semelhantes aos do anterior, consistindo sobretudo na avaliação da actividade desenvolvida e no estabelecimento de prioridades para a futura intervenção do governo. O documento de síntese dos resultados deste comité já integra, na sua redacção, referências ao plano de acção e-Europe (CISI 2000: 13, 15, 23, 37 e 54), apresentado no Conselho da Feira, em Junho.

### 3.2.8. Grécia

Em 1995, o ministro da Indústria, Costas Simitis, apresenta um relatório sobre a sociedade da informação, com o título *Estratégia grega na sociedade da informação: Uma ferramenta para o Emprego, Desenvolvimento e Qualidade de vida*<sup>173</sup> (cf. Primeiro-ministro, 1999: 11 e 14). Este relatório estabelecia como objectivos centrais a aproximação da taxa de penetração e utilização de novas tecnologias, na Grécia, à existente no resto da Europa, nos 10 anos seguintes; permitir o acesso facilitado à infraestrutura de informação, por parte de empresas e famílias, e realizar a maior parte das transacções entre a administração pública e os seus utentes através de meios electrónicos, no espaço de 15 anos (*idem: ibidem*).

O governo, apoiado numa maioria parlamentar do PASOK (Movimento Socialista Pan-helénico), e liderado pelo Primeiro-ministro Andreas Papandreou, não parece ter, contudo, outras iniciativas relevantes na área da sociedade da informação, nos anos seguintes.

---

<sup>171</sup> *La France dans la société de l'information*.

<sup>172</sup> Veja-se o sítio na Internet dedicado ao terceiro CISI, em <http://archives.internet.gouv.fr/francais/textesref/cisi100700/SOMMAIRE.HTM> (último acesso a 28 de Maio de 2005).

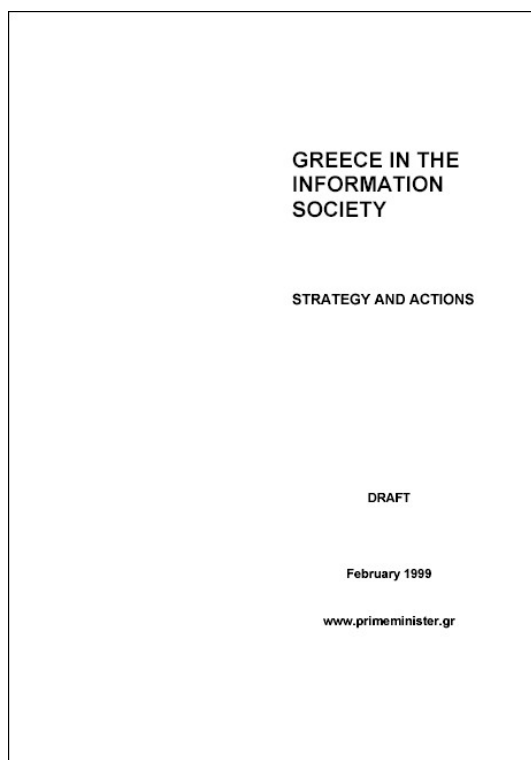
<sup>173</sup> *Greek Strategy in the Information Society: A tool for Employment, Development and Quality of Life*, na tradução oficial do título para inglês. Não foi encontrada qualquer versão deste documento, durante a investigação realizada.



Em Janeiro de 1996, o Primeiro-ministro, gravemente doente e com quase 77 anos, retira-se do governo e é substituído por Costas Simitis – que tinha anteriormente desempenhado as funções de ministro da Indústria e tinha, para além disso, estado associado ao documento sobre a sociedade da informação publicado no ano anterior.

Cerca de 3 anos depois, em Fevereiro de 1999, é apresentado um documento de abordagem global à sociedade da informação, com o título *Grécia na sociedade da informação: estratégia e acções (Esboço)*<sup>174</sup> (Primeiro-ministro, 1999).

**Figura 3.45.** Greece in the Information Society – Strategy and Actions (Draft)



---

<sup>174</sup> *Greece in the Information Society – Strategy and Actions (Esboço)*, na tradução oficial para língua inglesa do documento.

Na introdução, o documento é caracterizado como um “esboço de Livro Branco”, por parte do governo, para o desenvolvimento da sociedade da informação na Grécia, nos anos seguintes (*idem*: 2).

O seu texto aborda um conjunto de temas considerados como essenciais, dando, cada um dos temas, origem a um capítulo próprio do documento. Os temas seleccionados são os seguintes: administração pública, educação, desenvolvimento e competitividade económica, emprego, qualidade de vida (em que os autores englobam como sub-temas a saúde, os transportes e o ambiente), políticas culturais, meios de comunicação social, desenvolvimento regional, redes e infraestruturas de comunicações e enquadramento legal (em que são abordadas várias questões, de carácter transversal).

O relatório refere, de igual forma, a criação da Comissão para a Sociedade da Informação, de um grupo inter-ministerial de trabalho, com carácter permanente, e de um conselho de informática (*idem*: 99). A Comissão, a autoridade máxima para a coordenação da actividade do governo na área, é presidida pelo Primeiro-ministro e é constituída, adicionalmente, pelos ministros responsáveis pela administração pública, economia, desenvolvimento, transportes e comunicações, justiça e educação. O grupo inter-ministerial de trabalho, constituído com o objectivo de assegurar a coordenação da actividade regular do governo, é constituído por representantes dos vários ministérios envolvidos. Este grupo de trabalho tem a incumbência de receber os relatórios dos vários ministérios e preparar um relatório anual de actividades, a apresentar ao Primeiro-ministro. O principal objectivo do conselho de informática consiste em contribuir para a definição de uma estratégia de introdução dos sistemas de informação e comunicação na administração pública. O conselho é instalado no Ministério do Interior, Administração Pública e Descentralização, e é constituído por representantes da administração pública, das empresas de tecnologias de informação e comunicação, bem como por cientistas e investigadores da área (*idem*: *ibidem*).

Curiosamente, uma das definições de sociedade da informação apresentada no documento é praticamente igual a uma definição incluída no documento português de 1997, o *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal* (Portugal: Missão para a Sociedade da Informação, 1997). Com efeito, o documento grego apresenta, na página 10, e sem qualquer referência a um autor externo, a seguinte definição do conceito de sociedade da informação:

The term "Information Society" refers to a form of social and economic development where the acquisition, storage, processing, assessment, transmission and diffusion of information leads to the generation of knowledge and the fulfilment of needs of individuals and firms and thereby plays an important role in economic activity, the generation of wealth and the quality of life of citizens.

A versão inglesa do *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal*, publicada anteriormente pelo governo português, em 1997, apresenta, também na página 10, a seguinte definição de sociedade da informação:

The term "information society" refers to a form of social and economic development where the acquisition, storage, processing, evaluation, transmission, distribution and dissemination of information leading to the creation of knowledge and the satisfaction of the needs of individuals and companies, plays a central part in economic activity, in the creation of wealth and in the definition of the citizens' quality of life and cultural practices.

Uma vez que nenhum outro documento, no âmbito de análise, apresenta uma definição de sociedade da informação semelhante<sup>175</sup>, a hipótese mais verosímil aponta para a possibilidade de os responsáveis directos pela redacção do documento grego terem conhecimento do conteúdo do documento português, e adoptado esta definição de sociedade da informação.

Em 1999, é divulgado o Programa Operacional para a Sociedade da Informação, baseado no 3.º Quadro Comunitário de Apoio, para o período 2000-2006. Este programa recorreu a fundos comunitários e tinha por objectivo a concretização das medidas previstas no documento "Grécia na sociedade da informação: estratégia e acções (Esboço)" (cf. Grécia, 1999: 3). Previa-se o acesso, durante os quatro anos do período de execução do programa, a um total de 2,8 mil milhões de euros, repartidos entre investimento público e privado.

---

<sup>175</sup> Foi efectuada uma pesquisa em todos os documentos em formato digital recolhidos para a investigação, de vários países (incluindo todos os Estados membros da União Europeia e um conjunto adicional de 12 países) e de várias instituições (União Europeia, OCDE, Nações Unidas, G8 e União Internacional de Telecomunicações), abrangendo um total de cerca de 2.100 ficheiros, e apenas o documento português e o grego apresentaram esta semelhança de termos, no seu conteúdo.

Decorrem, entretanto, 3 anos desde o surgimento do “esboço de Livro Branco” até à publicação de um “Livro Branco”, em 2002. O texto adopta o título “Grécia na sociedade da informação: estratégia e acções”<sup>176</sup> (Primeiro-ministro, 2002). De facto, o relatório assume-se, na introdução, como o Livro Branco do governo para o desenvolvimento da sociedade da informação, nos anos seguintes (*idem*: 2). Este documento consiste, aliás, na publicação integral do texto do “esboço de Livro Verde”, de 1999, com algumas alterações e a actualização de alguma informação. Toda a estrutura de capítulos e pontos se mantém inalterada (com a excepção da supressão de alguns pontos do último capítulo, no documento de 2002) e o texto corresponde, na sua quase totalidade, ao texto apresentado em 1999.

A necessidade de vir a estabelecer, no futuro, um Observatório para a Sociedade da Informação, por exemplo, é prevista em ambos os relatórios (Primeiro-ministro, 1999: 8 e Primeiro-ministro, 2002: 7). O objectivo de assegurar transacções seguras na *Internet* entre a administração pública e os seus utentes também é adoptado, em ambos os documentos – e em ambos como um objectivo a cumprir nos 3 anos seguintes (nas páginas 22 e 20, respectivamente). Outro exemplo corresponde, ainda, ao desenvolvimento e à adopção de procedimentos de avaliação no sector público, também assumidos como objectivos a concretizar nos próximos 3 anos, nos dois documentos (páginas 97 e 86).

É legítimo supor, desta forma, que terão existido dificuldades ou atrasos na concretização do Programa Operacional para a Sociedade da Informação e das políticas definidas em 1999, fazendo com que a situação se mantivesse fundamentalmente inalterada até 2002.

### 3.2.9. Holanda

A Holanda, apesar da elevada taxa de penetração e de utilização de tecnologias de informação e comunicação<sup>177</sup>, e de inaugurar cedo as suas políticas na área das

---

<sup>176</sup> *Greece in the Information Society – Strategy and Actions*, na tradução oficial para língua inglesa do documento. Apesar de se encontrar já claramente fora do âmbito de análise adoptado nesta investigação (que se encerra em Junho de 2000), este documento é incluído na contextualização e caracterização geral do caso grego devido à ausência de documentos de definição estratégica para a sociedade da informação, entre 1999 e 2002.

<sup>177</sup> A Holanda ocupava, em 2000, por exemplo, a 7.ª posição no índice sobre a sociedade da informação (Information Society Index, ISI), da IDC, entre um conjunto de cerca de 50 países. Este índice caracteriza o nível e a capacidade de utilização de tecnologia, baseando-se em quatro dimensões: utilização de telecomunicações, de computadores, de *Internet* e numa bateria de indicadores de caracterização social. Veja-se, para mais informação sobre o índice, a

tecnologias da informação, não tem propriamente políticas globais estabelecidas pelo governo para a sociedade da informação, e intituladas como tal. As políticas surgem, por um lado, de forma relativamente fragmentada (incidindo especificamente sobre a educação ou sobre os impostos, por exemplo), e não conferem, por outro lado, curiosamente, grande destaque à expressão "sociedade da informação". São aqui apresentados, por esse motivo, os principais documentos da área, no período em análise, independentemente da designação ou do título adoptado.

Em Dezembro de 1994, o governo social-democrata liderado por Wim Kok publica, através do Ministério da Economia, o "Programa nacional de acção para as auto-estradas da informação – Da metáfora à acção"<sup>178</sup>. Neste documento, o governo estabelece um conjunto de 6 linhas de acção, com o objectivo principal de colocar a Holanda numa posição de liderança, na área das tecnologias de informação e comunicação (cf. Kenniscentrum ELO, 2005: 1). Estas linhas de acção consistem na liberalização da infraestrutura de telecomunicações; na liberalização dos operadores de telecomunicações e do sector de conteúdos; na definição dos limites da capacidade de intervenção do Estado na área; no estabelecimento de um quadro legal aplicável às auto-estradas da informação; no desenvolvimento de projectos de demonstração da utilização de tecnologias de informação no sector público (especialmente a colocação na *Internet* de serviços da administração pública); e no incentivo a iniciativas de utilização das mesmas tecnologias no sector privado.

Pretendia-se que o desenvolvimento de projectos pelo sector público funcionasse como exemplo e catalisador para a utilização das novas tecnologias por parte dos restantes agentes da sociedade holandesa. No entanto, de acordo com um documento posterior do governo, esta parte do programa traduziu-se sobretudo na afirmação da sua própria posição como utilizador em larga escala de sistemas de informação e de serviços de telecomunicações, encorajando de forma directa o desenvolvimento das "auto-estradas da informação" (*idem: ibidem*).

---

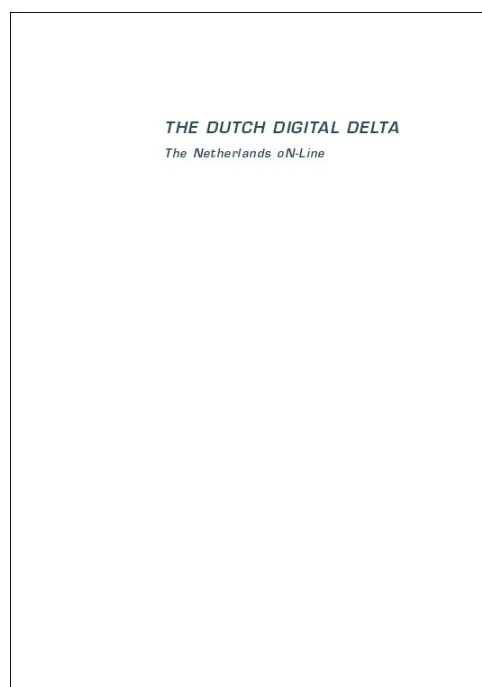
página da IDC que lhe é dedicada, em <http://www.idc.com/groups/isi/main.html> (último acesso a 7 de Junho de 2005).

<sup>178</sup> *Nationaal Actieprogramma Elektronische Snelwegen – van Metafoor naar Actie*, ou *National Action Programme on Electronic Highways – From Metaphor to Action*, nas referências nos textos oficiais em língua inglesa. O documento é frequentemente referido, também, como *NAP (National Action Programme)*. Não foi localizada qualquer versão deste documento, na investigação efectuada. Veja-se, sobre a data de publicação, a página do *Information Society Project Office (ISPO)*, da União Europeia, em <http://europa.eu.int/ISPO/infosoc/links.html> (último acesso a 13 de Junho de 2005). Apesar desta referência, o documento não mereceria, provavelmente, a inclusão no corpo de análise, uma vez que o título e o seu conteúdo remetem directamente para a questão das infraestruturas.

Em Abril de 1998, o Ministério da Economia publica uma nota de actualização do programa existente, redigido juntamente por vários ministérios, com o título "Para além do PNA: actualização do programa nacional de acção para as auto-estradas da informação"<sup>179</sup>. A preparação desta nota é baseada num relatório de progresso do sobre o programa estabelecido em 1994 e num conjunto de estudos de *benchmark* realizados em 1997, sobre as políticas desenvolvidas até ao momento, e é enviada posteriormente à Câmara Baixa do Parlamento (Chatrie e Wraight, 2000: 187-188). Este documento apresenta uma avaliação da actividade desenvolvida pelo governo, até ao momento, e um conjunto de recomendações para o desenvolvimento de futuras políticas.

No ano seguinte, a 21 de Junho de 1999, o governo holandês apresenta o documento "O Delta Digital Holandês: a Holanda oN-Line" (Holanda, 1999)<sup>180</sup>.

**Figura 3.46.** The Dutch Digital Delta – The Netherlands oN-Line



---

<sup>179</sup> *Boven NAP: Herijking van het 'Nationaal Actieprogramma Elektronische Snelwegen', ou Beyond NAP: re-calibration of the National Action Programme on Electronic Highways*, nos documentos oficiais em língua inglesa. Não foi localizada, também neste caso, qualquer versão do documento. Cf. sobre este documento, Holanda 1999: I.

<sup>180</sup> *De Digitale Delta – Nederland oNLine, ou The Dutch Digital Delta – The Netherlands oN-Line*, na versão em língua inglesa do documento.

O texto é da autoria conjunta do Ministério da Economia, do Ministério do Interior, do Ministério das Finanças, do Ministério da Justiça, do Ministério da Educação, Cultura e Ciência e do Ministério dos Transportes, Obras Públicas e Gestão da Água (*idem*: 71). A publicação, contudo, é assegurada pelo Ministério da Economia<sup>181</sup>, confirmando o protagonismo assumido por este ministério nas políticas globais para as novas tecnologias de informação e comunicação, na sequência dos dois documentos anteriores.

Este texto, que se auto-intitula como um Livro Branco para as políticas da área das tecnologias de informação e comunicação (cf. *idem*: I)<sup>182</sup>, é uma reacção explícita à observação do Parlamento de que as políticas para as novas tecnologias de informação e comunicação começavam a correr o risco de fragmentação, devido ao surgimento de várias políticas sectoriais – encontravam-se, na altura, publicados Livros Brancos para as áreas de comércio electrónico, governo electrónico e protecção dos direitos dos consumidores, e estavam em preparação documentos relativos aos sectores de *software* e de telecomunicações (*idem*: *ibidem*). Efectivamente, é referido no texto que:

This white paper is therefore a response to a motion by the Lower House in which the House finds that government initiatives in the ICT sector are threatening to become fragmented, and asks the government for greater coherence and streamlining in those initiatives. (*idem*: II)

Este documento estabelece uma base assente em 5 pilares, para as tecnologias de informação e comunicação, seguindo em grande medida as políticas definidas nos documentos anteriores. Os 5 pilares correspondem à infraestrutura de comunicações; à existência de *clusters* de empresas com elevado conhecimento técnico e capacidade de inovação; à disponibilidade de mão-de-obra altamente especializada na área; ao desenvolvimento de um enquadramento legal que não constitua um obstáculo à utilização das tecnologias de informação e que propicie um ambiente de confiança na

---

<sup>181</sup> A pasta da Economia foi assumida, nos governos de Wim Kok, por Hans Wijers, de 22 de Agosto de 1994 a 3 de Agosto de 1998, e por Annemarie Jorritsma-Lebbink, de 3 de Agosto de 1998 a 22 de Julho de 2002. Veja-se, sobre os governos da Holanda, <http://rulers.org/nethgovt.html> (último acesso a 13 de Junho de 2005).

<sup>182</sup> E é, por esse motivo, incluído no corpo de análise.

sua utilização; e numa utilização das novas tecnologias no sector público exemplar, podendo tornar-se num modelo a seguir, por parte do sector privado.

Em 19 de Maio de 2000, no final do período estabelecido para o âmbito de análise, surge o documento "Contrato com o futuro – Uma visão da relação electrónica entre o governo e o cidadão"<sup>183</sup> (Holanda, 2000). O texto, preparado pelo Ministério para as Políticas Urbanas e Integração das Minorias Étnicas e apresentado à Câmara Baixa do Parlamento, embora possa ser considerado como tendo um enquadramento sectorial, incide sobre vários aspectos da relação entre o governo e os cidadãos, incluindo o acesso a informação sobre a actividade da administração pública, a credibilidade do governo ou a participação dos cidadãos na vida política – tema central para esta investigação. Este documento é curioso, na medida em que é um dos poucos, de entre todos os documentos identificados, que confere particular atenção e destaque especificamente às questões relacionadas com o impacto das tecnologias de informação e comunicação sobre o governo democrático. Uma das preocupações centrais do documento consiste na evolução do governo no sentido de se tornar acessível aos cidadãos. Esta "acessibilidade" do Estado é abordada a partir de quatro dimensões: liberdade de escolha dos cidadãos, credibilidade do Estado, participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisões políticas e impacto das tecnologias de informação e comunicação no papel desempenhado e na estrutura adoptada pelo governo (Holanda 2000)<sup>184</sup>.

### 3.2.10. Irlanda

Em Março de 1996, o Ministério das empresas e do emprego, liderado por Richard Bruton, criou o *Steering Committee* para a sociedade da informação<sup>185</sup>, com o

---

<sup>183</sup> *Contract with the future - A vision on the electronic relationship between government and citizen*, na versão oficial em língua inglesa do documento. Não foi encontrada a versão original deste documento, na investigação realizada.

<sup>184</sup> Apesar das características referidas, este texto não será incluído no corpo de análise da investigação. Esta decisão prende-se com o facto de o documento não corresponder a uma política global para a sociedade da informação, mas antes a um documento específico, encarado pelo próprio governo como mais próximo de uma política sectorial (o que o coloca fora do âmbito de análise estabelecido). Contudo, algumas das questões que aborda são, também, referidas no "Delta Digital Holandês" – que se encontra incluído no corpo de análise.

<sup>185</sup> *Information Society Steering Committee*. Alguns dicionários de língua inglesa contêm especificamente a entrada *steering committee*. É o caso do Collins Pocket Dictionary of the English Language (William Collins & Sons, Glasgow, 1981), em que o termo é definido como "a committee, as of a legislative body, appointed to arrange the order of business" (cf. p. 824). Tratando-se de um termo de utilização já habitual em língua inglesa, e por não ser conhecido um equivalente português que traduza adequadamente esta noção, foi mantida a expressão original.



objectivo de desenvolver uma estratégia para a sociedade da informação na Irlanda. O ministro pertence, tal como o Primeiro-ministro, John Bruton, seu irmão, ao Fine Gael, partido democrata-cristão. O governo de coligação inclui, para além do Fine Gael, o Partido Trabalhista (Labour) e a Esquerda Democrática (Democratic Left).

O *steering committee* para a sociedade da informação publica um ano mais tarde, em Março de 1997, o relatório *Sociedade da Informação Irlanda: Estratégia para Acção* (Irlanda, 1997)<sup>186</sup>.

**Figura 3.47.** Sociedade da Informação Irlanda: Estratégia para Acção

Table of Contents
Executive Summary i
1. Introduction
1.1 The Information Society 3
1.2 The Forces of Change 4
1.2.1 The Economic Dimension 5
1.2.2 The Global Dimension 5
1.2.3 The Technological Dimension 6
1.2.4 The Human Dimension 7
1.3 The Implications for Ireland 8
1.3.1 Economic 8
1.3.2 Social 9
1.3.3 Government 11
1.4 The Promise of the Future 12
2. Envisioning the Future
2.1 A Vision for Ireland as an Information Society 15

Este é, para todos os efeitos, o primeiro documento de políticas públicas para a sociedade da informação na Irlanda. É efectuada uma análise da forma como as tecnologias de informação e comunicação podem ser utilizadas para transformar a sociedade e a economia irlandesas nos anos seguintes.

Uma das principais recomendações do relatório consistia na criação de uma comissão para a sociedade da informação, com natureza consultiva. Esta comissão é criada cerca de dois meses depois, em Maio de 1997. A Comissão Sociedade da Informação<sup>187</sup> reporta directamente ao gabinete do Primeiro-ministro e é constituída

---

<sup>186</sup> *Information Society Ireland: Strategy for Action.*

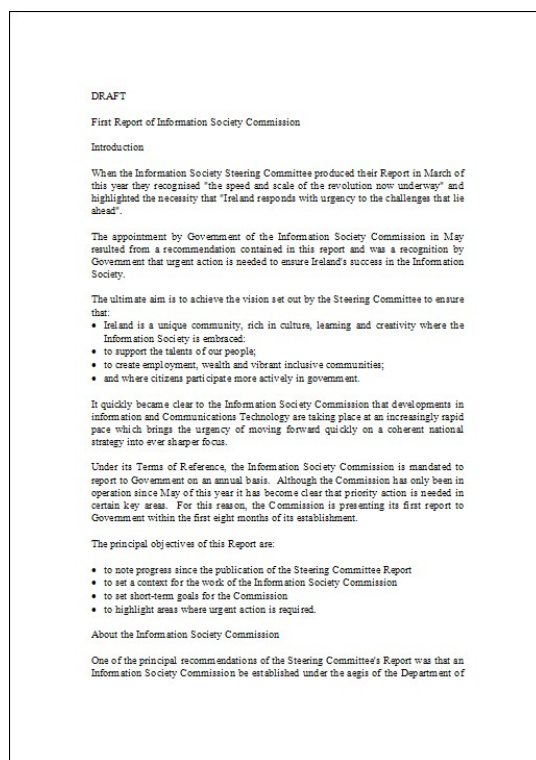
<sup>187</sup> *Information Society Commission.*

por 21 membros, provenientes do sector privado, da administração pública e da área universitária<sup>188</sup>.

Em 26 de Junho de 1997 toma posse um novo governo, resultante da realização de eleições gerais. Este governo, baseado numa coligação entre o Partido Republicano (Fianna Fáil) e Democratas Progressivos (Progressive Democrats), é liderado por Bertie Ahern.

Apesar de se encontrar inicialmente previsto que a Comissão reportasse sobre a sua actividade um ano após a sua criação, o primeiro relatório é antecipado, sendo publicado após cerca de 8 meses, em Dezembro de 1997, com o título *Primeiro Relatório da Comissão Sociedade da Informação (Esboço)* (Irlanda, 1997a)<sup>189</sup>.

**Figura 3.48.** Primeiro Relatório da Comissão Sociedade da Informação (Esboço)



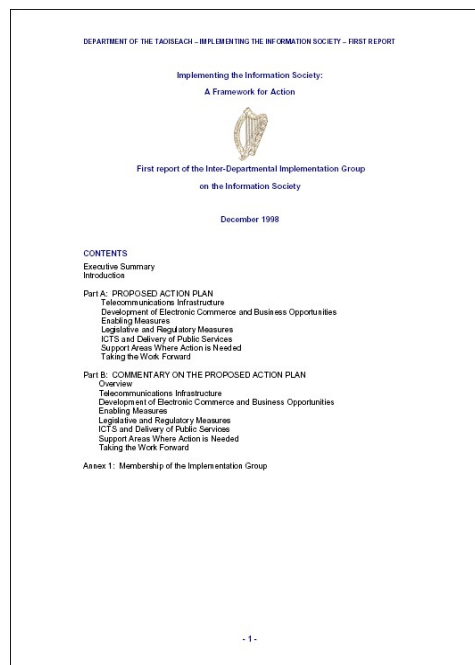
<sup>188</sup> Veja-se, para mais informação sobre a Comissão Sociedade da Informação, o sítio na *Internet* da instituição, em [www.isc.ie](http://www.isc.ie) (último acesso a 22 de Junho de 2005).

<sup>189</sup> *First Report of Information Society Commission (Draft)*. Este documento foi cedido por um informador privilegiado. Curiosamente, o sítio na *Internet* da Comissão Sociedade da Informação, na página dedicada aos seus relatórios, não apresenta qualquer relatório anterior a 2002. Esta situação não pôde ser ultrapassada através do contacto directo com a instituição, por correio electrónico.

Este relatório apresenta sucintamente a evolução, desde a publicação do relatório do *steering committee*, do âmbito de trabalho da comissão e dos seus objectivos de curto prazo, bem como uma lista de áreas em que a intervenção é considerada prioritária. Estas áreas, também referidas como pilares em algumas partes do texto, correspondem à visibilidade e notoriedade pública das tecnologias de informação, às infraestruturas, à educação e ensino, às empresas e ao governo e administração pública (Irlanda, 1997a: 2).


O Grupo Inter-Departamental de Implementação da Sociedade da Informação<sup>190</sup>, criado pelo governo durante o ano de 1998, é constituído por representantes de vários ministérios e instituições públicas. Este grupo publica, em 21 de Dezembro do mesmo ano, através do gabinete do Primeiro-ministro, o seu primeiro relatório, com a designação Implementando a sociedade da informação: um quadro de acção (Irlanda, 1998)<sup>191</sup>.

**Figura 3.49.** Implementando a sociedade da informação: um quadro de acção



DEPARTMENT OF THE TAOISEACH - IMPLEMENTING THE INFORMATION SOCIETY - FIRST REPORT

Implementing the Information Society:  
A Framework for Action



First report of the Inter-Departmental Implementation Group  
on the Information Society

December 1998

CONTENTS

Executive Summary  
Introduction

Part A. PROPOSED ACTION PLAN

- Telecommunications Infrastructure
- Development of Electronic Commerce and Business Opportunities
- Enabling Measures
- Legislative and Regulatory Measures
- ICTS and Delivery of Public Services
- Support Areas Where Action is Needed
- Taking the Work Forward

Part B. COMMENTARY ON THE PROPOSED ACTION PLAN

- Overview
- Telecommunications Infrastructure
- Development of Electronic Commerce and Business Opportunities
- Enabling Measures
- Legislative and Regulatory Measures
- ICTS and Delivery of Public Services
- Support Areas Where Action is Needed
- Taking the Work Forward

Annex 1: Membership of the Implementation Group

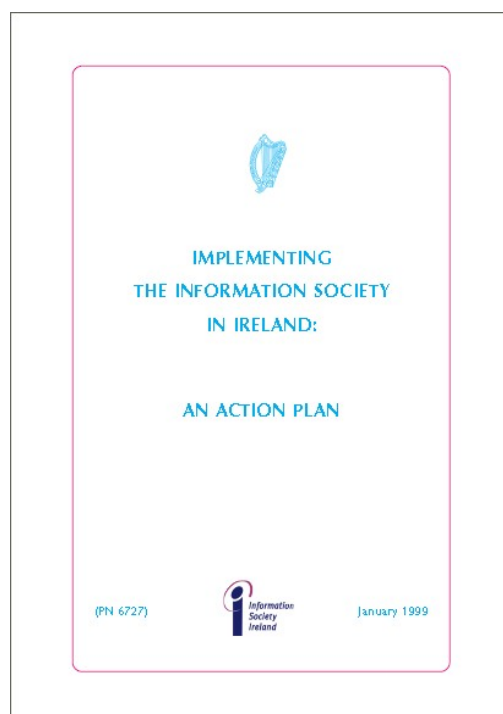
- 1 -

<sup>190</sup> *Inter-Departmental Implementation Group on the Information Society.*

Este documento apresenta, na sua primeira parte, um conjunto de medidas claramente divididas e organizadas, incidindo sobretudo sobre a infraestrutura de telecomunicações, sobre o comércio electrónico, sobre medidas que o Estado pode assumir como facilitadoras do processo, sobre aspectos legais e regulamentares e sobre os serviços prestados pelo Estado aos cidadãos e às empresas. A segunda parte consiste no comentário e na justificação das medidas propostas, por parte do próprio grupo inter-departamental.

Escassas semanas depois, em Janeiro de 1999, o governo publica, através do Departamento do Primeiro-ministro, uma versão sintetizada deste documento, sob a forma de plano de acção, com o título Implementando a Sociedade da Informação na Irlanda: um Plano de Acção (Irlanda, 1999)<sup>192</sup>.

**Figura 3.50.** Implementando a Sociedade da Informação na Irlanda: um Plano de Acção



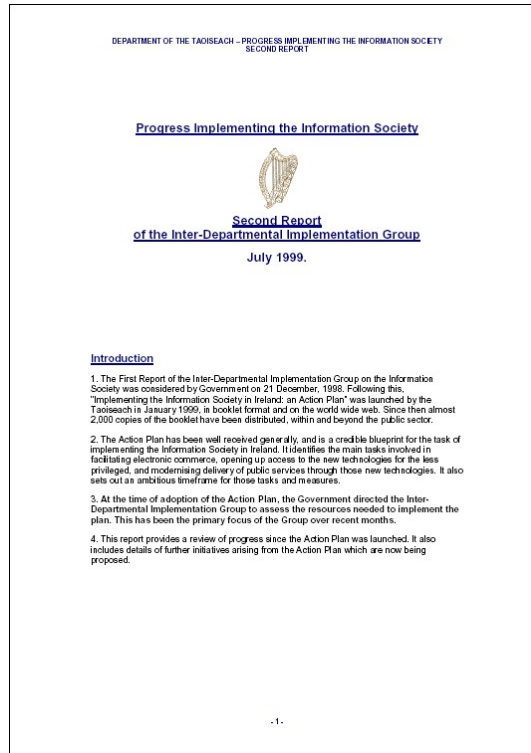
<sup>191</sup> *Implementing the Information Society: A Framework for Action.*

<sup>192</sup> *Implementing the Information Society in Ireland: an Action Plan.*

O texto cobre as mesmas áreas do documento anterior, articuladas em 74 medidas, em que cada medida é apresentada num parágrafo. O texto é publicado sob a forma de brochura e é colocado, também, em destaque na *Internet*, em vários sítios do governo (cf. Irlanda, 1999a: 1). É este plano de acção que se mantém em vigor, nas suas linhas gerais, até ao final do período de análise adoptado.

Em Julho de 1999, o grupo inter-departamental divulga o seu segundo relatório, sob a forma de relatório de progresso, com a designação Progresso na implementação da sociedade da informação (Irlanda, 1999a)<sup>193</sup>.

**Figura 3.51.** Progresso na implementação da sociedade da informação



Este relatório apresenta todas as medidas propostas no plano de acção, seguida da caracterização do estado de concretização em que se encontram. Na parte final são apresentadas, em três páginas, novas iniciativas e pontos de intervenção, identificados desde a publicação do plano de acção. Este relatório é actualizado em Abril de 2000, com o terceiro relatório de progresso do grupo inter-departamental (Irlanda, 2000)<sup>194</sup>.

### 3.2.11. Itália

Aparentemente, o Gabinete do Primeiro-ministro italiano publica em 1995 um primeiro documento de políticas públicas para a sociedade da informação (Chatrie e Wraight, 2000: 156). O título deste documento é citado, numa referência indirecta, em língua inglesa, com a designação *A Government Agenda for Promoting the Development of the Information Society*. Não surge, contudo, nenhuma referência ao título original do documento, na publicação referida. Curiosamente, toda a pesquisa efectuada não revelou qualquer outro resultado sobre este documento<sup>195</sup>.

---

<sup>193</sup> *Progress Implementing the Information Society. Second Report of the Inter-Departmental Implementation Group.*

<sup>194</sup> *Progress Implementing the Information Society. Third Report of the Inter-Departmental Implementation Group on the Information Society.* Não é apresentada a imagem de capa deste documento devido ao facto de a versão localizada se encontrar em html, iniciando imediatamente a apresentação de conteúdos.

<sup>195</sup> Este é um exemplo da falta de memória a que a *Internet* se pode encontrar sujeita. Nenhum dos documentos italianos recolhidos e analisados apresenta referências a este documento. O próprio sítio na *Internet* do governo italiano dedicado às políticas para a sociedade da informação não apresenta nenhum documento anterior a 1996 – cf.

[http://www.innovazione.gov.it/ita/soc\\_info/politiche\\_governo/indice.shtml](http://www.innovazione.gov.it/ita/soc_info/politiche_governo/indice.shtml) (último acesso a 5 de Julho de 2005). Os documentos encontram-se divididos, neste sítio, por legislatura, sendo apresentada uma lista de documentos para a XIV legislatura (a partir de 2001) e uma lista de documentos para a XIII legislatura (2000 e 2001). Os documentos do período anterior são apresentados sob o título geral "Actividade dos Ministérios (1996-2001)". É, desta forma, claramente transmitida a ideia de que, até 2001, apenas existiam políticas sectoriais para a sociedade da informação.

Foi contactado um dos membros da administração italiana, por correio electrónico, a quem foi solicitado o pedido de identificação de documentos relevantes na área. A resposta remete, novamente, para a mesma página na *Internet*, como a fonte de informação completa sobre o tema.

Por fim, a pesquisa geral na *Internet*, através de motores de busca (como o Altavista ou o Google), não permitiu identificar qualquer referência, directa ou indirecta, a um documento com o título referido (quer em italiano quer em inglês).

Não é fácil, por este motivo, ter a certeza absoluta sobre o Primeiro-ministro da altura. Deveria, contudo, quase seguramente, ser Lamberto Dini, do Partido da Renovação (Rinnovamento

A 17 de Maio de 1996, toma posse o governo de Romano Prodi, baseado na coligação A Oliveira – Juntos por Itália (*l'Ulivo – Insieme per Italia*), que congregava partidos de esquerda e do centro, juntamente com o Partido da Refundação Comunista (*Partito della Rifondazione Comunista*).

Em Setembro do mesmo ano, a Presidência do Conselho de Ministros criou o Fórum para a Sociedade da Informação<sup>196</sup>. Este fórum integrava representantes dos ministérios das comunicações, indústria, educação, ensino superior e investigação científica, trabalho e negócios estrangeiros. Os objectivos do grupo consistiam na promoção de iniciativas para o desenvolvimento da sociedade da informação em Itália, bem como na adopção de um quadro regulador favorável ao desenvolvimento da área das telecomunicações, do comércio electrónico, ou da protecção dos direitos de autor (cf. Itália, 1997: 2)<sup>197</sup>.

A 5 de Abril de 1997, o Fórum para a Sociedade da Informação apresenta o documento “Promover o Desenvolvimento da Sociedade da Informação em Itália: um esquema de referência” (Presidência do Conselho de Ministros, 1997)<sup>198</sup>. Este documento estabelece linhas de acção para a actividade do governo na sociedade da informação, orientando-as particularmente para a educação e investigação científica, a organização e eficiência da administração pública, a competitividade económica e o desemprego.

---

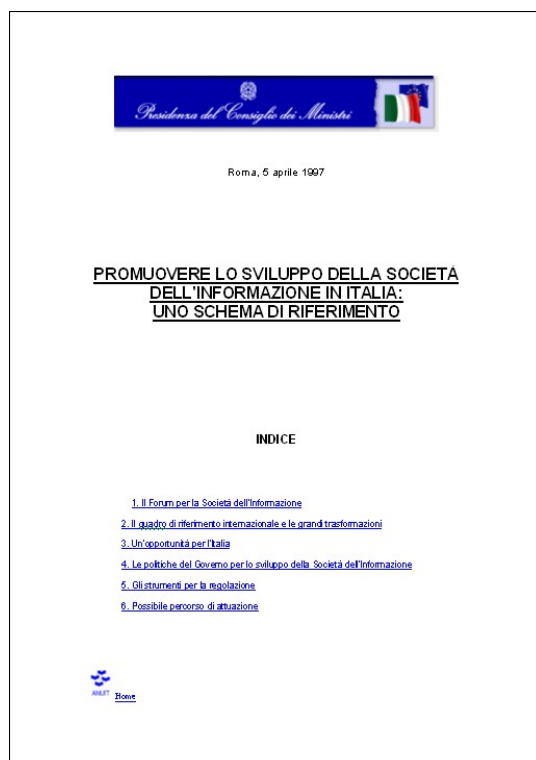
Italiano), de posicionamento centrista, uma vez que desempenhou funções entre 17 de Janeiro de 1995 e 18 de Maio de 1996.

<sup>196</sup> *Forum per la Società dell'Informazione*.

<sup>197</sup> A página do Fórum para a Sociedade da Informação na *Internet* é outro exemplo de informação *online* que se desvanece. Encontram-se facilmente, a partir dos motores de busca, várias dezenas de *links* que direccionam a navegação para o sítio na *Internet* do Fórum, colocado num directório do sítio do governo, em <http://www.palazzochigi.it/fsi>. Esta página, contudo, não existe. Curiosamente, a pesquisa no sítio do governo também não devolve qualquer referência ao Fórum.

<sup>198</sup> *Promuovere lo Sviluppo della Società dell'Informazione in Italia: uno schema di riferimento*.

**Figura 3.52.** Promover o Desenvolvimento da Sociedade da Informação em Itália: um esquema de referência



Em 9 de Outubro de 1998, o Partido da Refundação Comunista retira o seu apoio ao governo de coligação vigente, provocando a sua queda. Um novo governo, baseado essencialmente ainda no movimento de coligação A Oliveira, e liderado por Massimo D'Alema, pertencente ao Partido Democrático de Esquerda (*Partito Democratico della Sinistra*), toma posse como Primeiro-ministro a 21 de Outubro.

O novo governo assume o desenvolvimento da sociedade da informação como um objectivo prioritário e atribui, a 5 de Fevereiro de 1999, a responsabilidade pela definição do plano de acção para a sociedade da informação a uma estrutura constituída pelo Fórum para a Sociedade da Informação, anteriormente existente, e



pelos recém-criados Comité de Ministros para a Sociedade da Informação<sup>199</sup> e Grupo de estudo e de trabalho interministerial<sup>200</sup> (Ministério da Inovação e da Tecnologia, 1999).

A actividade do Fórum para a sociedade da informação é dividida em cinco áreas diferentes, atribuídas a grupos de trabalho: infraestrutura de telecomunicações, auto-estradas electrónicas e convergência (Grupo 1), emprego, tecnologias e organização industrial, formas de trabalho e figuras profissionais (Grupo 2), alfabetização informática, formação, tecnologia no ensino e na investigação (Grupo 3), *Internet* e as indústrias de serviços e de conteúdos (Grupo 4) e administração pública e serviços em rede (Grupo 5).

A afirmação do governo, através do comunicado do Conselho de Ministros, segundo a qual "o Governo considera o desenvolvimento da sociedade da informação como um objectivo fundamental da sua própria acção" (*idem: ibidem*), é objecto de ampla divulgação, torna-se bastante conhecida e contribui, naturalmente, para a visibilidade do tema.

Em 30 de Junho e 1 de Julho de 1999, a Presidência de Conselho de Ministros organiza uma conferência, na Faculdade de Economia da Universidade Tor Vergata, em Roma, com o tema o Plano de Acção para a Sociedade da Informação<sup>201</sup>. Esta conferência marca o início das iniciativas preparatórias do plano de acção. O Primeiro-ministro Massimo D'Alema profere um extenso discurso no encerramento da conferência, tornando-se num dos principais documentos do governo italiano sobre a sociedade da informação, neste período (Primeiro-ministro, 1999).

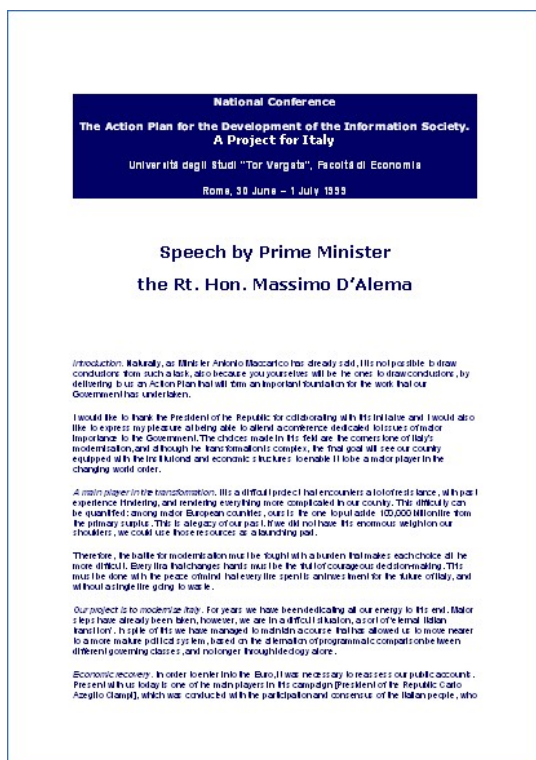
---

<sup>199</sup> *Comitato dei Ministri per la Società dell'Informazione.*

<sup>200</sup> *Gruppo di studio e di lavoro interministeriale.*

<sup>201</sup> *Il Piano di Azione dell'Italia per lo Sviluppo della Società dell'Informazione.*

Figura 3.53. O Plano de Acção para a Sociedade da Informação (Discurso)



Entre 20 e 27 de Setembro do mesmo ano são organizadas 6 conferências itinerantes, em Milão, Trieste, Bolonha, Palermo, Nápoles e Turim, correspondendo aos temas abordados pelos grupos de trabalho do Fórum para a sociedade da informação, e a um tema adicional, seleccionado posteriormente: as administrações territoriais, as autoridades locais e a sociedade da informação (Ministério da Inovação e da Tecnologia, 1999a). Participam, nestas conferências, cerca de 600 pessoas, relacionadas com a administração pública, empresas, partidos, sindicatos, universidades, associações ou cidadãos individuais, fornecendo o seu contributo para o plano de acção (Ministério da Inovação e da Tecnologia, 1999b).

Em Abril de 2000, devido aos resultados eleitorais obtidos nas eleições regionais, Massimo D'Alema apresenta a sua demissão, sendo substituído por uma nova coligação de centro-esquerda, liderada por Giuliano Amato.

A 16 de Junho de 2000, o novo governo apresenta o Plano de acção para a sociedade da informação (Itália, 2000)<sup>202</sup>.

**Figura 3.54.** Plano de acção para a sociedade da informação



Este plano de acção centra-se em quatro áreas de intervenção: ensino, formação e investigação, governo electrónico, comércio electrónico e infraestruturas de telecomunicações.

Este documento assume uma abordagem quase esquemática dos seus objectivos para a sociedade da informação, centrando-se na apresentação de 12 grandes objectivos, sem grande especificação ou detalhe, e na sua calendarização e orçamentação, quando considerado possível. Refira-se, apenas a título comparativo, que a versão disponível do plano de acção para a sociedade da informação (a única que foi localizada e que, de acordo com a investigação realizada, corresponde à versão integral) tem uma dimensão significativamente mais reduzida do que o discurso

---

<sup>202</sup> *Piano d'Azione per la Società dell'Informazione*. Apesar de este documento referir já a iniciativa e-Europe 2002, é considerado para o corpo de análise, pelo facto de se encontrar dentro do âmbito de análise definido – que se conclui no final de Junho de 2000.

proferido pelo Primeiro-ministro Massimo D'Alema no encerramento da conferência na Universidade Tor Vergata: enquanto o Plano de acção tem uma extensão de cerca de 10.000 caracteres, o discurso do Primeiro-ministro apresenta mais do dobro – cerca de 25.000.

### 3.2.12. Luxemburgo

Jacques Santer cessa o exercício das funções de Primeiro-ministro do governo do Luxemburgo, em Janeiro de 1995, para assumir a Presidência da Comissão Europeia. Na sequência desta saída, toma posse a 20 de Janeiro um novo governo, liderado por Jean-Claude Juncker, também do Partido Cristão Social (Parti Chrétien Social/Chrëschtlech-Sozial Vollekspartei – CSV). O novo governo cria, através do Ministério das Comunicações, tutelado por Mady Delvaux-Stehres, o Comité Info 2000. Este Comité teve, como primeiro objectivo explicitamente assumido, a liberalização do sector das telecomunicações. Efectivamente, no primeiro relatório do Comité, é afirmado que:

La nouvelle loi sur les télécommunications doit être le produit d'une politique éclairée. Au coeur d'une telle politique se trouve l'obligation de libéraliser le secteur des télécommunications de manière à faire bénéficier le Luxembourg de retombées positives durables, tant économiques que sociales. Ce résultat ne peut être obtenu que moyennant le soutien, la participation et l'engagement de toutes les parties intéressées.

La création du Comité Info 2000 était un premier pas dans l'effort de recueillir ce soutien. (Comité Info 2000, 1995: 3)

O Comité é constituído por um número de membros mais reduzido do que é habitual neste tipo de estrutura, integrando 5 membros, para além de um conselheiro exterior e de um secretário. A composição dos membros é bastante particular, integrando a representação restrita e ao mais alto nível de um conjunto de interesses estratégicos para o país: o Presidente e Director-Geral da Sociedade Europeia de Satélites (*SES Global*), cuja sede europeia se encontra no Luxemburgo<sup>203</sup>, Romain Bausch; um

---

<sup>203</sup> Vejam-se, para mais informação sobre a instituição, o sítio na *Internet* da *holding* e da companhia operadora na Europa, a SES Astra, em [www.ses-global.com](http://www.ses-global.com) e [www.ses-astra.com](http://www.ses-astra.com), respectivamente (último acesso a 26 de Julho de 2005). Existe uma outra companhia operadora

membro do Conselho de Administração da Companhia Luxemburguesa de Teledifusão (*Compagnie Luxembourgeoise de Télédiffusion, CLT*)<sup>204</sup>, Michel Delloye; o Presidente e Director-Geral do Banco e Caixa de Poupanças do Estado (*Banque et Caisse d'Epargne de l'Etat, BCEE*)<sup>205</sup>, Raymond Kirsch; o Presidente do Banco Cedel<sup>206</sup>, André Lussi; e o Director-geral dos Correios e Telecomunicações do Luxemburgo (*Postes et Télécommunications*)<sup>207</sup>, Edmond Toussing. Encontram-se representados, deste modo, os interesses privados na área de conteúdos e distribuição (SES e CLT, na altura já privatizada), das infra-estruturas (através dos correios e telecomunicações) e da área financeira (BCEE e Cedel).

Este Comité efectua reuniões desde Junho de 1995 e publica o seu primeiro relatório em Outubro, com o título Comité Info 2000 – Primeiras Conclusões e Recomendações (Comité Info 2000, 1995)<sup>208</sup>.

---

para a América do norte, a SES Americom, cujo capital também é totalmente detido pela SES (e cujo sítio na Internet se encontra em [www.ses-amicom.com](http://www.ses-amicom.com)).

<sup>204</sup> O Grupo CLT assume a designação RTL em 2000. O seu sítio na Internet encontra-se em [www.rtl.lu](http://www.rtl.lu) (último acesso a 26 de Julho de 2005). Veja-se, para uma síntese da sua história, a página na Internet do governo luxemburguês sobre o grupo, em [www.gouvernement.lu/dossiers/medias\\_soc\\_information/media/ctl.html](http://www.gouvernement.lu/dossiers/medias_soc_information/media/ctl.html) (último acesso a 26 de Julho de 2005).

<sup>205</sup> Veja-se, para mais informação sobre a instituição, o seu sítio na Internet, em [www.bcee.lu](http://www.bcee.lu) (último acesso a 26 de Julho de 2005).

<sup>206</sup> O Banco Cedel funde-se posteriormente com a Deutsche Börse Clearing, em 1999, dando origem à Clearstream. Veja-se, para mais informação sobre a instituição, o seu sítio na Internet, em [www.clearstream.com](http://www.clearstream.com) (último acesso a 26 de Julho de 2005).

<sup>207</sup> O sítio na Internet da instituição encontra-se em [www.ept.lu](http://www.ept.lu) (último acesso a 26 de Julho de 2005).

<sup>208</sup> *Comité Info 2000 - Premières Conclusions et Recommendations.*

**Figura 3.55.** Comité Info 2000 – Primeiras Conclusões e Recomendações

*Comité Info 2000*

**Premières conclusions et recommandations**

Octobre 1995

---

*Comité Info 2000*  
Premières conclusions et recommandations  
Publié à Luxembourg, octobre 1995  
ISBN 2-959898-0-5

*Publié par:*  
Ministère des Communications  
18, Montée de la Pétrusse  
L-2945 Luxembourg

*Ce rapport peut être obtenu sur simple demande adressée à:*  
Ministère des Communications  
18, Montée de la Pétrusse  
L-2945 Luxembourg

---

**Table des matières**

[Avant-propos](#)  
[Introduction](#)

[1 Les défis](#)  
[1.1 La société de l'information](#)  
[1.2 Les autorités de l'information](#)

[2 Les développements internationaux](#)  
[2.1 Les initiatives sur la société de l'information](#)  
[2.2 La réglementation du secteur des télécommunications en France](#)  
[2.3 Les conséquences des mesures européennes de libéralisation](#)

[3 Les implications pour le Luxembourg](#)  
[3.1 Le secteur des télécommunications à Luxembourg](#)

Este relatório confere, na sua redacção, evidente relevância às posições assumidas pelo G7 (cf. o ponto 2.1.1 do documento, pp. 9 a 11) e, sobretudo, pela União Europeia (todo o restante ponto 2 e a quase totalidade do ponto 3), e orienta-se, como o próprio Primeiro-ministro assume, para os aspectos económicos e financeiros da sociedade da informação (cf. Câmara dos Deputados, 1996: 6). As conclusões do trabalho da comissão expressam-se sobretudo através de um conjunto de 6 recomendações efectuadas ao governo, na parte final do relatório.

A demonstração da preocupação de alinhamento com as políticas seguidas pela União Europeia, em 1995, numa fase relativamente inicial do desenvolvimento das políticas públicas para a sociedade da informação, aproxima o Luxemburgo das preocupações e das prioridades seguidas pela Bélgica e pela Áustria. Embora no caso da Áustria deva

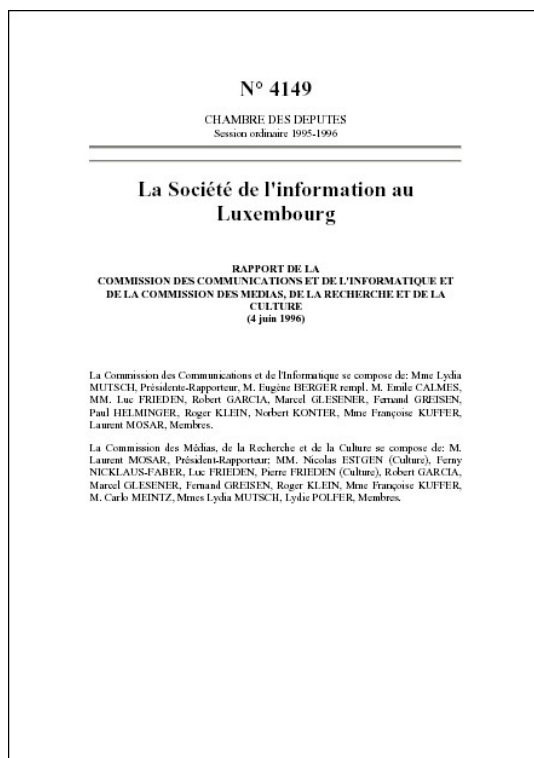
ser considerado o facto de o país se encontrar em processo de adesão à União Europeia neste período (o país integra a União Europeia em 1 de Janeiro de 1995), podendo eventualmente ser colocada a hipótese de que pretenderia, desta forma, demonstrar a sua capacidade de "neófito bom aluno", esta questão específica é irrelevante no caso da Bélgica e do Luxemburgo, uma vez que são membros fundadores da Comunidade Económica Europeia.

Ainda em 1995, o Primeiro-ministro do Luxemburgo sugere ao Parlamento que se debruce sobre as questões sociais da sociedade da informação, em contraste com o relatório do Comité Info 2000, orientado para a perspectiva económica e financeira:

M. le Premier Ministre a notamment informé la Chambre des Députés que le Gouvernement avait instauré un comité d'experts intitulé "Info 2000" avec la mission de rédiger un rapport sur les aspects économiques et financiers. Il a confirmé son intention d'adapter la législation sur les télécommunications. Il a également suggéré que la Chambre des Députés se charge de l'analyse des conséquences sociétales de la société de l'information. (Câmara de Deputados 1996: 6)

Esta tarefa é assumida conjuntamente por duas comissões da Câmara de Deputados: a Comissão das Comunicações e da Informática e a Comissão dos Média, da Investigação e da Cultura. O trabalho conjunto destas duas comissões tem início em Março de 1995. Contudo, é a partir de Julho do mesmo ano que se inicia a actividade de preparação do relatório *A Sociedade da Informação no Luxemburgo*, publicado a 4 de Junho de 1996 (Câmara dos Deputados, 1996).

**Figura 3.56.** A Sociedade da Informação no Luxemburgo



Foram consultados, no processo de redacção do documento, representantes de vários interesses da sociedade luxemburguesa, alguns dos quais integravam a Comissão Info 2000: é o caso da CLT, da SES e dos Correios e Telecomunicações (cf. *idem*: 6).

Este documento consiste, na sua maior parte, numa síntese de elementos considerados relevantes pelos redactores para servir de base ao debate parlamentar sobre o tema, apresentando conceitos, protagonistas, intervenientes no processo e projectos em curso na área, no Luxemburgo. No final surge, também, um conjunto de recomendações: curiosamente, também 6 recomendações, à semelhança do relatório da Comité Info 2000 – embora, naturalmente, de natureza e conteúdo diferente das do documento anterior.

O Ministério das Comunicações procede, entretanto, à alteração da composição do Comité Info 2000. Das instituições anteriormente representadas, mantêm-se apenas



os correios e telecomunicações e, mesmo neste caso, não se mantém o membro que integrava inicialmente o comité. O novo comité assume um pendor claramente mais permeável à representação de instituições públicas e integra, para além dos correios e telecomunicações, representantes do Centro Público de Investigação – Centro Universitário<sup>209</sup>, do Ministério do Interior, da Confederação Geral da Função Pública, do Centro de Informática do Estado, do Centro Público de Investigação – Henri Tudor<sup>210</sup>, do Serviço Central de Estatística e de Estudos Económicos (pertencente ao Ministério da Educação Nacional e da Formação Profissional) e, por último, do Serviço dos Média e do Audiovisual do Ministério de Estado (cf. Comité Info 2000, 1996: 83).

O novo Comité Info 2000 reúne entre Fevereiro e Setembro de 1996 e publica, em Novembro, o seu relatório, com o título *O papel do Estado na sociedade da informação* (Comité Info 2000, 1996).

**Figura 3.57.** *O papel do Estado na sociedade da informação*

*Comité Info 2000*

**Le rôle de l'Etat dans la société de l'information**

Novembre 1996

---

*Comité Info 2000*  
 Le rôle de l'Etat dans la société de l'information  
 Publié à Luxembourg, novembre 1996  
 ISBN 2-9599898-1-3  
 Publié par:  
 Ministère des Communications  
 18, Montée de la Pétrusse L-2945 Luxembourg  
 Ce rapport peut être obtenu sur simple demande adressée à:  
 Ministère des Communications  
 18, Montée de la Pétrusse  
 L-2945 Luxembourg

---

**Table des matières**

[Sommaire](#)

[1 Avant-propos](#)

[1.1 Pour une approche volontariste de la société de l'information](#)

[1.2 L'approche du Comité Info 2000](#)

[1.3 La première phase du Comité Info 2000](#)

[1.4 La deuxième phase du Comité Info 2000](#)

[2 La réflexion du Comité Info 2000](#)

[2.1 Les thèmes de réflexion](#)

[2.2 Les projets pilotes, expérimentations et autres initiatives du secteur public](#)

[2.3 Six principes stratégiques pour l'Administration Publique à l'ère de la SI](#)

[2.4 Les recommandations du Comité](#)

[2.5 La stratégie de mise en œuvre](#)

[3 Annexes](#)

[3.1 Tableau synoptique des projets, expérimentations et autres initiatives en faveur de la société de l'information au Luxembourg](#)

[3.2 Les propositions de projets soumis par le Comité](#)

[3.3 Taux de possession de matériel pour le traitement de l'information des ménages luxembourgeois](#)

[3.4 Glossaire](#)

[3.5 Composition du Comité](#)

<sup>209</sup> *Centre de Recherche Public - Centre Universitaire.*

Curiosamente, uma das justificações apresentadas para o desenvolvimento do novo relatório é comum ao documento preparado pelas comissões parlamentares, publicado cerca de 5 meses antes: a necessidade de uma outra abordagem, para além do enfoque económico e financeiro adoptado no primeiro relatório do Comité Info 2000, em 1995.

Efectivamente, é afirmado no relatório que:

Conscient du fait que la SI ne se réduit pas à un enjeu économique et financier, le Ministère des Communications a décidé d'élargir la mission de réflexion du Comité Info 2000 à d'autres aspects de la SI. (Comité Info 2000, 1996: 7)

Deve, naturalmente, ser sublinhado o facto de o relatório do Parlamento sobre a sociedade da informação no Luxemburgo e do segundo relatório do Comité Info 2000 apresentarem em comum um mesmo argumento, na justificação da sua origem. Apesar de não ser conhecida nenhuma explicação para o facto, a hipótese de que este se relacione directamente com a reacção à composição e ao relatório do primeiro Comité Info 2000 deve ser considerada.

O segundo relatório do Comité Info 2000 submete, à semelhança dos documentos anteriores, várias recomendações ao governo. Este conjunto de recomendações é, contudo, bastante mais extenso do que sucede anteriormente, sendo formuladas 43 recomendações em 4 áreas, essencialmente centradas na administração pública: a utilização das tecnologias de informação no funcionamento interno da administração pública (13 recomendações), a melhoria e simplificação dos serviços da administração pública (6), a oferta de novos serviços públicos (9) e o acesso à sociedade da informação (15).

A atenção dedicada à administração pública (que não pode ser considerada surpreendente, se observarmos a nova composição do Comité Info 2000) não é, aliás, totalmente inédita, na medida em que retoma parte das recomendações do relatório

---

<sup>210</sup> *Centre de Recherche Public - Henri Tudor.*

parlamentar, que apontam para a necessidade de intervenção sobre as instituições públicas.

O tema sociedade da informação parece, entretanto, perder a sua visibilidade pública no Luxemburgo durante alguns anos. É apenas em Maio de 2000 que surge uma nova referência destacada ao tema, com o discurso do Primeiro-ministro sobre a situação económica, social e financeira do país (o discurso sobre o estado da Nação). Neste texto, o Primeiro-ministro anuncia a intenção do governo de lançar um novo programa que permita ao Luxemburgo a entrada na sociedade da informação (Primeiro-ministro, 2000: 9 e 10). Este anúncio viria a ser seguido pela decisão de criação da Comissão Nacional da Sociedade da Informação<sup>211</sup>, a 30 de Junho e, posteriormente (fora do âmbito de análise definido), pelo plano de acção eLuxembourg.

### 3.2.13. Portugal

São realizadas, a 1 de Outubro de 1995, eleições legislativas em Portugal. Na sequência da maioria de votos expressos obtida pelo Partido Socialista (PS), toma posse o primeiro governo liderado por António Guterres. Este governo integra, na sua orgânica, o Ministério da Ciência e Tecnologia, anteriormente inexistente e que assume competências predominantemente atribuídas, até aí, ao Ministério da Educação<sup>212</sup>.

O novo ministério, conduzido por José Mariano Gago, cria a Missão para a Sociedade da Informação, através de uma resolução do Conselho de Ministros de 23 de Março de 1996<sup>213</sup>. Esta resolução atribui à nova instituição um mandato para “promover um amplo debate nacional sobre o tema sociedade da informação, tendo em vista a elaboração de um Livro Verde que, nomeadamente, contenha propostas de medidas a curto, médio e longo prazos, a ser presente à Assembleia da República” (Conselho de Ministros, 1996). A Missão era constituída por um presidente (que assumia, também, a representação do Ministro da Ciência e Tecnologia na instituição), três peritos e representantes dos restantes ministros que integravam o governo<sup>214</sup>.

---

<sup>211</sup> Commission Nationale de la Société de l'Information.

<sup>212</sup> Veja-se, para a orgânica dos governos constitucionais em Portugal, o portal do governo, em [http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos\\_Constitucionais/](http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/) (último acesso a 15 de Setembro de 2005).

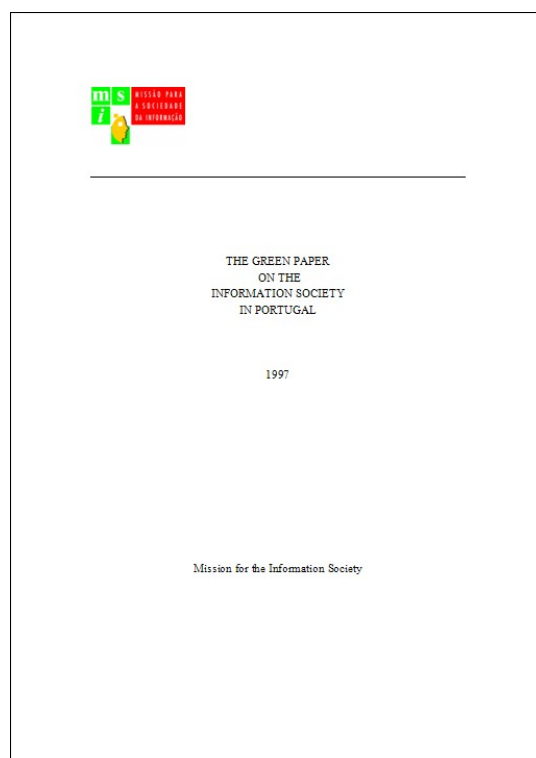
<sup>213</sup> Resolução do Conselho de Ministros nº 16/96 de 21/3/96.

<sup>214</sup> Curiosamente, os membros são referidos como representantes do ministro, e não do ministério. Veja-se, para o efeito, a composição da Missão para a Sociedade da Informação, no *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal* (Missão para a Sociedade da

Seguem-se, nos meses seguintes, várias reuniões preparatórias do Livro Verde, de entre as quais se destacam duas reuniões realizadas na Penha Longa, perto de Sintra (habitualmente designadas como "Fóruns da Penha Longa"), e um conjunto de encontros que adoptou a designação geral de Encontros Sectoriais sobre o Livro Verde. Estes encontros envolvem membros e representantes de vários sectores, permitindo o debate e a recolha de contributos para a redacção do Livro Verde.

O documento, que adopta a designação final de *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal*, foi aprovado pelo Conselho de Ministros a 17 de Abril de 1997 (Conselho de Ministros, 1997) e apresentado à Assembleia da República, em sessão plenária, a 30 do mesmo mês (Assembleia da República, 1997).

**Figura 3.58.** Livro Verde para Sociedade da Informação em Portugal



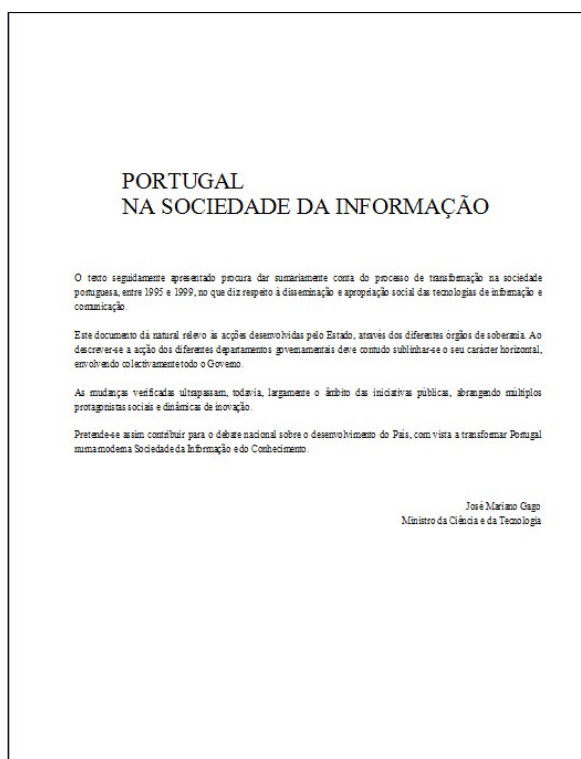
Informação 1997: 2). Esta referência encontra-se apenas na versão em papel do documento, estando ausente das versões digitais localizadas durante a pesquisa.

O Livro Verde encontra-se dividido em 11 capítulos, dedicados a temas considerados relevantes. No fim de cada capítulo, é apresentado um conjunto de medidas de acção para a área em questão, incluindo um total de 72 medidas.

Este documento assume o papel de guia da intervenção do governo, na área da sociedade da informação, dando origem a vários programas e iniciativas sectoriais – aproximando-se mais de um Livro Branco, na acepção geralmente adoptada, do que propriamente de um Livro Verde<sup>215</sup>.

Em Outubro de 1999, o governo publica, através do Ministério da Ciência e da Tecnologia, o documento Portugal na Sociedade da Informação (Ministério da Ciência e da Tecnologia, 1999).

**Figura 3.59.** Portugal na Sociedade da Informação



<sup>215</sup> Veja-se, por exemplo, a definição adoptada pela União Europeia, nos documentos das suas instituições, em [http://europa.eu.int/documents/comm/index\\_pt.htm](http://europa.eu.int/documents/comm/index_pt.htm) (último acesso a 16 de Novembro de 2005). Esta questão é abordada de forma detalhada nas páginas 5 e ss.

Este texto corresponde essencialmente a um balanço da actividade desenvolvida desde a publicação do Livro Verde, cerca de dois anos e meio antes. Integra, contudo, também algumas orientações de intervenção para os anos seguintes, na Parte II.

A 10 de Outubro de 1999 são realizadas eleições legislativas, sendo o Partido Socialista novamente o partido mais votado. A 25 do mesmo mês toma posse o segundo governo de António Guterres. O Ministério da Ciência e Tecnologia mantém as suas competências e a sua liderança, com José Mariano Gago.

Não existem, a partir deste momento e até ao fim do âmbito de análise definido, em Junho de 2000, documentos de definição ou debate global sobre as políticas públicas para a sociedade da informação em Portugal.

#### 3.2.14. Reino Unido

O Reino Unido lança inicialmente, com o governo do Partido Conservador, liderado por John Major, políticas sectoriais para a sociedade da informação. O surgimento de um documento de estratégia global para a sociedade da informação dá-se apenas depois de várias iniciativas sectoriais. As duas primeiras áreas a receber a atenção no desenvolvimento de políticas para a sociedade da informação são a educação e a saúde.

Em Abril de 1995 é lançada uma iniciativa de desenvolvimento de auto-estradas de informação no sistema de ensino, a Education Department's Superhighways Initiative (EDSI). Esta iniciativa pretendia estimular a utilização de tecnologias de informação nas escolas e no sistema de ensino, através do desenvolvimento de um conjunto de 25 projectos de intervenção<sup>216</sup>.

No Outono de 1995 o Serviço Nacional de Saúde<sup>217</sup> lança a iniciativa NHSnet, que consistia numa estratégia tecnológica e de gestão de informação, através da qual era estendida a utilização de meios informáticos nos seus serviços<sup>218</sup>. Pretendia-se, com

---

<sup>216</sup> Veja-se, para uma apresentação da iniciativa EDSI, o sítio na *Internet* <http://www.becta.org.uk/research/research.cfm?section=1&id=533> (último acesso a 19 de Setembro de 2005).

<sup>217</sup> National Health System (NHS).

<sup>218</sup> Esta iniciativa tem continuação, actualmente, através da agência *Connecting for Health*, também pertencente ao Serviço Nacional de Saúde. Veja-se, para mais informação sobre a agência, o sítio na *Internet* <http://www.connectingforhealth.nhs.uk> (último acesso a 19 de Setembro de 2005).

este aumento da utilização de meios informáticos, garantir a possibilidade de troca de informação sobre pacientes de forma segura, obtendo ganhos de eficiência e rapidez.

A Iniciativa para a Sociedade da Informação, cuja criação tinha sido aprovada em Abril de 1995, é lançada pelo Secretário de Estado do Comércio e Indústria<sup>219</sup>, Ian Lang<sup>220</sup>, a 13 de Fevereiro de 1996<sup>221</sup>. Esta iniciativa consistiu, na sua primeira fase, num programa de 5 anos, cobrindo o período até Março de 2000, e assente no princípio de que o Departamento de Comércio e Indústria deveria disponibilizar um conjunto de medidas coerentes de apoio a utilizadores individuais e a empresas, para que pudessem aproveitar da melhor forma as tecnologias de informação e comunicação. A iniciativa contou, nesta primeira fase, com um total de 26 actividades e programas e um financiamento directo de 35 milhões de libras – a adicionar a um financiamento de 55 milhões de libras disponível para projectos nesta área (Departamento de Comércio e Indústria, 2000).

Em Novembro de 1996 o governo publica o Livro Verde *government.direct*, em que lança o debate público e a possibilidade de apresentação de sugestões sobre a prestação de serviços através de meios electrónicos, por parte do governo (Burdon, 1998). Este processo de consulta mantém-se até 7 de Fevereiro de 1997 (Chatrie e

---

<sup>219</sup> O Secretário de Estado do Comércio e Indústria (*Secretary of State for Trade and Industry*) é um membro do Governo do Reino Unido. O título que adopta é o de Presidente do Conselho do Comércio (*President of the Board of Trade*).

<sup>220</sup> Ian Lang assumiu as funções de Secretário de Estado do Comércio e Indústria e de Presidente do Conselho do Comércio de 5 de Julho de 1995 a 2 de Maio de 1997 – cf. o sítio na *Internet* com a história do Departamento, em <http://www.dti.gov.uk/history/presi.htm> (último acesso a 21 de Setembro de 2005) e o artigo na Enciclopédia Wikipedia sobre o Presidente do Conselho do Comércio, em [http://en.wikipedia.org/wiki/President\\_of\\_the\\_Board\\_of\\_Trade](http://en.wikipedia.org/wiki/President_of_the_Board_of_Trade) (último acesso a 21 de Setembro de 2005). Ian Lang preferiu, à semelhança do seu antecessor, utilizar com mais destaque o título de Presidente do Conselho do Comércio do que o título de Secretário de Estado.

<sup>221</sup> *Information Society Initiative (ISI)*. Esta iniciativa é mais um exemplo de informação *online* que se desvanece sem deixar rasto. O sítio na *Internet* da iniciativa foi mantido em [www.isi.gov.uk](http://www.isi.gov.uk) (último acesso a 21 de Setembro de 2005), durante a sua existência. Depois do fim do seu período de mandato, o sítio foi desactivado, não existindo actualmente qualquer domínio activo com esta morada. Foi procurada uma versão de arquivo, nos sítios da administração pública (fundamentalmente, os referidos no ponto 0), não tendo sido localizado qualquer arquivo do sítio ou, sequer, qualquer documento original que se tenha encontrado na origem da iniciativa ou que constitua um relatório da sua própria actividade. Foram, também, utilizados motores de busca na *Internet*, para este fim, sem qualquer resultado. Foram, por fim, estabelecidos contactos directos com vários elementos da Administração Pública, através de correio electrónico, de forma a localizar este tipo de informação, desde Maio de 2005. Nenhum dos contactos se concretizou na localização de informação que não se encontrasse, já, disponível e localizada, na *Internet*.

É possível, pelas características de que a iniciativa se reveste, que um dos seus documentos de origem (um plano de acção ou programa, por exemplo, se pudesse enquadrar nos objectivos da análise efectuada e pudesse integrar o corpo de análise. Esta avaliação não pode, contudo, ser efectuada, uma vez que não existe qualquer documento disponível.

Wraight, 1999: 257). Este é um dos documentos através dos quais o governo aborda directamente a questão da participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisões políticas, para além da abordagem que lhe é reservada nos documentos de definição global de um modelo para a sociedade da informação.

Em 1 de Maio 1997 são realizadas eleições gerais, em que o Partido Conservador sofre uma pesada derrota. O novo governo é liderado por Tony Blair, do Partido Trabalhista, vencedor das eleições.

O novo governo assume o compromisso de manter a iniciativa *ISI*, bem como o calendário estabelecido pelo governo anterior. Contudo, o governo expressa também a vontade de desenvolver novas iniciativas no domínio da sociedade da informação. Surgem, desta forma, projectos como a Enterprise Zone, em Novembro de 1997, com o objectivo de regular o comércio electrónico, ou a publicação de um livro verde sobre a liberdade de informação, com o título *O Seu Direito a Saber*<sup>222</sup>, em Dezembro de 1997 (Reino Unido, 1997).

Em Maio de 1998 surge o primeiro documento do governo de Tony Blair em que é apresentada uma visão global sobre a sociedade da informação, com o título *A Nossa Idade da Informação: a Visão do Governo*<sup>223</sup> (Reino Unido, 1998).

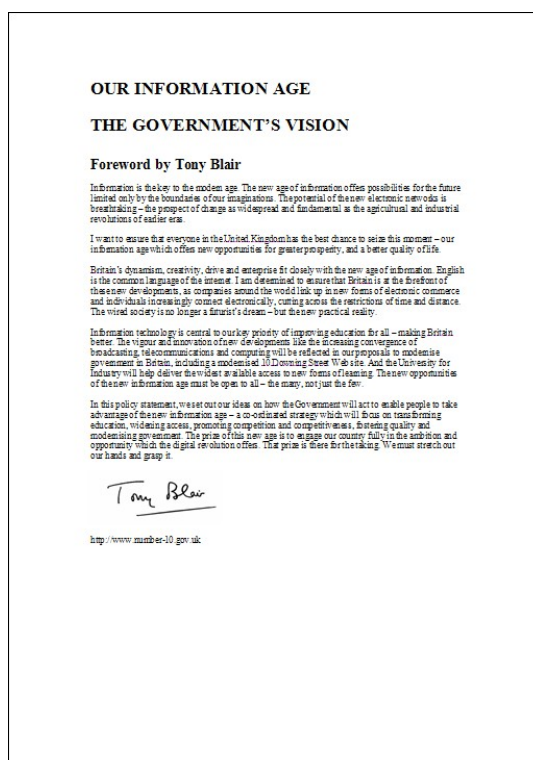
---

<sup>222</sup> *Your Right to Know*. Veja-se, para uma apresentação do livro verde e do processo que virá a conduzir ao *Freedom of Information Act*, o sítio na *Internet* do Departamento de Assuntos Constitucionais (*Department for Constitutional Affairs*) sobre o processo, em <http://www.dca.gov.uk/foi/index.htm> e, muito particularmente, em <http://www.dca.gov.uk/foi/bkgrndact.htm> (último acesso a 22 de Setembro de 2005).

<sup>223</sup> *Our Information Age: the Government's vision*. Curiosamente, também não foi localizada qualquer versão deste documento através dos sítios na *Internet* de instituições públicas do Reino Unido que foram consultados. A versão deste documento utilizada na análise foi localizada num sítio na *Internet* respeitante a uma conferência sobre sociedade de informação, realizada noutro país, e com um pequeno conjunto de documentos em arquivo. O seu conteúdo pode, contudo, ser validado através de várias citações ao documento original encontradas em fontes secundárias, que coincidem com o documento do texto localizado.



Figura 3.60. A Nossa Idade da Informação: a Visão do Governo



Neste documento, o governo afirma, à semelhança do Relatório Bangemann, de 1994, que não pretende substituir o sector privado: um mercado competitivo trará, na perspectiva adoptada, os maiores benefícios à economia e aos consumidores. O governo terá, contudo, um papel essencial a desempenhar em 5 áreas: na transformação da educação, no alargamento do acesso às novas tecnologias, na promoção da concorrência e da competitividade, no incentivo à qualidade e na modernização do governo (*idem*: 3).

É definido, no documento, um conjunto restrito de objectivos globais, associados a datas concretas, para esta intervenção do governo. O número de objectivos seleccionados não pode deixar de ser considerado como reduzido, quando comparado com outros documentos com as mesmas características. Os objectivos globais definidos para 1998 correspondiam à duplicação do número de escolas ligadas à

*Internet*; ao lançamento da Grelha Nacional de Aprendizagem<sup>224</sup> e à existência de 4.000 sítios na *Internet* enquadrados nos objectivos do programa TI para Todos<sup>225</sup>.

Em 2000, os objectivos consistiam na disponibilização a toda a população, de forma permanente (24 horas por dia, todos os dias), do serviço de apoio de saúde *NHS Direct*, através de uma linha de telefone baseada no atendimento por enfermeiras e técnicos de saúde, e no lançamento do programa Universidade para a Indústria<sup>226</sup>.

Pretendia-se, para 2001, a duplicação do número de PME que faziam uma utilização efectiva das tecnologias de informação para aumentar a sua competitividade.

Em 2002, os objectivos correspondiam à disponibilização de 25% dos serviços públicos por meios electrónicos; à ligação de todas as escolas, bibliotecas e universidades à Grelha Nacional de Aprendizagem, e à formação e actualização de conhecimentos de todos os professores em tecnologias de informação e comunicação.

Eram também incluídos, nos objectivos globais, dois objectivos a cinco anos do lançamento da Universidade para a Indústria: atingir 2,5 milhões de utilizadores dos seus serviços de informação e 600 mil pessoas a seguir os seus programas de formação – 200 mil dos quais em formação em tecnologias de informação e comunicação (*idem*: 3 e 4).

Esta visão confere, de forma evidente, particular destaque às questões económicas e de mercado. Esta perspectiva tem seguimento em Dezembro de 1998, com a publicação do Livro Branco O Nosso Futuro Competitivo: Construindo a Economia Orientada pelo Conhecimento<sup>227</sup> (Reino Unido, 1998a). É apresentado, neste documento, um conjunto de medidas para estimular a capacidade competitiva e de inovação das empresas no Reino Unido.

Em Março de 1999, o governo de Tony Blair publica o documento Modernizando o Governo<sup>228</sup> (Reino Unido, 1999). Com este documento, o Governo volta a concentrar a atenção da intervenção no domínio da sociedade da informação no funcionamento da administração pública.

---

<sup>224</sup> *National Grid for Learning*. Veja-se, sobre esta iniciativa, o seu sítio na *Internet*, em <http://www.ngfl.gov.uk> (último acesso a 23 de Setembro de 2005).

<sup>225</sup> *IT for All*. Este programa foi lançado em 1996, no âmbito da *Information Society Initiative*.

<sup>226</sup> *University for Industry (UFI)*. Veja-se, para mais informação sobre esta iniciativa, o seu sítio na *Internet*, em <http://www.ufi.com/home/default.asp> (último acesso a 23 de Setembro de 2005).

<sup>227</sup> *Our Competitive Future: building the knowledge driven economy*.

<sup>228</sup> *Modernising Government*.

### 3.2.15. Suécia

Em Março de 1994, o governo liderado pelo Primeiro-ministro Carl Bildt, pertencente ao Partido Moderado<sup>229</sup>, de origem conservadora-liberal, cria a Comissão Nacional para as Tecnologias de Informação (Comissão TI)<sup>230</sup>. Esta Comissão era presidida pelo Primeiro-ministro e era constituída por 6 ministros e por um conjunto adicional de membros.

Em Agosto de 1994, a Comissão apresenta o seu primeiro relatório, com o título Tecnologias de Informação – Asas para a Capacidade Humana (cf. Suécia, 2000b: 8)<sup>231</sup>. Segundo a perspectiva adoptada, a Suécia poderia assumir um papel de liderança na sociedade da informação, particularmente num conjunto de 7 áreas: educação, legislação, administração pública, saúde, redes de comunicações, indústria e comércio, e investigação em tecnologias de informação.

A 18 de Setembro de 1994 são realizadas eleições gerais, de que sai vencedor o Partido Social-Democrata<sup>232</sup>. O novo governo, liderado por Ingvar Carlsson, designa em Janeiro de 1995 uma nova comissão, presidida pelo ministro responsável pela área da coordenação entre ministérios, Jan Nygren (cf. IT Kommissionen, 1998: 2 e IT Kommissionen, 2004). Esta nova comissão assume um conjunto de competências mais alargado do que a anterior, passando a aconselhar o governo em áreas e temas estratégicos das tecnologias de informação, bem como a identificar e analisar tendências de evolução do sector (Suécia, 2000b: 8).

Em Março de 1996, o Governo prepara e apresenta ao Parlamento uma proposta de lei sobre as tecnologias de informação (que se torna na Lei 1995/96: 125, geralmente conhecida como a *IT Bill* de 1996), baseada em grande parte em deliberações e

---

<sup>229</sup> Moderaterna. Veja-se o sítio na *Internet* do Partido, em <http://www.moderat.se> (último acesso a 23 de Setembro de 2005).

<sup>230</sup> IT Kommissionen. O sítio na *Internet* da Comissão pode ser visitado em <http://www.itkommissionen.se> (último acesso a 23 de Setembro de 2005).

<sup>231</sup> *Information Technology – Wings to Human Ability*, na versão oficial inglesa e *IT - Vingar at manniskans formaga*, na versão original. Não foi localizada qualquer versão *online* deste documento. O sítio na *Internet* da IT Kommissionen reserva uma página para publicações e relatórios. Contudo, mesmo na versão sueca da página, em [http://www.itkommissionen.se/extra/document/index4276.html?module\\_instance=1&action=show\\_category&id=8&language\\_selection=0](http://www.itkommissionen.se/extra/document/index4276.html?module_instance=1&action=show_category&id=8&language_selection=0) (último acesso a 23 de Setembro de 2005), o repositório de documentos não contém documentos anteriores a 1996.

Foram, tal como nos restantes casos, efectuadas pesquisas nas restantes páginas das instituições públicas do país, nos motores de busca na *Internet* e estabelecidos contactos por correio electrónico, directamente para algumas instituições, para a sua localização. Todas as diligências foram infrutíferas, não conduzindo à localização de uma versão deste relatório.

<sup>232</sup> *Sveriges socialdemokratiska arbetareparti*. Veja-se o sítio na *Internet* do Partido, em <http://www.sap.se> (último acesso a 23 de Setembro de 2005).

propostas apresentadas pela segunda Comissão TI. Esta lei vem a ser posteriormente votada e aprovada pelo Parlamento a 4 de Junho de 1996, já depois de uma reformulação governamental (IT Kommissionen, 1998: 2). O objectivo central da lei corresponde ao estímulo à utilização das tecnologias de informação de formas que promovam a criatividade, o crescimento e o emprego. A lei pretende, para este efeito, contribuir para o crescimento económico, o emprego e a competitividade; o alargamento a todos os cidadãos a possibilidade de acesso aos benefícios das tecnologias de informação, de forma a aumentar o conhecimento, a democracia e a justiça; o desenvolvimento da qualidade de vida e do bem-estar dos cidadãos; e para a generalização do acesso à informação, de forma a promover maior participação e desenvolvimento do conhecimento (Chatrie e Wraight, 1999: 236).

Em 22 de Março de 1996, o Primeiro-ministro Ingvar Carlsson é substituído na liderança do governo por Göran Persson, do mesmo partido. É constituída uma nova Comissão TI, na sequência da remodelação governamental, desta vez presidida pela Ministra dos Transportes e Comunicações, Ines Uusmann (IT Kommissionen, 1998: 2). A 6 de Junho de 1996, a terceira Comissão TI adopta novas orientações para o seu funcionamento, em parte na sequência da Lei 1995/96: 125 (IT Kommissionen, 2004).

Em Novembro de 1996, a Comissão inicia a criação de um conjunto de observatórios, com a criação de um observatório legal<sup>233</sup> – a que se seguirão observatórios sobre tecnologias de informação e segurança<sup>234</sup>, infraestruturas<sup>235</sup>, novas empresas, formação e crescimento<sup>236</sup>, informação<sup>237</sup> e democracia<sup>238</sup>.

Em Maio de 1997, a Comissão TI publica o documento *Suécia na Sociedade da Informação*<sup>239</sup>.

---

<sup>233</sup> *IT-rättsliga Observatoriet*. Disponível directamente em [www.itkommissionen.se/extra/page/index476a.html?module\\_instance=4](http://www.itkommissionen.se/extra/page/index476a.html?module_instance=4).

<sup>234</sup> *Observatoriet för IT och Tillväxt*. Disponível directamente em [www.itkommissionen.se/extra/page/indexe426.html?module\\_instance=6](http://www.itkommissionen.se/extra/page/indexe426.html?module_instance=6).

<sup>235</sup> *Observatoriet för IT-Infrastruktur*. Disponível directamente em [www.itkommissionen.se/extra/page/indexc476.html?module\\_instance=7](http://www.itkommissionen.se/extra/page/indexc476.html?module_instance=7).

<sup>236</sup> *Observatoriet för IT, lärande, kunskap och kompetens*. [www.itkommissionen.se/extra/page/indexa4a6.html?module\\_instance=2](http://www.itkommissionen.se/extra/page/indexa4a6.html?module_instance=2).

<sup>237</sup> *Observatoriet för Informationssäkerhet*. Disponível directamente em [www.itkommissionen.se/extra/page/index4b5f.html?module\\_instance=5](http://www.itkommissionen.se/extra/page/index4b5f.html?module_instance=5).

<sup>238</sup> *Observatoriet för IT, demokrati och medborgarskap*. Disponível directamente em [www.itkommissionen.se/extra/page/index9c15.html?module\\_instance=3](http://www.itkommissionen.se/extra/page/index9c15.html?module_instance=3).

<sup>239</sup> O documento foi publicado em inglês com o título *Sweden in the Information Society*, e com a referência SOU 1997:67, correspondendo ao relatório n.º 5 de 1997 da Comissão TI. Não foi possível, contudo, localizar uma versão deste documento ou uma síntese do seu conteúdo, no decurso da investigação efectuada. Efectivamente, a ligação disponível no sítio na *Internet* da Comissão TI, para o documento, corresponde a um *broken link*

A democracia é um tema que, independentemente do destaque conferido nos documentos em que é apresentada uma visão global para a sociedade da informação, preocupa o governo e as instituições públicas. O facto de um dos observatórios criado no âmbito da actividade da Comissão TI ser, precisamente, dedicado a esta questão é um sinal dessa preocupação. Mas para além da criação do observatório, surgem vários documentos, decorrentes da actividade da Comissão TI ou do governo, em que essa preocupação é abordada com destaque (cf. IT Kommissionen, 1996; IT Kommissionen, 2000; Suécia 2000 e Suécia 2000a).

De acordo com o mandato atribuído à terceira Comissão TI, esta deveria submeter um relatório final da sua actividade até 31 de Maio de 1998. Este relatório adopta o título Tempos em mudança, condições em mudança<sup>240</sup> (IT Kommissionen, 1998).

---

(<http://www.itkommissionen.se/doc/158.html>). Não foi possível, pelo contacto com o serviço oficial de publicações da Suécia, obter uma versão em formato digital, ou em papel, do documento. Curiosamente, no documento Uma Sociedade da Informação para Todos – Uma publicação sobre a política sueca para as TI (Suécia 2000b), não é efectuada qualquer referência a este relatório – mesmo na caracterização histórica das políticas suecas para a sociedade da informação. A data indicada foi estabelecida, na ausência de qualquer informação a partir dos sítios na *Internet* das instituições oficiais suecas, a partir de uma página de uma instituição oficial italiana, em [http://www.innovazione.gov.it/eng/soc\\_info/mondo/indice\\_eng.shtml](http://www.innovazione.gov.it/eng/soc_info/mondo/indice_eng.shtml) (último acesso a 23 de Setembro de 2005).

<sup>240</sup> A designação da versão inglesa é *Changing times, changing conditions*. Existe, no título inglês, uma ambivalência em que o verbo pode implicar uma noção passiva (tempos em mudança, condições em mudança) ou activa (mudando os tempos, mudando as condições), impossível de manter em português. O relatório assume uma postura de caracterização e descrição do contexto em mudança, pelo que se adoptou pela primeira opção. Este relatório é incluído no corpo de análise, apesar de não utilizar a expressão sociedade da informação no seu título, e de não surgir como um novo programa ou iniciativa para a área, devido ao facto de constituir, apesar de tudo, um documento essencial da instituição responsável pelas políticas para a sociedade da informação na Suécia.

**Figura 3.61.** Tempos em mudança, condições em mudança



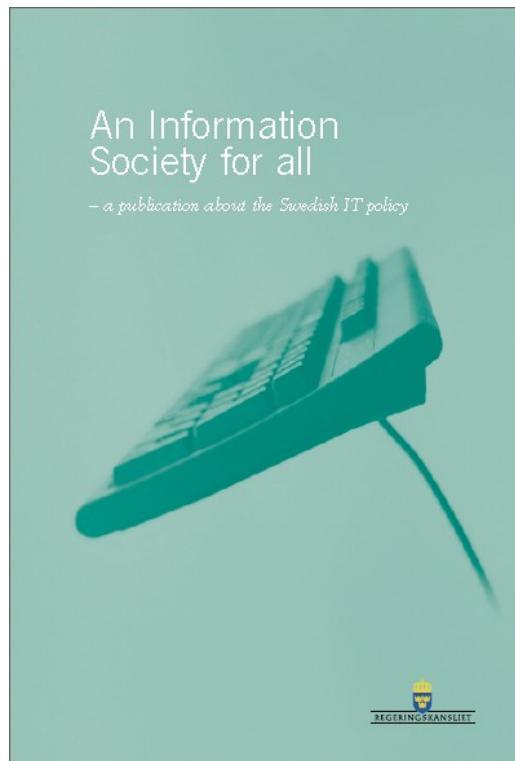
Este relatório consiste mais numa reflexão sobre uma sociedade em mudança, e na caracterização da actividade desenvolvida pela Comissão, do que propriamente num programa ou num conjunto de medidas concretas de intervenção.

A 10 de Abril de 2000, o ministro da Indústria, Emprego e Comunicações, Björn Rosengren, apresenta as propostas do governo para a área das tecnologias de informação, com o documento Uma Sociedade da Informação para Todos – Uma publicação sobre a política sueca para as TI<sup>241</sup> (Suécia, 2000b).

---

<sup>241</sup> *An Information Society for all – a publication about the Swedish IT policy.*

**Figura 3.62.** Uma Sociedade da Informação para Todos – Uma publicação sobre a política sueca para as TI



Este documento é considerado pelo próprio ministro como um *follow up* da Lei 1995/96: 125 (a *IT Bill* de 1996), e encontra-se na origem da Lei 1999/2000: 86. O seu grande objectivo, como aliás é perceptível pelo título, consiste na generalização do acesso às novas tecnologias, por parte de todos os cidadãos:

The Swedish Parliament has now set an objective for the IT policy that Sweden will be the first country to become an information society for all. This means that everyone will have access to IT, have confidence in IT, be able to use it and benefit from the advantages it brings. (Suécia 2000b: 21)

As bases para atingir este objectivo – ou as raízes, de acordo com uma representação gráfica inserida no documento (cf. Suécia 2000b: 24 e 25) – consistem, para além da *acessibilidade* aos serviços da sociedade da informação, na *confiança* nas tecnologias de informação e na *competência* na sua utilização.

As áreas através das quais a intervenção se centra, de forma a atingir estes objectivos, são o crescimento económico, o emprego, o desenvolvimento regional, a democracia e a equidade, a qualidade de vida, a igualdade entre sexos, a diversidade cultural, a eficiência da administração pública e a sociedade sustentável.



#### 4. SALIÊNCIA DA DEMOCRACIA E DA PARTICIPAÇÃO NOS DOCUMENTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS GLOBAIS PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

É efectuada, neste capítulo, uma análise dos documentos das políticas públicas globais para a sociedade da informação, seleccionados a partir da exposição realizada no capítulo anterior.

O primeiro ponto versa uma apresentação dos documentos seleccionados, através de variáveis gerais de caracterização, de forma a melhor apreender a sua diversidade e heterogeneidade. Um segundo ponto efectua uma análise de conteúdo qualitativa da saliência das questões relacionadas com a democracia e a participação, a partir da estrutura de títulos dos documentos. O terceiro ponto consta de uma apresentação e discussão das opções consideradas e dos procedimentos adoptados, na preparação da análise de conteúdo quantitativa. Por fim, o quarto ponto apresenta uma análise de conteúdo quantitativa da saliência da democracia e da participação no texto dos documentos.

O segundo e o quarto ponto deste capítulo direccionam-se para a exploração da hipótese central, colocada no primeiro capítulo, segundo a qual a tentativa de utilização das possibilidades conferidas pelas novas tecnologias, na sua aplicação à participação dos cidadãos, poderá ser tanto maior quanto mais afastados dos centros e das instâncias do poder se encontrarem os agentes enunciadores dos documentos. Esta abordagem é efectuada através da colocação de hipóteses secundárias, no decurso da análise. São também, quando possível e considerado necessário, testadas hipóteses alternativas, de forma a avaliar a possibilidade de surgirem outras associações, ou variáveis explicativas, eventualmente mais relevantes ou prevaletentes sobre as hipóteses decorrentes da hipótese central.

Os documentos seleccionados para integrar o corpo de análise foram recolhidos, sempre que possível, na sua língua original, no caso de línguas em que poderia ser assegurada directamente a sua interpretação e análise (castelhano, francês, inglês e italiano, para além do português) e, para todos os casos em que foi identificada tradução disponível, também a versão em língua inglesa. No caso de outras línguas (alemão, dinamarquês, finlandês, grego, holandês e sueco), foram consideradas, para a análise, apenas as versões em língua inglesa. Esta opção implicou a exclusão dos seguintes documentos da análise:

1. Dinamarca: *State of IT action plan 1995*, Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação, Abril de 1996 – cf. p. 255, particularmente a nota 124;
2. Finlândia: *A Finlândia no sentido da sociedade da informação – Uma estratégia nacional (Suomi Tietoyhteiskunnaksi - Strategian perustelumuistiot)*, Ministério das Finanças, Dezembro de 1994 – cf. p. 268, particularmente nota 141;

Foi, também, decidido não incluir no corpo de análise os documentos que se encontram exclusivamente em suporte papel, uma vez que não seria possível a realização da análise de conteúdo assistida por computador, nestes casos, sem a colocação dos documentos em suporte digital – o que implicaria também uma mobilização adicional de recursos. Esta opção implicou o afastamento de dois documentos, ambos da Finlândia:

1. *Developing a Finnish Information Society*, Governo, Janeiro de 1995;
2. *Finland's way to the Information Society - The National Strategy and its Implementation*, Ministério das Finanças, 1996.

Foi inicialmente localizada a referência a um documento finlandês deste período, do qual não foi possível localizar qualquer versão. Por esse motivo, foram estabelecidos vários contactos com instituições finlandesas, no sentido de localizar uma versão deste documento, de que resultou o envio por correio de uma versão impressa dos dois documentos (um dos quais desconhecido até a esse momento). Curiosamente, quer através das instituições oficiais, quer através de um informador privilegiado posteriormente identificado, não foi possível obter qualquer versão digital destes textos. Estes documentos constituem, por este motivo, de certa forma, mais uma demonstração da falta de memória digital da sociedade da informação – pelo menos, no seu período inicial.

A exclusão destes dois documentos não é, contudo, considerada como particularmente limitadora da análise, devido a dois motivos. O primeiro consiste no facto de a maior parte do texto do primeiro documento se encontrar reproduzida, em anexo, no fim do documento *Finland 's way to the Information Society - The National Strategy and its Implementation* – documento este disponível em formato digital e incluído no corpo de análise. O segundo motivo consiste no facto de o segundo documento afastado ter, também no documento *Finland 's way to the Information Society - The National Strategy and its Implementation*, praticamente, uma reedição (reveja-se, sobre esta questão, a página 274). Na prática, o texto dos dois documentos afastados é considerado, de forma indirecta, através de um outro documento que se encontra incluído no corpo de análise.

Existe, adicionalmente, um conjunto de documentos que reuniria, com forte probabilidade, as condições para ser incluído no corpo de análise, de acordo com a informação recolhida durante a investigação, mas de que não foi localizada qualquer versão:

1. Alemanha: *Germany's way into the Information Society (Progress Report)*, Ministério Federal da Economia<sup>242</sup>, final de 1997 ou início de 1998 – cf. p. 240, particularmente a nota 108;
2. Áustria: Segundo Relatório do Grupo de Trabalho do Governo Federal da Áustria sobre a Sociedade da Informação, Arbeitsgruppe Informationsgesellschaft der österreichischen Bundesregierung, Abril de 1997 – Embora a existência efectiva de um segundo relatório desta instituição não se encontre inequivocamente estabelecida: cf p. 244, particularmente a nota 112;
3. Áustria: *Plano de Acção para a Sociedade da Informação (Aktionsplan zur informationgesellschaft)*, Outubro de 1997 – cf. p. 245, particularmente a nota 113;
4. Áustria: *e-Austria in e-Europe*, Abril de 2000 – cf. p. 245, particularmente a nota 114;
5. Espanha: *Relatório do Grupo assessor sobre as indústrias da sociedade da informação*, Julho de 1998 – cf. p. 264, particularmente a nota 133;

---

<sup>242</sup> Não foi possível confirmar de forma inequívoca a instituição que edita o documento.

6. França: *Les nouvelles techniques d'information et de communication: l'homme cybernétique?*, Março de 1995 – cf. p. 279, particularmente a nota 157;
7. Grécia: *Estratégia grega na sociedade da informação: Uma ferramenta para o Emprego, Desenvolvimento e Qualidade de vida*, 1995 – cf. p. 288, particularmente a nota 173;
8. Itália: *A Government Agenda for Promoting the Development of the Information Society*, 1995 – cf. p. 302, particularmente a nota 195;
9. Suécia: *Relatório da IT Kommissionen*, IT Kommissionen, Agosto de 1994 – cf. p. 323, particularmente a nota 231;
10. Suécia: *Suécia na Sociedade da Informação*, IT Kommissionen, Maio de 1997 – cf. p. 324, particularmente a nota 239.

Os documentos seleccionados, de acordo com a delimitação do âmbito de análise e a recolha de informação apresentada ao longo segundo capítulo, com as restrições já indicadas anteriormente, encontram-se discriminados na Tabela 4.1, por instituição ou país e por ordem cronológica. Foi seleccionado, para integrar o corpo de análise, um total de 60 documentos.

As designações na língua original ou na tradução oficial em inglês apresentadas na tabela são as indicadas nos documentos, tendo-se optado por não proceder à sua tradução. Pretende-se, desta forma, facilitar a identificação do título original do documento.

É também apresentada, na Figura 4.1, uma cronologia da publicação dos textos seleccionados para integrar o corpo de análise, bem como dos documentos que não são considerados pelo facto de não ter sido localizada uma tradução em língua inglesa ou em suporte papel ou, ainda, pelo facto de não ter sido localizada qualquer versão.

**Tabela 4.1.** Corpo de análise

N.º	Nome	UE/País	Ano	Mês	Autoria formal ou tutela <sup>243</sup>	Suporte
1	Bangemann Report - Recommendations to the European Council	UE	1994	5	Grupo de trabalho liderado por Martin Bangemann	Digital
2	Europe's way to the information society: An Action Plan" COM (94) 347	UE	1994	7	Comissão	Digital
3	Information Society: From Corfu to Dublin. The new emerging priorities	UE	1996	7	Comissão	Digital
4	Communication to the Council, the European Parliament, the Economic and Social Committee and the Committee of the Regions on the Implications of the Information Society for European Union Policies - Preparing the next steps	UE	1996	7	Comissão	Digital
5	Green Paper Living and Working in the Information Society: People First	UE	1996	7	Comissão	Digital
6	Council Resolution of 21 November 1996 on new policy- priorities regarding the information society	UE	1996	11	Conselho	Digital
7	Europe at the Forefront of the Global Information Society: Rolling Action Plan COM(96)607 final	UE	1996	11	Comissão	Digital
8	Grupo de Peritos de Alto Nível - Construir a SI para todos	UE	1997	4	Grupo de Peritos de Alto Nível	Digital
9	Green Paper on the Convergence of the Telecommunications, Media and Information Technology Sectors, and the Implications for Regulation Towards an Information Society Approach	UE	1997	12	Comissão	Digital
10	Decisão do Conselho, de 30 de Março de 1998, que adopta um programa comunitário plurianual de incentivo ao estabelecimento da sociedade da informação na Europa	UE	1998	3	Conselho	Digital
11	eEurope - An Information Society for All - Communication on a Commission Initiative for the Special European Council of Lisbon, 23 and 24 March 2000	UE	1999	12	Comissão	Digital
12	eEurope 2002 - An Information Society for All - Draft action plan	UE	2000	5	Comissão	Digital
13	eEurope - Action Plan	UE	2000	6	Conselho e Comissão	Digital

(continua)

(continuação)

14	The Information Society - Opportunities, innovations and challenges	Alemanha	1995	12	Conselho para a Investigação, Tecnologia e Inovação	Digital
15	Info 2000: Germany's Way to the Information Society	Alemanha	1996	2	Ministério Federal da Economia	Digital
16	Innovation and Jobs in the Information Society of the 21st Century	Alemanha	1999	11	Federal Ministry of Economics and Technology e Federal Ministry of Education and Research	Digital
17	Information Society - Report of the Austrian Federal Government Working Group	Áustria	1997	4	Austrian Federal Government Working Group	Digital
18	Un plan d'actions coordonnées pour la société de l'information au sein des Autorités fédérales - 1997-1999	Bélgica	1997	6	Premier Ministre, Vice Premier Ministre et Ministre de l'Economie et des Télécommunications e Ministre de la Fonction Publique	Digital
19	Info-society 2000	Dinamarca	1994	11	Ministry of Research	Digital
20	From Vision to Action - Info-society 2000	Dinamarca	1995	3	Ministry of Research and Information Technology	Digital
21	IT in Figures 1996 - 23 Pictures of the Info-Society	Dinamarca	1996	4	Ministry of Research and Information Technology	Digital
22	The Info-Society for All - the Danish Model	Dinamarca	1996	6	Ministry of Research and Information Technology	Digital
23	Authorities Heading for a Fall - IT Policy White Paper Presented to the Folketing 1997	Dinamarca	1997	5	Ministry of Research and Information Technology	Digital
24	IT in figures 1997 - 19 Pictures of the Info-society	Dinamarca	1997	5	Ministry of Research and Information Technology	Digital
25	Action for Change	Dinamarca	1997	12	Ministry of Research and Information Technology	Digital
26	Danish IT-pictures	Dinamarca	1999	5	Ministry of Research and Information Technology	Digital

(continua)

<sup>243</sup> Não são naturalmente identificados, através desta variável, os autores efectivos ou redactores do documento, mas os autores formais ou aqueles a quem é conferido maior destaque (habitualmente na capa ou na primeira página). Esta identificação também não coincide, em vários casos, com a identificação do editor do documento.

(continuação)

27	Digital Denmark - conversion to the network society	Dinamarca	1999	11	Ministry of Research and Information Technology	Digital
28	Realigning to a Network Society	Dinamarca	2000	1	Ministry of Research and Information Technology	Digital
29	INFO XXI - La Sociedad de la Inform@ción para todos. Iniciativa del Gobierno para el Desarrollo de la Sociedad de la Información	Espanha	2000	1	Comissão Interministerial da Sociedade da Informação e das Novas Tecnologias	Digital
30	Finland 's way to the Information Society - The National Strategy and its Implementation	Finlândia	1996	ND	Ministério das Finanças	Digital e papel
31	Quality of life, knowledge and competitiveness - Premises and objectives for strategic development of the Finnish information society	Finlândia	1998	12	Fundo Nacional Finlandês para a Investigação e Desenvolvimento (Sitra)	Digital
32	Finland as an Information Society - The Report of the Information Society Advisory Board to the Government	Finlândia	2000	6	Conselho Consultivo para a Sociedade da Informação	Digital e papel
33	Les réseaux de la société de l'information (Relatório Mileo) <sup>244</sup>	França	1996	9	Comissariado Geral do Plano (Governo)	Digital
	La France et la société de l'information - T1: conclusions du rapporteur - Rapport de l'Office Parlementaire d'Evaluation des Choix Scientifiques et Technologiques No 213 (335) - Pierre Laffitte					
34	E	França	1997	2	Senado	Digital
	La France et la société de l'information - T2: annexes Techniques - Rapport de l'Office Parlementaire d'Evaluation des Choix Scientifiques et Technologiques No 213 (335) - Pierre Laffitte					
35	Rapport sur les techniques des apprentissages essentiels pour une bonne insertion dans la société de l'information - Sérusclat	França	1997	7	Senado	Digital
36	Préparer l'entrée de la France dans la société de l'information. (Discurso de Lionel Jospin na Universidade da Comunicação de Hourtin, a 25 de Agosto de 1997)	França	1997	8	Primeiro-ministro	Digital
37	L'entrée dans la société de l'information - Rapport d'information 436 - Joyandet, Hérisson e Türk	França	1997	9	Senado	Digital
38	Préparer l'entrée de la France dans la société de l'inform@tion - Programme d'action gouvernemental (PAGSI) <sup>245</sup>	França	1998	1	Governo	Digital

(continua)

<sup>244</sup> Este documento corresponde ao índice de conteúdos e excertos do relatório - cf. nota de rodapé 161.

<sup>245</sup> Apesar de a versão referida ser a original, em língua francesa, foi incluída no corpo de análise a tradução oficial em língua inglesa, de forma a facilitar a sua análise.

(continuação)

	Bâtir un cadre législatif protecteur des échanges et de la vie privée.						
39	Développer la culture, les contenus et la présence de la France sur l'internet. 1999-2000: vers l'administration électronique.	França	1999	1	Governo (Decisões do 2.º CISI)	Digital	
	Pour une société de l'information solidaire: l'accès pour tous, enjeu social et territorial.						
40	France in the Information Society - Newsletter of the French Government - February 1999 - Special edition	França	1999	2	Governo	Digital	
41	La France dans la société de l'information	França	1999	6	Primeiro-ministro	Digital	
42	Greece in the Information Society - Strategy and actions (Draft)	Grécia	1999	2	Primeiro-ministro	Digital	
43	Dutch Digital Delta	Holanda	1999	6	Vários ministérios, assumindo o Ministério da Economia o protagonismo	Digital	
44	Information Society Ireland - Strategy for Action - Report of Ireland's Information Society Steering Committee	Irlanda	1997	3	Information Society Steering Committee	Digital	
45	First Report of Information Society Commission (Draft)	Irlanda	1997	12	Information Society Commission	Digital	
46	Implementing the Information Society: A Framework for Action	Irlanda	1998	12	<i>Inter-Departmental Implementation Group on the Information Society</i>	Digital	
47	Implementing the Information Society in Ireland: An action plan	Irlanda	1999	1	Information Society Ireland	Digital	
48	Progress Implementing the Information Society. Second Report of the Inter-Departmental Implementation Group.	Irlanda	1999	6	<i>Inter-Departmental Implementation Group on the Information Society</i>	Digital	
49	Progress Implementing the Information Society. Third Report of the Inter-Departmental Implementation Group on the Information Society.	Irlanda	2000	4	<i>Inter-Departmental Implementation Group on the Information Society</i>	Digital	
50	Promover o Desenvolvimento da Sociedade da Informação em Itália: um esquema de referência <sup>246</sup>	Itália	1997	4	Presidência do Conselho de Ministros	Digital	
51	Discurso do Primeiro-Ministro – The Action Plan for the Development of the Information Society.	Itália	1999	7	Primeiro-ministro	Digital	
52	Plano de acção para a sociedade da informação	Itália	2000	6	Ministério para a Inovação e Tecnologias	Digital	

(continua)

<sup>246</sup> Este documento encontra-se, na versão localizada durante a investigação, dividido em vários ficheiros html, correspondendo cada ficheiro a um capítulo. Os vários ficheiros foram, para efeitos de análise, e por uma questão de coerência, consolidados num mesmo ficheiro em Microsoft® Word.



(continuação)

53	Comité Info 2000 - Premières Conclusions et Recommandations	Luxemburgo	1995	10	Comité Info 2000	Digital
54	La Société de l'information au Luxembourg	Luxemburgo	1996	6	Parlamento	Digital
55	Le rôle de l'Etat dans la société de l'information	Luxemburgo	1996	11	Comité Info 2000	Digital
56	Livro Verde para a Sociedade da Informação	Portugal	1997	4	Missão para a Sociedade da Informação	Digital e papel
57	Portugal na Sociedade da Informação	Portugal	1999	10	Ministério da Ciência e da Tecnologia	Digital
58	Our Information Age: the Government's Vision	Reino Unido	1998	5	Primeiro-ministro	Digital
59	Changing times, changing conditions	Suécia	1998	5	Comissão TI	Digital
60	An Information Society for all – a publication about the Swedish IT policy	Suécia	2000	4	Ministério da Indústria, Emprego e Comunicações	Digital

Fonte: Processo de recolha de informação.

**Figura 4.1.** Cronologia de textos e documentos

Período																											
UE/País	1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	4T	1T	2T	
	1994				1995				1996				1997				1998				1999				2000		
UE	1	2								3	4	5	6	7	8			9	10						11	12	13
Alemanha							14	15										1								16	
Áustria															17	2		3									4
Bélgica															18												
Dinamarca				19	20					21	22	1			23	24		25						26	27	28	
Espanha																			5							29	
Finlândia			2	1						2	30													31			32
França				6							33		34		35	36	37	38				39	40	41			
Grécia						7																		42			
Holanda																									43		
Irlanda													44				45					46	47	48		49	
Itália						8										50										51	52
Luxemburgo							53	54	55																		
Portugal															56											57	
Reino Unido																			58								
Suécia			9													10					59						60

- Documento que integra o corpo de análise
- Documento que não integra o corpo de análise devido a indisponibilidade de tradução
- Documento que não integra o corpo de análise devido a inexistência em suporte digital
- Documento não localizado e passível de eventual integração no corpo de análise

Nota: o número indicado corresponde ao número de ordem atribuído ao documento nas páginas anteriores.

É possível consultar directamente, nos anexos D2.01 a D2.60, em suporte digital, todos os documentos que integram o corpo de análise<sup>247</sup>.

Como é possível verificar através da Figura 4.1, o número de documentos de políticas públicas para a sociedade da informação, independentemente de se encontrarem incluídos no corpo de análise, que é publicado nos anos de 1994 e de 1995 é relativamente reduzido. É a partir de 1996 que este número sofre um aumento perceptível, sobretudo devido à publicação de vários documentos, por parte da União Europeia e da Dinamarca. O número de documentos publicados atinge o seu auge em 1997, com vários países a apresentarem publicamente uma reflexão ou uma base documental para o lançamento das suas políticas para a área.

Sendo indispensável proceder à sua tipificação, de molde a permitir a compreensão da sua diversidade e, simultaneamente, de várias regularidades relevantes para a sua análise, é efectuada, de seguida, uma caracterização geral dos documentos seleccionados.

#### 4.1. Tipologia dos documentos

Antes de iniciar a análise de conteúdo dos documentos integrados no corpo de análise, cabe efectuar a sua caracterização a partir da sua distribuição por um conjunto de variáveis. Proceder-se-á, por esse motivo, à sua caracterização a partir da distribuição das seguintes variáveis: ano de publicação, autoria formal ou tutela, tipo de documento, suporte de informação, número de páginas e língua de publicação na versão analisada.

Na Tabela 4.2 é apresentada a distribuição dos documentos por instituição e país e por ano de publicação. A União Europeia é responsável por 13 documentos e o conjunto de Estados-membro pelos restantes 47. De entre estes, os países com maior número de documentos são a Dinamarca, com 10, e a França, com 9.

Destaca-se, relativamente ao ano de publicação, o ano de 1997, com um total de 16 documentos. Deve, contudo, ser notado que os documentos de 2000 correspondem apenas ao primeiro semestre, e não a todo o ano, na medida em que o âmbito de análise se encontra limitado até ao final do mês de Junho.

---

<sup>247</sup> Nos casos em que existe uma versão em inglês e uma outra versão em português (caso dos documentos portugueses e dos documentos europeus), ou numa outra língua, são apresentadas ambas as versões, nos anexos.

**Tabela 4.2.** Distribuição dos documentos integrados no corpo de análise por instituição e país e por ano de publicação

	Ano							Total
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	
EU	2		4	3	1	1	2	13
Alemanha		1	1			1		3
Áustria				1				1
Bélgica				1				1
Dinamarca	1	1	2	3		2	1	10
Espanha							1	1
Finlândia			1		1		1	3
França			1	4	1	3		9
Grécia						1		1
Holanda						1		1
Irlanda				2	1	2	1	6
Itália				1		1	1	3
Luxemburgo		1	2					3
Portugal				1		1		2
Reino Unido					1			1
Suécia					1		1	2
Total	3	3	11	16	6	13	8	60

É apresentada, nas tabelas seguintes, a distribuição dos documentos integrados no corpo de análise pelo tipo de instituição que assume a autoria formal ou a tutela dos documentos. No caso da União Europeia, a distribuição é apresentada na Tabela 4.3 e, no caso dos Estados membros, estes valores são apresentados na Tabela 4.4. A apresentação desta informação é independente devido ao facto de, naturalmente, o tipo de instituições considerado nos dois casos ser diverso.

**Tabela 4.3.** Distribuição dos documentos integrados no corpo de análise, da União Europeia, por autoria formal ou tutela

		Autoria formal ou tutela				
		Conselho	Conselho e Comissão	Comissão	Grupos de trabalho <sup>248</sup>	Total
UE	Casos	2	1	8	2	13
	%	15,4	7,7	61,5	15,4	100,0

A Comissão desempenha um papel preponderante, como é perceptível pelos valores apresentados, assumindo a autoria exclusiva de 8 dos 13 documentos da União Europeia incluídos no corpo de análise, para além da autoria de um documento em processo de co-decisão com o Conselho.

Os documentos publicados pelos governos dos Estados membros são, em mais de um terço dos casos (36%), da autoria formal de um agente ao nível ministerial e, em cerca de um terço (34%), da autoria de instituições sujeitas a algum grau de controlo por parte das instituições nacionais (na maior parte dos casos, através uma entidade que integra a orgânica do governo, como um ministério ou o gabinete do Primeiro-ministro). Ou seja, mais de dois terços dos documentos provêm de instituições com maior pendor executivo (ministérios ou outras instituições), em detrimento de uma autoria de instâncias formalmente superiores, mas com menor proximidade à sua concretização (parlamento, primeiro-ministro e autoria colectiva do governo).

<sup>248</sup> Grupos de trabalho ou de peritos. Este tipo inclui dois grupos: o grupo de trabalho liderado por Martin Bangemann (autor do documento n.º 1 do corpo de análise), e o Grupo de Peritos de Alto Nível (autor do documento n.º 8).

**Tabela 4.4.** Distribuição dos documentos integrados no corpo de análise, dos Estados membros, por autoria formal ou tutela

		Autoria formal ou tutela				Total	
		Parlamento <sup>249</sup>	Primeiro-ministro <sup>250</sup>	Governo <sup>251</sup>	Ministro ou Ministério <sup>252</sup>		Outras instituições <sup>253</sup>
Alemanha	Casos				2	1	3
	%				66,7	33,3	100,0
Áustria	Casos					1	1
	%					100,0	100,0
Bélgica	Casos		1				1
	%		100,0				100,0
Dinamarca	Casos				10		10
	%				100,0		100,0
Espanha	Casos					1	1
	%					100,0	100,0
Finlândia	Casos				1	2	3
	%				33,3	66,7	100,0
França	Casos	3	2	3		1	9
	%	33,3	22,2	33,3		11,1	100,0
Grécia	Casos		1				1
	%		100,0				100,0
Holanda	Casos				1		1
	%				100,0		100,0
Irlanda	Casos					6	6
	%					100,0	100,0
Itália	Casos		1	1	1		3
	%		33,3	33,3	33,3		100,0
Luxemburgo	Casos	1				2	3
	%	33,3				66,7	100,0
Portugal	Casos				1	1	2
	%				50,0	50,0	100,0
R. Unido	Casos		1				1
	%		100,0				100,0
Suécia	Casos				1	1	2
	%				50,0	50,0	100,0
Total	Casos	4	6	4	17	16	47
	%	8,5	12,8	8,5	36,2	34,0	100,0

<sup>249</sup> O Parlamento engloba a câmara baixa e a câmara alta, quando existente.

<sup>250</sup> Engloba documentos apresentados como sendo da autoria do Primeiro-ministro, do seu Gabinete ou dos seus serviços.

<sup>251</sup> Inclui documentos apresentados como sendo da autoria colectiva do governo, ou resultantes do Conselho de Ministros.

<sup>252</sup> Inclui documentos apresentados como sendo da autoria directa do ministro, do seu gabinete ou do ministério.

<sup>253</sup> Agrega os documentos da autoria de comissões, conselhos, grupos de trabalho ou outras organizações que se encontrem dependentes ou sujeitas a algum grau de controlo pelas instituições nacionais (predominantemente através do governo ou do parlamento).

Curiosamente, no caso da Bélgica, da Grécia e do Reino Unido, existe apenas um documento de cada um dos países no corpo de análise e esse documento manifesta o envolvimento directo e a autoria formal do Primeiro-ministro. Este facto confere ao Primeiro-ministro uma elevada visibilidade e, mesmo, o protagonismo na condução das políticas públicas para a sociedade da informação, nestes países. Existe, contudo, uma característica em que o caso inglês se destaca do belga e do grego: o Reino Unido mantém, desde bastante cedo, políticas sectoriais para a sociedade da informação (inicialmente com a educação e a saúde)<sup>254</sup>, numa tendência que é inexistente, no caso da Bélgica e da Grécia.

No caso da Dinamarca, todos os documentos (num total de 10), são da autoria de instituições a nível ministerial – neste caso, sempre do Ministério da Investigação e das Tecnologias de Informação<sup>255</sup>. Apesar de conhecer vários ministros e várias reformulações, o Ministério da Investigação e das Tecnologias de Informação é o protagonista indiscutível das políticas públicas para a sociedade da informação, na Dinamarca.

A França possui um perfil de participação parlamentar nas políticas públicas para a sociedade da informação mais acentuado do que qualquer dos restantes países – com a eventual excepção do Luxemburgo. Com efeito, 3 dos seus documentos (um terço dos seus documentos integrados no corpo de análise) provêm do Parlamento (mais exactamente, do Senado).

No caso da Irlanda, todos os documentos incluídos no corpo de análise (num total de 6) são da autoria de instituições para além do primeiro-ministro ou dos ministérios existentes e, de alguma forma, dependentes do governo. Esta situação verifica-se, também, com a Áustria e com a Espanha, embora, nestes casos, exista apenas um documento de cada país no corpo de análise. Não existe, contudo, no caso da Irlanda, como se verifica com a Dinamarca, um único protagonista ou agente responsável pela autoria dos documentos, mas vários: os documentos da Irlanda são da autoria de várias instituições, como é o caso da Information Society Steering Committee, da

---

<sup>254</sup> Cf. p. 5 e ss.

<sup>255</sup> Com a excepção do documento de 1994, em que o ministério assumia a designação formal de Ministério da Investigação – embora correspondesse à mesma instituição.

Information Society Commission e do Inter-Departmental Implementation Group on the Information Society.

Estas instituições encontram-se, contudo, na dependência formal (por vezes com grande variação na relação de dependência estabelecida), de outras instituições. A distribuição dos documentos que são de autoria de outras instituições por dependência formal dessa instituição é apresentada na Tabela 4.7.

**Tabela 4.5.** Distribuição dos documentos dos Estados membros integrados no corpo de análise e que são da autoria de outras instituições, por dependência formal da instituição

		Dependência formal da instituição				
		Parlamento	Primeiro-ministro	Governo	Ministro ou Ministério	Total
Alemanha	Casos				1	1
	%				100,0	100,0
Áustria	Casos			1		1
	%			100,0		100,0
Espanha	Casos				1	1
	%				100,0	100,0
Finlândia	Casos	1		1		2
	%	50,0		50,0		100,0
França	Casos		1			1
	%		100,0			100,0
Irlanda	Casos		5		1	6
	%		83,3		16,7	100,0
Luxemburgo	Casos				2	2
	%				100,0	100,0
Portugal	Casos				1	1
	%				100,0	100,0
Suécia	Casos				1	1
	%				100,0	100,0
Total	Casos	1	6	2	7	16
	%	6,3	37,5	12,5	43,8	100,0

É perceptível, pela análise da tabela, que, na maior parte dos casos, as instituições se encontram na dependência de ministros ou ministérios (7 casos, representando 44%



dos documentos). Ressalta também, nesta análise, o facto de que 5 dos 6 documentos da Irlanda são da autoria de instituições directamente dependentes do Primeiro-ministro, conferindo-lhe uma elevada proximidade à evolução das políticas públicas para a sociedade da informação.

Outro critério utilizado para a caracterização dos documentos incluídos no corpo de análise corresponde ao tipo de documento em causa. Pretende-se, com esta variável, caracterizar a proximidade à adopção ou execução concreta de medidas. Foi utilizada, para a caracterização do tipo de documento, a seguinte caracterização<sup>256</sup>:

- Relatórios preparatórios ou de reflexão. Estes relatórios são preparados usualmente por comissões ou grupos *ad hoc*, que são criados, nomeados ou incumbidos de investigar matérias sobre as quais poderá ser desejável vir a legislar. Estes relatórios são, de modo mais frequente, apresentados ao ministro responsável pela área em questão, no caso de governos nacionais. Normalmente, não contêm recomendações ou propostas concretas de intervenção, servindo sobretudo à demarcação do âmbito e à caracterização dos aspectos envolvidos na abordagem ao tema;
- Relatórios de ponto de situação e de progresso, ou *status reports*. Estes documentos correspondem a uma avaliação do ponto de situação, do progresso, ou da caracterização da evolução de determinadas políticas. Existe já, no momento da edição destes documentos, um conjunto de políticas adoptadas, servindo estes relatórios como base de informação para a avaliação da sua concretização. Não representam, em si, compromissos ou propostas concretas de intervenção. São, de forma mais frequente, editados por comissões ou ministérios, no caso dos governos nacionais;
- Discursos. Documentos lidos publicamente por um responsável máximo da área ou do governo nacional, relacionando-se directamente com o domínio de actividade em causa. Representam um ponto de vista, ainda que expresso de

---

<sup>256</sup> Foi utilizada, como base para esta tipificação, a caracterização de documentos utilizada pela União Europeia e por alguns governos. Vejam-se, sobre esta questão, o sítio na *Internet* da União, em [http://europa.eu.int/documents/comm/index\\_pt.htm](http://europa.eu.int/documents/comm/index_pt.htm) (último acesso a 16 de Abril de 2005), bem como as páginas do Parlamento do Reino Unido em [http://www.parliament.uk/glossary/glossary.cfm?ref=whitepa\\_9927](http://www.parliament.uk/glossary/glossary.cfm?ref=whitepa_9927) e [http://www.parliament.uk/glossary/glossary.cfm?ref=greenpa\\_6699](http://www.parliament.uk/glossary/glossary.cfm?ref=greenpa_6699) (último acesso a 16 de Abril de 2005).

modo coloquial, por parte das instituições com capacidade de intervenção sobre o tema;

- Livros Verdes. São documentos são apresentados antes de a instituição responsável tomar decisões sobre as opções políticas a seleccionar e adoptar. Um Livro Verde não apresenta, portanto, medidas para concretização efectiva, mas propostas ou recomendações – eventualmente através, também, da apresentação de hipóteses alternativas. Um Livro Verde apresenta estas propostas ou recomendações para avaliação interna do governo ou, eventualmente, como base para debate e discussão pública. Os autores podem ser instituições pertencentes à orgânica do governo (como o gabinete do primeiro-ministro ou ministérios, por exemplo) ou, eventualmente, outras instituições criadas, nomeadas ou incumbidas pelo governo para a realização dessa tarefa. Deverão, habitualmente, ser adoptadas políticas concretas, na sequência da publicação de um Livro Verde;
- Livros brancos, planos, programas ou estratégias de acção. Correspondem a documentos em que são definidas políticas e acções a concretizar, na área do tema em questão. Este tipo de documentos poderá dar ainda origem, em alguns casos, a um texto legislativo posterior. Um plano de acção, programa, estratégia ou actualização destes instrumentos de intervenção inscrevem-se neste tipo de documentos;
- Decisões. Assumem as mesmas características do tipo anterior, mas assumem inequivocamente o estatuto de legislação.

A distribuição dos documentos integrados no corpo de análise por tipo é apresentada na Tabela 4.10.

**Tabela 4.6.** Distribuição dos documentos integrados no corpo de análise por tipo de documento<sup>257</sup>

		Decisões	Livros Brancos	Livros Verdes	Discursos	Relatórios ponto de situação	Relatórios preparatórios	Total
EU	Casos	2	3	4			4	13
	%	15,4	23,1	30,8			30,8	100,0
Alemanha	Casos		2				1	3
	%		66,7				33,3	100,0
Áustria	Casos						1	1
	%						100,0	100,0
Bélgica	Casos		1					1
	%		100,0					100,0
Dinamarca	Casos		5	2		3		10
	%		50,0	20,0		30,0		100,0
Espanha	Casos		1					1
	%		100,0					100,0
Finlândia	Casos		2	1				3
	%		66,7	33,3				100,0
França	Casos		2		1	2	4	9
	%		22,2		11,1	22,2	44,4	100,0
Grécia	Casos			1				1
	%			100,0				100,0
Holanda	Casos		1					1
	%		100,0					100,0
Irlanda	Casos		1	3		2		6
	%		16,7	50,0		33,3		100,0
Itália	Casos		1	1	1			3
	%		33,3	33,3	33,3			100,0
Luxemburgo	Casos			3				3
	%			100,0				100,0
Portugal	Casos		2					2
	%		100,0					100,0
R. Unido	Casos		1					1
	%		100,0					100,0
Suécia	Casos		1			1		2
	%		50,0			50,0		100,0
Total	Casos	2	23	15	2	8	10	60
	%	3,3	38,3	25,0	3,3	13,3	16,7	100,0

<sup>257</sup> No processo de codificação, em que se atribuiu um tipo a cada documento, em caso de dúvida sobre a codificação final a atribuir, foi sempre atribuída a codificação mais próxima do nível máximo de intervenção – a decisão. Por exemplo, se um texto poderia ser considerado como um relatório de ponto de situação (porque a maior parte da sua extensão era dedicada a esse objectivo) e, eventualmente, também como um Livro Verde (porque continha algumas propostas de intervenção), era codificado como Livro Verde. É este o caso, por exemplo, do documento *Portugal na Sociedade da Informação*, de 1999. Para consultar a codificação efectuada, cf. o Anexo D3.

Mais de 40% dos documentos consistem em decisões ou em Livros Brancos, correspondendo a medidas e acções destinadas a concretização efectiva. Por outro lado, 30% dos documentos são relatórios preparatórios ou de ponto de situação, revelando uma grande distância da intervenção efectiva.

A França e a União Europeia têm o maior número de relatórios de reflexão sobre a sociedade da informação – 4 documentos, em cada um dos casos. No caso da França, a relevância deste tipo de relatórios resulta predominantemente do papel desempenhado pelo Parlamento – efectivamente, dos 4 relatórios de reflexão franceses, três provêm do Senado e um do Comissariado Geral do Plano.

Relativamente a documentos destinados a aplicação efectiva, destacam-se a União Europeia, com 5 textos (duas decisões e três Livros Brancos) e a Dinamarca, com 5 Livros Brancos, como os casos com maior número de documentos.

Relativamente ao suporte de informação, a quase totalidade dos documentos (57 documentos, correspondendo a 95%) encontra-se disponível exclusivamente em suporte digital. Apenas no caso de 3 documentos (5%), se encontra disponível uma versão original em papel<sup>258</sup>.

**Tabela 4.7.** Distribuição dos documentos integrados no corpo de análise por suporte de informação

	Casos	%
Digital	57	95,0
Digital e papel (Versão original)	3	5,0
Total	60	100,0

<sup>258</sup> Em alguns casos, a versão digital apresenta ligeiras diferenças da edição impressa. É o caso, por exemplo, do Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal, em que a capa da versão digital refere, para além da Missão para a Sociedade da Informação, a Iniciativa Nacional para a Sociedade da Informação – referência inexistente no documento impresso. A versão impressa contém, também, informação sobre a edição (como a referência ISBN, editor ou depósito legal), bem como a composição da Missão para a Sociedade da Informação, que não consta da versão digital.

A extensão média dos documentos integrados no corpo de análise é de 52 páginas<sup>259</sup>. Esta extensão é sujeita, contudo, a grandes variações, oscilando entre um mínimo de 2 páginas e a um máximo de 186.

**Tabela 4.8.** Medidas de caracterização da extensão dos documentos integrados no corpo de análise

	Páginas
Média	52
Mínimo	2
Máximo	186
Percentil 25	16
Percentil 50	35
Percentil 75	83
Desvio-padrão	45
Total	3.139

Criando escalões para o número de páginas dos documentos, 30% têm uma extensão inferior a 20 páginas e 32% têm extensão compreendida entre as 20 e as 49 páginas – cf. Tabela 4.9.

Tentou-se, como anteriormente explicado, obter, para além da versão original dos documentos, uma versão em língua inglesa, sempre que possível. Apesar de ser possível, com os recursos existentes, efectuar a análise a partir de documentos em castelhano, francês, inglês, italiano e, naturalmente, português<sup>260</sup>, a análise de conteúdo encontrar-se-ia facilitada, caso se encontrassem disponíveis todos os documentos na mesma língua.

---

<sup>259</sup> O número de páginas é calculado a partir do número de páginas dos documentos em Microsoft Word e Acrobat e de uma estimativa, para o caso dos documentos em formato .htm ou .mht (visualizáveis através de um *browser www*). A estimativa foi efectuada colocando o conteúdo destes documentos em *Microsoft Word* – e consultando, a partir da versão em *word*, o número de páginas obtido.

<sup>260</sup> Sendo excluídos, desta forma, o alemão, dinamarquês, finlandês, grego, holandês e sueco. Reveja-se, sobre esta questão, a p. 5.

**Tabela 4.9.** Distribuição dos documentos integrados no corpo de análise por escalão de número de páginas

	Casos	%
Menos de 20	18	30,0
De 20 a 49	19	31,7
De 50 a 89	13	21,7
90 e mais	10	16,7
Total	60	100,0

Tal não foi, contudo, possível, sendo identificada e recolhida uma versão original ou uma tradução oficial em inglês de 48 dos documentos, correspondendo a 80% dos documentos do corpo de análise. Em 12 dos casos (20%), apenas foi possível recolher a versão original, noutra língua que não o inglês. A distribuição dos documentos por língua utilizada na versão analisada é apresentada na Tabela 4.10.

**Tabela 4.10.** Distribuição dos documentos integrados no corpo de análise por língua utilizada na versão analisada

	Casos	%
Inglês	48	80,0
Francês	10	16,7
Italiano	1	1,7
Castelhano	1	1,7
Total	60	100,0

Pretende-se, na sequência desta caracterização geral, efectuar uma análise de conteúdo à saliência das questões relacionadas com a democracia e a participação pública.

Tentando delimitar o âmbito da análise de conteúdo, uma primeira definição, que se tornou clássica, da análise de conteúdo é apresentada por Berelson, em 1952,

correspondendo a “uma técnica de pesquisa para a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (Berelson, 1952: 19). Esta definição é actualizada na década de 1960 por Stone, Dunphy, Smith e Ogilvie (1966: 5) que, em conjunto com Olst (1969: 14), propõem a seguinte definição: “a análise de conteúdo é qualquer técnica de pesquisa para a realização de inferências através da identificação sistemática e objectiva de características especificadas, num texto”. Esta definição acentua o carácter científico da análise de conteúdo (ao incluir a “realização de inferências” como seu objectivo), e abre a possibilidade de análise do conteúdo latente da comunicação, a partir das características das mensagens, para além do conteúdo manifesto mencionado na definição de Berelson.

A análise de conteúdo conheceu, entretanto, desde a década de 1970 até à actualidade, um enorme crescimento, quer no plano teórico, com o desenvolvimento epistemológico das ciências sociais e humanas, quer no plano das possibilidades práticas de análise, com a generalização da utilização de computadores e com o aumento da sua capacidade de processamento<sup>261</sup>.

Uma das formas de utilização da análise de conteúdo que se tornou corrente é a análise textual assistida por computador. Esta análise surge no início da década de 1950, com uma equipa de investigação da Universidade de Stanford liderada por Harold Lasswell, Daniel Lerner e Ithiel de Sola Pool. Esta equipa utiliza, pela primeira vez, computadores e cartões perfurados para a realização de tabulações, na análise de conteúdo de informação textual (Lasswell, Lerner e Pool 1952 e Stone in Roberts 1997: 40).

Na década de 1960, um grupo de investigadores da Universidade de Harvard coordenado por Philip Stone, Dexter Dunphy, Marshall Smith e Daniel Ogilvie começa a utilizar os computadores não só para o processamento da informação e realização de tabulações, mas também na fase de codificação (Stone, Dunphy, Smith e Ogilvie 1966). Um dos resultados do trabalho desta equipa consiste no desenvolvimento do *General Inquirer*, o primeiro programa informático de análise de conteúdo que comporta a possibilidade de utilização de um dicionário para a codificação automática do texto. Um dicionário consiste na selecção prévia de um conjunto de palavras ou expressões consideradas, de alguma forma, relevantes para a investigação – as categorias. Este dicionário pode estar, eventualmente, organizado em domínios ou áreas, que incluem um conjunto de categorias. A partir do dicionário adoptado, o

computador efectua a contagem de frequências de cada categoria nos textos considerados, permitindo a utilização de todas as técnicas de análise quantitativa – como a comparação de frequências de ocorrência de categorias, a análise da sua dispersão, da sua correlação, a classificação em grupos ou a redução a factores.

São desenvolvidos pela comunidade académica, para utilização com o *General Inquirer*, desde o seu início, vários dicionários, para objectivos de investigação diferenciados<sup>262</sup>. Estes dicionários podem, em muitos casos sem alterações ou com um pequeno investimento na sua alteração, ser utilizados com outros programas informáticos de análise de conteúdo quantitativa desenvolvidos posteriormente, e que comportem a possibilidade de codificação automática através do recurso a dicionário. É o caso de programas como, por exemplo, o *WordStat*<sup>263</sup>, *Profiler Plus*<sup>264</sup> ou *Textpack*<sup>265</sup>.

Existe, hoje, um conjunto de dicionários para análise de conteúdo que é impossível de quantificar mas que abarca, seguramente, várias centenas de casos, nas áreas da psicologia, sociologia, antropologia e ciência política. Destes, uma grande parte é constituída, contudo, de acordo com objectivos de investigação muito específicos, impossibilitando a sua utilização em outros projectos, com objectivos diferentes. O dicionário torna-se, deste modo, em muitos casos, um recurso tão formatado pelos objectivos da investigação como o questionário, em estudos que recorrem a inquirição.

Um dos projectos de investigação politológica que recorre à análise de conteúdo quantitativa (embora sem codificação automática) e que mais influencia algumas das opções e hipóteses colocadas nesta investigação é o desenvolvido no âmbito do *Manifesto Research Group*, no final da década de 1970.

---

<sup>261</sup> Vejam-se, para uma introdução actualizada à análise de conteúdo, Krippendorff (2003) e Neuendorf (2002).

<sup>262</sup> No momento de publicação do livro sobre o programa informático, em 1966, os autores referem a existência de 17 dicionários desenvolvidos para utilização com o *General Inquirer* (*idem* 1966: 140- 141).

<sup>263</sup> Veja-se, para mais informação sobre o programa, o sítio na *Internet* da *Provalis Research*, em <http://www.provalisresearch.com/> (último acesso a 26 de Dezembro de 2005).

<sup>264</sup> Veja-se o sítio da *Social Science Automation*, em <http://www.socialscienceautomation.com/> (último acesso a 26 de Dezembro de 2005).

<sup>265</sup> Veja-se a página dedicada ao programa, no sítio da *GESIS (German Social Science Infrastructure Services)*, em <http://www.gesis.org/en/software/textpack/> (último acesso a 26 de Dezembro de 2005).



É, contudo, antes da realização da análise de conteúdo quantitativa, efectuada uma análise de conteúdo qualitativa, a partir dos títulos utilizados na estrutura dos documentos.

#### 4.2. A saliência da democracia e da participação pública nos títulos dos documentos

A primeira forma de conferir destaque a um tema, na estruturação de um documento, consiste na inclusão de referências ao tema, no título do documento<sup>266</sup>. Ou, posto de outra forma, a primeira frase de um texto é, precisamente, o seu título. Quando os autores de um documento de políticas públicas para a sociedade da informação adoptam, por exemplo, o título *Inovação e Empregos na Sociedade da Informação do Século XXI* (caso de um documento alemão de 1999)<sup>267</sup> estão, através do título, a salientar a relevância atribuída à inovação tecnológica e à criação de emprego, na sua visão da sociedade da informação para o século XXI. É inequivocamente valorizada, desta forma, uma dimensão económica da sociedade da informação. Outros documentos apresentam títulos que remetem, contudo, para um universo distinto de temas. O título do documento *A Sociedade da Informação para Todos* (publicado na Dinamarca, em 1996)<sup>268</sup> remete, por outro lado, para as questões relacionadas com a igualdade no acesso à sociedade da informação, aproximando-se mais de preocupações sociais do que, como sucede no caso anterior, de referências directamente relacionadas com a economia.

Uma segunda forma de conferir destaque a um tema, para além do título seleccionado para o documento, consiste na escolha dos títulos para designar os vários níveis em que o documento se estrutura<sup>269</sup>. Um documento pode ser concebido, como Coombs, Renear e DeRose (1987) notam, enquanto uma hierarquia estruturada de elementos

---

<sup>266</sup> O estudo dos títulos surge no âmbito de uma área, ou disciplina, a que se atribui habitualmente a designação de *titologia* (termo frequentemente atribuído a Claude Duchet), constituindo-se como uma das disciplinas de estudo dos elementos paratextuais. Apesar de incidir predominantemente sobre o título das obras, na narratologia e na teoria da literatura, vários dos seus contributos estabelecem contributos válidos, também, para a análise dos títulos utilizados na estrutura do texto. Veja-se, para uma introdução a esta questão, Genette (1997), particularmente pp. 55 -103. Agradeço a Telmo Gonçalves a indicação desta referência.

<sup>267</sup> Documento n.º 16 do corpo de análise.

<sup>268</sup> Documento n.º 22 do corpo de análise.

<sup>269</sup> A análise de discurso, ou de conteúdo, baseada nos níveis em que um documento se organiza parece ser objecto de análises quantitativas mais sistematizadas na área da informática do que, propriamente, na da narratologia ou da teoria da literatura. Esta abordagem é ancorada na possibilidade de utilização de estratégias de *text mining* sobre documentos em

de texto. Os títulos seleccionados para designar as partes em que esta estrutura se divide e articula permitem conferir, também, destaque a determinados temas ou áreas. O destaque conferido variará, adicionalmente, de acordo com o nível hierárquico do título em que surge a referência. Uma referência efectuada nos primeiros níveis hierárquicos em que o texto se divide (como a parte ou o capítulo) confere maior destaque a um tema, abrangendo uma extensão maior do documento; uma referência efectuada nos níveis hierárquicos mais baixos (como a secção ou o ponto) confere menor destaque, na medida em que abrange uma extensão mais limitada.

A generalidade dos documentos que integram o corpo de análise não efectua, nos títulos dos vários níveis hierárquicos da sua estrutura, referências a termos directamente relacionados com a democracia ou a participação política dos cidadãos – independentemente de estas referências poderem surgir, naturalmente, no corpo do texto. Existem, contudo, excepções a esta tendência.

Embora não seja fácil efectuar a comparação da relevância atribuída a um tema na estrutura de documentos diferentes, com formas de organização e extensões diversas, alguns documentos destacam-se, neste ponto. Existe, mais concretamente, um conjunto de 7 documentos em que surge, pelo menos, uma referência explícita à democracia ou à participação política dos cidadãos, nos títulos dos seus vários níveis hierárquicos.

É apresentada, de seguida, uma análise qualitativa da abordagem efectuada nestes 7 documentos à noção de democracia e à sua relação com a participação dos cidadãos, ordenada de acordo com o destaque que, na nossa leitura, é conferido a esta questão, através dos títulos.

O caso em que as referências à democracia assumem maior destaque na organização do texto é, talvez, o do documento *Authorities Heading for a Fall*, da Dinamarca<sup>270</sup>. Este documento é publicado em 1997, cerca de 5 meses após a tomada de posse de uma nova responsável pelo ministério que conduz as políticas para a sociedade da informação (o Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação), Jytte Hilden.

---

formatos estruturados, como o html ou o xml. Veja-se, por exemplo, Lesot, Dard e d'Alché-Buc (2004), para uma abordagem na área da informática.

<sup>270</sup> Documento n.º 23 do corpo de análise. O seu título completo é *Authorities Heading for a Fall - IT Policy White Paper Presented to the Folketing 1997*.

O texto dedica aquele que é, na prática, o seu primeiro capítulo, após a apresentação, ao tema *Uma nova agenda democrática*. Este capítulo ocupa cerca de duas páginas e meia, de entre o total de 16 páginas do documento. O capítulo aborda, contudo, mais directamente o tema dos direitos fundamentais, como a liberdade individual, a igualdade, o direito à propriedade individual ou a liberdade de expressão do que, propriamente, as questões directamente relacionadas com a participação política dos cidadãos.

De entre um conjunto de 6 objectivos enunciados no final do capítulo, e que se estabelecem como metas a atingir até 2000, nenhum se relaciona directamente com as questões respeitantes ao debate político, à discussão ou à participação alargada dos cidadãos. O primeiro aponta para que a "Dinamarca seja um dos primeiros países do mundo a ter preparado um conjunto de direitos fundamentais do cidadão relacionados com as tecnologias de informação" (Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação, 1997: 6) e dois outros objectivos respeitam ao acesso aos computadores e a informação da administração (o que remete para níveis de participação pública restrita). Os direitos dos cidadãos, o acesso à *Internet* e à informação aí disponibilizada são, aliás, novamente abordados no capítulo seguinte, com o título *Os direitos dos cidadãos na sociedade da informação*, o que não permite diferenciar claramente o objectivo dos dois capítulos, bem como o efectivo alcance da *nova agenda democrática*.

Este documento é publicado como um Livro Branco correspondendo, portanto, a um texto muito próximo da apresentação de decisões já tomadas, definindo e legitimando políticas e acções a concretizar, na área em questão. A sua autoria formal é, adicionalmente, directamente assumida pelo Ministério e pela nova Ministra, que assina a introdução, não sendo identificado qualquer outro autor ou participante na sua redacção.

O tipo de documento em causa e a sua autoria formal são características importantes, que se relacionam com a hipótese central, na medida em que remetem para a distância à execução. Neste caso, um documento próximo da passagem à fase de concretização efectiva de políticas, apesar de conferir um elevado destaque formal às questões relacionadas com a democracia, através da sua estrutura de títulos, não traduz esse destaque num conjunto de sugestões ou propostas relacionadas com a participação alargada dos cidadãos. As suas referências orientam-se antes para formas de participação restritas, que prevêm exclusivamente o acesso a tecnologia e a informação.

Nos restantes dois documentos sobre a sociedade da informação publicados durante o período em que Jytte Hilden dirige o ministério (*IT in figures 1997*, publicado como apêndice do documento anterior, e *Action for Change*, também de 1997<sup>271</sup>) as referências à democracia ou à participação pública na estrutura de títulos do texto são inexistentes.

Um segundo caso em que a referência à democracia e à participação assume relevância evidente na estrutura de títulos corresponde a um outro documento dinamarquês, de 1999, com o título *Digital Denmark*<sup>272</sup>. Este documento é redigido por uma comissão nomeada por Jan Trøjborg, sucessor de Jytte Hilden no Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação – a Comissão para a Dinamarca Digital.

Esta comissão era constituída por Lone Dybkjær, co-autora do primeiro documento sobre a sociedade da informação na Dinamarca, em 1994, com o título *Info-Society 2000* (Ministério da Investigação, 1994)<sup>273</sup>, e por Jørgen Lindegaard, gestor com experiência na área das telecomunicações, tecnologias de informação e transportes.

No primeiro documento em que Lone Dybkjær é co-autora, em 1994, existem várias referências à participação pública, remetendo, inclusivamente, para o domínio da participação pública alargada. Não existe, no entanto, um capítulo ou um ponto do texto que lhes seja explicitamente dedicada. No documento *Digital Denmark*, de 1999, estas questões são abordadas num ponto específico.

A maior parte do texto do documento é ocupada pela abordagem a 5 objectivos considerados centrais: permitir a aprendizagem ao longo da vida para todos; tornar a Dinamarca numa nação de comércio electrónico; melhorar os serviços prestados pela administração pública através da utilização das novas tecnologias; estimular a utilização da *Internet* e estabelecer pólos de desenvolvimento tecnológico. Para cada um destes objectivos, é apresentado um conjunto de 3 a 5 iniciativas.

A primeira iniciativa do quarto objectivo, dedicado ao estímulo da utilização da *Internet*, adopta o título *Participação digital* e é explicitamente dedicada à participação dos cidadãos. Nesta iniciativa, ao contrário do que sucede no caso do documento *Authorities Heading for a Fall*, é apresentada uma proposta concreta relacionada com a participação dos cidadãos. Esta proposta consiste na criação de um portal dedicado

---

<sup>271</sup> Documentos n.º 24 e n.º 25 do corpo de análise, respectivamente.

<sup>272</sup> Documento n.º 27 do corpo de análise. A sua designação completa é *Digital Denmark - conversion to the network society*. Apesar de concluído e apresentado em 1999, a sua edição formal e impressão data de 2000. Veja-se, sobre esta questão, a nota 129.

<sup>273</sup> Documento n.º 19 do corpo de análise.

ao debate político e ao acesso a informação política, na *Internet*, no domínio [www.dansktopolitik.dk](http://www.dansktopolitik.dk). A apresentação da proposta acentua claramente a componente de debate, secundarizando, até, a disponibilização de informação. Os autores reconhecem a complexidade da questão, considerando que a exploração da *Internet* para a criação de mecanismos de participação dos cidadãos não deve ser reduzida a uma “democracia instantânea”:

Online votes and opinion polls on the Internet are among the most frequent suggestions as to how IT can be used to promote participation in democracy. However, such solutions conflict with a number of fundamental features of Danish democracy. It is positive that both newspapers and various web companies are already using the Internet to gauge opinion on selected problems. However, online votes on the Internet provide a view which cannot be the citizens' only reply to the politicians. There is a risk that online votes will simplify important political problems and weaken interest in a political debate which is more difficult than an emotive click on yes or no. (Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação, 2000: 86-87)

Contudo, este risco de simplificação e empobrecimento qualitativo da democracia, em que o debate sobre questões públicas, com a sua inerente complexidade, pode ser substituído pela escolha emotiva de um *sim* ou de um *não*, não deve implicar, na sua perspectiva, uma exclusão da possibilidade de recurso às novas tecnologias.

A *Internet* e as novas tecnologias de informação e comunicação disponibilizam um conjunto de recursos que podem, e devem, ser explorados para a criação de uma relação de maior abertura e, simultaneamente, maior proximidade entre cidadãos e agentes políticos:

However, IT can become a good democratic tool because it can create new channels and forms of communication between citizens and politicians. IT can be used to create openness in the political system and a new closeness between citizens and politicians. Many public institutions are already aiming at increased openness and closeness to citizens with active home pages. However, with the exception of some isolated chats with politicians, the electronic dialogue is primarily between citizens and officials in the public administrations. Therefore, a main portal, [www.dansktopolitik.dk](http://www.dansktopolitik.dk), should be established to be the common entry point for Danish citizens into political debate and information on the Internet. The home page [www.dansktopolitik.dk](http://www.dansktopolitik.dk) should, among other things, provide electronic contact to all political committees and governing bodies in State, municipal and county administrations and direct electronic access to electronic debates, hearings and relevant information material. (*idem*: 87)

Este é um dos poucos casos, em todo o corpo de análise, em que surge uma proposta concreta relacionada com o domínio da participação pública alargada, não simplificando a questão nem a reduzindo a uma mera escolha dicotómica de opções.

O domínio [www.danskpolitik.dk](http://www.danskpolitik.dk) não conduz actualmente, contudo, a qualquer página activa, e não foi possível determinar com segurança se terão existido anteriormente conteúdos neste endereço. De acordo com a investigação efectuada, o cenário mais provável parece corresponder à existência de uma fase de avaliação ou, mesmo, de desenvolvimento do projecto (Broomby *et al.*, 2000: 83), que não se chegou a concretizar na criação do referido portal.

O documento *Digital Denmark* é preparado e publicado como um Livro Verde, sendo apresentado de forma independente das decisões e das políticas que a tutela ministerial possa vir posteriormente a adoptar (apesar de, naturalmente, ser preparado sob solicitação do próprio Ministério). As medidas que são apresentadas correspondem exclusivamente a recomendações, destinadas a avaliação ou a servir de base para discussão pública, como é, aliás, explicitamente referido na introdução (*idem*, 2000: 7), e não a compromissos do governo no sentido de uma necessária concretização.

A sua distância face à possibilidade de execução é revelada, também, através da composição do grupo de trabalho que redige o documento. Ambos os autores assumem um posicionamento de independência, pelo menos formalmente, perante o Ministério. Lone Dybkjær é, na altura, membro do Parlamento Europeu (tendo integrado, anteriormente, o Parlamento Nacional) e Jørgen Lindegaard desempenha funções de administração executiva e gestão, não mantendo um vínculo de subordinação com o Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação (sendo na altura presidente e *CEO* de uma empresa do grupo da companhia aérea SAS, a que passou a presidir mais tarde, em 2001).

A comparação entre os dois documentos dinamarqueses referidos, *Authorities Heading for a Fall*, de 1997, e *Digital Denmark*, de 1999, relacionando-os com a hipótese central, é inevitável. Em primeiro lugar, a diferença entre ambos os documentos, por pequena e inexpressiva que possa parecer, não é irrelevante. Utilizando os cenários propostos por Chadwick e May (2001), trata-se, no primeiro caso, de um modelo de “gestão” da informação submetida ao cidadão, baseado numa concepção

unidireccional da comunicação entre o Estado e o cidadão, e, no segundo, de um modelo consultivo, em que o Estado passa também a ser encarado como receptor de informação emitida pelos cidadãos, procurando activamente os seus *inputs*.

Ambos os documentos são publicados no mesmo país, com um intervalo temporal relativamente curto, através de governos do mesmo partido, liderados pelo mesmo Primeiro-ministro e abordam a mesma problemática, conferindo-lhe formalmente um elevado destaque. Contudo, o tratamento da questão é substantivamente diverso.

No primeiro caso, um documento com maior proximidade à concretização de políticas públicas confere uma saliência elevada às questões relacionadas com a democracia. A concretização dessas referências remete, contudo, para formas de participação pública restrita, centradas num modelo de gestão da informação disponibilizada ao cidadão. Estas formas de participação encontram-se orientadas para o reforço do poder exercido pela administração, na medida em que a utilização do canal de comunicação em causa (a *Internet*) é concebida para veicular mais informação, no sentido administração – cidadãos, e não é considerada a possibilidade da sua utilização em sentido inverso, permitindo aos cidadãos submeter informação à administração, ou aos agentes políticos.

No caso do segundo documento, um Livro Verde, em que são apresentadas reflexões e recomendações, que revela menor proximidade à concretização de políticas públicas do que o documento anterior, redigido por uma comissão independente que assume publicamente a sua autoria, confere também um lugar de destaque às questões relacionadas com a democracia. Neste caso, o destaque baseia-se, em contraste com o documento anterior, numa visão bidireccional da comunicação política e da participação. Esta visão traduz-se numa recomendação concreta, destinada à criação de uma nova forma de participação alargada dos cidadãos, envolvendo a possibilidade de debate e de comunicação entre cidadãos, elementos da administração pública e agentes políticos.

É, desta forma, no caso de um documento com maior distância à fase de execução de políticas públicas que surge a visão que menos privilegia o reforço do poder da administração e das instâncias de representação – como enunciado na hipótese central. A relevância da distância à concretização das políticas públicas parece adquirir, neste caso, importância acrescida devido ao facto de, aparentemente, esta recomendação nunca ter sido efectivamente concretizada. Ou seja, a aproximação à fase de concretização parece encontrar-se associada ao afastamento da recomendação.

Um terceiro documento em que surgem referências explícitas, na estrutura de títulos, às questões relacionadas com a democracia e a participação pública é o *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal*. O documento, publicado em 1997, atribui ao seu primeiro capítulo a designação "A democraticidade da sociedade da informação" e o seu primeiro ponto versa "A sociedade da informação e a democracia" (Missão para a Sociedade da Informação, 1997)<sup>274</sup>.

Este documento, apesar de adoptar a designação de *Livro Verde* no seu título, consiste, na acepção aqui adoptada, a um Livro Branco, uma vez que define políticas e acções a concretizar. As suas medidas não consistem, ao contrário do que sucede com o documento *Digital Denmark*, anteriormente referido, a reflexões e a recomendações submetidas à apreciação pública, para um eventual debate e uma decisão posterior, mas a compromissos assumidos pelo governo sob a forma de um programa de intervenção. O documento é, aliás, apresentado pelo Governo, no Parlamento, como o seu plano de acção para a sociedade da informação (Assembleia da República, 1997).

A redacção do documento é formalmente assegurada pela Missão para a Sociedade da Informação, constituída pelo seu presidente (que assume também as funções de representação do ministro da tutela, o Ministro da Ciência e Tecnologia), por três peritos e por representantes dos restantes membros do governo. Dentro desta equipa, a redacção da versão final do documento foi efectuada, sobretudo, através da equipa permanente, constituída pelo presidente da Missão, dois dos três peritos e os representantes de 4 ministros: o Ministro da Presidência, o Ministro das Finanças, o Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território e o Ministro da Presidência<sup>275</sup>. Não se pode, deste modo, considerar a autoria da versão final do *Livro Verde* como decorrente do trabalho de uma comissão ou de um grupo de trabalho independente, como sucede com o documento *Digital Denmark*: neste caso, todos os participantes na equipa permanente da Missão possuem um vínculo directo ou uma relação de representação, face a membros do governo.

Outro sinal da proximidade entre a visão da sociedade da informação que enforma o *Livro Verde* e a perspectiva do governo consiste no facto de o seu preâmbulo ser assinado pelo Ministro. Neste preâmbulo, o responsável ministerial pela área afirma que "à cabeça deste Livro Verde [foi colocada], como não podia deixar de ser, a questão decisiva da democraticidade e o combate à exclusão" (*idem*: 5). É também afirmado, adiante, que não deverá existir "medo da transformação, nem das

---

<sup>274</sup> Documento n.º 56 do corpo de análise.



capacidades criativas de uma sociedade livre” (*idem*: 6), e apela-se a que “não haja medo das rupturas necessárias” (*idem*: *ibidem*).

Contudo, o ponto do documento dedicado à relação entre “A sociedade da informação e a democracia”, no primeiro capítulo, dirige-se mais para a reflexão sobre os direitos fundamentais, como a igualdade, a liberdade de expressão ou a segurança, e a sua evolução na sociedade da informação, do que para as questões relacionadas com a participação alargada dos cidadãos.

A referência à possibilidade de utilização das novas tecnologias para a participação dos cidadãos é, por sua vez, pontuada por uma postura de cautela, mencionando-se o objectivo de evitar uma “colisão” entre a democracia representativa e a democracia electrónica, referindo a oportunidade do recurso a:

(...) acções de mobilização da participação pública e de formação dos cidadãos, quer através dos órgãos de comunicação social, quer através de estruturas de apoio, com uma grande preocupação de proximidade em relação às populações.

O Livro Verde não pode deixar de fazer menção à necessidade do estudo do impacto destas inovações no funcionamento das próprias instituições da democracia representativa, por forma a evitar uma colisão entre esta e a emergente “democracia electrónica”. (*idem*: 14)

No seu segundo capítulo, sobre “O Estado aberto”, o *Livro Verde* inclui um breve ponto sobre a “Democracia electrónica” (Ponto 2.7), com apenas algumas linhas. É também referido, neste ponto, que o surgimento de novas formas de participação não deverá colocar em causa os princípios fundamentais da democracia representativa:

Entretanto, as instituições democráticas deverão desenvolver formas de utilização da *Internet* para a consulta dos cidadãos, garantindo que a inevitável emergência da participação por via electrónica não colida com os princípios fundamentais da democracia representativa. (*idem*: 32)

Por fim, de entre um total de 72 medidas de acção propostas no *Livro Verde*, uma respeita aos mecanismos de participação disponibilizados aos cidadãos – a medida

---

<sup>275</sup> De acordo com entrevista a um dos informadores privilegiados.

2.12, relativa à avaliação das implicações sociais e políticas da sociedade da informação, e integrada, também, no segundo capítulo.

É novamente referida, nesta medida, a preocupação com o respeito pelos princípios fundamentais da democracia representativa:

A emergência da democracia electrónica consubstanciada em novas formas de consulta aos cidadãos e do seu relacionamento com o poder político através das redes electrónicas, será objecto de estudo para identificar as suas implicações sociais e políticas. Serão promovidas acções de demonstração da democracia electrónica sempre com respeito pelos princípios fundamentais da democracia representativa. (*idem*: 34)

Apesar de conferir uma elevada visibilidade às questões relacionadas com a democracia e com a participação, o documento português não efectua, desta forma, e ao contrário do anterior, uma proposta concreta para a área.

Não é possível apreender, pela sua leitura, os contornos concretos de uma visão da participação para a sociedade da informação e não são, também, apresentados elementos adicionais respeitantes à especificação dos objectivos pretendidos com o estudo das implicações da democracia electrónica e com as acções de demonstração sugeridas. Contudo, a preocupação com a necessidade de manter o respeito pelos princípios fundamentais da democracia representativa, evitando uma “colisão” com a “democracia electrónica”, afirmada por três vezes no documento, parece deixar claro que esta não é uma área que careça, na perspectiva do enunciador, de “rupturas necessárias”<sup>276</sup>.

Neste caso, um plano de acção para a sociedade da informação, em que constam medidas concretas a adoptar pelo governo, e que pode ser considerado como imediatamente anterior à sua passagem à intervenção, assume uma evidente preocupação com as eventuais consequências da “democracia electrónica” sobre a “democracia representativa”. Ou seja, um documento com elevada proximidade à concretização de políticas públicas remete todas as referências à participação dos

---

<sup>276</sup> A escassa relevância que a possibilidade de utilização da *Internet* para a participação dos cidadãos assumiu, na redacção da versão final do *Livro Verde*, é reforçada por elementos recolhidos em entrevista a um informador privilegiado. De acordo com esta entrevista, o texto da medida 2.12 foi sugerido por um dos membros da equipa alargada que participou na

cidadãos para o domínio da participação restrita – o que se encontra de acordo com a hipótese inicial e com a análise dos documentos anteriores.

Um outro documento a conferir destaque, na sua estrutura de títulos, às questões relacionadas com a democracia e a participação pública, é o relatório do Grupo de Peritos de Alto Nível constituído pela Comissão Europeia, também em 1997, com o título *Construir a sociedade da informação para todos* (Grupo de Peritos de Alto Nível, 1997)<sup>277</sup>.

Este Grupo de Peritos de Alto Nível, de carácter independente face à Comissão, recebe o mandato de elaboração de um relatório sobre a construção de uma sociedade europeia da informação para todos, e inclui membros de vários países, de origem principalmente académica e empresarial, em que se destacam, entre outros, Manuel Castells e Luc Soete.

O relatório deste grupo de peritos integra, no segundo capítulo, que adopta o título “Construir uma sociedade europeia para todos: os principais desafios políticos”, um ponto com a designação “Transparência e democracia” (Ponto J). Este ponto divide-se numa abordagem à “Concentração dos meios de comunicação social”, no seu primeiro número, e na preocupação em “Incluir todos os cidadãos: um amplo projecto de democracia”, no segundo.

A perspectiva relativa à democracia e à participação pública apresentada neste último número valoriza o debate público, que remete para o âmbito da participação alargada, em detrimento da disponibilização de informação:

Existe mesmo o risco de que um excesso de informação e de debate, principalmente se forem apresentados como especulação dos meios de comunicação, prejudique a seriedade do processo governativo, criando uma “democracia de espectáculo”. Como já sublinhámos relativamente à confusão possível entre transmissão de dados, comunicação interpessoal e aquisição de conhecimentos, existe o perigo de confundir a transmissão de dados com o debate público. (*idem*: 73)

---

redacção do documento, no decurso da sua preparação, e apenas foi aceite, numa formulação propositadamente difusa, devido à sua insistência.

<sup>277</sup> Documento n.º 8 do corpo de análise.

Na sequência desta perspectiva, o documento apresenta, no fim deste ponto, uma recomendação orientada para a colocação em prática de um projecto de cidadania, por parte da UE, de forma a demonstrar como as tecnologias de informação podem aumentar a interacção entre políticos e cidadãos, a esclarecer como as questões relacionadas com os direitos fundamentais devem ser equacionados na sociedade da informação e, também, como pode ser melhorada a compreensão e a transparência do processo democrático, quer nas instituições nacionais, quer nas instituições europeias.

Neste caso, e como verificado com o documento *Digital Denmark*, um enunciador com um posicionamento independente face à instituição responsável pela adopção de políticas, num texto que se distancia da formulação de medidas destinadas à intervenção directa sobre a realidade, apesar de não formular uma proposta concreta de utilização da tecnologia para a participação dos cidadãos, recorre a uma noção de cidadania e de participação que não se esgota na disponibilização de mais informação aos cidadãos.

Um outro documento a incluir referências à democracia é o relatório francês *L'entrée dans la société de l'information* (Joyandet, Hérisson e Türk, 1997)<sup>278</sup>. Este documento, publicado também em 1997, resulta do trabalho da Missão Comum de Informação sobre a Entrada na Sociedade da Informação, constituída por membros do Senado, é redigido por três senadores: Alain Joyandet, Pierre Hérisson e Alex Türk.

Neste relatório, embora com menor saliência do que nos casos anteriores, é apresentado um ponto sobre a democracia na sociedade da informação, com o título "La démocratie en ligne: un défi à relever" (é um dos subpontos do Capítulo II da Parte I). Este ponto, insere-se, contudo, no âmbito da modernização do Estado, e é integralmente dedicado à necessidade de tornar a administração pública mais acessível e mais próxima do cidadão. Dentro desta lógica, todo o seu conteúdo é orientado para a possibilidade de disponibilização de informação através da *Internet*.

Um outro texto francês inclui, também, uma menção à democracia na sua estrutura de títulos: o livro *La France dans la société de l'information* (França, 1999b)<sup>279</sup>. Este livro, publicado em 1999, dedica o terceiro ponto do primeiro capítulo (com o título "Les défis de la société de l'information"), ao enriquecimento da democracia ("Un enrichissement de la démocratie"). Esta abordagem encontra-se dividida num ponto

---

<sup>278</sup> Documento n.º 37 do corpo de análise. A sua designação completa é *L'entrée dans la société de l'information - Rapport d'information 436 - Joyandet, Hérisson e Türk*.

<sup>279</sup> Documento n.º 41 do corpo de análise.

dedicado a novas formas de acção dos cidadãos e num outro sobre a necessidade de transparência das instituições democráticas.

O primeiro ponto, aparentemente mais interessante, de acordo com os objectivos estabelecidos, centra-se contudo na constatação de que os cidadãos podem utilizar a *Internet* com fins políticos, como a contestação ou a rejeição a uma determinada política pública, através de petições ou apelos à mobilização. É efectuada, ainda neste ponto, uma referência ao facto de a cidade de Issy-les-Moulineaux utilizar a participação de cidadãos através da *Internet*, em algumas deliberações do Conselho Municipal. Contudo, curiosamente, nem a constatação nem o exemplo referidos são acompanhados de uma proposta ou sugestão orientada para a consideração da possibilidade de utilização da *Internet*, por parte das instituições públicas, como canal de participação.

O documento *La Société de l'information au Luxembourg*, preparado pelo Parlamento, e divulgado em Junho de 1996, inclui também um ponto dedicado à democracia na sociedade da informação. No quarto ponto, respeitante ao quadro económico e social, o terceiro tema abordado corresponde aos desafios sociais e societais colocados pela sociedade da informação (Luxemburgo, 1996).

Este tema declina-se em duas questões: a possibilidade de nos encontrarmos perante um novo tipo de sociedade e os "direitos dos cidadãos e os aspectos democráticos" (*idem*: 49-51). Este último ponto trata, contudo, quase exclusivamente das questões relacionadas com o acesso à informação. A única referência que efectua às questões relacionadas com a participação no processo de tomada de decisões consiste no comentário de que é ao nível local que se "oferecem novas possibilidades de exercício da democracia directa" (*idem*: 50).

Se este documento tem a preocupação de estabelecer grandes princípios orientadores para a área (como o reforço da garantia da protecção de dados ou o estabelecimento de normas e regras de utilização dos novos sistemas de informação e comunicação) não existe, contudo, uma sugestão ou uma proposta concreta, relativamente à democracia, ou à democracia directa, acima citada.

Os restantes documentos não apresentam, propriamente, capítulos ou pontos que efectuem, no seu título, referências à democracia ou à participação política dos cidadãos – embora possam, naturalmente, abordar a questão no seu texto.

Surgem, a partir deste conjunto de 7 documentos, algumas tendências a assinalar. A primeira corresponde ao facto de vários destes documentos assumirem um

posicionamento de independência face às instituições de governo, quer através do perfil dos seus enunciadores, quer pelo tipo de documento em questão.

De um total de 23 Livros Brancos existentes no corpo de análise, apenas dois integram este grupo (*Authorities Heading for a Fall*, da Dinamarca, e o *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal*). Os restantes documentos assumem características que os colocam mais distantes da formulação de medidas destinadas à concretização, podendo ser considerados como Livros Verdes (*Digital Denmark* e *La Société de l'information au Luxembourg*), como relatórios preparatórios ou de reflexão (*Construir a sociedade da informação para todos*, da União Europeia, e *L'entrée dans la société de l'information*, da França), ou como relatórios de progresso (*La France dans la société de l'information*).

Relativamente ao posicionamento dos autores, dois dos documentos provêm de comissões constituídas no âmbito parlamentar (*L'entrée dans la société de l'information*, do Senado francês, e a *La Société de l'information au Luxembourg*, do Parlamento do Luxemburgo), um outro é redigido por um grupo independente de peritos (*Construir a sociedade da informação para todos*, da União Europeia) e um outro, ainda, por uma comissão de trabalho com membros independentes (*Digital Denmark*).

Deve ser ainda notado que, deste conjunto, os dois documentos que se destacam como revelando um tratamento das questões relacionadas com a democracia e a participação dos cidadãos que remete de forma mais evidente para o domínio da participação alargada (*Digital Denmark* e *Construir a sociedade da informação para todos*, da União Europeia) são redigidos por comissões ou grupos de trabalho independentes, sob a forma de Livro Verde ou de relatório de reflexão.

Não se pretende afirmar, com esta observação, que todos os documentos com estas características efectuem uma abordagem semelhante ao tema. O caso do *Relatório Bangemann*, que assume as mesmas características formais e não regista qualquer referência a estas questões, por exemplo, é ilustrativo de que estas dimensões não se encontram necessariamente associadas. Contudo, a independência dos enunciadores face às instâncias executivas e a maior distância dos documentos redigidos à fase de concretização de políticas públicas parecem criar condições de autonomia que favorecem uma abordagem da participação pública direccionada para o plano da participação alargada.

Outra tendência que se parece registar consiste no facto de 4 destes documentos serem publicados em 1997. Se este ano representa, em termos de publicação de políticas públicas para a sociedade da informação, um número elevado de documentos, neste grupo ele assume uma relevância acrescida, correspondendo a mais de metade dos documentos.

Adicionalmente, dois dos documentos que não são publicados em 1997 são de publicação posterior, por parte de países que também publicam documentos em 1997 – casos da França e da Dinamarca, que publicam um documento com uma referência explícita, na sua estrutura, à democracia ou à participação pública em 1997, e, posteriormente, também em 1999.

É evidente, pela análise efectuada neste ponto, que a existência de referências à democracia e à participação pública dos cidadãos não implica, apenas por si, que seja atribuída relevância à questão na redacção do texto. É, por este motivo, efectuada uma tentativa de exploração mais sistematizada, através da utilização de recursos próprios da análise de conteúdo quantitativa.

#### 4.3. A quantificação dos documentos: opções e procedimentos

A realização de uma análise de informação mais detalhada e sistematizada é, pelo volume e tipo de informação recolhida e incluída no corpo de análise, necessariamente efectuada através de recursos desenvolvidos no âmbito da análise de conteúdo quantitativa.

São apresentados, nos pontos seguintes, os elementos de enquadramento e de justificação das opções metodológicas respeitantes ao tratamento e análise de informação tomadas na investigação.

##### 4.3.1. O *Manifesto Research Group* e a teoria da saliência

Em 1979, é criado o *Manifesto Research Group* (MRG), inserido no Consórcio Europeu de Investigação Política (ECPR)<sup>280</sup>. Através deste grupo, uma equipa de politólogos recolhe e codifica programas eleitorais de partidos políticos, para, na maior parte dos casos, o período entre o pós-guerra (Segunda Guerra) e a década de 1980, para um

---

<sup>280</sup> European Consortium for Political Research. Veja-se, para mais informação sobre a instituição, o seu sítio na *Internet*, em <http://www.essex.ac.uk/ecpr/> (último acesso a 26 de Dezembro de 2005).

conjunto de 20 países<sup>281</sup>, na Europa e na América do Norte. É abrangido, nesta primeira fase do projecto, um total de 1.018 programas eleitorais, que são depositados nos arquivos nacionais de informação do Reino Unido e da Alemanha – uma vez que os seus principais investigadores, Hans-Dieter Klingemann, Ian Budge, Richard Hofferbert, David Robertson, Derek Hearl e Andrea Volkens, são, precisamente, do Reino Unido e da Alemanha<sup>282</sup>.

O principal objectivo da recolha e tratamento dos programas eleitorais dos partidos políticos consiste na análise dos temas e áreas preferencialmente abordados pelos partidos, e na caracterização da sua evolução. A codificação é efectuada manualmente, por membros da equipa de investigação, identificando a referência a determinados temas, nos programas eleitorais. São desenvolvidas, nesta primeira fase do projecto, as normas e procedimentos para a codificação dos documentos, bem como a própria grelha de codificação (Budge *et al.* 2001: 95).

Em 1989, é iniciada uma segunda fase do projecto. O Centro de Investigação em Ciências Sociais (WZB), em Berlim<sup>283</sup>, financia o alargamento do âmbito da recolha de informação, através do *Comparative Manifestos Project* (CMP), estendendo-o a 2.347 programas eleitorais, de 632 partidos, em 52 países.

Os membros da equipa envolvidos na codificação dos programas são submetidos a uma fase de formação e de testes, e seguem um manual de normas e procedimentos (*codebook*), de forma a procurar a normalização do tratamento do extenso volume de informação disponível. Adicionalmente, os elementos envolvidos na codificação dos programas encontram-se em contacto próximo com os supervisores e todas as decisões tomadas no processo de codificação são registadas e explicitadas, para posterior validação.

---

<sup>281</sup> A actividade do MRG abrange inicialmente 19 países mas, antes do fim da sua primeira fase, a Noruega é incluída no âmbito de recolha, alargando o número de países para 20.

<sup>282</sup> Veja-se, para mais informação do Arquivo de Informação do Reino Unido (UK Data Archive), as páginas na *Internet* dedicadas aos resultados dos projectos associados, a que foram atribuídos os números 2139 e 3437, em <http://www.data-archive.ac.uk/findingData/snDescription.asp?sn=2139>, <http://www.data-archive.ac.uk/findingData/snDescription.asp?sn=3437> (último acesso a 26 de Dezembro de 2005). No caso do arquivo de informação da Alemanha, vejam-se os Serviços da Infraestrutura Alemã de Ciências Sociais - Gesellschaft Sozialwissenschaftlicher Infrastruktureinrichtungen (GESIS), em <http://www.gesis.org/> (último acesso a 26 de Dezembro de 2005).

<sup>283</sup> Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung. Veja-se, para mais informação, o seu sítio na *Internet*, em <http://www.wz-berlin.de/> (último acesso a 26 de Dezembro de 2005).



O projecto MRG/CMP cria, desta forma, ao longo destas duas fases, um dos acervos de informação empírica mais relevantes para a investigação política, que dá posteriormente origem a um extenso conjunto de publicações<sup>284</sup>.

Existe, contudo, um debate sobre a relevância e validade da informação, tratamento e análise dos resultados suportados no projecto.

Torna-se necessário, nesta perspectiva, esclarecer os pressupostos teóricos em que o projecto se baseia. A recolha e a análise de informação assentam naquilo a que Budge se refere frequentemente como a "teoria da saliência" (cf. Budge, 1992 e 1999; Budge em Laver 2001: 50-65, e Budge em Budge, Klingemann *et al.*, 2001: 75-92, por exemplo). Os pressupostos em que esta abordagem assenta são, de forma sintetizada, os seguintes (Budge, Klingemann *et al.*, 2001: 82):

- Os responsáveis pela estratégia dos partidos políticos encaram os eleitores como defendendo, na sua quase totalidade, um determinado curso de acção, para a maior parte dos temas. Desta forma, todos os programas defendem posições geralmente semelhantes sobre os mesmos temas, apenas com excepções pontuais;
- Os estrategas também consideram que os eleitores são da opinião de que um determinado partido é mais capaz de prosseguir o curso de acção adequado do que os restantes partidos;
- Consequentemente, cada partido tenta apropriar-se de um conjunto de temas, e tenta converter o seu investimento no tema num número mais elevado de votos, nas eleições, devido à centralidade dos temas seleccionados;
- Cada um dos partidos concorrentes a um acto eleitoral confere maior importância e destaque aos temas seleccionados, no seu programa eleitoral, na tentativa de aumentar a sua saliência junto do eleitorado. Em contrapartida, confere menor importância e destaque aos temas seleccionados pelos principais concorrentes;

---

<sup>284</sup> Os coordenadores identificam, em 2001, um conjunto de 51 publicações baseadas na informação disponibilizada através do projecto. Veja-se, sobre esta questão, o sítio na *Internet* com informação de suporte, em <http://www.essex.ac.uk/government/MAPP/websiteblurb.htm> (último acesso a 26 de Dezembro de 2005).

- As diferentes posições dos partidos sobre determinados temas traduzem-se, deste modo, em diferenças de importância e de destaque que lhes são conferidos, nos seus programas eleitorais.

A análise da importância dada a um tema, através da identificação do número de vezes que esse tema surge num texto, permite, de acordo com estes pressupostos, caracterizar a saliência que o partido lhe confere.

A unidade de codificação utilizada nos projectos MRG/CMP é a quase-frase<sup>285</sup>, uma unidade com um nível de desagregação mais elementar do que a frase, e localizada entre caracteres como a vírgula, ou o ponto e vírgula. Na definição apresentada por Volkens, a quase-frase corresponde a um conjunto de palavras que contém uma, e apenas uma, ideia política. A quase-frase termina ou com o fim da apresentação dessa ideia, ou com o fim da frase (Volkens, s/d: 167)<sup>286</sup>.

A quase-frase é, desta forma, inevitavelmente estabelecida pelo codificador, manualmente, através de um procedimento que implica uma extensa formação e treino, para poder ser efectuada de modo uniformizado.

Um dos argumentos em favor desta opção consiste na possibilidade de estabelecimento de comparações entre documentos em línguas diferentes, uma vez que, como Budge observa, algumas línguas poderão tender para a utilização de períodos mais longos, divididos por este tipo de pontuação, em contraposição ao inglês, que tende a concentrar uma ideia por frase (Budge, 1999: 25).

A equipa do projecto utiliza, na codificação das quase-frases, uma grelha que atribui códigos de acordo com o domínio e as categorias abordadas. A grelha utilizada é apresentada na Tabela 4.11.

---

<sup>285</sup> *Quasi-sentence*, no original. Apesar de a diferenciação entre *sentence* e *phrase*, em língua inglesa, não encontrar correspondência na língua portuguesa e, portanto, o termo “quase-frase” não traduzir completamente o sentido original, optou-se pela sua utilização.

<sup>286</sup> Veja-se, para a definição de quase-frase, além da referência apresentada, também Wüst e Volkens 2003: 4-5.

**Tabela 4.11.** Grelha de codificação dos projectos MRG/CMP

<b>DOMÍNIO 1</b>	<b>External Relations</b>
101	Foreign special relationships: positive
102	Foreign special relationships: negative
103	Anti-Imperialism
104	Military: positive
105	Military: negative
106	Peace
107	Internationalism: positive
108	European Community: positive
109	Internationalism: negative
110	European Community: negative
<b>DOMÍNIO 2</b>	<b>Freedom and Democracy</b>
201	Freedom and Human Rights
202	Democracy
203	Constitutionalism: Positive
204	Constitutionalism: Negative
<b>DOMÍNIO 3</b>	<b>Political System</b>
301	Decentralization
302	Centralization
303	Governmental and Administrative Efficiency
304	Political Corruption
305	Political Authority
<b>DOMÍNIO 4</b>	<b>Economy</b>
401	Free Enterprise
402	Incentives
403	Market Regulation
404	Economic Planning
405	Corporatism
406	Protectionism: Positive
407	Protectionism: Negative
408	Economic Goals
409	Keynesian Demand Management
410	Productivity
411	Technology and Infrastructure
412	Controlled Economy
413	Nationalization
414	Economic Orthodoxy
415	Marxist Analysis
416	Anti-Growth Economy

(continua)

(continuação)

<b>DOMÍNIO 5</b>	
Welfare and Quality of Life	
501	Environmental Protection
502	Culture
503	Social Justice
504	Welfare State Expansion
505	Welfare State Limitation
506	Education Expansion
507	Education Limitation
<b>DOMÍNIO 6</b>	
Fabric of Society	
601	National Way of Life: Positive
602	National Way of Life: Negative
603	Traditional Morality: Positive
604	Traditional Morality: Negative
605	Law and Order
606	Social Harmony
607	Multiculturalism: Positive
608	Multiculturalism: Negative
<b>DOMÍNIO 7</b>	
Social Groups	
701	Labour Groups: Positive
702	Labour Groups: Negative
703	Agriculture and Farmers
704	Middle Class and professional Groups
705	Underprivileged Minority Groups
706	Non-economic Demographic Groups

Fonte: Budge *et al.* 2001: 80-81. Cf., para mais informação, pp. 222-228.

Este trabalho permite a contagem, por exemplo, da percentagem de unidades de análise (quase-frases) que, num determinado documento, fazem referência a um determinado domínio ou categoria.

Uma das questões que se pode colocar, nesta análise, é a determinação do sentido da referência a um determinado domínio ou categoria. Ou seja, o facto de um determinado domínio ou categoria ser referida não fornece necessariamente informação, por si só, sobre a posição assumida no documento sobre esse domínio ou categoria. A teoria da saliência trata esta questão de forma relativamente simples, assumindo que a referência implica geralmente uma valorização da importância desse domínio ou categoria, em detrimento de outros que são menos referidos porque, precisamente, são considerados menos importantes.

Este pressuposto é sustentado por várias análises. Uma das demonstrações da correcção deste pressuposto é a análise do sentido positivo ou negativo da referência

às categorias de codificação do MRG que admitem ambas as possibilidades de referência: positiva e negativa. É apresentado, na Tabela 4.12, a distribuição da percentagem de unidades de análise, nos programas eleitorais do projecto MRG, pelos dois tipos de referência.

**Tabela 4.12.** Distribuição da percentagem de unidades de análise, em programas eleitorais de 24 países da OCDE, por referência positiva e negativa à categoria, entre 1945 e 1998

	Positivo	Negativo
External special relations	1,1	0,4
Military	1,4	1,1
Internationalism	2,3	0,5
European Union	1,1	0,3
Constitutionalism	0,8	0,4
Protectionism	0,4	0,3
Welfare state expansion	6,3	0,4
Education expansion	3,4	0,1
National way of life	1,0	0,2
Traditional morality	1,7	0,2
Multiculturalism	0,7	0,2
Labour groups	2,7	0,2

Fonte: Budge *et al.* 2001: 83.

Podemos verificar, por esta tabela, que, por exemplo, 1,1% das unidades de análise incluídas neste estudo remetem para referências positivas à categoria “relações internacionais especiais” – enquanto a percentagem de unidades em que a referência é negativa é de 0,4%. Ou seja, em categorias que admitem os dois tipos de referência, as referências negativas são tão reduzidas que se pode assumir que a referência é, de forma geral, positiva. Os partidos não entram, deste modo, em confronto entre si, através dos programas, mas falam antes de forma sequencial. Como McLean coloca a questão (2004: 6):

The MRG method has always been based on their discovery that politicians do not argue with one another in their manifestoes. They talk past one another. The Conservatory Party says “We will preserve Ruritania’s military greatness”. The Laboratory Party says “We will free the wretched people of Ruritania’s oppressed colonies”.

A metodologia desenvolvida pela equipa do MRG permite, com base nos elementos apresentados, a realização de análises quantitativas, à semelhança das análises de conteúdo com recurso a dicionário. A grande diferença consiste no facto de, neste caso, se recorrer a uma codificação manual das suas unidades de análise – com todas as implicações que esta diferença implica na qualidade da informação e na subsequente análise. A detecção de uma referência a um determinado domínio ou categoria, num texto, no âmbito desta metodologia, não sucede porque o computador localiza automaticamente uma determinada palavra ou expressão, mas porque um codificador humano a identificou.

Uma das aplicações para esta informação tem consistido na definição do posicionamento ideológico dos partidos que assumem a autoria dos programas eleitorais. Através de um sistema de comparação entre a frequência com que surgem no texto referências a categorias consideradas “de esquerda” e categorias consideradas “de direita”, é calculado um indicador de posicionamento ideológico, numa escala esquerda-direita (em que os valores negativos correspondem a um posicionamento “de esquerda” e os valores positivos a um posicionamento “de direita”). A utilização da análise de conteúdo para a definição de um indicador de posicionamento ideológico não faz parte, contudo, dos objectivos desta investigação, pelo que este tipo de análise não será aqui desenvolvido.

Esta metodologia é, posteriormente, utilizada noutros projectos, com maiores ou menores variações, mas sempre com o objectivo de permitir uma comparação de resultados e alargando, na prática, o seu âmbito de análise a vários contextos, desde as eleições para o Parlamento Europeu (Projecto *Euromanifestos*<sup>287</sup>) até às eleições em Taiwan (Liu, 2000 e Fell, 2001).

#### 4.3.2. Desenvolvimentos recentes: a abordagem *Wordscores*

Em 2003, Laver, Benoit e Garry propõem uma abordagem, sob certos pontos de vista, inovadora para a realização de análise de conteúdo (Laver, Benoit e Garry, 2003).

Os autores pretendem, na sua investigação, obter indicadores de posicionamento político e ideológico, a partir da análise de conteúdo. Contudo, a técnica proposta pode

---

<sup>287</sup> Veja-se, para mais informação sobre o projecto, o seu sítio na *Internet*, em <http://www.mzes.uni-mannheim.de/projekte/manifestos/> (último acesso a 28 de Dezembro de 2005).

ser utilizada em outras análises em que exista um espaço teórico organizado sob a forma de um nível de medida quantitativo (uma escala de atitudes, por exemplo).

O primeiro passo da abordagem *Wordscores* consiste na diferenciação entre textos de referência e textos virgens. Os textos de referência são textos sobre os quais é conhecido, à partida (através de investigações anteriores ou codificação manual no âmbito do próprio projecto, por exemplo), o posicionamento no espaço teórico ou dimensão de análise relevante. Cada um dos documentos de referência tem necessariamente, desta forma, um posicionamento na dimensão relevante que pode ser estimado ou assumido *a priori* com segurança.

É calculado, posteriormente, para cada uma das palavras presentes no conjunto  $R$  de textos de referência, a sua frequência relativa.

A frequência relativa (notada como  $F_{wr}$ ) corresponde ao produto da divisão do número de vezes que uma determinada palavra  $w$  surge num documento  $r$  ( $N_{wr}$ ), pelo número total de ocorrências de palavras no documento ( $N_r$ ). A frequência relativa é dada pela fórmula:

$$F_{wr} = \frac{N_{wr}}{N_r} \quad (1)$$

Se existirem, no documento  $r_1$ , 500 ocorrências de palavras, e a palavra *escolha* surgir 5 vezes, a frequência relativa desta palavra no documento é de 0,01 (o que significa que as ocorrências desta palavra representam 1% das ocorrências de todas as palavras, no documento).

A partir das frequências relativas de cada palavra em cada um dos documentos de referência, é calculada a probabilidade de, lendo essa palavra, nos encontrarmos perante cada um dos documentos de referência. A probabilidade de que a leitura da palavra  $w$  implique que estamos a perante o texto  $r$  é dada pela seguinte fórmula:

$$P_{wr} = \frac{F_{wr}}{\sum_r F_{wr}} \quad (2)$$

Podemos considerar, como exemplo, a existência de dois documentos de referência ( $r_1$  e  $r_2$ ) em que a palavra *escolha* tem, no documento de referência  $r_1$ , uma frequência relativa de 0,01 e, no documento  $r_2$ , uma frequência relativa de 0,03. Se lermos apenas a palavra *escolha*, não sabendo *a priori* qual é o texto em causa, sabemos que existe uma probabilidade de 0,25 de estarmos perante o documento  $r_1$  e uma probabilidade de 0,75 de nos encontrarmos perante o documento  $r_2$ .

O passo seguinte consiste no cálculo dos índices de cada palavra (*scores*), para a dimensão de análise relevante. O índice é calculado, para cada palavra, a partir de  $P_{wr}$  e do posicionamento do texto em causa na dimensão de análise,  $A_{rd}$ . Toda a informação necessária para o cálculo dos *scores* é, desta forma, conhecida *a priori* ou obtida através dos textos de referência – não sendo ainda efectuada qualquer operação sobre os textos virgens. A fórmula de cálculo dos *scores* é a seguinte:

$$S_{wd} = \sum_r (P_{wr} \cdot A_{rd}) \quad (3)$$

Prosseguindo o exemplo, se o documento  $r_1$  assumir um índice de -1,0 na dimensão de análise seleccionada (uma escala de atitudes relativa a uma determinada opção política, por exemplo), e o documento  $r_2$  assumir um valor de +1,0 na mesma escala, o *score* da palavra *escolha* é igual a:

$$S_{wd} = 0,25 (-1,0) + 0,75 (+1,0) = -0,25 + 0,75 = +0,50$$

Dado apenas o padrão de utilização da palavra *escolha* nos textos de referência, se soubermos que esta surge num determinado texto virgem, essa constatação implica que a posição esperada desse documento na dimensão de análise em causa seja de +0,50.



Este procedimento aproxima-se, deste modo, de uma abordagem bayesiana à análise de conteúdo, em que informação conhecida *a priori* é utilizada para o cálculo de probabilidades *a posteriori*.

Uma vez calculados os *scores* de todas as palavras, levando em consideração todos os documentos de referência, o procedimento de análise dos documentos virgens é relativamente simples. São calculados valores para cada texto virgem  $v$ , na dimensão  $d$ . Estes valores correspondem ao somatório do produto das frequências relativas de todas as palavras existentes nos documentos de referência e que também surjam nos documentos virgens ( $F_{wv}$ ), pelos *scores* calculados no passo anterior. Estes valores são dados pela seguinte fórmula:

$$S_{vd} = \sum_w (F_{wv} \cdot S_{wd}) \quad (4)$$

Existem, depois de calculados estes valores, alguns procedimentos adicionais necessários ao tratamento da informação. Contudo, uma vez que estes procedimentos se destinam a lidar com a dispersão de valores e com as estimativas produzidas, e não são, em si, essenciais para a técnica de *wordscoring*, não serão aqui abordados.

É apresentado, na tabela seguinte, um exemplo de *wordscoring* para um texto virgem ( $v_1$ ), baseado em dois textos de referência ( $r_1$  e  $r_2$ ), em que surgem apenas, para a simplificação do exemplo, 4 palavras no total dos documentos ( $w_1$  a  $w_4$ ).

**Tabela 4.13.** Exemplo de *wordscoring*

Palavra	$A_{rd}$		$F_{wr}$		$P_{wr}$		$S_{wd}$	$F_{wv}$	$S_{vd}$
	$r_1$	$r_2$	$r_1$	$r_2$	$r_1$	$r_2$	Score	$v_1$	$v_1$
w1	-1	1	0,10	0,30	0,25	0,75	0,50	0,20	0,10
w2	-1	1	0,20	0,00	1,00	0,00	-1,00	0,20	-0,20
w3	-1	1	0,00	0,40	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00
w4	-1	1	0,70	0,30	0,70	0,30	-0,40	0,60	-0,24
Total	-	-	1,00	1,00	-	-	-	1,00	-0,34

O valor do índice calculado para o texto virgem é, como apresentado na tabela, de -0,340, aproximando-se, devido à sua estrutura, do documento de referência  $r_1$ .

A selecção dos textos de referência assume, nesta técnica, uma importância vital, uma vez que constituem a base de cálculo dos *scores*. Uma selecção insuficiente ou enviesada dos documentos de referência poderá conduzir a grandes variações dos resultados e, no limite, a resultados sem validade.

#### 4.3.3. Os trâmites da análise de conteúdo quantitativa

Foi tomada a opção de realizar, nesta investigação, uma análise de conteúdo textual temática dos documentos incluídos no corpo de análise.

A expressão “análise de conteúdo textual temática” deve ser entendida no sentido definido por Roberts (1997: 3). O autor distingue três tipos de análise de conteúdo textual: temática, semântica e de rede. Na análise temática são examinadas ocorrências de temas ou conceitos. Na análise semântica são consideradas frases ou unidades específicas de texto, em que os temas se poderão encontrar relacionados. Finalmente, a análise de rede trata da análise relacional da localização de temas, conceitos ou expressões, em documentos ou unidades de texto.

Quanto à discussão relativa à natureza quantitativa ou qualitativa da análise efectuada, é intencionalmente deixada para segundo plano. Esta discussão é, no debate sobre a análise de conteúdo, objecto de várias interpretações. De acordo com a proposta apresentada por Roberts (*idem*: 2), uma parte da análise aqui efectuada inscreve-se no domínio quantitativo, na medida em que permite o cálculo de medidas estatísticas (como níveis de significância, por exemplo). Esta caracterização não é, contudo, em si, essencial para o trabalho realizado, pelo que não é aqui desenvolvida.

As opções metodológicas a tomar nesta investigação são condicionadas por um conjunto de características em que se destaca, em primeiro lugar, o volume de informação recolhida. Efectivamente, o corpo de análise integra 60 documentos, num total de mais de 3.000 páginas (cf. Tabela 4.8, p. 349).

Esta característica implica que, considerando o limitado período temporal disponível para o tratamento e a análise de informação (acentuado, para além das características intrínsecas do projecto, pelo facto de a recolha de informação ter implicado a alocação de uma parte substancial dos recursos disponíveis), se deverá recorrer, sempre que

possível, a formas de análise de conteúdo assistidas por computador para o tratamento, codificação e análise de informação. Deverão ser preferencialmente utilizados, deste modo, procedimentos baseados em análise de conteúdo assistida por computador, nas suas várias fases, em detrimento de procedimentos manuais – extensamente utilizados, por exemplo, na codificação das unidades de análise em investigação anterior (Montargil, 2000). Se, na análise anteriormente realizada, que incidiu sobre 3 documentos de políticas públicas para a sociedade da informação em Portugal (o *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal*, o *Programa Cidades Digitais* e o *Programa Aveiro Cidade Digital*), a codificação das 130 unidades de análise foi efectuada através da sua leitura integral e da atribuição manual de um código, essa possibilidade encontra-se aqui afastada – pelo menos para a codificação integral dos textos. A técnica a seguir afasta-se necessariamente, desta forma, dos procedimentos gerais adoptados pela equipa do projecto MRG/CMP, na medida em que esta recorre exclusivamente a codificação manual.

Deve também ser considerada, para além do volume de informação, a dispersão da dimensão dos documentos. Se, por um lado, o número total de páginas é elevado, por outro lado o corpo de análise inclui documentos com uma dimensão que varia entre as 2 e as 186 páginas. Esta variação implica, de forma inevitável, diferenças na forma como o discurso é estruturado e como os temas são abordados. Um documento de duas páginas não pode abarcar o conjunto de temas que, no limite, um documento de 186 poderá; nem tem ao seu alcance a riqueza de discurso possível no caso de um documento mais extenso.

Um outro conjunto determinante de características relaciona-se com a língua em que os documentos se encontram. Estes documentos provêm dos 15 Estados membros que integram a União Europeia, antes do seu último alargamento, e de instituições da própria União Europeia. Não é possível obter, desta forma, uma versão em português de todos os documentos. Foi, por este motivo, estabelecido como critério preferencial a integração dos documentos no corpo de análise na sua versão inglesa. Como não existe, ou não foi possível localizar, uma versão inglesa de alguns dos documentos, encontram-se também no corpo de análise alguns documentos em francês, espanhol e italiano (cf. Tabela 4.10, p. 350). Esta característica é incontornável, pela própria delimitação do âmbito de análise que foi estabelecida. As diferenças relativamente ao estudo anteriormente realizado, no que diz respeito à língua, são essencialmente duas: não só os documentos não se encontram em português, como se encontram em várias línguas.

Deve, ainda, ser notado que os documentos que integram o corpo de análise comportam uma dispersão de entidades enunciadoras, abrangendo instituições tão diversas como o parlamento, ministérios, o governo (de forma colectiva, através do conselho de ministros), o primeiro-ministro e as instituições europeias (cf. p. 341 e ss).

Esta dispersão da dimensão dos documentos, das línguas em que se encontram e do tipo de entidades enunciadoras impossibilita, na nossa perspectiva, a adopção de procedimentos semelhantes aos propostos na abordagem *wordscores*. Esta abordagem baseia-se na selecção e codificação prévia (por um processo que, na prática, corresponde a uma forma de amostragem) de documentos de referência, para posterior aplicação sobre os textos virgens. Neste caso, a codificação prévia teria de ser, com a excepção parcial<sup>288</sup> de um documento português (o *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal*), efectuada manualmente, uma vez que não existe qualquer outra fonte de informação disponível *a priori*. A dispersão destes atributos (extensão dos documentos, línguas e enunciadores) implicaria um conjunto de textos de referência tão extenso, para assegurar a representatividade dos textos de referência perante os textos virgens, que se tornaria impraticável.

Foi, considerando este conjunto de características, decidido o recurso à análise de conteúdo assistida por computador, com codificação automática baseada em dicionário, para a identificação da referência aos temas relevantes.

Um dos pressupostos assumidos, ao tomar esta opção, consiste na aceitação da teoria da saliência, acima abordada (p. 369 e ss). Ou seja, é assumido que a referência a um determinado tema (neste caso, ao conjunto de temas relacionados com o conceito de participação pública) se destina a colocá-lo em destaque, conferindo-lhe saliência, e não a efectuar referências com conotação negativa. Este pressuposto surge, na nossa avaliação, como integralmente aceitável. Se, de facto, a percentagem de referências negativas ao tema se aproxima da percentagem de referências positivas, em casos pontuais, em algumas das categorias consideradas pela equipa *MRG/CMP* (veja-se a categoria *proteccionismo*, na Tabela 4.12, p. 373), não é crível que a percentagem de referências negativas à participação pública seja, no contexto actual, sequer existente. Seria necessário, para isso, que um determinado documento referisse a participação política (conferindo-lhe, portanto, destaque), e se referisse a essa participação como

---

<sup>288</sup> Excepção parcial porque apenas uma parte deste documento foi codificada anteriormente: a parte correspondente às medidas de política.

indesejável ou negativa. Essa possibilidade não parece de todo provável, neste âmbito.

Uma das diferenças perante o projecto *MRG/CMP* que deve ser salientada é que, no caso desta investigação, não se pretende utilizar a informação disponível para estimar, de qualquer forma, o posicionamento ideológico dos autores dos documentos. Essa variável, nesta investigação, encontra-se eventualmente do lado das variáveis independentes, e não das dependentes. Pretendemos, aqui, analisar os motivos que poderão levar a uma saliência maior ou menor dos temas relacionados com a participação pública – o objectivo não é, desta forma, propor uma nova forma de estimação do posicionamento ideológico. Aliás, a utilização desta informação para a estimação de um indicador de posicionamento ideológico, por parte do *MRG/CMP*, é referida por alguns autores como um contributo “provavelmente mais controverso” (McLean 2004: 6).

É possível encontrar dicionários para análise de conteúdo desenvolvidos para várias áreas das ciências humanas, desde a psicologia, à sociologia, à antropologia e à ciência política<sup>289</sup>. Não foi, contudo, localizada qualquer versão desenvolvida de acordo com objectivos coincidentes com os desta investigação, permitindo identificar a existência de referências à noção de participação pública. Foi, por este motivo, tomada a decisão de desenvolvimento de um dicionário próprio.

Foi, também, tomada a opção de que a unidade de análise não se encontre a um nível de desagregação mais baixo do que o documento (como o parágrafo ou a frase, por exemplo). O objectivo da investigação consiste na caracterização e análise dos documentos, e não na exploração e comparação de unidades que integram a sua estrutura. Esta opção poderá ser, contudo, objecto de reavaliação no decurso da própria análise, sobretudo no sentido de poder vir a ser adoptada uma unidade de análise a um nível de agregação mais elevado do que o documento (como o país ou instituição responsável pela sua autoria).

---

<sup>289</sup> Veja-se, para a apresentação de alguns dicionários originalmente desenvolvidos para utilização com o *General Inquirer*, Stone, Dunphy, Smith e Ogilvie (1966: 140-141). Veja-se, para a apresentação de alguns dicionários disponíveis para utilização com o programa informático *WordStat*, o sítio na *Internet* da empresa responsável pelo seu desenvolvimento, em <http://www.provalisresearch.com/wordstat/wordstat.html> - link “Dictionaries” (último acesso a 28 de Dezembro de 2005). Veja-se, também, o sítio na *Internet* da *Social Science Automation*, responsável pelo desenvolvimento do programa *Profiler Plus*, em <http://www.socialscienceautomation.com/BuildingSchemes.htm> (último acesso a 28 de Dezembro de 2005), em que são também apresentados alguns recursos para a codificação automática disponíveis para utilização através deste programa. Veja-se, ainda, o sítio

O desenvolvimento do dicionário para análise de conteúdo tem como objectivo a identificação da referência à participação pública, nas várias dimensões conceptualmente consideradas.

Este dicionário tomou como base para a definição das suas categorias e dos seus códigos a investigação anteriormente realizada (Montargil, 2000). Esta investigação incidiu sobre 3 documentos de políticas públicas para a sociedade da informação em Portugal: o *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal*, o *Programa Cidades Digitais* e o *Programa Aveiro Cidade Digital*.

Pretendia-se, na análise das medidas (no caso do Livro Verde), acções (no caso do Programa Cidades Digitais) e metas (no caso do Programa Aveiro Cidade Digital), caracterizar a relevância atribuída à participação pública. Foram, para o efeito, codificadas 130 unidades de análise (72 medidas apresentadas no Livro Verde, 10 acções no Programa Cidades Digitais e 48 metas no Programa Aveiro Cidade Digital), a partir dos conceitos de democracia e de participação pública adoptados. A codificação das unidades de análise foi efectuada de forma integralmente manual, pela leitura integral das unidades de análise e pela sua codificação posterior, sem o recurso a qualquer procedimento assistido por computador.

Tratou-se, desta forma, de um procedimento dedutivo, na medida em que foi presidido por um conceito previamente estabelecido de participação pública, a partir do qual se deduziram os códigos a atribuir a cada unidade de análise. Este procedimento implicou, contudo, também, um resultado indutivo, na medida em que permite conhecer gradualmente a forma como a língua é utilizada, através do discurso (contido, neste caso, nas políticas públicas para a sociedade da informação), para fazer referência à participação pública. Ou seja, se a caracterização da componente substantiva da análise efectuada foi dedutiva, a identificação da sua componente formal seguiu um procedimento indutivo.

A análise efectuada aos 3 documentos referidos permite, a partir da codificação das unidades de análise, identificar um conjunto de palavras-chave no discurso relacionado com a participação pública<sup>290</sup>. Estas palavras-chave podem ser globalmente divididas em substantivos e em verbos. A distribuição de verbos e

---

<http://www.textanalysis.info/> (último acesso a 28 de Dezembro de 2005), para a apresentação de mais alguns recursos para codificação automática.

<sup>290</sup> Veja-se, sobre esta questão, Montargil (2000), particularmente os anexos 1, 2 e 3 (pp. 190 - 231), em que é transcrita a totalidade do texto das unidades de análise, é apresentada a codificação atribuída e são colocados em destaque, na maior parte dos casos, trechos do texto que justificam a codificação.

substantivos que surgem associados com maior frequência à participação pública é apresentada na Tabela 4.14.

Seria mais natural, de acordo com a construção gramatical habitual, apresentar os verbos na primeira coluna e os substantivos na segunda. A ordem adoptada nas tabelas é, contudo, a contrária, na medida em que os substantivos revelam maior capacidade discriminante do que os verbos, na identificação de referências no domínio da participação pública.

**Tabela 4.14.** Substantivos e verbos associados à referência a participação pública no *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal*, no Programa *Cidades Digitais* e no Programa *Aveiro Cidade Digital*

<b>1. Participação restrita</b>	
<b>Substantivos</b>	<b>Verbos</b>
Acesso	Aceder
Bases de dados	Actualizar
Bibliotecas	Adquirir
Conhecimentos	Consultar
Conteúdos	Difundir
Equipamentos	Disponibilizar
Inclusão/exclusão	Divulgar
Informação	Dotar
Infraestrutura	Editar
Servidores ( <i>www</i> )	Equipar
Sítios ( <i>na Internet</i> )	
<b>2. Participação alargada</b>	
Fórum	
Debate	
Discussão	
Democracia	

Fonte: Montargil (2000)

A utilização destes substantivos e verbos, no domínio da participação restrita, permite, ainda, duas diferenciações adicionais, inicialmente não comportadas.

Uma corresponde à distinção entre o nível infraestrutural e o nível informacional. Parte do discurso das políticas públicas para a sociedade da informação remete para a participação pública restrita na medida em que se refere a recursos de infraestrutura

disponíveis para o acesso à tecnologia e aos canais de comunicação disponíveis (ou, para utilizar uma expressão já habitual, à inclusão digital). Falamos, neste caso, habitualmente, para além do termo “infraestrutura”, de equipamentos, servidores (*www*) e da possibilidade de acesso à *Internet*. Este é o nível infraestrutural.

Uma outra parte do discurso que remete para a participação restrita refere-se, já não às condições de acesso à tecnologia, mas à própria informação e aos conteúdos disponibilizados. Este é o nível informacional.

Esta diferenciação não pode ser tomada como mutuamente exclusiva, com limites e fronteiras perfeitamente definidas. É possível encontrar referências, por exemplo, à exclusão ou ao acesso à informação. A “exclusão” ou o “acesso” não remetem, neste caso, para o nível infraestrutural, mas para o informacional (encontra-se em causa o acesso à informação, e não o acesso à tecnologia ou a canais de comunicação específicos). Contudo, as referências à exclusão ou ao acesso remetem geralmente para o nível infraestrutural, e não para o informacional – isto porque se parte geralmente do pressuposto de que, a partir do momento em que o indivíduo tem acesso ao canal (neste caso, a *Internet*), terá assegurado o acesso à informação que este veicula (quer porque esta é gratuita ou a um custo muito mais baixo do que o custo “infraestrutural” do acesso, quer porque se dá de barato a capacidade do indivíduo conseguir aceder efectivamente a essa informação).

É ainda possível, no nível informacional da participação pública restrita, distinguir a utilização de formas que pressupõem uma atitude passiva do agente, face ao cidadão (como disponibilizar informação, ou permitir o acesso a conteúdos), de formas que implicam, de algum modo, um posicionamento activo (como difundir ou divulgar informação). No primeiro caso, o agente coloca-se numa situação de “disponibilidade” perante a iniciativa de contacto do cidadão; no segundo, o agente assume a tarefa de projectar junto dos cidadãos (difundindo, divulgando), algo que considera potencialmente interessante.

A distribuição de substantivos e verbos por cada uma das diferenciações apresentadas é apresentada na Tabela 4.15.

Deve ser notado que os verbos apenas revelam a capacidade de detecção de referências associadas à participação pública na medida em que qualificam algum dos substantivos referidos: o verbo “consultar” apenas corresponderá a uma referência que implica uma forma de participação pública na medida em que seja aplicado, por exemplo, a “informação”. Enquanto “consultar informação” corresponde a uma forma



de participação pública, tal não sucede, por exemplo, com a actividade de “consultar um médico”. É por este motivo que é considerado que os substantivos possuem maior capacidade discriminante na identificação de referências no domínio da participação pública do que os verbos.

**Tabela 4.15.** Substantivos e verbos associados à referência à participação pública no *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal*, no Programa *Cidades Digitais* e no Programa *Aveiro Cidade Digital*, por nível de participação

<b>1. Participação restrita</b>	
<b>1.1. Nível infraestrutural</b>	
<b>Substantivos</b>	<b>Verbos</b>
Acesso	Aceder
Bases de dados	Adquirir
Equipamentos	Disponibilizar
Inclusão/exclusão	Dotar
Infraestrutura	Equipar
<i>Internet</i>	
Servidores ( <i>www</i> )	
<b>1.2. Nível informacional</b>	
<b>Substantivos</b>	<b>Verbos com posicionamento passivo</b>
Informação	Actualizar
Conteúdos	Consultar
Conhecimentos	Disponibilizar
Bibliotecas	Editar
Mediatecas	<b>Verbos com posicionamento activo</b>
Sítios (na <i>Internet</i> )	Difundir
Inclusão/exclusão	Divulgar
<b>2. Participação alargada</b>	
Fórum	
Debate	
Discussão	
Democracia	

As diferenciações entre nível infraestrutural e informacional, e verbos com posicionamento passivo e activo, não serão, contudo, exploradas detalhadamente na

análise, pela escassa informação disponível sobre a sua efectiva capacidade discriminante.

A partir destes termos, complementados por alguns vocábulos inexistentes no corpo de análise da investigação anteriormente realizada, mas explicitamente previstos no conceito de participação pública adoptado, foi estabelecido um conjunto de categorias para o dicionário. Estas categorias são apresentadas na Tabela 4.16.

**Tabela 4.16.** Categorias do dicionário para análise de conteúdo

<hr/> <b>1. Participação restrita</b> <hr/>
Acesso
Bases de dados
Bibliotecas
Conhecimentos
Conteúdos
Disponibilizar
Equipamentos
Exclusão e inclusão
Infraestrutura
Internet
Mediatecas
Servidores ( <i>www</i> )
Sítios ( <i>na Internet</i> )
<hr/> <b>2. Participação alargada</b> <hr/>
Debate
Democracia
Discussão
Eleição
Fórum
Voto
<hr/>

Não foi considerada a categoria “informação”, devido ao facto de não revelar capacidade discriminante (detectando muito frequentemente referências sem nenhuma relação com participação pública), pela utilização de “largo espectro” de que é alvo.

Alguns dos códigos são seleccionados a partir dos substantivos, no singular e no plural (equipamento e equipamentos), ou apenas numa das formas (conteúdos – uma vez que o vocábulo “conteúdo” é frequentemente utilizado noutros contextos). Outros

códigos são escolhidos a partir do verbo (disponibilizar). Outros, ainda, incluem todas as palavras derivadas do morfema (como é o caso de democracia).

O conjunto de categorias e códigos incluídos na versão portuguesa do dicionário é apresentado na Tabela 4.17<sup>291</sup>.

**Tabela 4.17.** Categorias e códigos incluídos na versão portuguesa do dicionário para análise de conteúdo

	Categoria	Código	Frequência
<b>1. Participação restrita</b>			
1	Acesso	acessibilidade	6
		acesso	65
		acessíveis	2
		acessível	4
2	Bases de dados	base de dados	5
		bases de dados	8
3	Bibliotecas	biblioteca	5
		bibliotecas	23
4	Conhecimentos	conhecimento	5
		conhecimentos	2
5	Conteúdos	conteúdos	35
6	Disponibilizar	disponibilizar	12
7	Equipamentos	equipamento	2
		equipamentos	7
8	Exclusão e inclusão	info-exclusão	2
		infoexclusão	1
		exclusão	0
		inclusão	3
9	Infraestrutura	infraestrutura	8
		infraestruturas	5
10	Internet	internet	21
11	Mediatecas	mediateca	1
		mediatecas	4
12	Servidores ( <i>www</i> )	servidor	1
		servidores	4
13	Sítios (na <i>Internet</i> )	sítio	0
		sítios	1
<b>2. Participação alargada</b>			
14	Debate	debate	2
		debates	0
15	Democracia	democracia	4
		democratização	3
16	Discussão	discussão	1
		discussões	1

<sup>291</sup> Veja-se, para a versão do dicionário em formato .txt, o anexo D4.2.

17	Eleição	eleição	0
		eleições	0
18	Fórum	fórum	1
		fórums	1
19	Voto	voto	0
		votos	0
		vota	0
		votantes	0

O dicionário, para além da categoria geral de *participação*, desagrega-se, desta forma, em duas categorias de segundo nível (*participação restrita* e *participação alargada*) e, num terceiro nível, em 19 categorias elementares.

Os valores de frequências apresentados na tabela anterior, bem como na restante análise de conteúdo, são obtidos a partir de análise de conteúdo assistida por computador.

Uma vez que a análise de conteúdo não é uma técnica de tratamento e análise de informação utilizada com frequência em Portugal e existem, adicionalmente, vários programas informáticos, com modos de funcionamento e capacidades diferentes, é apresentada uma breve introdução aos principais procedimentos e recursos utilizados nesta análise.

Foi utilizado, na análise de conteúdo assistida por computador, o programa informático Textpack, desenvolvido e distribuído pelo *Zuma*<sup>292</sup>.

O primeiro passo, na preparação da informação para análise através do Textpack, consiste na colocação de todo o texto num único documento, em formato de texto (.txt).

Uma vez que o Textpack diferencia sempre, na análise, entre caracteres maiúsculos e minúsculos, convém substituir os caracteres maiúsculos, caso esta diferenciação não seja relevante para a investigação, colocando todo o texto em minúsculas.

As unidades de contagem devem ser separadas entre si, neste documento, através da utilização de um carácter específico, não utilizado no restante texto. Habitualmente, o

---

<sup>292</sup> *Zentrum für Umfragen, Methoden und Analysen – Centre for Survey Research and Methodology*. O *Zuma* integra o *GESIS* (já referida, por outro motivo, na nota 282). Veja-se, para mais informação, o sítio na *Internet* da instituição, em <http://www.gesis.org/en/zuma/index.htm> (último acesso a 28 de Dezembro de 2005).

caracter utilizado para a separação das unidades de contagem é o asterisco (\*) ou o cardinal (#), embora o programa aceite a utilização de outros símbolos para o estabelecimento desta separação. Deve sempre verificar-se, contudo, antes da opção pela utilização de um determinado caracter como separador, se este já surge no texto do documento. O caracter utilizado, em todas as análises aqui efectuadas, foi o cardinal.

O Textpack admite a possibilidade de utilização de um máximo de 3 níveis, na definição das unidades de contagem (como o documento, o parágrafo e a frase, por exemplo). No documento em formato de texto, antes do início de cada unidade de contagem, é colocado, para a sua identificação, o caracter separador, imediatamente seguido do número de ordem da unidade. Este caracter deve surgir tantas vezes quantas o nível que pretende identificar. Ou seja, o caracter deve surgir uma vez, para identificar o início de uma unidade de contagem do nível 1; duas vezes, para identificar o início de uma unidade do nível 2 e três vezes, para assinalar o início de uma unidade do nível 3.

Caso as unidades de contagem sejam, como no exemplo acima apresentado, o documento, o parágrafo e a frase, o separador a utilizar antes do primeiro documento será #1; o separador a utilizar antes do primeiro parágrafo de um documento será ##1; e o separador a utilizar antes da primeira frase de um parágrafo será ###1.

É apresentado, a seguir, um exemplo da forma de separação das unidades (considerando 3 níveis de unidades de contagem), para dois textos, cada com dois parágrafos, e duas frases em cada parágrafo.

O Textpack comporta, também, a possibilidade de geração automática dos segundos e terceiros níveis, para a definição das unidades de contagem, através de caracteres específicos (como o ponto final ou o ponto e vírgula, por exemplo).

Uma das limitações relevantes, no Textpack, consiste no facto de, no nível de desagregação mais baixo, o número máximo de caracteres admitido para cada unidade de contagem ser de 3.985.

Foram utilizados, na análise para a constituição do dicionário, dois níveis pré-definidos para a identificação das unidades de contagem, correspondendo o primeiro ao documento e o segundo à medida.

**Figura 4.2.** Exemplo de texto preparado para análise de conteúdo através do programa Textpack

```
#1
##1
###1
Primeira frase do primeiro parágrafo do primeiro documento.
###2
Segunda frase do primeiro parágrafo do primeiro documento.
##2
###1
Primeira frase do segundo parágrafo do primeiro documento.
###2
Segunda frase do segundo parágrafo do primeiro documento.
#2
##1
###1
Primeira frase do primeiro parágrafo do segundo documento.
###2
Segunda frase do primeiro parágrafo do segundo documento.
##2
###1
Primeira frase do segundo parágrafo do segundo documento.
###2
Segunda frase do segundo parágrafo do segundo documento.
```

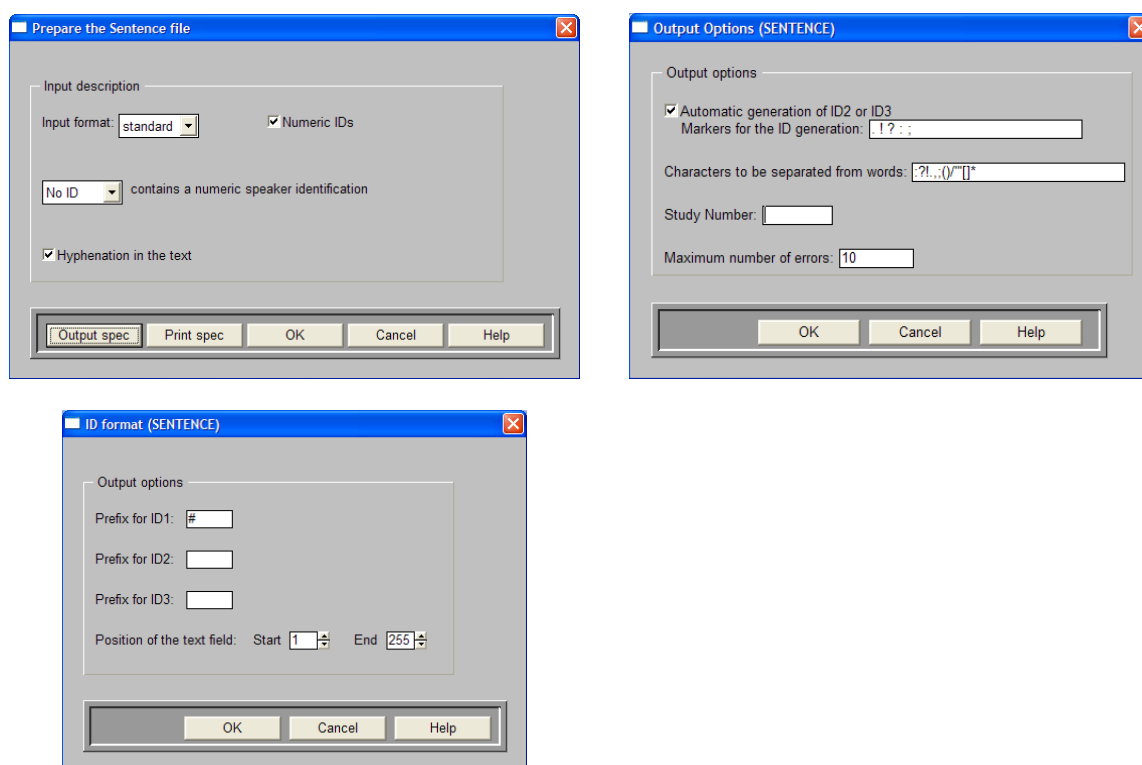
Fonte: Processo de análise de informação.

A partir deste documento em formato .txt, o Textpack prepara o primeiro ficheiro necessário para a realização da análise, um ficheiro *sentence* (formato .sen), em que o programa divide e organiza o texto em linhas.

São apresentados, na Figura 4.3, alguns exemplos de caixas de diálogo do Textpack, relacionadas com a geração do ficheiro *sentence*, obtidas durante o tratamento da informação.

A partir do ficheiro *sentence*, o Textpack gera um ficheiro *split* (formato .spl), em que coloca cada uma das ocorrências de cada vocábulo numa linha, ordenadas alfabeticamente. O ficheiro *split* possui, portanto, tantas linhas quantas as ocorrências de palavras existentes no documento de texto que lhe serve de base. Se um documento de texto tiver 10.000 ocorrências de palavras (o que corresponde a cerca de 30 a 40 páginas), o ficheiro *split* terá 10.000 linhas, ocupando cada ocorrência de um vocábulo uma linha (se um mesmo vocábulo se encontrar duas vezes no texto, surgirá em duas linhas do ficheiro *split*, imediatamente seguidas).

**Figura 4.3.** Exemplos de caixas de diálogo relacionadas com a geração do ficheiro *sentence*, no Textpack



Fonte: Processo de análise de informação.

Todas as contagens de frequências e análises posteriores são geradas a partir do ficheiro *split*. A partir do momento em que este ficheiro é gerado, é possível realizar todas as análises disponíveis no Textpack, como a contagem de frequências ou a análise *Key Word in Context* (KWIC).

Se a contagem de frequências é um procedimento generalizado, utilizado em várias áreas, a análise *KWIC* é um recurso mais específico, o que justifica uma pequena introdução.

A análise *KWIC* permite identificar e comparar rapidamente, para uma ou várias palavras-chave (seleccionadas pelo dicionário), o contexto em que são utilizadas, através de um conjunto de caracteres antes e depois de cada ocorrência da palavra-

chave. A título ilustrativo, é apresentada na Figura 4.4 a análise *KWIC* para a totalidade dos vocábulos relacionados com a categoria “democracia”, nas 130 medidas acima mencionadas.

**Figura 4.4.** Exemplo de análise *KWIC*

e políticas da	democracia electrónica	a emergência d
emergência da	democracia electrónica	consubstanciad
emonstração da	democracia electrónica	sempre com res
undamentais da	democracia representativa	.
locais para a	democratização do acesso à sociedade	
a acção visa a	democratização do acesso à sociedade	
s referentes à	democratização do acesso à sociedade	

Fonte: Processo de análise de informação.

Este recurso é particularmente útil na confirmação do sentido em que um determinado vocábulo é utilizado. No exemplo apresentado, com um total de 7 referências, a democracia surge 3 vezes associada à noção de “democracia electrónica”, uma vez à noção de “democracia representativa” e é utilizada, por 3 vezes, para aludir ao alargamento do acesso à sociedade da informação.

Para a continuação da análise quantitativa, o Textpack permite ainda a exportação de resultados para uma base de dados em formato próprio de um programa de análise de informação estatística (SPSS ou SAS). Nesta exportação, o Textpack gera uma base de dados em que surge, nas primeiras colunas (*id1*, *id2* e *id3*), a identificação das unidades de contagem (se for seleccionada a discriminação de resultados apenas pelo primeiro nível, surgirá apenas uma coluna, com a designação *id1*); o número de ocorrências de palavras na unidade de contagem (variável *nwords*); o número de ocorrências de códigos na unidade de contagem – ou seja, o número de vezes que surgem vocábulos que constam do dicionário (variável *ncodes*); e, nas colunas seguintes (*cat0001* em diante), surge o número de vocábulos da categoria correspondente, na unidade em causa.



Cada linha da base de dados corresponde a uma unidade de contagem (*id1*, *id2* ou *id3*), de acordo com a opção seleccionada durante o processo de exportação.

A partir desta base de dados é possível realizar todas as análises que um programa de análise estatística, como o SPSS ou o SAS, permitem.

Partindo destes procedimentos, foram comparados os resultados obtidos através da codificação manual anteriormente efectuada e da codificação automática agora realizada, a partir do dicionário.

O objectivo consiste em assegurar que, sempre que a codificação manual detecta a existência de uma referência à participação pública (e apenas neste caso), a codificação automática também atribui uma codificação positiva.

A análise não levou em consideração, deste modo, o nível de participação atribuído na codificação manual, mas apenas a sua existência. As unidades de análise foram, por este motivo, divididas em dois grupos: as unidades que não contêm qualquer referência à participação pública e as que contêm pelo menos uma referência, independentemente do nível de participação que lhes foi atribuído na codificação manual. Da mesma forma, a análise também não levou em consideração o número de ocorrências de códigos existentes em cada unidade, no processo de codificação automática. Ou seja, uma medida do *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal* que tenha no seu texto, por exemplo, 2 ocorrências de códigos existentes no dicionário é, para os efeitos, nesta análise, semelhante a uma medida com, por exemplo, 5 ocorrências. As unidades foram, portanto, divididas entre um grupo que contém e um outro grupo que não contém referências à participação pública na codificação manual, por um lado, e um grupo que contém e um outro grupo que não contém códigos do dicionário de participação, por outro lado<sup>293</sup>.

Os resultados do cruzamento das duas variáveis são apresentados na Tabela 4.18.

Do total de 46 casos em que a codificação manual corresponde a uma codificação negativa (unidades em que não existe referência à participação pública), a codificação automática conduz, também, a uma codificação negativa em 32, e a uma codificação positiva em 14. Estes 14 casos, em que a codificação automática atribui, de forma incorrecta, uma codificação positiva, correspondem ao que, em testes de hipóteses, na estatística, se designa como erro tipo I – também designado como alfa ( $\alpha$ ), ou como

---

<sup>293</sup> Veja-se, para a reconstituição da análise de conteúdo efectuada, os ficheiros que constituem o Anexo D4, em suporte digital.

resultados “falsos positivos”. O erro tipo I corresponde ao nível de significância do teste de hipóteses.

**Tabela 4.18.** Comparação entre resultados de codificação manual e resultados de codificação automática, na codificação de unidades de análise do Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal, do Programa Cidades Digitais e do Programa Aveiro Cidade Digital

			Codificação automática		Total
			Não	Sim	
Codificação manual	Não	Casos	32	14	46
		% em linha	69,6	30,4	100,0
	Sim	Casos	9	75	84
		% em linha	10,7	89,3	100,0
Total		Casos	41	89	130
		% em linha	31,5	68,5	100,0

O erro tipo I é de 0,30 (ou 30%), resultando do quociente entre os 14 casos de erro tipo I e o total de 46 codificações negativas, na codificação manual.

Por outro lado, do total de 84 casos em que a codificação manual resulta numa codificação positiva (unidades em que existe referência à participação pública), a codificação automática conduz a um resultado positivo em 75, e a um negativo em 9. Estes últimos casos correspondem ao que, nos testes de hipóteses, se designa como erro tipo II – também designado como beta ( $\beta$ ), ou como resultados “falsos negativos”. A diferença entre 1 e o erro tipo II ( $1-\beta$ ) corresponde à potência do teste.

O erro tipo II é de 0,11 (ou 11%), correspondendo ao quociente entre os 9 casos de erro tipo II e o total de 84 codificações positivas, na codificação manual. A potência do teste é, desta forma, de 0,89 (ou 89%).

Uma das questões que deve ser levantada, neste tipo de análise, consiste no equilíbrio entre o erro tipo I e o erro tipo II. No desenvolvimento do dicionário deve, naturalmente, ser procurado um equilíbrio entre os dois tipos de erro.

É possível tornar o dicionário mais sensível, alargando o número de categorias ou de vocábulos que o constituem, incluindo categorias ou vocábulos que foram afastados, nesta versão (como é o caso da “difusão” de informação, por exemplo), de forma a detectar mais situações de referência à participação pública (ou seja, a diminuir o erro tipo II). Contudo, esta opção implica inevitavelmente o aumento de casos que são incorrectamente codificados de forma positiva (os falsos positivos), implicando um aumento do valor do erro tipo I. O aumento da sensibilidade do dicionário permite, portanto, reduzir o erro tipo II, mas implica, em contrapartida, um crescimento do erro tipo I.

O dicionário também pode ser tornado mais restritivo, eliminando categorias ou códigos que o integram. Obtém-se, desta forma, um menor número de casos falsos positivos (reduzindo o erro tipo I) mas, em contrapartida, o número de falsos negativos sofrerá um acréscimo (aumentando o erro tipo II). Estas opções são sintetizadas na Tabela 4.19.

**Tabela 4.19.** Opções no desenvolvimento do dicionário

Tornar dicionário...	Procedimento	Erro tipo I ("falsos pos.")	Erro tipo II ("falsos neg.")
Mais sensível	Aumentar categorias e códigos	Aumenta	Diminui
Mais restritivo	Eliminar categorias e códigos	Diminui	Aumenta

Contudo, nas várias hipóteses de categorias e vocábulos incluídos no dicionário que foram testadas, o erro tipo I nunca atingiu valores muito inferiores a 30%. De facto, o valor mais baixo foi de 28%, numa das versões do dicionário. Em contrapartida, nessa mesma versão, o valor de erro tipo II era de 20%, em vez dos 11% aqui obtidos. A redução significativa do erro tipo I implicaria, desta forma, com grande probabilidade,

um aumento muito substancial do erro tipo II - uma vez que uma redução de 2% no erro tipo I implicou um acréscimo de 9% no erro tipo II.

O erro tipo I é frequentemente considerado como o mais grave e é, portanto, também considerado como mais importante evitar este tipo de erro, em detrimento da redução do erro tipo II.

No âmbito desta investigação, o resultado prático do erro tipo I consiste na sobreavaliação do número de referências à participação pública. Ou seja, o facto de existirem casos "falsos positivos", nesta codificação automática, implica uma estimação por excesso do número de unidades em que é identificada a existência de ocorrência a referências à participação pública, comparando com a codificação manual.

Este erro é, no âmbito desta investigação, considerado menos grave do que o erro tipo II, em que se subavalia o número de referências à participação pública. Efectivamente, é considerada preferível a obtenção de um número sobrestimado de referências (o que permitirá, eventualmente, criar um efeito *a contrario* relativamente a algumas análises, conferindo maior segurança sobre a sua dimensão mínima), do que o contrário. Foi decidido, por esse motivo, manter esta versão do dicionário.

A possibilidade de utilização do dicionário depende, contudo, ainda, da confirmação da sua validade, através do teste de associação entre os resultados obtidos a partir da codificação manual e dos resultados obtidos a partir da codificação automática. Sabemos à partida, pelo erro tipo II e, sobretudo, pelo erro tipo I obtidos, que a associação entre os dois tipos de codificação não será perfeita. É preciso determinar, contudo, se existe efectivamente uma associação estatisticamente significativa entre as duas variáveis, antes de poder decidir pela utilização do dicionário. Foram utilizados, para o efeito, os testes de independência do qui-quadrado<sup>294</sup>.

São apresentados, da Tabela 4.20 à Tabela 4.22, os resultados das análises relacionadas com os testes de independência do qui-quadrado.

---

<sup>294</sup> O teste de independência do qui-quadrado permite testar a hipótese de existência de associação entre duas variáveis qualitativas. Reveja-se, sobre este teste, a nota 100.

**Tabela 4.20.** Valores esperados e resíduos

		Codificação automática			
		Não	Sim	Total	
Codifi- cação manual	Não	Casos	32	14	46
		Valores esperados	14,5	31,5	46,0
		Resíduos	17,5	-17,5	
	Sim	Resíduos estand.	4,6	-3,1	
		Casos	9	75	84
		Valores esperados	26,5	57,5	84,0
Total	Resíduos	-17,5	17,5		
	Resíduos estand.	-3,4	2,3		
		Casos	41	89	130
		Valores esperados	41,0	89,0	130,0

**Tabela 4.21.** Valores de teste e de significância

	Valor	gl	Sig. Asimp. (2- sided)	Sig. Exact (2- sided)	Sig. Exact (1- sided)
Qui-quadrado	47,677(b)	1	0,000		
Correcção de continuidade(a)	44,991	1	0,000		
Fisher's Exact Test				0,000	0,000
Casos	130				

a Calculado apenas para tabelas 2x2

b 0 das células (0,0%) têm um valor esperado inferior a 5. O valor esperado mais baixo é de 14,51.

O nível de significância do teste de independência do qui-quadrado (sem correcção de continuidade e com correcção de continuidade, aplicável apenas no caso de tabelas 2x2)<sup>295</sup> e do teste de Fischer<sup>296</sup> é sempre inferior a 0,01. Este valor de significância permite aceitar a hipótese de existência de uma associação estatisticamente significativa entre as duas variáveis, em todos os casos.

Pode concluir-se seguramente, desta forma, pela existência de associação entre os resultados obtidos através da codificação manual e da codificação automática.

Os resultados das medidas de associação baseadas no qui-quadrado (Phi<sup>297</sup> e coeficiente de contingência<sup>298</sup>) e na redução proporcional do erro de previsão (Lambda, tau de Goodman e Kruskal e coeficiente de incerteza) confirmam a existência de relação, embora a sua intensidade não seja muito elevada – tal como previsto.

**Tabela 4.22.** Medidas de associação baseadas no qui-quadrado

	Valor	Sig. Aprox.
Phi	0,606	0,000
Coeficiente de contingência	0,518	0,000
Casos	130	

<sup>295</sup> A correcção de continuidade de Yates aplica-se a tabelas 2x2 e procura melhorar a análise feita a partir do qui-quadrado. O valor de teste obtido através deste procedimento é sempre inferior ao valor do qui-quadrado, embora se aproximem, no caso de amostras de grande dimensão.

<sup>296</sup> O teste de Fischer não tem, ao contrário do qui-quadrado, qualquer restrição à utilização em tabelas 2x2.

<sup>297</sup> O Phi é uma medida de associação que assume valores entre 0 e 1, no caso de tabelas 2x2. Não é incluído, na análise, o V de Cramer uma vez que o seu valor é igual ao do Phi, em tabelas 2x2.

<sup>298</sup> O coeficiente de contingência é uma medida de associação com um limite inferior igual a zero e um limite superior sempre inferior a 1. No caso de uma tabela 2x2, o limite superior é igual a 0,707.

**Tabela 4.23.** Medidas de associação baseadas na redução proporcional do erro de previsão

		Valor	Erro Pdr. Asimp. (a)	T Aprox. (b)	Sig. Aprox.
Lambda	Simétrico	0,471	0,106	3,489	0,000
	Codificação manual Dependente	0,500	0,098	3,785	0,000
Tau de Goodman e Kruskal	Codificação auto. Dependente	0,439	0,124	2,729	0,006
	Codificação manual Dependente	0,367	0,088		0,000(c)
Coeficiente de incerteza	Codificação auto. Dependente	0,367	0,089		0,000(c)
	Simétrico	0,292	0,075	3,797	0,000(d)
	Codificação manual Dependente	0,286	0,074	3,797	0,000(d)
	Codificação auto. Dependente	0,298	0,076	3,797	0,000(d)

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

c Based on chi-square approximation

d Likelihood ratio chi-square probability.

A existência de diferenças de resultados entre um procedimento de codificação manual e um procedimento de codificação automática que o tenta replicar não são, contudo, propriamente novas. Pennings apresenta, em 2004, um texto sobre a validação da análise de conteúdo efectuada através da abordagem *wordscores*, em que são comparados resultados obtidos através desta técnica com resultados da codificação manual originalmente efectuada pela equipa do *MRG*. Nesta comparação, são visíveis as diferenças obtidas através dos dois procedimentos (Pennings 2004: 6). Apesar de essa análise não poder ser directamente comparada com os resultados aqui obtidos (o objectivo da codificação é diferente e a forma de avaliação do erro, também), os valores de erro aqui obtidos não parecem ser elevados, quando comparados com os obtidos por Pennings. Efectivamente, no caso de vários programas eleitorais, numa escala de -100 a +100 (com uma amplitude do intervalo de variação de 200, portanto), a diferença entre o posicionamento estimado a partir da codificação manual ou da codificação através do procedimento *wordscores* é próxima ou superior a 20

(aproximando-se ou ultrapassando, desta forma, os 10% da amplitude do intervalo de variação).

Existe, contudo, um outro ponto essencial, na abordagem a esta questão. Os resultados da codificação automática destinam-se à caracterização geral dos documentos. Desta forma, o eventual risco de sobreavaliação das referências à participação pública é semelhante para todos os documentos. Estes resultados serão posteriormente utilizados para a análise da relação com outras variáveis – pelo que todos os documentos se encontrarão sujeitos, à partida, à mesma probabilidade de sobreavaliação. A existência de relação entre variáveis não será, desta forma, afectada por uma eventual sobreavaliação das referências à participação pública que incida sobre todos os documentos.

O dicionário será, deste modo, utilizado para a codificação automática dos documentos seleccionados, depois da tradução para as línguas representadas no corpo de análise: inglês, francês, espanhol e italiano.

A tradução do dicionário, de forma a poder ser utilizado para a codificação automática do corpo de análise, foi efectuada a partir da tradução directa de vocábulos presentes na sua versão portuguesa, no caso de categorias que recorrem apenas aos substantivos, e também da análise das frequências dos termos existentes no corpo de análise, no caso de categorias que recorrem às palavras derivadas de morfemas.

A versão resultante desta tradução é apresentada na Tabela 4.24. Uma vez que o corpo de análise não integra documentos em língua portuguesa, são apenas apresentados os códigos para as restantes línguas.

O texto dos documentos do corpo de análise foi consolidado num único documento, em formato .txt, e a sua preparação para a análise seguiu os procedimentos gerais acima enunciados. Para além destes procedimentos, foram também retirados do texto os índices de conteúdos dos documentos (com a excepção do Relatório Mileo, em que apenas se encontram disponíveis, precisamente, o índice e alguns excertos)<sup>299</sup>. Esta opção prende-se com três motivos.

Em primeiro lugar, os vocábulos que surgem no índice correspondem a uma repetição do texto que surge em títulos. Não existe uma razão que justifique, nesta

---

<sup>299</sup> O anexo D2.61 apresenta o texto dos documentos do corpo de análise, tratado. O anexo D2.62 contém o mesmo texto, mas sem os índices de conteúdos e de matérias, que foram retirados. Apenas foi utilizado, na análise de conteúdo, o anexo D2.62.



investigação, conferir maior saliência a um vocábulo, apenas porque se encontra presente num título.

Em segundo lugar, vários documentos não têm índice. Não existe, desta forma, uma uniformidade de critérios, na repetição de vocábulos devido à existência de índice. No caso dos documentos que têm índice verifica-se mais uma ocorrência de cada um dos vocábulos que o integra ( $n+1$ ). No caso dos documentos que não têm índice, não se verifica nenhuma ocorrência adicional destes vocábulos ( $n$ ). Esta diferença poderá não ter qualquer impacto sobre a análise, no caso de vocábulos que ocorram com grande frequência ( $n$  de grande dimensão), mas poderá influenciar os resultados, no caso de vocábulos pouco frequentes nos documentos (no caso de  $n=20$ , por exemplo, uma ocorrência adicional de um vocábulo aumenta a sua frequência relativa em 5%). As únicas soluções para esta falta de uniformidade de critérios são a eliminação do índice, nos casos em que existe, ou a sua criação, nos casos em que é inexistente. Pelo primeiro argumento apresentado, a eliminação do índice é considerada a opção mais correcta.

O terceiro motivo relaciona-se directamente com o dicionário adoptado. A manutenção do índice implica, por si só, um empolamento artificial da categoria "conteúdos", uma vez que a maior parte dos índices utiliza, na sua designação, a expressão "índice de conteúdos". O objectivo do dicionário consiste na detecção de referências à participação pública, pelo que a eliminação do índice dos documentos é, também sob este ponto de vista, a opção mais correcta.

Foi utilizado, na preparação do texto para a contagem de frequências de vocábulos do dicionário, um nível pré-definido para a identificação das unidades de contagem (*id1*), correspondendo ao documento. O nível inferior foi gerado de forma automática, a partir de outros caracteres existentes no texto.

É apresentada, na Tabela 4.24, a versão final do dicionário<sup>300</sup>. As frequências apresentadas respeitam exclusivamente ao corpo de análise (mesmo no caso de vocábulos que existam também em língua portuguesa).

---

<sup>300</sup> É também apresentado, no Anexo D5, o dicionário, em ficheiro em formato .txt, de forma a permitir a sua utilização em *Textpack*, caso se pretenda replicar a análise efectuada.

**Tabela 4.24.** Dicionário de democracia e participação pública

Cód.	Categoria	Vocábulos	Língua	Frequência	Observações
<b>1. Participação restrita</b>					
1	Acesso	access	en	1971	
		accessibility	en	89	
		accessible	en/fr	175	
		accessibles	en/fr	45	
		accesibilidad	es	6	
		accesible	es	11	
		accesibles	es	4	
		acceso	es/it	118	Possibilidade de sentido indesejado em italiano: "acceso".
		accès	fr	565	
		accessibilité	fr	7	
		accessibile	it	1	
		accessibili	it	1	
		accessibilità	it	0	
		accesso	it	16	
2	Bases de dados	data base	en		
		data bases	en		
		database	en		
		databases	en		
		base de datos	es		
		bases de datos	es		
		banque de	fr		
		données			
		banques de	fr		
		données			

(continua)

(continuação)

		banca dati	it	
		banca-dati	it	
		banche dati	it	
		banche-dati	it	
3	Bibliotecas	libraries	en	341
		library	en	142
		bibliothèque	fr	31
		bibliothèques	fr	44
		biblioteche	it	2
		bibliotecas	pt/es	16
		biblioteca	pt/es/it	4
4	Conhecimentos	knowledge	en	623
		knowledges	en	0
		conocimiento	es	24
		conocimientos	es	11
		connaissance	fr	33
		connaissances	fr	68
		conoscenza	it	5
		conoscenze	it	1
5	Conteúdos	contents	en	62
		contenidos	es	62
		contenus	fr	178
		contenuti	it	10
6	Disponibilizar	make available	en	
		hacer disponible	es	
		rendre disponible	fr	
		rendre disponibles	fr	
		rendere	it	
		disponibile		
		rendere disponibili	it	

(continua)

(continuação)

7	Equipamentos	equipment	en	316
		equipments	en	0
		equipamiento	es	2
		equipamientos	es	1
		équipement	fr	129
		équipements	fr	88
		equipaggiamenti	it	0
		equipaggiamento	it	0
8	Exclusão e inclusão	exclusion	en/fr	59
		inclusion	en/fr	40
		infoexclusion	en/fr	1
		info-exclusion	en/fr	16
		exclusión	es	6
		inclusión	es	2
		infoexclusión	es	0
		info-exclusión	es	0
		esclusione	it	2
		inclusione	it	0
		infoesclusione	it	0
		info-esclusione	it	0
9	Infraestrutura	infrastructure	en/fr	888
		infra-structure	en/fr	1
		infrastructures	en/fr	243
		infra-structures	en/fr	1
		infraestructura	es	17
		infraestructuras	es	70
		infrastruttura	it	3
		infrastrutture	it	25
10	Internet	internet	pt/en/es/fr/it	3767
11	Mediatecas	médiathèque	fr	7
		médiathèques	fr	2

(continua)

(continuação)

		mediateche	it	1
		mediatecas	pt/es	0
		mediateca	pt/es/it	0
12	Servidores ( <i>www</i> )	server	en	31
		servers	en	19
		webserver	pt/en/es/fr/it	1
		webservers	pt/en/es/fr/it	0
		www-servers	en	2
		serveur	fr	100
		serveurs	fr	116
13	Sítios (na <i>Internet</i> )	site	pt/en/es/fr/it	237
		sites	pt/en/es/fr/it	272
		website	pt/en/es/fr/it	44
		web-site	pt/en/es/fr/it	2
		websites	pt/en/es/fr/it	59
		web-sites	pt/en/es/fr/it	2
<b>2. Participação alargada</b>				
14	Debate	débat	fr	72
		débats	fr	22
		dibattiti	it	0
		dibattito	it	0
		debate	pt/en/es	178
		debates	pt/en/es	20
15	Democracia	teledemokratia	gr	1
		democracies	en	2
		democracy	en	131
		democratic	en	109
		democratization	en	5
		democratize	en	1
		direct-democracy	en	1
		edemocracy	en	1

(continua)

(continuação)

		teledemocracy	en	1
		tele-democracy	en	1
		undemocratic	en	1
		democracia	pt/es	1
		cyberdémocratie	fr	2
		démocratie	fr	98
		démocratique	fr	32
		démocratiquement	fr	1
		démocratiques	fr	15
		démocratisation	fr	18
		démocratise	fr	1
		démocratisé	fr	1
		démocratiser	fr	2
		télé démocratie	fr	1
16	Discussão	discussion	en/fr	159
		discussions	en/fr	106
		discusión	es	1
		discusiones	es	0
		discussione	it	2
		discussioni	it	0
17	Eleição	elect	en	1
		elected	en	10
		election	en	11
		elections	en	23
		electors	en	2
		elezione	it	0
		electoral	en/fr	8
		elección	es	1
		elecciones	es	0
		électeur	fr	9
		électeurs	fr	16

(continua)

(continuação)

		élection	fr	3	
		élections	fr	12	
		élective	fr	1	
		électoral	fr	7	
		électorale	fr	12	
		électorales	fr	2	
		elezioni	it	0	
18	Fórum	chats-forums	pt/en/es/fr/it	1	Possibilidade de homografia frequente, em português.
		fora	pt/en/es/fr/it	27	
		forum	pt/en/es/fr/it	176	
		forums	pt/en/es/fr/it	49	
19	Voto	vote-counting	en	1	
		vote-counts	en	1	
		voted	en	3	
		voters	en	2	
		voting	en	16	
		voter	en/fr	7	
		votes	pt/en/es/fr	8	
		vote	pt/en/es/fr	28	
		télévote	fr	1	
		télévoter	fr	1	
		voité	fr	3	
		voitée	fr	2	
		voitées	fr	3	
		votons	fr	3	
		vota	pt/es	0	
		votantes	pt/es	0	
		voto	pt/es	0	
		votos	pt/es	0	

Legenda: pt – português; en – inglês; es – espanhol; fr – francês; it – italiano. Surge no corpo de análise um termo em grego, “teledemokratia”, identificado como “gr”.

O dicionário desenvolvido e aqui apresentado não pode ser considerado como tendo validade universal, e não pode ser directamente transposto para a utilização sobre outro corpo de análise, nas línguas consideradas, para a caracterização da saliência da participação pública.

Esta situação decorre, em primeiro lugar, do facto de várias categorias incluírem os vocábulos provenientes da base da palavra que dá origem à categoria (o morfema). Na categoria "democracia", por exemplo, são incluídos todos os vocábulos que derivam de "democr", com sufixos e prefixos. A identificação destes vocábulos foi efectuada através da análise das frequências de vocábulos, geradas a partir do próprio corpo de análise<sup>301</sup>. Apesar de este ser extenso, contando com mais de 3.000 páginas, e incluir mais de 42.000 vocábulos e mais de 1.200.000 ocorrências de vocábulos, não cobre seguramente todas as formas possíveis de utilização da língua. Deve, por esse motivo, ser confirmado se, num outro corpo de análise, surgem novos vocábulos a acrescentar ao dicionário. Esta precaução é particularmente relevante no caso de documentos em castelhano e em italiano, uma vez que o corpo de análise apenas integra um documento em cada uma das línguas, e, eventualmente, em francês (língua em que se encontram 10 dos documentos).

Um segundo motivo consiste na possibilidade de crescimento exponencial de situações de ambiguidade. O vocábulo "fora", por exemplo, inserido na categoria "Fórum", é utilizado, sobretudo nos documentos em inglês, como plural de "forum". Esta utilização também pode surgir em português. Contudo, a utilização mais frequente em português será a de "fora" como correspondendo a "no exterior de" – utilização com sentido completamente diferente, e sem relevância para a análise pretendida. Esta questão não se coloca, nesta análise, uma vez que não existem documentos em português. Contudo, em caso de existência de documentos em português, a decisão de utilização deste vocábulo no dicionário necessitaria de particular atenção. Outro exemplo, ainda, é o do vocábulo "acceso", utilizado em castelhano para referir o acesso (a informação, à *Internet*...). Contudo o mesmo vocábulo significa, em italiano, "aceso" (como um candeeiro aceso ou um debate aceso), o que conduz seguramente a um resultado "falso positivo", na codificação. Novamente, no caso desta análise, a

---

<sup>301</sup> Os autores do *General Inquirer*, por exemplo, apresentam uma rotina para a eliminação de sufixos em língua inglesa (Stone, Dunphy, Smtih e Ogilvie 1966: 89). A tentativa de automatização destes procedimentos não se justifica nesta investigação, contudo, devido ao facto de o dicionário incluir 4 línguas (cada uma com especificidades na criação de prefixos e sufixos).



questão não se coloca, uma vez que o vocábulo “acceso” não tem nenhuma ocorrência no documento em italiano.

Este conjunto de situações não pode ser totalmente antecipada, pelo que a utilização deste dicionário com outros documentos deve ser objecto, pelo menos, de uma revisão e validação prévia, a partir dos vocábulos existentes no novo corpo de análise.

Um último ponto referente à preparação da informação para análise relaciona-se com a unidade de análise e de contagem a adoptar. Na análise para o desenvolvimento do dicionário, as variáveis de caracterização das categorias foram dicotomizadas, com o objectivo de detectar a existência de referências à participação pública, na unidade de contagem (medida, acção ou meta). A aplicação do dicionário, anteriormente apresentada, resulta em um de dois resultados possíveis: a unidade de contagem efectua, pelo menos, uma referência à participação pública ou, alternativamente, a unidade não efectua qualquer referência à participação pública. A opção de dicotomizar a variável justifica-se pelo facto de o objectivo da análise consistir na detecção da existência de referências à participação pública e, adicionalmente, pelo facto de a unidade de contagem (que é também, neste caso, a unidade de análise), corresponder a um nível bastante elementar, com uma dimensão reduzida (cada unidade de contagem tem, em média 101 vocábulos).

Esta forma de realização da análise não pode ser mantida, pelo menos na sua totalidade, na análise dos documentos seleccionados, uma vez que a unidade de análise (o documento), tem uma dimensão muito maior (cada documento do corpo de análise tem, em média, 21.356 vocábulos). A transposição exacta do procedimento utilizado para o desenvolvimento do dicionário conduziria, de forma quase segura, à conclusão de que todos os documentos efectuam, pelo menos, uma referência à participação pública, perdendo qualquer capacidade discriminante.

Surgem, alternativamente, duas opções para o tratamento e posterior análise da informação. A primeira consiste na manutenção geral dos procedimentos utilizados no desenvolvimento do dicionário, mas alterando a unidade de contagem. A unidade de contagem passaria a ser, em vez do documento, a quase-frase. Esta opção aproxima-se da metodologia seguida pelo *MRG* (embora no seu caso a delimitação e codificação da quase-frase seja efectuada manualmente<sup>302</sup>). O resultado obtido corresponderá, neste caso, por exemplo, à percentagem de quase-frases do documento que contêm pelo menos uma referência à participação política.

---

<sup>302</sup> Para a definição de quase-frase, veja-se a p. 5.

A segunda opção corresponde à manutenção do documento como unidade de contagem, identificando o número de vezes que os vocábulos do dicionário surgem na totalidade do documento. O resultado obtido pode corresponder, neste caso, por exemplo, à percentagem que as ocorrências de palavras do dicionário representam, face ao total de ocorrências de palavras existentes no documento. Esta forma de análise é utilizada, por exemplo, em Laver, Benoit e Garry (2003) e é, globalmente, mais simples de operacionalizar do que a primeira – embora não sejam habitualmente utilizadas percentagens (ou seja, uma base 100), mas uma base 1.000 (permilagens) ou uma base 10.000.

Em caso de grande concentração de vocábulos do dicionário, agregando-se vários vocábulos na mesma quase-frase, a primeira opção conduz a valores mais baixos do que a segunda. Contudo, à medida que a dispersão dos vocábulos do dicionário no texto é maior, os resultados das duas opções tendem a aproximar-se.

Existe, no entanto, um motivo pelo qual a utilização da segunda opção é considerada mais adequada a esta investigação do que a primeira. A identificação de quase-frases na codificação manual implica, de acordo com a definição apresentada por Volkens, que exista uma, e apenas uma, ideia política em cada quase-frase. A existência de apenas uma ideia política conduz à atribuição de apenas uma codificação, por cada unidade de contagem. Esta característica é essencial, para preservar a integridade da informação e a coerência da análise. A não observância desta característica permite que seja teoricamente possível, por exemplo, que existam mais códigos atribuídos do que o número existente de unidades de contagem – o que suscita dificuldades de várias ordens. A não observância desta característica dificultaria, adicionalmente, o exercício de agregação e desagregação de categorias, que é relevante para a análise que se pretende efectuar. Admitamos, por exemplo, que uma quase-frase contém duas ocorrências de códigos, cada uma correspondendo a uma categoria diferente (categoria A e categoria B), e que estas são as únicas ocorrências destas categorias em todo o corpo de análise. Podemos, neste caso, afirmar que a frequência da categoria A no corpo de análise é de 1 e que a frequência da categoria B é, também, de 1. Contudo, se pretendermos agregar as categorias A e B na categoria AB, a sua frequência não será igual a 2 (somatório das frequências das categorias A e B), mas a 1, uma vez que existe apenas uma quase-frase (e não duas), com ocorrências da nova categoria AB.

Como a definição automática de quase-frases não permite assegurar a existência de apenas um código por quase-frase, seria necessário criar uma nova categoria AB e

repetir a totalidade das etapas necessárias para a codificação da informação, antes de obter a frequência total da nova categoria. Uma vez que o dicionário integra 19 categorias, divididas em dois tipos de participação, o recurso a esta opção poderia implicar um enorme crescimento da complexidade da análise e da exploração da informação, em caso de recurso à primeira opção. Em contraposição, esta questão não se coloca, na segunda opção, podendo a agregação ou desagregação de categorias ser efectuada de forma directa. A análise será predominantemente efectuada, por este motivo, através da segunda opção, recorrendo ao cálculo de permissões de cada categoria face ao total de ocorrências de vocábulos em cada documento – embora, como é adiante demonstrado, os resultados da análise efectuada de acordo com os dois métodos sejam globalmente muito próximos.

#### 4.4. A saliência da democracia e da participação pública no texto dos documentos

Esclarecidas estas questões de natureza metodológica, é possível iniciar a análise de conteúdo assistida por computador, utilizando a codificação automática baseada no dicionário desenvolvido.

São apresentados, na Tabela 4.25, os valores médios e algumas medidas adicionais de caracterização da distribuição de ocorrências das categorias do dicionário, por documento, para o conjunto dos documentos do corpo de análise. É esperado, devido ao maior número de categorias elementares que integram a participação restrita, à utilização corrente a que alguns vocábulos integrados na participação restrita poderão estar sujeitos, mas, também, aos resultados obtidos em investigação anterior (Montargil, 2000, particularmente pp. 112 – 137), e à análise de conteúdo qualitativa acima efectuada, que estes valores revelem uma maior saliência das referências à participação pública restrita do que à participação pública alargada.

**Tabela 4.25.** Medidas de caracterização da distribuição da frequência de categorias  
(permilagens)

	Média	Mínimo	Máximo	Percentil 25	Mediana	Percentil 75	Coef. var.*
Participação	10,02	0,918	18,388	6,973	9,309	12,786	0,423
Participação restrita	8,97	0,918	17,223	6,036	8,416	11,880	0,478
Acesso	2,53	0,354	6,378	1,472	2,217	3,291	0,564
Bases de dados	0,25	0,000	2,282	0,000	0,061	0,363	1,568
Bibliotecas	0,51	0,000	3,148	0,141	0,326	0,569	1,212
Conhecimentos	0,53	0,000	3,543	0,029	0,314	0,721	1,266
Conteúdos	0,20	0,000	2,460	0,000	0,000	0,160	2,175
Disponibilizar	0,01	0,000	0,203	0,000	0,000	0,000	4,100
Equipamentos	0,32	0,000	1,738	0,033	0,277	0,493	1,000
Exclusão e inclusão	0,18	0,000	3,115	0,000	0,000	0,183	2,478
Infraestrutura	1,02	0,000	3,447	0,397	0,815	1,678	0,789
Internet	2,79	0,000	9,701	0,519	1,945	4,430	0,927
Mediatecas	0,01	0,000	0,519	0,000	0,000	0,000	6,800
Servidores (www)	0,11	0,000	0,971	0,000	0,000	0,146	1,745
Sítios (na Internet)	0,48	0,000	4,279	0,000	0,150	0,683	1,677
Participação alargada	1,05	0,000	3,626	0,375	0,945	1,270	0,750
Debate	0,24	0,000	1,380	0,000	0,143	0,342	1,263
Democracia	0,25	0,000	1,458	0,000	0,089	0,362	1,376
Discussão	0,23	0,000	1,258	0,023	0,148	0,329	1,157
Eleição	0,05	0,000	0,648	0,000	0,000	0,069	2,200
Fórum	0,25	0,000	1,278	0,041	0,162	0,348	1,156
Voto	0,03	0,000	0,618	0,000	0,000	0,000	3,533

\* - Coeficiente de variação. O coeficiente de variação é uma medida de dispersão que corresponde ao produto da divisão do desvio-padrão pela média. Esta medida permite comparar a dispersão em distribuições com médias diferentes. Veja-se, para um exemplo ilustrativo das vantagens do coeficiente de variação, Levy e Lemeshow (1991: 15-17).

A categoria geral *participação pública* detém uma média de 10,02 ocorrências por cada 1.000 ocorrências de palavras (10,02‰), em cada documento. Do total de referências à participação pública, as referências à *participação restrita* são predominantes, correspondendo a uma média de 8,97 ocorrências por cada 1.000 palavras; a participação alargada obtém, por seu lado, uma média de 1,05 ocorrências.

As categorias elementares que mais contribuem para a média da participação restrita são a *Internet* (2,79‰) e o *acesso* (2,53‰), significando, aliás, as duas juntas, mais de metade de todas as referências à participação pública (cada documento tem, em média, 5,32 ocorrências destas duas categorias, em cada 1.000 ocorrências de palavras) e recolhendo, cada uma delas, mais do dobro da totalidade das referências que a participação pública alargada obtém (1,05‰).

As referências à participação pública encontram-se, desta forma, fortemente condicionadas por uma categoria que designa directamente o meio de comunicação (a *Internet*), e por uma outra que se refere, na generalidade dos casos, à capacidade de lhe aceder (o *acesso*).

A terceira categoria mais relevante, de entre todas as que integram o dicionário, é a categoria *infraestrutura*, com um valor médio de 1,02‰ por documento.

As categorias mais relacionadas com o nível informacional (como *bibliotecas*, *conhecimentos*, *conteúdos*, *mediatecas* ou *sítios na Internet*) apresentam valores médios bastante mais baixos, oscilando entre 0,01‰ e 0,51‰.

A conclusão que é possível retirar corresponde, desta forma, ao facto de as referências à participação pública remeterem predominantemente para a área da participação pública restrita – como esperado, aliás. As referências à participação restrita, por sua vez, situam-se sobretudo no nível infraestrutural (categorias *Internet*, *acesso* e *infraestrutura*), em detrimento do nível informacional (*bibliotecas*, *conhecimentos*, *conteúdos*, *mediatecas* ou *sítios na Internet*)<sup>303</sup>.

No caso da participação alargada, as duas categorias directamente relacionadas com os mecanismos mais formais de participação (*eleição* e *voto*) são as que registam valores médios mais baixos (0,05‰ e 0,03‰, respectivamente). As restantes categorias, que remetem para a dimensão dialógica (*debate*, *discussão* e *fórum*) ou para a noção geral de *democracia*, registam valores médios muito próximos, oscilando entre os 0,23‰ e os 0,25‰.

Os resultados por país ou instituição são apresentados na Tabela 4.26. São apresentadas, para além da categoria geral *participação*, as categorias de segundo nível *participação restrita* e *participação alargada* e, ainda, a categoria elementar *democracia*. Esta última categoria é incluída na tabela devido ao facto de integrar, isoladamente, a formulação de algumas hipóteses.

---

<sup>303</sup> Veja-se, para a diferenciação entre nível infraestrutural e nível informacional, p. 5 e ss.

**Tabela 4.26.** Valores médios de distribuição da frequência de categorias, por instituição e país (permilagens)

		Participação	Participação restrita	Participação alargada	Democracia
UE	Média	7,78	6,52	1,25	0,21
	Coef. var.	0,66	0,83	0,79	1,62
	Casos	13	13	13	13
Alemanha	Média	7,63	6,04	1,58	0,23
	Coef. var.	0,33	0,48	0,34	1,43
	Casos	3	3	3	3
Áustria	Média	6,81	6,02	0,79	0,34
	Casos	1	1	1	1
Bélgica	Média	9,04	8,56	0,48	0,00
	Casos	1	1	1	1
Dinamarca	Média	11,55	10,72	0,83	0,23
	Coef. var.	0,33	0,34	1,12	1,35
	Casos	10	10	10	10
Espanha	Média	10,13	10,00	0,13	0,02
	Casos	1	1	1	1
Finlândia	Média	8,51	7,65	0,86	0,26
	Coef. var.	0,10	0,10	0,38	1,00
	Casos	3	3	3	3
França	Média	13,63	12,17	1,46	0,38
	Coef. var.	0,30	0,34	0,65	1,32
	Casos	9	9	9	9
Grécia	Média	9,43	8,27	1,16	0,65
	Casos	1	1	1	1
Holanda	Média	10,29	9,39	0,89	0,26
	Casos	1	1	1	1
Irlanda	Média	10,88	10,09	0,79	0,03
	Coef. var.	0,31	0,31	0,52	2,00
	Casos	6	6	6	6
Itália	Média	6,39	5,61	0,77	0,12
	Coef. var.	0,52	0,69	0,88	1,67
	Casos	3	3	3	3
Luxemburgo	Média	7,36	6,52	0,84	0,10
	Coef. var.	0,05	0,00	0,42	1,80
	Casos	3	3	3	3
Portugal	Média	11,35	10,30	1,05	0,63
	Coef. var.	0,10	0,09	0,30	0,10
	Casos	2	2	2	2
Reino Unido	Média	15,14	14,97	0,17	0,00
	Casos	1	1	1	1
Suécia	Média	11,75	10,28	1,47	0,82
	Coef. var.	0,53	0,56	0,35	0,70
	Casos	2	2	2	2

O caso com um valor mais elevado de referências à participação pública é o Reino Unido (apenas com um documento no corpo de análise), com 15,14‰. Curiosamente não existe, neste caso, qualquer referência à categoria democracia. Por outro lado, o caso em que a média de referências à participação pública é mais reduzido é a Itália (que integra 3 documentos), com um valor médio de 6,39‰. Esta situação relativa não se altera, se considerarmos a categoria *participação restrita* (que é, aliás, a que mais contribui para a categoria geral *participação*, como vimos). Contudo, se analisarmos apenas a categoria de segundo nível *participação alargada*, a Alemanha (com 3 documentos) assume o valor mais elevado, com uma média de 1,58‰ e a Espanha (com 1 documento) o valor mais baixo, com 0,13‰. Se considerarmos, por último, apenas a categoria *democracia*, o valor mais elevado é obtido pelo único documento da Suécia, com 0,82‰, e o mais baixo pela Bélgica e pelo Reino Unido (ambos apenas com um documento), correspondendo a 0,00‰.

O ponto mais relevante a emergir da tabela não se prende, contudo, com a variação de valores registados de caso para caso, mas antes com a variação interna, registada entre documentos com a mesma proveniência, para alguns dos casos. Se em alguns casos a variação dos valores médios é reduzida, sobretudo para a participação pública restrita, para o conjunto dos documentos disponíveis (como é o caso do Luxemburgo, de Portugal ou da Finlândia), em vários outros casos todos os valores de variação interna são elevados (o que sucede, sobretudo, com a União Europeia ou com a Itália). Esta tendência de heterogeneidade "intra-casos" torna-se particularmente mais acentuada, na análise da categoria *democracia alargada* (e, por consequência, também na categoria *democracia*).

É perceptível, desta forma, que não existe um padrão consistente, por caso, que possa permitir a consideração da hipótese de agregação dos documentos por autor (hipótese anteriormente deixada em aberto). Existem, pelo contrário, vários casos em que a heterogeneidade entre documentos com o mesmo autor é acentuada. A unidade de análise será, desta forma, mantida ao nível do documento.

Apesar de constituir uma tabela extensa, e de apresentar resultados que se encontram, também, em anexo, são apresentados na Tabela 4.27 os valores para cada um dos documentos que integram o corpo de análise, devido à importância central que estes valores assumem (cf., para valores absolutos e valores de percentagem de todas as categorias, o Anexo D3, em formato digital).

**Tabela 4.27.** Participação, participação restrita, participação alargada e democracia (permilagens)

N.º	Nome	UE/País	Ano	Mês	Participação	Part. restrita	Part. alargada	Democracia
1	Bangemann Report - Recommendations to the European Council	UE	1994	5	5,90	5,52	0,38	0,00
2	Europe's way to the information society: An Action Plan" COM (94) 347	UE	1994	7	5,76	4,11	1,65	0,00
3	Information Society: From Corfu to Dublin. The new emerging priorities	UE	1996	7	0,92	0,92	0,00	0,00
4	Communication to the Council, the European Parliament, the Economic and Social Committee and the Committee of the Regions on the Implications of the Information Society for European Union Policies - Preparing the next steps	UE	1996	7	6,75	4,75	2,01	0,37
5	Green Paper Living and Working in the Information Society: People First	UE	1996	7	7,11	4,53	2,58	0,94
6	Council Resolution of 21 November 1996 on new policy- priorities regarding the information society	UE	1996	11	2,06	1,72	0,34	0,00
7	Europe at the Forefront of the Global Information Society: Rolling Action Plan COM(96)607 final	UE	1997	11	5,24	3,06	2,18	0,44
8	Grupo de Peritos de Alto Nível - Construir a SI para todos	UE	1997	4	8,75	6,04	2,72	0,86
9	Green Paper on the Convergence of the Telecommunications, Media and Information Technology Sectors, and the Implications for Regulation Towards an Information Society Approach	UE	1997	12	8,29	7,20	1,09	0,09
10	Decisão do Conselho, de 30 de Março de 1998, que adopta um programa comunitário plurianual de incentivo ao estabelecimento da sociedade da informação na Europa	UE	1998	3	3,09	0,93	2,16	0,00
11	eEurope - An Information Society for All - Communication on a Commission Initiative for the Special European Council of Lisbon, 23 and 24 March 2000	UE	1999	12	16,91	16,41	0,50	0,00
12	eEurope 2002 - An Information Society for All - Draft action plan	UE	2000	5	16,09	15,80	0,29	0,00
13	eEurope - Action Plan	UE	2000	6	14,21	13,84	0,37	0,00
14	The Information Society - Opportunities, innovations and challenges	Alemanha	1995	12	6,18	4,81	1,37	0,61
15	Info 2000: Germany's Way to the Information Society	Alemanha	1996	2	6,19	3,98	2,20	0,00

(continua)



(continuação)

16	Innovation and Jobs in the Information Society of the 21st Century	Alemanha	1999	11	10,52	9,34	1,18	0,08
17	Information Society - Report of the Austrian Federal Government Working Group	Áustria	1997	4	6,81	6,02	0,79	0,34
18	Un plan d'actions coordonnées pour la société de l'information au sein des Autorités fédérales - 1997-1999	Bélgica	1997	6	9,04	8,56	0,48	0,00
19	Info-society 2000	Dinamarca	1994	11	6,73	6,04	0,69	0,24
20	From Vision to Action - Info-society 2000	Dinamarca	1995	3	6,33	5,11	1,21	0,09
21	IT in Figures 1996 - 23 Pictures of the Info-Society	Dinamarca	1996	4	9,30	9,30	0,00	0,00
22	The Info-Society for All - the Danish Model	Dinamarca	1996	6	9,24	8,89	0,35	0,10
23	Authorities Heading for a Fall - IT Policy White Paper Presented to the Folketing 1997	Dinamarca	1997	5	17,45	14,42	3,04	0,95
24	IT in figures 1997 - 19 Pictures of the Info-society	Dinamarca	1997	5	17,33	17,22	0,11	0,00
25	Action for Change	Dinamarca	1997	12	11,84	11,52	0,32	0,00
26	Danish IT-pictures	Dinamarca	1999	5	12,64	12,00	0,64	0,07
27	Digital Denmark - conversion to the network society	Dinamarca	1999	11	11,71	10,05	1,66	0,54
28	Realigning to a Network Society	Dinamarca	2000	1	12,96	12,67	0,29	0,29
29	INFO XXI - La Sociedad de la Inform@ción para todos. Iniciativa del Gobierno para el Desarrollo de la Sociedad de la Información	Espanha	2000	1	10,13	10,00	0,13	0,02
30	Finland 's way to the Information Society - The National Strategy and its Implementation	Finlândia	1996	ND	8,59	8,06	0,53	0,00
31	Quality of life, knowledge and competitiveness - Premises and objectives for strategic development of the Finnish information society	Finlândia	1998	12	9,32	8,14	1,18	0,53
32	Finland as an Information Society - The Report of the Information Society Advisory Board to the Government	Finlândia	2000	6	7,62	6,76	0,86	0,26
33	Les réseaux de la société de l'information (Relatório Mileo)	França	1996	9	9,02	8,20	0,82	0,00
34	E La France et la société de l'information - T1: conclusions du rapporteur - Rapport de l'Office Parlementaire d'Evaluation des Choix Scientifiques et Technologiques No 213 (335) - Pierre Laffitte	França	1997	2	8,26	7,90	0,36	0,06
	La France et la société de l'information - T2: annexes Techniques - Rapport de l'Office Parlementaire d'Evaluation des Choix Scientifiques et Technologiques No 213 (335) - Pierre Laffitte							

(continua)

(continuação)

35	Rapport sur les techniques des apprentissages essentiels pour une bonne insertion dans la société de l'information - Sérusclat	França	1997	7	11,30	7,68	3,63	1,46
36	Préparer l'entrée de la France dans la société de l'information. (Discurso de Lionel Jospin na Universidade da Comunicação de Hourtin, a 25 de Agosto de 1997)	França	1997	8	13,41	11,67	1,74	0,99
37	L'entrée dans la société de l'information - Rapport d'information 436 - Joyandet, Hérisson e Türk	França	1997	9	10,26	9,38	0,88	0,31
38	Préparer l'entrée de la France dans la société de l'inform@tion - Programme d'action gouvernemental (PAGSI) <sup>304</sup>	França	1998	1	15,35	13,30	2,06	0,15
39	Bâtir un cadre législatif protecteur des échanges et de la vie privée. Développer la culture, les contenus et la présence de la France sur l'internet. 1999-2000: vers l'administration électronique. Pour une société de l'information solidaire: l'accès pour tous, enjeu social et territorial.	França	1999	1	18,34	17,19	1,15	0,23
40	France in the Information Society - Newsletter of the French Government - February 1999 - Special edition	França	1999	2	18,39	17,12	1,27	0,12
41	La France dans la société de l'information	França	1999	6	18,33	17,10	1,22	0,14
42	Greece in the Information Society - Strategy and actions (Draft)	Grécia	1999	2	9,43	8,27	1,16	0,65
43	Dutch Digital Delta	Holanda	1999	6	10,29	9,39	0,89	0,26
44	Information Society Ireland - Strategy for Action - Report of Ireland's Information Society Steering Committee	Irlanda	1997	3	7,62	7,40	0,22	0,04
45	First Report of Information Society Commission (Draft)	Irlanda	1997	12	6,97	6,62	0,35	0,00
46	Implementing the Information Society: A Framework for Action	Irlanda	1998	12	10,16	9,16	1,00	0,00
47	Implementing the Information Society in Ireland: An action plan	Irlanda	1999	1	12,84	11,95	0,89	0,00
48	Progress Implementing the Information Society. Second Report of the Inter-Departmental Implementation Group.	Irlanda	1999	6	11,60	10,35	1,24	0,14

(continua)

<sup>304</sup> Apesar de a versão referida ser a original, em língua francesa, foi incluída no corpo de análise a tradução oficial em língua inglesa, de forma a facilitar a sua análise.

(continuação)

49	Progress Implementing the Information Society. Third Report of the Inter-Departmental Implementation Group on the Information Society.	Irlanda	2000	4	16,11	15,06	1,05	0,00
50	Promover o Desenvolvimento da Sociedade da Informação em Itália: um esquema de referência	Itália	1997	4	6,98	5,90	1,09	0,00
51	Discurso do Primeiro-Ministro – The Action Plan for the Development of the Information Society.	Itália	1999	7	2,83	1,59	1,24	0,35
52	Plano de acção para a sociedade da informação	Itália	2000	6	9,35	9,35	0,00	0,00
53	Comité Info 2000 - Premières Conclusions et Recommandations	Luxemburgo	1995	10	6,96	6,50	0,46	0,00
54	La Société de l'information au Luxembourg	Luxemburgo	1996	6	7,68	6,52	1,17	0,31
55	Le rôle de l'Etat dans la société de l'information	Luxemburgo	1996	11	7,43	6,55	0,89	0,00
56	Livro Verde para a Sociedade da Informação	Portugal	1997	4	10,50	9,68	0,83	0,67
57	Portugal na Sociedade da Informação	Portugal	1999	10	12,19	10,93	1,26	0,59
58	Our Information Age: the Government's Vision	Reino Unido	1998	5	15,14	14,97	0,17	0,00
59	Changing times, changing conditions	Suécia	1998	5	7,34	6,23	1,11	0,42
60	An Information Society for all – a publication about the Swedish IT policy	Suécia	2000	4	16,16	14,32	1,84	1,23

#### 4.4.1. O posicionamento dos autores e o tipo de documentos na saliência da participação

A primeira relação a explorar, na sequência da análise de conteúdo qualitativa efectuada no ponto 4.2, consiste na possibilidade de a saliência da participação se encontrar associada ao tipo de autor do documento ou, alternativamente, ao tipo de documento.

Como vimos anteriormente, o facto de a redacção dos documentos ser assegurada por grupos de trabalho ou grupos de peritos independentes, e de os documentos se encontrarem numa fase mais distante da passagem à concretização de políticas públicas, não correspondendo à apresentação ou justificação de políticas concretas, favorece o surgimento de referências à participação pública que remetem para o plano da participação alargada.

Foi, na sequência desta constatação, colocada a hipótese de que os documentos redigidos por comissões e grupos de trabalho confirmam uma saliência mais elevada do que a registada nos restantes documentos à categoria *participação alargada* e, em contrapartida, apresentem uma saliência mais reduzida da categoria *participação restrita*.

É apresentada, na Tabela 4.28, a distribuição da saliência da categoria geral *participação* e das categorias de segundo nível *participação restrita* e *participação alargada* por autoria do documento.

**Tabela 4.28.** Saliência da categoria geral *participação* e das categorias de segundo nível *participação restrita* e *participação alargada* por autoria do documento (permilagens)

		Participação	Participação restrita	Participação alargada
Comissões e grupos de trabalho	Média	9,03	8,02	1,01
	Coef. var.	0,27	0,30	0,78
	Casos	22	22	22
Outros autores	Média	10,59	9,51	1,08
	Coef. var.	0,47	0,53	0,74
	Casos	38	38	38

Os documentos da autoria de comissões e grupos de trabalho apresentam, como colocado na hipótese, uma saliência mais reduzida da categoria restrita. Enquanto os documentos da autoria de comissões e grupos de trabalho registam um valor de saliência da participação restrita de 8,02‰, os documentos com outros autores registam um valor de 9,51‰. Esta diferença não se verifica, contudo, na participação alargada, em que os valores de saliência entre os dois grupos são muito semelhantes. Apesar da existência de diferenças, a análise de variância não permite concluir pela significância estatística das diferenças detectadas, em qualquer das categorias<sup>305</sup>.

Foi colocada uma segunda hipótese, directamente relacionada com a primeira, segundo a qual os Livros Brancos, os discursos e as decisões<sup>306</sup> poderão conferir uma saliência mais elevada do que a registada nos restantes documentos à categoria *participação alargada* e, em contrapartida, apresentem uma saliência mais reduzida da categoria *participação restrita*.

<sup>305</sup> Os valores do teste de análise de variância não foram, em nenhum dos casos, significantes a menos de 0,5.

<sup>306</sup> A decisão de incluir estes documentos no mesmo grupo prende-se com a sua relação com a proximidade à concretização de políticas públicas. Estes 3 tipos de documentos têm como objectivo, em contraste com os restantes, a apresentação de políticas concretas ou a justificação e legitimação de políticas já adoptadas. Veja-se, sobre a relação entre as fases de políticas públicas e os seus documentos, o ponto 2.4, particularmente a p. 5 e ss.

É apresentada, na Tabela 4.31, a distribuição da saliência da categoria geral *participação* e das categorias *participação restrita* e *participação alargada* por tipo de documento.

**Tabela 4.29.** Saliência da categoria geral *participação* e das categorias de segundo nível *participação restrita* e *participação alargada* por tipo de documento (permilagens)

		Participação	Participação restrita	Participação alargada
Livros Brancos, discursos e decisões	Média	10,50	9,45	1,06
	Coef. var.	0,42	0,46	0,74
	Casos	26	26	26
Outros tipos de documentos	Média	9,65	8,60	1,05
	Coef. var.	0,43	0,49	0,77
	Casos	34	34	34

Também neste caso os valores de saliência da participação restrita são mais baixos no caso de maior distância à concretização de políticas públicas. Os Livros Brancos, discursos e decisões, que correspondem a formas de apresentação, de justificação ou de legitimação de políticas, registam um valor de saliência da participação restrita de 9,45%, que desce para 8,60% nos restantes tipos de documentos.

Contudo, e à semelhança do teste da hipótese anterior, a diferença de valores entre os dois tipos de documentos, no caso da participação alargada, é praticamente inexistente: 1,06%, no caso dos Livros Brancos, discursos e decisões e 1,05%, para os restantes documentos.

A análise de variância não permite concluir, também neste caso, pela existência de diferenças significantes, em qualquer das categorias.

Se se confirma, deste modo, que os documentos mais próximos da fase de concretização de políticas públicas tendem a apresentar valores de saliência da participação restrita mais reduzidos (apesar de as diferenças não surgirem como

estatisticamente significantes) não se confirma, em contrapartida, a existência de uma maior saliência da participação alargada, nestes mesmos documentos.

A categoria de segundo nível *participação alargada* não permite, deste modo, apreender as diferenças de tratamento das questões relacionadas com a participação que foram anteriormente identificadas e exploradas, através da análise de conteúdo qualitativa.

Esta situação poder-se-á relacionar com o facto de a utilização discursiva das categorias elementares integradas na participação pública alargada se encontrar condicionada por outras variáveis, não se relacionando directamente com o posicionamento assumido pelos autores ou com o tipo de documento. Neste caso, a saliência conferida nos documentos à participação alargada poderá ser influenciada por outras variáveis, para além da concepção de participação que se encontre em causa.

Uma das correlações detectadas através de análise de conteúdo, na investigação em ciência política, relaciona o posicionamento ideológico dos partidos políticos com a saliência que estes conferem à categoria *participação*, nos seus programas eleitorais. A identificação desta correlação é efectuada através dos resultados do projecto *Manifesto Research Group (MRG)*.

O *MRG* parte do agrupamento de categorias, elaborado teoricamente, em que um conjunto de categorias é considerado como associado à direita e um outro conjunto é associado à esquerda. Este agrupamento é, posteriormente, testado e validado através de análise factorial, utilizando os programas eleitorais recolhidos no âmbito do projecto, até por volta de 1983 (veja-se, sobre a relação entre as categorias de codificação utilizadas no *MRG* e o posicionamento ideológico dos governos, por exemplo, Budge, 1992; Budge em Laver, 2001: 50-65 e Budge e Klingemann em Budge, Klingemann *et al.*, 2001: 19-50).

As categorias associadas à esquerda e à direita, no âmbito da investigação desenvolvida pelo projecto *MRG*, são apresentadas na Tabela 4.30.

**Tabela 4.30.** Categorias associadas ao posicionamento na escala esquerda-direita, no projecto *MRG*

Right emphases: sum of %s for		Left emphases: sum of %s for
Military: positive		Decolonization
Freedom, human rights		Military: negative
Constitutionalism: positive		Peace
Effective authority		Internationalism: positive
Free enterprise		Democracy
Economic incentives		Regulate capitalism
Protectionism: negative	minus	Economic planning
Economic orthodoxy		Protectionism: positive
Social Services limitation		Controlled economy
National way of life: positive		Nationalization
Traditional morality: positive		Social Services: expansion
Law and order		Education: expansion
Social harmony		Labour groups: positive

Fonte: Budge e Klingemann em Budge, Klingemann *et al.* 2001: 22.

A verificação desta hipótese na presente investigação pode ser relevante, na medida em que a saliência da categoria elementar *democracia*, que integra a categoria participação alargada, pode ser influenciada, também neste caso, pelo posicionamento ideológico do governo – independentemente da concepção de participação que lhe seja inerente.

Partindo dos resultados do projecto *Manifesto Research Group*, é colocada, desta forma, a hipótese de existência de associação entre a saliência da categoria *democracia* e o posicionamento ideológico dos governos em funções no momento de publicação dos documentos que integram o corpo de análise. Mais especificamente, é colocada a hipótese de que os governos com posicionamento ideológico mais à esquerda poderão conferir maior destaque à categoria *democracia*, nos seus documentos.

O teste da hipótese de associação será efectuado através do recurso aos valores de ocorrência da categoria *democracia*, como acima apresentados e descritos, e de um conjunto de indicadores de posicionamento ideológico.



O primeiro indicador utilizado é desenvolvido por Castles e Mair (1984), e os seus resultados são obtidos através de um inquérito por questionário realizado a politólogos e sociólogos da Europa e dos Estados Unidos. Era pedido ao inquirido, no questionário, que colocasse todos os partidos do seu país com representação parlamentar numa escala esquerda-direita, variando entre 0 (extrema-esquerda) e 10 (extrema-direita), e em que 2,5 representa a esquerda moderada, 5 o centro e 7,5 a direita moderada. Os resultados são apresentados sempre que existem, pelo menos, 3 inquiridos por país. O indicador de posicionamento ideológico de cada partido corresponde à média das respostas obtidas em cada país. Apesar de os valores terem uma amplitude teórica do intervalo de variação de 10, estes oscilam, para os partidos e coligações analisadas, entre 2,0 e 8,4.

O segundo indicador utilizado na análise é desenvolvido por Huber e Inglehart (1995) e é, também, baseado na avaliação efectuada por especialistas na área. Os valores da escala esquerda-direita, no índice de Huber e Inglehart, variam, à semelhança do de Castles e Mair, entre 0 (extrema-esquerda) e 10 (extrema-direita). No caso dos governos abrangidos no âmbito de análise, os valores variam entre 3,4 e 8,3.

O terceiro indicador é baseado em Laver e Hunt (1992). Cada inquirido, seleccionado a partir de listas de politólogos e sociólogos, posicionou os partidos e o seu eleitorado, no seu país, numa escala esquerda-direita. Para além dos partidos com representação parlamentar foram incluídos, também, os partidos com pelo menos 1% dos votos a nível nacional e partidos regionais com dimensão relevante. A escala adoptada por Laver e Hunt tem o seu intervalo de variação compreendido entre 0 e 20.

O facto de este intervalo ser maior do que nos restantes indicadores deve-se essencialmente à necessidade de obter maior capacidade discriminante, na presença de mais partidos (a inclusão de partidos com mais de 1% e de partidos regionais implica, em alguns casos, mais de 10 partidos em análise, no mesmo país). De entre as várias dimensões utilizadas no índice original, é utilizada nesta análise apenas a dimensão relacionada com os impostos e os serviços públicos, em que 1 corresponde à defesa do aumento dos impostos, para permitir aumentar os serviços públicos, e 20 equivale à defesa da posição contrária, de redução dos serviços públicos para descer os impostos. Apesar de esta ser apenas uma das dimensões de caracterização, é considerada como equivalente ao posicionamento na escala esquerda-direita (Tsebelis e Chang, 2001: 25). O valor mínimo registado no corpo de análise é, neste caso, de 4,5, e o máximo de 15,5.

O quarto e último indicador de posicionamento ideológico é baseado em Warwick (1994). Este indicador é calculado a partir de um total de cerca de 40 medidas, incluindo a avaliação de especialistas, informação proveniente de programas eleitorais e de outros estudos de opinião. O seu valor mínimo é -10 (extrema-esquerda) e o valor máximo é 10 (extrema-direita). No caso dos governos incluídos no âmbito de análise, os valores encontram-se compreendidos entre -3,5 e 3,0.

A adaptação e o cálculo destes valores para a caracterização do posicionamento ideológico dos governos, em vez dos partidos (sobretudo nos casos em que existem governos de coligação), são efectuados por Tsebelis, no âmbito do projecto *Veto Players*. A informação empírica utilizada é disponibilizada directamente pelo autor, no âmbito da actividade do projecto<sup>307</sup>. Foram utilizados, para o teste da hipótese, os valores do índice correspondente ao governo em funções no momento da publicação do documento<sup>308</sup>.

É apresentada, na Tabela 4.31, a distribuição dos indicadores de posicionamento ideológico, na aplicação efectuada aos documentos do corpo de análise.

O teste da hipótese de existência de associação entre o posicionamento ideológico do governo e a saliência conferida à categoria democracia é efectuado através do coeficiente de correlação ordinal *rho* de Spearman<sup>309</sup>. A opção de utilização deste coeficiente, e não do mais usual *r* de Pearson, deve-se ao facto de as variáveis a utilizar no teste da hipótese não cumprirem os pressupostos da normalidade<sup>310</sup>.

---

<sup>307</sup> Veja-se, sobre o projecto, o livro em que culmina o trabalho de investigação (Tsebelis, 2002), bem como os artigos baseados em resultados do projecto: Tsebelis (1995, 1999), Tsebelis e Chang (2001), Tsebelis e Hug (2002) e Tsebelis e Yatanagas (2002). Veja-se, ainda, para a informação empírica utilizada nesta análise, o sítio na *Internet* do autor, em <http://www.sscnet.ucla.edu/polisci/faculty/tsebelis/> (último acesso a 19 de Janeiro de 2006).

<sup>308</sup> Correspondendo às variáveis *cmposit*, *hiposit*, *lh1posit* e *bdwposit*, na base de dados que consta do Anexo D3.

<sup>309</sup> O *rho* de Spearman é um coeficiente de correlação que mede a intensidade da relação entre variáveis ordinais. Utiliza, para o efeito, a ordem assumida pelas observações (e não os valores observados). O *rho* de Spearman constitui, também, uma alternativa ao *r* de Pearson, no caso de as variáveis violarem os pressupostos da normalidade e assume, tal como este, valores entre -1 e 1.

<sup>310</sup> A utilização do *r* de Pearson baseia-se nos pressupostos de existência de uma relação linear entre as duas variáveis, e de que ambas seguem uma distribuição normal. Efectivamente, as variáveis envolvidas no teste da hipótese não cumprem integralmente estes pressupostos, pelo que será utilizado o *rho* de Spearman. Veja-se, para os resultados dos testes de normalidade realizados, o Anexo 4.

**Tabela 4.31.** Distribuição dos indicadores de posicionamento ideológico

	Castles e Mair (1984)	Huber e Inglehart (1995)	Laver e Hunt (1992)	Warwick (1994)
Média	4,5	5,1	10,0	-1,2
Mínimo	2,0	3,4	4,5	-3,5
Máximo	8,4	8,3	15,5	3,0
Percentil 25	2,9	3,9	7,6	-2,0
Percentil 50	4,4	4,9	10,8	-1,5
Percentil 75	6,3	6,4	12,6	,3
Desvio-padrão	1,8	1,5	3,6	1,6
Casos	37	40	42	34

**Tabela 4.32.** Valores do coeficiente de correlação *rho* de Spearman entre indicadores de posicionamento ideológico e saliência da categoria democracia

		Castles e Mair (1984)	Huber e Inglehart (1995)	Laver e Hunt (1992)	Warwick (1994)
Democracia	Coeficiente	-0,444	-0,390	-0,383	-0,356
	Sig. (univ.)	0,003	0,006	0,006	0,019
	Casos	37	40	42	34

Os valores do teste são significantes, para todos os indicadores de posicionamento ideológico, com o nível de significância estabelecido a 0,05 (ou 5%)<sup>311</sup>. Podemos, desta forma, aceitar a hipótese de existência de correlação entre o posicionamento ideológico dos governos, como estimado a partir de *expert surveys*, e a saliência que

<sup>311</sup> O nível de significância do teste, notado habitualmente com a letra grega alpha ( $\alpha$ ) indica, neste caso, a probabilidade de aceitar a hipótese de existência de associação entre as duas variáveis, em caso de não existência de associação (ou seja, corresponde ao erro tipo I). Uma vez que o nível de significância do teste é inferior a 0,01 (ou 1%), em três indicadores, e inferior a 0,05 (ou 5%), num quarto indicador, é aceite a hipótese de existência de associação entre as variáveis.

os governos atribuem, nos seus documentos de políticas para a sociedade da informação, à categoria *democracia*.

Os governos de esquerda referem, portanto, com mais frequência a democracia e os vocábulos que se lhe encontram associados, nos documentos de políticas globais para a sociedade da informação, do que os governos de direita.

O passo seguinte consiste em colocar a mesma hipótese de existência de associação, mas com as restantes categorias elementares. Caso a categoria *democracia* assuma uma correlação destacada com o posicionamento ideológico dos governos nacionais, face às restantes categorias elementares, poderá ser este um dos factores determinantes para a inexistência de diferenças na saliência atribuída à *participação alargada*, por tipo de documento e por autor. Neste caso, as diferenças poder-se-ão dever à influência do posicionamento ideológico.

Foi, por este motivo, colocada a hipótese de que a categoria *democracia* assuma uma correlação destacada, no conjunto das 19 categorias consideradas, com o posicionamento ideológico dos governos nacionais. De acordo com esta hipótese, a generalidade das restantes categorias elementares assumiriam valores de correlação com o posicionamento ideológico mais baixos do que o registado com a categoria elementar *democracia*.

Os resultados deste teste são apresentados na Tabela 4.33. Foram introduzidas algumas alterações nesta tabela, de forma a facilitar a sua leitura. Constam da tabela, exclusivamente, os valores assumidos pelos coeficientes, não sendo apresentados nem os valores de significância nem o número de casos considerado na análise. Foi introduzida, em contrapartida, uma notação que permite identificar os casos em que existe significância a 1% – identificados com a notação (\*\*) – e em que existe significância a 5% – identificados com (\*). Foi, também, inserida uma coluna adicional, em que consta a média aritmética dos valores assumidos pelos 4 coeficientes. A tabela com a totalidade destes valores é apresentada no Anexo 5.

**Tabela 4.33.** Valores do coeficiente de correlação rho de Spearman entre indicadores de posicionamento ideológico e saliência das categorias elementares, calculada através da permutação da ocorrência de vocábulos da categoria sobre a totalidade de ocorrência de vocábulos no texto

	Castles e Mair (1984)	Huber e Inglehart (1995)	Laver e Hunt (1992)	Warwick (1994)	Média
Acesso	-0,294(*)	-0,266(*)	-0,066	-0,070	-0,17
Bases de dados	0,265	0,296(*)	0,284(*)	0,204	0,26
Bibliotecas	-0,112	-0,211	-0,081	-0,423(**)	-0,21
Conhecimentos	-0,163	-0,117	-0,236	-0,358(*)	-0,22
Conteúdos	-0,065	-0,056	-0,225	-0,064	-0,10
Disponibilizar	-0,179	-0,141	-0,228	-0,075	-0,16
Equipamentos	-0,432(**)	-0,461(**)	-0,587(**)	-0,502(**)	-0,50
Exclusão e inclusão	0,267	0,269(*)	0,233	0,440(**)	0,30
Infraestrutura	0,538(**)	0,599(**)	0,394(**)	0,571(**)	0,53
Internet	-0,607(**)	-0,622(**)	-0,339(*)	-0,431(**)	-0,50
Mediatecas	-0,142	-0,146	-0,223	0,036	-0,12
Servidores (www)	-0,324(*)	-0,412(**)	-0,354(*)	-0,282	-0,34
Sítios (na Internet)	-0,323(*)	-0,129	-0,278(*)	0,171	-0,14
Debate	-0,250	-0,318(*)	-0,266(*)	-0,018	-0,21
Democracia	-0,444(**)	-0,390(**)	-0,383(**)	-0,356(*)	-0,39
Discussão	-0,044	-0,057	0,023	0,256	0,04
Eleição	-0,280(*)	-0,263	-0,339(*)	-0,376(*)	-0,31
Fórum	-0,200	-0,140	-0,167	0,122	-0,10
Voto	-0,233	-0,249	-0,133	-0,047	-0,17

De acordo com os valores apresentados na tabela, as categorias *equipamentos* e *Internet* registam valores de correlação negativa com o posicionamento ideológico mais elevados do que os assumidos pela categoria *democracia*. As únicas exceções a esta tendência correspondem ao indicador de Castles e Mair, para a categoria *equipamentos*, e ao indicador de Laver e Hunt, para a categoria *Internet*.

Por outro lado, a categoria *infraestrutura* regista um valor do coeficiente de correlação com o posicionamento ideológico mais elevado do que a categoria *democracia*, embora no sentido inverso, assumindo uma correlação positiva. O posicionamento

ideológico de direita encontra-se associado, desta forma, a uma maior saliência conferida à categoria *infraestrutura*.

A categoria *democracia* não surge isoladamente, deste modo, como a que detém o maior valor de correlação com os índices de posicionamento ideológico – embora os seus valores de correlação com o posicionamento ideológico se destaquem, juntamente com um grupo de três outras categorias.

Este conjunto de 4 categorias, constituído pelas categorias *equipamentos*, *Internet*, *democracia* e *infraestrutura* é o único em que os valores de correlação são significantes, pelo menos a 5%, no caso dos 4 indicadores de posicionamento ideológico.

Existe, desta forma, variação na saliência conferida à categoria *democracia* de acordo com o facto de o governo ser de direita ou de esquerda; e essa variação é superior à variação registada com a maior parte das restantes 18 categorias elementares consideradas na análise – com a excepção das categorias referidas.

Foi, num ponto anterior, discutida a possibilidade de realização da análise de conteúdo a partir da percentagem de quase-frases que, em cada texto, efectua pelo menos uma referência à categoria em causa (cf. ponto 4.3.1). O resultado obtido a partir da análise da percentagem de quase-frases conduz, como acima mencionado, a resultados idênticos aos obtidos através da análise anterior. Estes resultados são apresentados na Tabela 4.34. A totalidade dos resultados, incluindo os valores de significância e o número de casos considerados na análise, é apresentada no Anexo 6.

**Tabela 4.34.** Valores do coeficiente de correlação *rho* de Spearman entre indicadores de posicionamento ideológico e saliência das categorias elementares, calculada através da percentagem de quase-frases com pelo menos uma referência à categoria, na totalidade das quase-frases do documento

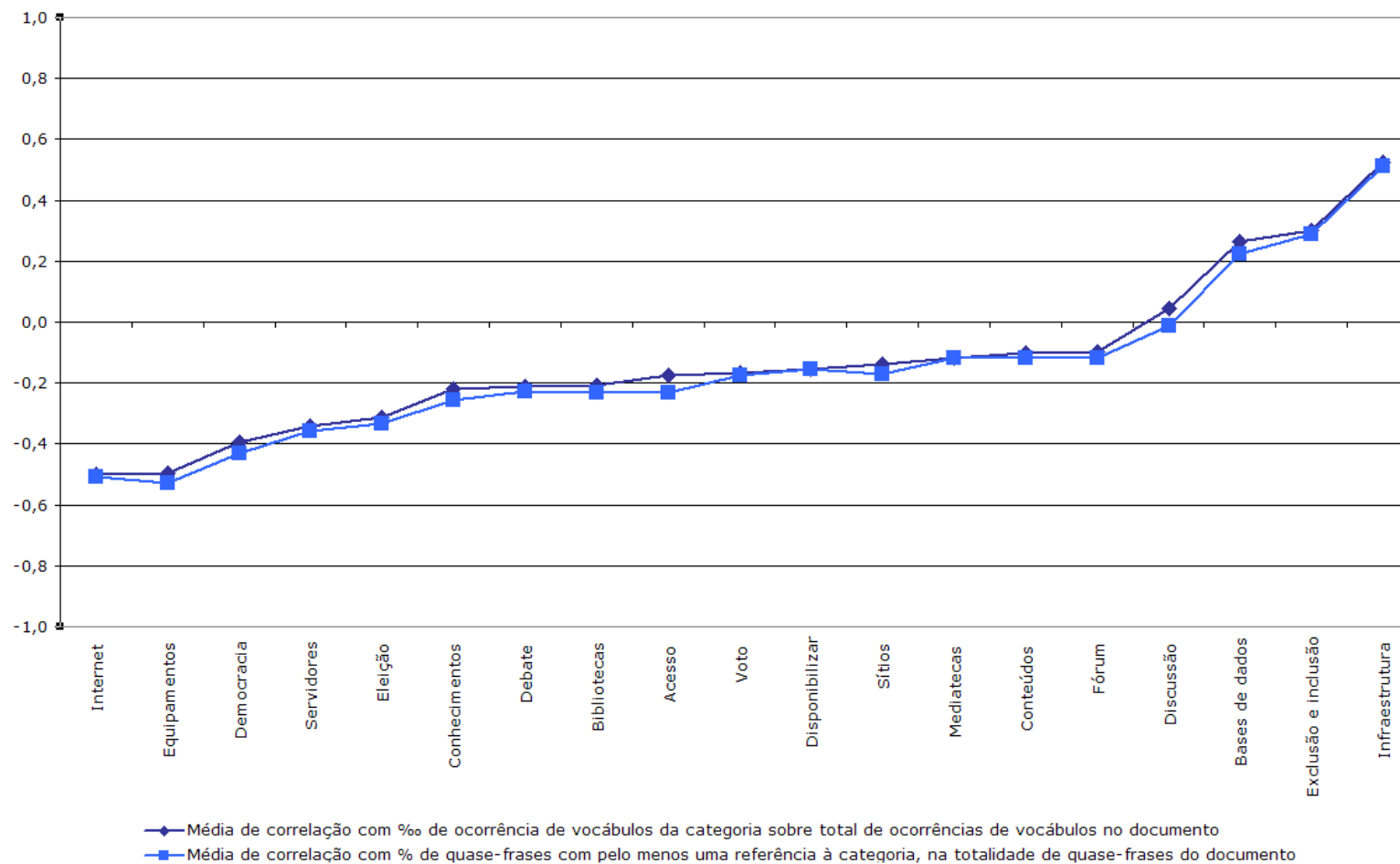
	Castles e Mair (1984)	Huber e Inglehart (1995)	Laver e Hunt (1992)	Warwick (1994)	Média
Acesso	-0,338(*)	-0,325(*)	-0,168	-0,101	-0,23
Bases de dados	0,249	0,268(*)	0,236	0,149	0,23
Bibliotecas	-0,151	-0,231	-0,150	-0,402(**)	-0,23
Conhecimentos	-0,205	-0,163	-0,269(*)	-0,387(*)	-0,26
Conteúdos	-0,077	-0,074	-0,245	-0,071	-0,12
Disponibilizar	-0,179	-0,141	-0,228	-0,075	-0,16
Equipamentos	-0,462(**)	-0,506(**)	-0,626(**)	-0,525(**)	-0,53
Exclusão e inclusão	0,257	0,263	0,214	0,421(**)	0,29
Infraestrutura	0,558(**)	0,603(**)	0,373(**)	0,513(**)	0,51
Internet	-0,588(**)	-0,630(**)	-0,353(*)	-0,464(**)	-0,51
Mediatecas	-0,142	-0,146	-0,223	0,036	-0,12
Servidores (www)	-0,333(*)	-0,418(**)	-0,386(**)	-0,291(*)	-0,36
Sítios (na Internet)	-0,351(*)	-0,173	-0,302(*)	0,141	-0,17
Debate	-0,252	-0,329(*)	-0,284(*)	-0,052	-0,23
Democracia	-0,485(**)	-0,438(**)	-0,423(**)	-0,378(*)	-0,43
Discussão	-0,089	-0,112	-0,032	0,180	-0,01
Eleição	-0,297(*)	-0,294(*)	-0,351(*)	-0,387(*)	-0,33
Fórum	-0,226	-0,176	-0,200	0,123	-0,12
Voto	-0,246	-0,259	-0,151	-0,037	-0,17

\* - Correlação significativa a 0,05

\*\* - Correlação significativa a 0,01

De forma a permitir a comparação dos resultados obtidos em todas as categorias, através das duas técnicas, foi criado um gráfico com os valores médios de correlação – Gráfico 4.1.

**Gráfico 4.1.** Médias de correlação entre indicadores de posicionamento ideológico e saliência de categorias





Os valores obtidos através das duas técnicas conduzem, como é evidente pela leitura do gráfico, a valores do coeficiente de correlação muito próximos (a associação entre os resultados obtidos através das duas técnicas, calculada com recurso ao coeficiente de correlação linear  $r$  de Pearson, assume o valor de 0,998)<sup>312</sup>.

Todas as análises subsequentes serão realizadas, como anteriormente definido, a partir da permutagem de ocorrência de vocábulos da categoria sobre o total de ocorrências de vocábulos no documento.

As categorias *equipamentos*, *Internet*, *democracia* e *infraestrutura* são, desta forma, as únicas em que se registam valores de correlação, combinando as duas técnicas apresentadas no gráfico, superiores a 0,40 (independentemente do sentido da correlação assumida). As diferenças existentes na saliência conferida a estas categorias encontram-se associadas, deste modo, ao posicionamento ideológico dos governos nacionais.

Convém, contudo, neste ponto da investigação, testar a possibilidade de existência de outras variáveis com maior capacidade explicativa destas diferenças. Trata-se, desta forma, de procurar outras possíveis associações, que possam revelar-se mais significantes do que a relacionada com o posicionamento ideológico.

#### 4.4.2. Para além do posicionamento ideológico dos governos nacionais?

A primeira hipótese colocada corresponde à existência de diferenças relevantes, de caso para caso. Pode-se conceber o cenário, nesta hipótese, de alguns países, por questões relacionadas com o seu percurso histórico, a cultura política ou a utilização da língua, por exemplo, conferirem uma saliência diferente às questões relacionadas com a participação dos cidadãos.

A dimensão reduzida da amostra, a par do facto de alguns casos contribuírem apenas com um documento para o corpo de análise, impossibilita o teste sistemático desta hipótese através da análise de variância. Contudo, esta hipótese encontra-se já, na prática, parcialmente abordada (cf. p. 414 e ss). Nessa análise, a significativa variação interna registada entre documentos com a mesma proveniência, para alguns dos casos, permite excluir a hipótese. Caso a proveniência dos documentos assumisse uma influência prevalente sobre a saliência das categorias, não poderia registar-se

---

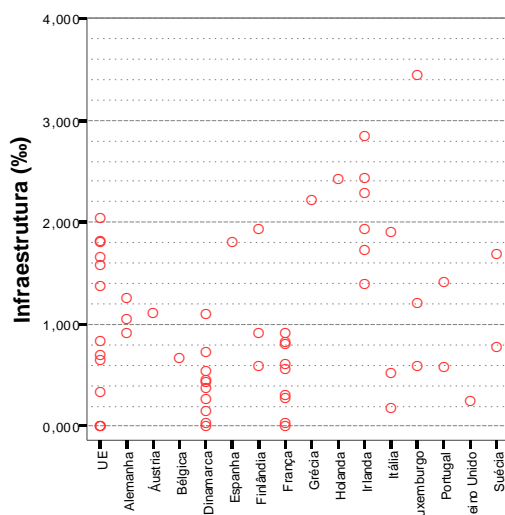
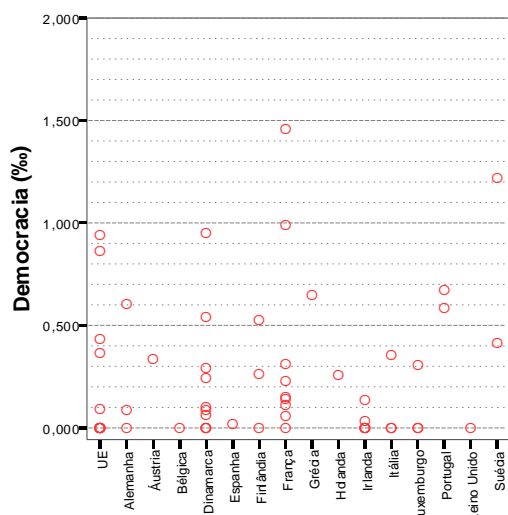
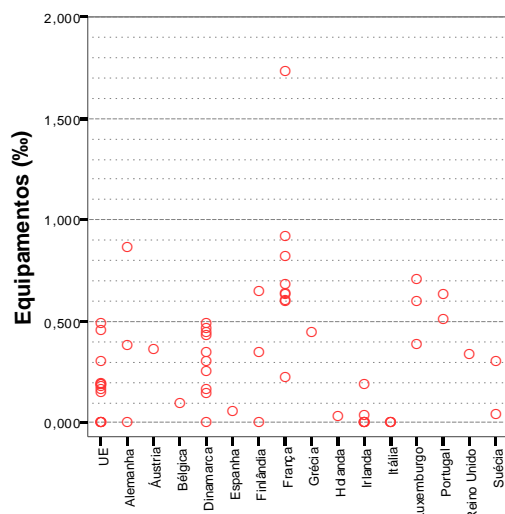
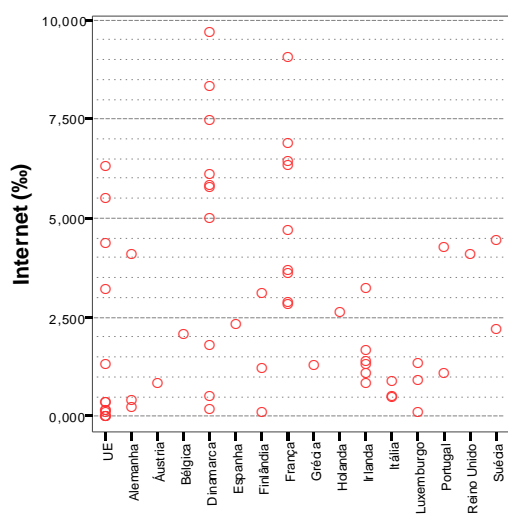
<sup>312</sup> Reveja-se, para o impacto desta questão sobre as opções metodológicas, o ponto 4.3.3, particularmente na sua parte final.

uma variação tão elevada dos seus valores, entre documentos com a mesma proveniência.

Esta tendência é menos evidente, contudo, no caso das categorias *Internet* e *equipamentos*. A saliência assumida por estas categorias é, no caso de alguns países, mais elevada do que nos restantes. A saliência da categoria *Internet* é perceptivelmente mais elevada, no caso da Dinamarca e da França, e a da categoria *equipamentos* tende a ser mais elevada, também, no caso da França.

A distribuição dos valores de saliência de ambas as categorias, por caso, é apresentada, para maior facilidade de análise, no Gráfico 4.2.

**Gráfico 4.2.** Valores de saliência das categorias *Internet*, *equipamentos*, *democracia* e *infraestrutura* por caso



A par das tendências acima registadas, surgem vários casos em que a saliência conferida às categorias se parece diferenciar. É o caso, por exemplo, da categoria *equipamentos*, cuja saliência atinge também valores elevados em documentos da Alemanha, do Luxemburgo e de Portugal. A prevalência do país de origem dos documentos sobre outras variáveis, na explicação da variação da saliência da categoria *equipamentos*, será, contudo, globalmente avaliada no final deste ponto.

Uma segunda hipótese a colocar consiste na possibilidade de existência de diferenças na saliência conferida às categorias, de acordo com a língua utilizada nos documentos. Uma vez que o corpo de análise integra documentos em 4 línguas diferentes (e, em alguns casos, documentos do mesmo país ou instituição encontram-se em línguas diferentes), a forma de utilização da língua poderá estar na origem de algumas das diferenças identificadas.

O facto de existir apenas um documento em italiano e um documento em castelhano não permite, contudo, mais uma vez, uma avaliação sistematizada desta hipótese. São, contudo, apresentados na Tabela 4.35, os valores médios para ambas as categorias, de acordo com a língua de publicação do documento.

**Tabela 4.35.** Valores de saliência das categorias *Internet*, *equipamentos*, *democracia* e *infraestrutura*, por língua de publicação do documento

		<i>Internet</i> (‰)	Equipamen- tos (‰)	Democra- cia (‰)	Infraestru- tura (‰)
Inglês	Média	3,251	0,297	0,252	1,036
	Coef. var.	0,861	0,897	1,201	0,755
	Casos	35	35	35	35
Francês	Média	2,915	0,649	0,335	0,859
	Coef. var.	0,676	0,684	1,485	1,146
	Casos	10	10	10	10
Italiano	Média	0,475	0,000	0,000	1,899
	Casos	1	1	1	1
Castelhano	Média	2,350	0,062	0,021	1,809
	Casos	1	1	1	1

Como é perceptível, a diferença de valores médios entre os documentos em inglês e em francês é maior no caso da categoria *equipamentos* do que no da categoria *democracia*. Neste último caso, a média nos documentos publicados em ambas as línguas é relativamente próxima. Contudo, no caso da categoria *equipamentos*, o valor de saliência nos documentos em inglês é de 0,297‰ e, nos documentos em francês, de 0,649‰ – o valor mais que duplica, de um grupo para o outro.

Adicionalmente, o valor do coeficiente de variação é mais baixo, no caso dos documentos publicados em francês. Ou seja, a média sofre menos variação, nos documentos em francês, encontrando-se os valores de saliência da categoria *equipamentos* mais próximos da média, do que no caso dos documentos publicados em inglês. Neste caso, não só a média é mais baixa, como a dispersão é mais elevada. Por outras palavras, o facto de os documentos serem publicados em francês parece estar correlacionado, de forma directa ou indirecta, com uma maior saliência da categoria *equipamentos*.

Esta questão encontra-se, naturalmente, relacionada com o país que publica os documentos. O corpo de análise inclui, convém lembrar, três documentos em inglês de que também se encontra disponível a versão original, em francês - os documentos n.º 38, 40 e 41 do corpo de análise. No caso destes documentos, o valor de saliência da categoria *equipamentos* é de, respectivamente, 0,606‰, 0,925‰ e 0,639‰. Estes valores são sempre muito mais elevados do que o valor médio dos restantes documentos em inglês (de 0,297‰) e muito próximos, ou superiores, ao valor médio dos documentos em francês (0,649‰). Os resultados apontam, desta forma, para que o país de origem do documento se encontre relacionado com diferenças relevantes na saliência da categoria *equipamentos*.

Uma terceira hipótese proposta corresponde à existência de uma associação entre o período, ou o ano de publicação, e a saliência das categorias. Esta hipótese é colocada na sequência da análise efectuada no ponto 4.2. Nessa análise, 4 dos 7 documentos que efectuem referências à democracia ou à participação política dos cidadãos, nos títulos dos vários níveis em que o documento se estrutura, são publicados em 1997. Apesar de este ano representar, em termos de publicação de políticas públicas para a sociedade da informação, um número elevado de documentos, neste grupo ele assume uma relevância acrescida, correspondendo a mais de metade dos documentos publicados.

É, por esse motivo, colocada a hipótese de que a visibilidade ou saliência das categorias não seja independente do período temporal. Esta saliência diferenciada no

tempo pode dever-se, por seu lado, a questões relacionadas com o contexto político (como a realização de eleições ou referendos, um episódio ou incidente marcante e profusamente coberto pelos meios de comunicação social, a publicação de um documento que se torne uma referência na área...) ou, eventualmente, a uma mera questão de "ciclo de vida" do tema. Esta hipótese aproxima-se, de certa forma, da área da sociologia da comunicação e, em parte, de algumas análises efectuadas no âmbito da teoria do *agenda setting*, caracterizando a saliência de temas ao longo do tempo<sup>313</sup>.

A distribuição dos valores de saliência de ambas as categorias, por ano de publicação do documento, é apresentada na Tabela 4.36 e no Gráfico 4.3.

**Tabela 4.36.** Valores de saliência das categorias *Internet*, *equipamentos*, *democracia* e *infraestrutura*, por ano de publicação do documento

		<i>Internet</i> (‰)	Equipamen- tos (‰)	Democra- cia (‰)	Infraestruc- tura (‰)
1994	Média	0,186	0,452	0,239	0,532
	Casos	1	1	1	1
1995	Média	0,294	0,470	0,232	1,541
	Coef. var.	0,685	0,240	1,420	1,092
	Casos	3	3	3	3
1996	Média	2,056	0,410	0,058	1,053
	Coef. var.	0,808	0,674	1,991	0,470
	Casos	7	7	7	7
1997	Média	3,443	0,433	0,370	0,830
	Coef. var.	0,859	1,092	1,327	1,043
	Casos	13	13	13	13
1998	Média	2,914	0,198	0,218	0,858
	Coef. var.	0,834	1,353	1,105	0,635
	Casos	5	5	5	5
1999	Média	4,266	0,354	0,263	1,110
	Coef. var.	0,665	0,968	0,836	0,813
	Casos	12	12	12	12
2000	Média	3,298	0,225	0,300	1,271
	Coef. var.	0,574	1,030	1,573	0,589
	Casos	6	6	6	6

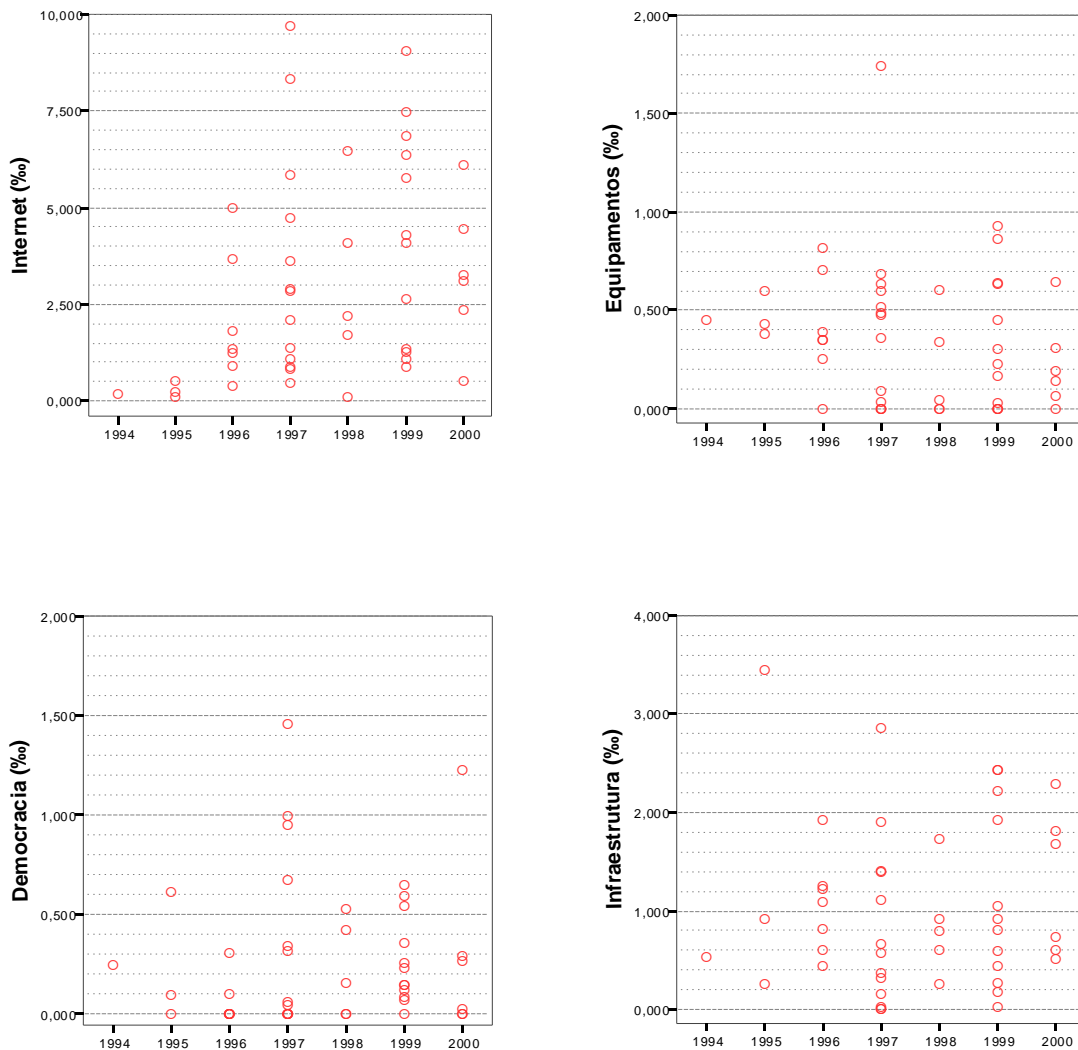
<sup>313</sup> A teoria do *agenda setting* surge na década de 1970, através do trabalho de Maxwell McCombs e Donald Shaw. Veja-se, para uma das publicações seminais sobre o *agenda setting*,

Como se verifica, a saliência da categoria *Internet* regista uma tendência para assumir valores médios mais reduzidos nos primeiros anos do âmbito de análise, em 1994, 1995 e 1996. A categoria *equipamentos*, por seu lado, regista uma tendência para assumir valores mais elevados nos primeiros anos do período em análise, de 1994 a 1997.

---

Shaw e McCombs (1977). Consulte-se, ainda, para uma actualização da teoria, a última obra de McCombs (2004).

**Gráfico 4.3.** Valores de saliência das categorias *Internet*, *equipamentos*, *democracia* e *infraestrutura* por ano de publicação do documento



O valor médio de saliência da categoria *equipamentos* registra um decréscimo, de 1998 em diante. Esta tendência não se deve ao desaparecimento de documentos que deixem de conferir saliência à categoria, mas ao crescimento do número de documentos que lhe confere uma saliência reduzida. A evolução do número de



documentos que regista, em cada um dos anos, um valor de saliência abaixo dos 0,3‰ é ilustrativa desta tendência: nenhum, em 1994 e em 1995; dois documentos, em 1996; três, em 1997; dois, em 1998; quatro documentos, em 1999 e, novamente, quatro documentos em 2000. Continuam, contudo, a surgir documentos, de 1998 em diante, em que a saliência da categoria regista valores elevados – alguns dos documentos com valores mais elevados são publicados, aliás, em 1999.

Esta evolução poderá prender-se com factores de ordem estrutural. A categoria *equipamentos* remete, neste âmbito de análise, predominantemente para um conjunto de bens necessários para permitir o acesso à *Internet* ou para o aproveitamento das possibilidades das tecnologias de informação (como computadores, servidores, impressoras ou outros periféricos, por exemplo). A necessidade de prestar atenção a este conjunto de bens poderá ser maior, numa fase inicial, de forma a garantir que os vários protagonistas seleccionados como prioritários para as políticas a prosseguir (administração pública, escolas, estabelecimentos de saúde, os cidadãos...) possuem as condições mínimas de integração e de utilização dos recursos tecnológicos necessários. Esta é, contudo, apenas uma hipótese de interpretação do sentido desta tendência, não sendo possível, com a informação disponível, testar de forma sistemática a sua validade.

A quarta hipótese considerada é particularmente direccionada para a categoria *democracia*. Esta hipótese prevê a possibilidade de a saliência desta categoria se encontrar associada a indicadores de participação ou de satisfação com a democracia. De acordo com esta hipótese, os governos nacionais poderão reagir a crises de participação, ou a tendências de decréscimo da participação eleitoral, nas suas políticas para a sociedade da informação.

Poderá, nestes casos, existir uma procura ou tentativa de exploração dos recursos disponibilizados através das novas tecnologias ou, numa perspectiva mais imediatista da questão, prevalecer a convicção de que o recurso à tecnologia permite aumentar, por si só, os valores de participação. A utilização da tecnologia em formas de participação é vista, neste último caso, de forma instrumental, tendo como objectivo intervir sobre a mobilização e os níveis de participação existentes.

Esta convicção pode ser enquadrada no âmbito da noção de *technical fix*, proposta por Street (1992), que designa o conjunto de elaborações em que a tecnologia surge como condição necessária e suficiente para a alteração de determinadas realidades humanas – encaradas frequentemente como problemas e que necessitam, portanto, de *resolução*. A tecnologia asseguraria, com uma correcta utilização e aproveitamento

das suas capacidades, a *resolução* destes *problemas*. Neste caso específico, o *technical fix* traduz-se na noção de que a utilização de novas tecnologias de informação e comunicação pode contribuir para um maior envolvimento dos cidadãos, conduzindo a um maior interesse e a uma maior participação.

Esta convicção é, com maior probabilidade, assumida de forma implícita, embora existam exemplos da sua elaboração de forma explícita, por parte de vários agentes políticos. No sítio na *Internet* em que são oficialmente apresentadas as experiências de voto electrónico realizadas em Portugal, por exemplo, era afirmado, num texto de introdução ao tema, que “num futuro próximo, a adopção generalizada do voto electrónico contribuirá significativamente para o aumento da participação democrática dos cidadãos nas eleições e nos referendos”<sup>314</sup>. É aqui enunciada, de forma explícita, a convicção de que a tecnologia permite contribuir, por si própria, de forma directa e relevante para o aumento da participação. Este é, contudo, apenas um exemplo da enunciação do princípio do *technical fix*, de entre vários exemplos possíveis, e que se têm vindo a tornar mais frequentes depois do surgimento da *Internet*.

Foram, para o teste desta hipótese, recolhidos os valores de participação eleitoral nas eleições gerais imediatamente anteriores à publicação do documento. Foram utilizados, como fonte de informação, os dados coligidos e disponibilizados pelo projecto *Voter Turnout*, do *International Institute for Democracy and Electoral Assistance* (IDEA)<sup>315</sup>. Os valores de correlação entre a saliência das categorias e a percentagem de participação são apresentados na Tabela 4.37.

---

<sup>314</sup> Esta passagem é proveniente de uma página do sítio na *Internet* com o título *Voto Electrónico*, mantido pela UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento e pelo Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (Stape), em <http://www.votoelectronico.pt> (último acesso a 12 de Janeiro de 2006). A página em que se encontrava este excerto parece ter sido retirada, entretanto, uma vez que a sua morada, em [http://www.votoelectronico.pt/apresentacao/index.aspx?area\\_id=1](http://www.votoelectronico.pt/apresentacao/index.aspx?area_id=1) (último acesso a 23 de Novembro de 2004), não corresponde actualmente a qualquer conteúdo. Veja-se, para mais elementos sobre a relação entre *technical fix* e as experiências de voto electrónico em Portugal, Montargil (2004), particularmente pp. 41-43.

<sup>315</sup> Veja-se, para mais informação sobre o projecto, o seu sítio na *Internet*, em <http://www.idea.int/vt/> (último acesso a 12 de Janeiro de 2006).

**Tabela 4.37.** Valores do coeficiente de correlação *rho* de Spearman entre saliência das categorias *Internet, equipamentos, democracia e infraestrutura* e participação eleitoral nas eleições gerais imediatamente anteriores à publicação dos documentos incluídos no corpo de análise

		Participação eleitoral
Internet (‰)	Coeficiente	-0,090
	Sig. (univ.)	0,273
	Casos	47
Equipamentos (‰)	Coeficiente	-0,042
	Sig. (univ.)	0,390
	Casos	47
Democracia (‰)	Coeficiente	-0,084
	Sig. (univ.)	0,287
	Casos	47
Infraestrutura (‰)	Coeficiente	-0,226
	Sig. (univ.)	0,063
	Casos	47

Como se pode verificar pelos valores de correlação obtidos, existe uma tendência de correlação negativa entre as categorias e o nível de participação eleitoral. Estes valores de correlação correspondem, todavia, a níveis de significância que ultrapassam, em todos os casos, os limites habitualmente estabelecidos ( $\alpha \leq 0,05$  ou  $\alpha \leq 0,01$ ), não permitindo admitir a hipótese de correlação entre as variáveis<sup>316</sup>.

Deve, contudo, ser levado em consideração que em alguns países a participação em eleições gerais é obrigatória, e se encontra prevista na lei eleitoral ou, inclusivamente, na constituição. É o caso, na União Europeia, de acordo com o Projecto *EPIC*, da Bélgica, da Grécia e do Luxemburgo<sup>317</sup>.

<sup>316</sup> Foram também analisados os diagramas de dispersão, que não indicam a existência de uma relação não linear.

<sup>317</sup> *Election Process Information Collection* (EPIC). O projecto EPIC é uma iniciativa conjunta do IDEA, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP) e da IFES, uma organização não-governamental que tem por objectivo participar na construção de sociedades democráticas. Veja-se, para mais informação sobre o projecto EPIC, o seu sítio na *Internet*, em <http://www.epicproject.org/> (último acesso a 12 de Janeiro de 2006).

Este facto implica que os níveis de participação poderão assumir variações significativas, de país para país, sem corresponderem a diferenças na capacidade de mobilização voluntária dos cidadãos<sup>318</sup>. Poderá ser, por este motivo, incorrecto incluir na mesma análise casos em que a participação é voluntária e casos em que é obrigatória. Foram, desta forma, retirados os países em que a participação eleitoral é obrigatória, e repetida a análise. Não se registam, contudo, também neste caso, valores significantes de correlação entre as variáveis.

Uma outra abordagem a esta hipótese consiste na consideração, não de valores de participação, mas de indicadores relativos ao apoio público à democracia. De acordo com esta abordagem, a formulação das políticas poderá ser sensível, mais do que aos níveis expressos de participação, ao apoio à democracia. Neste caso, a preocupação não se orientará para a participação eleitoral dos cidadãos mas, eventualmente, para factores de ordem mais profunda, relacionados com o apoio político ao regime. Quanto menor for o apoio político ao regime, maior poderá ser a probabilidade de conferir saliência à questão, na formulação das políticas para a sociedade da informação.

O apoio político é concebido, na perspectiva de Easton (1965, 1975), como orientado para três objectos diferentes de apoio: a comunidade política, o regime e as autoridades. No final da década de 1990, Norris (1999a e 1999b) actualiza a distinção de Easton, propondo a conceptualização do apoio político como orientado para 5 objectos distintos: a comunidade política, os valores ou princípios essenciais do regime, o desempenho do regime, as instituições do regime e os actores políticos. Estes diferentes objectos são concebidos como encontrando-se num *continuum*, em que o apoio político pode oscilar entre o apoio difuso (à comunidade nacional) e o apoio específico (aos actores políticos).

De entre o conjunto de indicadores que pode ser utilizado na avaliação do apoio político, o que se encontra mais generalizado é a satisfação com a democracia. Este pode ser considerado como um indicador de caracterização do desempenho do regime, traduzindo o apoio à forma como o sistema político democrático funciona, na sua prática. Este indicador é, para além do mais, incluído em grandes estudos realizados

---

<sup>318</sup> Curiosamente, mesmo nos países em que o voto é obrigatório, existem diferenças relevantes nos níveis de participação. A Bélgica e o Luxemburgo registam valores de participação próximos dos 90%, nas eleições em causa. O nível de participação da Grécia, na eleição incluída nesta análise (realizada em 1996), é significativamente mais baixo, situando-se nos 76%.

regularmente, como o Eurobarómetro, o Eurobarómetro da Europa Central e Oriental (CEEB) ou o *International Social Survey Programme* (ISSP)<sup>319</sup>.

Foi decidido, devido à sua relevância e ao conjunto de estudos que o incluem no seu questionário, disponibilizando resultados para vários países, em vários momentos, recorrer à sua utilização para o teste desta hipótese. O cenário ideal consistiria, naturalmente, em ter disponíveis valores de satisfação com a democracia para cada país, num momento anterior (preferencialmente próximo) à publicação de cada documento do corpo de análise. Apesar de este indicador ser utilizado em vários estudos, não foi possível localizar uma diversidade tão elevada de fontes de informação. Foram, por este motivo, utilizados os Eurobarómetros *Standard* em que surge o indicador de caracterização da satisfação com a democracia nacional<sup>320</sup>, no período em análise.

**Tabela 4.38.** Eurobarómetros com caracterização do indicador de satisfação com a democracia nacional, no período em análise

Eurobarómetro	Recolha de informação	Publicação
41	Abril e Maio de 1994	Julho de 1994
42	Dezembro de 1994	Primavera de 1995
43	Abril e Maio de 1995	Outono de 1995
48	Outubro e Novembro de 1997	Março de 1998
49	Abril e Maio de 1998	Setembro de 1998
51	Março e Abril de 1999	Julho de 1999
52	Outubro e Novembro de 1999	Abril de 2000
53	Abril e Maio de 2000	Outubro de 2000
54	Novembro e Dezembro de 2000	Abril de 2001

<sup>319</sup> O Eurobarómetro é um instrumento de análise da opinião pública, dependente da Comissão Europeia, e realiza estudos quantitativos e qualitativos sobre vários temas desde 1973. O Eurobarómetro da Europa Central e Oriental consistiu num estudo geral, realizado através de inquérito por questionário, com carácter anual, de 1990 a 1998, abarcando, ao longo deste período, um conjunto variável de países da Europa Central e Oriental. Veja-se, para mais informação, o sítio na *Internet* do Eurobarómetro, em [http://europa.eu.int/comm/public\\_opinion/index\\_en.htm](http://europa.eu.int/comm/public_opinion/index_en.htm) (último acesso a 12 de Janeiro de 2006).

O *International Social Survey Programme*, por sua vez, é um programa anual de colaboração em estudos através de inquérito por questionário, sobre tópicos relevantes para a investigação em ciências sociais, integrando actualmente 39 países. Veja-se, para mais informação, o seu sítio na *Internet*, em <http://www.issp.org> (último acesso a 12 de Janeiro de 2006).

Foi considerado, para a correlação com a saliência das categorias elementares *democracia* e *equipamentos*, em cada documento do corpo de análise, o valor de satisfação com a democracia nacional que consta do Eurobarómetro imediatamente anterior à data de publicação desse documento. Desta forma, no caso de um documento alemão publicado em Dezembro de 1995, por exemplo, é utilizado para o teste da hipótese o valor de satisfação com a democracia a nível nacional (agregando as categorias “muito satisfeito” e “satisfeito”), na Alemanha, no Eurobarómetro 43, publicado no Outono de 1995<sup>321</sup>. São apresentados, na Tabela 4.39, os valores de correlação entre a variável obtida através deste procedimento e as categorias elementares *democracia* e *equipamentos*.

**Tabela 4.39.** Valores do coeficiente de correlação *rho* de Spearman entre saliência das categorias *Internet*, *equipamentos*, *democracia* e *infraestrutura* e a satisfação com a democracia

		Sat. com democracia
Internet (‰)	Coeficiente	0,140
	Sig. (univ.)	0,175
	Casos	47
Equipamentos (‰)	Coeficiente	-0,151
	Sig. (univ.)	0,156
	Casos	47
Democracia (‰)	Coeficiente	-0,213
	Sig. (univ.)	0,075
	Casos	47
Infraestrutura (‰)	Coeficiente	-0,049
	Sig. (univ.)	0,372
	Casos	47

<sup>320</sup> A indicação específica à democracia nacional é relevante devido ao facto de o Eurobarómetro também incluir um indicador de satisfação com a democracia na União Europeia.

<sup>321</sup> No caso dos Eurobarómetros 42 e 43, em que a indicação do momento de publicação remete para, respectivamente, a Primavera e o Outono de 1995, foi considerado, para efeitos de selecção de Eurobarómetro relevante, o ponto médio do período em causa.

Não existe, também neste caso, uma correlação significativa entre o indicador de satisfação com a democracia e a saliência das categorias em questão. Existe, no entanto, um valor que merece alguma atenção. Apesar de os valores de significância não permitirem aceitar a hipótese de existência de associação, de acordo com os limites habitualmente aceites, existe uma tendência de relação negativa entre a saliência conferida à *democracia* nos documentos e a satisfação com a democracia. Ou seja, à medida que os valores de satisfação com a democracia são mais baixos, a saliência conferida à categoria *democracia* nos documentos tende a ser mais elevada. Esta tendência não assume, contudo, como referido, um valor que permita o estabelecimento desta correlação de forma inequívoca.

Seria também útil, neste contexto, poder dispor de outros indicadores de apoio político. Uma vez que a satisfação com a democracia nacional corresponde a um indicador de caracterização do apoio conferido a um dos vários objectos possíveis, seria conveniente poder dispor de um conjunto mais alargado de indicadores, caracterizando o apoio conferido aos vários objectos. Esta disponibilidade tornaria possível, como o texto de Linde e Ekman (2003) permite chamar a atenção, uma análise multidimensional do apoio político. Não foi possível identificar, contudo, nenhuma bateria de indicadores de apoio político, para análise comparativa entre Estados membros da União Europeia, em estudos regulares.

Uma última hipótese considerada corresponde à possibilidade de, sobretudo no caso das categorias *equipamentos* e *infraestruturas*, a sua saliência se encontrar associada à penetração tecnológica. A maior valorização e a eleição como prioridade das questões para as quais estas categorias remetem pode, neste caso, ser influenciada por uma menor taxa de penetração ou de utilização da tecnologia, no país em causa.

Foram utilizados, para o teste desta hipótese, os valores percentuais de utilizadores da *Internet*, em três momentos distintos: 1995 (através do Eurobarómetro *Flash* 49), 1998 (Eurobarómetro 50.1) e 2000 (Eurobarómetro *Flash* 88). Os resultados são apresentados na Tabela 4.40.

**Tabela 4.40.** Valores do coeficiente de correlação *rho* de Spearman entre saliência das categorias *Internet*, *equipamentos*, *democracia* e *infraestrutura* e taxa de penetração da *Internet*

		1995	1998	2000
Internet (‰)	Coeficiente	0,069	0,036	0,038
	Sig. (univ.)	0,323	0,404	0,399
	Casos	47	47	47
Equipamentos (‰)	Coeficiente	-0,010	-0,314	-0,292
	Sig. (univ.)	0,474	0,016	0,023
	Casos	47	47	47
Democracia (‰)	Coeficiente	-0,103	-0,124	-0,073
	Sig. (univ.)	0,245	0,204	0,312
	Casos	47	47	47
Infraestrutura (‰)	Coeficiente	-0,103	-0,073	-0,074
	Sig. (univ.)	0,246	0,313	0,311
	Casos	47	47	47

Como se pode verificar pela leitura da tabela, existe uma correlação significativa (com  $\alpha \leq 0,05$ ) da saliência da categoria *equipamentos* com a taxa de penetração da *Internet*, para os anos de 1998 e 2000. Pode ser mantida em aberto, deste modo, a hipótese de que a principal variável explicativa das diferenças respeitantes à saliência desta categoria corresponda à penetração tecnológica. No caso das restantes variáveis não pode ser aceite, no entanto, a hipótese de existência de associação, registando-se valores de significância acima dos limites estabelecidos.

Torna-se necessário, neste ponto, depois de avaliada a última hipótese relativa a outras associações com as categorias elementares *Internet*, *equipamentos*, *democracia* e *infraestrutura* que poderão revelar-se mais importantes do que o posicionamento ideológico, determinar quais são, precisamente, as variáveis que assumem maior associação, ou capacidade explicativa.

De acordo com a análise efectuada, o posicionamento ideológico assume valores de correlação significantes com as várias categorias. Contudo, a saliência da categoria *democracia* encontra-se também sujeita a variações que poderão revelar-se importantes, de acordo com a satisfação com a democracia.



Por outro lado, a saliência da categoria *equipamentos* é igualmente sujeita a variações relevantes, na sua relação com outras variáveis. Neste caso, o país de origem do documento, a sua língua de publicação ou a taxa de penetração da *Internet* encontram-se associadas a variações da sua saliência.

Importa, desta forma – depois de demonstrar a existência de uma associação estatisticamente significativa entre as categorias elementares em questão, por um lado, e os indicadores de posicionamento ideológico, por outro – testar a possibilidade de as restantes variáveis mencionadas assumirem uma associação com estas categorias elementares que seja prevalecte ou mais relevante do que a registada com os indicadores de posicionamento ideológico. Por outras palavras, importa determinar quais as variáveis que assumem maior associação com as categorias elementares: se os indicadores de posicionamento ideológico, se outras variáveis consideradas potencialmente explicativas.

Foi efectuada, para o efeito, uma análise com recurso a árvores de decisão. Esta técnica recorre a um conjunto de testes estatísticos, prescrevendo um teste apropriado para cada passo da análise. Pretende-se, geralmente, com estes testes, impor divisões sobre a informação, de acordo com conjunções de constrangimentos. Ou seja, as árvores de decisão permitem a separação de casos ou variáveis com base em critérios estatísticos de homogeneidade.

Esta técnica é utilizada com mais frequência na área de *data mining* e na análise de grandes volumes de informação (incluindo-se, aqui, casos e variáveis). As suas características e objectivos permitem aproximá-la de técnicas mais tradicionais, como, por exemplo, a análise discriminante ou a análise de *clusters*. Contudo, a sua flexibilidade e a facilidade de interpretação de resultados tornam-na numa técnica adequada para a análise pretendida. Não se pretende elaborar, convém lembrar, um modelo explicativo ou preditivo da saliência das categorias elementares, mas validar a efectiva relevância da sua associação com um conjunto de outras variáveis, potencialmente explicativas.

O programa informático utilizado para a realização desta análise foi o *AnswerTree*, desenvolvido e disponibilizado pela SPSS. Este programa permite a realização de árvores de decisão através de 4 algoritmos distintos: CHAID (que corresponde a *Chi-*

*square Automatic Interaction Detector*), Exhaustive CHAID, C&RT (*Classification and Regression Tree*) e QUEST (*Quick, Unbiased, Efficient, Statistical Tree*)<sup>322</sup>.

De entre os algoritmos disponibilizados pelo *AnswerTree*, a possibilidade de recurso ao QUEST é imediatamente afastada, devido ao facto de este assumir, como um dos seus pressupostos, que a variável dependente é nominal (pressuposto que não se verifica, neste caso). O recurso ao algoritmo CR&T é, também, afastado, na medida em que tende a seleccionar primeiro variáveis com mais valores discretos, que permitem criar mais nós na extensão da árvore, mas introduz, por outro lado, mais factores de enviesamento potencial no modelo. De entre as duas possibilidades restantes, foi seleccionado o Exhaustive CHAID, um algoritmo CHAID de "segunda geração", que se aproxima mais dos pressupostos dos testes estatísticos tradicionais e fornece resultados mais precisos – embora implique, também, maior capacidade de cálculo na sua execução<sup>323</sup>. Este método matemático consiste na aplicação sucessiva de testes de independência do qui-quadrado. Torna-se possível, desta forma, dividir os dados com o objectivo de obter grupos homogéneos, que apresentem o mesmo poder explicativo.

A forma de leitura dos resultados destes modelos é bastante simples. O diagrama representa uma árvore invertida, onde a raiz corresponde à origem dos dados – em que se traduz o comportamento da variável dependente, incluindo todos os casos da base de dados.

Cada nó da árvore apresenta um teste de um atributo específico, e cada ramo que desce daquele nó abrange uma parte dos valores discretos ou do intervalo de variação da variável independente seleccionada para a partição de casos. É apresentada, neste nó, informação de caracterização do subconjunto dos casos abrangidos pelo critério de partição estabelecido. As folhas representam a última classe de dados, tipicamente homogéneos, onde impor um critério de cisão não comporta ganhos significativos de previsão. Cada caminho da raiz da árvore até a uma folha corresponde a uma sequência de testes. A própria árvore não é, aliás, mais do que uma divisão de todos os casos de acordo com as variáveis e atributos seleccionados para a sua partição, de acordo com os resultados dos testes.

---

<sup>322</sup> Veja-se, para uma síntese das características dos algoritmos, o *White Paper* da SPSS com a sua descrição sumária (SPSS 1999). Para mais informação sobre cada um dos algoritmos veja-se, respectivamente, Kass (1980), Biggs et al. (1991), Breiman et al. (1984) e Loh e Shih (1997).

<sup>323</sup> Sobre esta diferenciação, veja-se, por exemplo, a página do *The Measurement Group* sobre os modelos CHAID, em <http://www.themeasurementgroup.com/Definitions/chaid.htm> (último acesso a 8 de Fevereiro de 2006).

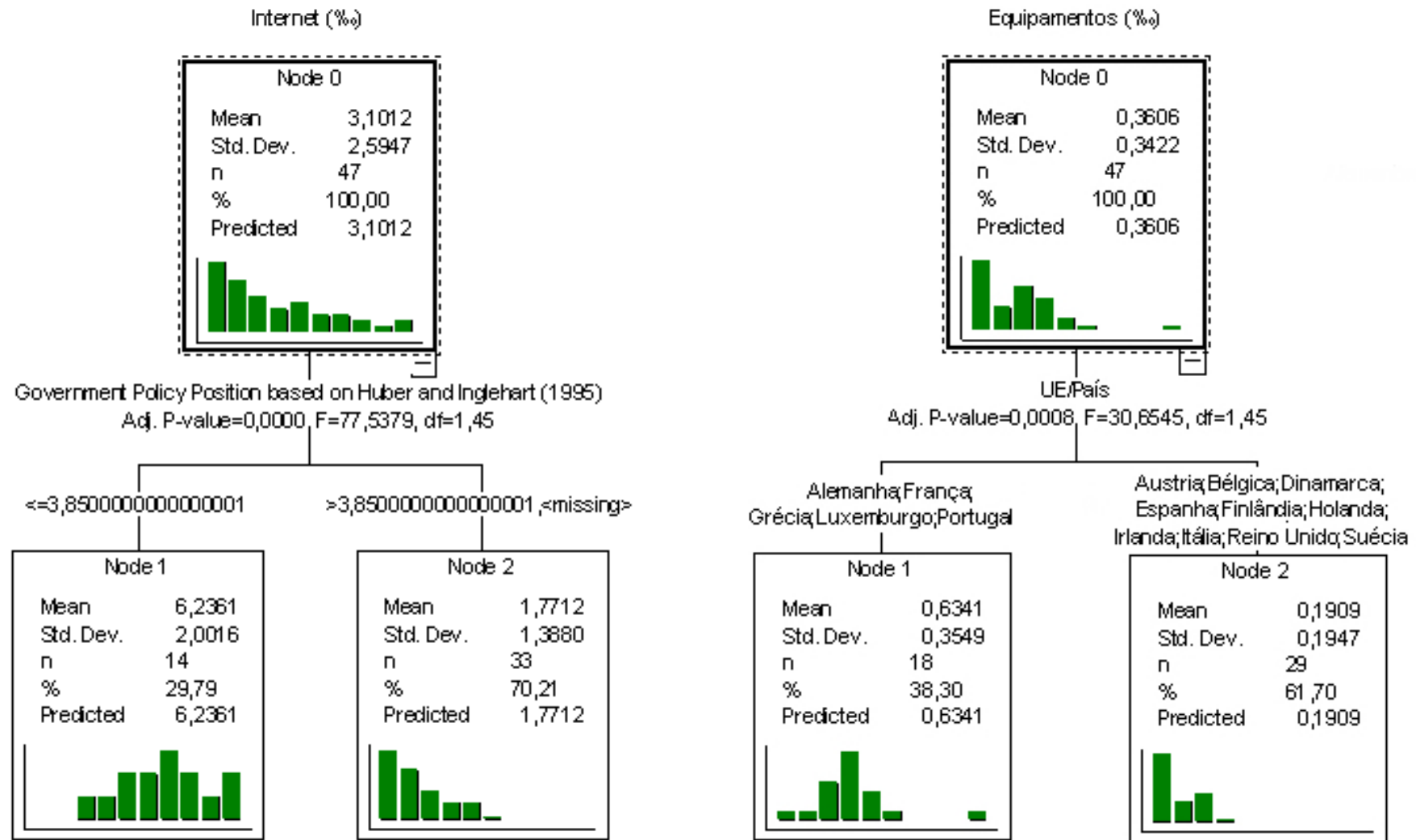
Foram, desta forma, realizadas árvores de decisão para as variáveis de caracterização da saliência das categorias *Internet, equipamentos, democracia e infraestrutura*, no corpo de análise. Uma vez que foram retirados os documentos da União Europeia, o total de documentos considerado é de 47. As variáveis integradas no modelo como independentes são apresentadas na Tabela 4.41.

**Tabela 4.41.** Variáveis integradas como independentes na realização das árvores de decisão

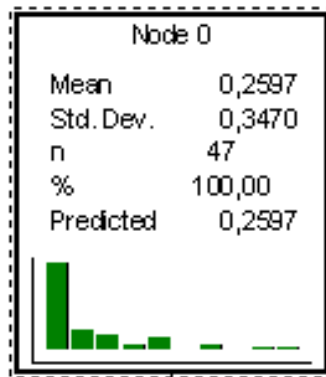
Nome	Descrição	Tipo de variável
ano	Ano de publicação do documento	Ordinal
lingua_1	Língua de publicação da versão do documento incluída no corpo de análise	Nominal
inst	País de origem ou instituição europeia	Nominal
turnout	Participação eleitoral em eleições gerais ou legislativas	Quantitativa
sd_eb	Satisfação com a democracia	Quantitativa
pnet95	Utilizadores de <i>Internet</i> , em 1995	Quantitativa
pnet98	Utilizadores de <i>Internet</i> , em 1998	Quantitativa
pnet00	Utilizadores de <i>Internet</i> , em 2000	Quantitativa
bdwposit	Posicionamento ideológico do governo, baseado em Warwick	Quantitativa
cmposit	Posicionamento ideológico do governo, baseado em Castles e Mair	Quantitativa
lh1posit	Posicionamento ideológico do governo, baseado em Laver e Hunt	Quantitativa
hiposit	Posicionamento ideológico do governo, baseado em Huber and Inglehart	Quantitativa

Os resultados das árvores de decisão são apresentados na Figura 4.5. É, adicionalmente, apresentado o sumário da análise no Anexo 7.

Figura 4.5. Árvores de decisão para as categorias elementares *Internet*, *equipamentos*, *democracia* e *infraestrutura*



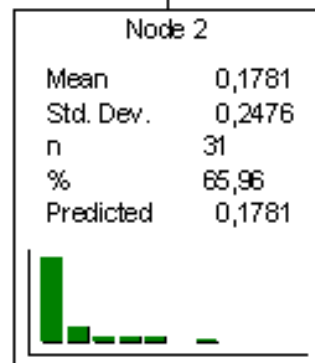
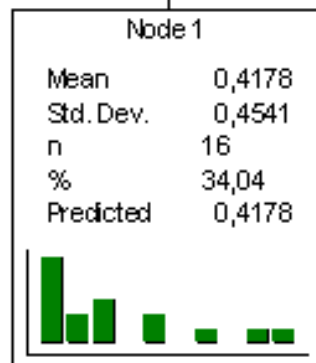
Democracia (%)



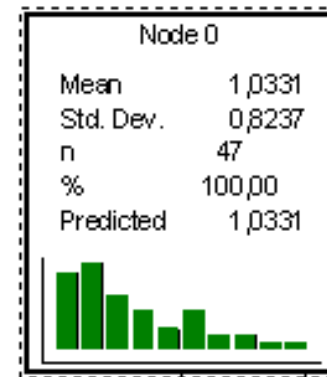
Government Policy Position based on Laver and Hunt (1992)  
Adj. P-value=0,3924, F=5,5340, df=1,45

$\leq 8,8000000000000007$

$> 8,8000000000000007$ , <missing>



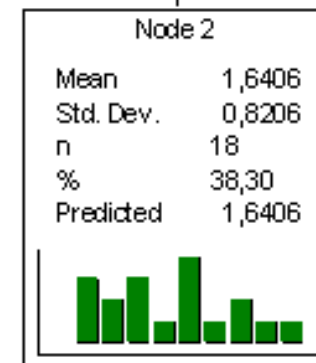
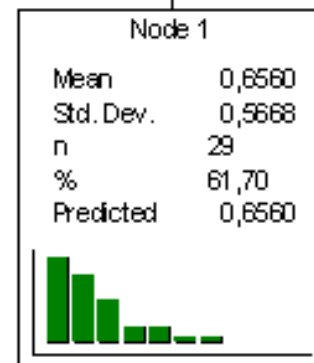
Infraestructura (%)



Government Policy Position based on Warwick (1994)  
Adj. P-value=0,0005, F=23,6971, df=1,45

$\leq -2$ , <missing>

$> -2$



Como se verifica, a primeira variável seleccionada para a partição da distribuição da saliência das categorias elementares *Internet*, *democracia* e *infraestrutura* corresponde a um dos indicadores de posicionamento ideológico incluídos no modelo.

O posicionamento do governo em funções no momento da publicação do documento no espectro entre a esquerda moderada e a extrema-esquerda é seleccionado como o critério mais discriminante para a explicação da saliência destas três categorias: caso o governo em funções se encontre neste espectro, a probabilidade de conferir maior saliência às categorias em questão é maximizada.

O valor médio de saliência da categoria *Internet*, no total dos 47 documentos considerados na análise, é de 3,10‰. Contudo, no caso dos documentos em que o índice de posicionamento ideológico de Huber e Inglehart é igual ou inferior a 3,85 (o que equivale a um posicionamento que pode ser considerado, ainda, como de esquerda moderada), esta média duplica, subindo para 6,24‰; por outro lado, nos casos em que o valor é superior a 3,85, ou não existe informação disponível<sup>324</sup>, desce para 1,78‰.

A saliência da categoria *democracia* é, por sua vez, de 0,26‰. No caso dos documentos em que o valor do indicador de Laver e Hunt é igual ou inferior a 8,8 (o que equivale a um posicionamento de esquerda moderada, uma vez que o intervalo de variação deste indicador se encontra compreendido entre 0 e 20), esta média sobe para 0,42‰; por outro lado, nos casos em que o valor é superior a 8,8, ou não existe informação disponível, a média da categoria *democracia* desce para 0,18‰.

No caso da categoria *infraestrutura*, o sentido desta relação é invertido, uma vez que a correlação com os indicadores de posicionamento ideológico é positiva (ou seja, a categoria é utilizada, sobretudo, pelos governos nacionais com um posicionamento

---

<sup>324</sup> O facto de serem incluídos na análise documentos para os quais não existe informação disponível, relativamente aos indicadores de posicionamento ideológico, poderá ser questionado. Esta característica decorre do facto de a própria fonte de informação directa (veja-se, sobre a fonte de informação, a página 5 e a nota 307) não incluir esta informação. A fonte utilizada não contém, aliás, informação sobre vários casos, para os 4 indicadores de posicionamento ideológico. Os casos em que não existe informação não condicionam de forma determinante, contudo, o resultado da análise. Esta afirmação é baseada em resultados obtidos a partir de duas estratégias: a primeira consiste em retirar da análise os casos para os quais não se encontram disponíveis os valores do indicador em questão (continuando esta a ser a variável seleccionada para o primeiro nó), e a segunda em repetir a análise, retirando o indicador de posicionamento ideológico seleccionado para a primeira partição da lista de

ideológico de direita). A saliência média desta categoria é de 1,03‰. Nos documentos em que o indicador de posicionamento ideológico de Warwick é igual ou inferior a 2, ou não existe informação disponível, este valor desce para 0,66‰ e, nos documentos em que é superior a 2, sobe para 1,64‰.

No caso da categoria equipamentos, a primeira variável seleccionada para a partição da distribuição da sua saliência não é, contudo, um indicador de posicionamento ideológico, mas o país de origem do documento. A média da distribuição desta categoria sobe de 0,36‰ para 0,64‰, num conjunto de 5 países constituído pela Alemanha, França, Grécia, Luxemburgo e Portugal. Nos documentos dos restantes 10 países esta média desce para 0,19‰.

Não é possível manter, deste modo, a hipótese de que o posicionamento ideológico dos governos nacionais seja a principal variável explicativa da saliência conferida à categoria *equipamentos*. A categoria *equipamentos*, apesar de assumir um valor de correlação elevado com os indicadores de posicionamento ideológico, encontra no país de origem dos documentos a variável mais discriminante para as diferenças na sua distribuição.

Contudo, nos restantes casos, pode ser mantida a hipótese de que o posicionamento ideológico dos governos nacionais é a principal variável explicativa da saliência atribuída às categorias em questão, nos documentos. A *Internet* e a *democracia* surgem, deste modo, como categorias apropriadas pelo discurso dos governos nacionais com um posicionamento ideológico de esquerda, enquanto a categoria *infraestrutura* é mais utilizada nos documentos de governos com um posicionamento ideológico de direita.

Estes resultados conduzem à necessidade de diferenciar, na formulação dos documentos de políticas públicas para a sociedade da informação, dois planos distintos. O primeiro corresponde aos modelos ou concepções de democracia e de participação a que os agentes enunciadores dos documentos recorrem e que colocam em prática, na sua exploração da relação entre novas tecnologias e participação dos cidadãos. O segundo corresponde à saliência que algumas categorias relacionadas com a participação assumem, no texto dos documentos.

---

variáveis independentes (sendo, neste caso, seleccionado outro indicador de posicionamento ideológico para o primeiro nó).

No primeiro caso, a independência dos enunciadores face às instâncias executivas e a maior distância dos documentos redigidos à fase de concretização de políticas públicas parecem criar condições de autonomia, favorecendo uma abordagem da participação pública direccionada para o plano da participação alargada.

No segundo caso, a saliência, ou o destaque, que algumas categorias assumem é fortemente influenciada pelo posicionamento ideológico dos governos nacionais.



## CONCLUSÕES

De acordo com o argumento central da investigação aqui reportada, apresentado na introdução, a análise do impacto que as novas tecnologias poderão revelar sobre os mecanismos da representação e as formas de participação política nas democracias liberais ocidentais carece de uma adequada contextualização, no que concerne ao seu enquadramento institucional.

Parece-nos essencial, por esse motivo, averiguar de que modo os actores políticos, especialmente os que assumem responsabilidades governativas, concebem a evolução da democracia e dos correspondentes instrumentos de participação, de forma a poder compreender adequadamente a evolução global a que a democracia se poderá encontrar sujeita nos sistemas políticos considerados.

A tentativa de compreensão do modo como se poderá vir a configurar a evolução da democracia e da relação de representação deverá, nesta perspectiva, incluir a análise do factor institucional, de forma a abarcar todas as dimensões em causa. Para além da caracterização da procura que os cidadãos apresentam face aos canais de participação existentes, de carácter formal ou informal, torna-se igualmente necessário examinar a oferta de canais de participação que o sistema disponibiliza aos cidadãos.

Contudo, as primeiras conclusões a reportar não respeitam directamente a este argumento, mas a uma questão que lhe é anterior: a capacidade de intervenção que a União Europeia tem demonstrado nas políticas públicas para a sociedade da informação. Emergem, relativamente a este problema, duas conclusões principais.

A primeira consiste no facto de a União Europeia se constituir enquanto agente relevante na definição e na adopção de políticas públicas para a sociedade da informação. Esta conclusão pode, de algum modo, ser antecipada através da análise da actuação das instituições europeias em alguns domínios relacionados com a sociedade da informação. Um dos exemplos mais claros dessa capacidade de intervenção corresponde ao papel desempenhado pela União Europeia na liberalização do sector das telecomunicações, num processo que atinge o seu auge em 1998. Podem ser apresentados, porém, outros exemplos em que os Estados membros são

conduzidos, em grande medida a partir da iniciativa das instituições europeias, a adoptar tecnologia e a incentivar projectos orientados para o estabelecimento e reforço de um mercado único europeu, a colocar a sua administração pública *online* e a fomentar o acesso à *Internet* nas escolas, nas empresas e junto das famílias.

A análise da legislação europeia em vigor para a área da sociedade da informação fornece, todavia, uma confirmação empírica desta percepção. Tomando como fonte de informação o Repertório da Legislação Comunitária em Vigor, em Abril de 2003<sup>325</sup>, é possível verificar que mais de metade (58%) das normas em vigor para a área da sociedade da informação assume carácter vinculativo (*hard law*). O Estados membros foram, desta forma, conduzidos à adopção ou à transposição, para o seu ordenamento jurídico, de mais de metade das normas comunitárias que se encontravam em vigor, em Abril de 2003, no que concerne à área da sociedade da informação.

Estes resultados não permitem, evidentemente, afirmar que as instituições europeias detêm a mesma capacidade de intervenção sobre a realidade interna dos Estados membros que os governos nacionais, ou que detêm total autonomia na respectiva actuação. Os Estados membros da União Europeia continuam, em qualquer caso, a constituir-se enquanto os principais agentes de poder no processo de definição das políticas públicas específicas para cada um dos sistemas políticos.

O poder dos Estados membros reside, em primeiro lugar, na adopção de legislação e de políticas próprias. Os mecanismos que implicam que um conjunto de normas comunitárias prevaleça sobre as normas nacionais não esgotam, claro está, a capacidade dos Estados para adoptar normas e prosseguir políticas próprias. Adicionalmente, os Estados dispõem da capacidade de negociar a calendarização, o ritmo e as formas de adopção de medidas provenientes do nível europeu. Concomitantemente, são dotados da capacidade de reprovar as propostas apresentadas ao Conselho. Neste caso, o exercício do poder que os Estados membros detêm pode tender para o bloqueio do funcionamento das instituições comunitárias.

Associado a este tipo de estratégia, os Estados membros podem também procurar outras formas de evitar ou condicionar a entrega de mais poder às instituições europeias – estratégias que a terminologia neo-funcionalista designa como *spill*

---

<sup>325</sup> Uma parte significativa da legislação comunitária em vigor neste momento foi aprovada entre 1994 e 2000, coincidindo com a delimitação do âmbito de análise estabelecida para a selecção de documentos.

*around*, ou *spill back*. Finalmente, os Estados membros podem contestar, no próprio Tribunal de Justiça, as decisões provenientes do nível europeu.

Não obstante, a capacidade de intervenção das instituições europeias, influenciando a actividade dos Estados membros na área da sociedade da informação, é uma realidade indesmentível. Enquanto meio ambiente exógeno a cada um dos sistemas políticos nacionais e dotado hoje de capacidades acrescidas, a União Europeia determina conteúdos e procedimentos, em certos domínios específicos, particularmente no que concerne ao domínio em análise, a que os Estados membros não se podem actualmente furtar. A análise efectuada à legislação comunitária tende a confirmar uma leitura supranacional da capacidade de intervenção da União Europeia nesta matéria, como argumentado previamente por Sandholtz e Stone Sweet (1998).

Esta conclusão é especialmente relevante, na medida em que parece não assumir igual validade para outras áreas de actuação da União Europeia. A sua intervenção no domínio das políticas sociais, por exemplo, traduz-se numa percentagem muito mais reduzida de normas com capacidade vinculativa (Cram, 1999).

A segunda conclusão relacionada com a intervenção das instituições europeias na área da sociedade da informação corresponde ao protagonismo assumido pela Comissão Europeia. Esta instituição é frequentemente apresentada como um órgão executivo da União Europeia, minimizando-se a sua participação na adopção de legislação. Porém, a análise efectuada não confirma uma leitura puramente executiva da actividade da Comissão nesta área.

Apesar de o Conselho Europeu ser o principal responsável pela elaboração da legislação europeia em vigor (48% do total da legislação europeia em vigor na área da sociedade da informação, em Abril de 2003, identifica o Conselho como primeiro responsável pela sua adopção) e de a Comissão surgir como primeiro responsável em 36% dos casos, esta desempenha um papel essencial nesta área. Importância essa que se traduz, aliás, claramente na própria adopção de normas.

Conquanto o Conselho Europeu, como já referido, surja como o autor da maioria da legislação em vigor na área, as normas produzidas pela Comissão Europeia assumem natureza coerciva numa percentagem mais elevada de casos. Efectivamente, a percentagem de normas com carácter vinculativo é, no caso das normas adoptadas através da Comissão, de 84%, e de apenas 30%, no caso das normas adoptadas através do Conselho. Estes valores significam que a probabilidade de uma norma

resultante da actividade da Comissão Europeia se revestir de capacidade vinculativa, nesta área e âmbito de análise, é quase três vezes mais elevada do que no caso de uma norma adoptada através do Conselho Europeu – correspondendo a uma relação com significância estatística.

A importância da Comissão manifesta-se, deste modo, não só através do desempenho das suas funções executivas, articuladas com a capacidade de condicionar a agenda, mas também através da própria intervenção no processo deliberativo da União Europeia.

Estas conclusões são relevantes, não apenas na medida em que justificam a inclusão das instituições europeias no âmbito de análise mas, sobretudo, porque chamam a atenção para o facto de que qualquer avaliação das políticas públicas para a área da sociedade da informação, no espaço europeu, deverá incluir uma caracterização

Regressando ao argumento central da investigação, e na sequência das interrogações detalhada da intervenção no seio da própria União Europeia, expressas na introdução da presente Tese, a primeira conclusão aponta para o facto de os Estados membros e de a União Europeia, nos respectivos documentos de políticas públicas globais para a sociedade da informação, conferirem uma escassa relevância à democracia e à participação dos cidadãos, enquanto questões autónomas.

Apesar de muitos dos 60 documentos incluídos no âmbito de análise efectuarem referências, no seu texto, à democracia e à participação, apenas em 7 casos os autores optam por abordar as questões respeitantes à democracia na sociedade da informação num ponto específico, formalmente independente do texto. Em todos os restantes documentos, a referência às questões relacionadas com a democracia, ou com a participação, decorre exclusivamente de outros objectivos, sendo-lhes em qualquer caso subsidiária.

Diversos princípios essenciais da democracia, como a valorização de critérios de igualdade ou de transparência, poderão encontrar-se eventualmente na base da formulação dos documentos, servindo de matriz para a concepção e enunciação de políticas para várias áreas, como a economia, o emprego, a investigação, a educação ou a saúde. Todavia, a democracia, enquanto destinatário autónomo de políticas públicas é, nestes documentos, objecto de escassa relevância, merecendo pouco destaque.

O impacto que as políticas públicas globais para a sociedade da informação poderão revelar sobre as formas institucionalmente previstas de participação é, adicionalmente, muito limitado, de acordo com a reflexão contida nos documentos analisados. Esta segunda conclusão não se baseia apenas na reduzida atenção dedicada à democracia, enquanto objecto autónomo das políticas públicas para a sociedade da informação – o que contribui, só por si, para a expectativa de um conjunto limitado de alterações – mas também em elementos empíricos adicionais.

Na maior parte dos casos em que a democracia surge como um tema autónomo, abordado num ponto específico dos documentos, o modelo subjacente de interacção entre o Estado e o cidadão é, para utilizar a conceptualização proposta por Chadwick e May (2001), baseado na gestão da relação com o cidadão. Ou seja, a concepção da utilização da tecnologia é orientada para o aumento da intensidade e da eficiência dos fluxos de comunicação, quer entre o Estado e o cidadão, quer, também, no interior da administração pública. A relação com os cidadãos é predominantemente encarada, nesta perspectiva, através de um modelo de comunicação unidireccional, no qual é privilegiada a eficiência na disponibilização de informação. As novas tecnologias são vistas, por este motivo, essencialmente como um meio para conduzir a melhorias quantitativas sobre as tecnologias anteriores. A oferta de canais de participação disponíveis aos cidadãos, bem como os serviços prestados pelo Estado, continuarão a ser semelhantes aos existentes, mas tornando-se mais rápidos e, eventualmente, com um custo de acesso e de utilização mais reduzido.

A criação de sítios na *Internet* das instituições da administração pública, a disponibilização nesses sítios de informação e de conteúdos relativos à sua actividade, ou a possibilidade de usufruir através da *Internet* dos serviços prestados por essas instituições são iniciativas que traduzem, em larga medida, esta visão de gestão da relação com o cidadão.

Tal como anteriormente explicitado, é adoptado, na presente investigação, um conceito abrangente de participação. Este conceito permite distinguir, na sua operacionalização, formas restritas e alargadas de participação. As formas restritas correspondem à possibilidade de aceder a informação e de poder conhecer os assuntos em questão, enquanto o seu nível mais elementar consiste no reconhecimento aos cidadãos do direito à informação. As formas alargadas traduzem-se, em termos gerais, na possibilidade de influenciar directa ou indirectamente a

tomada de decisão final, e o seu nível mais elevado concretiza-se através da participação directa na tomada de decisão, na deliberação final.

Foi possível identificar, a partir desta identificação e diferenciação em níveis das formas de participação, um conjunto de vocábulos, agrupados em 19 categorias elementares, que se encontram associados à referência ao conceito de participação.

Nos documentos analisados, na totalidade das 19 categorias mencionadas, mais de metade de todas as referências que podem ser associadas à noção de participação respeitam às categorias *Internet* e *acesso*. As referências à participação pública traduzem-se predominantemente, deste modo, no recurso a uma categoria que designa directamente o meio de comunicação (a *Internet*), e a uma outra que se refere, na generalidade dos casos, à capacidade de lhe aceder (o *acesso*).

Nestas referências, a *Internet* é predominantemente encarada como um novo meio de comunicação de massas, ao qual se torna necessário assegurar o acesso, de forma a permitir que um conjunto de procedimentos existentes, administrativos e burocráticos, seja transposto de uma base analógica (através de processos em papel e atendimento presencial, por exemplo), para um formato digital, em que se torna possível rentabilizar as consequências decorrentes da sua informatização e desmaterialização.

O ciberespaço é encarado, nesta leitura, como um prolongamento do espaço tradicional de actividade das instituições, embora com a expectativa de ganhos de eficiência e de rapidez. Na abordagem reservada à política nos documentos analisados, não é a sociedade da informação a trazer novos valores para o domínio da democracia e da participação, mas a política do "mundo real" a capturar e ocupar o ciberespaço.

Estas características confluem para uma confirmação da utilização das tecnologias orientada para o *reforço* do poder das instituições políticas (Danziger *et al.*, 1982), e de *normalização* do ciberespaço (e, inerentemente, da política no ciberespaço), como sugerido por Resnick (1997) e suportado por várias investigações posteriores (Bellamy e Taylor, 1998; Davis, 1999; Margolis, 1999; Gibson *et al.*, 2004; Lusoli *et al.*, 2005).

Uma terceira conclusão da investigação efectuada aponta para a existência de uma relação entre a distância face à fase de concretização de políticas públicas e a abordagem à questão da participação dos cidadãos. De acordo com esta conclusão, a distância face à concretização favorece o tratamento destas questões enquanto tema

autónomo, na estrutura dos documentos, bem como uma abordagem qualitativamente diversa.

Verifica-se uma tendência, no conjunto de 7 documentos acima mencionados, para que as questões relacionadas com a democracia na sociedade da informação sejam tratadas num ponto formalmente autónomo, para uma maior independência no posicionamento face às instituições executivas. Esta independência é perceptível quer através do tipo de documentos em questão, quer do perfil dos seus enunciadores.

De um total de 23 documentos considerados como implicando um compromisso formal das instituições de governo, no sentido da concretização próxima das medidas previstas no seu texto (os Livros Brancos), apenas dois integram este grupo. Os restantes documentos assumem características que os colocam mais distantes da formulação de medidas destinadas à concretização, podendo ser considerados como Livros Verdes, como relatórios preparatórios ou de reflexão, ou como relatórios de progresso.

No que diz respeito ao posicionamento dos autores, dois dos documentos provêm de comissões constituídas no âmbito parlamentar, sendo um deles redigido por um grupo independente de "peritos de alto nível" e um outro por uma comissão de trabalho com membros independentes.

A relação entre a distância à fase de concretização de políticas públicas e a abordagem à participação dos cidadãos não se esgota, contudo, na sua escolha como tema para tratamento autónomo. Existem, igualmente, diferenças na concepção de participação subjacente.

De entre o conjunto de 7 documentos referidos, devem ser destacados dois casos como revelando um tratamento das questões relacionadas com a democracia e com a participação dos cidadãos que remete de forma mais evidente para o domínio da participação alargada.

Um destes casos corresponde a um Livro Verde dinamarquês, publicado em 1999, com o título *Digital Denmark*<sup>326</sup>. Este documento é redigido por uma comissão independente, constituída por um membro do Parlamento Europeu (e que integrou,

---

<sup>326</sup> Documento n.º 27 do corpo de análise. A sua designação completa é *Digital Denmark - conversion to the network society*. Apesar de concluído e apresentado em 1999, a sua edição formal e impressão data de 2000. Veja-se, sobre esta questão, a nota 129.

anteriormente, o Parlamento Nacional) e por um gestor com experiência na área das telecomunicações, tecnologias de informação e transportes.

Neste documento, a maior parte do texto é ocupada pela abordagem a 5 objectivos considerados centrais: permitir a aprendizagem ao longo da vida para todos; tornar a Dinamarca numa nação de comércio electrónico; melhorar os serviços prestados pela administração pública através da utilização das novas tecnologias; estimular a utilização da *Internet* e estabelecer pólos de desenvolvimento tecnológico. Para cada um destes objectivos é apresentado um conjunto de 3 a 5 iniciativas.

A primeira iniciativa do quarto objectivo, dedicado ao estímulo da utilização da *Internet*, adopta o título *Participação digital* e é explicitamente dedicada à participação dos cidadãos. Nesta iniciativa, ao contrário do que sucede na maior parte dos documentos, é apresentada uma proposta concreta relacionada com a participação dos cidadãos. Esta proposta consiste na criação de um portal dedicado ao debate político e ao acesso a informação política, na *Internet*, no domínio [www.danskpolitik.dk](http://www.danskpolitik.dk) e acentua claramente a componente de debate, secundarizando, até, a disponibilização de informação.

Os autores reconhecem, na sua reflexão, a complexidade da questão, considerando que a exploração da *Internet* para a criação de mecanismos de participação dos cidadãos não deve ser reduzida a uma "democracia instantânea".

Contudo, este risco de simplificação e empobrecimento qualitativo da democracia, em que o debate sobre questões públicas, com a sua inerente complexidade, pode ser reduzido à escolha emotiva de um *sim* ou de um *não*, não deve implicar, na sua perspectiva, uma exclusão da possibilidade de recurso às novas tecnologias.

A *Internet* e as novas tecnologias de informação e comunicação disponibilizam um conjunto de recursos que podem, e devem, ser explorados para a criação de uma relação de maior abertura e, simultaneamente, maior proximidade entre cidadãos e agentes políticos:

However, IT can become a good democratic tool because it can create new channels and forms of communication between citizens and politicians. IT can be used to create openness in the political system and a new closeness between citizens and politicians. Many public institutions are already aiming at increased openness and closeness to citizens with active home pages. However, with the exception of some isolated chats with politicians, the electronic dialogue is primarily between citizens and officials in the public administrations. Therefore, a main portal, [www.danskpolitik.dk](http://www.danskpolitik.dk), should be



established to be the common entry point for Danish citizens into political debate and information on the Internet. The home page [www.dansktopolitik.dk](http://www.dansktopolitik.dk) should, among other things, provide electronic contact to all political committees and governing bodies in State, municipal and county administrations and direct electronic access to electronic debates, hearings and relevant information material. (*idem*: 87)

Este é um dos poucos casos, em todo o corpo de análise, em que surge uma proposta concreta claramente situada no domínio da participação pública alargada.

Um outro documento que se destaca, pela concepção de participação subjacente, é o relatório de reflexão preparado por um Grupo de Peritos de Alto Nível, constituído por iniciativa da Comissão Europeia, e publicado em 1997, com o título *Construir a sociedade da informação para todos*<sup>327</sup>. Este grupo é constituído por membros de vários países, de origem principalmente académica e empresarial, em que constam alguns cientistas sociais, como Manuel Castells e Luc Soete.

Neste caso, apesar de não surgirem propostas concretas de utilização de novas tecnologias para a participação dos cidadãos, a questão é directamente abordada.

O relatório integra, no segundo capítulo, que adopta o título "Construir uma sociedade europeia para todos: os principais desafios políticos", um ponto com a designação "Transparência e democracia" (Ponto J). Este ponto divide-se numa abordagem à "Concentração dos meios de comunicação social", no seu primeiro número, e na preocupação em "Incluir todos os cidadãos: um amplo projecto de democracia", no segundo.

A perspectiva relativa à democracia e à participação pública apresentada neste último número valoriza o debate público, que remete para o âmbito da participação alargada, em detrimento da disponibilização de informação:

Existe mesmo o risco de que um excesso de informação e de debate, principalmente se forem apresentados como especulação dos meios de comunicação, prejudique a seriedade do processo governativo, criando uma "democracia de espectáculo". Como já sublinhámos relativamente à confusão possível entre transmissão de dados, comunicação interpessoal e aquisição de conhecimentos, existe o perigo de confundir a transmissão de dados com o debate público. (*idem*: 73)

Na sequência desta perspectiva, é apresentada, no fim do ponto J, uma recomendação orientada para a colocação em prática de um projecto de cidadania, por parte da União Europeia. De acordo com esta recomendação, o projecto a implantar deveria assegurar três objectivos principais: demonstrar como as tecnologias de informação podem aumentar a interacção entre políticos e cidadãos, esclarecer como as questões relacionadas com os direitos fundamentais devem ser equacionados na sociedade da informação e, também, como pode ser melhorada a compreensão e a transparência do processo democrático, quer nas instituições nacionais, quer nas instituições europeias.

A diferença entre a abordagem expressa nestes documentos e o tratamento reservado à questão na generalidade das referências efectuadas nos restantes textos, por pequena e inexpressiva que possa parecer, não é irrelevante. Trata-se, neste caso, regressando aos cenários propostos por Chadwick e May (2001), de um modelo consultivo, em que as instituições de governo são também encaradas como receptor de informação emitida pelos cidadãos, procurando activamente os seus *inputs*, e não de um modelo de "gestão" da informação submetida aos cidadãos.

Estes dois documentos partilham características evidentes de distância face à concretização de políticas públicas: ambos são redigidos por grupos independentes do órgão executivo a que se destinam (um ministério e a Comissão Europeia, respectivamente), e ambos formulam recomendações a esse órgão, que não se traduzem em compromissos no sentido da sua necessária implantação.

A distância à intervenção sobre a realidade torna-se adicionalmente relevante, no caso do documento dinamarquês, na medida em que a recomendação de criação de um portal dedicado ao debate político e ao acesso a informação política parece nunca se ter concretizado: o domínio [www.danskpolitik.dk](http://www.danskpolitik.dk) não conduz, actualmente, a qualquer página activa e, apesar de não ter sido possível determinar com segurança se terão existido anteriormente conteúdos neste endereço, o cenário mais provável parece corresponder à existência de uma fase de avaliação ou, mesmo, de desenvolvimento do projecto (Broomby *et al.*, 2000: 83), que não se chegou, no entanto, a concluir.

Desta conclusão não se pode inferir que todos os documentos com as características mencionadas efectuam uma abordagem semelhante ao tema. O caso do *Relatório*

---

<sup>327</sup> Documento n.º 8 do corpo de análise.

*Bangemann*, por exemplo, que assume as mesmas características formais e não regista qualquer referência a estas questões, é ilustrativo de que estas dimensões não se encontram necessariamente associadas. Contudo, a independência dos enunciadores face às instâncias executivas e a maior distância dos documentos redigidos relativamente à fase de concretização de políticas públicas parecem criar condições de autonomia, e favorecem uma abordagem da participação pública direccionada para o plano da participação alargada.

Uma quarta conclusão da investigação prende-se com um plano mais formal do discurso sobre a participação que se encontra plasmado nos documentos, do que, propriamente, com a sua substância. De acordo com esta conclusão, o discurso, nos documentos das políticas públicas globais para a sociedade da informação, confere uma saliência diferencial a determinadas categorias de vocábulos que podem ser associadas à participação, de acordo com o posicionamento ideológico dos governos nacionais, estimado a partir de questionários realizados junto de especialistas (*expert surveys*). Mais precisamente, as categorias *Internet* e *democracia* assumem maior saliência no caso de governos nacionais com um posicionamento ideológico de esquerda, enquanto a categoria *infraestrutura* assume maior saliência no caso de governos com um posicionamento de direita.

A verificação da existência de uma correlação positiva entre a saliência da categoria *democracia* e um posicionamento ideológico de esquerda não pode ser considerada como nova. A equipa do *Manifesto Research Group/Comparative Manifestos Project* identificou anteriormente, na análise de programas eleitorais de partidos políticos, uma maior saliência de vocábulos associados à democracia nos programas dos partidos de esquerda (Budge, 1992; Budge em Laver, 2001: 50-65 e Budge e Klingemann em Budge, Klingemann *et al.*, 2001: 19-50).

A conclusão aqui obtida é relevante por vários motivos. O primeiro prende-se com o facto de a correlação entre as variáveis ser estatisticamente significativa, a um nível elevado de significância. Estes valores de correlação revelam-se significantes, aliás, não só com um indicador de posicionamento ideológico, mas com quatro indicadores distintos. Uma segunda ordem de razões prende-se com a prevalência desta correlação. O teste de várias hipóteses alternativas ao posicionamento ideológico, na determinação da saliência destas categorias, permite manter estes indicadores como as variáveis mais discriminantes. Ou seja, a variável com maior poder explicativo da saliência conferida às categorias referidas, de entre as variáveis testadas, corresponde

ao posicionamento ideológico dos governos nacionais. Um terceiro motivo corresponde ao facto de estas correlações não respeitarem a programas de partidos políticos, mas a documentos de políticas públicas. Não se encontra em causa, desta forma, uma questão programática dos partidos, mas a sua influência sobre o discurso nas políticas públicas. O quarto e, porventura, mais importante motivo pelo qual esta correlação é considerada relevante prende-se com a insuficiência de elementos que permitam a ligação entre o plano da saliência conferida, no discurso, à categoria *democracia*, e o plano da concepção de participação que lhe é subjacente.

Esta hipótese de desfasamento é perceptível, em primeiro lugar, através da análise da correlação do posicionamento ideológico com as restantes categorias de participação utilizadas na análise. A correlação detectada entre o posicionamento ideológico de esquerda dos governos nacionais e as categorias *Internet* e *democracia* não encontra uma tradução correspondente nas restantes categorias relacionadas com a participação.

Ou seja, a “esquerda” distingue-se da “direita” por recorrer mais, na redacção dos documentos, a vocábulos que remetem para as categorias *Internet* e *democracia*, mas não se distingue de igual forma da direita na utilização das restantes categorias de participação. Apesar de as restantes categorias do conceito de participação pública demonstrarem, na sua maioria, uma tendência de correlação com a esquerda, a categoria *democracia* assume uma correlação com a esquerda que se destaca da quase totalidade das restantes categorias. Os governos nacionais parecem ser, desta forma, mais influenciados pelo seu posicionamento ideológico na saliência que conferem à *democracia*, do que à generalidade das restantes categorias de participação. A par desta correlação diferencial verifica-se, também, uma insuficiência de elementos que traduzam qualitativamente a saliência conferida, no discurso, à categoria *democracia*.

Estes indícios apontam para a possibilidade da existência de um recurso discursivo à categoria *democracia*, mais destacado por parte dos governos nacionais com um posicionamento ideológico de esquerda, mas sem uma concepção necessariamente diversa da participação. Importaria investigar de forma mais aprofundada se, como nota Braga da Cruz em outro contexto, a propósito da relação entre a esquerda e as instituições democráticas, “quando o que está em causa é a exequibilidade da democracia (...) o possibilismo impõe-se então ao finalismo na gestão do poder e na concepção dos sistemas e instituições” (1997: 4).

Uma das soluções para a compreensão mais aprofundada do conjunto de relações em causa poderá consistir no recurso a procedimentos de codificação manual de unidades de análise a um nível mais elevado de desagregação como, por exemplo, as quase-frases adoptadas no âmbito do projecto *Manifesto Research Group*. Esta forma de codificação, impossível de assegurar na presente investigação, com um corpo de análise de mais de 3.000 páginas poderá ser, contudo, um próximo passo para investigações futuras.

Outra direcção possível, em futuras investigações consiste no alargamento do âmbito de análise. Este alargamento pode ser encarado ao nível da análise dos documentos, incidindo quer sobre o plano temporal, abrangendo documentos mais recentes, quer sobre o nível de desagregação das políticas em causa, incluindo documentos sectoriais ou de âmbito local e regional. Este alargamento do âmbito pode, também, ser centrado em outras fases do processo das políticas públicas, passando a incluir a análise da concretização das políticas aqui apresentadas. Todas estas direcções de investigação se orientam de forma privilegiada para o teste adicional das conclusões aqui obtidas. Existe, no entanto, um outro conjunto de preocupações que deve ser colocado em articulação com os objectivos aqui adoptados, e que corresponde à caracterização das expectativas existentes, por parte dos cidadãos, bem como à avaliação dos resultados destas políticas junto da opinião pública.

As conclusões aqui reportadas não equivalem necessariamente, convém sublinhar, à inexistência de alterações no enquadramento conferido à participação nem, mesmo, à sua eventual *qualidade*. Surgem inúmeras referências, nos documentos analisados, à necessidade de disponibilização de informação aos cidadãos, de transparência das instituições públicas, de desenvolvimento de serviços mais eficientes, de envolvimento dos cidadãos e de criação de oportunidades de debate e de discussão.

Todas estas possibilidades parecem assumir-se como essenciais para o modelo democrático na medida em que, como vimos, podem contribuir de forma decisiva para um sistema mais informado e uma cidadania mais livre e responsável (Sartori, 1987 e 2000; Dahrendorf, 2003 e 2006). Não obstante, permanece em aberto a questão de saber como serão gradualmente transformadas tais possibilidades e que efeito poderão efectivamente revelar junto dos cidadãos críticos.



## REFERÊNCIAS

### Bibliografia geral

- AA. VV. (1969-1976). *Histoire Générale de la Presse Française*. Paris: PUF (5 Vols).
- AA. VV. (1999). *Os Cidadãos e a Sociedade da Informação*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM). Comunicações apresentadas na Conferência "Os Cidadãos e a Sociedade da Informação", promovida pelo Presidente da República, a 9 e 10 de Dezembro de 1999.
- Abramson, Jeffrey, F. Christopher Arterton e Garry R. Orren (1988). *The Electronic Commonwealth*. Nova Iorque: Basic Books.
- Abramson, Paul (1995). "Political Participation", in Lipset (Ed.), *The Encyclopedia of Democracy*. Londres: Routledge, pp. 913-920.
- Ackerman, Bruce e James S. Fishkin (2004). *Deliberation Day*. New Haven: Yale University.
- Aglietta, Michel (1979). *A Theory of Capitalist Regulation*. Londres: New Left Books.
- Agre, Philip E. (2002). "Real-Time Politics: The Internet and the Political Process", *The Information Society*, 18(5), pp. 311-331, <http://polaris.gseis.ucla.edu/pagre/real-time.pdf> (último acesso a 12 de Janeiro de 2006).
- Almond, Gabriel A. e Sidney Verba (1989) [1963]. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Newbury Park CA: Sage.
- Almond, Gabriel A. e Sidney Verba (Eds.) (1989) [1980]. *The Civic Culture Revisited*. Newbury Park CA: Sage.
- Alves, José Augusto, Pedro Campos e Pedro Quelhas Brito (Coord.) (1999). *O Futuro da Internet*. V. N. Famalicão: Centro Atlântico.
- Anselmo, Artur (1981). *Origens da imprensa em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM).
- Appleby, Joyce e Terence Ball (eds.) (1999). *Thomas Jefferson, Political Writings*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Arblaster, Anthony (1988). *A Democracia*. Lisboa: Estampa.
- Arnstein, Sherry R. (1969). "A ladder of citizen participation", *Journal of the American Institute of Planners*, Vol. 35, N.º 4, Julho, 216-224.
- Aron, Raymond (1965). *Démocratie et Totalitarisme*. Paris: Gallimard.
- Arterton, Christopher (1987). *Teledemocracy: Can Technology Protect Democracy?*. Newbury Park: Sage.
- Åström, Joachim (2001). *Digital Democracy: Ideas, Intentions and Initiatives in Swedish Local Governments*. Örebro: Universidade de Örebro. Documento preparado para apresentação nas Joint Sessions do ECPR, em Grenoble, de 6 a 11 de Abril de 2001.
- Auty, Caroline (Ed.) (2005). *Politics and Government in the Age of the Internet*. Bradford: Emerald.
- Baldwin, Deborah (1992). "Push-Button Democracy", *Utne Reader*, Setembro/Outubro de 1992, pp. 9-20.
- Barber, Benjamin (1984). *Strong Democracy*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.

- Barber, Benjamin (2001). "Which Technology for Which Democracy? Which Democracy for Which Technology?", *International Journal of Communications Law and Policy*, n.º 6, [http://www.ijclp.org/6\\_2001/pdf/ijclp\\_webdoc\\_5\\_6\\_2001.pdf](http://www.ijclp.org/6_2001/pdf/ijclp_webdoc_5_6_2001.pdf) (último acesso a 12 de Janeiro de 2006).
- Baudrillard, Jean (1995 [1981]). *Simulacra and Simulation*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Baudrillard, Jean (1988). *Selected Writings*. Cambridge: Polity.
- Becker, Ted (1981). "Teledemocracy", *The Futurist*. Dezembro de 1981.
- Becker, Ted (1984). "Electronic communications may permit direct democracy on a larger scale - Teledemocracy: An Interview With Ted Becker" (Entrevista por Robert Gilman), *Context*, 7 (Outono), Context Institute, <http://www.context.org/ICLIB/IC07/Becker.htm> (último acesso a 11 de Novembro de 1997).
- Becker, Ted (s/d). *Our First Editorial – True Teledemocracy, TAN+N and You*, Teledemocracy Action News + Network, <http://www.auburn.edu/tann/tann2/editor.html> (último acesso a 12 de Janeiro de 2006).
- Becker, Ted (s/d). *Our Second Editorial – Rating Teledemocracy and Direct Democracy Projects and Movements*, Teledemocracy Action News + Network, <http://www.auburn.edu/tann/tann2/editor2.html> (último acesso a 12 de Janeiro de 2006).
- Becker, Ted (s/d). *Project Action News*, <https://fp.auburn.edu/tann/tann2/projects.html> (último acesso a 12 de Janeiro de 2006).
- Becker, Ted e Christa Daryl Slaton (1979). *Hawaii Televote Handbook*. Honolulu, Hawaii: policopiado.
- Becker, Ted e Christa Daryl Slaton (2000). *The Future of Teledemocracy*. Londres e Westport CT: Adamantine Studies of the 21<sup>st</sup> Century e Greenwood Publishing.
- Bell, Daniel (1973). *The Coming of Post-Industrial Society: A Venture in Social Forecasting*. Nova Iorque: Basic Books.
- Bell, Daniel (1979). "The Social Framework of the Information Society", in Michael Dertouzos e Joel Moses (Eds.), *The Computer Age: A Twenty-Year View*. Cambridge MA: MIT Press, pp. 163-211.
- Bell, Daniel (1989). "The third technological revolution: and its possible socioeconomic consequences", *Dissent*, N.º 36 (2).
- Bellamy, Christine e John A. Taylor (1998). *Governing in the Information Age*. Buckingham: Open University Press.
- Bennehard, Guillaume (1998). *Democratisation Under Influence - The National Strategies for Information Society around the Baltic Sea Region*. Tampere: University of Tampere, Information Society Research Centre.
- Berelson, Bernard (1952). *Content analysis in communication research*. Glencoe, Illinois: Free Press.
- Berners-Lee, Tim e Mark Fischetti (2000). *Weaving the Web: The Original Design and Ultimate Destiny of the World Wide Web*. Nova Iorque: HarperCollins.
- Bessette, Joseph (1980). "Deliberative Democracy: The Majority Principle in Republican Government," in *How Democratic is the Constitution?*, Washington, D.C., AEI Press. pp. 102-116.
- Bessette, Joseph, (1994). *The Mild Voice of Reason: Deliberative Democracy & American National Government*. Chicago: University of Chicago Press.
- Biggs, D., B. deVille e E. Suen (1991). "A method of choosing multiway partitions for classification and decision trees", *Journal of Applied Statistics*, vol. 18(1), pp. 49-62.



- Bimber, Bruce A. (1999). "The Internet and Political Transformation: Populism, Community, and Accelerated Pluralism", *Polity*, Vol. XXXI, N.º 1, pp. 133-160.
- Bimber, Bruce A. (2003). *Information and American Democracy: Technology in the Evolution of Political Power*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bimber, Bruce A. e Richard Davis (2003). *Campaigning Online: The Internet in U.S. Elections*. Oxford: Oxford University Press.
- Black, Edwin (2002). *IBM and the Holocaust: The Strategic Alliance Between Nazi Germany and America's Most Powerful Corporation*. Nova Iorque: Three Rivers Press.
- Blais, André, Donald Blake e Stephane Dion (1993). "Do Parties Make a Difference? Parties and the Size of Government in Liberal Democracies", *American Journal of Political Science*, Vol. 37, N.º 1, pp. 40-62.
- Blais, André Donald Blake e Stéphane Dion (1996). "Do Parties Make a Difference? A Reappraisal", *American Journal of Political Science*, Vol. 40, pp. 514-520.
- Blondel, Jean (1968). "Party systems and patterns of government in Western democracies", *Canadian Journal of Political Science*, 1, n.º 2, Junho, pp. 180-203.
- Bobbio, Norberto (1997 [1984]). *O Futuro da Democracia. Uma Defesa das Regras do Jogo*. São Paulo: Paz e Terra.
- Bohman, James e William Rehg (Orgs.) (1997). *Deliberative Democracy: Essays on Reason and Politics*. Cambridge MA: MIT Press.
- Boix, Carles (1997). "Privatizing the Public Business Sector in the Eighties: Economic Performance, Partisan Responses and Divided Governments", *British Journal of Political Science*, 27, pp. 473-496.
- Boncheck, Mark S. (1997). *From Broadcast to Netcast: The Internet and the Flow of Political Information*. Cambridge MA: Harvard University, Tese de Doutorado.
- Borchardt, Klaus-Dieter (2000). *O ABC do Direito Comunitário*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Bourdieu, Pierre (2002 [1972]). *Esboço de Uma Teoria da Prática*. Oeiras: Celta.
- Braga da Cruz, Manuel (1985). "A participação política da juventude em Portugal", *Análise Social*, XXI, pp. 1067-1088.
- Braga da Cruz, Manuel (1995). *Instituições Políticas e Processos Sociais*. Venda Nova: Bertrand.
- Braga da Cruz, Manuel (1995a). "A participação social e política" in AA. VV., Portugal hoje. Lisboa: Instituto Nacional de Administração.
- Braga da Cruz, Manuel (1997). "A esquerda e as instituições políticas", *Análise Social*, XXXII, n.º 140, pp. 215-228.
- Braga da Cruz, Manuel (1998) (Org.). *Sistemas eleitorais: o debate científico*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Brants, Kees, Martine Huizenga e Reineke van Meerten (1996). "The new canals of Amsterdam: an exercise in local electronic democracy", *Media, Culture & Society*, Sage Publications, Vol. 18, n.º 2, Abril de 1996.
- Brecht, Bertold (1983) [1930]. "Radio as a means of communication: a talk on the function of radio", in Armand Mattelart e Seth Siegelaub, *Communication and Class Struggle. 2: Liberation, Socialism*. Nova Iorque: International General.
- Breiman, L., J.H. Friedman, R.A. Olshen e C.J. Stone (1984). *Classification and Regression Trees*. Wadsworth: Belmont, CA.
- Breton, Philippe e Serge Proulx (1997). *A Explosão da Comunicação*. Lisboa: Bizâncio.
- Broomby, Emma et al. (2000). *Commercial Exploitation of Europe's Public Sector Information - Final Report*. Report for the European Commission, Directorate General for the Information Society. Pira International: Leatherhead.
- Browning, Graeme e Daniel J. Weitzner (1996). *Electronic Democracy: Using the Internet to Influence American Politics*. Medford: Information Today.

- Bryan, Frank M. (2004). *Real Democracy: The New England Town Meeting and How It Works*. Chicago: University of Chicago Press.
- Budge, Ian (1992). *Postwar issues in 23 democracies*. Barcelona: Instituto de Ciências Políticas e Sociais, Universidade Autónoma de Barcelona, Working paper n.º 44.
- Budge, Ian (1996). *The New Challenge of Direct Democracy*. Londres: Polity Press.
- Budge, Ian (1999). *Estimating Party Policy Preferences: from Ad Hoc Measures to Theoretically Validated Standards*. Essex: Universidade de Essex. Documento preparado para apresentação nas Joint Sessions do ECPR, em Mannheim, de 26 a 31 de Março de 1999.
- Budge, Ian e David Sanders (1995). *Party Policy, Competence and Vote*. S/I: Political Studies Association, Political Studies Association Conference Proceedings, <http://www.psa.ac.uk/journals/pdf/5/1995/budg.pdf> (último acesso a 22 de Setembro de 2005).
- Budge, Ian, Hans-Dieter Klingemann, Andrea Volkens, Judith Bara e Eric Tanenbaum (2001). *Mapping Policy Preferences: Estimates for Parties, Electors and Governments, 1945-1998*. Oxford: Oxford University Press.
- Budge, Ian, David Robertson e Derek Hearl (eds.) (1987). *Ideology, strategy and party change: spatial analysis of post-war election programmes in 19 democracies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Burdeau, Georges (1966). *La démocratie*. Paris: Éditions du Seuil.
- Burdon, Mark (1998). *Implementing Government.direct: The Development of a Government-Wide ICT Implementation Strategy*. Londres: Queen Mary and Westfield College, Universidade de Londres. Paper completed for M.Sc. Public Policy, <http://easyweb.easynet.co.uk/~mburdon/dissertation.htm> (último acesso a 22 de Setembro de 2005).
- Cabral, Manuel Villaverde (1997). *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Cabral, Manuel Villaverde (2000). "O exercício da cidadania política em Portugal", *Análise Social*, 35, pp. 85 -113.
- Cailliau, Robert (2001). *A Little History of the World Wide Web*. S/I: W3C, [www.w3.org/History.html](http://www.w3.org/History.html) (último acesso a 22 de Setembro de 2005).
- Calabrese, Andrew e Mark Borchert (1996). "Prospects for electronic democracy in the United States: rethinking communication and social policy", *Media, Culture & Society*, Sage Publications, Vol. 18, n.º 2, Abril de 1996.
- Caporaso, James, Gary Marks, Andrew Moravcsik, Mark Pollack (1997). "Does the European Union Represent an n of 1?", *European Union Studies Association Review Forum*. Pittsburgh: Universidade de Pittsburgh, <http://www.eustudies.org/N1debate.htm> (último acesso a 12 de Fevereiro de 2005).
- Carver, Steve, Richard Kingston e Ian Turton (1998). *Accessing GIS over the Web: an aid to Public Participation in Environmental Decision-Making*. Leeds: University of Leeds, <http://www.geog.leeds.ac.uk/papers/98-3/> (último acesso a 4 de Fevereiro de 2006).
- Carver, Steve, Andy Evans, Richard Kingston e Ian Turton (2000). "Accessing Geographical Information Systems over the World Wide Web: Improving public participation in environmental decision-making", *Information, Infrastructure and Policy*, 6, pp: 157-170, com versão disponível em <http://www.geog.leeds.ac.uk/papers/98-4/> (ultimo acesso a 2 de Março de 2006).
- Castells, Manuel (2002 [1996]). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Volume I: A Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, Manuel (2003 [1997]). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Volume II: O Poder da Identidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Castells, Manuel (2003a [1997]). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Volume III: O Fim do Milénio*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, Manuel e Gustavo Cardoso (Eds.) (2006). *A Sociedade em Rede. Do Conhecimento à Acção Política*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM).
- Castles, Francis G. (Ed.) (1982). *The Impact of Parties: Politics and Policies in Democratic Capitalist States*. Beverly Hills: Sage.
- Castles, Francis G. e Peter Mair (1984). "Left-Right Political Scales: Some 'Experts' Judgments", *European Journal of Political Research*, 12, pp. 73-88.
- Castles, Francis G. e Robert D. McKinlay (1979). "Does Politics Matter: An Analysis of the Public Welfare Commitment in Advanced Democratic States", *European Journal of Political Research*, 7, pp. 169-186.
- Cram, Laura (1999). *Policy-making in the EU – Conceptual lenses and the integration process*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Chadwick, Andrew (2006). *Internet Politics: States, Citizens, and New Communication Technologies*. Oxford: Oxford University Press.
- Chadwick, Andrew e Christopher May (2001). *Interaction between states and citizens in the age of the Internet: 'e-government' in the United States, Britain and the European Union*. Documento preparado para apresentação nas Joint Sessions do ECPR, em Grenoble, de 6 a 11 de Abril de 2001.
- Chatrie, Isabelle e Paul Wraight (2000). *Public Strategies for the Information Society in the Member States of the European Union*. Bruxelas: Comissão Europeia, Information Society Activity Centre, DG Information Society.
- Cobb, Roger W. e Charles D. Elder (1972). *Participation in American Politics. The Dynamics of Agenda Building*. Boston: Allyn and Bacon.
- Coelho, José Dias (1992). *New information technology in urban and regional management*. Lisboa: Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa, Working paper n.º 185.
- Coelho, José Dias, Tomaz Ponce Dentinho, Miguel Faria, Francisco Paumier-Bianco e Rita Dias Coelho (1996). *An Assessment of the Social and Economic Cohesion Aspects of the Development of the Information Society in Europe*. Lisboa: Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação, Working Paper n.º 47.
- Coelho, José Dias (2000). "Sociedade de informação: o desafio do século XXI", *Revista Observatório*, N.º 1 (Os media na era digital). Lisboa: Observatório da Comunicação, pp. 131-134.
- Coelho, José Dias (Org.) (2007). *Sociedade da Informação – O Percorso Português*. Lisboa: APDSI.
- Coombs, James H., Allen H. Renear e Steven J. DeRose (1987). "Markup Systems and the Future of Scholarly Text Processing". *Communications of the Association for Computing Machinery* 30(11): pp. 933-947, <http://www.oasis-open.org/cover/coombs.html> (último acesso a 5 de Fevereiro de 2006).
- Cotteret, Jean-Marie e Claude Emeri (1988). *Les systèmes électoraux*. Paris: PUF.
- Córdoba, José Antonio e Pedro Sanz (2004). *Espanã en la Sociedad de la Información – Políticas de Información*. S/l: S/e.
- Craig, Stephen C. (1993). *The Malevolent Leaders: Popular Discontent in America*. Boulder: Westview Press.
- Crozier, Michel, Samuel P. Huntington e Joji Watanuki (1975). *The Crisis of Democracy*. Nova Iorque: New York University Press.
- Cunha, Silvério da Rocha (2000). "Poder & Estado de Direito na Era do Conformismo Globalizado", *Economia e Sociologia*, n.º 70, Évora, pp. 137-169.
- Cunha, Silvério da Rocha e Ana Sofia e Estanqueiro (2001). "Modernidade, Política, Responsabilidade: globalização e solidariedade antropocósmica", *Economia e Sociologia*, n.º 72, Évora, pp. 171-189.

- Cunha, Silvério da Rocha e Helena Polido Carvalhinho (2001). "Odisseia no Sul. Política, Globalização & Utopia a partir de Boaventura de Sousa Santos", *Economia e Sociologia*, n.º 72, pp. 191-212.
- Cusack, Thomas, Ton Notermans e Martin Rein (1989). "Political-Economic Aspects of Public Employment", *European Journal of Political Research*, 17, N.º 4, pp. 471-500.
- Dahl, Robert A. (1956). *A Preface to Democratic Theory*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Dahl, Robert A. (1963). *Modern Political Analysis*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Dahl, Robert A. (1971). *Polyarchy – Participation and Opposition*. New Haven: Yale University Press.
- Dahl, Robert A. (1989). *Democracy and its Critics*. New Haven: Yale University Press.
- Dahl, Robert A. (2000). *On Democracy*. New Haven: Yale Nota Bene.
- Dahrendorf, Ralf (2003). "The Challenge for Democracy", *Journal of Democracy*, Vol. 14, N.º 4, Outubro, pp. 101-114 (Entrevista a Antonio Polito).
- Dahrendorf, Ralf (2003a). *Democracy Disconnected*. S/l: Project Syndicate/Institute for Human Sciences, <http://www.project-syndicate.org/commentary/dahrendorf14> (último acesso a 2 de Março de 2006).
- Dahrendorf, Ralf (2005). *Elections are Not Enough*. S/l: Project Syndicate/Institute for Human Sciences, <http://www.project-syndicate.org/commentary/dahrendorf44/English> (último acesso a 2 de Março de 2006).
- Dahrendorf, Ralf (2006). *The Limits of Democracy*. S/l: Project Syndicate/Institute for Human Sciences, <http://www.project-syndicate.org/commentary/dahrendorf47> (último acesso a 2 de Março de 2006).
- Dahrendorf, Ralf (2007). *The Crisis of Democracy*. Londres: Gibson Square Books.
- Dalton, Russell J. (1999). "Political Support in Advanced Industrial Democracies", in Norris, Pippa (Ed.), *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*. Oxford: Oxford University Press, pp. 57-77.
- Dalton, Russell J. (2004). *Democratic Challenges, Democratic Choices: The Erosion in Political Support in Advanced Industrial Democracies*. Oxford: Oxford University Press.
- Danziger, James N., William H. Dutton, Rob Kling e Kenneth L. Kraemer (1982). *Computers and Politics: High Technology in American Local Governments*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Davidow, William H. (1986). *Marketing High Technology*. Nova Iorque: Free Press.
- Davis, Richard (1999). *The Web of Politics: The Internet's Impact on the American Political System*. Oxford: Oxford University Press.
- Davis, Steve, Larry Elin, Grant Reeher (2002). *Click on Democracy: The Internet's Power to Change Political Apathy into Civic Action*. Boulder: Westview Press.
- Dehaene, Jean-Luc (1995). *La Société de l'Information - Clés pour une ère nouvelle*. Bruxelas: Luc Pire.
- De Vos, Anne, Laurent Henin e Béatrice Van Bastelaer (2000). "Etat de l'art et discours en matière de Société de l'Information en Belgique", *Revue Ubiquité*, n.º 5, Junho 2000, pp. 15-37.
- Di Palma, Giuseppe (1970). *Apathy and Participation – Mass politics in western societies*. Nova Iorque e Londres: The Free Press e Collier MacMillan.
- Dionne, E. J. (1991). *Why Americans Hate Politics*. Nova Iorque: Simon & Schuster.
- Durkheim, Emile (1989 [1893]). *A Divisão do Trabalho Social*. Lisboa: Presença.
- Dutton, William H. (1992). "Political science research on teledemocracy", *Social Science Computer Review*, 10(4), pp. 55-61.

- Dutton, William H. (1996). "Network rules of order: regulating speech in public electronic fora", *Media, Culture & Society*, Sage Publications, Vol. 18, n.º 2, Abril de 1996.
- Duverger, Maurice (1951). "The Influence of the Electoral System on Political Life", *International Social Science Bulletin* (Verão 1951), pp. 314-352.
- Duverger, Maurice (1987 [1951]). *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Dye, Thomas R. *Understanding Public Policy*. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall.
- Easton, David (1965). *A framework for political analysis*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Easton, David (1965). *A Systems Analysis of Political Life*. Nova Iorque: Wiley.
- Easton, David (1975). "A re-assessment of the concept of political support", *British Journal of Political Science*, 5, pp. 435-457.
- Elster, Jon (Ed.) (1988). *Deliberative Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Etzioni, Amitai (1971). "Cable TV: Instant Shopping or Participatory Technology", *Social Policy*, Vol. 2, No. 4: 52-55.
- Etzioni, Amitai (1972). "Minerva: An Electronic Town Hall", *Media Ecology Review*, Vol. II, No. 3: 3-5.
- Etzioni, Amitai (1972a). "Minerva: An Electronic Town Hall", *Policy Sciences*, Vol. 3, No. 4: 457-474.
- Feather, John (2004). *The Information Society: A Study Of Continuity And Change*. Nova Iorque: Neal-Schuman.
- Fell, Dafydd (2001). *Party Platform Change in Taiwan's 1990s Elections*. Conference Group on Taiwan Studies, American Political Science Association, Working Paper #48, <http://www.la.utexas.edu/research/cgots/Papers/48.pdf> (último acesso a 22 de Setembro de 2005).
- Fernández, Antoni (2001). "Las Políticas Públicas", in Miquel Caminal Badia (Ed.), *Manual de Ciencia Política*. Madrid: Tecnos, pp. 460-482.
- Feynman, Richard P. (1997) [1985]. *Surely You're Joking, Mr. Feynman!*. Nova Iorque: Norton & Company.
- Figueira, António, António Costa Pinto e Paulo de Almeida Sande (Coord.) (2003). *A União Europeia Revisitada*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Fischer, Claude (1985). "Studying technology and social life", in Manuel Castells (Ed.), *High Technology, Space, and Society*. Beverly Hills: Sage, pp. 284-300.
- Fischer & Lorenz (2000). *Internet and the Future Policy Framework for Telecommunications*. Copenhaga: Fischer & Lorenz. Relatório para a Comissão Europeia preparado sob o contrato 98/48492.
- Fishkin, James S. (1991). *Democracy and Deliberation: New Directions for Democratic Reform*. New Haven: Yale University.
- Fishkin, James S. (1997). *The Voice of the People - Public Opinion and Democracy*. New Haven: Yale University.
- Fishkin, James S. (2005). *Deliberative Polling®: Toward a Better-Informed Democracy*. Stanford: Stanford University, <http://cdd.stanford.edu/polls/docs/summary/> (último acesso a 6 de Novembro de 2005).
- Fishkin, James S. e Robert C. Luskin (2004). *Experimenting with a Democratic Ideal: Deliberative Polling and Public Opinion*. Stanford: Stanford University. Prepared for presentation at the Swiss Chair's Conference on Deliberation, the European University Institute, Florence, Italy, May 21-22, 2004, <http://cdd.stanford.edu/research/papers/2004/democraticideal.pdf> (último acesso a 6 de Novembro de 2005).

- Fishkin, James S. e Peter Laslett (Eds.) (2003). *Debating Deliberative Democracy*. Malden, MA: Blackwell.
- Freeman, Christopher (1987). *Technology Policy and Economic Performance*. Londres: Pinter.
- Freeman, Christopher, John Clark e Luc Soete (1982). *Unemployment and Technical Innovation: A Study of Long Waves and Economic Development*. Londres: Pinter.
- Freidson, Eliot (1988). *Professional Powers – A Study of the Institutionalization of Formal Knowledge*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Freire, André (2003). "Posições sociais, atitudes políticas e percepções de justiça: impactos na participação em cinco actos eleitorais, 1995-1997", in Manuel Villaverde Cabral, Jorge Vala e André Freire (Orgs.), *Desigualdades Sociais e Percepções de Justiça*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Freire, André, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães (2007). *Eleições e Cultura Política*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Freire, André, Marina Costa Lobo, Pedro Magalhães e Ana Espírito-Santo (Org.) (2005). *Comportamentos Eleitorais Atitudes políticas 1973-2002*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Freire, André (2006). *Esquerda e Direita na Política Europeia - Portugal, Espanha e Grécia em Perspectiva Comparada*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Friedland, Lewis A. (1996). "Electronic democracy and the new citizenship", *Media, Culture & Society*, Sage, Vol. 18, n.º 2, Abril.
- Friedman, Thomas L. (2005). *The World Is Flat: A Brief History of the Twenty-first Century*. Nova Iorque: Farrar, Straus and Giroux.
- Fukuyama, Francis (1992). *The End of History and the Last Man*. Nova Iorque: Free Press.
- Fuller, Buckminster (1971). *No More Secondhand God*. Garden City, Nova Iorque: Doubleday.
- Gallagher, Michael, Michael Laver e Peter Mair (1995). *Representative Government in Modern Europe*. S/I: McGraw-Hill.
- Genette, Gérard (1997). *Paratexts: Thresholds of Interpretation (Literature, Culture, Theory)*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Giddens, Anthony (1985). *A Contemporary Critique of Historical Materialism. Volume 2: The Nation State and Violence*. Cambridge: Polity.
- Giddens, Anthony (1992). *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta.
- Giddens, Anthony (1999). *Runaway World: How Globalization is Reshaping Our Lives*. Nova Iorque: Routledge.
- Giddens, Anthony (2000). *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Presença.
- Gibson, Rachel, Wainer Lusoli e Stephen Ward (2002). *Online Campaigning in the UK: The Public Respond?*, Documento preparado para apresentação no encontro anual da *American Political Science Association (APSA)*, em Boston, Massachussetts.
- Gibson, Rachel, Paul Nixon e Stephen Ward (Eds.) (2003). *Political Parties and the Internet: Net Gain?*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Gibson, Rachel, Andrea Römmele e Stephen J. Ward (Eds.) (2004). *Electronic Democracy; Mobilisation, Organisation and Participation Via New ICTs*. Routledge.
- Gibson, Rachel e Michael Margolis, David Resnick e Stephen Ward (2001). *Election Campaigning On The WWW In The US And UK: A Comparative Analysis*. Documento preparado para apresentação no encontro anual da *American Political Science Association (APSA)*, em São Francisco, Califórnia, entre 29 de Agosto e 3 de Setembro de 2001.
- Goddard, John B. (1992). "New Technology and the Geography of the UK Information Economy", in Kevin Robins (Ed.), *Understanding Information: Business, Technology and Geography*. Belhaven Press, pp. 178-201.

- Golding, Peter (2001). "Information and Communication Technologies and the Sociology of the Future", in Manjunath Pendakur e Roma Harris (Eds.), *Citizenship and Participation in the Information Age*. Ontario: Garamond, pp. 19-32.
- Gore, Al (1996). *Basic Principles for Building an Information Society*. USIA Electronic Journals, Vol. 1, No. 12, September, <http://www.usia.gov/journals/itgic/0996/ijge/foc1.htm> (último acesso a 14 de Janeiro de 2001).
- Gouveia, Luís Borges (Org.) (2003). *Cidades e Regiões Digitais – Impacte nas cidades e nas pessoas*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Gouveia, Luís Borges e Sofia Gaio (Orgs.) (2004). *Sociedade da Informação: balanço e implicações*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Grönlund, Kimmo (2001). *Do New ICTs Demand more Responsive Governance?*. Åbo: Åbo Akademi University. Documento preparado para apresentação nas Joint Sessions do ECPR, em Grenoble, de 6 a 11 de Abril de 2001.
- Grossman, Lawrence (1996). *The Electronic Republic: Reshaping Democracy in the Information Age*. S/l: Penguin.
- GSM Association (1997). *History of GSM*. Londres: GSM Association, <http://www.gsmworld.com/about/history/index.shtml> (último acesso a 11 de Janeiro de 2005).
- Guizot, François (2002). *The History of the Origins of Representative Government in Europe*. S/l: Liberty Fund.
- Heap, Nick, Ray Thomas, Geoff Einon, Robin Mason e Hughie Mackay (Eds.) (1995). *Information Technology and Society*. Londres e Thousand Oaks CA: Open University e Sage.
- Haas, Ernst (1958). *The Uniting of Europe*. Londres: Stevens & Son.
- Haas, Ernst (1964). *Beyond the nation-state: functionalism and international organization*. Stanford: Stanford University Press.
- Haas, Ernst (1975). *The Obsolescence of Regional Integration Theory*. Berkeley: Universidade da Califórnia, Instituto de Estudos Internacionais, Research Series, No. 25.
- Haas, Ernst (2001). "Does Constructivism Subsume Neo-functionalism?", in Thomas Christiansen, Knud Erik Jørgensen and Antje Wiener (Eds.), *The Social Construction of Europe*. Londres: Sage.
- Haas, Ernst (2000). *Science and Progress in International Relations. Interview with Harry Kreisler*. Berkeley: Universidade de Berkeley, <http://globetrotter.berkeley.edu/people/Haas/haas-con0.html> (último acesso a 26 de Fevereiro de 2005).
- Haas, Ernst e Philippe Schmitter (1964). "Economics and Differential Patterns of Political Integration: Projections about Unity in Latin America", *International Organization*, Vol. 18, n.º 4, pp. 705-737.
- Haas, Ernst e Philippe Schmitter (1965). *The politics of economics in Latin American regionalism: the Latin American Free Trade Association after four years of operation*. Denver: Universidade de Denver.
- Habermas, Jürgen (1984 [1961]). *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário.
- Habermas, Jürgen (1987 [1968]). *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70.
- Habermas, Jürgen (1985). *The Theory of Communicative Action (Volume 1): Reason and the Rationalization of Society*. Boston: Beacon.
- Habermas, Jürgen (1985). *The Theory of Communicative Action (Volume 2): A Critique of Functionalist Reason*. Boston: Beacon.
- Habermas, Jürgen (1990). *La Lógica de las Ciencias Sociales*. Madrid: Editorial Tecnos.

- Habermas, Jürgen (1992). "L' espace public", *Quaderni*, nº 18, Outono, 1992, pp. 161-191.
- Hacker, Kenneth L. (1996). "Missing links in the evolution of electronic democratization", *Media, Culture & Society*, Sage Publications, Vol. 18, n.º 2, Abril de 1996.
- Hall, Edward T. (1966). *The Hidden Dimension*. Nova Iorque: Doubleday.
- Hamilton, Alexander, James Madison e John Jay (1787-1788). *Federalist Papers*. Norman: The University of Oklahoma Law Center, <http://www.law.ou.edu/ushist.html> (último acesso a 16 de Março de 2005).
- Hardy, Edward Henry (1993). *The History of the Net*. Master's Thesis, School of Communications Grand Valley State University: Allendale.
- Harris, Bob (1996). *Politics and the Rise of the Press: Britain and France 1620-1800*. Londres: Routledge.
- Harvey, David (1989). *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change*. Oxford: Blackwell.
- Heisenberg, Werner (1963). *Physics and Philosophy - The Revolution in Modern Science*. Londres: George Allen & Unwin.
- Held, Gilbert (2002). *Understanding Data Communications (Seventh Edition)*. Indianapolis: Pearson Education.
- Henderson, Hazel (1970). "Computers: Hardware of Democracy", *Forum 70*, Vol. 2, No. 2, e <https://frontpage.auburn.edu/tann/hazel/forum.html> (último acesso a 6 de Março de 2004).
- Henderson, Hazel (1996). *Perfecting Democracy's Tools*. <https://frontpage.auburn.edu/tann/hazel/tools.html> (último acesso a 8 de Julho de 2004).
- Hermens, Ferdinand (1941). *Democracy or Anarchy? A Study of Proportional Representation*. South Bend: Notre Dame University Press.
- Hill, Kevin A. & John E. Hughes (1998). *Cyberpolitics: citizen activism in the age of the Internet*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- Hobsbawm, Eric (1994). *Age of Extremes: The Short Twentieth Century*. Londres: Michael Joseph.
- Hogwood, Brian W. e Lewis A. Gunn (1985). *Policy Analysis for the Real World*. Oxford: Oxford University Press.
- Holsti, Ole R. (1969). *Content Analysis for the Social Sciences and Humanities*. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley.
- Hornby, Susan e Zoe Clarke (Eds.) (2002). *Challenge and Change in the Information Society*. Nova Iorque: Neal-Schuman.
- Huber, John e Ronald Inglehart (1995). "Expert Interpretations of Party Space and Party Locations in 42 Societies." *Party Politics*, 1 (1): 73-111.
- Huntington, Samuel P. (1981). *American Politics: The Promise of Disharmony*. Cambridge MA: Harvard University Press.
- Huntington, Samuel P. (1991). *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman: University of Oklahoma Press.
- Imbeau, Louis M., François Pétry e Moktar Lamari (2001). "Left-right party ideology and government policies: A meta-analysis", *European Journal of Political Research*, N.º 40, pp. 1-29.
- Inglehart, Ronald (1999). "Postmodernization Erodes Respect for Authority, but Increases Support for Democracy", in Norris, Pippa (Ed.), *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*. Oxford: Oxford University Press, pp. 236-256.
- Innis, Harold Adams (1962). *The Bias of Communication*. Toronto: University of Toronto Press.



- Jacobs, Lawrence R. e Robert Y. Shapiro (2000). *Politicians Don't Pander: Political Manipulation and the Loss of Democratic Responsiveness*. Chicago: University of Chicago Press.
- Jones, Charles O. (1984). *An Introduction to the Study of Public Policy*. Monterrey: Brooks/Cole.
- Jordana, Jacint, David Sancho, Yanina Welp e Josep Maria Castellano (2003). *Estudi comparat sobre polítiques públiques de promoció i difusió de la Societat de la Informació*. Barcelona: Generalitat de Catalunya, Departament d' Universitats, Recerca i Societat de la Informació. Secretaria de Telecomunicacions i Societat de la Informació.
- Kalathil, Shanthi e Taylor C. Boas (2003). *Open Networks, Closed Regimes: The Impact of the Internet on Authoritarian Rule*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace.
- Kamarck, Elaine e Joseph S. Nye Jr. (Eds.) (2002). *Governance.Com: Democracy in the Information Age*. Washington: Brookings Institution.
- Kass, G.V. (1980). "An Exploratory Technique for Investigating Large Quantities of Categorical Data", *Applied Statistics*, 29(2), pp. 119-127.
- Kelsen, Hans (1932) [1920]. *La démocratie. Sa nature - Sa valeur*. Paris: Recueil Sirey.
- Kingston, Richard (2002). *The role of e-government and public participation in the planning process*. XVI Congresso da AESOP, Volos, Grécia, 10 a 14 de Julho de 2002, <http://www.geog.leeds.ac.uk/papers/02-4/02-4.pdf> (último acesso a 4 de Fevereiro de 2006).
- Klein, R. e M. O'Higgins (1985). "Social Policy after Incrementalism" in R. Klein e M. O'Higgins (Eds.), *The Future of Welfare*. Oxford: Basil Blackwell.
- Kleiner, Morris M. (2000). "Occupational Licensing", *Journal of Economic Perspectives*. 14: 4, pp. 189-202.
- Kleiner, Morris M. (2002). *Occupational Licensing and the Internet: Issues for Policy Makers*. Paper for the For the Federal Trade Commission Hearings on "Possible Anticompetitive Efforts to Restrict Competition on the Internet". University of Minnesota e National Bureau of Economic Research.
- Kleiner, Morris M. (2006). *Licensing Occupations. Ensuring Quality or Restricting Competition?* Kalamazoo (MI): W.E. Upjohn Institute for Employment Research.
- Klingemann, Hans-Dieter (1999). "Mapping Political Support in the 1990s: A Global Analysis", in Pippa Norris (Ed.), *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*. Oxford: Oxford University Press, pp. 31-56.
- Krippendorff, Klaus (2003). *Content Analysis: An Introduction to Its Methodology*. Thousand Oaks, California: Sage.
- Kubicek, Herbert (1996). *Multimedia. Germany's Third Attempt to Move to an Information Society*. Bremen: Telecommunications Research Group, Universidade de Bremen.
- Kubicek, Herbert, William H. Dutton e Robin Williams (Eds.) (1997). *The Social Shaping of Information Superhighways: European and American Roads to the Information Society*. Frankfurt e Nova Iorque: Campus Verlag e St. Martin's Press.
- Kuner, Christopher (1999). *Principles of German Government Crypto Policy*. Bruxelas: Morrison & Foerster LLP, [http://www.kuner.com/data/crypto/german\\_crypto\\_policy.html](http://www.kuner.com/data/crypto/german_crypto_policy.html) (último acesso a 22 de Abril de 2005).
- Lasswell, Harold e Abraham Kaplan. (1950). *Power and society: A framework for political inquiry*. Nova Iorque: Yale University.
- Lasswell, Harold, Daniel Lerner e Ithiel de Sola Pool (1952). *The Comparative Study of Symbols*. Stanford CA: Stanford University Press.

- Laudon, Kenneth C. (1977). *Communications Technology and Democratic Participation*. Nova Iorque: Praeger.
- Laver, Michael (Ed.) (2001). *Estimating the Policy Position of Political Actors*. Londres: Routledge.
- Laver, Michael e Kenneth Benoit (2002). "Locating TDs in Policy Spaces: Wordscoring Dáil Speeches", *Irish Political Studies*, 17(1), pp. 59-73, [http://www.tcd.ie/Political\\_Science/wordscores/papers/IPS\\_speeches\\_final.pdf](http://www.tcd.ie/Political_Science/wordscores/papers/IPS_speeches_final.pdf) (último acesso a 2 de Fevereiro de 2006).
- Laver, Michael, Kenneth Benoit e John Garry (2003). "Extracting policy positions from political texts using words as data", *American Political Science Review*, vol. 97, N.º 2, pp. 311-331.
- Laver, Michael e W. Ben Hunt (1992). *Policy and Party Competition*. Nova Iorque: Routledge, Chapman and Hall.
- Leeb, Rainer (1996). *Information Technology in Austria - Government Policy Regarding IT in Austria*. Apresentação de projecto de investigação, alojado pela American University, em <http://gurukul.ucc.american.edu/MOGIT/rl8906a/govepage.html> (último acesso a 11 de Abril de 2005).
- Leiner, Barry M., Vinton G. Cerf, David D. Clark, Robert E. Kahn, Leonard Kleinrock, Daniel C. Lynch, Jon Postel, Larry G. Roberts e Stephen Wolff (1998). *A Brief History of the Internet, version 3.1*. S/I: Internet Society (ISOC), <http://www.isoc.org/internet/history/brief.html> (último acesso a 3 de Outubro de 2004).
- Lesot, Marie-Jeanne, Delphine Dard e Florence d'Alché-Buc (2004). *A methodology for topographic clustering of structured text documents*. Paris: Laboratoire d'Informatique de Paris VI, <http://www-poleia.lip6.fr/~lesot/LesotDardDALcheBucWSPascal04.pdf> (último acesso a 4 de Fevereiro de 2006).
- Lesser, M. L. e J. W. Haanstra (1957). "The Random-Access Memory Accounting Machine", *IBM Journal of Research and Development*, Volume 1, N.º 1, pp. 62-71.
- Levi-Faur, David (2002). "On the Net Impact of Europeanization. The EU's telecoms and electricity regimes between the global and the national", *European Integration online Papers* (EIoP), Vol. 6, 2002, n.º 7, <http://eiop.or.at/eiop/texte/2001-007a.htm>
- Levy, Paul e Stanley Lemeshow (1991). *Sampling of Populations*. Nova Iorque: Wiley.
- Linde, Jonas e Joakim Ekman (2003). "Satisfaction with democracy: A note on a frequently used indicator in comparative politics", *European Journal of Political Research*, 42, pp. 391-408.
- Lijphart, Arend (1984). *Democracies: Patterns of Majoritarian and Consensus Government in Twenty-One Countries*. New Haven: Yale University Press.
- Lijphart, Arend (1989). *As Democracias Contemporâneas*. Lisboa: Gradiva.
- Lijphart, Arend (1994). *Electoral Systems and Party Systems: A Study of Twenty-Seven Democracies, 1945-1990*. Oxford: Oxford University Press.
- Lijphart, Arend (1999). *Patterns of Democracy: Government Forms and Performance in Thirty-Six Countries*. New Haven: Yale University Press.
- Lipietz, Alain (1987). *Mirages and Miracles: The Crises of Goba Fordism*. Londres: Verso.
- Liu, Tsung-wei (2000). *Ideology, Strategy, and Party Change in Taiwan from 1989 to 1998*. Paper apresentado na 7ª Conferência da Associação de Ciência Política de Taiwan.
- Loader, Brian D. (1998) (Ed.). *Cyberspace Divide: equality, agency and policy in the information society*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

- Lobet-Maris, Claire e Béatrice Van Bastelaer (1996). "La Belgique: Laboratoire pour l'Europe - le modèle fédéral et la société de l'information", *Actes des 18èmes journées de l'IDATE «Cybermonde: l'avantage européen?»*, Montpellier, 7 e 8 de Novembro de 1996, pp. 389-404.
- Lobo, Marina Costa (2003). "Portuguese Attitudes towards the EU, social and political perspectives", *South European Society & Politics*, vol. 8, n.º 1, pp. 97-118.
- Lobo-Fernandes, Luís e Ana Paula Brandão (2001). *O modelo político da União Europeia: da ambiguidade construtiva à via neo-federal*. Trabalho realizado para a Assembleia da República no âmbito do debate público sobre O Tratado de Nice e o Futuro da União Europeia. Braga: Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade do Minho.
- Lobo-Fernandes, Luís e Isabel Camisão (2005). *Construir a Europa. O processo de integração entre a teoria e a história*. Cascais: Principia.
- Lobo-Fernandes, Luís (2006). "Da Integração à Governança Europeia: Portugal, Europeização e o carácter multisistémico da UE", *Nação e Defesa*, Instituto da Defesa Nacional, Nº 115 (Outono/Inverno 2006), pp. 143-168.
- Loh, W.-Y. e Y.-S. Shih (1997). "Split selection methods for classification trees", *Statistica Sinica*, vol. 7, pp. 815-840.
- Loosemore, John e Victor J. Hanby (1971). "The theoretical limits of maximum distortion: some analytic expressions for electoral systems", *British Journal of Political Science*, 1, n.º 4, Outubro, pp. 467-477.
- López, Bernat (1996). "Ciber... democràcia?", *Àmbits*, nº 2, pp. 11-13.
- Luskin, Robert C., James S. Fishkin, Ian McAllister, John Higley e Pamela Ryan (2005). *Deliberation and Referendum Voting*. Stanford: Stanford University, <http://cdd.stanford.edu/research/papers/2005/referendum-voting.pdf> (último acesso a 6 de Novembro de 2005).
- Luskin, Robert C. e James S. Fishkin (2002). *Deliberation and "Better Citizens"*. Stanford: Stanford University, <http://cdd.stanford.edu/research/papers/2002/bettercitizens.pdf> (último acesso a 6 de Novembro de 2005).
- Lusoli, Wainer, Stephen Ward e Rachel Gibson (2005). *Parliaments, publics and virtual representation: a comparative look at Britain and Australia*. Documento preparado para apresentação na 3ª Conferência do ECPR, em Budapeste, de 8 a 11 de Setembro de 2005, [http://www.esri.salford.ac.uk/ESRCResearchproject/papers/lusoli\\_et\\_al\\_2005\\_ecpr.pdf](http://www.esri.salford.ac.uk/ESRCResearchproject/papers/lusoli_et_al_2005_ecpr.pdf) (último acesso a 2 de Fevereiro de 2006).
- Lyon, David (1994). *The Electronic Eye: The Rise of Surveillance Society*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Lyon, David (1999). *Postmodernity*. Buckingham: Open University Press.
- Lyon, David (2001). *Surveillance Society – Monitoring Everyday Life*. Londres: Open university.
- Lyon, David (2006). "Surveillance, Power and Everyday Life", in AA. VV., *Oxford Handbook of Information and Communication Technologies*. Oxford: Oxford University Press.
- Liotard, Jean-François (1984 [1979]). *The Postmodern Condition: A Report on Knowledge*. Manchester: Manchester University Press.
- Machlup, Fritz (1962). *The Production and Distribution of Knowledge in the United States*. Princeton: Princeton University Press.
- Magalhães, Pedro (2001). "Desigualdade, desinteresse e desconfiança: a abstenção nas eleições legislativas de 1999", *Análise Social*, XXXV (157), pp. 1079-1098.
- Magalhães, Pedro e André Freire (2002). *A Abstenção Eleitoral em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- Magalhães, Pedro (2004). "Democratas, desafectos e descontentes: as atitudes dos portugueses em relação ao sistema político", in Pedro Magalhães, Marina Costa Lobo e André Freire (Orgs.), *Portugal a votos: as eleições legislativas de 2002*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Magalhães, Pedro (2004a). "Teorias da democracia" in *25 de Abril: os desafios para Portugal nos próximos 30 anos*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, pp. 91-96.
- Magalhães, Pedro (2006). "Confidence in parliaments: performance, representation and accountability", in Mariano Torcal e José Ramón Montero (Orgs.), *Political Disaffection in Contemporary Democracies: Social Capital, Institutions and Politics*. Londres: Routledge, pp. 190-214.
- Maier-Rabler, Ursula (1996). "Austrian Information Highway Initiatives in the Stage of Disillusionment", *Telematics and Informatics*, Vol. 13, n.º 2/3, pp. 111-121.
- Manin, Bernard (1997). *The Principles of Representative Government*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mansbridge, Jane (1980). *Beyond Adversary Democracy*. Nova Iorque: Basic Books.
- Margolis, Michael (1999). "Party Competition on the Internet in the United States and Britain", *The Harvard International Journal of Press/Politics*, Vol. 4, N.º 4, pp. 24-47.
- Margolis, Michael e David Resnick (2000). *Politics as Usual: The Cyberspace "Revolution"*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Marks, Gary, Liesbet Hooghe, Kermit Blank (1996). "European Integration from the 1980s: State-Centric v. Multi-level Governance", *Journal of Common Market Studies*, 34, n.º 3, Setembro, pp. 341-378.
- Marshall, T. H. e Tom Bottomore (1992). *Citizenship and Social Class*. Londres: Pluto.
- Martins, Manuel Meirinho (1997). *As Eleições Autárquicas e o Poder dos Cidadãos*. Lisboa: Vega.
- Martins, Manuel Meirinho (2003). *Participação Política e Grupos de Cidadãos Eleitores – Um Contributo para o Estudo da Democracia Portuguesa*. Lisboa: ISCSP.
- Martins, Manuel Meirinho (2004). *Participação Política e Democracia – O Caso Português (1976-2000)*. Lisboa: ISCSP.
- Marx, Karl (1989 [1845], "Teses sobre Feuerbach", in Manuel Braga da Cruz, *Teorias Sociológicas*, I vol., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989, pp. 7-9.
- Mattelart, Armand (2000). "Comment est né le mythe d'Internet", *Le Monde Diplomatique*, Agosto de 2000, p: 26.
- Mattelart, Armand (2002). *The Information Society – An Introduction*. Londres: Sage.
- Mayer, Lawrence D. (1980). "Party systems and cabinet stability", in Peter H. Merkl (ed), *Western European Party Systems: Trends and Prospects*. Nova Iorque: Free Press, pp. 335-347.
- McCombs, Maxwell E. (2004). *Setting the Agenda: The News Media and Public Opinion*. Cambridge: Polity Press.
- McLean, Iain (1990). *Democracy and New Technology*. Cambridge: Polity.
- McLean, Iain (2004). *The dimensionality of party ideologies*. Oxford: Universidade de Oxford, Nuffield College Politics Working Paper 2004-W8.
- McLuhan, Marshall (1962). *The Gutenberg Galaxy: The Making of Typographic Man*. Toronto: University of Toronto Press.
- Meny, Yves e Jean-Claude Thoening (1992). *Las Políticas Públicas*. Barcelona: Ariel.
- Milbrath, Lester W. e M.L. Goel (1977). *Political participation – How and why do people get involved in politics?* Chicago: Rand McNally College Publishing Company.
- Mill, John Stuart (1963). *Essays on politics and culture*. Garden City, NY: Doubleday.
- Mill, John Stuart (1980 [1861]). *Considerações Sobre o Governo Representativo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

- Mills, C. Wright (1951). *White Collar: The American Middle Classes*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Mills, C. Wright (s/d). *A Nova Classe Média*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Mitrany, David (1936). *The effect of the war in Southeastern Europe*. New Haven: Yale University Press.
- Mitrany, David (1966 [1943]). *A Working Peace System*. Chicago: Quadrangle.
- Mitrany, David (1966a [1965]). "The Prospect of European Integration: Federal or Functional", *Journal of Common Market Studies*, reimpresso em *A Working Peace System*. Chicago: Quadrangle.
- Mohr, Jakki, Sanjit Sengupta e Stanley Slater (2005). *Marketing of High-Technology Products and Innovations*. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall.
- Monteiro, Nuno Peres (1999). *Democracia Electrónica*. Lisboa: Gradiva.
- Montargil, Filipe (2000). *Democracia Electrónica e Participação Pública em Portugal: uma análise exploratória*. Lisboa: ISCTE. Dissertação final de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação.
- Montargil, Filipe (2001). "Democracia Electrónica e Participação Pública em Portugal", in AA.VV., *A Reforma do Estado em Portugal – Problemas e Perspectivas, Actas do I Encontro Nacional de Ciência Política*. Lisboa: Bizâncio, pp. 315-325.
- Montargil, Filipe (2002). "Novas Tecnologias de Informação e Comunicação Política: alguns eixos problemáticos", in José Bragança de Miranda e Joel Frederico da Silveira (Org.), *As Ciências da Comunicação na Viragem do Século, Actas do I Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*. Lisboa: Vega, pp. 639-643.
- Montargil, Filipe (2004). "Voto Electrónico em Portugal e Democracia". *Eleições – Revista de Assuntos Eleitorais*, n.º 8. Lisboa: Stape, pp. 33-63.
- Montargil, Filipe (2005). "La Sociedad de la Información y Democracia", in Europapress, Madrid, Outubro de 2005 (artigo). Disponível em <http://www.diadeinternet.ciudadanos2005.net/Cuaderno.aspx?id=6668&anotacion=6669> e <http://www.europapress.net/Default.aspx?opcion=sociedad&fechor=20051026125536> (última visualização em 12 de Setembro de 2006).
- Montargil, Filipe (2005). Recensão da obra *Participação e Deliberação. Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo*, de Vera Schattan P. Coelho e Marcos Nobre (Orgs.) (São Paulo: Editora 34, 2004). A recensão, com versões em inglês e português, foi publicada no *Journal of Public Deliberation* (2005, Vol. I, N.º 1), editado pela Berkeley Electronic Press (*peer reviewed*), disponível em <http://services.bepress.com/jpd/> (última visualização em Março de 2006).
- Montargil, Filipe (2006). "O governo electrónico: entre a interactividade técnica e o retorno para o cidadão", in Manuel Meirinho (Org.), *Comunicação e Marketing Político – Contributos Pedagógicos*. Lisboa: ISCSP, pp. 139-159.
- Montargil, Filipe (2007). "A Sociedade da Informação e a Política em Portugal - A Democraticidade do Acesso e o Estado Aberto", in José Dias Coelho (Org.), *Sociedade da Informação – O Percurso Português*. Lisboa: APDSI, pp. 248-278.
- Montargil, Filipe (2007). "O Estado, o trabalhador e o cidadão na sociedade da informação", in Manuel Meirinho Martins (Org.), *Comunicação e Marketing Político – Contributos pedagógicos*. Lisboa: ISCSP (no prelo).
- Moore, Gordon E. (1965). "Cramming more components onto integrated circuits", *Electronics*, Volume 38, N.º 8, 18 de Abril 19.
- Moravcsik, Andrew (1993). "Preferences and Power in the European Community: A Liberal Intergovernmentalist Approach", *Journal of Common Market Studies*, Vol. 31, pp. 473-524.

- Moravcsik, Andrew (1998). *The Choice for Europe*. Nova Iorque: Cornell University Press.
- Moravcsik, Andrew (2005). "The European Constitutional Compromise and the legacy of neofunctionalism", *Journal of European Public Policy*, 12, 2.º, Abril.
- Mott, Frank Luther (1942). *American journalism: A history of newspapers in the United States through 250 years, 1690-1940*. Nova Iorque: Macmillan.
- NASA (2000). *Internet Timeline: NASA's Involvement in the Internet*. S/I: NASA Research and Education Network (NREN), <http://www.nren.nasa.gov/timeline.html> (último acesso a 11 de Setembro de 2001).
- Needham, Catherine (2001). *E-Consultation in the UK and the USA: Electronic Democracy Beyond the Vote*. Oxford: Nuffield College. Documento preparado para apresentação nas Joint Sessions do ECPR, em Grenoble, de 6 a 11 de Abril de 2001.
- Negroponte, Nicholas (1995). *Being Digital*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf.
- Neto, Paulo Alexandre e Silvério da Rocha Cunha (2000). "Globalização, Novos Instrumentos e Mecanismos de Regulação e Autonomia Democrática", *Economia e Sociologia*, n.º 69, pp. 27-49.
- Neuendorf, Kimberly A. (2002). *The Content Analysis Guidebook*. Thousand Oaks, California: Sage.
- Newton, Kenneth (2002). "Social trust and political disaffection: social capital and democracy", *Rusel Papers – Civic Series*, 3/2002. University of Exeter, pp. 70-98.
- Nolasco, Maria Inês (2004). "A evolução da qualidade na Administração Pública Portuguesa", *Cadernos BAD*, n.º 2 de 2004, pp. 32-47. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.
- Nord, David Paul (2001). *Communities of Journalism: A History of American Newspapers and Their Readers*. Urbana e Chicago: University of Illinois Press.
- Norris, Pippa (Ed.) (1999a). *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*. Oxford: Oxford University Press.
- Norris, Pippa (1999b). "The political regime", in H. Schmitt & J. Thomassen (eds.), *Political representation and legitimacy in the European Union*. Oxford: Oxford University Press.
- Norris, Pippa (2000). *Democratic Divide? The Impact of Internet on Parliaments Worldwide*. Cambridge MA: Universidade de Harvard, John F. Kennedy School of Government, Shorenstein Center. Documento preparado para apresentação no encontro anual da APSA, em Washington, entre 31 de Agosto e 2 de Setembro de 2000.
- Norris, Pippa (2001). *Digital Divide: Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Norris, Pippa (2004). *Electoral Engineering – Voting Rules and Political Behavior*. Cambridge: Cambridge University Press.
- NUA (2001). *How Many Online?*. NUA: Dublin, [http://www.nua.com/surveys/how\\_many\\_online/world.html](http://www.nua.com/surveys/how_many_online/world.html) (último acesso a 8 de Janeiro de 2002).
- Nye, Jr., Joseph S., Philip Zelikow e David King (Eds.) (1997). *Why People Don't Trust Government*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- O estado da Nação (2002). *Síntese de Resultados*. Lisboa: Data Crítica.
- O estado da Nação (2003). *Síntese de Resultados*. Lisboa: Data Crítica.
- Oakley, Kate (2003). *Highway to democr@cy - The Council of Europe and the information society*. Estrasburgo: Conselho da Europa.
- OCDE (1992). *ICCP reviews of information and communications policies. Finland*. Paris: OCDE.
- OCDE (1996). *Lifelong Learning for All*. Paris: OCDE.
- OCDE (1996a). *The Knowledge-Based Economy*. Paris: OCDE.

- OCDE (2002). *Measuring the Information Economy*. Paris: OCDE.
- OCDE (2004). *OECD Information Technology Outlook*. Paris: OCDE.
- OCDE (2004a). *The Economic Impact of ICT – Measurement, Evidence and Implications*. Paris: OCDE.
- OCDE (2005). *Guide to Measuring the Information Society*. Paris: OCDE, Working Party on Indicators for the Information Society.
- Ohler, Fritz, Wolfgang Polt, Alexandra Rammer e Julia Schindler (2004). *Governance in der Österreichischen Politik im Politikfeld Informationsgesellschaft – Endbericht*. Viena: Joanneum Research.
- Oliveira, José Manuel Paquete de, José Jorge Barreiros e Gustavo Cardoso (Eds.) (2004). *Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação*. Lisboa: Quimera.
- Oliveira, José Manuel Paquete de, José Jorge Barreiros e Gustavo Cardoso (2002). "Internet como Instrumento para la Participación Ciudadana", in José Vidal Beneyto, *La Ventana Global*. Madrid: Taurus, pp. 99-119.
- Pateman, Carole (1970). *Participation and Democratic Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Parry, Geraint, George Moyser e Neil Day (1992). *Political Participation and Democracy in Britain*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pendakur, Manjunath e Roma Harris (Eds.) (2001). *Citizenship and Participation in the Information Age*. Ontario: Garamond.
- Pennings, Paul (1995). "The Impact of Parties and Unions on Welfare Statism", *West European Politics*, Vol. 18, N.º 4, pp. 1-17.
- Pennings, Paul (2004). *Validating Computerized Content Analysis of Party Manifestos - Methodological Approaches and Empirical Results*. Amesterdão: Universidade de Amesterdão. Artigo apresentado na Sexta Conferência Internacional sobre Metodologia das Ciências Sociais da ISA (International Sociological Association), em Amesterdão, entre 16 e 20 de Agosto de 2004.
- Perelman, Chaïm e Lucie Olbrechts-Tyteca (1969). *The New Rhetoric: A Treatise on Argumentation*. Notre Dame (IN): University of Notre Dame Press.
- Pestana, Maria Helena e João Nunes Gageiro (2003). *Análise de Dados para Ciências Sociais – A complementaridade do SPSS*. Lisboa: Sílabo.
- Pharr, Susan J. e Robert D. Putnam (Eds.) (2000). *Disaffected Democracies: What's Troubling the Trilateral Countries?*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- Pharr, Susan J., Robert D. Putnam e Russell J. Dalton (2001). "A Quarter-Century of Declining Confidence", in Larry Diamond e Marc F. Plattner (Eds.), *The Global Divergence of Democracies*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001, pp. 291-311.
- Pinto, António Costa, Sérgio Fária e José Manuel Leite Viegas (2004). *Democracia. Novos desafios e novos horizontes*. Oeiras: Celta.
- Pinto, António Costa e Nuno Severiano Teixeira (Orgs.) (2005). *A Europa do Sul e a Construção da União Europeia 1945-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Pinto, António Costa e Nuno Severiano Teixeira (Orgs.) (2007). *Portugal e a Integração Europeia, 1945-1986: a perspectiva dos actores*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas & Debates.
- Popper, Karl R. (1982). *Quantum Theory and the Schism in Physics*. Nova Jérsia: Rowman and Littlefield.
- Pool, Ithiel de Sola (1973) (Ed.). *Talking Back: Citizen Feedback and Cable Technology*. Cambridge MA e Londres: The MIT Press.
- Pool, Ithiel de Sola (1984). *Technologies of Freedom*. Cambridge, MA: Belknap Press.
- Pool, Ithiel de Sola (1990). *Technologies without Boundaries: On Telecommunications in a Global Age*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

- Porat, Marc (1977). *The Information Economy: Definition and measurement (OT Special Publication 77-12 (1))*. Washington: US Department of Commerce, Office of Telecommunications.
- Poster, Mark (1990). *The Mode of Information: Poststructuralism and Social Context*. Cambridge: Polity.
- Poster, Mark (1995). *The Second Media Age*. Cambridge: Polity.
- Poster, Mark (1995a). *CyberDemocracy: Internet and the Public Sphere*. Irvine: University of California, <http://www.hnet.uci.edu/mposter/writings/democ.html> (último acesso a 12 de Janeiro de 2006).
- Przeworski, Adam, Susan C. Stokes e Bernard Manin (1999). *Democracy, Accountability and Representation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pugh, Emerson W. (1995). *Building IBM: Shaping an Industry and its Technology*. Cambridge MA: MIT Press.
- Raab, Charles e Christine Bellamy (2001). *Electronic democracy and the "mixed polity": symbiosis or conflict?*. Documento preparado para apresentação nas Joint Sessions do ECPR, em Grenoble, de 6 a 11 de Abril de 2001.
- Rae, Douglas W. (1971). *The Political Consequences of Electoral Laws*. New Haven e Londres: Yale University Press.
- Rebelo, José (Org.) (2003). *Novas Formas de Mobilização Popular*. Porto: Campo das Letras.
- Resnick, David (1997). "Politics on the Internet: The Normalization of Cyberspace", in Chris Toulouse e Timothy W. Luke (Eds.), *The Politics of Cyberspace*, número especial da revista *New Political Science*, n.º 41-42, pp. 47-67.
- Rheingold, Howard (1993). *The Virtual Community: Homesteading on the Electronic Frontier*. Reading (Massachusetts): Addison-Wesley.
- Ricart-Costa, Joan E., Brian Subirana e Josep Valor-Sabatier (2004). *Sources of Information Value: The Demise of the Telecommunications Industry and the Rise of the Information Industries*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Riker, William H. (1982). "The Two-Party System and Duverger's Law: An Essay on the History of Political Science", *American Political Science Review*, 76, pp. 753-766.
- Roberts, Carl W. (Ed.) (1997). *Text Analysis for the Social Sciences – Methods for drawing statistical inferences from texts and transcripts*. Mahwah, Nova Jérсия: Lawrence Erlbaum Associates.
- Roederer, D. e B. Shimberg (1980). *Occupational licensing: Centralizing state licensure functions*. Lexington, Ky: Council of State Governments.
- Rosamond, Ben (2000). *Theories of European Integration*. Nova Iorque: Palgrave.
- Rosenthal, Alan (Org.) (2002). *Republic on Trial: The Case for Representative Democracy*. S/l: CQ Press.
- Rubin, Michael Rogers e Mary Taylor Huber (1986). *The Knowledge Industry in the United States, 1960-1980*. New Haven: Yale University Press.
- Sanders, David e Valentine H. Herman (1977). "The stability and survival of governments in Western democracies", *Acta Politica*, 12, n.º 3, Julho, pp. 346-347.
- Sandholtz, Wayne (1992). *High-Tech Europe: The Politics of International Cooperation*. Los Angeles: University of California Press.
- Sandholtz, Wayne (1996). "Membership Matters: Limits of the Functional Approach to European Institutions", *Journal of Common Market Studies*, Vol. 34, N.º 3, Setembro, pp. 403-429.
- Sandholtz, Wayne e Alec Stone Sweet (Eds.) (1998). *European Integration and Supranational Governance*. Oxford: Oxford University Press.



- Sani, Giacomo (1986). "Participação política", in Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino (Orgs.), *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, pp. 888-890.
- Sarmiento, Cristina Montalvão (2000). "Políticas Públicas, Espelho da Política", in *A Reforma do Estado em Portugal*, Actas do I Encontro Nacional de Ciência Política. Lisboa: Bizâncio, pp. 641-658.
- Sarmiento, Cristina Montalvão (2003). "Políticas Públicas e Culturas Nacionais", *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, Ciência Política, nº XVI/XVII, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, pp. 461- 496.
- Sartori, Giovanni (1987). *The Theory of Democracy Revisited (2 Vols)*. Chatham: Chatham House Publishers.
- Sartori, Giovanni (1996). *Comparative Constitutional Engineering: an Inquiry into Structures, Incentives and Outcomes*. Basingstoke: Macmillan.
- Sartori, Giovanni (2000 [1997]). *Homo Videns – Televisão e pós-pensamento*. Lisboa: Terramar.
- Schiller, Anita R. e Herbert Schiller (1986). "Comercializing Information", *The Nation*, 4 de Outubro, pp. 306-309.
- Schiller, Herbert (1969). *Mass Communications and American Empire*. Nova Iorque: Augustus M. Kelley.
- Schiller, Herbert (1973). *The Mind Managers*. Boston: Beacon Press.
- Schiller, Herbert (1976). *Communication and Cultural Domination*. Nova Iorque: International Arts and Sciences Press.
- Schiller, Herbert (1981). *Who Knows: Information in the Age of the Fortune 500*. Norwood, NJ: Ablex.
- Schiller, Herbert (1983). "The Communications Revolution: Who Benefits?", *Media Development*, 4: pp. 18-20.
- Schiller, Herbert (1986). *Information and the Crisis Economy*. Oxford: Oxford University Press.
- Schiller, Herbert (1996). *Information Inequality: The Deepening Social Crisis in America*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Schmitter, Philippe (1992). "The Irony of Modern Democracy and Efforts to Improve Its Practice", *Politics & Society*, Vol. 20, N.º 4, pp. 507-512.
- Schmitter, Philippe (1993). "Opinião pública e 'qualidade' da democracia em Portugal", in Teresa Patrício Gouveia (Coord.), *Sociedade, Valores Culturais e Desenvolvimento*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, pp. 85-108.
- Schmitter, Philippe (1994). "Dangers and Dilemmas of Democracy", *Journal of Democracy*, Vol. 5, N.º 2, pp. 57-74.
- Schmitter, Philippe (1995). "Democracy's Future: More Liberal, Pre-Liberal or Post-Liberal?", *Journal of Democracy*, Vol. 6, N.º 1, pp. 15-22.
- Schmitter, Philippe (1995). "The Future of Democracy: Could it be a Matter of Scale?", *Social Research*, Vol. 66, N.º 3.
- Schmitter, Philippe (1999). *Federalism & Democracy: Tocqueville Inverted or Perverted?* Florença: Instituto Universitário Europeu.
- Schmitter, Philippe (2000). *How to Democratize the European Union... and Why Bother?* Lanham: Rowman & Littlefield.
- Schmitter, Philippe (2001). *What is There to Legitimize in the European Union... And How Might This be Accomplished?* Florença: Instituto Universitário Europeu.
- Schmitter, Philippe (2002). *Neo-neo-funtionalism: déjà-vu, all over again?*. Florença: Instituto Universitário Europeu.
- Schmitter, Philippe e Alexander Trechsel (Eds.) (2004). *The Future of Democracy in Europe - Trends, Analyses and Reforms*. Estrasburgo: Conselho da Europa.

- Schmitter, Philippe e Ernst Haas (1964). *Mexico and Latin American economic integration*. Berkeley: Institute of International Studies, Universidade da Califórnia.
- Schumpeter, Joseph (1962 [1942]). *Capitalism, Socialism, and Democracy*. Nova Iorque: Harper and Row.
- Sclove, Richard E. (1995). *Democracy and Technology*. Nova Iorque: Guilford.
- Shane, Peter M. (Ed.) (2004). *Democracy Online – The Prospects for Political Renewal Through the Internet*. Nova Iorque: Routledge.
- Shannon, Claude (1940). *A Symbolic Analysis of Relay and Switching Circuits*. Massachusetts Institute of Technology.
- Shannon, Claude e Warren Weaver (1949). *The Mathematical Theory of Communication*. Illinois: University of Illinois Press.
- Shaw, Donald L. e Maxwell E. McCombs (1977). *The emergence of American political issues: the agenda-setting function of the press*. St. Paul: West Pub. Co.
- Shimberg, B. (1982). *Occupational licensing: A public perspective*. Princeton, NJ: Educational Testing Service.
- Silveira, Alessandra (Coord.) (2007). *50 anos do Tratado de Roma*. Lisboa: Quid Juris.
- Skocpol, Theda e Morris Fiorina (Orgs.) (1999). *Civic Engagement in American Democracy*. S/I: The Brookings Institution.
- Slaton, Christa Daryl (1992). *Televote: expanding citizen participation in the quantum age*. Nova Iorque: Praeger.
- Smith, Adam (1976 [1776]). *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (2 Vols). Oxford.
- Smith, Ralph Lee (1972). *The Wired Nation – Cable TV: The electronic communications highway*. Nova Iorque: Harper & Row.
- Snellen, Ignace (2001). "ICTs and the Future of Democracy", *International Journal of Communications Law and Policy*, n.º 6, disponível em [http://www.ijclp.org/6\\_2001/pdf/ijclp\\_webdoc\\_6\\_6\\_2001.pdf](http://www.ijclp.org/6_2001/pdf/ijclp_webdoc_6_6_2001.pdf) (último acesso a 12 de Janeiro de 2006).
- Snyder, Francis (1993). *Soft Law and Institutional Practice in the European Community*. Florença: Instituto Universitário Europeu, Departamento de Direito, Working Paper 1993/5.
- Soto, Juan, Jorge Pérez, Claudio Feijóo (2003). "Veinticinco Años de Sociedad de la Información en España. Evolución tecnológica, globalización y políticas públicas", *Economía Industrial*, n.º 349-350, 2003, pp. 63-82.
- Swanson, David L. e Paolo Mancini (Eds.) (1996). *Politics, Media and Modern Democracy*. Westport: Praeger.
- SPSS (1999). *AnswerTree Algorithm Summary*. Chicago: SPSS.
- Stearns, Peter N. (Ed.) e William L. Langer (Rev.) (2001). *The Encyclopedia of World History*. Nova Iorque: Houghton Mifflin.
- Street, John (1992). *Politics and Technology*. Londres: MacMillan.
- Stone, Philip J., Dexter C. Dunphy, Marshall S. Smith e Daniel M. Ogilvie (1966). *The General Inquirer: A Computer Approach to Content Analysis*. Cambridge, Massachusetts e Londres: MIT Press.
- Stock, Maria José e José Magone (1995). "A Europa das Regiões e a União Europeia", *Cadernos do IEP*, II Série, n.º 1, pp. 7-9.
- Stock, Maria José (1996). "Regionalização, democracia (participativa) e proximidade: algumas reflexões", *Economia e Sociologia*, n.º 62, Évora, ISESE, pp. 15-20.
- Stock, Maria José (1998). *A Ciência Política e a Emergência de uma Nova Cidadania: do Areópago à Ágora*. Lisboa: Universidade Lusíada. Oração de Sapiência.
- Stock, Maria José e Jorge Adriano Carlos (1998). "Direitos Humanos na Sociedade Cibernética", *Economia e Sociologia*, n.º 66, Évora, pp. 109-147.

- Stock, Maria José (Coord.), Conceição Pequito e António Revez (2005). *Velhos e Novos Actores Políticos. Partidos e Movimentos Sociais*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Stock, Maria José e Filipe Montargil (2005). "Spill-over: Um Novo Quadro Estratégico para a Política da Língua Portuguesa no Mundo", in AA.VV., *Estudos Comemorativos dos 15 Anos da Licenciatura em Relações Internacionais*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, pp. 245-270.
- Stone Sweet, Alec e Thomas L. Brunell (1998). "Constructing a Supranational Constitution: Dispute Resolution and Governance in the European Community", *American Political Science Review*, 92, n.º 1, Março, pp. 63-81.
- Stone Sweet, Alec (Org.) (2001). *The Institutionalization of Europe*. Oxford: Oxford University Press.
- Taborda, Maria João (1998). *Mass Media e Cidadania. A Rádio como Esfera Pública*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Dissertação de Licenciatura (Policopiado).
- Taylor, Michael e Valentine H. Herman (1971). "Party systems and government stability", *American Political Science Review*, 65, n.º 1, Março, pp. 28-37.
- Tengarrinha, José (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Thatcher, Margareth (1993). *The Downing Street Years*. Londres: HarperCollins.
- Thatcher, Mark (1999). *The Europeanisation of Regulation. The Case of Telecommunications*. Florença: Instituto Universitário Europeu, Working Paper RSC N.º 99/22.
- Tocqueville, Alexis de (2002 [1835 e 1840]). *Da Democracia na América*. Princípa: Cascais.
- Touraine, Alain (1966). *La Conscience Ouvrière*. Paris: Seuil, 1966.
- Touraine, Alain (1996). *O que é a Democracia?* Lisboa: Instituto Piaget.
- Trechsel, Alexander H., Raphael Kies, Fernando Mendez e Philippe C. Schmitter (2003). *Evaluation of the Use of New Technologies in Order to Facilitate Democracy in Europe: E-democratizing the Parliaments and Parties of Europe*. STOA (Scientific and Technological Option Assessment), European Parliament, Directorate-General for Research.
- Triandafyllidou, Anna (1993). *From Qualitative to Quantitative Analysis in Political Discourse - A Computer-Assisted Application*. Florença: Instituto Universitário Europeu, Departamento de Ciências Políticas e Sociais, Working Paper 1993/11.
- Tsagarousianou, Roza, Damian Tambini e Cathy Bryan (1998). *Cyberdemocracy: Technology, cities and civic networks*. Nova Iorque: Routledge.
- Tsebelis, George (1995). "Veto Players and Law Production in Parliamentary Democracies", in Herbert Doering (ed.), *Parliaments and Majority Rule in Western Europe*, Nova Iorque: St. Martin's: 83-111.
- Tsebelis, George (1999). "Veto Players and Law Production in Parliamentary Democracies: An Empirical Analysis", *American Political Science Review*, Vol. 93, 3, 1999: 591-608.
- Tsebelis, George (2002). *Veto Players: How Political Institutions Work*. Princeton: UP e Russell Sage Foundation.
- Tsebelis, George e Eric Chang (2001). *Veto Players and the Structure of Budgets in Advanced Industrialized Countries*. Los Angeles: S/e, <http://www.sscnet.ucla.edu/polisci/faculty/tsebelis/TCpaperfinal.PDF> (último acesso a 19 de Janeiro de 2006).
- Tsebelis, George e S. Hug (2002). "Veto Players and Referendums around the World", *Journal of Theoretical Politics*, 14 (4): 465-516.

- Tsebelis, George e X. Yatanagas (2002). "Veto Players and Decisionmaking in the EU after Nice: Policy Stability and Judicial/Bureaucratic Discretion", *Journal of Common Market Studies*, 40 (2): 283-308.
- Tulloch, David L. e Tamara Shapiro (2003). *The Intersection of Data Access And Public Participation: Impacting GIS Users' Success?*, URISA Journal, Vol. 15, APA II, pp. 55-60, <http://www.urisa.org/Journal/protect/APANo2/Tulloch.pdf> (último acesso a 28 de Dezembro de 2005).
- Udén, Maria e Avri Doria (2003). "SNC - When the red nose won't do!" *A nomadic proposition for connectivity*. Paper for International conference ICA-IAMCR-ECCR, Digital Dynamics: Control, Participation and Exclusion. Universidade de Loughborough, Reino Unido, 6 a 9 de Novembro de 2003.
- Varian, Hal R., Joseph Farrell e Carl Shapiro (2004). *The Economics of Information Technology: An Introduction*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Verstraeten, Hans (1996). "The Media and the Transformation of the Public Sphere. A Contribution for a Critical Political Economy of the Public Sphere", *European Journal of Communication*, Vol. 11, N.º 3, pp. 347-370.
- Vicari, Serena (1993). *Esperienze di Teledemocrazia*. Comunicação apresentada ao Colóquio *Telecomunicazioni, Partecipazione e Democrazia*, Faculdade de Ciências Políticas, Universidade de Bologna, Bologna, 21 de Maio de 1993.
- Viegas, José Manuel Leite e Eduardo Costa Dias (Orgs.) (2000). *Cidadania, Integração Social e Globalização*. Oeiras: Celta.
- Volken, Andrea (s/d). *Dataset CMPr3, Comparative Manifestos Project, Science Center Berlin, Research Unit Institutions and Social Change (Director H-D Klingemann) in cooperation with the Manifesto Research Group (Chairman I Budge)*, <http://www.data-archive.ac.uk/doc/3437/mrdoc/pdf/a3437uab.pdf> (último acesso a 22 de Dezembro de 2005).
- Wacquant, Loïc (2004). *Esclarecer o habitus*. Berkeley: Universidade de Berkeley, [http://sociology.berkeley.edu/faculty/wacquant/wacquant\\_pdf/ESCLARECEROHABITUS.pdf](http://sociology.berkeley.edu/faculty/wacquant/wacquant_pdf/ESCLARECEROHABITUS.pdf) (último acesso a 12 de Janeiro de 2006).
- Warwick, Paul (1994). *Government Survival in Western European Parliamentary Democracies*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Wade, Philip e Didier Falcaud (1998). *Cyberplanète - Notre vie en temps virtuel*. Paris: Autrement.
- Wagner, Petra, Bernhard Dachs e Mar Ananos (2003). *Identifying factors of success and failure in European IST-related National/Regional developments: The case of Austria*. Seibersdorf: Seibersdorf Research.
- Weber, Max (1978 [1922]). *Economy and Society*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- Webster, Frank (Ed.) (2001). *Culture and Politics in the Information Age: A New Politics?* Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Webster, Frank (2002). *Theories of the Information Society*. Londres: Routledge.
- Weidemann, I. e S. Femers (1993). "Public participation in waste management decision-making: analysis and management of conflicts", *Journal of Hazardous Materials* 33: 355-368.
- Weingroff, Richard F. (1996). "Federal-Aid Highway Act of 1956: Creating the Interstate System", *Public Roads On-Line* (revista da Federal Highway Administration, do U.S. Department of Transportation), Verão de 1996, <http://www.tfhr.gov/pubrds/summer96/p96su10.htm> (último acesso a 9 de Maio de 2002).
- Wellens, K. C. e G. M. Borchardt (1989). "Soft Law in European Community Law", *European Law Review*, 14: 267-321.

- Wilhelm, Anthony (2000). *Democracy in the Digital Age: Challenges to Political Life in Cyberspace*. Nova Iorque: Routledge.
- Williams, Frederick e John V. Pavlik (Eds.) (1994). *The People's Right to Know – Media, Democracy and the Information Highway*. Hillsdale NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Winkel, Olaf (2001). "The Democratic Potentials of Interactive Information Technologies Under Discussion – Problems, Viewpoints and Perspectives", *International Journal of Communications Law and Policy*, n.º 6, [http://www.ijclp.org/6\\_2001/pdf/ijclp\\_webdoc\\_7\\_6\\_2001.pdf](http://www.ijclp.org/6_2001/pdf/ijclp_webdoc_7_6_2001.pdf) (último acesso a 12 de Janeiro de 2006).
- Winston, Brian (1998). *Media Technology and Society – A History: From the Telegraph to the Internet*. Londres: Routledge.
- Wüst, Andreas e Andrea Volkens (2003). *Euromanifesto Coding Instructions*. Mannheim: Mannheimer Zentrum für Europäische Sozialforschung, Universidade de Mannheim, Working Paper n.º 64, <http://www.mzes.uni-mannheim.de/publications/wp/wp-64.pdf> (último acesso a 28 de Dezembro de 2005).
- Zakon, Robert Hobbes (1999). *Hobbes' Internet Timeline v4.1*. S/I: Internet Society, <http://www.isoc.org/zakon/Internet/History/HIT.html> (último acesso a 12 de Dezembro de 2005).

Fontes de informação, legislação e documentos referentes a políticas sobre a sociedade da informação (União Europeia e países, por ordem cronológica)

## Europa

- Ad hoc Committee for Institutional Affairs* (1985). *Report to the European Council*. Conselho Europeu: Bruxelas, 29-30 de Março de 1985 (Dooge Report).
- Comissão Europeia (1982). *82/861/EEC: Commission Decision of 10 December 1982 relating to a proceeding under Article 86 of the EEC Treaty (IV/29.877 - British Telecommunications)*. Jornal Oficial, L 360, 21/12/1982: 36 – 42.
- Comissão Europeia (1988). *Commission Directive 90/388/EEC of 28 June 1990 on competition in the markets for telecommunications services*. Jornal Oficial, L 192, 24/07/1990: 10 – 16.
- Comissão Europeia (1987). *Towards a Dynamic European Economy, Green paper on the development of the Common Market for Telecommunications services and equipment*, COM(87) 290, 30 de Junho de 1987.
- Comissão Europeia (1990). *Commission Directive of 28 June 1990 on competition in the markets for telecommunications services (90/388/EEC)*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (1993). *Livro Branco Crescimento, Competitividade e Emprego*. Bruxelas: Comissão Europeia, COM(93) 700.
- Comissão Europeia (1994). *Europe's way to the information society: An Action Plan*. Bruxelas: Comissão Europeia, COM(94) 347 (Comunicação ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões).
- Comissão Europeia (1994a). *Green Paper on the Liberalisation of Telecommunications Infrastructure and Cable Television Networks: Part I – Principle and Timetable*. Bruxelas: Comissão Europeia, 25 de Outubro de 1994, COM(94) 440 final.
- Comissão Europeia (1995). *Green Paper on the Liberalisation of Telecommunications Infrastructure and Cable Television Networks: Part II – A Common Approach to the Provision of Infrastructure for Telecommunications in the European Union*. Bruxelas: Comissão Europeia, 25 de Janeiro de 1995, COM(94) 682.
- Comissão Europeia (1995a). *A Comissão Europeia 1995-2000*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. Brochura redigida pela Unidade "Publicações" da Direcção-Geral Informação, Comunicação, Cultura e Audiovisual.
- Comissão Europeia (1995b). *White Paper on Education and Training. Teaching and Learning – Towards the Learning Society*. Bruxelas, Comissão Europeia, 29 de Novembro de 1995, COM(95) 590 final.
- Comissão Europeia (1995c). *Green Paper – Copyright and Related Rights in the Information Society*. Bruxelas, Comissão Europeia, 19 de Julho de 1995, COM(95) 382 final.
- Comissão Europeia (1996a). *Communication from the Commission to the Council and the Parliament on "Standardization and the Global Information Society: The European Approach"*. Bruxelas: Comissão Europeia, 24 de Julho de 1996, COM(96) 359.

- Comissão Europeia (1996b). *Green Paper Living and Working in the Information Society: People First*. Bruxelas: Comissão Europeia, COM(96) 389.
- Comissão Europeia (1996c). *The Information Society: From Corfu to Dublin. The new emerging priorities*. Bruxelas: Comissão Europeia, COM(96) 395.
- Comissão Europeia (1996d). *Communication to the Council, the European Parliament, the Economic and Social Committee and the Committee of the Regions on the Implications of the Information Society for European Union Policies - Preparing the next steps*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (1996e). *Regulatory transparency in the Internal Market for Information Society services. Communication to the European Parliament, the Council of the European Union and the Economic and Social Committee. Proposal for a European Parliament and Council Directive amending for the third time Directive 83/189/EEC laying down a procedure for the provision of information in the field of technical standards and regulations*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (1996f). Commission Directive 96/19/EC of 13 March 1996 amending Directive 90/388/EEC with regard to the implementation of full competition in telecommunications markets. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (1996g). *Europe at the Forefront of the Global Information Society – Rolling Action Plan*. Bruxelas: Comissão Europeia (Comunicação ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões), <http://europa.eu.int/idabc/en/document/3626/5658> (último acesso a 12 de Setembro de 2005).
- Comissão Europeia (1996h). *Europe's Way to the Information Society - Update of the Action Plan. Status of 1st of April 1996*, <http://europa.eu.int/ISPO/infosoc/legreg/dede.html> (último acesso a 12 de Setembro de 2005).
- Comissão Europeia (1997). *Green Paper on the Convergence of the Telecommunications, Media and Information Technology Sectors, and the Implications for Regulation*. Bruxelas: Comissão Europeia, 3 de Dezembro de 1997, COM(97) 623.
- Comissão Europeia (1999). *Informação do Sector Público: Um Recurso Fundamental para a Europa. Livro Verde sobre a Informação do Sector Público na Sociedade da Informação*. Bruxelas: Comissão Europeia, COM(1998) 585.
- Comissão Europeia (1999a). *e-Europe – An Information Society for All. Communication on a Commission Initiative for the Special European Council of Lisbon, 23 and 24 March 2000*. Bruxelas: Comissão Europeia, COM(1999) 687 final.
- Comissão Europeia (2000). *eEurope - An Information Society for all - Progress report for the Special European Council on Employment, Economic reforms and social cohesion towards a Europe based on innovation and knowledge*. Comissão Europeia: Bruxelas, 8 de Março de 2000, COM(2000) 130 final.
- Comissão Europeia (2000a). *eEurope 2002 – An Information Society For All – Draft Action Plan prepared by the European Commission for the European Council in Feira*. Bruxelas: Comissão Europeia, 24 de Maio de 2000.
- Comissão Europeia (2001). *Indicadores para o Benchmarking do eGovernment no âmbito do Plano de Acção Europeu – eEurope 2002*. Lisboa: Grupo de Trabalho eGovernment, Comissão Europeia. Documento publicado pela Comissão Interministerial para a Sociedade da Informação, Ministério da Ciência e da Tecnologia, para a 3ª reunião, Lisboa, 20 de Abril de 2001.
- Comunidade Económica Europeia (1957). *Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia*. Roma: Comunidade Económica Europeia.
- Conselho das Comunidades Europeias (1987). *Council Directive 87/372/EEC of 25 June 1987 on the frequency bands to be reserved for the coordinated introduction*

- of public pan-European cellular digital land-based mobile communications in the Community*. Luxemburgo: Conselho das Comunidades Europeias, Jornal Oficial L 196 , 17/07/1987, pp. 0085 – 0086
- Conselho da União Europeia (1993). *Council Resolution, of 22 July 1993, on the review of the situation in the telecommunications sector and the need for further development in that market*. Bruxelas: Conselho da União Europeia, (93/C 213/01).
- Conselho da União Europeia (1994). *Europe and the Global Information Society. Recommendations to the European Council (Bangemann Report)*. Bruxelas: Conselho da União Europeia, <http://www.ispo.cec.be/ida/text/english/bangemann.html> (último acesso a 12 de Novembro de 2002).
- Conselho da União Europeia (1995). *Conselho Europeu de Cannes, 26-27 de Junho de 1995. Conclusões da Presidência*. Cannes: Conselho da União Europeia, [http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressdata/pt/ec/00211-C.P5.htm](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/pt/ec/00211-C.P5.htm) (último acesso a 23 de janeiro de 2006).
- Conselho da União Europeia (1996). *Council Resolution of 21 November 1996 on new policy-priorities regarding the information society*. Bruxelas: Conselho da União Europeia.
- Conselho da União Europeia (1998). *Decisão do Conselho, de 30 de Março de 1998, que adopta um programa comunitário plurianual de incentivo ao estabelecimento da sociedade da informação na Europa* (Decisão 98/253/EC). Bruxelas: Jornal Oficial das Comunidades Europeias, 7 de Abril de 1998, L107/10 a L107/15.
- Conselho da União Europeia e Comissão Europeia (2000b). *eEurope 2002 – An Information Society For All – Action Plan prepared by the Council and the European Commission for the European Council in Feira*. Bruxelas: Conselho da União Europeia e Comissão Europeia, 14 de Junho de 2000.
- DG XIII (1996). *Information Society Trends Special Issue - An Overview of 1995's Main Trends and Key Events*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Grupo de Peritos de Alto Nível (1996). *Construir a Sociedade Europeia da Informação para Todos – Primeiras reflexões do Grupo de Peritos de Alto Nível. Relatório intercalar*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Grupo de Peritos de Alto Nível (1997). *Construir a Sociedade Europeia da Informação para todos, Relatório Final*. Bruxelas: Comissão Europeia, <http://www.ispo.cec.be/hleg/buildpt.doc> (último acesso a 4 de Maio de 1999).
- Liikanen, Erki (Member of the European Commission responsible for Enterprise and the Information Society) (2000). *eEurope: A framework for the new economy*. Discurso no Global Forum 2000 - Shaping the future: Towards a global e-society. Nice Sophia-Antipolis, 19 de Outubro de 2000.
- Liikanen, Erki (2000). *Regulatory Reform in the Information Society - The European Commission's Approach*. Discurso na Conferência patrocinada pela Fundação Bertelsmann "Communications co-ordinates 2010". Berlim, 30 de Outubro de 2000.
- Liikanen, Erki (2000). *eEurope 2002 - Une société de l'information pour tous*. Conferência IST 2000 - " Une société de l'information pour tous ". Nice, 16 de Novembro de 2000.
- Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias (2001). *Pesquisa Avançada CELEX: Guia Ilustrado*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias (2002). *Manual de Referência CELEX*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (1985). *Italian Republic v Commission of the European Communities*. Case 41/83, European Court reports 1985: 873.



- Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (1985a). *Centre belge d'études de marché - Télémarketing (CBEM) v SA Compagnie luxembourgeoise de télédiffusion (CLT) and Information publicité Benelux (IPB)*. Case 311/84, European Court reports 1985: 3261.
- Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (1991). *Klaus Höfner and Fritz Elser v Macrotron GmbH*. Case C-41/90, European Court reports 1991: I-1979.
- União Europeia (1997). *Tratado de Amesterdão que altera o Tratado da União Europeia, os Tratados que instituem as Comunidades Europeias e alguns actos relativos a esses Tratados*. Bruxelas: União Europeia, Jornal Oficial das Comunidades Europeias, nº C 340 de 10 de Novembro de 1997.
- União Europeia (2002). *Versão Compilada do Tratado que institui a Comunidade Europeia*. Bruxelas: União Europeia, Jornal Oficial das Comunidades Europeias, nº C 325 de 24 de Dezembro de 2002, pp. 33-184.

## Alemanha

- Chanceler da República Federal (1998). *Because we trust in Germany's vitality*. Discurso do Chanceler da República Federal da Alemanha no Parlamento, em 10 de Novembro de 1998. Washington: German Embassy's Department for Press, Information and Public Affairs, the German Consulates General in United States, and the German Information Center, <http://www.germany-info.org/relaunch/politics/speeches/111098.html?PHPSESSID=dfa7c1e83e6f08dd6221787dc78b6081> (último acesso a 4 de Abril de 2005).
- Conselho para a Investigação, Tecnologia e Inovação (1995). *The Information Society - Opportunities, innovations and challenges*. Bona: Ministério Federal da Educação, Ciência, Investigação e Tecnologia (BMBF).
- Ministério Federal da Economia (1996). *Info 2000: Germany's Way to the Information Society*. Bona: Ministério Federal da Economia.
- Ministério Federal da Economia e da Tecnologia e Ministério Federal da Educação e Investigação (1999). *Innovation and Jobs in the Information Society of the 21st Century*. Bona e Berlim: Ministério Federal da Educação e Investigação e Ministério Federal da Economia e da Tecnologia.
- Ministério Federal da Educação e da Investigação (1997). *Federal Act Establishing the General Conditions for Information and Communication Services - Information and Communication Services Act*. S/l: Ministério Federal da Educação e da Investigação, 1 de Agosto de 1997.
- Wissenschaftliches Institut für Kommunikationsdienste GmbH (1999). *Liberalised Telecommunications Market in Selected Countries: Results and Perspectives - Executive Summary*. Expert Report from the Wissenschaftliches Institut für Kommunikationsdienste GmbH Commissioned by the Federal Ministry of Economics and Technology. Bad Honnef: Wissenschaftliches Institut für Kommunikationsdienste GmbH.

## Áustria

- Austrian Institute of Economic Research (WIFO) e Austrian Research Center Seibersdorf (ARCS) (1998). *Austrian Report on Technology 1997*. S/l: Federal Ministry of Economic Affairs e Federal Ministry of Science and Transport.

Grupo de Trabalho do Governo Federal da Áustria sobre a Sociedade da Informação (1996). *Sociedade da Informação – Relatório Final do Grupo de Trabalho do Governo Federal da Áustria sobre a Sociedade da Informação* [Informationsgesellschaft - Endbericht der Arbeitsgruppe Informationsgesellschaft der österreichischen Bundesregierung]. Viena: Bundeskanzleramt Bundespressdienst, Dezembro de 1996.

Áustria (2000). *e-Austria in e-Europe*. Viena: s/e, <http://www.help.gv.at/documents/Eaustria.doc> (último acesso a 23 de Setembro de 2005).

## Bélgica

Ministério dos Negócios Estrangeiros (1999). *Comments of the Belgian Ministry of Economic Affairs on Green Paper COM(1998)585*. Bruxelas: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Bélgica (1994). *La Constitution Belge, Texte coordonné du 17 février 1994*, Senado Belga, [http://www.senate.be/doc/const\\_fr.html](http://www.senate.be/doc/const_fr.html) (último acesso a 7 de Abril de 2005).

Bélgica (1997). *Compte rendu de la réunion du Conseil des Ministres du 30 mai 1997*. Bruxelas: Residence Palace, International Press Center, comunicado de imprensa da reunião de Conselho de Ministros de 30 de Maio de 1997.

Bélgica (1997a). *Un plan d'actions coordonnées pour la société de l'information au sein des Autorités fédérales - 1997-1999*. A autoria material é atribuída a Jean-Luc Dehaene, Primeiro-Ministro, Elio di Rupo, Vice Primeiro-Ministro e Ministro da Economia e das Telecomunicações e André Flahaut, Ministro da Função Pública. Bruxelas: Governo Federal. Editado a 10 de Junho de 1997, com a referência T97067F. Documento obtido através do Observatório para a Sociedade da Informação da Unesco, [http://www.unesco.org/webworld/observatory/action/europe/countries/doc\\_bl\\_1.html](http://www.unesco.org/webworld/observatory/action/europe/countries/doc_bl_1.html) (último acesso a 15 de Janeiro de 2000).

Bélgica (1998). *Société de l'information: plan d'action coordonné au sein de l'autorité fédérale, PRIORITES 1998-1999*. Bruxelas: Residence Palace, International Press Center, comunicado de imprensa da reunião de Conselho de Ministros de 12 de Junho de 1998.

Bélgica (1999). *Conseil des Ministres du 22 octobre 1999*. Bruxelas: Residence Palace, International Press Center, comunicado de imprensa da reunião de Conselho de Ministros de 22 de Outubro de 1999.

Bélgica (2000). *Entraves à la société de l'information*. Bruxelas: Residence Palace, International Press Center, comunicado de imprensa da reunião de Conselho de Ministros de 30 de Junho de 2000.

## Dinamarca

AA. VV. [Partidos Social-Democrata, Social Liberal, Liberal Democrata, Conservador, Socialista do Povo e Democrata do Centro] (1999). *Agreement in Principle on Telecommunications Policy Aims - the Danes' Admission Ticket to the Network Society*. Copenhaga: Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação, [http://www.fsk.dk/cgi-bin/doc-show.cgi?doc\\_id=17166&doc\\_type=831&leftmenu=2](http://www.fsk.dk/cgi-bin/doc-show.cgi?doc_id=17166&doc_type=831&leftmenu=2) (último acesso a 2 de Maio de 2005).

- Ministério da Investigação (1994). *Info-Society 2000*. Copenhaga: The Committee on the Information Society by the Year 2000, Ministério da Investigação, <http://www.fsk.dk/fsk/publ/info2000-uk/> (último acesso a 28 de Abril de 2005).
- Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação (1995). *From Vision to Action. Info-Society 2000 – Statement to Parliament on "Info-Society 2000" and IT Political Action Plan 1995*. Copenhaga: Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação, <http://www.fsk.dk/fsk/publ/it95-uk/> (último acesso a 28 de Abril de 2005).
- Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação (1996). *The Info-Society for All – the Danish Model. IT Policy Statement 1996 to the Folketing and IT Policy Action Plan 1996*. Copenhaga: Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação, <http://www.fsk.dk/fsk/publ/1996/it96-uk/> (último acesso a 28 de Abril de 2005).
- Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação (1996a). *Status for IT-politisk handlingsplan 1995*. Copenhaga: Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação, [http://www.fsk.dk/cgi-bin/doc-show.cgi?doc\\_id=1891&leftmenu=PUBLIKATIONER](http://www.fsk.dk/cgi-bin/doc-show.cgi?doc_id=1891&leftmenu=PUBLIKATIONER) (último acesso a 28 de Abril de 2005).
- Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação (1996b). *IT in figures 1996 – 23 pictures of the info-society*. Copenhaga: Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação, <http://www.fsk.dk/fsk/publ/it23/> (último acesso a 28 de Abril de 2005).
- Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação (1997). *Authorities Heading for a Fall – IT Policy White Paper Presented to the Folketing 1997*. Copenhaga: Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação.
- Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação (1997a). *IT in figures 1997 – 19 Pictures of the Info-society*. Copenhaga: Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação.
- Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação (1997b). *Action for Change – IT Policy Plan 97/98*. Copenhaga: Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação.
- Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação (1999). *Danish IT-pictures. Status Report – Digital Denmark*. Copenhaga: Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação.
- Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação (2000). *Digital Denmark – conversion to the network society*. Copenhaga: Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação.
- Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação (2000a). *Realigning to a Network Society – IT and Telecommunications: Policy Report to the Folketing*. Copenhaga: Ministério da Investigação e das Tecnologias da Informação.

## Espanha

- Boletim Oficial das Cortes Gerais [Boletín Oficial de las Cortes Generales] (1999). *Contestación a doña María Dolores Calderón Pérez (GP), sobre conclusiones más notables del informe sobre el papel de la industria en la sociedad de la información, elaborado por el grupo de expertos promovido desde el Ministerio de Industria y Energía (núm. reg. 78755)*. Boletín Oficial de las Cortes Generales, Congreso de los Diputados, VI Legislatura, 22 de Abril de 1999, Série D, N.º 414: 31-32.
- Comissão Interministerial da Sociedade da Informação e das Novas Tecnologias [Comisión Interministerial de la Sociedad de la Información y de las Nuevas

- Tecnologías] (2000). *INFO XXI - La Sociedad de la Inform@ción para todos. Iniciativa del Gobierno para el Desarrollo de la Sociedad de la Información*. S/l: Comissão Interministerial da Sociedade da Informação e das Novas Tecnologías.
- Comissão para a Sociedade da Informação do Governo da Catalunha [Comisionado para la Sociedad de la Información del Gobierno de la Generalitat de Cataluña] (1999). *Cataluña en Red – Plan Estratégico para la Sociedad de la Información*. S/l: Comisionado para la Sociedad de la Información, Gobierno de la Generalitat de Cataluña.
- Diário das Sessões das Cortes Gerais [Diario de Sesiones de las Cortes Generales] (1999). *Contestación a la pregunta de Doña María del Carmen Heras Pablo, del Grupo Parlamentario Socialista del Congreso, sobre las actuaciones desarrolladas desde su creación por el Foro de la Sociedad de la Información creado por Ministerio de Industria y Energía, y resultados obtenidos hasta la fecha*. (S. 683/000115) (CD 181/002255.). 3004-3009.
- Espanha (1999). *Real Decreto 1289/1999, de 23 de julio, por el que se crea la Comisión Interministerial de la Sociedad de la Información y de las Nuevas Tecnologías en España*. Madrid: S/e, [http://www.min.es/oficinavirtual/pdf/1289\\_23\\_jul.pdf](http://www.min.es/oficinavirtual/pdf/1289_23_jul.pdf) (último acceso a 8 de Maio de 2005).
- Secretaria-geral de Comunicações [Secretaría General de Comunicaciones] (1999). *Política de Telecomunicaciones y Sociedad de la Información. Presente y Futuro*. Madrid: Ministerio de Fomento.

#### Políticas regionais

- Aragão (2002). *La Sociedad de la Información en Aragón*. Saragoça: Consejo Económico y Social de Aragón.
- Canarias (2000). *Plan para el Desarrollo de la Sociedad de la Información en Canarias (PDSIC)*. S/l: Proyecto Canari@s Digital, Consejería de Presidencia, Gobierno de Canarias.
- Catalunha (1999). *Catalunya en Xarxa. Plá Estratègic per a la Societat de la Informació*. S/l: Comissionat per a la Societat de la Informació.
- Extremadura (2001). *Extremadura en la Sociedad de la Información: Hechos, Iniciativas y Políticas*. S/l: Dirección General de la Sociedad de la Información, Consejería de Educación, Ciencia y Tecnología, Junta de Extremadura.
- La Rioja (2000). *Plan Estratégico para la Sociedad del Conocimiento*. S/l: Consejería de Desarrollo Autonómico y Administraciones Públicas, Gobierno de La Rioja, 5 de Julho de 2000.
- Navarra (2001). *Plan de Promoción de la Sociedad de la Información en la Comunidad Foral de Navarra*. S/l: Gobierno de Navarra.
- País Basco (2002). *Plan Euskadi en la Sociedad de la Información*. S/l: Eusko Jaurlaritza - Gobierno Vasco.

#### Finlândia

- Banco da Finlândia (2004). *Finnish economy in Euro time*. Discurso de Pentti Hakkarainen, membro do Conselho de Administração, em seminário no Instituto Nobel, em Oslo, a 19 de Abril de 2004. Helsínquia: Banco da Finlândia,

[http://www.bof.fi/eng/1\\_suomen\\_pankki/1.8\\_puheet/1.8.1\\_SPpuheet/index.stm](http://www.bof.fi/eng/1_suomen_pankki/1.8_puheet/1.8.1_SPpuheet/index.stm)  
(último acesso a 11 de Maio de 2005).

- Conselho Consultivo para a Sociedade da Informação [Information Society Advisory Board] (2000). *Finland as an Information Society – The Report of the Information Society Advisory Board to the Government*. Helsínquia: Conselho Consultivo para a Sociedade da Informação e Ministério das Finanças.
- Conselho de Estado (1995). *Developing a Finnish Information Society*. Helsínquia: Conselho de Estado.
- Finlândia (1993). *Cabinet decision on information management in Government. 5 May 1994*. Helsínquia: Ministério das Finanças, policopiado.
- Finlândia (1999). *Programme of Prime Minister Paavo Lipponen's second Government*. Helsínquia: Governo. Publicado a 15 de Abril de 1999, <http://www.valtioneuvosto.fi/vn/liston/base.lsp?r=36108&k=en&page=6&old=35819> (último acesso a 16 de Maio de 2005).
- Ministério da Educação (1995). *Education, Training and Research in the Information Society. A National Strategy*. Helsínquia: Ministério da Educação, <http://www.minedu.fi/infostrategy.html> (último acesso a 16 de Maio de 2005).
- Ministério da Educação (1999). *Education, Training and Research in the Information Society – A National Strategy for 2000-2004*. Helsínquia: Ministério da Educação.
- Ministério das Finanças (1995). *Suomi Tietoyhteiskunnaksi - Strategian perustelumuiot*. Helsínquia: Ministério das Finanças.
- Ministério das Finanças (1995a). *Finland's way to the Information Society -The National Strategy*. Helsínquia: Ministério das Finanças.
- Ministério das Finanças (1996). *Finland's way to the Information Society - the National Strategy and its Implementation*. Helsínquia: Ministério das Finanças.
- SITRA (1998). *Quality of Life, Knowledge and Competitiveness - Premises and objectives for strategic development of the Finnish information society*. Helsínquia: SITRA.

## França

- Bourdier, Jean-Charles (1997). *Mission sur la presse et le multimédia: diagnostic-orientations et actions*. Paris: Ministère des postes, des télécommunications et de l'espace.
- Comissariado Geral do Plano (1996). *Les Réseaux de la Société de l'Information*. Paris: ESKA.
- Comité Interministerial para a Sociedade da Informação (1999). *Bâtir un cadre législatif protecteur des échanges et de la vie privée*. Primeira decisão tomada pelo Comité Interministerial para a Sociedade da Informação de 19 de Janeiro de 1999. S/l: S/e, <http://www.internet.gouv.fr/archives/textesref/cisi190199/decis1.htm> (último acesso a 28 de Maio de 2005).
- Comité Interministerial para a Sociedade da Informação (1999a). *Développer la culture, les contenus et la présence de la France sur l'internet*. Segunda decisão tomada pelo Comité Interministerial para a Sociedade da Informação de 19 de Janeiro de 1999. S/l: S/e, <http://www.internet.gouv.fr/archives/textesref/cisi190199/decis2.htm> (último acesso a 28 de Maio de 2005).
- Comité Interministerial para a Sociedade da Informação (1999b). *1999-2000: vers l'administration électronique*. Terceira decisão tomada pelo Comité Interministerial para a Sociedade da Informação de 19 de Janeiro de 1999. S/l: S/e, <http://www.internet.gouv.fr/archives/textesref/cisi190199/decis3.htm> (último acesso a 28 de Maio de 2005).

- Comité Interministerial para a Sociedade da Informação (1999c). *Pour une société de l'information solidaire: l'accès pour tous, enjeu social et territorial*. Quarta decisão tomada pelo Comité Interministerial para a Sociedade da Informação de 19 de Janeiro de 1999. S/l: S/e, <http://www.internet.gouv.fr/archives/textesref/cisi190199/decis4.htm> (último acesso a 28 de Maio de 2005).
- Comité Interministerial para a Sociedade da Informação (2000). *Relevé des décisions prises par le Comité interministériel pour la société de l'information*. S/l: S/e, 10 de Julho de 2000, <http://archives.internet.gouv.fr/francais//textesref/cisi100700/releve.doc> (último acesso a 28 de Maio de 2005).
- França (1958). *Constitution de la République française*. Paris: Assembleia Nacional. Constituição de 4 de Outubro de 1958, com as alterações da lei constitucional introduzidas até 2004.
- França (1990). *Décret n.º 90-665 du 30 juillet 1990. Décret relatif à l'organisation de l'administration centrale du ministère du travail, de l'emploi et de la formation professionnelle et du ministère de la solidarité, de la santé et de la protection sociale*. Journal Officiel de la République Française, 31 de Julho de 1990.
- França (1998). *Préparer l'entrée de la France dans la société de l'inform@tion - Programme d'action gouvernemental*. Paris: Governo da República Francesa.
- França (1998a). *Décret n.º 98-973 du 2 novembre 1998 portant création d'une direction du personnel, de la modernisation et de l'administration au ministère de l'économie, des finances et de l'industrie*. Journal Officiel de la République Française, n.º 255, 3 de Novembro de 1998: 16.752.
- França (1999). *France in the Information Society, Newsletter of the French Government - February 1999 - Special edition*. Paris: Governo da República Francesa.
- França (1999b). *La France dans la société de l'information*. Paris: La Documentation Française.
- França (2001). *Quatre ans d'action gouvernementale pour la société de l'information*. Paris: República Francesa, Primeiro-ministro, Serviço de Informação do Governo.
- Gérard, Alain (1997). *Réseaux et multimedia dans l'éducation*. S/l: S/e. Rapport au Premier-ministre.
- Joyandet, Alain, Pierre Hérisson e Alex Türk (1997). *L'entrée dans la société de l'information - Rapport d'information 436*. Paris: Senado, Mission commune d'information sur l'entrée dans la société de l'information - 1996 /1997.
- Laffitte, Pierre (1997). *La France et la société de l'information*. Paris: Senado, Gabinete Parlamentar das Escolhas Científicas e Tecnológicas [Office Parlementaire d'Evaluation des Choix Scientifiques et Technologiques], Relatório n.º 213.
- Martin-Lalande, Patrice (1997). *L'Internet: un vrai défi pour la France*. S/l: S/e. Rapport au Premier-ministre.
- Ministério da Economia, das Finanças e da Indústria (1999). *Concertation sur le cadre législatif pour la société de l'information - Une société d'information pour tous*. Paris: Ministère de l'Économie, des Finances et de l'Industrie, [http://www.finances.gouv.fr/societe\\_information/sommaire.htm](http://www.finances.gouv.fr/societe_information/sommaire.htm) (último acesso a 14 de Janeiro de 2000).
- Schuman, Robert e Jean Monnet (1950). *Declaração de 9 de Maio de 1950*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, [http://europa.eu.int/comm/publications/booklets/eu\\_documentation/04/txt07\\_pt.htm#declaration](http://europa.eu.int/comm/publications/booklets/eu_documentation/04/txt07_pt.htm#declaration) (último acesso a 18 de Fevereiro de 2005).
- Sérusclat, Franck (1995). *Les nouvelles techniques d'information et de communication: l'homme cybernétique?* Paris: Senado, Gabinete Parlamentar das

- Escolhas Científicas e Tecnológicas [Office Parlementaire d'Evaluation des Choix Scientifiques et Technologiques], Relatório n.º 232.
- Sérusclat, Franck (1997). *Rapport sur les techniques des apprentissages essentiels pour une bonne insertion dans la société de l'information*. Paris: Senado, Gabinete Parlamentar das Escolhas Científicas e Tecnológicas [Office Parlementaire d'Evaluation des Choix Scientifiques et Technologiques], Relatório n.º 383.
- Primeiro-ministro (1997). *Préparer l'entrée de la France dans la société de l'information*. Discurso de Lionel Jospin na Universidade da Comunicação de Hourtin, a 25 de Agosto.
- Primeiro-ministro (S/d). *Note de synthèse de la réponse française au livre vert sur la convergence des secteurs des télécommunications, des médias et des technologies de l'information et les implications pour la réglementation (05/05/1998)*, <http://www.internet.gouv.fr/francais/textesref/convergence1.htm> (último acesso a 18 de Janeiro de 2000).
- Conseil d'État (1999). *Une Société de l'Information pour tous, Adaptation du cadre législatif à la société de l'information, Document d'orientation soumis à consultation publique, Octobre 1999 – novembre 1999*. S/l: Conseil d'État.

#### Programas de acção ministerial (PAMSI)

- Ministério da Defesa (1999). *Plan ministériel pour la société de l'information*. S/l: Ministério da Defesa, <http://web.archive.org/web/19990117082614/www.internet.gouv.fr/francais/index.html> (último acesso a 23 de Maio de 2005).
- Ministério da Economia, das Finanças e Indústria (1999). *La Société de l'Information*. S/l: Ministério da Economia, das Finanças e Indústria, Janeiro de 1999, [http://www.finances.gouv.fr/innovation/choix\\_ministere/mefi0199.htm](http://www.finances.gouv.fr/innovation/choix_ministere/mefi0199.htm) (último acesso a 23 de Maio de 2005).
- Ministério da Educação Nacional, Investigação e Tecnologia (1999). *La Mise en Oeuvre du Programme d'Action Gouvernemental pour la Société de l'Inform@tion*. S/l: Missão de Comunicação, Gabinete de Imprensa, Ministério da Educação Nacional, Investigação e Tecnologia, Janeiro de 1999, <http://www.education.gouv.fr/realisations/communication/samra.htm> (último acesso a 23 de Maio de 2005).
- Ministério do Emprego e da Solidariedade (1999). *Programme d'Action Ministeriel pour la Société de l'Information*. S/l: Ministério do Emprego e da Solidariedade, [http://www.travail.gouv.fr/actualites/dossiers/programme\\_information.html](http://www.travail.gouv.fr/actualites/dossiers/programme_information.html) (último acesso a 23 de Maio de 2005).
- Ministério do Interior (1999). *Programme d'actions Gouvernemental pour la Société de l'information – Rapport du Ministère de l'Interieur*. S/l: Ministério do Interior, <http://web.archive.org/web/19990117082614/www.internet.gouv.fr/francais/index.html> (último acesso a 23 de Maio de 2005).
- Ministério da Justiça (1999). *Réponse du ministère de la Justice au Programme d'Action Gouvernemental pour la Société de l'Information*. S/l: Ministério da Justiça, Janeiro de 1999, <http://www.justice.gouv.fr/publicat/pamsi1.htm> (último acesso a 23 de Maio de 2005).
- Ministério dos Negócios Estrangeiros (1998). *Programme d'Action du Ministère des Affaires Etrangères pour la Société de l'Information*. S/l: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Agosto de 1998, <http://www.diplomatie.fr/actual/NTIC.html> (último acesso a 23 de Maio de 2005).

Primeiro-ministro (1999). Programme d'action des services du Premier ministre pour la société de l'information, <http://web.archive.org/web/19990117082614/www.internet.gouv.fr/francais/index.html> (último acesso a 23 de Maio de 2005).

#### Grécia

Grécia (1999). *Request for Information on Policies to Reduce the Digital Divide – Greece*. S/l: S/e.

Primeiro-ministro (1999). *Greece in the Information Society – Strategy and Actions (draft)*. Atenas: Gabinete do Primeiro-ministro.

Primeiro-ministro (2002). *Greece in the Information Society – Strategy and Actions*. Atenas: Gabinete do Primeiro-ministro.

#### Holanda

Kenniscentrum ELO [Centro de Informação sobre Governo Electrónico] (2005). *E-government in the Netherlands: a brief history*. Haia: Kenniscentrum ELO, [http://www.elo.nl/elo/Images/History\\_eGovernment-Netherlands\\_tcm70-46924.pdf](http://www.elo.nl/elo/Images/History_eGovernment-Netherlands_tcm70-46924.pdf) (último acesso a 7 de Junho de 2005).

Holanda (1999). *The Dutch Digital Delta – The Netherlands oN-Line*. Haia: Ministério da Economia.

Holanda (1999a). *The Dutch Digital Delta in Outline*. Haia: Ministério da Economia.

Holanda (2000). *Contract with the future - A vision on the electronic relationship between government and citizen*. Memorando apresentado à Câmara Baixa do Parlamento Holandês pelo Ministro para as Políticas Urbanas e Integração das Minorias Étnicas. Câmara Baixa, sessão do ano 1999-2000, 26387, n.º 8, 19 de Maio de 2000.

#### Irlanda

Irlanda (1997). *Information Society Ireland: Strategy for Action*. S/l: Information Society Steering Committee, Março de 1997.

Irlanda (1997a). *First Report of Information Society Commission*. S/l: Information Society Commission.

Irlanda (1998). *Implementing the Information Society: A Framework for Action. First report of the Inter-Departmental Implementation Group on the Information Society*. Dublin: Department of the Taoiseach.

Irlanda (1999). *Implementing the Information Society in Ireland: an Action Plan*. Dublin: Department of the Taoiseach.

Irlanda (1999a). *Progress Implementing the Information Society. Second Report of the Inter-Departmental Implementation Group*. Dublin: Department of the Taoiseach.

Irlanda (2000). *Progress Implementing the Information Society. Third Report of the Inter-Departmental Implementation Group on the Information Society*. Dublin: Department of the Taoiseach.

Information Society Ireland (S/d). *eIreland*. Programa de acção, [www.irlgov.ie/taoiseach/eIreland.html](http://www.irlgov.ie/taoiseach/eIreland.html) (último acesso a Fevereiro de 2001).



## Itália

- Primeiro-ministro (1999). *A Project for Italy*. Discurso do Primeiro Ministro, Massimo D'Alema, na Conferência *The Action Plan for the Development of the Information Society*, Università degli Studi "Tor Vergata", Facoltà di Economia, Roma, 1 de Julho de 1999.
- Presidência do Conselho de Ministros (1997). *Promuovere lo Sviluppo della Società dell'Informazione in Italia: uno schema di riferimento*. Presidência do Conselho de Ministros, 5 de Abril de 1997, <http://www1.anuit.it/pcmidx.htm#indice> (último acesso a 4 de Maio de 2005).
- Ministério da Inovação e da Tecnologia (1999). *Newsletter n. 5*. 29 de Março de 1999, <http://www.innovazione.gov.it/ita/newsletter/newsletter5.shtml> (último acesso a 28 de Julho de 2005).
- Ministério da Inovação e da Tecnologia (1999a). *Newsletter n. 11*. 14 de Setembro de 1999, <http://www.innovazione.gov.it/ita/newsletter/newsletter11.shtml> (último acesso a 28 de Julho de 2005).
- Ministério da Inovação e da Tecnologia (1999b). *Newsletter n. 12*. 8 de Outubro de 1999, <http://www.innovazione.gov.it/ita/newsletter/newsletter12.shtml> (último acesso a 28 de Julho de 2005).
- Presidência do Conselho de Ministros (2000). *e-government Action Plan*. Roma: Presidência do Conselho de Ministros, Departamento da Função Pública.
- Itália (2000). *Action Plan for the Information Society*. Roma: Governo, [http://www.palazzochigi.it/fsi/eng/actionplan/government\\_reports\\_compl.html](http://www.palazzochigi.it/fsi/eng/actionplan/government_reports_compl.html) (último acesso a 28 de Julho de 2005).

## Luxemburgo

- Comité Info 2000 (1995). *Comité Info 2000 - Premières Conclusions et Recommandations*. Luxemburgo: Ministère des Communications.
- Comité Info 2000 (1996). *Le rôle de l'Etat dans la société de l'information*. Luxemburgo: Ministère des Communications.
- Câmara dos Deputados (1996). *La Société de l'information au Luxembourg – Rapport de la Commission des Communications et de l'Informatique et de la Commission des Medias, de la Recherche et de la Culture (4 Juin 1996)*. Luxemburgo: Câmara dos Deputados, [www.infosociety.lu/rapport/home.html](http://www.infosociety.lu/rapport/home.html) (último acesso a 23 de Janeiro de 2000).
- Primeiro-ministro (2000). *Déclaration gouvernementale sur la situation économique, sociale et financière 2000 (version française)*. Luxemburgo, [http://www.gouvernement.lu/gouvernement/etat\\_nation2004/2000/etat\\_fr\\_2000.rtf](http://www.gouvernement.lu/gouvernement/etat_nation2004/2000/etat_fr_2000.rtf) (último acesso a 19 de Maio de 2005).

## Portugal

- Assembleia da República (1996). Lei no. 10-A/96: Aprova as Grandes Opções do Plano para 1996. Diário da República, I Série-A, no. 71/96, 23 de Março de 1996, p. 584-(2) – 584-(69).

- Assembleia da República (1997). *Diário da Assembleia da República*, 2 de Maio de 1997, I Série, n.º 67 (transcrição da Reunião Plenária de 30 de Abril de 1997), pp. 2326-2332.
- Conselho de Ministros (1997). *Comunicado do Conselho de Ministros de 17 de Abril de 1997*. Lisboa: Conselho de Ministros, [http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos\\_Constitucionais/GC13/Comunicados\\_e\\_Conferencias\\_de\\_Imprensa/19970417.htm](http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC13/Comunicados_e_Conferencias_de_Imprensa/19970417.htm) (último acesso a 10 de Setembro de 2005).
- Missão para a Sociedade da Informação (1997). *Livro Verde para a Sociedade da Informação*. Lisboa: Ministério da Ciência e Tecnologia.
- Ministério da Ciência e da Tecnologia (1999). *Portugal na Sociedade da Informação*. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia.
- Comissão Interministerial para a Sociedade da Informação (2001). *Portugal, a Europa e a Sociedade da Informação: dando corpo à estratégia de Lisboa (Balanço 2000-2001)*. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia, Comissão Interministerial para a Sociedade da Informação.
- Conselho de Ministros (1996). *Resolução de Conselho de Ministros no. 16/96, de 7 de Março*. Diário da República, 21 Março 1996. Cria a Missão da Sociedade de Informação.
- Portugal (1983). *Programa do IX Governo Constitucional*. [http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos\\_Constitucionais/GC09/Programa/](http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC09/Programa/) (último acesso a 18 de Dezembro de 2005).
- Portugal (1995). *Programa do XIII Governo Constitucional: Texto do Programa*. Diário da Assembleia da República, II Série-A, no. 2, 8 Novembro 1995, 26(2)-26(64), [http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos\\_Constitucionais/GC13/Programa/](http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC13/Programa/) (último acesso a 14 de Julho de 2004).
- Portugal (1999). *Decreto-Lei n.º 135/1999 de 22 de Abril*. Diário da República n.º 94, I-B Série. Define os princípios gerais de acção a que devem obedecer os serviços e organismos da Administração Pública.
- Portugal (2001). *Decreto-Lei n.º 300/2001 de 28 de Novembro*. Aprova os estatutos do Instituto para a Inovação na Administração do Estado.
- Portugal (2002). *Decreto-Lei nº 215/2002 de 22 de Outubro*. Regula o processo de extinção do Instituto para a Inovação na Administração do Estado (IIAE), nos termos previstos no artigo 2.º da Lei n.º 16-A/2002, de 31 de Maio. Diário da República n.º 244 – Série I-A: 6.842 – 6.843.

## Reino Unido

- Departamento de Comércio e Indústria (1997). *UK Businesses take up challenge of the information age*. Londres: Departamento de Comércio e Indústria. DTI Press Release P/97/458, de 10 de Julho de 1997, <http://www.gnn.gov.uk/environment/detail.asp?ReleaseID=19184&NewsAreaID=2&NavigatedFromDepartment=False> (último acesso a 21 de Setembro de 2005).
- Departamento de Comércio e Indústria (1998). *Regulating communications - approaching convergence in the Information Age*. Londres: Departamento de Comércio e Indústria, <http://www.dti.gov.uk/converg/exec.htm> (último acesso a 21 de Setembro de 2005).
- Departamento de Comércio e Indústria (2000). *Strategic Evaluation of the Information Society Initiative 1996 – 2000*. Londres: DTI Assessment Unit (Dr. Anne Brown e Kevin Phillips), <http://www.consumer.gov.uk/iese/aurep43.htm> (último acesso a 21 de Setembro de 2005).

- Reino Unido (1997). *Your Right to Know. The Government's proposals for a Freedom of Information Act*. Londres: The Stationery Office. Presented to Parliament by the Chancellor of the Duchy of Lancaster by Command of Her Majesty, <http://www.archive.official-documents.co.uk/document/caboff/foi/foi.htm> (último acesso a 22 de Setembro de 2005).
- Reino Unido (1998). *Our Information Age. The Government's Vision*. Londres: Central Office of Information.
- Reino Unido (1998a). *Our Competitive Future: building the knowledge driven economy*. Londres: Secretário de Estado do Comércio e da Indústria. Presented to Parliament by the Secretary of State for Trade and Industry by Command of Her Majesty, <http://www.dti.gov.uk/comp/competitive/main.htm> (último acesso a 22 de Setembro de 2005).
- Reino Unido (1999). *Modernising Government*. Londres: The Stationery Office. Presented to Parliament by the Prime Minister and the Minister for the Cabinet Office by Command of Her Majesty, <http://www.archive.official-documents.co.uk/document/cm43/4310/4310.htm> (último acesso a 23 de Setembro de 2005).

## Suécia

- IT Kommissionen (1994). *Information Technology – Wings to Human Ability*. Estocolmo: IT Kommissionen.
- IT Kommissionen (1996). *Digital Demokrati? Ett seminarium om teknik, demokrati och delaktighet den 8 november 1996 anordnat av Folkområdsutredningen, IT-kommissionen och Kommunikationsforskningsberedningen*. Estocolmo: Comissão TI, <http://www.itkommissionen.se/doc/153.html> (último acesso a 23 de Setembro de 2005).
- IT Kommissionen (1998). *Changing times, changing conditions*. Estocolmo: IT Kommissionen, [http://www.itkommissionen.se/dynamaster/file\\_archive/020124/07cada845023e78bfb34e20ad4fb66eb/08\\_98%20Changing%20Times,%20Changing%20Conditions.pdf](http://www.itkommissionen.se/dynamaster/file_archive/020124/07cada845023e78bfb34e20ad4fb66eb/08_98%20Changing%20Times,%20Changing%20Conditions.pdf) (último acesso a 23 de Setembro de 2005).
- IT Kommissionen (2000). *Forskning om IT och demokrati*. Estocolmo: IT Kommissionen, <http://www.itkommissionen.se/doc/118.html> (último acesso a 23 de Setembro de 2005).
- IT Kommissionen (2004). *Terms of Reference (Directive 1998:38) The Commission for analysing the impact of information technology on social development - The IT Commission – Resolution adopted at a Cabinet meeting on 14th May 1998*. Estocolmo: IT Kommissionen, <http://www.itkommissionen.se/index-2.html> (último acesso a 23 de Setembro de 2005).
- Suécia (2000). *Public Administration in the Service of Democracy – an Action Programme*. Estocolmo: Swedish Government Offices, <http://www.sweden.gov.se/content/1/c6/02/55/20/ee2606c9.pdf> (último acesso a 23 de Setembro de 2005).
- Suécia (2000a). *Sustainable democracy - Policy for Government by the People in the 2000s*. Estocolmo: Ministério da Justiça, <http://www.sweden.gov.se/content/1/c6/03/13/52/30254583.pdf> (último acesso a 23 de Setembro de 2005).
- Suécia (2000b). *An Information Society for all – a publication about the Swedish IT policy*. Estocolmo: Ministério da Indústria, Emprego e Comunicações.

Ministério da Indústria, Emprego e Comunicações (2000). *Presentation held by Minister for Industry, Björn Rosengren, at a Press Conferense about Government Bill 1999/2000:86, An Information Society for All*. Estocolmo: Ministério da Indústria, Emprego e Comunicações, [http://www.itsweden.com/docfile/50426\\_oh\\_itprop\\_en.pdf](http://www.itsweden.com/docfile/50426_oh_itprop_en.pdf) (último acesso a 23 de Setembro de 2005).

#### Estados Unidos

Bureau of Labor Statistics (2006). *Working in the 21st Century*, <http://www.bls.gov/opub/working/home.htm> (último acesso a 2 de Dezembro de 2006).

Estados Unidos (1991). *High-Performance Computing Act of 1991*. Washington: Casa dos Representantes e Senado.

Estados Unidos (1993). *The National Information Infrastructure: Agenda for Action*. Washington: Casa Branca, Office of the Press Secretary, 15 de Setembro de 1993.

Outras fontes de informação

*American National Election Studies*, Guide to Public Opinion and Electoral Behavior, <http://www.electionstudies.org/> (último acesso a 12 de Janeiro de 2006).

Eurobarómetro

Eurobarómetros *standard*:

Eurobarómetro 1, Setembro de 1973  
Eurobarómetro 9, Maio de 1978  
Eurobarómetro 16, Dezembro de 1981  
Eurobarómetro 23, Junho de 1985  
Eurobarómetro 28, Dezembro de 1987  
Eurobarómetro 34, Dezembro de 1990  
Eurobarómetro 41, Julho de 1994  
Eurobarómetro 42, Primavera de 1995  
Eurobarómetro 43, Outono de 1995  
Eurobarómetro 48, Março de 1998  
Eurobarómetro 49, Setembro de 1998  
Eurobarómetro 51, Julho de 1999  
Eurobarómetro 52, Abril de 2000  
Eurobarómetro 53, Outubro de 2000  
Eurobarómetro 54, Abril de 2001  
Eurobarómetro 58, Março de 2003  
Eurobarómetro 61, Maio de 2004

Outros Eurobarómetros:

Eurobarómetro Flash 49, Setembro de 1995  
Eurobarómetro 50.1., *Measuring Information Society*, Março de 1999  
Eurobarómetro Flash 88, Outubro de 2000

Veja-se, para mais informação sobre o Eurobarómetro, o seu sítio na Internet, em [http://europa.eu.int/comm/public\\_opinion/index\\_en.htm](http://europa.eu.int/comm/public_opinion/index_en.htm) (último acesso a 12 de Janeiro de 2006).

*European Election Studies*, <http://www.europeanelectionstudies.net/> (último acesso a 12 de Janeiro de 2006).

GfK, *International GfK Survey on the Confidence People Have in Political and Business Leaders and Organizations*, 2004.

*O estado da Nação* (Portugal), 2001, 2002 e 2003. Data Crítica, Escola Superior de Comunicação Social (ESCS), Diário de Notícias, TSF e SIC. O projecto contou com o apoio da Assembleia da República e da Cap Gemini, em 2003.

Projecto EPIC (*Election Process Information Collection*), IDEA, UNDP e IFES, <http://www.epicproject.org/> (último acesso a 12 de Janeiro de 2006).

Projecto *Voter Turnout*, *International Institute for Democracy and Electoral Assistance* (IDEA), <http://www.idea.int/vt/> (último acesso a 12 de Janeiro de 2006).

Projecto *Veto Players*, George Tsebelis (Coord.), <http://www.sscnet.ucla.edu/polisci/faculty/tsebelis/> (último acesso a 12 de Janeiro de 2006).

União Europeia, *Repertório da Legislação Comunitária em Vigor*, área da Sociedade da Informação, União Europeia, Abril de 2003.

*World Values Survey*, <http://www.worldvaluessurvey.org/> (último acesso a 12 de Janeiro de 2006).

ANEXOS AO TEXTO

Anexo 1 – Legislação europeia em vigor na área da sociedade da informação,  
em Abril de 2003



N.º	Ano	Número CELEX	Designação	Autor	Co-autor	Codificação
<b>Tecnologias da informação, telecomunicações, informática</b>						
1	2003	32003G0228(01)	Council Resolution of 18 February 2003 on a European approach towards a culture of network and information security	Conselho		<i>Soft law</i>
2	2003	32003G0118(03)	Council Resolution of 19 December 2002 on interactive media content in Europe	Conselho		<i>Soft law</i>
3	2003	32003D0051	2003/51/EC: Commission Decision of 22 January 2003 granting France a derogation to bring its national statistical system into conformity with Regulation (EC) No 1221/2002 of the European Parliament and of the Council (notified under document number C(2003) 290)	Comissão		<i>Hard law</i>
4	2002	32002R0876	Council Regulation (EC) No 876/2002 of 21 May 2002 setting up the Galileo Joint Undertaking	Conselho		<i>Hard law</i>
5	2002	32002R0733	Regulation (EC) No 733/2002 of the European Parliament and of the Council of 22 April 2002 on the implementation of the .eu Top Level Domain (Text with EEA relevance)	Parlamento	Conselho	<i>Hard law</i>
6	2002	32002G0706(02)	Council Resolution of 25 June 2002 on preserving tomorrow's memory – preserving digital content for future generations	Conselho		<i>Soft law</i>
7	2002	32002D0676	Decision No 676/2002/EC of the European Parliament and of the Council of 7 March 2002 on a regulatory framework for radio spectrum policy in the European Community (Radio Spectrum Decision)	Parlamento	Conselho	<i>Hard law</i>
8	2002	32002D0627	2002/627/EC: Commission Decision of 29 July 2002 establishing the European Regulators Group for Electronic Communications Networks and Services (Text with EEA relevance)	Comissão		<i>Hard law</i>
9	2002	32002D0622	2002/622/EC: Commission Decision of 26 July 2002 establishing a Radio Spectrum Policy Group (Text with EEA relevance)	Comissão		<i>Hard law</i>
10	2002	32002D0591	2002/591/EC: Commission Decision of 11 July 2002 on the implementation of Council Decision 1999/297/EC establishing a Community statistical information infrastructure relating to the industry and markets of the audiovisual and related sectors (Text with EEA relevance) (notified under document number C(2002) 2580)	Comissão		<i>Hard law</i>

11	2002	32002G0410(01)	Council Resolution of 25 March 2002 on the eEurope Action Plan 2002: accessibility of public websites and their content	Conselho		<i>Soft law</i>
12	2002	32002G0314(01)	Council Resolution of 1 March 2002 on the protection of consumers, in particular young people, through the labelling of certain video games and computer games according to age group	Conselho		<i>Soft law</i>
13	2002	32002G0205(04)	Council Resolution of 21 January 2002 on the development of the audiovisual sector	Conselho		<i>Soft law</i>
14	2002	32002L0077	Commission Directive 2002/77/EC of 16 September 2002 on competition in the markets for electronic communications networks and services (Text with EEA relevance)	Comissão		<i>Hard law</i>
15	2002	32002L0058	Directive 2002/58/EC of the European Parliament and of the Council of 12 July 2002 concerning the processing of personal data and the protection of privacy in the electronic communications sector (Directive on privacy and electronic communications)	Parlamento	Conselho	<i>Hard law</i>
16	2002	32002L0022	Directive 2002/22/EC of the European Parliament and of the Council of 7 March 2002 on universal service and users' rights relating to electronic communications networks and services (Universal Service Directive)	Parlamento	Conselho	<i>Hard law</i>
17	2002	32002L0021	Directive 2002/21/EC of the European Parliament and of the Council of 7 March 2002 on a common regulatory framework for electronic communications networks and services (Framework Directive)	Parlamento	Conselho	<i>Hard law</i>
18	2002	32002L0020	Directive 2002/20/EC of the European Parliament and of the Council of 7 March 2002 on the authorisation of electronic communications networks and services (Authorisation Directive)	Parlamento	Conselho	<i>Hard law</i>
19	2002	32002L0019	Directive 2002/19/EC of the European Parliament and of the Council of 7 March 2002 on access to, and interconnection of, electronic communications networks and associated facilities (Access Directive)	Parlamento	Conselho	<i>Hard law</i>
20	2001	32001H0703(01)	Council Recommendation of 25 June 2001 on contact points maintaining a 24-hour service for combating high-tech crime	Conselho		<i>Soft law</i>
21	2001	32001H0551	Commission Recommendation of 4 July 2001 on the development of a legal and business framework for participation of the private sector in deploying telematics-based Traffic and Travel Information (TTI) services in Europe (Text with EEA relevance) (notified under document number C(2001) 1102)	Comissão		<i>Soft law</i>
22	2001	32001D0163	Decision No 163/2001/EC of the European Parliament and of the Council of 19 January 2001 on the implementation of a training programme for professionals in the European audiovisual programme industry (MEDIA-	Parlamento	Conselho	<i>Hard law</i>

Training) (2001-2005)						
23	2001	32001D0148	2001/148/EC: Commission Decision of 21 February 2001 on the application of Article 3(3)(e) of Directive 1999/5/EC to avalanche beacons (Text with EEA relevance) (notified under document number C(2001) 194)	Comissão		<i>Hard law</i>
24	2001	32001R0045	Regulation (EC) No 45/2001 of the European Parliament and of the Council of 18 December 2000 on the protection of individuals with regard to the processing of personal data by the Community institutions and bodies and on the free movement of such data	Parlamento	Conselho	<i>Hard law</i>
25	2000	32000R2887	Regulation (EC) No 2887/2000 of the European Parliament and of the Council of 18 December 2000 on unbundled access to the local loop (Text with EEA relevance)	Parlamento	Conselho	<i>Hard law</i>
26	2000	32000Y1014(02)	Council Resolution of 3 October 2000 on the organisation and management of the Internet	Conselho		<i>Soft law</i>
27	2000	32000D0821	2000/821/EC: Council Decision of 20 December 2000 on the implementation of a programme to encourage the development, distribution and promotion of European audiovisual works (MEDIA Plus - Development, Distribution and Promotion) (2001-2005)	Conselho		<i>Hard law</i>
28	2000	42000Y0712(01)	Conclusions of the Council and of the representatives of the Governments of the Member States, meeting within the Council of 26 June 2000 concerning the communication from the Commission on principles and guidelines for the Community's audiovisual policy in the digital age	Conselho		<i>Soft law</i>
29	2000	32000Y0615(01)	Special Report No 9/2000 concerning trans-European-networks (TEN) - telecommunications, accompanied by the Commission's replies	Outros		<i>Soft law</i>
30	2000	32000H0417	2000/417/EC: Commission Recommendation of 25 May 2000 on unbundled access to the local loop: enabling the competitive provision of a full range of electronic communications services including broadband multimedia and high-speed Internet (notified under document number C(2000) 1259) (Text with EEA relevance)	Comissão		<i>Soft law</i>
31	2000	32000Y0407(01)	Commission communication in the framework of the implementation of Directive 1999/5/EC of the European Parliament and of the Council of 9 March 1999 on radio equipment and telecommunications terminal equipment and the mutual recognition of their conformity - April 2000 (Text with EEA relevance)	Comissão		<i>Soft law</i>

32	2000	32000D0373	2000/373/EC: Commission Decision of 26 May 2000 concerning the request by France to maintain pursuant to Article 18(3) of Directive 1999/5/EC of the European Parliament and of the Council (the 'R&TTE Directive') a requirement for telecommunications terminal equipment intended for connection to the analogue public switched telephone network of France Telecom (notified under document number C(2000) 1390) (Text with EEA relevance) (Only the French text is authentic)	Comissão		<i>Hard law</i>
33	2000	32000D0299	2000/299/EC: Commission Decision of 6 April 2000 establishing the initial classification of radio equipment and telecommunications terminal equipment and associated identifiers (notified under document number C(2000) 938) (Text with EEA relevance)	Comissão		<i>Hard law</i>
34	2000	32000H0263	2000/263/EC: Commission Recommendation of 20 March 2000 amending Recommendation 98/511/EC on interconnection in a liberalised telecommunications market (Part 1 - Interconnection pricing) (notified under document number C(2000) 651) (Text with EEA relevance)	Comissão		<i>Soft law</i>
35	2000	32000Y0112(05)	Council Conclusions of 17 December 1999 on the protection of minors in the light of the development of digital audiovisual services	Conselho		<i>Soft law</i>
36	2000	32000D0054	2000/54/EC: Commission Decision of 22 December 1999 concerning the request by the United Kingdom for a deferment, pursuant to Article 20(2) of Directive 97/33/EC (the 'Interconnection Directive'), of the obligation to introduce carrier pre-selection (notified under document number C(1999) 5030) (Text with EEA relevance) (Only the English text is authentic)	Comissão		<i>Hard law</i>
37	2000	32000L0031	Directive 2000/31/EC of the European Parliament and of the Council of 8 June 2000 on certain legal aspects of information society services, in particular electronic commerce, in the Internal Market ('Directive on electronic commerce')	Parlamento	Conselho	<i>Hard law</i>
38	1999	31999D1720	1720/1999/EC: Decision of the European Parliament and of the Council of 12 July 1999 adopting a series of actions and measures in order to ensure interoperability of and access to trans-European networks for the electronic interchange of data between administrations (IDA)	Parlamento	Conselho	<i>Hard law</i>
39	1999	31999D1719	1719/1999/EC: Decision of the European Parliament and of the Council of 12 July 1999 on a series of guidelines, including the identification of projects of common interest, for trans-European networks for the electronic interchange of data between administrations (IDA)	Parlamento	Conselho	<i>Hard law</i>
40	1999	31999Y1006(01)	Council Conclusions of 27 September 1999 concerning the results of the public consultation on the Convergence Green Paper (in particular the aspects relating to the media and the audiovisual sector)	Conselho		<i>Soft law</i>

41	1999	31999Y0803(01)	Council Resolution of 19 July 1999 on the involvement of Europe in a new generation of satellite navigation services - Galileo-Definition phase	Conselho	<i>Soft law</i>
42	1999	31999D0784	1999/784/EC: Council Decision of 22 November 1999 concerning Community participation in the European Audiovisual Observatory	Conselho	<i>Hard law</i>
43	1999	31999Y0715(02)	Council Resolution of 28 June 1999 on measures to address the year 2000 computer problem	Conselho	<i>Soft law</i>
44	1999	31999D0645	1999/645/EC: Commission Decision of 15 September 1999 on a common technical Regulation for the attachment requirements for TETRA access to emergency services (notified under document number C(1999) 2987) (Text with EEA relevance)	Comissão	<i>Hard law</i>
45	1999	31999D0511	1999/511/EC: Commission Decision of 7 July 1999 on a common technical Regulation for the attachment requirements for high speed circuit switched data (HSCSD) multislotted mobile stations (notified under document number C(1999) 2029) (Text with EEA relevance)	Comissão	<i>Hard law</i>
46	1999	31999D0498	1999/498/EC: Commission Decision of 7 July 1999 on a common technical regulation for digital enhanced cordless telecommunications (DECT) equipment accessing the integrated services digital network (ISDN) (Version 2) (notified under document number C(1999) 2027) (Text with EEA relevance)	Comissão	<i>Hard law</i>
47	1999	31999D0497	1999/497/EC: Commission Decision of 7 July 1999 on a common technical Regulation for digital enhanced cordless telecommunications (DECT) DECT/GSM dual-mode terminal equipment (notified under document number C(1999) 2026) (Text with EEA relevance)	Comissão	<i>Hard law</i>
48	1999	31999Y0423(01)	Information from the Commission - Publication of and access to information in Member States concerning interconnection in telecommunications (Text with EEA relevance)	Comissão	<i>Soft law</i>
49	1999	31999D0310	1999/310/EC: Commission Decision of 23 April 1999 on a common technical regulation for digital enhanced cordless telecommunications (DECT) equipment accessing the integrated services digital network (ISDN) [notified under document number C(1999) 999] (Text with EEA relevance)	Comissão	<i>Hard law</i>
50	1999	31999D0304	1999/304/EC: Commission Decision of 12 April 1999 on a common technical regulation for integrated services digital network (ISDN); telephony 3,1 kHz teleservice, attachment requirements for handset terminals (edition 2) (notified under document number C(1999) 875) (Text with EEA relevance)	Comissão	<i>Hard law</i>

51	1999	31999D0303	1999/303/EC: Commission Decision of 12 April 1999 on a common technical regulation for connection to the analogue public switched telephone networks (PSTNs) of terminal equipment supporting the voice telephony justified case service in which network addressing, if provided, is by means of dual tone multi-frequency (DTMF) signalling (notified under document number C(1999) 874) (Text with EEA relevance)	Comissão			<i>Hard law</i>
52	1999	31999D0297	1999/297/EC: Council Decision of 26 April 1999 establishing a Community statistical information infrastructure relating to the industry and markets of the audiovisual and related sectors	Conselho			<i>Hard law</i>
53	1999	31999D0276	Decision No 276/1999/EC of the European Parliament and of the Council of 25 January 1999 adopting a multiannual Community action plan on promoting safer use of the Internet by combating illegal and harmful content on global networks	Parlamento	Conselho		<i>Hard law</i>
54	1999	31999Y0128(01)	Council Resolution of 19 January 1999 on the Consumer Dimension of the Information Society	Conselho			<i>Soft law</i>
55	1999	31999L0093	Directive 1999/93/EC of the European Parliament and of the Council of 13 December 1999 on a Community framework for electronic signatures	Parlamento	Conselho		<i>Hard law</i>
56	1999	31999L0064	Commission Directive 1999/64/EC of 23 June 1999 amending Directive 90/388/EEC in order to ensure that telecommunications networks and cable TV networks owned by a single operator are separate legal entities (Text with EEA relevance)	Comissão			<i>Hard law</i>
57	1999	31999L0005	Directive 1999/5/EC of the European Parliament and of the Council of 9 March 1999 on radio equipment and telecommunications terminal equipment and the mutual recognition of their conformity	Parlamento	Conselho		<i>Hard law</i>
58	1998	31998Y1006(01)	Council Conclusions of 24 September 1998 concerning the European Audiovisual Conference: 'Challenges and opportunities of the digital age'	Conselho			<i>Soft law</i>
59	1998	31998D0734	98/734/EC: Commission Decision of 30 November 1998 on a common technical Regulation for land mobile satellite earth stations (LMES) operating in the 1,5/1,6 GHz frequency bands (notified under document number C(1998) 3695) (Text with EEA relevance)	Comissão			<i>Hard law</i>
60	1998	31998D0578	98/578/EC: Commission Decision of 16 September 1998 on a common technical regulation for low data rate land mobile satellite earth stations (LMES) operating in the 1,5/1,6 GHz frequency bands (notified under document number C(1998) 2724) (Text with EEA relevance)	Comissão			<i>Hard law</i>
61	1998	31998D0577	98/577/EC: Commission Decision of 16 September 1998 on a common technical regulation for very small aperture terminals (VSATs) satellite earth stations operating in the 4 GHz and 6 GHz frequency bands (notified	Comissão			<i>Hard law</i>

---

under document number C(1998) 2723) (Text with EEA relevance)

---

62	1998	31998D0576(01)	98/576/EC: Commission Decision of 16 September 1998 on a common technical regulation for the attachment requirements for terminal equipment to connect to public switched telephone networks (PSTNs) and incorporating an analogue handset function (notified under document number C(1998) 2722) (Text with EEA relevance)	Comissão	<i>Hard law</i>
63	1998	31998D0575	98/575/EC: Commission Decision of 16 September 1998 on a common technical regulation for the general attachment requirements for mobile stations intended to be used with Phase II public digital cellular telecommunications networks operating in the GSM 1800 band (Edition 2) (notified under document number C(1998) 2721) (Text with EEA relevance)	Comissão	<i>Hard law</i>
64	1998	31998D0574	98/574/EC: Commission Decision of 16 September 1998 on a common technical regulation for the general attachment requirements for public pan-European cellular digital land-based mobile communications, Phase II (Edition 2) (notified under document number C(1998) 2720) (Text with EEA relevance)	Comissão	<i>Hard law</i>
65	1998	31998H0560	98/560/EC: Council Recommendation of 24 September 1998 on the development of the competitiveness of the European audiovisual and information services industry by promoting national frameworks aimed at achieving a comparable and effective level of protection of minors and human dignity	Conselho	<i>Soft law</i>
66	1998	31998D0543	98/543/EC: Commission Decision of 4 September 1998 on a common technical regulation for the telephony application requirements for mobile stations intended to be used with phase II public digital cellular telecommunications networks operating in the DCS 1800 band (edition 2) (notified under document number C(1998) 2562) (Text with EEA relevance)	Comissão	<i>Hard law</i>
67	1998	31998D0542	98/542/EC: Commission Decision of 4 September 1998 on a common technical regulation for telephony application requirements for public pan-European cellular digital land-based mobile communications, phase II (edition 2) (notified under document number C(1998) 2561) (Text with EEA relevance)	Comissão	<i>Hard law</i>
68	1998	31998D0535	98/535/EC: Commission Decision of 3 September 1998 on a common technical Regulation for the terrestrial flight telecommunications system (TFTS) (notified under document number C(1998) 2378)(Text with EEA relevance)	Comissão	<i>Hard law</i>

69	1998	31998D0534	98/534/EC: Commission Decision of 3 September 1998 on a common technical Regulation for Satellite Personal Communications Networks (S-PCN) Mobile Earth Stations (MESs), including handheld earth stations, for S-PCN operating in the 2,0 GHz frequency bands under the Mobile Satellite Service (MSS) (notified under document number C(1998) 2376) (Text with EEA relevance)	Comissão	<i>Hard law</i>
70	1998	31998D0533	98/533/EC: Commission Decision of 3 September 1998 on a common technical Regulation for Satellite Personal Communications Networks (S-PCN) Mobile Earth Stations (MESs), including handheld earth stations, for S-PCN operating in the 1,6/2,4 GHz frequency bands under the Mobile Satellite Service (MSS) (notified under document number C(1998) 2375) (Text with EEA relevance)	Comissão	<i>Hard law</i>
71	1998	31998D0522	98/522/EC: Commission Decision of 17 June 1998 on a common technical Regulation for public land-based enhanced radio message system (ERMES) receiver requirements (second edition) (notified under document number C(1998) 1615) (Text with EEA relevance)	Comissão	<i>Hard law</i>
72	1998	31998D0521	98/521/EC: Commission Decision of 17 June 1998 on a common technical Regulation for ISDN packet mode using ISDN basic access (notified under document number C(1998) 1614) (Text with EEA relevance)	Comissão	<i>Hard law</i>
73	1998	31998D0520	98/520/EC: Commission Decision of 17 June 1998 on a common technical Regulation for the pan-European integrated services digital network (ISDN) primary rate access (Amendment 1) (notified under document number C(1998) 1613) (Text with EEA relevance)	Comissão	<i>Hard law</i>
74	1998	31998D0519	98/519/EC: Commission Decision of 17 June 1998 on a common technical Regulation for very small aperture terminals (VSATs) operating in the 11/12/14 GHz frequency bands (notified under document number C(1998) 1612) (Text with EEA relevance)	Comissão	<i>Hard law</i>
75	1998	31998D0517	98/517/EC: Commission Decision of 17 June 1998 on a common technical Regulation for satellite news gathering transportable earth stations (SNG TES) operating in the 11-12/13-14 GHz frequency bands (notified under document number C(1998) 1609) (Text with EEA relevance)	Comissão	<i>Hard law</i>
76	1998	31998D0516	98/516/EC: Commission Decision of 17 June 1998 on a common technical Regulation for low data rate land mobile satellite earth stations (LMES) operating in the 11/12/14 GHz frequency bands (notified under document number C(1998) 1608) (Text with EEA relevance)	Comissão	<i>Hard law</i>
77	1998	31998D0515	98/515/EC: Commission Decision of 17 June 1998 on a common technical Regulation for the pan-European integrated services digital (ISDN) basic access (Amendment 1) (notified under document number C(1998) 1607) (Text with EEA relevance)	Comissão	<i>Hard law</i>



78	1998	31998H0511	98/511/EC: Commission Recommendation of 29 July 1998 amending Recommendation 98/195/EC on interconnection in a liberalised telecommunications market (Part 1 - Interconnection pricing) (notified under document number C(1998) 2234) (Text with EEA relevance)	Comissão		<i>Soft law</i>
79	1998	31998D0482	98/482/EC: Council Decision of 20 July 1998 on a common technical Regulation for the attachment requirements for connection to the analogue public switched telephone networks (PSTNs) of terminal equipment (excluding terminal equipment supporting the voice telephony justified case service) in which network addressing, if provided, is by means of dual tone multi-frequency (DTMF) signalling	Conselho		<i>Hard law</i>
80	1998	31998H0322	98/322/EC: Commission Recommendation of 8 April 1998 on interconnection in a liberalised telecommunications market (Part 2 - Accounting separation and cost accounting) (Text with EEA relevance)	Comissão		<i>Soft law</i>
81	1998	31998H0195	98/195/EC: Commission Recommendation of 8 January 1998 on interconnection in a liberalised telecommunications market (Part 1 - Interconnection pricing) (Text with EEA relevance)	Comissão		<i>Soft law</i>
82	1997	31997D1336	Decision No 1336/97/EC of the European Parliament and of the Council of 17 June 1997 on a series of guidelines for trans-European telecommunications networks	Parlamento	Conselho	<i>Hard law</i>
83	1997	21997A1122(01)	Agreement on telecommunications procurement between the European Community and the Republic of Korea - Side letter on qualification procedures - Agreed minutes - Memorandum	Conselho		<i>Hard law</i>
84	1997	31997Y1004(01)	Council Resolution of 22 September 1997 on the further development of a numbering policy for telecommunications services in the European Community	Conselho		<i>Soft law</i>
85	1997	31997D0751	97/751/EC: Commission Decision of 31 October 1997 on a common technical regulation for the attachment requirements for the terminal equipment interface for connection to 140 Mbit/s digital unstructured and structured leased lines (Text with EEA relevance)	Comissão		<i>Hard law</i>
86	1997	31997D0710	Decision No 710/97/EC of the European Parliament and of the Council of 24 March 1997 on a coordinated authorization approach in the field of satellite personal-communication services in the Community	Parlamento	Conselho	<i>Hard law</i>
87	1997	31997D0639	97/639/EC: Commission Decision of 19 September 1997 on a common technical regulation for the attachment requirements for the terminal equipment interface for connection to 34 Mbit/s digital unstructured and structured leased lines (Text with EEA relevance)	Comissão		<i>Hard law</i>

88	1997	31997Y0625(01)	Council Resolution of 17 June 1997 on the development of telematics in road transport, in particular with respect to electronic fee collection	Conselho	<i>Soft law</i>
89	1997	31997D0607	97/607/EC: Commission Decision of 18 June 1997 concerning the granting of additional implementation periods to Greece for the implementation of Directive 90/388/EEC as regards full competition in the telecommunications markets (Only the Greek text is authentic) (Text with EEA relevance)	Comissão	<i>Hard law</i>
90	1997	31997D0603	97/603/EC: Commission Decision of 10 June 1997 concerning the granting of additional implementation periods to Spain for the implementation of Commission Directive 90/388/EEC as regards full competition in the telecommunications markets (Only the Spanish text is authentic) (Text with EEA relevance)	Comissão	<i>Hard law</i>
91	1997	31997D0545	97/545/EC: Commission Decision of 9 July 1997 on a common technical regulation for the general attachment requirements for Data Terminal Equipment (DTE) to connect to Packet Switched Public Data Networks (PSPDNs) offering CCITT Recommendation X.25 interfaces (Text with EEA relevance)	Comissão	<i>Hard law</i>
92	1997	31997D0544	97/544/EC: Commission Decision of 9 July 1997 on a common technical regulation for terminal equipment to be connected to public circuit switched data networks and ONP leased circuits using a CCITT Recommendation X.21 type interface (Text with EEA relevance)	Comissão	<i>Hard law</i>
93	1997	31997D0525	97/525/EC: Commission Decision of 9 July 1997 on a common technical regulation for the attachment requirements for terminal equipment for digital enhanced cordless telecommunications (DECT) generic access profile (GAP) applications (Text with EEA relevance)	Comissão	<i>Hard law</i>
94	1997	31997D0524	97/524/EC: Commission Decision of 9 July 1997 on a common technical regulation for the telephony application requirements for digital enhanced cordless telecommunications (DECT) (edition 2) (Text with EEA relevance)	Comissão	<i>Hard law</i>
95	1997	31997D0523	97/523/EC: Commission Decision of 9 July 1997 on a common technical regulation for the general terminal attachment requirements for digital enhanced cordless telecommunications (DECT) (edition 2) (Text with EEA relevance)	Comissão	<i>Hard law</i>
96	1997	31997D0522	97/522/EC: Commission Decision of 9 July 1997 on a common technical regulation for the attachment requirements for the terminal equipment interface for connection to 64 kbit/s digital unrestricted ONP leased lines (Amendment 1) (Text with EEA relevance)	Comissão	<i>Hard law</i>

97	1997	31997D0521	97/521/EC: Commission Decision of 9 July 1997 on a common technical regulation for the attachment requirements for the terminal equipment interface for connection to 2 048 kbit/s digital structured ONP leased lines (Text with EEA relevance)	Comissão		<i>Hard law</i>
98	1997	31997D0520	97/520/EC: Commission Decision of 9 July 1997 on a common technical regulation for the attachment requirements for the terminal equipment interface for connection to 2 048 kbit/s digital unstructured ONP leased lines (Amendment 1) (Text with EEA relevance)	Comissão		<i>Hard law</i>
99	1997	31997H0489	97/489/EC: Commission Recommendation of 30 July 1997 concerning transactions by electronic payment instruments and in particular the relationship between issuer and holder (Text with EEA relevance)	Comissão		<i>Soft law</i>
100	1997	31997D0487	97/487/EC: Commission Decision of 9 July 1997 on a common technical regulation for the general attachment requirements for terminal equipment to interface to Open Network Provision (ONP) four-wire analogue leased lines (Text with EEA relevance)	Comissão		<i>Hard law</i>
101	1997	31997D0486	97/486/EC: Commission Decision of 9 July 1997 on a common technical regulation for the general attachment requirements for terminal equipment to interface to Open Network Provision (ONP) two-wire analogue leased lines (Text with EEA relevance)	Comissão		<i>Hard law</i>
102	1997	31997D0310	97/310/EC: Commission Decision of 12 February 1997 concerning the granting of additional implementation periods to Portugal for the implementation of Commission Directives 90/388/EEC and 96/2/EC as regards full competition in the telecommunications markets (Only the Portuguese text is authentic) (Text with EEA relevance)	Comissão		<i>Hard law</i>
103	1997	41997Y0306(01)	Resolution of the Council and of the Representatives of the Governments of the Member States, meeting within the Council of 17 February 1997 on illegal and harmful content on the Internet	Conselho		<i>Soft law</i>
104	1997	31997D0114	97/114/EC: Commission Decision of 27 November 1996 concerning the additional implementation periods requested by Ireland for the implementation of Commission Directives 90/388/EEC and 96/2/EC as regards full competition in the telecommunications markets (Only the English text is authentic) (Text with EEA relevance)	Comissão		<i>Hard law</i>
105	1997	31997L0066	Directive 97/66/EC of the European Parliament and of the Council of 15 December 1997 concerning the processing of personal data and the protection of privacy in the telecommunications sector	Parlamento	Conselho	<i>Hard law</i>

106	1997	31997L0033	Directive 97/33/EC of the European Parliament and of the Council of 30 June 1997 on interconnection in Telecommunications with regard to ensuring universal service and interoperability through application of the principles of Open Network Provision (ONP)	Parlamento	Conselho	<i>Hard law</i>
107	1996	31996Y1212(01)	Council Resolution of 21 November 1996 on new policy- priorities regarding the information society		Conselho	<i>Soft law</i>
108	1996	31996D0664	96/664/EC: Council Decision of 21 November 1996 on the adoption of a multiannual programme to promote the linguistic diversity of the Community in the information society		Conselho	<i>Hard law</i>
109	1996	31996L0002	Commission Directive 96/2/EC of 16 January 1996 amending Directive 90/388/EEC with regard to mobile and personal communications		Comissão	<i>Hard law</i>
110	1995	31995Y1219(03)	Council Resolution of 27 November 1995 on the industrial aspects for the European Union in the development of the information society		Conselho	<i>Soft law</i>
111	1995	31995Y1003(01)	Council Resolution of 18 September 1995 on the implementation of the future regulatory framework for telecommunications		Conselho	<i>Soft law</i>
112	1995	31995Y0722(02)	Council Resolution of 29 June 1995 on the further development of mobile and personal communications in the European Union		Conselho	<i>Soft law</i>
113	1995	31995L0047	Directive 95/47/EC of the European Parliament and of the Council of 24 October 1995 on the use of standards for the transmission of television signals	Parlamento	Conselho	<i>Hard law</i>
114	1994	31994Y1231(05)	Council Resolution of 22 December 1994 on further development of the Community's satellite communications policy, especially with regard to the provision of, and access to, space segment capacity		Conselho	<i>Soft law</i>
115	1994	31994Y1231(04)	Council Resolution of 22 December 1994 on the principles and timetable for the liberalization of telecommunications infrastructures		Conselho	<i>Soft law</i>
116	1994	31994Y1231(03)	Council Resolution of 19 December 1994 on the European contribution to the development of a Global Navigation Satellite System (GNSS)		Conselho	<i>Soft law</i>
117	1994	31994Y1105(01)	Council Resolution of 24 October 1994 on telematics in the transport sector		Conselho	<i>Soft law</i>
118	1994	31994Y0702(02)	Council Resolution of 27 June 1994 on a framework for Community policy on digital video broadcasting		Conselho	<i>Soft law</i>
119	1994	31994Y0701(02)	Council Resolution of 20 June 1994 on the electronic dissemination of Community law and national implementing laws and on improved access conditions		Conselho	<i>Soft law</i>

120	1994	31994Y0216(01)	Council Resolution of 7 February 1994 on universal service principles in the telecommunications sector	Conselho		<i>Soft law</i>
121	1994	21994A0103(64)	Agreement on the European Economic Area - Annex XIV - Competition - List provided for in Article 60	Conselho	Comissão	<i>Hard law</i>
122	1994	21994A0103(61)	Agreement on the European Economic Area - Annex XI - Telecommunications services - List provided for in Article 36 (2)	Conselho	Comissão	<i>Hard law</i>
123	1994	21994A0103(52)	Agreement on the European Economic Area - Annex II - Technical Regulations, standards, testing and certification - List provided for in Article 23	Conselho	Comissão	<i>Hard law</i>
124	1994	31994L0046	Commission Directive 94/46/EC of 13 October 1994 amending Directive 88/301/EEC and Directive 90/388/EEC in particular with regard to satellite communications	Comissão		<i>Hard law</i>
125	1993	31993Y0806(01)	Council Resolution of 22 July 1993 on the review of the situation in the telecommunications sector and the need for further development in that market	Conselho		<i>Soft law</i>
126	1993	31993Y0803(01)	Council Resolution of 22 July 1993 on the development of technology and standards in the field of advanced television services	Conselho		<i>Soft law</i>
127	1992	31992Y1204(02)	Council Resolution of 19 November 1992 on the promotion of Europe-wide cooperation on numbering of telecommunications services	Conselho		<i>Soft law</i>
128	1992	31992Y1204(01)	Council Resolution of 19 November 1992 on the implementation in the Community of the European Radiocommunications Committee Decisions	Conselho		<i>Soft law</i>
129	1992	31992Y0625(01)	Council Resolution of 5 June 1992 on the development of the integrated services digital network (ISDN) in the Community as a European-wide telecommunications infrastructure for 1993 and beyond	Conselho		<i>Soft law</i>
130	1992	31992H0383	92/383/EEC: Council Recommendation of 5 June 1992 on the provision of harmonized integrated services digital network (ISDN) access arrangements and a minimum set of ISDN offerings in accordance with open network provision (ONP) principles	Conselho		<i>Soft law</i>
131	1992	31992H0382	92/382/EEC: Council Recommendation of 5 June 1992 on the harmonized provision of a minimum set of packet-switched data services (PSDS) in accordance with open network provision (ONP) principles	Conselho		<i>Soft law</i>
132	1992	31992D0264	92/264/EEC: Council Decision of 11 May 1992 on the introduction of a standard international telephone access code in the Community	Conselho		<i>Hard law</i>
133	1992	31992L0044	Council Directive 92/44/EEC of 5 June 1992 on the application of open network provision to leased lines	Conselho		<i>Hard law</i>

134	1991	31991Y1214(01)	Council Resolution of 18 November 1991 concerning electronics, information and communication technologies	Conselho	<i>Soft law</i>
135	1991	31991D0396	91/396/EEC: Council Decision of 29 July 1991 on the introduction of a single European emergency call number	Conselho	<i>Hard law</i>
136	1991	31991H0337	91/337/EEC: Commission Recommendation of 6 May 1991 concerning the harmonization within the Community of research and technological development databases	Comissão	<i>Soft law</i>
137	1991	31991H0288	91/288/EEC: Council Recommendation of 3 June 1991 on the coordinated introduction of digital European cordless telecommunications (DECT) into the Community	Conselho	<i>Soft law</i>
138	1991	31991L0287	Council Directive 91/287/EEC of 3 June 1991 on the frequency band to be designated for the coordinated introduction of digital European cordless telecommunications (DECT) into the Community	Conselho	<i>Hard law</i>
139	1990	31990Y1231(01)	Council Resolution of 14 December 1990 on the final stage of the coordinated introduction of pan-European land-based public digital mobile cellular communications in the Community (GSM)	Conselho	<i>Soft law</i>
140	1990	31990Y0707(02)	Council Resolution of 28 June 1990 on the strengthening of the Europe-wide cooperation on radio frequencies, in particular with regard to services with a pan-European dimension	Conselho	<i>Soft law</i>
141	1990	31990L0544	Council Directive 90/544/EEC of 9 October 1990 on the frequency bands designated for the coordinated introduction of pan-European land-based public radio paging in the Community	Conselho	<i>Hard law</i>
142	1990	31990H0543	90/543/EEC: Council Recommendation of 9 October 1990 on the coordinated introduction of pan-European land-based public radio paging in the Community	Conselho	<i>Soft law</i>
143	1990	31990L0388	Commission Directive 90/388/EEC of 28 June 1990 on competition in the markets for telecommunications services	Comissão	<i>Hard law</i>
144	1990	31990L0387	Council Directive 90/387/EEC of 28 June 1990 on the establishment of the internal market for telecommunications services through the implementation of open network provision	Conselho	<i>Hard law</i>
145	1989	31989Y0511(01)	Council Resolution of 27 April 1989 on standardization in the field of information technology and telecommunications	Conselho	<i>Soft law</i>
146	1988	31988Y1004(01)	Council Resolution of 30 June 1988 on the development of the common market for telecommunications services and equipment up to 1992	Conselho	<i>Soft law</i>

147	1987	31987L0372	Council Directive 87/372/EEC of 25 June 1987 on the frequency bands to be reserved for the coordinated introduction of public pan-European cellular digital land-based mobile communications in the Community	Conselho	<i>Hard law</i>
148	1987	31987H0371	87/371/EEC: Council Recommendation of 25 June 1987 on the coordinated introduction of public pan-European cellular digital land-based mobile communications in the Community	Conselho	<i>Soft law</i>
149	1987	31987D0095	87/95/EEC: Council Decision of 22 December 1986 on standardization in the field of information technology and telecommunications	Conselho	<i>Hard law</i>
150	1986	31986H0659	86/659/EEC: Council Recommendation of 22 December 1986 on the coordinated introduction of the integrated services digital network (ISDN) in the European Community	Conselho	<i>Soft law</i>
151	1986	31986Y0627(01)	Council Resolution of 9 June 1986 on the use of videoconference and videophone techniques for intergovernmental applications	Conselho	<i>Soft law</i>
152	1984	41984Y0803(03)	Resolution of the representatives of the Governments of the Member States of 24 July 1984 on measures to ensure that an appropriate place is given to audio-visual programmes of European origin	Outros	<i>Soft law</i>
153	1984	41984Y0803(02)	Resolution of the representatives of the Governments of the Member States of 24 July 1984 on the rational distribution of films through all the audio-visual communication media	Outros	<i>Soft law</i>
154	1984	31984H0549	84/549/EEC: Council Recommendation of 12 November 1984 concerning the implementation of harmonization in the field of telecommunications	Conselho	<i>Soft law</i>
155	1979	31979Y0913(01)	Council Resolution of 11 September 1979 on a Community action promoting microelectronic technology	Conselho	<i>Soft law</i>
156	1977	31977Y0115(04)	Council statement concerning the bodies responsible in Member States for providing telecommunications services	Conselho	<i>Soft law</i>
157	1974	31974Y0720(01)	Council Resolution of 15 July 1974 on a Community policy on data processing	Conselho	<i>Soft law</i>
<b>Difusão de Informação</b>					
158	2003	32003G0228(01)	Council Resolution of 18 February 2003 on a European approach towards a culture of network and information security	Conselho	<i>Soft law</i>
159	2003	32003G0218(03)	Council Resolution on 6 February 2003 "eAccessibility" – improving the access of people with disabilities to the knowledge based society	Conselho	<i>Soft law</i>
160	2003	32003G0118(03)	Council Resolution of 19 December 2002 on interactive media content in Europe	Conselho	<i>Soft law</i>

161	2002	32002D2367	Decision No 2367/2002/EC of the European Parliament and of the Council of 16 December 2002 on the Community statistical programme 2003 to 2007 (Text with EEA relevance)	Parlamento	Conselho	<i>Hard law</i>
162	2002	32002R2150	Regulation (EC) No 2150/2002 of the European Parliament and of the Council of 25 November 2002 on waste statistics (Text with EEA relevance)	Parlamento	Conselho	<i>Hard law</i>
163	2002	32002R0831	Commission Regulation (EC) No 831/2002 of 17 May 2002 implementing Council Regulation (EC) No 322/97 on Community Statistics, concerning access to confidential data for scientific purposes (Text with EEA relevance)	Comissão		<i>Hard law</i>
164	2002	32002R0733	Regulation (EC) No 733/2002 of the European Parliament and of the Council of 22 April 2002 on the implementation of the .eu Top Level Domain (Text with EEA relevance)	Parlamento	Conselho	<i>Hard law</i>
165	2002	32002G0314(01)	Council Resolution of 1 March 2002 on the protection of consumers, in particular young people, through the labelling of certain video games and computer games according to age group	Conselho		<i>Soft law</i>
166	2002	32002D0314	2002/314/EC: Commission Decision of 25 April 2002 on the implementation of Decision 507/2001/EC of the European Parliament and of the Council concerning a set of actions relating to the trans-European network for the collection, production and dissemination of statistics on the trading of goods within the Community and between the Community and non-member countries (Edicom) (notified under document number C(2002) 1282)	Comissão		<i>Hard law</i>
167	2002	32002G0216(02)	Council Resolution of 28 January 2002 on a common approach and specific actions in the area of network and information security	Conselho		<i>Soft law</i>
168	2002	32002G0205(01)	Council Resolution of 21 January 2002 on culture and the knowledge society	Conselho		<i>Soft law</i>
169	2002	32002D0016	2002/16/EC: Commission Decision of 27 December 2001 on standard contractual clauses for the transfer of personal data to processors established in third countries, under Directive 95/46/EC (Text with EEA relevance) (notified under document number C(2001) 4540)	Comissão		<i>Hard law</i>
170	2002	32002D0002	2002/2/EC: Commission Decision of 20 December 2001 pursuant to Directive 95/46/EC of the European Parliament and of the Council on the adequate protection of personal data provided by the Canadian Personal Information Protection and Electronic Documents Act (notified under document number C(2001) 4539)	Comissão		<i>Hard law</i>
171	2001	32001R1049	Regulation (EC) No 1049/2001 of the European Parliament and of the Council of 30 May 2001 regarding public access to European Parliament,	Parlamento	Conselho	<i>Hard law</i>



Council and Commission documents						
172	2001	32001G1005(01)	Council Resolution of 21 June 2001 on the need for a reinforced exchange of information and experience between the European Union and its Member States and the candidate countries within the audiovisual sector	Conselho		<i>Soft law</i>
173	2001	32001X0731(01)	Council Conclusions of 23 July 2001 on the Commission's Evaluation Report on the application of the recommendation concerning the protection of minors and human dignity	Conselho		<i>Soft law</i>
174	2001	32001D0677	2001/677/EC: Commission Decision of 10 August 2001 on a reporting format for completion by Member States in accordance with Article 9 of Directive 1999/94/EC (Text with EEA relevance) (notified under document number C(2001) 1883)	Comissão		<i>Hard law</i>
175	2001	32001D0507	Decision No 507/2001/EC of the European Parliament and of the Council of 12 March 2001 concerning a set of actions relating to the trans-European network for the collection, production and dissemination of statistics on the trading of goods within the Community and between the Community and non-member countries (Edicom)	Parlamento	Conselho	<i>Hard law</i>
176	2001	32001D0497	2001/497/EC: Commission Decision of 15 June 2001 on standard contractual clauses for the transfer of personal data to third countries, under Directive 95/46/EC (Text with EEA relevance) (notified under document number C(2001) 1539)	Comissão		<i>Hard law</i>
177	2001	32001D0490	2001/490/EC: Commission Decision of 18 June 2001 on the implementation of Decision 507/2001/EC of the European Parliament and of the Council concerning a set of actions relating to the trans-European network for the collection, production and dissemination of statistics on the trading of goods within the Community and between the Community and non-member countries (Edicom) (notified under document number C(2001) 1529)	Comissão		<i>Hard law</i>
178	2000	32000Y1114(01)	Interim Regulation on Data Protection implementing Directive 95/46/EC of the European Parliament and of the Council for the EUMC	Parlamento	Conselho	<i>Soft law</i>
179	2000	32000D0529	2000/529/EC: European Environment Agency Decision of 20 March 2000 establishing a code of good administrative behaviour for the Agency	Outros		<i>Hard law</i>
180	2000	32000D0520	2000/520/EC: Commission Decision of 26 July 2000 pursuant to Directive 95/46/EC of the European Parliament and of the Council on the adequacy of the protection provided by the safe harbour privacy principles and related frequently asked questions issued by the US Department of Commerce (notified under document number C(2000) 2441) (Text with EEA relevance.)	Comissão		<i>Hard law</i>

181	2000	32000D0519	2000/519/EC: Commission Decision of 26 July 2000 pursuant to Directive 95/46/EC of the European Parliament and of the Council on the adequate protection of personal data provided in Hungary (notified under document number C(2000) 2305) (Text with EEA relevance.)	Comissão		<i>Hard law</i>
182	2000	32000D0518	2000/518/EC: Commission Decision of 26 July 2000 pursuant to Directive 95/46/EC of the European Parliament and of the Council on the adequate protection of personal data provided in Switzerland (notified under document number C(2000) 2304) (Text with EEA relevance.)	Comissão		<i>Hard law</i>
183	2000	32000Y0112(05)	Council Conclusions of 17 December 1999 on the protection of minors in the light of the development of digital audiovisual services	Conselho		<i>Soft law</i>
184	1999	31999Y1006(02)	Council Conclusions of 27 September 1999 on the role of self-regulation in the light of the development of new media services	Conselho		<i>Soft law</i>
185	1999	31999Y1006(01)	Council Conclusions of 27 September 1999 concerning the results of the public consultation on the Convergence Green Paper (in particular the aspects relating to the media and the audiovisual sector)	Conselho		<i>Soft law</i>
186	1999	31999D0784	1999/784/EC: Council Decision of 22 November 1999 concerning Community participation in the European Audiovisual Observatory	Conselho		<i>Hard law</i>
187	1999	31999D0738	1999/738/EC: The European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions Decision of 21 November 1997 on code of conduct concerning public access to documents of the European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions	Outros		<i>Hard law</i>
188	1999	31999D0276	Decision No 276/1999/EC of the European Parliament and of the Council of 25 January 1999 adopting a multiannual Community action plan on promoting safer use of the Internet by combating illegal and harmful content on global networks	Parlamento	Conselho	<i>Hard law</i>
189	1999	41999Y0205(01)	Resolution of the Council and of the Representatives of the Governments of the Member States, meeting within the Council of 25 January 1999 concerning public service broadcasting	Conselho		<i>Soft law</i>
190	1999	31999D0126	1999/126/EC: Council Decision of 22 December 1998 on the Community statistical programme 1998 to 2002	Conselho		<i>Hard law</i>
191	1999	31999L0094	Directive 1999/94/EC of the European Parliament and of the Council of 13 December 1999 relating to the availability of consumer information on fuel economy and CO2 emissions in respect of the marketing of new passenger cars	Parlamento	Conselho	<i>Hard law</i>

192	1999	31999D0035	1999/35/EC: Commission Decision of 9 December 1998 on the procedures for implementing Council Directive 95/57/EC on the collection of statistical information in the field of tourism (notified under document number C(1998) 3950) (Text with EEA relevance)	Comissão		<i>Hard law</i>
193	1998	31998Y1216(04)	Special Report No 23/98 concerning the Information and Communication measures managed by the Commission accompanied by the replies of the Commission (Pursuant to Article 188c (4), second subparagraph, of the EC Treaty)	Comissão		<i>Soft law</i>
194	1998	31998D0923(01)	Decision No 18/97 laying down internal rules for the treatment of applications for access to documents held by the Court	Outros		<i>Hard law</i>
195	1998	31998H0560	98/560/EC: Council Recommendation of 24 September 1998 on the development of the competitiveness of the European audiovisual and information services industry by promoting national frameworks aimed at achieving a comparable and effective level of protection of minors and human dignity	Conselho		<i>Soft law</i>
196	1997	31997D1336	Decision No 1336/97/EC of the European Parliament and of the Council of 17 June 1997 on a series of guidelines for trans-European telecommunications networks	Parlamento	Conselho	<i>Hard law</i>
197	1997	31997Y1206(01)	Decision of the Governing Board on public access to European Training Foundation documents	Outros		<i>Soft law</i>
198	1997	31997R0322	Council Regulation (EC) No 322/97 of 17 February 1997 on Community Statistics	Conselho		<i>Hard law</i>
199	1997	31997Y0306(02)	Council Conclusions of 17 February 1997 on the Green Paper on the protection of minors and human dignity in the audiovisual and information services	Conselho		<i>Soft law</i>
200	1997	41997Y0306(01)	Resolution of the Council and of the Representatives of the Governments of the Member States, meeting within the Council of 17 February 1997 on illegal and harmful content on the Internet	Conselho		<i>Soft law</i>
201	1997	31997D0281	97/281/EC: Commission Decision of 21 April 1997 on the role of Eurostat as regards the production of Community statistics	Comissão		<i>Hard law</i>
202	1997	31997D0165(01)	Decision of the Committee of the Regions of 17 September 1997 concerning public access to documents of the Committee of the Regions	Outros		<i>Hard law</i>
203	1996	31996Y0821(02)	Council Resolution of 25 July 1996 on electronic publishing and libraries	Conselho		<i>Soft law</i>
204	1996	31996D0715	96/715/EC: Council Decision of 9 December 1996 on inter-administration telematic networks for statistics relating to the trading of goods between Member States (Edicom)	Conselho		<i>Hard law</i>

205	1996	31996D0664	96/664/EC: Council Decision of 21 November 1996 on the adoption of a multiannual programme to promote the linguistic diversity of the Community in the information society	Conselho		<i>Hard law</i>
206	1996	31996H0162	96/162/EC: Commission Recommendation of 8 February 1996 on a common aggregation for the purpose of making economic analyses (Text with EEA relevance)	Comissão		<i>Soft law</i>
207	1995	31995R2897	Commission Regulation (EC) No 2897/95 of 15 December 1995 on the implementation of Article 1 of Council Decision 94/762/EC concerning the rules for the dissemination of the research results from the specific programmes of research, technological development and demonstration of the European Community	Comissão		<i>Hard law</i>
208	1995	31995R2744	Council Regulation (EC) No 2744/95 of 27 November 1995 on statistics on the structure and distribution of earnings	Conselho		<i>Hard law</i>
209	1995	31995Y0923(01)	Draft Resolution of 4 April 1995 on culture and the multimedia	Conselho		<i>Soft law</i>
210	1995	31995D0234	95/234/EC: Commission Decision of 22 June 1995 concerning the approval of 31 proposed measures which qualify for Community financing pursuant to Council Decision 94/445/EC on inter-administration telematic networks for statistics relating to the trading of goods between Member States (Edicom)	Comissão		<i>Hard law</i>
211	1995	31995H0144	95/144/EC: Council Recommendation of 7 April 1995 on common information technology security evaluation criteria	Conselho		<i>Soft law</i>
212	1995	31995D0126	95/126/EC: Commission Decision of 6 April 1995 concerning the evaluation of 71 proposed measures which qualify for Community financing pursuant to Council Decision 94/445/EC on inter-administration telematic networks for statistics relating to the trading of goods between Member States (Edicom)	Comissão		<i>Hard law</i>
213	1995	31995L0057	Council Directive 95/57/EC of 23 November 1995 on the collection of statistical information in the field of tourism	Conselho		<i>Hard law</i>
214	1995	31995L0046	Directive 95/46/EC of the European Parliament and of the Council of 24 October 1995 on the protection of individuals with regard to the processing of personal data and on the free movement of such data	Parlamento	Conselho	<i>Hard law</i>
215	1994	31994Y1230(02)	Council Resolution of 5 December 1994 on the promotion of education and training statistics in the European Union	Conselho		<i>Soft law</i>
216	1994	31994Y0823(03)	Council conclusions of 17 June 1994 concerning greater cooperation in the field of archives	Conselho		<i>Soft law</i>
217	1994	31994H0820	94/820/EC: Commission Recommendation of 19 October 1994 relating to the legal aspects of electronic data interchange (Text with EEA relevance)	Comissão		<i>Soft law</i>

218	1994	31994D0765	94/765/EC: Commission Decision of 18 November 1994 approving 26 proposed measures which qualify for Community financing pursuant to Council Decision 94/445/EC on inter-administration telematic networks for statistics relating to the trading of goods between Member States (Edicom)	Comissão		<i>Hard law</i>
219	1994	31994Y0702(01)	Council Resolution of 20 June 1994 on coordination with regard to information exchange between administrations	Conselho		<i>Soft law</i>
220	1994	41994D0271	94/271/EC, Euratom: Decision of the representatives of the Governments of the Member States of 24 March 1994 on the consultation and disclosure of archive documents concerning the negotiations for the Treaties of Rome, the negotiations for the European Political Community and the Interim Committee for the Common Market and Euratom	Outros		<i>Hard law</i>
221	1994	21994A0103(31)	Agreement on the European Economic Area - Protocol 30 on specific provisions on the organization of cooperation in the field of statistics	Conselho		<i>Hard law</i>
222	1993	31993Y1216(01)	Council Resolution of 7 December 1993 on the introduction of satellite personal communication services in the Community	Conselho		<i>Soft law</i>
223	1993	31993X0730	93/730/EC: Code of conduct concerning public access to Council and Commission documents	Parlamento	Conselho	<i>Soft law</i>
224	1993	31993D0464	93/464/EEC: Council Decision of 22 July 1993 on the framework programme for priority actions in the field of statistical information 1993 to 1997	Conselho		<i>Hard law</i>
225	1992	31992H0383	92/383/EEC: Council Recommendation of 5 June 1992 on the provision of harmonized integrated services digital network (ISDN) access arrangements and a minimum set of ISDN offerings in accordance with open network provision (ONP) principles	Conselho		<i>Soft law</i>
226	1992	31992H0382	92/382/EEC: Council Recommendation of 5 June 1992 on the harmonized provision of a minimum set of packet-switched data services (PSDS) in accordance with open network provision (ONP) principles	Conselho		<i>Soft law</i>
227	1992	31992D0242	92/242/EEC: Council Decision of 31 March 1992 in the field of security of information systems	Conselho		<i>Hard law</i>
228	1991	41991Y1205(02)	Resolution of the Council and the Ministers of Culture, meeting within the Council of 14 November 1991 on arrangements concerning archives	Conselho		<i>Soft law</i>
229	1991	31991Y1128(01)	Council Resolution of 13 November 1991 on the reorganization of the operating structures of the Celex system (automated documentation on Community law)	Conselho		<i>Soft law</i>

230	1989	21989A1230(19)	Agreement between the European Economic Community and the Swiss Confederation on trade electronic data interchange systems	Conselho	<i>Hard law</i>
231	1989	21989A1230(17)	Agreement between the European Economic Community and the Kingdom of Norway on trade electronic data interchange systems	Conselho	<i>Hard law</i>
232	1989	21989A1230(16)	Agreement between the European Economic Community and the Republic of Iceland on trade electronic data interchange sys	Conselho	<i>Hard law</i>
233	1988	21988A0085	Cooperation Agreement concerning terminology, in the form of an Exchange of Letters between the Swiss Confederation, represented by the Swiss Federal Council, and the European Economic Community (EEC), the European Coal and Steel Community (ECSC), and the European Atomic Energy Community (Euratom), represented by the Commission of the European Communities	Comissão	<i>Hard law</i>
234	1985	41985Y1023(01)	Resolution of the Council and the ministers with responsibility for cultural affairs, meeting within the Council, of 27 September 1985, on collaboration between libraries in the field of data processing	Conselho	<i>Soft law</i>
235	1984	31984D0567	84/567/EEC: Council Decision of 27 November 1984 adopting a Community programme for the development of the specialized information market in Europe	Conselho	<i>Hard law</i>
236	1984	31984Y0524(01)	Council Resolution of 15 May 1984 on the computerization of administrative procedures in intra-Community trade	Conselho	<i>Soft law</i>
237	1983	31983S0359	Commission Decision No 359/83/ECSC of 8 February 1983 concerning the opening to the public of the historical archives of the European Coal and Steel Community	Comissão	<i>Hard law</i>
238	1983	31983R0354	Council Regulation (EEC, Euratom) No 354/83 of 1 February 1983 concerning the opening to the public of the historical archives of the European Economic Community and the European Atomic Energy Community	Conselho	<i>Hard law</i>
239	1981	31981H0679	81/679/EEC: Commission Recommendation of 29 July 1981 relating to the Council of Europe Convention for the protection of individuals with regard to automatic processing of personal data	Comissão	<i>Soft law</i>
240	1974	31974R2380	Regulation (EEC) No 2380/74 of the Council of 17 September 1974 adopting provisions for the dissemination of information relating to research programmes for the European Economic Community	Conselho	<i>Hard law</i>
241	1971	41971Y1210(02)	Resolution of the Council and of the Representatives of the Member States, meeting in the Council, on the creation of a system of metallurgical documentation and information (SMDI)	Conselho	<i>Soft law</i>

---

242	1971	41971Y1210(01)	Resolution of the Council and of the Representatives of the Member States, meeting in the Council, with a view to co-ordinating the action of the Member States regarding scientific and technical information and documentation (STID), adopted at the 157th Council meeting held on 24 June 1971	Conselho	<i>Soft law</i>
-----	------	----------------	--	----------	-----------------

---

Anexo 2 – Endereços http mais utilizados na pesquisa de informação sobre os Estados membros e sobre a União Europeia



Este anexo não apresenta a lista exaustiva de endereços *http* utilizados durante a pesquisa de informação, mas apenas uma síntese. Esta síntese inclui fundamentalmente três tipos de endereços: instituições que se encontram, ou encontraram, directamente relacionadas com a formulação das políticas públicas para a sociedade da informação e que disponibilizam informação ou documentos sobre o objecto de estudo; instituições nacionais ou da União Europeia, de carácter oficial (governos, parlamentos, centros oficiais de documentação...), relevantes para a caracterização do contexto político, em cada um dos países ou na União Europeia; e endereços através dos quais seja disponibilizada informação considerada relevante para a caracterização das políticas públicas para a sociedade da informação ou para o contexto político, independentemente de pertencerem a instituições oficiais dos Estados membros ou da União Europeia.

Este conjunto de endereços encontra-se integralmente actualizado, a 10 de Maio de 2005.

País/Instituição	Morada <a href="http://">http://</a>
<b>Alemanha</b>	
BMW – English	<a href="http://www.bmwi-info2000.de/Navigation/Service/english.html">www.bmwi-info2000.de/Navigation/Service/english.html</a>
REGIERUNGonline	<a href="http://www.bundesregierung.de/en">www.bundesregierung.de/en</a>
Initiative Informationsgesellschaft Deutschland	<a href="http://www.iid.de/contents.html">www.iid.de/contents.html</a>
Internet Society, German Chapter	<a href="http://www.isoc.de/">www.isoc.de/</a>
Staat Modern E-Government	<a href="http://www.staat-modern.de/-_10010/E-Government.htm">www.staat-modern.de/-_10010/E-Government.htm</a>
Documentos sobre a sociedade da informação (BMW)	<a href="http://www.bmwa.bund.de/Navigation/Technologie-und-Energie/informationsgesellschaft.html">www.bmwa.bund.de/Navigation/Technologie-und-Energie/informationsgesellschaft.html</a>
<b>Áustria</b>	
Austrian Research Centers in Seibersdorf (ARC)	<a href="http://www.arcs.ac.at/alpbach">www.arcs.ac.at/alpbach</a>
Bundeskanzleramt Informationsangebote	<a href="http://www.ris.bka.gv.at">www.ris.bka.gv.at</a>
Government of the Republic of Austria	<a href="http://www.austria.gv.at/e/">www.austria.gv.at/e/</a>
Österr. Normen in englischer Sprache - Austrian Laws in English	<a href="http://www.ris.bka.gv.at/englische-ry/">www.ris.bka.gv.at/englische-ry/</a>
Austrian Press & Information Service	<a href="http://www.austria.org">www.austria.org</a>
Bundeskanzleramt Österreich (Governo Federal)	<a href="http://www.bundesregierung.at">www.bundesregierung.at</a>

Bundesministerium für Inneres – Nationalratswahl (Ministério do Interior – Eleições)	<a href="http://www.bmi.gv.at/wahlen/nationalratswahl.asp">www.bmi.gv.at/wahlen/nationalratswahl.asp</a>
Joanneum Research	<a href="http://www.joanneum.ac.at">www.joanneum.ac.at</a>
Österreichisches Parlament	<a href="http://www.parlament.gv.at">www.parlament.gv.at</a>

#### Bélgica

Belgian Science Policy	<a href="http://www.belspo.be">www.belspo.be</a>
Senado	<a href="http://www.senate.be">www.senate.be</a>
Belgium Federal Portal	<a href="http://www.belgium.be">www.belgium.be</a>
Belnet - Réseau National Belge de la Recherche	<a href="http://www.belnet.be">www.belnet.be</a>
Chambre des Représentants de Belgique	<a href="http://www.lachambre.be">www.lachambre.be</a>
Contrat d' avenir pour la Wallonie – Belgique	<a href="http://vancau.wallonie.be/as/cawa/index.htm">vancau.wallonie.be/as/cawa/index.htm</a>
Le Gouvernement Wallon	<a href="http://avenir.wallonie.be/code/fr/hp.asp">avenir.wallonie.be/code/fr/hp.asp</a>
Le site du Premier Ministre de Belgique	<a href="http://premier.fgov.be/fr">premier.fgov.be/fr</a>
Min Economie - FOD - SPF economie	<a href="http://mineco.fgov.be">mineco.fgov.be</a> e <a href="http://mineco.fgov.be/information_society/administrations/home_fr.htm">mineco.fgov.be/information_society/administrations/home_fr.htm</a>
Simple Search - search.gov.be	<a href="http://search.gov.be/simplesearch.jsp">search.gov.be/simplesearch.jsp</a>
Council of Ministers, International Press Center, Brussels	<a href="http://www.presscenter.org">www.presscenter.org</a>
e-Government in Belgium	<a href="http://www.government-online.be/">www.government-online.be/</a>

#### Dinamarca

Denmark Project eGovernment	<a href="http://www.tforce.dk/sitemod/design/layouts/default/index.asp?pid=1250">www.tforce.dk/sitemod/design/layouts/default/index.asp?pid=1250</a>
DK - OIO_Offentlig Information Online	<a href="http://www.oio.dk/english">www.oio.dk/english</a>
Gabinete do Primeiro-ministro	<a href="http://www.statsministeriet.dk">www.statsministeriet.dk</a>
Sítio Oficial da Dinamarca	<a href="http://www.denmark.dk">www.denmark.dk</a>
Parlamento	<a href="http://www.folketinget.dk">www.folketinget.dk</a>
Publicações do Ministério da Investigação	<a href="http://www.fsk.dk/fsk/publ/index-uk.html">www.fsk.dk/fsk/publ/index-uk.html</a>
Governos na Dinamarca	<a href="http://www.folketinget.dk/BAGGRUND/00000045/00232611.htm">www.folketinget.dk/BAGGRUND/00000045/00232611.htm</a>

#### Espanha

Governo	<a href="http://www.la-moncloa.es">www.la-moncloa.es</a>
Congresso de Deputados	<a href="http://www.congreso.es">www.congreso.es</a>
Boletim Oficial do Estado	<a href="http://www.boe.es/g/es">www.boe.es/g/es</a> e <a href="http://www.etsimo.uniovi.es/boe">www.etsimo.uniovi.es/boe</a> (Universidade de Oviedo)
Secretaria de Estado de Telecomunicações e Sociedade da Informação (SETSI)	<a href="http://www.setsi.mcyt.es">www.setsi.mcyt.es</a>
Documentos (disponibilizados por Datadiar, empresa de recursos profissionais)	<a href="http://www.webnuevatecnologias.com">www.webnuevatecnologias.com</a>
Observatório da Sociedade da Informação	<a href="http://observatorio.red.es">observatorio.red.es</a>

## Finlândia

Governo	<a href="http://www.government.fi">www.government.fi</a> ou <a href="http://www.valtioneuvosto.fi">www.valtioneuvosto.fi</a>
Ministério das Finanças	<a href="http://www.vm.fi">www.vm.fi</a> ou <a href="http://www.financeministry.fi">www.financeministry.fi</a>
Ministério dos Transportes e das Comunicações	<a href="http://www.mintc.fi">www.mintc.fi</a>
Ministério da Educação	<a href="http://www.minedu.fi">www.minedu.fi</a>
Parlamento	<a href="http://www.eduskunta.fi">www.eduskunta.fi</a> ou <a href="http://www.parliament.fi">www.parliament.fi</a>
Finnish Information Society Development Center (TIEKE)	<a href="http://www.tieke.fi">www.tieke.fi</a>
Programa Sociedade da Informação	<a href="http://www.tietoyhteiskuntaohjelma.fi">www.tietoyhteiskuntaohjelma.fi</a> ou <a href="http://www.infosoc.fi">www.infosoc.fi</a>
Finnish National Fund for Research and Development (SITRA)	<a href="http://www.sitra.fi">www.sitra.fi</a>
eFinland - Janela para a Sociedade da Informação na Finlândia	<a href="http://e.finland.fi">e.finland.fi</a>
Virtual Finland – Janela virtual para a Finlândia	<a href="http://virtual.finland.fi">virtual.finland.fi</a>

## França

Primeiro-Ministro	<a href="http://www.premier-ministre.gouv.fr/">www.premier-ministre.gouv.fr/</a>
Assembleia Nacional	<a href="http://www.assemblee-nationale.fr/">www.assemblee-nationale.fr/</a> e <a href="http://www.assemblee-nationale.fr/dossiers/societe_information.asp">http://www.assemblee-nationale.fr/dossiers/societe_information.asp</a>
Senado	<a href="http://www.senat.fr">www.senat.fr</a>
Portal da Administração Pública	<a href="http://www.service-public.fr">www.service-public.fr</a>
Acção do Estado para o desenvolvimento da Sociedade da Informação	<a href="http://www.internet.gouv.fr">www.internet.gouv.fr</a>
Comissariado geral do Plano	<a href="http://www.plan.gouv.fr">www.plan.gouv.fr</a>
La documentation Française	<a href="http://www.ladocumentationfrancaise.fr">www.ladocumentationfrancaise.fr</a>

## Grécia

Parlamento	<a href="http://www.parliament.gr">www.parliament.gr</a>
Primeiro-ministro	<a href="http://www.primeminister.gr">www.primeminister.gr</a>
Sociedade da Informação na Grécia	<a href="http://www.infosoc.gr">www.infosoc.gr</a>

## Holanda

Parlamento	<a href="http://www.parliament.nl">www.parliament.nl</a>
Governo	<a href="http://www.government.nl">www.government.nl</a>
Centro de Informação de Serviço Público	<a href="http://www.postbus51.nl">www.postbus51.nl</a>
Centro de Informação sobre Governo Electrónico	<a href="http://www.elo.nl/elo/english/index.jsp">www.elo.nl/elo/english/index.jsp</a>

## Irlanda

Parlamento	<a href="http://www.parliament.ie">www.parliament.ie</a>
Primeiro-ministro	<a href="http://www.taoiseach.ie">www.taoiseach.ie</a>
Comissão para a Sociedade da Informação	<a href="http://www.isc.ie">www.isc.ie</a>

Conselho consultivo para políticas nacionais para as empresas, comércio, ciência, tecnologia e inovação (Forfás)

[www.forfas.ie](http://www.forfas.ie)

#### Itália

Ministro para a Inovação e a Tecnologia  
Governo Italiano  
Parlamento Italiano

[www.innovazione.gov.it](http://www.innovazione.gov.it)  
[www.palazzochigi.it](http://www.palazzochigi.it)  
[www.parlamento.it](http://www.parlamento.it)

#### Luxemburgo

Lista de sítios públicos  
Governo  
eLuxemburgo

[www.etat.lu](http://www.etat.lu)  
[www.gouvernement.lu](http://www.gouvernement.lu)  
[www.eluxembourg.lu](http://www.eluxembourg.lu)

#### Portugal

Portal do Governo  
Observatório da Ciência e do Ensino Superior (OCES)  
Assembleia da República  
Unidade de Missão Inovação e Conhecimento

[www.portugal.gov.pt](http://www.portugal.gov.pt)  
[www.oces.mces.pt](http://www.oces.mces.pt)  
[www.parlamento.pt](http://www.parlamento.pt)  
[www.unic.gov.pt/UMIC/](http://www.unic.gov.pt/UMIC/)

#### Reino Unido

Portal do Governo  
Portal de acesso a serviços públicos (Directgov)  
Parlamento  
Departamento de Comércio e Indústria – Sociedade da informação  
Departamento de Comércio e Indústria – Competitividade  
Gabinete de Informação do Sector Público  
Electronic Service Delivery  
Office of the *e-Envoy* (Em arquivo)  
e-Government Unit  
e-Democracy

<http://www.10downingstreet.gov.uk/output/Page1.asp>  
<http://www.direct.gov.uk/Homepage/fs/en>  
[www.parliament.uk](http://www.parliament.uk)  
[www.dti.gov.uk/infoage/infoage.htm](http://www.dti.gov.uk/infoage/infoage.htm)  
<http://www.dti.gov.uk/comp/>  
<http://www.opsi.gov.uk/>  
[www.strategy.gov.uk/output/Page3696.asp](http://www.strategy.gov.uk/output/Page3696.asp)  
[www.e-envoy.gov.uk](http://www.e-envoy.gov.uk)  
<http://www.cabinetoffice.gov.uk/e-government/>  
[www.edemocracy.gov.uk](http://www.edemocracy.gov.uk)

#### Suécia

IT Kommissionen  
IT Sweden  
Portal Oficial da Suécia  
Riksdag (Parlamento)  
The Government and the Government Offices  
The 24/7 Agency - Criteria for 24/7 Agencies in the Networked Public Administration

[www.itkommissionen.se](http://www.itkommissionen.se)  
[www.itsweden.com](http://www.itsweden.com)  
[www.sweden.se](http://www.sweden.se)  
[www.riksdagen.se](http://www.riksdagen.se)  
[www.sweden.gov.se](http://www.sweden.gov.se)  
[www.24-timmarsmyndigheten.se/DynPage.aspx?id=186](http://www.24-timmarsmyndigheten.se/DynPage.aspx?id=186)

<b>União Europeia</b>	
União Europeia	<a href="http://www.europa.eu.int">www.europa.eu.int</a>
Conselho	<a href="http://www.consilium.europa.eu/">http://www.consilium.europa.eu/</a>
Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias	<a href="http://www.curia.europa.eu/">http://www.curia.europa.eu/</a>
EUROPA - Public Opinion analysis – Homepage	<a href="http://europa.eu.int/comm/public_opinion/index_en.htm">europa.eu.int/comm/public_opinion/index_en.htm</a>
EurostatEUROPA – Eurostat	<a href="http://europa.eu.int/comm/eurostat/Public/datashop/print-catalogue/EN?catalogue=Eurostat">europa.eu.int/comm/eurostat/Public/datashop/print-catalogue/EN?catalogue=Eurostat</a>
ESIS Project	<a href="http://www.eu-esis.org/">www.eu-esis.org/</a>
Repositório de documentos sobre a sociedade da informação	<a href="http://europa.eu.int/comm/information_society/publications/docs/index_en.htm">europa.eu.int/comm/information_society/publications/docs/index_en.htm</a>
<b>OCDE</b>	
Economia digital e sociedade da informação	<a href="http://www.oecd.org/topic/0,2686,en_2649_37441_1_1_1_1_37441,00.html">www.oecd.org/topic/0,2686,en_2649_37441_1_1_1_1_37441,00.html</a>
Tecnologias de informação e comunicação	<a href="http://www.oecd.org/topic/0,2686,en_2649_37409_1_1_1_1_37409,00.html">www.oecd.org/topic/0,2686,en_2649_37409_1_1_1_1_37409,00.html</a>
<b>Unesco</b>	
Webworld – Comunicação e informação	<a href="http://webworld.unesco.org">webworld.unesco.org</a>
Observatório da sociedade da informação	<a href="http://www.unesco.org/webworld/observatory/index.shtml">www.unesco.org/webworld/observatory/index.shtml</a> <a href="http://portal.unesco.org/ci/ev.php?URL_ID=7277&amp;URL_DO=DO_TOPIC&amp;URL_SECTION=201">http://portal.unesco.org/ci/ev.php?URL_ID=7277&amp;URL_DO=DO_TOPIC&amp;URL_SECTION=201</a>
<b>Outros recursos</b>	
IDC – Information Society Index	<a href="http://www.idc.com/groups/isi/main.html">www.idc.com/groups/isi/main.html</a>
Estratégia e plano de acção para o desenvolvimento da sociedade da informação na Bulgária (cf., especialmente, a secção <i>links</i> , com informação sobre outros países, incluindo Estados membros)	<a href="http://www.bild.net/ispagel1en.htm">www.bild.net/ispagel1en.htm</a>

### Anexo 3 – Informadores privilegiados

Nome	País
Herbert Wiesböck	Áustria
John Gotze	Dinamarca
Niels Pagh Rasmussen	Dinamarca
Ilmari Pietarinen	Finlândia
Gino Laan	Holanda
Colm Butler	Irlanda
Sean Connolly	Irlanda
Joaquim Alves Lavado	Portugal
João Catarino	Portugal
José Magalhães	Portugal
Luís Vidigal	Portugal
Maria Odete Santos	Portugal
Larry Caffrey	Reino Unido
Olov Ostberg	Suécia
Tomas Ohlin	Suécia

Anexo 4 – Valores dos testes de normalidade efectuados aos indicadores de posicionamento ideológico e de saliência das categorias



São apresentados, neste anexo, os valores dos testes de normalidade efectuados aos indicadores de posicionamento ideológico e de saliência das categorias.

Foi utilizado o teste Kolmogorov-Smirnov e, uma vez que o número de casos é inferior a 50, também o teste Shapiro-Wilk. Um nível baixo de significância (estabelecido habitualmente a  $\alpha < 0,05$ ) indica que a distribuição da variável difere de forma significativa da distribuição normal.

	Kolmogorov-Smirnov(a)			Shapiro-Wilk		
	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
Castles e Mair (1984)	0,216	28	0,002	0,918	28	0,030
Huber e Inglehart (1995)	0,149	28	0,116	0,923	28	0,041
Laver e Hunt (1992)	0,218	28	0,001	0,900	28	0,012
Warwick (1994)	0,223	28	0,001	0,880	28	0,004
Acesso (‰)	0,124	28	0,200(*)	0,967	28	0,499
Bases de dados (‰)	0,205	28	0,004	0,781	28	0,000
Bibliotecas (‰)	0,226	28	0,001	0,816	28	0,000
Conhecimentos (‰)	0,252	28	0,000	0,752	28	0,000
Conteúdos (‰)	0,320	28	0,000	0,516	28	0,000
Disponibilizar (‰)	0,539	28	0,000	0,188	28	0,000
Equipamentos (‰)	0,144	28	0,143	0,896	28	0,009
Exclusão e inclusão (‰)	0,360	28	0,000	0,557	28	0,000
Infraestrutura (‰)	0,110	28	0,200(*)	0,939	28	0,104
Internet (‰)	0,152	28	0,099	0,906	28	0,016
Servidores (www) (‰)	0,233	28	0,000	0,741	28	0,000
Sítios (na Internet) (‰)	0,273	28	0,000	0,653	28	0,000
Debate (‰)	0,241	28	0,000	0,678	28	0,000
Democracia (‰)	0,240	28	0,000	0,746	28	0,000
Discussão (‰)	0,275	28	0,000	0,798	28	0,000
Eleição (‰)	0,285	28	0,000	0,636	28	0,000
Fórum (‰)	0,177	28	0,024	0,851	28	0,001
Voto (‰)	0,446	28	0,000	0,486	28	0,000
Acesso (% de quase-frases)	0,107	28	0,200(*)	0,966	28	0,489
Bases de dados (% de quase-frases)	0,219	28	0,001	,733	28	0,000
Bibliotecas (% de quase-frases)	0,197	28	0,007	0,876	28	0,003

Conhecimentos (% de quase-frases)	0,226	28	0,001	0,703	28	0,000
Conteúdos (% de quase-frases)	0,331	28	0,000	0,485	28	0,000
Disponibilizar (% de quase-frases)	0,539	28	0,000	0,188	28	0,000
Equipamentos (% de quase-frases)	0,148	28	0,120	0,877	28	0,004
Exclusão e inclusão (% de quase-frases)	0,352	28	0,000	0,526	28	0,000
Infraestrutura (% de quase-frases)	0,120	28	0,200(*)	0,929	28	0,057
Internet (% de quase-frases)	0,178	28	0,023	0,898	28	0,010
Servidores (www) (% de quase-frases)	0,250	28	0,000	0,800	28	0,000
Sítios (na Internet) (% de quase-frases)	0,307	28	0,000	0,673	28	0,000
Debate (% de quase-frases)	0,245	28	0,000	0,664	28	0,000
Democracia (% de quase-frases)	0,238	28	0,000	0,750	28	0,000
Discussão (% de quase-frases)	0,226	28	0,001	0,748	28	0,000
Eleição (% de quase-frases)	0,287	28	0,000	0,626	28	0,000
Fórum (% de quase-frases)	0,198	28	0,006	0,814	28	0,000
Voto (% de quase-frases)	0,440	28	0,000	0,468	28	0,000

\* This is a lower bound of the true significance.

a Lilliefors Significance Correction

b Mediatecas (‰) is constant. It has been omitted.

c Mediatecas (% de quase-frases) is constant. It has been omitted.

Anexo 5 – Tabela com valores de correlação entre os indicadores de posicionamento ideológico dos governos nacionais e as categorias elementares que integram o conceito de participação (calculadas a partir de pernilagens)

		Castles e Mair (1984)	Huber e Inglehart (1995)	Laver e Hunt (1992)	Warwick (1994)
Acesso	Coeficiente	-0,294(*)	-0,266(*)	-0,066	-0,070
	Sig. (univ.)	0,039	0,049	0,338	0,347
	Casos	37	40	42	34
Bases de dados	Coeficiente	0,265	0,296(*)	0,284(*)	0,204
	Sig. (univ.)	0,056	0,032	0,034	0,124
	Casos	37	40	42	34
Bibliotecas	Coeficiente	-0,112	-0,211	-0,081	-0,423(**)
	Sig. (univ.)	0,255	0,096	0,306	0,006
	Casos	37	40	42	34
Conhecimentos	Coeficiente	-0,163	-0,117	-0,236	-0,358(*)
	Sig. (univ.)	0,167	0,237	0,066	0,019
	Casos	37	40	42	34
Conteúdos	Coeficiente	-0,065	-0,056	-0,225	-0,064
	Sig. (univ.)	0,350	0,366	0,076	0,360
	Casos	37	40	42	34
Disponibilizar	Coeficiente	-0,179	-0,141	-0,228	-0,075
	Sig. (univ.)	0,144	0,193	0,074	0,338
	Casos	37	40	42	34
Equipamentos	Coeficiente	-0,432(**)	-0,461(**)	-0,587(**)	-0,502(**)
	Sig. (univ.)	0,004	0,001	0,000	0,001
	Casos	37	40	42	34
Exclusão e inclusão	Coeficiente	0,267	0,269(*)	0,233	0,440(**)
	Sig. (univ.)	0,055	0,047	0,069	0,005
	Casos	37	40	42	34
Infraestrutura	Coeficiente	0,538(**)	0,599(**)	0,394(**)	0,571(**)
	Sig. (univ.)	0,000	0,000	0,005	0,000
	Casos	37	40	42	34
Internet	Coeficiente	-0,607(**)	-0,622(**)	-0,339(*)	-0,431(**)
	Sig. (univ.)	0,000	0,000	0,014	0,005
	Casos	37	40	42	34
Mediatecas	Coeficiente	-0,142	-0,146	-0,223	0,036
	Sig. (univ.)	0,201	0,184	0,078	0,419
	Casos	37	40	42	34
Servidores (www)	Coeficiente	-0,324(*)	-0,412(**)	-0,354(*)	-0,282
	Sig. (univ.)	0,025	0,004	0,011	0,053
	Casos	37	40	42	34
Sítios (na <i>Internet</i> )	Coeficiente	-0,323(*)	-0,129	-0,278(*)	0,171
	Sig. (univ.)	0,026	0,213	0,037	0,167
	Casos	37	40	42	34
Debate	Coeficiente	-0,250	-0,318(*)	-0,266(*)	-0,018
	Sig. (univ.)	0,068	0,023	0,044	0,459
	Casos	37	40	42	34
Democracia	Coeficiente	-0,444(**)	-0,390(**)	-0,383(**)	-0,356(*)
	Sig. (univ.)	0,003	0,006	0,006	0,019
	Casos	37	40	42	34
Discussão	Coeficiente	-0,044	-0,057	0,023	0,256
	Sig. (univ.)	0,398	0,364	0,443	0,072

	Casos	37	40	42	34
Eleição	Coeficiente	-0,280(*)	-0,263	-0,339(*)	-0,376(*)
	Sig. (univ.)	0,047	0,051	0,014	0,014
	Casos	37	40	42	34
Fórum	Coeficiente	-0,200	-0,140	-0,167	0,122
	Sig. (univ.)	0,117	0,195	0,146	0,245
	Casos	37	40	42	34
Voto	Coeficiente	-0,233	-0,249	-0,133	-0,047
	Sig. (univ.)	0,082	0,061	0,200	0,396
	Casos	37	40	42	34

---

Anexo 6 – Tabela com valores de correlação entre os indicadores de posicionamento ideológico dos governos nacionais e as categorias elementares que integram o conceito de participação (calculadas a partir da percentagem de quase-frases com referência à categoria)

		Castles e Mair (1984)	Huber e Inglehart (1995)	Laver e Hunt (1992)	Warwick (1994)
Acesso	Coeficiente	-0,338(*)	-0,325(*)	-0,168	-0,101
	Sig. (uni.)	0,020	0,020	0,143	0,285
	Casos	37	40	42	34
Bases de dados	Coeficiente	0,249	0,268(*)	0,236	0,149
	Sig. (uni.)	0,069	0,047	0,066	0,200
	Casos	37	40	42	34
Bibliotecas	Coeficiente	-0,151	-0,231	-0,150	-0,402(**)
	Sig. (uni.)	0,186	0,076	0,171	0,009
	Casos	37	40	42	34
Conhecimentos	Coeficiente	-0,205	-0,163	-0,269(*)	-0,387(*)
	Sig. (uni.)	0,111	0,158	0,042	0,012
	Casos	37	40	42	34
Conteúdos	Coeficiente	-0,077	-0,074	-0,245	-0,071
	Sig. (uni.)	0,325	0,326	0,059	0,345
	Casos	37	40	42	34
Disponibilizar	Coeficiente	-0,179	-0,141	-0,228	-0,075
	Sig. (uni.)	0,144	0,193	0,074	0,338
	Casos	37	40	42	34
Equipamentos	Coeficiente	-0,462(**)	-0,506(**)	-0,626(**)	-0,525(**)
	Sig. (uni.)	0,002	0,000	0,000	0,001
	Casos	37	40	42	34
Exclusão e inclusão	Coeficiente	0,257	0,263	0,214	0,421(**)
	Sig. (uni.)	0,062	0,051	0,086	0,007
	Casos	37	40	42	34
Infraestrutura	Coeficiente	0,558(**)	0,603(**)	0,373(**)	0,513(**)
	Sig. (uni.)	0,000	0,000	0,007	0,001
	Casos	37	40	42	34
Internet	Coeficiente	-0,588(**)	-0,630(**)	-0,353(*)	-0,464(**)
	Sig. (uni.)	0,000	0,000	0,011	0,003
	Casos	37	40	42	34
Mediatecas	Coeficiente	-0,142	-0,146	-0,223	0,036
	Sig. (uni.)	0,201	0,184	0,078	0,419
	Casos	37	40	42	34
Servidores (www)	Coeficiente	-0,333(*)	-0,418(**)	-0,386(**)	-0,291(*)
	Sig. (uni.)	0,022	0,004	0,006	0,048
	Casos	37	40	42	34
Sítios	Coeficiente	-0,351(*)	-0,173	-0,302(*)	0,141

(na Internet)	Sig. (uni.)	0,017	0,142	0,026	0,213
	Casos	37	40	42	34
Debate	Coeficiente	-0,252	-0,329(*)	-0,284(*)	-0,052
	Sig. (uni.)	0,066	0,019	0,034	0,384
	Casos	37	40	42	34
Democracia	Coeficiente	-0,485(**)	-0,438(**)	-0,423(**)	-0,378(*)
	Sig. (uni.)	0,001	0,002	0,003	0,014
	Casos	37	40	42	34
Discussão	Coeficiente	-0,089	-0,112	-0,032	0,180
	Sig. (uni.)	0,300	0,246	0,420	0,154
	Casos	37	40	42	34
Eleição	Coeficiente	-0,297(*)	-0,294(*)	-0,351(*)	-0,387(*)
	Sig. (uni.)	0,037	0,033	0,011	0,012
	Casos	37	40	42	34
Fórum	Coeficiente	-0,226	-0,176	-0,200	0,123
	Sig. (uni.)	0,090	0,138	0,102	0,244
	Casos	37	40	42	34
Voto	Coeficiente	-0,246	-0,259	-0,151	-0,037
	Sig. (uni.)	0,071	0,054	0,169	0,417
	Casos	37	40	42	34

\*\* Correlation is significant at the 0.01 level (1-tailed).

\* Correlation is significant at the 0.05 level (1-tailed).



Anexo 7 – Sumário das características das árvores de decisão para as categorias elementares *democracia* e *equipamentos*

## Model

### Target Variable

Name PCAT0010

Label Internet (‰)

Type Numeric

Measurement Level Continuous

### Predictors

Name	Type	Level	Label
INST	Numeric	Nominal	UE/País
ANO	Numeric	Ordinal	Ano de publicação do documento
PAGS	Numeric	Continuous	Número de páginas
LINGUA_1	Numeric	Nominal	Língua de publicação da versão do documento incluída no corpo de análise
SD_EB	Numeric	Continuous	Satisfação com a democracia (EB)
TURNOUT	Numeric	Continuous	Participação eleitoral
PNET95	Numeric	Continuous	Utilizadores de Internet, em 1995
PNET98	Numeric	Continuous	Utilizadores de Internet, em 1998
PNET00	Numeric	Continuous	Utilizadores de Internet, em 2000
CMPOSIT	Numeric	Continuous	Government Policy Position based on Castles and Mair (1984)
HIPOSIT	Numeric	Continuous	Government Policy Position based on Huber and Inglehart (1995)
LH1POSIT	Numeric	Continuous	Government Policy Position based on Laver and Hunt (1992)
BDWPOSIT	Numeric	Continuous	Government Policy Position based on Warwick (1994)

Model

Target Variable

Name PCAT0007

Label Equipamentos (‰)

Type Numeric

Measurement Level Continuous

Predictors

Name	Type	Level	Label
INST	Numeric	Nominal	UE/País
ANO	Numeric	Ordinal	Ano de publicação do documento
PAGS	Numeric	Continuous	Número de páginas
LINGUA_1	Numeric	Nominal	Língua de publicação da versão do documento incluída no corpo de análise
SD_EB	Numeric	Continuous	Satisfação com a democracia (EB)
TURNOUT	Numeric	Continuous	Participação eleitoral
PNET95	Numeric	Continuous	Utilizadores de Internet, em 1995
PNET98	Numeric	Continuous	Utilizadores de Internet, em 1998
PNET00	Numeric	Continuous	Utilizadores de Internet, em 2000
CMPOSIT	Numeric	Continuous	Government Policy Position based on Castles and Mair (1984)
HIPOSIT	Numeric	Continuous	Government Policy Position based on Huber and Inglehart (1995)
LH1POSIT	Numeric	Continuous	Government Policy Position based on Laver and Hunt (1992)
BDWPOSIT	Numeric	Continuous	Government Policy Position based on Warwick (1994)

Model

Target Variable

Name PCAT0015

Label Democracia (‰)

Type Numeric

Measurement Level Continuous

Predictors

Name	Type	Level	Label
INST	Numeric	Nominal	UE/País
ANO	Numeric	Ordinal	Ano de publicação do documento
LINGUA_1	Numeric	Nominal	Língua de publicação da versão do documento incluída no corpo de análise
SD_EB	Numeric	Continuous	Satisfação com a democracia (EB)
TURNOUT	Numeric	Continuous	Participação eleitoral
PNET95	Numeric	Continuous	Utilizadores de Internet, em 1995
PNET98	Numeric	Continuous	Utilizadores de Internet, em 1998
PNET00	Numeric	Continuous	Utilizadores de Internet, em 2000
CMPOSIT	Numeric	Continuous	Government Policy Position based on Castles and Mair (1984)
HIPOSIT	Numeric	Continuous	Government Policy Position based on Huber and Inglehart (1995)
LH1POSIT	Numeric	Continuous	Government Policy Position based on Laver and Hunt (1992)
BDWPOSIT	Numeric	Continuous	Government Policy Position based on Warwick (1994)

Model

Target Variable

Name PCAT0009

Label Infraestrutura (‰)

Type Numeric

Measurement Level Continuous

Predictors

Name	Type	Level	Label
INST	Numeric	Nominal	UE/País
ANO	Numeric	Ordinal	Ano de publicação do documento
LINGUA_1	Numeric	Nominal	Língua de publicação da versão do documento incluída no corpo de análise
SD_EB	Numeric	Continuous	Satisfação com a democracia (EB)
TURNOUT	Numeric	Continuous	Participação eleitoral
PNET95	Numeric	Continuous	Utilizadores de Internet, em 1995
PNET98	Numeric	Continuous	Utilizadores de Internet, em 1998
PNET00	Numeric	Continuous	Utilizadores de Internet, em 2000
CMPOSIT	Numeric	Continuous	Government Policy Position based on Castles and Mair (1984)
HIPOSIT	Numeric	Continuous	Government Policy Position based on Huber and Inglehart (1995)
LH1POSIT	Numeric	Continuous	Government Policy Position based on Laver and Hunt (1992)
BDWPOSIT	Numeric	Continuous	Government Policy Position based on Warwick (1994)

ANEXOS EM SUPORTE DIGITAL

Anexo D1 – Base de dados com legislação europeia em vigor na área da sociedade da informação, em Abril de 2003















## Lista de variáveis

Campo	Variável	<i>Variable label</i>
1	numero	Número
2	celex	Número CELEX
3	sector	Sector na referência CELEX
4	ano	Ano na referência CELEX
5	tipo	Tipo na referência CELEX
6	ident	Identificador na referência CELEX
7	ident2	Identificador 2 na referência CELEX
8	sectip	Sector e tipo na referência CELEX
9	tiporec	Tipo (recodificado)
10	nome	Nome do documento (primeiros 255 caracteres)
11	area	Área
12	areacode	Código da área (UE)
13	autor1	Autor
14	autor2	Co-autor
15	hardsoft	Hard e soft law

















Anexos D2.01 a D2.62 – Documentos de políticas públicas para a sociedade da informação em formato digital utilizados na análise de informação














Encontra-se disponível, para todos os documentos, uma versão em formato .txt, a partir da qual foram realizadas análises de conteúdo assistidas por computador. É apresentada, nesta tabela, a lista de formatos adicionais em que os documentos se encontram disponíveis.

N.º	Nome	UE/País	Ano	Inglês	Português	Outra
1	Bangemann Report - Recommendations to the European Council	UE	1994			
2	Europe's way to the information society: An Action Plan" COM (94) 347	UE	1994	 		
3	Information Society: From Corfu to Dublin. The new emerging priorities	UE	1996			
4	Communication to the Council, the European Parliament, the Economic and Social Committee and the Committee of the Regions on the Implications of the Information Society for European Union Policies - Preparing the next steps	UE	1996			
5	Green Paper Living and Working in the Information Society: People First	UE	1996			
6	Council Resolution of 21 November 1996 on new policy- priorities regarding the information society	UE	1996			
7	Europe at the Forefront of the Global Information Society: Rolling Action Plan COM(96)607 final	UE	1997	 		
8	Grupo de Peritos de Alto Nível - Construir a SI para todos	UE	1997	 	 	







9	Green Paper on the Convergence of the Telecommunications, Media and Information Technology Sectors, and the Implications for Regulation Towards an Information Society Approach	UE	1997	    
10	Decisão do Conselho, de 30 de Março de 1998, que adopta um programa comunitário plurianual de incentivo ao estabelecimento da sociedade da informação na Europa	UE	1998	 
11	eEurope - An Information Society for All - Communication on a Commission Initiative for the Special European Council of Lisbon, 23 and 24 March 2000	UE	1999	
12	eEurope 2002 - An Information Society for All - Draft action plan	UE	2000	
13	eEurope - Action Plan	UE	2000	
14	The Information Society - Opportunities, innovations and challenges	Alemanha	1995	
15	Info 2000: Germany's Way to the Information Society	Alemanha	1996	
16	Innovation and Jobs in the Information Society of the 21st Century	Alemanha	1999	
17	Information Society - Report of the Austrian Federal Government Working Group	Áustria	1997	
18	Un plan d'actions coordonnées pour la société de l'information au sein des Autorités fédérales - 1997-1999	Bélgica	1997	
19	Info-society 2000	Dinamarca	1994	 
20	From Vision to Action - Info-society 2000	Dinamarca	1995	 
21	IT in Figures 1996 - 23 Pictures of the Info-Society	Dinamarca	1996	 
22	The Info-Society for All - the Danish Model	Dinamarca	1996	

23	Authorities Heading for a Fall - IT Policy White Paper Presented to the Folketing 1997	Dinamarca	1997	 
24	IT in figures 1997 – 19 Pictures of the Info-society	Dinamarca	1997	
25	Action for Change	Dinamarca	1997	
26	Danish IT-pictures	Dinamarca	1999	
27	Digital Denmark - conversion to the network society	Dinamarca	1999	
28	Realigning to a Network Society	Dinamarca	2000	
29	INFO XXI - La Sociedad de la Inform@ción para todos. Iniciativa del Gobierno para el Desarrollo de la Sociedad de la Información	Espanha	2000	
30	Finland 's way to the Information Society - The National Strategy and its Implementation	Finlândia	1996	
31	Quality of life, knowledge and competitiveness - Premises and objectives for strategic development of the Finnish information society	Finlândia	1998	
32	Finland as an Information Society - The Report of the Information Society Advisory Board to the Government	Finlândia	2000	
33	Les réseaux de la société de l'information (Relatório Mileo) <sup>328</sup>	França	1996	 
34	La France et la société de l'information - T1: conclusions du rapporteur - Rapport de l'Office Parlementaire d'Evaluation des Choix Scientifiques et Technologiques No 213 (335) – Pierre Laffitte	França	1997	
E				












<sup>328</sup> Este documento corresponde ao índice de conteúdos e excertos do relatório – cf. nota de rodapé 161.

	La France et la société de l'information - T2: annexes Techniques - Rapport de l'Office Parlementaire d'Evaluation des Choix Scientifiques et Technologiques No 213 (335) – Pierre Laffitte				
35	Rapport sur les techniques des apprentissages essentiels pour une bonne insertion dans la société de l'information - Sérusclat	França	1997		
36	Préparer l'entrée de la France dans la société de l'information. (Discurso de Lionel Jospin na Universidade da Comunicação de Hourtin, a 25 de Agosto de 1997)	França	1997		
37	L'entrée dans la société de l'information - Rapport d'information 436 – Joyandet, Hérisson e Türk	França	1997		
38	Préparer l'entrée de la France dans la société de l'inform@tion - Programme d'action gouvernemental (PAGSI) <sup>329</sup>	França	1998		
	Bâtir un cadre législatif protecteur des échanges et de la vie privée.				
39	Développer la culture, les contenus et la présence de la France sur l'internet. 1999-2000: vers l'administration électronique.	França	1999		
	Pour une société de l'information solidaire: l'accès pour tous, enjeu social et territorial.				
40	France in the Information Society - Newsletter of the French Government - February 1999 - Special edition	França	1999		
41	La France dans la société de l'information	França	1999	 	 
42	Greece in the Information Society - Strategy and actions (Draft)	Grécia	1999	 	

<sup>329</sup> Apesar de a versão referida ser a original, em língua francesa, foi incluída no corpo de análise a tradução oficial em língua inglesa, de forma a facilitar a sua análise.

43	Dutch Digital Delta	Holanda	1999	
44	Information Society Ireland - Strategy for Action - Report of Ireland's Information Society Steering Committee	Irlanda	1997	
45	First Report of Information Society Commission (Draft)	Irlanda	1997	 
46	Implementing the Information Society: A Framework for Action	Irlanda	1998	
47	Implementing the Information Society in Ireland: An action plan	Irlanda	1999	 
48	Progress Implementing the Information Society. Second Report of the Inter-Departmental Implementation Group.	Irlanda	1999	
49	Progress Implementing the Information Society. Third Report of the Inter-Departmental Implementation Group on the Information Society.	Irlanda	2000	
50	Promover o Desenvolvimento da Sociedade da Informação em Itália: um esquema de referência <sup>330</sup>	Itália	1997	 
51	Discurso do Primeiro-Ministro – The Action Plan for the Development of the Information Society.	Itália	1999	 
52	Plano de acção para a sociedade da informação	Itália	2000	
53	Comité Info 2000 - Premières Conclusions et Recommandations	Luxemburgo	1995	
54	La Société de l'information au Luxembourg	Luxemburgo	1996	
55	Le rôle de l'Etat dans la société de l'information	Luxemburgo	1996	

<sup>330</sup> Este documento encontra-se, na versão localizada durante a investigação, dividido em vários ficheiros html, correspondendo cada ficheiro a um capítulo. Os vários ficheiros foram, para efeitos de análise, e por uma questão de coerência, consolidados num mesmo ficheiro em Microsoft® Word.

56	Livro Verde para a Sociedade da Informação	Portugal	1997	 	 
57	Portugal na Sociedade da Informação	Portugal	1999	 	
58	Our Information Age: the Government's Vision	Reino Unido	1998	 	
59	Changing times, changing conditions	Suécia	1998		
60	An Information Society for all – a publication about the Swedish IT policy	Suécia	2000		
61	Texto dos documentos do corpo de análise, tratado, em .txt	-	-	-	-
62	Texto dos documentos do corpo de análise, tratado, em .txt, sem índices de conteúdos e de matérias <sup>331</sup>	-	-	-	-

<sup>331</sup> Apenas foi utilizado, na análise de conteúdo, o anexo D2.62.

Anexo D3 – Base de dados de caracterização do corpo de análise



## Lista de variáveis

Campo	Variável	Variable label
1	numero	Número
2	inst	UE/País
3	inst_str	UE/País
4	titulo	Título do documento
5	ano	Ano de publicação do documento
6	inst_ano	Instituição ou país e ano de publicação
7	mes	Mês de publicação
8	mes_ano	Mês e ano de publicação
9	tipo	Tipo de documento
10	pags	Número de páginas
11	pagsr	Número de páginas (Recodificado)
12	lingua_1	Língua de publicação da versão do documento incluída no corpo de análise
13	lingua_2	Outra língua em que o documento se encontre disponível
14	autor	Autoria formal ou tutela
15	autorr	Autoria formal ou tutela (Recodificada)
16	outros	outros
17	suporte	Suporte de informação
18	sd_eb41	Satisfação com a democracia (1994 - EB41) [Sat. e Muito sat.]
19	sd_eb42	Satisfação com a democracia (1995 - EB42) [Sat. e Muito sat.]
20	sd_eb43	Satisfação com a democracia (1995 - EB43) [Sat. e Muito sat.]
21	sd_eb48	Satisfação com a democracia (1998 - EB48) [Sat. e Muito sat.]
22	sd_eb49	Satisfação com a democracia (1998 - EB49) [Sat. e Muito sat.]
23	sd_eb51	Satisfação com a democracia (1999 - EB51) [Sat. e Muito sat.]
24	sd_eb52	Satisfação com a democracia (2000 - EB52) [Sat. e Muito sat.]
25	sd_eb53	Satisfação com a democracia (2000 - EB53) [Sat. e Muito sat.]

26	sd_eb54	Satisfação com a democracia (2001 - EB54) [Sat. e Muito sat.]
27	sd_eb	Satisfação com a democracia (EB) [Sat. e Muito sat.]
28	eb_text	Eurobarómetro de proveniência do valor da variável sd_eb
29	pnet95	Utilizadores de Internet (%), 1995 (EB Flash 49)
30	pnet98	Utilizadores domésticos de Internet (%), 1998 (EB50.1)
31	pnet00	Utilizadores de Internet (%), 2000 (EB Flash 88)
32	turnout	Participação eleitoral (Eleições gerais ou legislativas)
33	turnoutn	Eleições às quais a participação se refere
34	employ	Employment in previous quarter
35	cmposit	Government Policy Position based on Castles and Mair (1984)
36	hiposit	Government Policy Position based on Huber and Inglehart (1995)
37	lh1posit	Government Policy Position based on Laver and Hunt (1992)
38	lh1posr	Government Policy Position based on Laver and Hunt (1992) - Recodificada de 0 a 10
39	bdwposit	Government Policy Position based on Warwick (1994)
40	bdwposr	Government Policy Position based on Warwick (1994) - Recodificada de 0 a 10
41	cn	Government number (Veto Players)
42	df1	Year of gov formation (Veto Players)
43	df2	Month of gov formation (Veto Players)
44	df3	Day of gov formation (Veto Players)
45	dc1	Year of gov dissolution (Veto Players)
46	dc2	Month of gov dissolution (Veto Players)
47	dc3	Day of dissolution (Veto Players)
48	durat	Duration of government (Veto Players)
49	mygovf	Month and year of government formation
50	monthsgo	Meses decorridos desde a posse do governo no mês de edição do documento
51	nwords	Número de palavras
52	cat0001	Acesso
53	cat0002	Bases de dados
54	cat0003	Bibliotecas
55	cat0004	Conhecimentos
56	cat0005	Conteúdos
57	cat0006	Disponibilizar

58	cat0007	Equipamentos
59	cat0008	Exclusão e inclusão
60	cat0009	Infraestrutura
61	cat0010	Internet
62	cat0011	Mediatecas
63	cat0012	Servidores (www)
64	cat0013	Sítios (na Internet)
65	cat0014	Debate
66	cat0015	Democracia
67	cat0016	Discussão
68	cat0017	Eleição
69	cat0018	Fórum
70	cat0019	Voto
71	cat015r1	Existência de referência a cat. democracia
72	pcat0001	Acesso (‰)
73	pcat0002	Bases de dados (‰)
74	pcat0003	Bibliotecas (‰)
75	pcat0004	Conhecimentos (‰)
76	pcat0005	Conteúdos (‰)
77	pcat0006	Disponibilizar (‰)
78	pcat0007	Equipamentos (‰)
79	pcat0008	Exclusão e inclusão (‰)
80	pcat0009	Infraestrutura (‰)
81	pcat0010	Internet (‰)
82	pcat0011	Mediatecas (‰)
83	pcat0012	Servidores (www) (‰)
84	pcat0013	Sítios (na Internet) (‰)
85	pcat0014	Debate (‰)
86	pcat0015	Democracia (‰)
87	pcat0016	Discussão (‰)
88	pcat0017	Eleição (‰)
89	pcat0018	Fórum (‰)

90	pcat0019	Voto (‰)
91	p1a19	Participação (‰ - Categorias 1 a 19)
92	p1a13	Participação restrita (‰ - Categorias 1 a 13)
93	p14a19	Participação alargada (‰ - Categorias 14 a 19)
94	p1419tot	Participação alargada sobre total de participação (%)
95	qfcat001	Acesso (% de quase-frases)
96	qfcat002	Bases de dados (% de quase-frases)
97	qfcat003	Bibliotecas (% de quase-frases)
98	qfcat004	Conhecimentos (% de quase-frases)
99	qfcat005	Conteúdos (% de quase-frases)
100	qfcat006	Disponibilizar (% de quase-frases)
101	qfcat007	Equipamentos (% de quase-frases)
102	qfcat008	Exclusão e inclusão (% de quase-frases)
103	qfcat009	Infraestrutura (% de quase-frases)
104	qfcat010	Internet (% de quase-frases)
105	qfcat011	Mediatecas (% de quase-frases)
106	qfcat012	Servidores (www) (% de quase-frases)
107	qfcat013	Sítios (na Internet) (% de quase-frases)
108	qfcat014	Debate (% de quase-frases)
109	qfcat015	Democracia (% de quase-frases)
110	qfcat016	Discussão (% de quase-frases)
111	qfcat017	Eleição (% de quase-frases)
112	qfcat018	Fórum (% de quase-frases)
113	qfcat019	Voto (% de quase-frases)

---

Anexos D4.1 a D4.3 – Ficheiros para análise de conteúdo no *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal*, no *Programa Cidades Digitais* e no *Programa Aveiro Cidade Digital*

Anexo	Ficheiro	Conteúdo	Extensão
D4.1	01_Texto de medidas	Texto das medidas dos documentos, preparadas para a realização de análise de conteúdo	Texto (.txt)
D4.2	02_Dicionario	Dicionário utilizado na análise de conteúdo (cf. Tabela 4.17)	Texto (.txt)
D4.3	03_Base de dados	Base de dados com resultado da contagem de códigos por unidade de análise	Base de dados (.sav)

### Lista de variáveis

Campo	Variável	<i>Variable label</i>	Campo	Variável	<i>Variable label</i>
1	id1	Documento	17	cat0012	Servidores (www)
2	id2	Número de medida	18	cat0013	Sítios (na Internet)
3	nwords	Número de palavras na medida	19	cat0014	Debate
4	mancodr	Codificação manual (Sim/Não)	20	cat0015	Democracia
5	mancod	Codificação manual (Nível mais elevado)	21	cat0016	Discussão
6	cat0001	Acesso	22	cat0017	Eleição
7	cat0002	Bases de dados	23	cat0018	Fórum
8	cat0003	Bibliotecas	24	cat0019	Voto
9	cat0004	Conhecimentos	25	autcod	Codificação automática (Número de códigos)
10	cat0005	Conteúdos	26	autcodr	Codificação automática (Sim/Não)
11	cat0006	Disponibilizar			
12	cat0007	Equipamentos			
13	cat0008	Exclusão and inclusão			
14	cat0009	Infraestrutura			
15	cat0010	Internet			
16	cat0011	Mediatecas			

Anexo D5 – Dicionário final para análise de conteúdo

É apresentado, neste anexo, o dicionário final utilizado na análise de conteúdo, em ficheiro .txt. Este dicionário corresponde aos vocábulos apresentados na Tabela 4.24 (p. 402), no formato utilizado pelo *software* de análise de conteúdo *Texpack*.

O ficheiro constante do anexo permite, em conjugação com a utilização do ficheiro do Anexo D2.62, replicar os resultados da análise efectuada, através de análise com recurso a *Texpack* ou a outro *software* com características semelhantes.



